

História da Universidade do Minho

1973 1974 2014



Universidade do Minho



Universidade do Minho
Fundação
Carlos Lloyd Braga

História da Universidade do Minho

1973 1974 2014

Fátima Moura Ferreira, coord.
Henrique Barreto Nunes
Márcia Oliveira
Maria Manuel Oliveira
Rita Ribeiro



Universidade do Minho



Universidade
do Minho

Fundação
Carlos Lloyd Braga

Perspetiva

Várias dinâmicas percorrem a criação da Universidade do Minho, compondo e multiplicando uma Perspetiva.

A tentativa de *modernização* do País, nas suas várias latitudes, num contexto autoritário, sem plena liberdade, nos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, desencadeou, entre outros, um debate sobre as novas universidades. Das suas motivações e dos pontos de vista, dos diversos modelos que irromperam, dos argumentos políticos, sociais e científicos que, de forma sistemática ou em turbilhão, foram percorrendo alguns setores da sociedade, importa articular, sem determinismos, a complexidade dos vários tempos históricos que se entrecrocaram em dois anos: 1973, 1974.

Nessas encruzilhadas, tendo como pano de fundo uma guerra, uma revolução, um país, vários países a libertarem-se, um fio do horizonte que liga uma universidade em África (em Lourenço Marques, hoje Maputo) e uma nova universidade na Europa (em Braga e Guimarães), instala-se um laboratório intenso de experiências e escalas de trabalho – a Universidade do Minho. Pensar a síntese dessa energia equivale a sondar as perspetivas de construção de uma “Nova Universidade que seja simultaneamente uma Universidade Nova”, na expressão acutilante e desafiadora do seu primeiro Reitor, Carlos Lloyd Braga.

Fundamentos

Fixar a fundação de uma universidade exige perseguir, ao longo da sua história, os seus Fundamentos. As linhas de continuidade, as inflexões ou a construção incessante dos seus horizontes de trabalho refletem ideias e objetivos. Paralelamente, as sequências dos acontecimentos introduzem mais e inesperados elementos de complexidade. Do projeto de criação da Universidade do Minho aos seus vários momentos de concretização, há uma interação entre os desafios da instituição, em evolução, e as diversas instâncias que a interpelam. A Comissão Instaladora, os reitores e as equipas reitorais, o Senado e o Conselho Geral são microcosmos onde confluem os planos, as estratégias e as suas circunstâncias, bem como a atividade e as expectativas de todos aqueles que diariamente ajudam a construir a Universidade. A questão do modelo original da Universidade é, assim, perspetivada sucessivamente nos contextos da governação universitária e no debate das opções a seguir.

Marcas

O itinerário realizado e por cumprir, entre a sua Perspetiva e os seus Fundamentos, vai criando Marcas. Estas desenham incessantemente o chão da Universidade e as figuras e formas que lhe dão vida. A espacialização dos campi, as escolas, os serviços e as ambiências académicas, que se estendem às cidades onde se instalam, envolvendo territórios e escalas, o ensino e a investigação, a cultura específica que se produz e a singulariza, sem abdicar da universalidade, lançam as pontes entre os tempos históricos da Universidade do Minho. A identidade é um *continuum* em aberto. As dinâmicas modeladoras, as margens de indeterminação, a pressão das conjunturas externas vão reconfigurando a própria Universidade e a sua capacidade de atrair e inovar.

História da Universidade do Minho 1973-2014

coordenação

Fátima Moura Ferreira

autores

Fátima Moura Ferreira

Henrique Barreto Nunes

Márcia Oliveira

Maria Manuel Oliveira

Rita Ribeiro

edição livro físico

Fundação Carlos Lloyd Braga

Junho de 2014

design gráfico

Drop.pt, João Faria, João Guedes

impressão

NORPRINT - a casa do livro

ISBN

978-989-98947-0-9

depósito legal

377456/14

Edição livro digital

Coordenação científica

Fátima Moura Ferreira

Seleção de conteúdos e tratamento de informação

Márcia Oliveira

Fundação Carlos Lloyd Braga

Fevereiro de 2015

Composição

Associação CCG/ZGDV: Centro de Computação Gráfica

capa

Capa a partir de inventariação de

manchas [das possíveis localizações

da Universidade do Minho], Profabril,

Estudo de Localização da Universidade

do Minho, junho de 1974.

Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria,

Estudo da Profabril, 1974

História da Universidade do Minho

1973-2014

Índice

Prefácio, António M. Cunha 13

A iniciativa da obra, Luís Couto Gonçalves 15

Uma obra para o futuro, Carlos Alberto Couto 17

Introdução ao livro físico, Fátima Moura Ferreira 19

Introdução ao livro digital, Fátima Moura Ferreira 22

Perspetiva

Capítulo 1 Mudar o País atravésda educação? Fátima Moura Ferreira

- 1 A universidade portuguesa na viragem dos anos 60 26
 - 2 Veiga Simão: o tempo e o modo da reforma do ensino superior 30
 - 3 A criação das novas universidades e a reconfiguração metropolitana 38
 - 4 O primado da política e as soluções em perspetiva: a Universidade do Minho 42
- Notas 53

Fundamentos

Capítulo 2 Fundação Fátima Moura Ferreira, Márcia Oliveira

- 1 O governo da Universidade: a equipa inicial 60
 - 1.1 Os anos inaugurais 69
 - 1.2 A criatividade institucional 81
 - 2 Incertezas no espectro da Revolução 84
 - 2.1 O nome e os lugares: Braga-Guimarães 84
 - 2.2 A Comissão Instaladora e a opção pelo campus único 85
 - 2.3 Os interesses e a arena técnica e pública das intervenções 92
 - 2.4 A bipolarização como solução política: posição e reações 99
 - 2.5 Da crispação à política de compatibilização: a consulta interna 108
- Notas 114

Capítulo 3 Expansão e consolidação Fátima Moura Ferreira, Rita Ribeiro

- 1 Transição e continuidades no governo da Universidade 121
- 1.1 O traçar do novo ciclo: espírito de equipa e planeamento 121
- 1.2 O horizonte da perspetiva e a força da geração 125
- 1.3 Separando águas: o poder da liderança humanista 130
- 1.4 A exteriorização política e o reforço da capacidade 132
- 2 As universidades num tempo de transformações societais 140
- 2.1 O fim de uma era: a rotação política e económica do fim de século 140
- 2.2 As universidades em tangência com o mercado 142
- 2.3 Expansão e liberalização do ensino superior em Portugal 145
- 2.4 Autonomia e responsabilidade das instituições 148
- 3 Os desafios do contexto e a visão estratégica da Universidade 150
- 3.1 O crescimento e a complexidade dos processos 151
- 3.2 A autonomia universitária e a atualização do modelo orgânico 154

3.3	A visão pioneira sobre avaliação e qualidade do ensino	156
3.4	Reconhecimento e protagonismo no espaço público	158
4	Consolidação e amplitude: o fim de um ciclo	159
4.1	O travejamento das mudanças	159
4.2	Completar a Universidade do Minho e expandir ambições	162
	Notas	168

Capítulo 4 Tempos de mudança Rita Ribeiro

1	Desafios e mutações na universidade portuguesa: enquadramento sociopolítico	175
1.1	A reforma jurídica e a nova orgânica universitária	175
1.2	Ciência e investigação na sociedade de conhecimento	176
1.3	O Processo de Bolonha e a criação do espaço europeu de ensino superior	178
1.4	A universidade sob a égide do mercado	180
2	A Universidade do Minho na primeira década de 2000: afirmação e abertura	183
2.1	A rutura na <i>linhagem</i> de governo	183
2.2	A universidade sem muros	189
2.3	Inovação na gestão académica: das redes digitais ao processo de Bolonha	190
2.4	Retomar os fundamentos, renovar a identidade	194
3	Da universidade nova à universidade inovadora: a fronteira de um modelo original	198
3.1	O futuro chama a Universidade do Minho	204
	Notas	208
	Portefolio	211

Marcas

Capítulo 5 A especialização da Universidade Maria Manuel Oliveira

1	Pensar a universidade, dar forma à universidade	225
2	Especializar a Universidade do Minho	226
2.1	Do início da sua instalação: as Instalações Provisórias	228
2.2	Das Instalações Definitivas: a sua concretização	230
2.2.1	As Instalações Definitivas, o seu planeamento e gestão: o GEID, o GID, os Serviços Técnicos	231
2.2.2	As Instalações Definitivas, o concurso para a sua <i>invenção</i>	232
2.3	A localização dos núcleos universitários: Gualtar e Azurém	233
3	O desenho dos campi: a construção da sua estrutura espacial	236
3.1.1	PLANO 0: a megaestrutura	236
3.2	Em Braga, o polo de Gualtar	240
3.2.1	Plano 1: a estrutura <i>em rede</i>	244

3.2.2	Plano 2: a edificação <i>entre-Planos</i>	249
3.2.3	Plano 3: o <i>traçado</i> e o espaço coletivo	250
3.2.4	A Universidade em Braga, para além do campus	254
3.3	Em Guimarães, o polo de Azurém	255
3.3.1	Plano 1: o campus e o <i>parque urbano</i>	258
3.3.2	Plano 2: a implantação <i>entre-Planos</i>	265
3.3.3	Plano 3: a <i>composição-síntese</i>	265
3.3.4	A Universidade em Guimarães, para além do campus	272
4	A Universidade e a cidade, hoje	273
	Notas	276

Capítulo 6 Universos e saberes académicos Márcia Oliveira, Rita Ribeiro

1	Mapeamento dos saberes: dos propósitos fundacionais à universidade completa	287
2	Escolas da Universidade do Minho	292
2.1	Escola de Arquitetura	292
2.2	Escola de Ciências	295
2.3	Escola de Ciências da Saúde	298
2.4	Escola de Direito	301
2.5	Escola de Economia e Gestão	304
2.6	Escola de Engenharia	306
2.7	Escola de Psicologia	308
2.8	Escola Superior de Enfermagem	311
2.9	Instituto de Ciências Sociais	314
2.10	Instituto de Educação	315
2.11	Instituto de Letras e Ciências Humanas	319
3	A investigação como eixo estruturante do saber universitário	321
4	A universidade completa é uma universidade na sociedade	323
4.1	Os serviços de apoio: o triunfo da matriz	327
4.2	Uma universidade faz-se de todos: os corpos da Universidade do Minho	329
4.3	Símbolos e tradições: uma identidade viva	340
	Notas	346

Capítulo 7 Cultura na Universidade Henrique Barreto Nunes

1	O espírito do lugar: o paço, as alas e a cidade	353
2	Sem prejuízo da universalidade ou a função de servir	361
3	A força para enfrentar, as unidades em movimento	365
4	A título de experiência, o Conselho Cultural	371
5	Novas Unidades Culturais, outros desafios	385
6	A transversalidade da cultura: um presente para o futuro	394
	Notas	401
	Lista de abreviaturas	403
	Fontes e bibliografia	405
	Nota sobre os autores	421
	Agradecimentos	423

Prefácio

A Universidade do Minho é um projeto em permanente construção, nos modos como é pensada e concretizada.

Foi assim ao longo de quatro décadas, em que se cruzaram e integraram os diferentes tempos da Instituição com os tempos próprios do País e do mundo.

Foi com esses e nesses tempos que cresceu e se consolidou uma grande Universidade.

Foram os tempos de muitos protagonistas que em diferentes circunstâncias e de diferentes modos participaram nesta caminhada.

Hoje é o tempo de olhar para trás e saborear o caminho percorrido, num sentir reconfortante que alicerça e empresta confiança para continuar a jornada.

História da Universidade do Minho 1973/1974-2014 investe na identificação de perspetivas, na interrogação dos fundamentos e na problematização das marcas que fizeram e fazem a Instituição, nas suas dimensões físicas e imateriais. Ouve protagonistas internos e externos. Cruza olhares e retratos. Integra diferentes visões e interpretações.

Este livro é uma excelente contribuição para a história da Universidade do Minho. Um modo particularmente adequado de comemorar os seus 40 anos.

Agradeço a todo a equipa que tornou possível esta obra, nomeadamente os seus autores, mentores e entrevistados.

Agradeço especialmente a todos aqueles que, enquanto membros desta Comunidade Académica, deram os pequenos e os grandes contributos que permitiram a afirmação da Universidade do Minho.

ANTÓNIO M. CUNHA

Reitor da Universidade do Minho

A iniciativa da obra

Tomei posse de Presidente do Conselho Executivo da Fundação Carlos Lloyd Braga em 14 de julho de 2010, por designação, muito honrosa, do Senhor Reitor da Universidade do Minho, Professor Doutor António M. Cunha.

Gostaria de exprimir o enorme gosto, e a responsabilidade, que senti em ter sucedido no cargo ao Professor Doutor Sérgio Machado dos Santos, Reitor Honorário da Universidade do Minho, com quem, aliás, tive o privilégio de trabalhar na Fundação, desde que esta iniciou a sua atividade em 1999.

Nos termos do artigo 13º dos Estatutos da Universidade do Minho, a Universidade é apoiada, na consecução da sua missão e objetivos, pela Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB).

Uma das primeiras decisões do Conselho Executivo, por mim presidido, de que faziam ainda parte os Professores Doutores Luís Amaral e Mário Ferreira Monte, foi a de elaborar uma obra sobre a História da Universidade do Minho, tendo em vista o horizonte temporal de 2014, ano em que a Universidade completa o seu quadragésimo aniversário. O Conselho Geral da FCLB, em 2011, apoiou, por unanimidade, este projeto.

A experiência adquirida na FCLB, ao longo dos anos, permitiu-me tomar consciência de que uma das suas missões indeclináveis deveria ser a de manter viva a memória da Universidade. Estar na FCLB é uma experiência singular em que, a todo o momento, de modo discreto, se revisita o passado, encontrando arrimo para o presente e o futuro.

O nome do patrono da Fundação constitui uma constante fonte inspiradora. A Universidade do Minho também existe por o seu primeiro Reitor ter sido o saudoso Professor Doutor Carlos Lloyd Braga. Foi o Reitor certo na hora incerta em que se vivia. Soube liderar e cumprir, exemplarmente, a exigente tarefa que lhe cabia: instalar a Universidade.

A Universidade do Minho, mesmo não tendo um passado longo, tem muitas razões para se sentir orgulhosa da sua História, escrevendo-a e, com isso, ajudando a construir o seu futuro.

Um primeiro passo, para levar por diante esta arrojada iniciativa foi a escolha da Coordenadora Científica da Obra, que recaiu na Professora Doutora Fátima Moura Ferreira, do Instituto de Ciências Sociais (ICS). O êxito deste projeto deve-se, no essencial, ao seu relevante trabalho, muito proficiente, dedicado, motivado e aglutinador de uma equipa de excelentes colaboradores.

Em 2011, a FCLB celebrou com o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, do ICS, um protocolo de colaboração, pelo qual foi selecionada a bolsista, Doutora Márcia Carolina Ferreira de Oliveira, para dar apoio à execução da obra, tarefa que desenvolveu com grande zelo e profissionalismo.

O meu mandato expirou, prematuramente, em 10 de dezembro de 2012, devido aos efeitos decorrentes da Lei nº24/2012 de 9 de julho, que aprovou a Lei-Quadro das

Fundações, que vedou o exercício do cargo de administrador de fundações públicas de direito privado, como a FCLB, a professores no ativo.

O Senhor Reitor da Universidade do Minho, em minha substituição, designou o Professor Doutor Carlos Couto que aceitou, com muito interesse, o que se saúda e sublinha, a incumbência de manter o apoio a esta iniciativa. Não obstante ter deixado o cargo também continuei a acompanhar, com atenção, a evolução deste trabalho.

Esta conjugação de vontades, o espírito de serviço institucional e o apoio da Reitoria, fizeram nascer esta obra o que, compreensivelmente, me deixa muito feliz como seu, modesto, mentor e, durante dois anos, coordenador geral.

Esta obra não é um mero exercício laudatório. É um livro de história, na verdadeira aceção, com sentido crítico e metodologia adequada, pelo qual se demonstra a especificidade, grande vitalidade e relevância da Universidade do Minho. Também representa uma responsabilização “registada” para o futuro que, como se deseja, continue a ser escrito como foi o passado.

LUÍS COUTO GONÇALVES

Presidente cessante da Fundação Carlos Lloyd Braga

Uma obra para o futuro

Em janeiro de 2013 assumi a presidência da Fundação Carlos Lloyd Braga, aceitando o desafio lançado pelo Magnífico Reitor, Professor Doutor António M. Cunha.

Achei uma honra poder servir e honrar a memória do Professor Doutor Carlos Lloyd Braga que foi meu professor na Universidade de Lourenço Marques em Moçambique e, depois, meu Reitor na Universidade do Minho, quando nela ingressei como assistente em 1976. Já depois de doutorado, nos anos 80, a seu pedido, colaborei na criação e implantação do Instituto Politécnico de Faro. Nestes contactos, tive ocasião de apreciar a sua educação, o seu humanismo, a sua capacidade de liderança e o seu espírito extremamente pragmático.

Uma das heranças que nos coube ao assumir as novas funções foi dar continuidade ao livro sobre a História dos 40 anos da Universidade do Minho, um projeto proposto e liderado pelo meu antecessor, o Professor Doutor Luís Couto Gonçalves. A tarefa foi fácil pois os trabalhos já estavam em boa marcha e com uma excelente e multifacetada equipa liderada pela Professora Doutora Fátima Moura Ferreira.

Não conhecendo os objetivos da obra antes de ter assumido funções, tentei inteirar-me do assunto e fiquei muito satisfeito com o estilo defendido! Não se pretendia apenas uma simples narrativa, mas sim um relato contextualizado dos factos, com a constante preocupação em dar-se a perceber as condicionantes e razões que conduziram às opções tomadas ao longo dos 40 anos de percurso da Universidade do Minho. Tendo estado na UMinho desde 1976, desde o segundo ano em que houve aulas, foi para mim muito motivante envolver-me neste projeto, ainda que de forma muito simples!

Assim logo nas primeiras reuniões, sem alterar os propósitos para o livro, lançámos à equipa o repto de se preparar uma obra para ser levada ao leitor não só no formato clássico de um livro, como se fazia há 40 anos, mas apresentar o livro com uma versão expandida em formato eletrónico, onde se incluíam documentos multimédia que enriqueceriam a obra. Assim, rapidamente se convergiu para a preparação de uma obra num único volume impresso, que também teria uma versão eletrónica, acrescida de complementos multimédia, nomeadamente com recolhas de vídeo e voz das personalidades relevantes cujo contributo se registou.

Julgamos que a versão eletrónica, assim como o arquivo digital associado, com a exposição aos motores de busca, irá aumentar extraordinariamente o número de leitores da obra, bem como despertará a curiosidade de estudiosos e investigadores para a extensa documentação complementar reunida. Não temos dúvidas que esta majoração do potencial de utilização da obra será a melhor recompensa que a equipa de trabalho terá para o esforço de investigação e recolha realizados.

Espero, assim, que a obra permita não só conhecer como perceber o passado da Universidade do Minho e, dessa forma, ajudar a preparar o futuro desta grande Instituição, já com firmado prestígio quer a nível nacional quer internacional.

CARLOS ALBERTO COUTO

Presidente da Fundação Carlos Lloyd Braga

Introdução ao livro físico

O livro *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014* nasceu de uma proposta da Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB) – na pessoa do seu presidente, Luís Couto Gonçalves. O objetivo era a publicação de uma obra, a lançar durante a comemoração dos 40 anos da Universidade do Minho, que desse a conhecer as diversas fases do seu desenvolvimento. A iniciativa filiava-se no quadro de experiências congêneres, nacionais e internacionais, de disseminação do conhecimento histórico sobre as universidades.¹

No caso em análise, impunha-se adequar o projeto de investigação à condição histórica da Universidade do Minho, enquanto representante do grupo de universidades novas implementadas num período de apogeu do sistema de ensino superior ocidental. Daí que a matriz deste estudo se traduza na análise do processo de afirmação da Universidade do Minho nos ciclos históricos que a modelam, assumindo-se como referente o modelo identitário fundador e suas expressões subsequentes, entendidas como elementos que interagem segundo uma espécie de *continuum* em aberto. Ao mesmo tempo, visou-se acompanhar as dinâmicas mais recentes, de contornos globais, que marcam a universidade no seu conjunto e a Universidade do Minho em particular, cujos efeitos se revelam ainda indeterminados.

Identificar intervenientes e projetos, verificar os tempos e os espaços de concretização, considerar o jogo das diferenças nas trajetórias individuais e coletivas que cruzam a construção de uma nova universidade, tudo isto exigiu uma conceção atenta à forma como as linhas estruturantes resultavam da planificação e da discussão das opções a seguir. Nesse sentido, a estratégia presente neste livro tentou não abdicar da ideia de que aquela construção se fez – como se faz – num clima, muitas vezes imponderável, de experiências, em que os protocolos e as regras tiveram que ser reinventados pelos diversos protagonistas. Uma universidade, com todo o rigor, projeta-se, e de que forma, na cidade onde se implanta. Neste caso, estamos a falar de, pelo menos, duas, Braga e Guimarães, e, talvez, numa linha de fundo, da antiga Lourenço Marques. Com alguma cautela, arriscamos a convidar o leitor deste livro a instalar-se num horizonte provavelmente ainda mais vasto, onde ocorre a procura determinante dos sentidos de inovação e dos seus contextos de aplicação – científicos, políticos e sociais.

O livro desenvolve-se em três partes.

A primeira, *Perspetivas*, situa a criação da Universidade do Minho no Portugal de então. Mostra como a educação é encarada como mola propulsora da modernização económica e social do país, ao mesmo tempo que permite elidir o impacto da guerra colonial. Paradoxalmente (ou talvez não), o alcance do programa reformador de Veiga Simão é profundo como o ilustra a criação das novas universidades ao questionar um dos pilares da arquitetura do poder do Estado Novo.

A segunda parte, *Fundamentos*, encerra as políticas, as orientações e os planos estratégicos que tornaram possível o sucesso da universidade emergente, entre a fundação e o presente. Dá a conhecer o governo da Universidade do Minho e as suas singularidades, os reitores e as equipas reitorais, os programas de ação inscritos na trajetória da instituição, pontuada e atravessada pelos ciclos históricos que atuam a diferentes escalas, num país em acelerada mudança. Em paralelo às circunstâncias dos homens analisa-se o poder e a força da ideia que se traduz em marcas identitárias, numa universidade que aspira a construir-se através de um modelo original, hoje marcadamente mitigado. Dito de outro modo: a universidade nova não esconde a ambição de ser uma universidade inovadora, projetando, desta forma, a própria condição da superação de alguns dos seus traços fundacionais.

Marcas, terceira e última parte do livro, devolve-nos uma vez mais ao princípio. O mesmo é dizer ao tempo demiúrgico pontuado pela ousadia de inventar e de criar a nova ideia de universidade, aberta à comunidade, à sociedade, à cultura – a universidade flexível e criativa, espelhada no leque alargado do mapa de saberes; a universidade corporizada nas suas instalações definitivas. Estamos perante os traços identitários mais emblemáticos da Universidade do Minho, sem esquecer a plasticidade que marcou o modelo matricial, através do qual foi pensada e construída.

Revolvidos os acervos documentais e os espaços arquivísticos da Universidade do Minho, levantada e sistematizada a informação, dispersa e maioritariamente não tratada, foi possível organizar núcleos documentais sólidos – um contributo para o futuro arquivo histórico da Universidade do Minho. Somam-se pesquisas realizadas em outras instituições (Sociedade Martins Sarmento, Arquivo Alfredo Pimenta, Biblioteca Pública de Braga, Arquivo Distrital de Braga, Arquivo do Ministério da Educação e Biblioteca Nacional de Portugal) que resultaram na criação de um *corpus* documental amplo, composto por vários tipos de registo. Iniciou-se um arquivo oral, com um conjunto de entrevistas, narrativas individuais e testemunhos (aproximadamente 50, número em aberto), em que se cruzam memórias e histórias das cidades (Braga e Guimarães), e que permitiu gravar a história da Universidade do Minho a várias vozes – entre protagonistas da Instituição ligados ao seu governo, representantes dos funcionários, dos estudantes, das escolas, políticos e outras personalidades.

Do exposto, depreende-se a distância que separa o manancial informativo e documental recolhido dos limites do livro físico, ultrapassando-o em larga medida. Importa, por isso, destacar o contributo do novo presidente da FCLB, Carlos Alberto Couto, à ampliação do projeto. Este contributo traduziu-se na ideia de produção de um *livro digital expandido*, projetado para acolher desenvolvimentos ulteriores deste livro físico, a sedear no RepositoriUM; no apoio à operacionalização de um arquivo digital dos materiais do projeto; e na realização de uma exposição temática sobre a história da Universidade. No espírito das suas palavras, tratar-se-á de “criar espaço ao futuro”.

O projeto de investigação “História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas socio-históricas e expansão da rede universitária portuguesa”, composto por uma equipa interdisciplinar, conviveu ao longo dos dois últimos anos, com esta tensão entre o desenho de um “grande arquivo”² que resgatasse as memórias complexas da Universidade e a abordagem interpretativa do seu percurso num quadro obrigatoriamente sintético e exploratório. Na diversidade resultante da disciplina de atenção de cada um dos autores deste livro existe, porém, a expectativa de que a comunidade de perspetivas produzidas nesta investigação constitua uma janela para um tempo histórico dominado por camadas finas de passado e povoado de muitos e sucessivos presentes que importa continuar a compreender.

FÁTIMA MOURA FERREIRA
Coordenadora do projeto

- ¹ Disso é exemplo cimeiro *A History of the University in the Europe*, projeto patrocinado pela Conferência Permanente dos reitores, Presidentes e Vice-Chanceleres das Universidades Europeias, e concretizado pela atual Associação Europeia das Universidades. A ideia deste projeto foi apresentada em 1983. O plano da obra foi entregue a uma comissão redatorial, liderada por Walter Rüegg, tendo sido publicada entre 1992 e 2011. Em termos nacionais é de assinalar, entre outros, o projeto editorial *História da Universidade em Portugal* que registou apenas a edição, em 1997, dos tomos 1 e 2, do volume I, relativos às épocas medieval e moderna. Algumas universidades portuguesas, entretanto, publicaram estudos monográficos sobre a sua própria história.
- ² Cf. Spieker, 2008.

Introdução ao livro digital

A edição digital do livro História da Universidade do Minho 1973 1974-2014 traduz o desafio lançado pelo Presidente da Fundação Carlos Lloyd Braga, Professor Doutor Carlos Alberto Couto, de “criar espaço ao futuro”, através da produção de um “livro expandido”.

Em rigor, trata-se de uma versão enriquecida da edição impressa, que abre a possibilidade de aceder ao corpus documental reunido no âmbito do projeto de investigação “História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas sócio históricas e expansão da rede universitária portuguesa”. Transcende, nestes termos, o livro físico, permitindo explorar testemunhos, entrevistas e materiais documentais de índole diversa, já reunidos e que venham a ser compilados no futuro, a respeito da trajetória da Instituição e elementos sobre a história da região. Configura-se assim como um livro dinâmico, na expressão cara ao Professor Carlos Alberto Couto, uma vez que é projetado para acolher novos conteúdos documentais, disponibilizados a partir do arquivo digital do projeto (em construção). Representa, em suma, um contributo decisivo para estimular pesquisas futuras e estudos de aprofundamento sobre as temáticas apontadas, no quadro de uma arquitetura editorial que se apresenta original e potenciadora de novas abordagens.

A terminar, importa lembrar o leque restrito de pessoas que contribuíram de forma determinante para tornar possível a concretização deste projeto, em tempo útil. Um agradecimento muito especial é devido ao Dr. Luís Almeida, do Centro de Computação Gráfica (CCG), entidade responsável pela produção da edição digital. O seu entusiasmo e colaboração atenta fizeram de facto a diferença. Igualmente, cumpre sublinhar o profissionalismo e o cuidado depositado pela Dr.^a Isabel Varajão (CCG) nas múltiplas operações imprescindíveis à edição digital, bem como do Dr. Nuno Sousa (CCG), fundamental no apoio técnico de programação. A presença e o apoio do João Faria, autor do design gráfico da edição impressa, foram fundamentais na reconversão do livro físico. O Dr. Eloy Rodrigues, diretor dos SDUM, manifestou uma receptividade e uma disponibilidade invulgares na prossecução deste projeto, criando as condições logísticas de alojamento do livro e do arquivo digital no RepositoriUM. O Dr. Ricardo Cruz (SDUM) foi incansável na operacionalização das ligações a estabelecer entre as duas plataformas. De relevar ainda o leque de pessoas que deram um contributo imprescindível nas operações várias relativas à organização e tratamento de conteúdos de informação: Pedro Costa (GCII) no apoio à edição dos registos áudio e vídeo; Bruno Fonseca, Jorge Torres, Marcos Mesquita e Natália Pereira, jovens investigadores, pertencentes ao Lab2PT, pela generosidade do tempo que dedicaram às tarefas invisíveis que o trabalho de investigação (e este em particular) acarreta. À doutora Márcia Oliveira, bolsista do projeto, pela dedicação e empenho extremo colocados na seleção e tratamento da informação.

Os agradecimentos finais são dirigidos ao Senhor Reitor, a quem se deve o apoio essencial na prossecução do projeto do livro digital e ao Presidente da Fundação Carlos Lloyd Braga, mentor do livro que hoje se apresenta.

FÁTIMA MOURA FERREIRA

Coordenadora Científica - Edição Digital do Livro História da Universidade do Minho

1973 1974-2014

Capítulo 1

Mudar o País através da educação?

Pode um país permanecer igual com uma mudança profunda na educação? Entre os anos 60 e inícios dos anos 70 do século XX, emerge em Portugal uma geração de académicos, técnicos e políticos que pensou, de vários modos, alterar as dinâmicas ligadas ao sistema de ensino e educação. A universidade constituiu um dos focos dos ensaios de reforma.

Um ministro concentrou em si a expectativa da mudança – José Veiga Simão, nomeado para a pasta da Educação em 1970. A experiência ganha no ultramar, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique - Universidade de Lourenço Marques, proporciona a partir de fora um impulso decisivo que atinge a metrópole. Outras figuras cruzam estes tempos, projetando e discutindo os cenários de mudança. O capítulo ensaia um olhar sobre estas encruzilhadas, imprimindo as saliências e contra saliências da reforma das universidades.

Nas suas várias especialidades, os planos de fomento – nomeadamente o IV Plano de Fomento, de 1974-1979 – debatem-se com a incapacidade do regime se abrir e democratizar. Algumas das propostas técnicas e académicas em torno de novas escolas superiores mantêm os limites estreitos da rede universitária existente no Norte do País. O projeto de Veiga Simão, pelo contrário, procura romper com os poderes universitários instalados. É neste contexto que surge a Universidade do Minho, num tempo novo ainda por descobrir.

1 A universidade portuguesa na viragem dos anos 60

A 11 de agosto de 1973 foi criada oficialmente a Universidade do Minho no quadro da expansão e diversificação do ensino superior, plano que consagrou a instituição de novas universidades, institutos politécnicos e escolas normais superiores (Decreto-Lei nº 402/73).¹ O diploma constituiu parte integrante da reforma da educação patrocinada pelo ministro da tutela, José Veiga Simão, e representou uma mudança profunda.

À escala da metrópole e ilhas atlânticas, a política de democratização e descentralização do ensino traduziu-se na duplicação do número de instituições universitárias. Às quatro existentes – Universidade de Coimbra, Universidade Clássica de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa – somaram-se três novos estabelecimentos: Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Número que em breve passaria a quatro pela reconversão do Instituto Universitário de Évora em universidade.² Contabilizando as universidades ultramarinas, Universidade de Luanda e Universidade de Lourenço Marques, instituídas em meados dos anos 60, o País passou a dispor de dez instituições universitárias públicas – em rigor onze, se incluirmos a Universidade Católica Portuguesa. Um número considerado excessivo por setores conservadores da academia, independentemente do quadrante político-ideológico de filiação. Nas palavras retrospectivas de Freitas do Amaral, a iniciativa apresentou-se como uma “*bomba*”, um sinal de que “*o País parecia outro*”³ – sobretudo atendendo à história e à tradição da universidade em Portugal.

Portugal entrava, assim, no movimento de democratização e regionalização do ensino superior, na esteira das mudanças estruturais que atravessaram a Europa Ocidental, a partir de finais dos anos 50, simbolicamente representado através da Conferência de Caen, em França (1956); do Conselho da Ciência, na República Federal da Alemanha (1957); e da Comissão e Relatório Robbins, na Grã-Bretanha (1961-1963). Salvaguarde-se, contudo, a distância e especificidade que o conceito de democratização encerrava no Portugal de então, comparativamente ao observado entre os Estados democráticos da Europa Ocidental.⁴ Tratava-se de afirmar um direito à educação à luz da ideologia meritocrática, justificado por considerações economicistas e societárias.⁵

A tônica colocada na ciência, na investigação e na tecnologia, como pilares do desenvolvimento económico e social, constituía um vetor axial do pensamento

ministerial. Este encontrou no sistema de educação britânico do pós-guerra a referência modelar. Tratava-se de contribuir para a sustentação do crescimento e progresso de Portugal, adotando os parâmetros científicos e técnicos ocidentais, promovendo, em paralelo, a elevação dos níveis socioculturais da população, face à persistência de elevadas taxas de analfabetismo – ideia cara ao modelo de Estado Social do marcelismo, para o qual concorria eficazmente a política reformista do ministro Veiga Simão.⁶

O apoio de Marcello Caetano, presidente do Conselho, apresentar-se-ia decisivo para o triunfo da “*batalha da educação*” e da reforma do ensino superior, na sequência do chumbo do Conselho de Ministros à proposta apresentada pelo ministro da especialidade, sintomático das fortes resistências políticas e corporativas que se faziam sentir.⁷

Repetidas vezes, Caetano sublinhará a ideia de que a educação era de facto uma prioridade da agenda do seu Governo, traçada no discurso inaugural da cerimónia de tomada de posse do cargo de presidente do Conselho. A política de desenvolvimento do País assim o justificava, como também a crescente contestação estudantil que fazia notar a urgência e a impossibilidade de evitar a crise da universidade.⁸

A racionalidade da decisão política do presidente do Conselho não elidia, porventura, algum desconforto emocional do político conservador face às potenciais implicações sociais do empreendimento.⁹ Caetano acreditava (ou quis acreditar) que a democratização educativa não tinha necessariamente de ser acompanhada pelos malefícios que marcavam as sociedades modernas: a ideologia consumista, a dissolução da família, a quebra de valores tradicionais, a afirmação do individualismo, da consciência cívica e da aspiração democrática.¹⁰

“[S]e esta preocupação de inserir as mudanças na evolução do País, de contrariar os métodos revolucionários, de fazer frente à subversão, de manter a autoridade, se tudo isto define a mentalidade da direita, pois bem, sou e me honro de ser um homem da direita”.¹¹

Com algumas décadas de atraso, o País enveredava por uma política desenvolvimentista, na esteira de alguns sinais percussores. O ingresso na EFTA, em 1960, é disso um bom exemplo, ainda que acompanhado por orientações ambivalentes quanto ao rumo da política económica a seguir. É certo que o II Plano de Fomento (1959-1964) elegeu a industrialização como via privilegiada do crescimento da economia portuguesa, afirmando o êxito das teses industrialistas em detrimento dos interesses agrários e corporativistas, diretriz que vem a ser consagrada cabalmente com o Plano de Fomento Intercalar (1965-1967).

A progressiva liberalização da economia metropolitana traduziu-se no aumento expressivo do investimento externo e no desenvolvimento de acordos com organismos internacionais (OCDE, FMI, BIRD e GATT).¹² A intensificação dos contactos

externos repercutiu-se na crescente sensibilização de equipas ministeriais às orientações da política económica europeia e aos seus ideais reformadores – tendência que vem a receber expressão plena nos primeiros anos do marcelismo, no quadro da remodelação governamental das pastas da Economia e das Finanças.¹³

Pela mesma altura, os ventos de mudança conquistaram alguns espíritos nas áreas da educação e do desenvolvimento económico. As teses associadas às teorias do capital humano e aumento de produtividade, então em voga na OCDE, encontraram eco e receptividade entre alguns políticos.

Disso foi exemplo a ação de Francisco Leite Pinto, ministro da Educação Nacional (julho de 1955 a maio de 1961), responsável pelo lançar da ideia junto da OCDE do programa que se veria a consubstanciar no Projeto Regional do Mediterrâneo.¹⁴ O estudo (e planeamento) do sistema de ensino português, dirigido por uma comissão internacional, com o concurso de uma equipa de investigadores nacionais, produziria importantes resultados teóricos.¹⁵ Evidenciou a urgência do País enveredar por uma política de investimento ativo na educação, apoiada nas estimativas sobre necessidades de mão-de-obra qualificada e formação escolar, avançadas para o período entre 1962 a 1975.

Como foi devidamente sublinhado, a importância destes estudos traduziu-se na divulgação crescente da ideologia desenvolvimentista – também designada por ocdeísmo – sobretudo entre os técnicos dos organismos ligados aos gabinetes de economia e de educação, criados durante as décadas de crescimento: Instituto Nacional de Investigação Industrial; Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra; Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa e Centro para o Estudo de Estatísticas Económicas.¹⁶

Em contraponto, a influência destes relatórios foi lateral em termos da consubstanciação da política educativa, em razão das descontinuidades que marcaram as orientações seguidas pelos ministros da tutela, entre os finais dos anos 50 e os inícios da década de 70, balizadas pelas agendas de Leite Pinto e Veiga Simão.¹⁷

As manifestações de abertura ao exterior repercutiram-se ainda na afirmação de uma corrente do pensamento social apostada no estudo e no conhecimento da sociedade portuguesa e que aspirava vir a influir nas políticas de progresso e desenvolvimento. A proximidade à Igreja e aos meios católicos progressistas permitiu-lhes granjear alguma visibilidade em termos políticos. Foi assim que a investigação económica modelada sob o prisma da interdisciplinaridade e da abertura às Ciências Sociais se veio a refletir na produção de estudos que deram a conhecer criticamente dimensões relativas às fragilidades económicas e sociais portuguesas.

Os trabalhos de Francisco Pereira de Moura, Adérito Sedas Nunes e Mário Murteira constituem ilustrações exemplares desta corrente, em processo de afirmação, ao nível do circuito académico e organismos estatais (Gabinete de Estudos Corporativos; Gabinete de Investigações Sociais).¹⁸ Nestes termos, atraso da economia

e sistema de educação deficitário tendem a ser equacionados em paralelo. As queixas sobre as limitações das estruturas de ensino multiplicavam-se ao mesmo tempo que cresciam as denúncias sobre o atavismo e a ineficácia da universidade portuguesa – proferidas através de canais diversos: reitores, conselhos de Faculdade, académicos, a par dos estudos que evidenciavam o incumprimento funcional do ensino universitário perante as exigências e os desafios desenvolvimentistas imperantes.

A intervenção de Manuel da Rocha engenheiro e diretor do LNEC, proferida no *Congresso sobre o Ensino da Engenharia*¹⁹, em Lisboa, em finais de 1962, é elucidativa da atmosfera que marcava a universidade portuguesa e da exigência de pôr termo ao marasmo científico:

“Não é necessário, felizmente, descobrir nada de novo, mas pura e simplesmente adotar ou adaptar às nossas condições o que hoje se pratica nos países da vanguarda do progresso científico. Aliás, seguindo a evolução do nosso ensino superior, verifica-se que o mal tem consistido em não ter havido coragem, em nenhum momento, de adotar francamente os modelos mais avançados, invocando-se sempre as condições peculiares do País, para afinal aceitar a sobrevivência de fórmulas abandonadas [...]. A Universidade tem de compreender, com toda a plenitude, que a sua função é servir o País, não se considerando um fim nela mesmo, nem se julgando ‘acima’ das preocupações, anseios e dificuldades da vida nacional [...]. A autonomia só deve ser concedida na medida em que corresponda à finalidade suprema da Universidade, isto é, servir o País, e não para alimentar vaidades e alimentar comodismos”.²⁰

Subjacente à aspiração de modernização, a crítica mais ou menos velada sobre o imobilismo da universidade, fazia-se acompanhar pela denúncia de alguns dos seus problemas mais profundos, relacionados diretamente com a estrutura corporativa do poder universitário. Entre eles assinalem-se: o manifesto atraso científico refletido nos *curricula* e nos planos de estudos, muito dos quais se mantinham inalteráveis, desde os finais da I República; a estrutura de saberes monolítica, alheia à renovação de áreas e espetros disciplinares (Psicologia, Ciências Sociais, Gestão de Empresas, Informática...); o arcaísmo pedagógico patenteado pela relação professor-aluno; a ausência de uma política de investigação consentânea com as exigências da ciência; os bloqueios à progressão académica; a exiguidade da dedicação exclusiva do professorado; o poder discricionário do catedrático.

Aos constrangimentos internos somava-se a fraquíssima percentagem da população universitária que, em termos comparativos europeus, encontrava apenas na Turquia um cenário ainda mais desfavorável; a forte seletividade social que marcava a frequência universitária; a elevada taxa de insucesso escolar, expressa no desfalecimento entre os estudantes inscritos e os que concluíam os respetivos estudos; o

baixo índice cultural da população do ensino superior.²¹

Em suma, um sistema universitário que espelhava o divórcio profundo em relação aos pilares que estruturavam as políticas de desenvolvimento económico, assentes na ciência e na investigação, e queurgia, na perspetiva do campo reformista, reformular estruturalmente.²² Tratava-se, no limite, de conceber os fins e os objetivos da universidade “nas sociedades em desenvolvimento, como resultado de uma mudança radical nos nossos hábitos de pensar e conceber a ciência e o progresso”.²³

O estatuto de homens da ciência e/ou tecnocratas que caracterizava o perfil de alguns dos interlocutores que questionavam o atavismo da universidade contribuiu, seguramente, para credibilizar as exigências de reforma preconizadas. Até porque as reivindicações eram suportadas por exigências de desenvolvimento e competitividade económicas – permitindo mascarar (ou não) as implicações ideológicas presentes no conceito de democratização: “Educar é preparar os jovens a poderem sofrer sucessivas integrações em mundos prospectivos”.²⁴

2 Veiga Simão: o tempo e o modo da reforma do ensino superior

Em 14 de janeiro de 1970, Marcello Caetano explicou aos portugueses, pela EN e RTP, as prioridades do Governo, no quadro da remodelação governamental que então teve lugar.²⁵

A defesa militar do ultramar e o prosseguimento da guerra colonial continuavam a representar a questão nevrálgica e omnipresente do regime. Segundo Caetano, os fundamentos do combate aos “terroristas” mantinham-se vivos, alicerçados num nacionalismo que tudo parecia legitimar, não obstante as pressões e denúncias da comunidade política internacional, que veiculavam um jogo de equilíbrios instáveis.²⁶ O investimento nas províncias ultramarinas mantinha-se elevado tanto do ponto de vista económico, financeiro, tecnológico e humano. Como declarava ao País, era sobretudo “a vontade tenaz de levar a cabo a missão de valorização da terra e da gente do Ultramar protegendo-as, nos planos diplomático e militar, das ameaças que perturbam a paz, cercam vidas e comprometem o trabalho criador”.²⁷

Esta política de alheamento às exigências dos movimentos independentistas sugeria uma denegação dos movimentos da história, e contrastava com os elevados custos de prossecução do combate: humanos, económicos, financeiros, políticos e sociais.

Cresciam, no entanto, os sinais de contestação da juventude à guerra colonial²⁸ – ou, com mais rigor, entre alguns segmentos privilegiados: jovens dotados de recursos educacionais, políticos, sociais e/ou económicos. A contestação assumia diferentes expressões, desde o radicalismo ideológico e a participação no combate estudantil, passando pelo exílio e fuga ao serviço militar, até ao envolvimento (infiltrado) no conflito. Ao mesmo tempo, exploravam-se fórmulas de adiamento do serviço militar – como é exemplo a possibilidade aberta aos jovens académicos, que concluíam as

licenciaturas com distinção, de prosseguir os estudos de doutoramento, adiando o ingresso militar (hipótese comum aos médicos que enveredassem pelos estudos de especialidade) – indícios do afastamento e desmotivação crescente de setores da juventude e de jovens adultos em relação à guerra colonial.

A política desenvolvimentista e o combate à inflação constituíam uma outra preocupação do Governo, como frisou o presidente de Conselho, centrada nas orientações delineadas no quadro do III Plano de Fomento. A reunião do Ministério das Corporações e Previdência Social com o da Saúde e da Assistência Social pretendia acelerar os programas de ação social e de assistência na doença a toda a população, no âmbito dos progressos recentes observados nos capítulos da habitação social e do seguro contra a doença.

A batalha da educação prosseguia, agora concentrada no campo da reforma do ensino superior, uma aposta na qualificação em prol do desenvolvimento harmonioso do País – expressão do relevo atribuído à construção do Estado Social, símbolo da era marcelista em processo complexo de sustentação. A escolha de Veiga Simão para ministro da Educação Nacional constituía, neste contexto, uma aposta à medida do desafio, atendendo às provas dadas enquanto construtor da Universidade de Lourenço Marques, exemplo de uma instituição moderna projetada à luz das referências anglo-saxónicas. O pensamento reformador do catedrático de Física Nuclear representava, aliás, uma mais-valia, alicerçado numa dimensão cumulativamente tecnocrata e humanista, como o próprio o sugere no discurso de posse como ministro da Educação Nacional:

“Reconheçamos que a Universidade não está habilitada a corresponder às necessidades do nosso tempo, reconheçamos que a sua reforma não é um problema do mundo capitalista ou das concepções marxistas: é antes um problema da mais forte acuidade, que deve ser tratado de forma científica e que exige soluções rápidas, maleáveis e susceptíveis de contínuas adaptações e aperfeiçoamentos. A reforma da Universidade constitui por isso a preocupação primeira deste Ministério e, ouvidos todos os seus elementos representativos, serão ensaiadas soluções que lhe assegurem a posição de vanguarda nos domínios do pensamento e lhe confirmem uma eminente dignidade.”²⁹

Cerca de três meses após a comunicação do presidente do Conselho ao País (e do anúncio sobre a prioridade do ensino superior, no plano da reforma da educação), Miller Guerra, catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa e bastonário da Ordem dos Médicos (1968-1971), apresentou na Assembleia Nacional, o aviso prévio sobre *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*.³⁰

O debate que se generalizou no hemiciclo constituiu um ponto de viragem nos cenários sobre a reforma do ensino superior, na perspetiva do ideário reformador e da tónica colocada na criação das universidades novas. Justamente, porque a

intervenção do deputado da Ala Liberal autorizou a projetar as ideias força sobre a crise da universidade e a urgência da reforma, na perspectiva dos seus críticos, transcendendo os limites da reflexão circunscritos até então (fundamentalmente) aos circuitos especializados da academia e segmentos governamentais especializados, como assinalado atrás.

A intervenção de Miller Guerra era um sinal de apoio inequívoco ao pensamento reformista do ministro da tutela, refletido na inevitabilidade da “nova feição” e do “novo caminho” que se impunham ao ensino superior – apesar do peso das resistências internas e corporativas, assim como das resistências externas, traduzidas nas forças de conservação do regime.

Entre os tópicos enformadores do discurso crítico de Miller Guerra, balizado entre o imobilismo e a modernização da universidade metropolitana, importa sublinhar alguns dos enunciados que revestiam especial carga simbólica.

Disso eram exemplo os que versavam o excessivo poder dos catedráticos. Em primeiro lugar, pelas posições que “*ocupa[va]m na vida nacional, na vida política, na vida económica e nos centros directores da vida nacional, posições de relevo, posições excepcionais, posições de comando*” que os desviavam da vida universitária (isto é: das funções de ensino e de investigação).³¹ Não menos relevante apresentava-se o poder discricionário do catedrático expresso no recrutamento docente, na regulação das carreiras e gestão dos quadros, fatores que impeliam a estagnação da ensino e o bloqueio da investigação.

Não menos sugestiva apresentava-se a imagem sobre a impossibilidade de auto-reforma da universidade. O valor da citação justifica, aqui, a sua longa extensão:

“Eu disse e volto a afirmar, nós dissemos, que as Universidades não se auto-reformam. Esta fórmula, que me parece evidente e que nem sequer fui eu que a inventei, apenas me cabendo alguma responsabilidade na sua vulgarização, aqui entre nós tem sido combatida com um argumento que me parece sofisticado e que eu vou apresentar. Ultimamente, tem-se lido em vários comunicados vindos a lume, de algumas Universidades nacionais, de Conselhos de Faculdades e até de Reitorias, que as Universidades se podem auto-reformar. Há aqui, evidentemente, uma ambiguidade. Quando eu digo que as Universidades não se auto-reformam, quero significar que as Universidades não tomam a iniciativa da reforma nem a acompanham até às últimas consequências. E quando chamo reforma volto outra vez ao princípio. Quando digo reforma, digo transformação da vida universitária, e não apenas mudança de cadeiras ou de horários. Nem pela história, nem pelo presente, nem em Portugal nem no estrangeiro, as Universidades do estilo coimbrão-napoleónico-latino, que são as nossas, jamais se auto-reformaram. É isto que quero dizer quando falo na impossibilidade de as Universidades se auto-reformarem. Não quero dizer, e seria uma tolice afirmá-lo, que elas

são insusceptíveis de se modificar e progredir. Elas são susceptíveis de progredir, são susceptíveis de se actualizar, se uma força externa as impulsionar e se contar no seu seio com uns núcleos de pessoas ou indivíduos isolados, catedráticos ou não, que sejam capazes de tomar nas suas mãos a condução de uma reforma verdadeira”.³²

O programa reformador divulgado por Miller Guerra centrava-se, assim, decisivamente, na criação das universidades novas, assim como no impacto esperado ao nível da irradiação criativa e operativa do ensino e da investigação:

“Eu sustento que não é possível fazer a reforma das Universidades existentes se não houver novas Universidades. As razões parecem-me claríssimas, mas há muita gente a quem parecem obscenas e subversivas. A reforma das Universidades existentes é necessária e é possível, como estamos vendo por estas pequenas modificações que o Sr. ministro da Educação Nacional já tem introduzido. Mas isto ainda não é nada. Porém, se não houver outras, Universidades de outro estilo, outras Universidades com outro tipo institucional, outras Universidades com espírito diferente, a reforma universitária fica parada a breve trecho. O que é necessário não é a alternativa de novas Universidades ou Universidades antigas, mas sim a cumulativa, o paralelismo entre a reforma das Universidades existentes e a criação de novas Universidades. São coisas concorrentes, que se reforçam mutuamente. Pergunta-se o que é a nossa Universidade e eu talvez nem saiba responder, apesar de ter pensado muitas vezes nisto, o mesmo devendo acontecer com muitas outras pessoas. O que são, pois, as novas Universidades? Como devem ser constituídas? Onde devem ser colocadas? Primeiro ponto: os Universidades serão, não do tipo tradicional, que é o nosso, o da Espanha, o da França e o dos países latinos, de uma maneira geral. São tipos irreformáveis, ou antes, auto-irreformáveis. São necessárias Universidades de tipo diferente, Universidades do tipo anglo-saxónico. São estas Universidades que se têm mostrado nos tempos modernos com uma capacidade de adaptação ao mundo e à vida, com uma flexibilidade tal que podem continuar a desempenhar o seu papel fundamental e tradicional, sem alterarem fundamentalmente as suas características básicas. Não vale a pena objectarem-me que aí também há movimentos estudantis. Isso não é objecção. Ou antes, é uma objecção de outro tipo [...]. Segundo ponto. Estas Universidades deverão ser consagradas às ciências que não estão cultivadas nas nossas Universidades, isto é, àquelas ciências que já deviam ter entrado dentro dos currículos universitários há muitos anos, o que, devido às resistências opostas às instituições universitárias, não tem sido possível. Refiro-me concretamente às ciências sociais. A representação que existe é absolutamente insuficiente. Refiro-me à psicologia, refiro-me à informática, às ciências da

administração e muitas outras. Isto não tem representação na Universidade portuguesa, nem a terá tão cedo se contarmos apenas com a auto-reforma. Por outro lado, é necessário que os professores das novas Universidades não sejam um produto directo das Universidades existentes. Quer dizer: que as novas Universidades não sejam um desdobramento, uma extensão, direi um termo que é bastante plebeu, mas que é significativo: uma filial, das Universidades existentes. Tratando-se de Universidades novas, os professores serão também professores novos. Novos, no duplo sentido que tem muita importância: no sentido de idade e no sentido das ideias. Por outro lado, há um ponto muitíssimo importante, que é a ligação das Universidades com os centros científicos estrangeiros. Aqui não pode haver provincianismos. Na cultura não pode haver provincianismos, temos de estar abertos ao Mundo – à Europa, à América, a todos os centros produtores e distribuidores de conhecimentos. Nós só temos a lucrar com um intercâmbio denso, cerrado, permanente, extenso, com todos os centros mundiais, particularmente europeus, onde se produz, distribui e elabora ciência. Não tenhamos medo de perder a nossa independência cultural, não tenhamos medo de nos abastardarmos, pensando por figurinos estrangeiros. Não tenhamos medo disso na cultura, na investigação, na tecnologia. O génio próprio português não consiste nessa cópia. Consiste na tradução, na transformação e na aplicação de todos esses conhecimentos à realidade portuguesa, para que ela por fim dê o arranque e comecemos a ser uma sociedade verdadeiramente moderna e europeia”.³³

O conteúdo das propostas reformistas avançadas era semelhante aos ideais preconizados por outros académicos e intelectuais críticos, desde meados dos anos 60 – aliás, como o próprio o frisou, ao realçar o seu estatuto de divulgador mais do que de autor das ideias expostas. O que se compreende. As soluções defendidas correspondiam, em larga medida, às instituídas e adotadas nos países europeus de referência – Grã-Bretanha e França – equacionadas e fundamentadas a partir do estudo reflexivo da realidade social e escolar da metrópole, liderado pela equipa de Sedas Nunes.

Vale a pena evocar, a este propósito, algumas das ideias que marcaram as intervenções de Veiga Simão na qualidade de Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, mais tarde Universidade de Lourenço Marques, com o fim de evidenciar a identidade matricial que atravessava as propostas reformadoras, enunciadas ao longo dos anos 60. Já então Veiga Simão defendia as universidades ultramarinas como esteios propulsores da reforma da universidade portuguesa, meio de contribuir para a credibilização das instituições emergentes, e, em simultâneo, meio de legitimar o modelo de modernização universitária a perfilhar.³⁴ Na sua perspetiva este assentava, nomeadamente, na adoção do sistema anglo-saxónico em alternativa ao modelo napoleónico, entre outras mudanças preconizadas.³⁵

“A minha posição neste domínio é bem conhecida e tenho sido bem claro. Estou convencido que o futuro dos Estudos Universitários estão largamente dependentes da Reforma do Ensino Superior. Uma reforma que estabeleça nos seus planos de estudo vários graus que possam satisfazer as múltiplas exigências do País, uma reforma que estabeleça planos de estudo actualizados que permitam viver o estado da Ciência nos tempos de hoje, uma Reforma realista que corresponde às necessidades mais imperiosas do mundo português. Uma Reforma que dê plena satisfação ao mais forte anseio da Universidade Portuguesa: poder viver activamente para o Portugal de hoje e de amanhã, profundamente enraizada no Portugal de ontem.”³⁶

E, com efeito, o reitorado de Veiga Simão foi marcado pelo desígnio de criar uma universidade moderna, uma universidade modelo em termos científicos, técnicos e laboratoriais, uma universidade renovada em termos pedagógicos.

Uma instituição que fizesse a diferença, edificada a partir de transferências de centros científicos internacionais de ponta – no plano da formação pós-graduada, da aquisição e dotação de equipamentos laboratoriais e bibliografia especializada, na criação de redes privilegiadas com instituições académicas nacionais e internacionais – e de colaborações pontuais e permanentes com professores da metrópole e jovens licenciados recrutados entre os melhores alunos das universidades portuguesas.³⁷

Uma instituição pensada e vocacionada para religar Portugal e África no contexto do colonialismo tardio português, assente nas políticas de fomento da educação e de modernização económica e tecnológica, lançadas nos anos 50 e 60, manifestamente tardias em relação à agenda internacional dos movimentos independentistas.³⁸ Seja como for, importará frisar, sobretudo no caso que nos ocupa, a importância e a qualidade das internalizações realizadas a partir do centro em campos tão vastos de inovação como sejam a ciência, a tecnologia ou a arquitetura, à margem dos processos que se passavam na periférica metrópole.

Uma universidade que se aspirou completa e equiparada às universidades da metrópole e que pretendeu constituir-se como polo de atração de estudantes de países africanos, rivalizando com centros universitários africanos de referência.

Essa aspiração carregou o apoio político de Oliveira Salazar – que sancionou a elevação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique em Universidade de Lourenço Marques e o estabelecimento de uma “*universidade integral*”, à exceção do direito que não figurava entre o leque da oferta formativa – e o reconhecimento de Marcello Caetano, que aceitou ser homenageado com o grau de *Doutor Honoris Causa* pela respetiva instituição – cerimónia que correspondeu, igualmente, à concessão do primeiro grau de doutor. Assim apresentava o Reitor a sua obra, em abril de 1969, por ocasião da referida cerimónia:

“São divisa da Universidade que se obriga a satisfazer a inata aspiração humana e o espiritual afã de comunicar Cultura; a dominar prática e

efectivamente a Ciência; a pesquisar a verdade na unidade do Saber, de modo a produzir e a educar melhor. E, para assim ser, já todos começámos a sonhar. Qual de vós o não o fez? Pois vale a pena. [...] É a Universidade-Piloto, com orgânica a respirar progresso, com estatuto que a vitaliza e encaminha para o futuro [...]. É a realidade material a erguer-se lá para as bandas da Polana, debruçada sobre a baía, nesta linda cidade que nos acolheu. Vêem-se edifícios modernos e funcionais: laboratórios, anfiteatros, salas de aula, bibliotecas, ginásios, blocos de convívio.”³⁹

Muito provavelmente, uma das expressões maiores do intento e obra de Veiga Simão encontra-se nos testemunhos de colaboradores, professores, alunos e discípulos da Universidade de Lourenço Marques, ao vincarem, por um lado, a modernidade e a vanguarda do ensino praticado pela instituição e, por outro lado, ao corporizarem o que designaríamos por cultura de “Universidade-Piloto”, ou seja uma cultura universitária que se reivindica singular e pioneira face à tradição universitária metropolitana, moldada à luz do referente anglo-saxónico.⁴⁰

O sucesso que marcou a construção da recém Universidade de Lourenço Marques constituía, a este nível, um exemplo das potencialidades abertas às (futuras) novas universidades, como o testemunhavam professores, colaboradores e responsáveis diretos, deputados, agentes da administração colonial, através de canais diversos, designadamente a imprensa e a Assembleia Nacional.

A importância e a urgência das universidades novas são, igualmente, realçadas por Pinto Machado, futuro membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho e figura tutelar da reforma do ensino da Medicina e das Ciências da Vida, como instituições originais, destituídas dos vícios das universidades existentes.

“[N]ão quero deixar de declarar desde já a minha firme convicção de que é na criação de novas Universidades – que o volume da população escolar urgentemente impõe – que ponho a minha maior esperança, desde que se trate, efectivamente, das Universidades novas: novas no tipo institucional de autonomia e co-gestão, novas na organização departamental, novas na metodologia e conteúdo do ensino, novas nas possibilidades de investigação, novas na estrutura arquitectónica e urbanística, novas na dedicação integral, entusiasmo e juventude de espírito dos docentes, novas na exigência, iniciativa e determinação dos alunos”.⁴¹

O combate apologético em torno das universidades novas – duplamente novas: em termos de criação e em termos de modelo-ideal – era sustentado por um segmento minoritário da Assembleia Nacional, em contraposição à maioria que defendia um sistema de reformas graduais e progressivas, em consonância com o espírito do regime.⁴² As resistências eram assim ditadas tanto por razões corporativas, de defesa

da universidade existente, ainda que anacrónica, como por razões externas, fundadas no princípio de conservar e controlar a mudança – dada a sua imprevisibilidade, face aos movimentos de contestação estudantil, registados no passado recente.⁴³

As intervenções dos professores Nunes de Oliveira e Vítor Aguiar e Silva constituíram, a este propósito, momentos expressivos da defesa do *status quo*. De modo muito particular, este último.⁴⁴ O poder do discurso de Aguiar e Silva radicou na mobilização crítica, ideologicamente polarizada, do pensamento de sociólogos e outros especialistas da Ciência Política, sobre o debate em torno da questão universitária (*Aron versus Bourdieu*). Assentou, ainda, na revisão atualizada da literatura da especialidade sobre os movimentos estudantis e os sistemas de reforma da universidade, lançados em países da Europa Ocidental (França, Grã-Bretanha e Alemanha Federal), levando o jovem professor de Coimbra a concluir pela relativização das propostas reformistas. De uma banda, ao alertar contra o perigo dos excessos: excesso de utopia mas também excesso de seguidismo, mítico e acrítico, em relação ao modelo europeu.⁴⁵ De outra banda, por devolver o debate à sua matriz política e ideológica original, recusando a possibilidade de o circunscrever a uma abordagem meramente tecnicista.⁴⁶

“A absoluta neutralidade do saber científico em relação a valores morais, metafísicos, existenciais, etc., é impossível, sobretudo nas chamadas ciências humanas e sociais. Esta coexistência de valores no seio da instituição universitária origina decerto tensões e desequilíbrios, mas não pode ser ignorada. Ora o que é extremamente grave é que se instaure, entre uma Universidade e a respectiva sociedade e os seus sistemas de valores, um desfasamento radical, como acontece quando uma Universidade, integrada numa sociedade dita ocidental, preponderantemente cristã, burguesa e liberal, cai sob o domínio do marxismo. E este, em grande medida, o terrível problema da Universidade francesa, e pode ser amanhã, em termos substancialmente idênticos, o problema da Universidade portuguesa”.⁴⁷

É significativo o intervalo de tempo que mediou entre este debate (abril de 1970) e o anúncio público do projeto de reforma da educação (janeiro de 1971) – cerca de nove meses. Aliás, o próprio Miller Guerra declarou ter hesitado apresentar o aviso prévio sobre *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, na sequência da nomeação de Veiga Simão para a pasta da Educação. O que é revelador do mal-estar reinante na universidade portuguesa e, ao mesmo tempo, da expectativa positiva em relação à escolha do novo ministro, certamente, pelo seu pensamento de matriz reformadora.

Em comunicação ao País, datada de 6 de janeiro de 1971, o ministro da Educação Nacional expôs as linhas gerais da reforma do ensino, corporizadas em dois textos – o *Projeto do Sistema Escolar* e as *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior* – destinados a serem objeto de uma discussão aberta entre diferentes sectores e organismos da sociedade. Só dois anos mais tarde, o projeto seria apresentado aos órgãos políticos.

A discussão travada na Assembleia Nacional teve o seu início em abril de 1973, após o parecer positivo da Câmara Corporativa. O debate apresentou-se favorável ao projeto, convertendo-se em lei a 25 de julho de 1973.⁴⁸ Um desfecho que consagrou os dotes técnicos, políticos, comunicacionais do ministro Veiga Simão, expressos na condução de uma reforma que se previa, à partida, complexa e polarizada.⁴⁹

3 A criação das novas universidades e a reconfiguração metropolitana

As universidades constituíram o objeto de atenção privilegiada das *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, documento chave do projeto de reforma da educação, patrocinado pelo ministro da tutela, apresentado ao País para discussão pública. Em contraponto, aos institutos politécnicos e às outras escolas superiores a criar foram reservados procedimentos distintos.⁵⁰ O fim imediato residia na “*promulgação de um novo estatuto das universidades portuguesas*” que corporizasse os ideais de reforma em presença e pusesse termo ao estado de crise da instituição, de acordo com os princípios base postos à discussão pública.⁵¹

As coordenadas de base da reforma incidiam sobre a instituição no seu todo e versavam um leque de pontos, a saber: 1) funções e fins da universidade; 2) estruturas orgânicas da universidade; 3) órgãos do governo e gestão participada da instituição; 4) autonomia e estatutos da universidade; 5) acesso à universidade; 6) estrutura do ensino universitário; 7) atividade científica e cultural; 8) disposições complementares. As orientações veiculadas iam ao encontro do património reformador. Entre elas, são de destacar: a natureza do ensino universitário, baseada na conciliação de princípios da universidade humboldtiana com princípios de formação profissional e desenvolvimento da ciência; a proposta de organização departamental bem como a existência de institutos interuniversitários; a nomeação do Reitor pelo ministro da Educação Nacional, “*de entre uma lista de três professores catedráticos designados por votação, segundo a forma prevista no estatuto da respectiva universidade*”⁵².

Se o ponto de mira era a universidade, a linha de horizonte era bem mais vasta e profunda. Visava-se a “*democratização regional da educação*”, um dos esteios capitais do projeto de reforma de Veiga Simão. No caso em análise, defendia-se o alargamento das “*possibilidades de proporcionar aos portugueses uma mais larga e diversificada rede do ensino superior*”.⁵³ Ou, dito por outras palavras, a afirmação do princípio de regionalização do ensino superior apresentado como um direito de todos os portugueses, na esteira da tendência registada entre os países da Europa Ocidental.⁵⁴

Compreensivelmente, a proposta de criação de novas universidades suscitou uma forte recetividade, não apenas ao nível da opinião pública, mas, sobretudo, ao nível da esfera dos interesses políticos regionais, mobilizando elites locais e notáveis com poder de influência junto ao “*centro do poder*”.⁵⁵ Nestas circunstâncias, o debate

amplia-se, transcendendo as fronteiras da academia. Concomitantemente, o espectro da argumentação dilata-se: a argumentação política, ideológica e corporativa (como vimos atrás, a pretexto do aviso prévio sobre *As Universidades Tradicionais*...) é atravessada pela incorporação de outros fundamentos relacionados com a modernização económica e a elevação do nível de vida das populações em termos socioculturais.

Com efeito, a instalação dos novos centros universitários foi perspectivada como uma oportunidade excelente de estimular o progresso local e regional, tanto em termos económicos como socioculturais, atendendo às potencialidades associadas a um empreendimento desta natureza. Daí a profusão de pedidos que ecoaram através da imprensa e dos círculos do poder. Os argumentos desfilavam, de acordo com a leitura da cidade anfitriã, sobre as vantagens competitivas oferecidas face a outras regiões candidatas. Vejamos algumas ilustrações.

A mobilização da memória e tradições históricas da cidade de Évora foi uma das estratégias exemplares para legitimar as pretensões da capital de distrito a acolher um futuro novo centro universitário – argumento cultivado por outras cidades com tradições académicas, como é exemplo Guimarães. Não menos importante perfilhou-se a abordagem económica, apoiada em indicadores de crescimento e de contributo fiscal, reputados como distintivos à escala nacional e tidos como condições favoráveis, pelo impulso que representavam, ao desenvolvimento futuro e à instalação de uma universidade. A abordagem em termos inversos teve igualmente lugar: procurou-se retirar dividendos políticos do estatuto de interioridade e debilidade económica da região (mormente Évora) com o fim de legitimar positivamente a receção de investimento exógeno. Por sua vez, a escala urbana foi também objeto de visões não coincidentes: aos benefícios de tranquilidade das cidades de província mais tradicionais contrapunham-se as vantagens culturais e económicas dos espaços urbanos de maiores dimensões.

A intervenção do deputado Cota Dias, na Assembleia Nacional, em abril de 1972, revelou-se, a este propósito, um testemunho expressivo das dinâmicas regionais que o projeto das novas universidades suscitou no País:

“V. Ex.⁵⁶ começou por referir solicitações de cidades e vilas ao Sr. ministro da Educação Nacional, quando do anúncio, pelo Sr. ministro, da criação de três centros universitários, e fê-lo de uma maneira que parecia inculcar que nessas solicitações havia algo de imponderado. Como fiz parte de uma das comissões que visitaram o Sr. ministro, eu queria referir o mais vivamente que é possível essa afirmação de V. Ex.^a. E queria, fazê-lo por uma primeira e fundamental razão. É que, quando os representantes da minha região – e eu falo pela minha, os outros falarão pela deles – visitaram o Sr. ministro, não quiseram fazer aquilo que V. Ex.^a parece estar fazer, que é a querer substituir-se às instâncias que para decidir cuidadosamente meditam e estudam os assuntos. Quando o Sr. ministro da Educação Nacional visitou Évora, e aí foi

abordado sobre este assunto, houve uma expressão que foi usada no discurso com que ele foi recebido e que eu vou utilizar, apesar de não ser minha. Ao Sr. ministro foi dito que as Universidades não se pedem, merecem-se. E tudo o que nós pedíamos ao Sr. ministro foi que estudasse, fizesse estudar e ponderar os elementos que as regiões interiores, que não são tão desprotegidas como V. Ex.^a parece fazer crer nas conclusões que colheu na primeira parte da sua intervenção, poderiam oferecer. Esses elementos desejaríamos nós que fossem objecto de meditação e não queríamos, de nenhuma forma, antecipar ou forçar conclusões para os estudos. Isto quanto à ponderação ou imponderação dos pedidos. Não quisemos nós quando se anunciaram três centros Universitários para o País, fazer mais do que pedir que, ponderadamente, fossem consideradas as circunstâncias das regiões que representávamos. Quanto à conclusão que V. Ex.^a tira e, permito-me dizer um tanto ligeiramente, sobre a necessidade de colocação das Universidades na faixa costeira, há bons argumentos para contrabater essa tese.”

Para além das argumentações tecidas no debate sobre a localização das novas universidades, importa sublinhar a mobilização gerada pelo respetivo *dossier* no sentido de implicar os setores políticos em presença, independentemente do quadrante ideológico de pertença: direita ultraconservadora, centro-direita ou reformista. O que ajuda a compreender o impacto político e social do programa da regionalização do ensino superior, a recetividade das instâncias regionais e locais ao programa ministerial e a onda de popularidade que atravessou o País.

Regionalizar implicava, antes de mais, identificar e selecionar os locais de instalação das futuras novas universidades. As disputas regionais, tanto à escala inter como intrarregional, desenharam-se precocemente, face ao estímulo económico esperado da implantação dos novos centros de ensino superior. Gradualmente, à medida que as ideias a este respeito se iam convertendo em cenários mais objetivos, as pressões junto à esfera do poder cresciam, ditadas pelos interesses concorrenciais em jogo e pelas rivalidades regionais existentes.

Desde cedo, Veiga Simão delineou a abordagem política suscetível de potenciar a viabilidade e o sucesso do seu programa. De uma banda, acusando uma forte recetividade ao diálogo, à capacidade de lidar (e liderar) com a divergência e de construir consensos e equilíbrios políticos – como teremos oportunidade de verificar, precisamente, com o caso da criação da Universidade do Minho – interagindo com figuras representativas do regime e as forças vivas regionais (deputados e políticos locais, académicos). De outra banda, pela tónica colocada na realização de estudos técnicos e cientificamente construídos, de forma a validar as escolhas, cerceando as hipóteses de manipulação ditadas por interesses estranhos aos verdadeiros interesses nacionais: os interesses educativos e científicos.⁵⁷

A *Localização dos Novos Centros Universitários*, estudo de autoria do arquiteto J. P. Martins Barata e que contou com a colaboração de Vítor Anunciada, constitui a referência basilar sobre a fundamentação do plano de localização das novas universidades. Concluído em junho de 1972, no âmbito do GEPAE, o relatório acabaria por se converter na peça central de legitimação deste complexo e sensível *dossier*. O objetivo consistia na produção de indicadores quantificáveis que permitissem orientar a seleção dos locais a instalar os novos centros universitários, entendidos como instituições autónomas, sem qualquer tipo de dependência, direta ou indireta, às universidades existentes. O estudo partia das orientações e “*critérios precisos*” fixados pelo documento das *Linhas Gerais da Reforma...*, a saber:

“a composição demográfica e a sua evolução possível, tendo em conta não só o centro urbano mas também as respetivas zonas de influencia; o nível cultural e, em particular, o grau de desenvolvimento do ensino secundário; o equipamento industrial e de serviços; e a relação com os critérios de ordenamento do território definidos a nível do planeamento global e regional do País”.⁵⁸

O citado estudo partiu ainda das conclusões da investigação prévia realizada por Sousa Franco – no âmbito do relatório *Expansão do Sistema Universitário Português. Criação de novas Universidades e de novos centros de ensino superior*, GEPAE, 1971 – que permitiram afastar “*eliminarmente muitas daquelas sugestões e hipóteses*” sugeridas, pedidas ou propostas relativamente à localização das novas universidades.⁵⁹ Estas acabaram por ser reduzidas “*a cinco alternativas concretamente interessantes*”: Aveiro, Braga, Évora, Faro e Setúbal – esta última entendida como mera hipótese de extensão da região de Lisboa.⁶⁰

Os resultados atingidos foram esclarecedores dos “*méritos relativos das localizações alternativas estudadas. Setúbal (ou uma localização equivalente na área imediatamente sob a influencia de Lisboa), Braga e Aveiro reúnem o maior número de condições. Se se entender que a criação do Centro Universitário de Évora obriga a sacrificar um destes, então deverá ser Aveiro.*”⁶¹ Assim, de acordo com as conclusões do estudo, as cinco cidades alternativas examinadas foram reduzidas a três: Setúbal (ou zona equivalente), Braga e Aveiro.

Os resultados acerca das potencialidades de Braga eram eloquentes:

“Braga – tem um dos mais elevados potenciais de população, a mais forte densidade de estradas circundantes, uma elevada centralidade na sua rede arborescente, reage rapidamente ao aumento do parâmetro β no modelo de simulação, dispõe de transportes por comboio e camionagem abundantes e fica próximo de um aeroporto internacional, tem uma vida cultural razoavelmente interna, e uma tradição, permanentemente mantida de estudos de nível elevado, um enquadramento económico e tecnológico forte”.⁶²

Note-se que as conclusões denotam a articulação das variáveis demográficas, económicas e culturais em análise, com a tradição de estudos superiores da cidade, reproduzindo o leque alargado de fundamentos que presidiram ao debate público sobre a localização das novas universidades.

Em termos comparativos, a candidatura de Braga afigurou-se inquestionável, imediatamente a seguir à de Setúbal. A avaliação de Aveiro revestiu-se positiva, ainda que inferior à valoração das zonas atrás mencionadas.⁶³ Évora apresentava baixos indicadores de desenvolvimento, situação agravada pelo limitado crescimento induzido a partir da hipótese da instalação do centro universitário. Era apontada a ameaça ligada à recente instalação da “*poderosa*” Universidade de Badajoz, suscetível de influir no esvaziamento da região pela proximidade geográfica e pelo potencial atrativo da oferta formativa. Seja como for, a hipótese de Évora parecia reunir outros atributos, nomeadamente de ordem política, apoiados na excelência do capital simbólico da cidade e em outros interesses económicos da região.⁶⁴ A capital de distrito do Algarve foi afastada da seleção de acordo com as conclusões do estudo, uma vez que os “*indicadores recolhidos não aponta[va]m a conveniência de Faro como Centro Universitário, o que não significa[va] que não [tivesse] aptidões e necessidade de ensino superior não universitário*”.⁶⁵

Estas linhas argumentativas sugerem a indeterminação ainda existente face à decisão a tomar sobre os locais definitivos de instalação das novas universidades. Indeterminação que só aparentemente se confundiria com indecisão. Antes pelo contrário. O que estava em causa era, significativamente, o alinhamento técnico e o confronto político de uma série de indicadores e expectativas.

4 O primado da política e as soluções em perspetiva: a Universidade do Minho

Uma das apostas características do *modus operandi* de Veiga Simão residia, precisamente, no trabalho em equipa e na capacidade de reunir figuras heterogéneas, tanto em termos de formação académica como em termos de quadrante e sensibilidade políticas, empenhadas num objetivo comum: a crença no potencial da educação na modernização do País.⁶⁶

É neste horizonte que é produzido o programa global de reforma da educação, assente numa abordagem simultaneamente tecnocrata e multidisciplinar, em que se cruzam índices de escolaridade passados com projeções das necessidades formativas futuras, a curto e médio prazo; indicadores demográficos e económicos estimados com as orientações preconizadas pelas comissões de planeamento regionais.⁶⁷ Trata-se de credibilizar um programa ambicioso e de grande amplitude – ao ponto de ser comparado, em diversos contextos, à reforma republicana do ensino (1911), justamente por implicar o sistema no seu todo – tendo presente as medidas iniciáticas (integração da educação pré-escolar no sistema de educação, alargamento da

escolaridade obrigatória para oito anos e a diversificação do sistema liceal segundo três variantes: clássico, técnico e artístico).

Limitando-nos apenas ao ensino superior, recordemos que a reforma se pautará não apenas pela criação das novas universidades (três estabelecimentos e o Instituto Universitário de Évora), mas também pela reconfiguração das outras estruturas de ensino superior, mediante a criação dos institutos politécnicos e escolas normais superiores, e a decisiva reorganização das universidades existentes, mediante o estabelecimento de novos cursos.⁶⁸ O que projeta em quantidade e qualidade múltiplas opções e interesses, pondo fim, não o esqueçamos, à natureza excecional e distintiva do ensino universitário.

Resta esclarecer o peso relativo das variáveis em jogo, concretamente a importância dos critérios tidos por objetivos *versus* a relevância das considerações políticas.⁶⁹ Importa aqui considerar esta encruzilhada no quadro específico do Norte de Portugal, deslindando alguns dos circuitos de decisão.

Curiosamente, os autores do estudo *A Localização dos Novos Centros Universitários* destacaram “*a convergência [...] das conclusões [a que chegaram] com aquelas a que chegou o Dr. L. de Sousa Franco no relatório ‘Criação de Novas Universidades e de novos Centros de Ensino Superior’*”, seguindo critérios e métodos diversos.⁷⁰ Contudo, a leitura que preconizam parece não coincidir inteiramente com o núcleo conclusivo sublinhado pelo autor do estudo citado, evidenciando as dinâmicas em jogo. Nesta circunstância, o teor da missiva de Sousa Franco a Duarte do Amaral, abaixo reproduzida, é duplamente interessante. Por um lado, ao denotar que as duas candidaturas localizadas no Norte e Norte/Centro do País se apresentam fundamentalmente semelhantes, em termos de oportunidades e vantagens, numa altura em que estava ainda por decidir o número de universidades a criar. Por outro lado, porque é sugestiva do acionamento de redes de interconhecimento, sociais e políticas, no sentido de fortalecer as candidaturas regionais em jogo. (Fig. 1)

Não anulando este importante contexto, registre-se ainda que o projeto de instalação de uma nova universidade no Norte do País, localizada em Braga-Guimarães, pressupôs o concurso da Comissão de Planeamento da Região Norte, bem como a criação de plataformas de entendimento com instituições e agentes do polo principal desta região, concretamente a Universidade do Porto. (Fig. 2)

São de relevar, nestas circunstâncias, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Planeamento da Região do Norte (CPRN), no âmbito dos preparativos do IV Plano de Fomento, no tocante às propostas sobre o ensino na região.⁷² O grupo de trabalho, presidido por Nunes de Oliveira – professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e deputado pelo círculo de Braga em várias legislaturas –⁷³, apresentou um conjunto alargado de propostas concernentes ao desenvolvimento

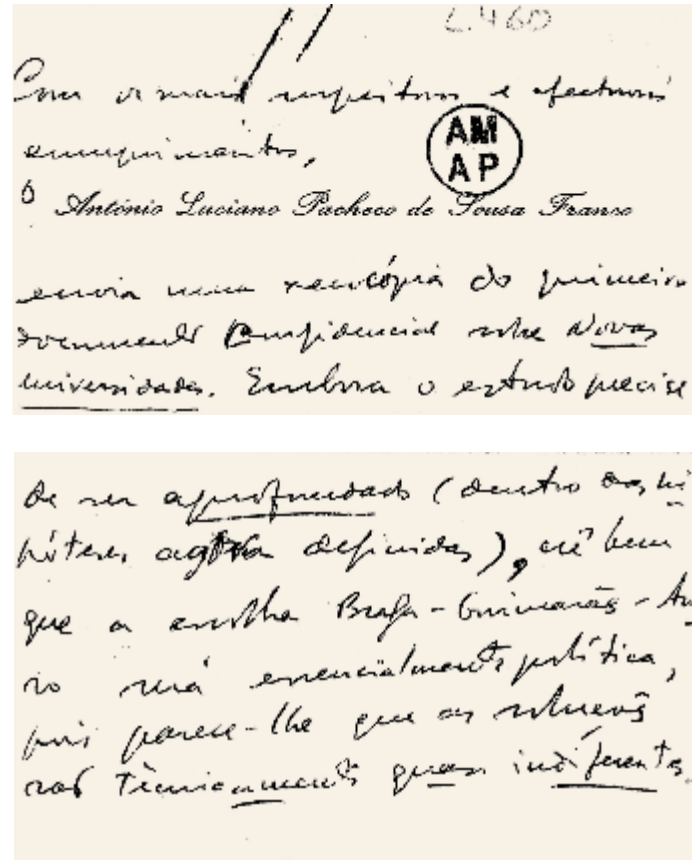


Fig. 1

Cartão de Sousa Franco enviado a Duarte do Amaral · Transcrição do cartão:
 “Com os mais respeitosos e afectuosos cumprimentos, o António Luciano Pacheco de Sousa Franco envia uma xerocópia do primeiro documento confidencial sobre Novas Universidades. Embora o estudo precise de ser aprofundado (dentro das hipóteses agora definidas), creio bem que a escolha Braga-Guimarães-Aveiro não seja essencialmente política, pois parece-lhe que as soluções são técnicamente quase indiferentes.”⁷¹

Fonte: AMAP, Fundo Duarte Amaral

da região Norte, no plano da “valorização dos recursos humanos”, a realizar através da “Educação, Formação profissional e Investigação científica”.⁷⁴ As recomendações incluíam a criação de novos estabelecimentos de ensino, assim como, a instituição de áreas de saber sem representação na Região Norte do País, como são exemplo o Direito e a Psicologia, entre outras novas áreas disciplinares preconizadas.⁷⁵

O leque de instituições de ensino superior propostas pelo grupo de trabalho para o distrito de Braga era extenso e bastante sugestivo, considerando que o projeto ministerial se encontrava em fase de estudo - e passível de incorporar sugestões emanadas do grupo de trabalho da CPRN.

A cidade de Braga concentrava o núcleo principal da proposta do ensino superior à escala distrital. Este incluía um segmento universitário conciso formado por uma Faculdade de Medicina e por uma secção de Filologia Clássica e de História, junto à Faculdade de Filosofia de Braga. Contemplava, em paralelo, um conjunto de estruturas de ensino superior a criar: instituto superior de Agronomia e Pecuária, instituto politécnico (dotado de cursos de Construção Civil, Administração, Serviço Social, entre outros), instituto superior artístico (com cursos em Arquitetura, Escultura, Pintura e Música, de forma a dar continuidade ao liceu artístico existente), escola normal superior e, por último, estabelecimento de formação profissional ao nível

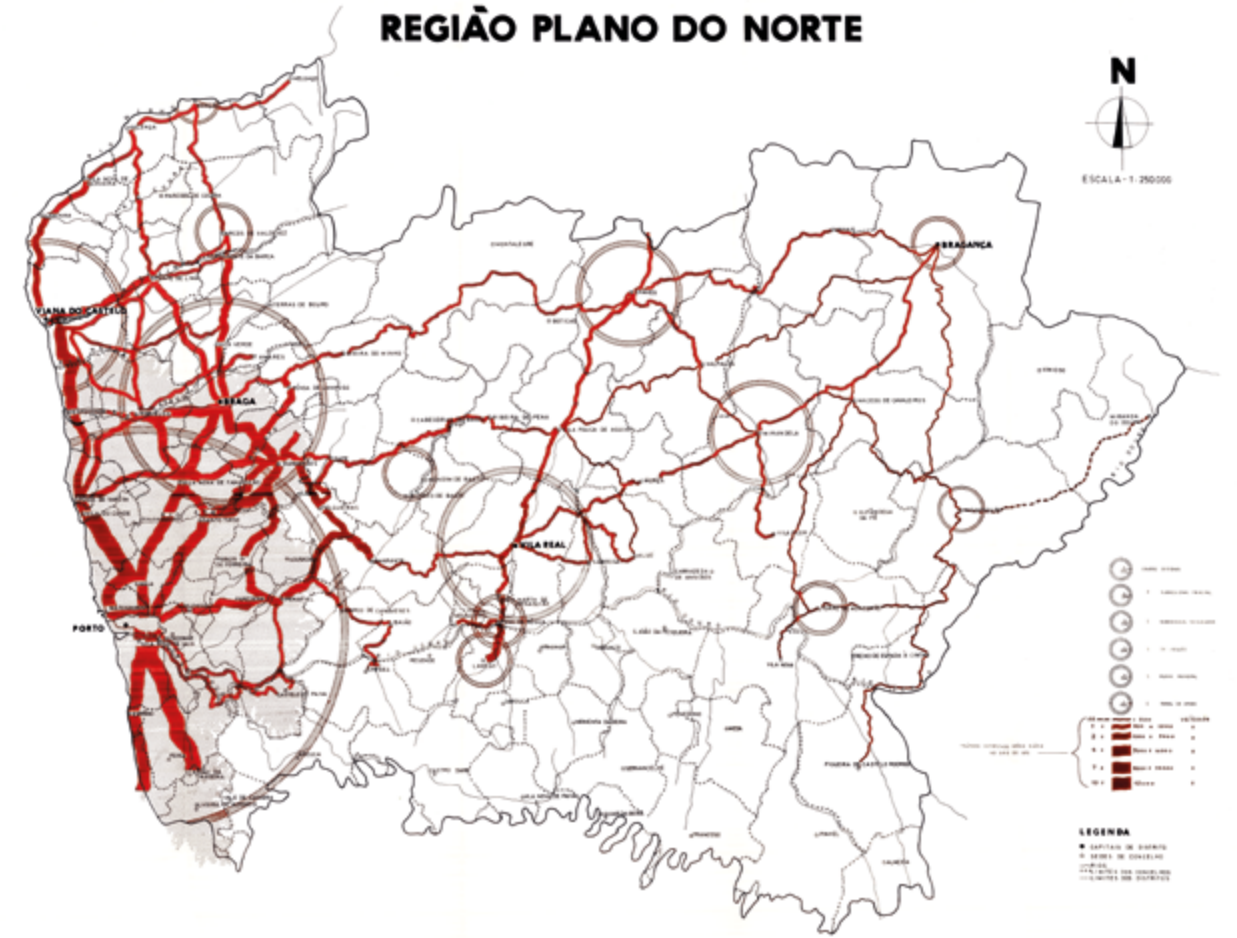


Fig. 2 · Mapa da Região Plano do Norte

Fonte: Direção Geral dos Serviços de Urbanização/ Gabinete do Plano da Região Porto

do ensino pré-primário, junto à escola do magistério primário. Por seu turno, os concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos receberiam delegações de algumas das escolas superiores a instalar em Braga, de acordo com as especificidades regionais e as áreas de especialização a fomentar. Assim, Guimarães e Vila Nova de Famalicão seriam equipadas com secções do futuro instituto politécnico de Braga, dotadas, respetivamente, dos seguintes cursos: Engenharia Têxtil, Eletricidade e Estética Industrial; Engenharia de Máquinas e Estética Industrial. Para Barcelos preconizava-se a instalação de uma secção do instituto politécnico de Braga, com os cursos de Agronomia e de Pecuária.⁷⁷

A proposta elaborada pelo grupo de trabalho da CPRN, no âmbito dos preparativos do IV Plano de Fomento sobre o ensino, espelhava uma conceção de regionalização do ensino superior atenta aos interesses e equilíbrios intrarregionais, sob a liderança manifesta do polo do Porto. Com efeito, a cidade manteria o exclusivo do ensino universitário a norte do País, excetuando a Medicina e ramos das Humanidades (Filologia Clássica, História e Filosofia). Em simultâneo, conservaria

o ascendente tutelar sobre as escolas superiores a estabelecer no distrito de Braga (e demais distritos da região), garantindo-se a supremacia hierárquica da capital do Norte como sede científica e universitária.

Seja como for, e independentemente de outras considerações de política regional a tecer, a proposta distanciava-se notoriamente do espírito da reforma avançado pelo ministro da tutela, em *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*. Partia, com efeito, de postulados distintos quanto à amplitude e grandeza da reforma a levar a cabo, preconizando a manutenção do sistema e uma reforma circunscrita a medidas avulsas que não questionassem os equilíbrios das universidades existentes. Daí a ausência da proposta atinente à criação de uma universidade nova, entendida, à luz do projeto ministerial, como instituição independente e autónoma, foco de irradiação de um novo modelo de universidade e, por conseguinte, concorrencial aos interesses da universidade da região.

A questão da localização das novas universidades é atravessada, nestas circunstâncias, por frentes regionais sujeitas a lógicas e a sensibilidades não coincidentes, fomentando o ativismo das elites políticas locais, tanto mais intenso quanto mais influente se revelava o canal de intermediação ao poder central.

O desígnio ministerial foi, também aqui, decisivo, face aos interesses divergentes em presença que alimentaram um intenso jogo de bastidores, protagonizado por figuras do regime enraizadas no Minho e suas cidades, com poder de influência junto às entidades políticas decisivas – entre elas destacam-se as figuras de Duarte Amaral e de Santos da Cunha.⁷⁸ Dos indícios reunidos, foi possível deslindar os contornos principais desta contenda, marcada pelo conflito e rivalidade entre as duas cidades do distrito.

Guimarães apostou precocemente numa política cerrada em prol da conquista da paridade universitária com a sede de distrito, campanha liderada pelo presidente da Câmara e líderes do tecido associativo e protagonizada por Duarte do Amaral. Esta frente organizada, acionada nas imediações do anúncio público da reforma do ensino superior, intentou mobilizar e capitalizar diferentes apoios políticos.

Disso foi exemplo a intervenção de Duarte do Amaral, na Assembleia Nacional, pouco tempo após o anúncio do ministro da Educação Nacional sobre o projeto reforma, em que lembrou ter defendido a implantação de uma universidade em Guimarães, por razões da memória histórica da cidade, nos inícios dos anos 60.⁷⁹ E acrescentou outras razões que justificavam a instalação da universidade nova. Assim, para além da exaltação do estatuto histórico da cidade, elogiou os benefícios das cidades de pequena dimensão, mais propícias ao estímulo e seriedade do estudo. Somava-se o argumento económico, imprescindível para encerrar o edifício argumentativo.⁸⁰ Nestes termos, Duarte do Amaral contrapunha as bases do poder industrial e comercial de Guimarães aos fundamentos do poder de Braga, assentes nos serviços do Estado e no comércio em geral. Advogava em paralelo dinâmicas industriais da região alternativas aos polos industriais projetados pela CRPN, centradas no

eixo Guimarães – Vila Nova de Famalicão- Stº Tirso, considerando que “[o] verdadeiro pólo natural ali é o eixo já citado Guimarães-Santo Tirso, com Guimarães (cidade), Taipas, Pevidem e Vizela, no concelho de Guimarães, com Rebordões, Santo Tirso (vila) e Bougado, no concelho de Santo Tirso, e com o Bairro, Lousada e Ribeirão, no concelho de Vila Nova de Famalicão”.⁸¹ Argumentava, por fim, com o contributo fiscal da capital do “Douro interior” estimado em 40% do total das receitas do distrito. Mas sobretudo, Duarte do Amaral pugnava pelo “progresso da terra” e pela defesa dos seus interesses, contra o poder da sede de distrito.⁸²

Dos contactos presenciais e epistolares travados entre o ministro Veiga Simão e Duarte do Amaral depreende-se o investimento deste último no sentido de garantir que o governo da universidade e a futura Comissão Instaladora recaíssem em individualidades adequadas. Dito por outras palavras, em personalidades que espelhassem para além dos requisitos exigentes próprios de lugares desta natureza – elevada competência académica, liderança e fidelidade ao regime – a parcialidade regional, isto é, a sensibilidade em relação aos interesses particulares e legítimos de Guimarães, não redutíveis aos interesses da capital do distrito. Com efeito, a parcialidade regional era particularmente marcante no que toca às propostas de individualidades para o governo da universidade, nas quais figura ainda um representante da Igreja, sinal do reconhecimento do seu poder na região. Já a lista de professores candidatos à docência da universidade, também de autoria de Duarte do Amaral a pedido do ministro, se configurava mais ampla, apreendendo-se como traço dominante a pertença ao Norte do País, por razões profissionais e/ou naturalidade.⁸³ (Fig. 3)

Como contraponto, o comendador Santos da Cunha – e outros porta-vozes que se lhe seguiram, ainda que sem estatuto análogo – apontava outras personalidades entre as suas redes de influência, sempre em nome dos legítimos interesses da cidade.

Partidário das “ideias rasgadas do actual ministro da Educação”, Duarte do Amaral atuou como um autêntico guardião dos interesses de Guimarães, procurando viabilizar a presença de um foco universitário na cidade.⁸⁴ Por seu turno, o presidente da Câmara atuava como elemento de mediação, veiculando informações, coordenando e colocando em contacto individualidades e instituições. Disso são exemplo as iniciativas lançadas em reunião da Sociedade Martins Sarmento que visavam promover a candidatura de Guimarães a centro universitário: a realização de um ciclo de conferências para dar a conhecer o perfil das novas universidades; a proposta de criação de um Curso de História e de Arqueologia a funcionar nas instalações da Sociedade Martins Sarmento. (Fig. 4)

Fig. 3

Carta de Duarte do Amaral dirigida ao ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, 26 de fevereiro de 1973

Fonte: AMAP, Fundo Duarte Amaral

1479
Lisboa, 26 de Fevereiro de 1973

Ex. mo Senhor
Prof. Doutor José Veiga Simão
II. mo Ministro da Educação Nacional
LISBOA

Ex. mo Sr. Ministro: *Dr. V. Ex. a*

Para dar satisfação ao pedido que me fez, já enviei a V. Ex. a 5 listas com nomes de pessoas que podem vir a pertencer aos corpos docentes das escolas superiores do Norte de Portugal.

É claro que o Sr. Ministro mandará proceder a consultas sobre cada um dos nomes destas listas de que venha a precisar, pois, se de alguns tenho conhecimento exacto quanto a maneira de ser, valor moral, orientação política, etc., de outros as minhas informações são menos precisas.

A propósito disso, queria até pedir ao Sr. Ministro para cortar duma das listas o nome do Sr. Dr. Vasco Graça Moura, cujo feitiço irrequieto não o aconselha para qualquer cargo deste tipo.

Espero ainda mandar outros nomes à medida que os vá arranjando e é com muito prazer que o faço, para colaborar, mesmo em tão pequena percentagem, na grande obra a que o Sr. Ministro meteu ombros.

Apresento os meus melhores cumprimentos e sou,

De V. Ex. a
o admirador muito grato, *Dr. Duarte do Amaral*

Dr. Duarte do Amaral

AM
AP

1479

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO
— GUIMARÃES —

Instituição fundada em 1962. Promove de Instrução Popular ao Conselho de Guimaraes, licenciada em Portaria de 20-11-1962, 5-3-1963 e 2-2-1965. Considerada de Utilidade Pública, por D. de 20-2-1965. Considerada, em 20-2-1965, com o Grande Obispio de Ordem de Santiago de Espada, Biblioteca Pública e Museu de Arqueologia. Estatuto Arqueológico de Guimaraes e de Classe de Guimaraes. Cópia Cultural: Museu de Guimaraes, fundada em 1968.

MEMORIAL

N.º _____

1.ª - CICLO DE CONFERÊNCIAS A REALIZAR NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO SOBRE O TEMA DA POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO.

Protende-se promover um movimento de esclarecimento sobre a Universidade Nova, dita Universidade do Minho, epígrafe no decurso anagnorável de Sua Excellência o Ministro da Educação Nacional.

Destina-se a caracterizar perfeitamente as premissas de tão complexo problema à luz das realidades e potencialidades evolutivas pela nossa região e não só, porque tem também um objectivo eminentemente constitutivo já que se pode filiar na campanha de consciencialização tão cara a actual responsável do ensino no Portugal, que com aquela sua gesto veio encetar de esperanças o futuro deste povo tão laborioso, que é o nosso.

Traza-se pois de ouvir a palavra autorizada das instituições lidasas mais representativas da região, ou ligadas a ela por laços essenciais de afinidade, para assinalar os seus pontos de vista, explicar e demonstrar a justada aspiração e por fim formular mesmo hipóteses validas que possam contribuir para a clarificação de problemas que a nível tão importante e decisivo para o desenvolvimento e cultura deste povo.

Nesta iniciativa surgiu em reunião da Direcção desta Casa de 14 de Janeiro passado e, imediatamente apresentada à Câmara Municipal, dela obtendo o seu acolhimento, ficando desde logo ligado ao encarecimento e respectivo veredicto da cultura Dr. Fernando Gonçalves.

Introduziram-se as consultas, tendo já sido formuladas convéltas as seguintes individualidades: Sr. Augusto do Amaral, Sr. Diogo Silva Brandão, Sr. Valter de Azevedo, Sr. João Baptista Ribeiro, Sr. António José de Almeida, Sr. José Maria de Almeida, Sr. Diogo Freitas do Amaral, Sr. Luís Simões de Silva.

As que tiveram já resposta de amáveis por parte do Sr. Dr. Xavier Pinheiro a uma comunicação do Sr. Dr. Diogo Silva Brandão, associando-se à ideia, mas transmitindo a sua impossibilidade de proficua uma conferência, por razões que in voce, não deixando no entanto de formular algumas sugestões

AM
AP

1479

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO
— GUIMARÃES —

Instituição fundada em 1962. Promove de Instrução Popular ao Conselho de Guimaraes, licenciada em Portaria de 20-11-1962, 5-3-1963 e 2-2-1965. Considerada de Utilidade Pública, por D. de 20-2-1965. Considerada, em 20-2-1965, com o Grande Obispio de Ordem de Santiago de Espada, Biblioteca Pública e Museu de Arqueologia. Estatuto Arqueológico de Guimaraes e de Classe de Guimaraes. Cópia Cultural: Museu de Guimaraes, fundada em 1968.

MEMORIAL

N.º _____

2.ª - PROSECUTAMENTO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS.

Com o intuito de pelo menos manter limpas e as condições de serem visitadas as estações arqueológicas da Cidade de Guimaraes e do Castelo de S. Brás (est. sempre e ficar completamente invadido por árvores) officiouse ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a solicitar a concessão de um subsídio nas condições das que já em anos anteriores se dignos conceder. A resposta foi negativa, afirmando que contudo ainda podera vir a ser concedido à custa de saldos das obras planeadas.

Juntam-se cópias da documentação treçada.

Verificou-se a hipótese de fazer um pedido semelhante ao Instituto de Alta Cultura e igualmente estabelecer na disposição de contactar aquele Instituto para a concretização de uma velha aspiração de nosso Prestado Coronel Mário Cardoso que era a criação dum laboratório arqueológico. Para isso tems instalação adequada, servidas por um magnífico espólio.

Estabeleceu-se na direcção de contactar com o Secretariado para a Juventude no sentido de lhe solicitar a mesma e nossa até a criação colaboração de empresas de estudos arqueológicos que aquela organismo está a desenvolver.

Resposta da Casa de Sarmiento, em Bracara (N.º 14) do século XIX - que está devolvido a a Departamento - que poderá instalar-se o Museu Arqueológico de Guimaraes, desta velha já uma vez se encontra no Dr. Amador Pinheiro, e bem como instalar um "MUSEU" para estudos que grupos de jovens interessados em trabalhos de exploração arqueológica.

4.ª - CONFERÊNCIA FEITA DR. AVARIZ A REALIZAR NO SALÃO VERDE DESTA SOCIEDADE.

Seria de maior utilidade que fossem feitas diligências junto desta Ilustre Mesa do Governo para lhe solicitar a conferência que parece ter sido prometida ao Sr. Duarte do Amaral.

Guimaraes, 7 de Março de 1973.

AM
AP

1479

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO
— GUIMARÃES —

Instituição fundada em 1962. Promove de Instrução Popular ao Conselho de Guimaraes, licenciada em Portaria de 20-11-1962, 5-3-1963 e 2-2-1965. Considerada de Utilidade Pública, por D. de 20-2-1965. Considerada, em 20-2-1965, com o Grande Obispio de Ordem de Santiago de Espada, Biblioteca Pública e Museu de Arqueologia. Estatuto Arqueológico de Guimaraes e de Classe de Guimaraes. Cópia Cultural: Museu de Guimaraes, fundada em 1968.

MEMORIAL

N.º _____

relacionadas com a Comissão do Planeamento da Região Norte.

Officiouse, por isso ao Presidente daquela Comissão de Planeamento dando-se o conhecimento desta iniciativa. Entretanto a Sociedade Martins Sarmento fez-se representar neste sentido de trabalho promovido por aquela Comissão de Planeamento, no Grande do Conselho desta cidade, a convite do Sr. Governador Civil.

Continuamos a aguardar respostas das pessoas contactadas e entretanto estava previsto escrever as seguintes pessoas: Sr. F. Campos e Matos, Director de Guimaraes de Engenharia do Porto; Dr. Arnaldo Sampaio, Director Geral de Obras; Sr. António Ribeiro de Sousa, da Junta Distrital de Guimaraes; Sr. José Barreira de Almeida, Prof. da Faculdade de Letras do Porto e Arquitecto Fernando Távora da Escola de Belas Artes do Porto.

Juntam-se cópias de toda a documentação sobre este assunto.

2.ª - CRIAÇÃO DE UMA FACULDADE DE LETRAS EM GUIMARÃES.

Resposta desta ideia que debatemse conjuntamente e sobre as primeiras etapas a dar no sentido de se conseguir a Faculdade de Letras para Guimaraes, particularmente no contributo que esta Casa pode dar para a concretização desta ideia, bem como as condições de esta e muito entusiasticamente a nossa ideia que vai ao encontro de algumas das ideias que foram apresentadas, e nossa biblioteca, toda a nossa experiência em matéria de Arqueologia com o respectivo Museu e as estações arqueológicas.

É um problema de magna importância que poderá ser pôto a consideração do Senhor Ministro da Educação Nacional, mas certas condições que poderão ser estabelecidas e que se possam também uma ideia de obra que em 31 de Janeiro do corrente ano se reuniu aquela Mesa do Governo solicitando o seu alto patrocínio para varias patifões nele formuladas.

AM
AP

Fig. 4
Memorial [Guimarães e as novas Universidades], Sociedade Martins Sarmento, 7 de março de 1973

Fonte: Sociedade Martins Sarmento, Fundo Santos Simões [não catalogado]. Destaques nossos

Fig. 5
Carta de Duarte do Amaral dirigida ao ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, 7 de novembro de 1973

Fonte: AMAP, Fundo Duarte Amaral. Destaques nossos

Lisboa, 7 de Novembro de 1973

Ex. mo Senhor
 Prof. Doutor José Veiga Simão
 Il. mo Ministro da Educação Nacional
 Av. 5 de Outubro, 167, 119.
 LISBOA I

Ex. mo Sr. Ministro *Eng. Lloyd Braga*

Junto envio a V. Ex. a, não só a lista dos catedráticos que poderão, segundo creio, ser reitores da Universidade do Minho, como nomes para a Comissão Instaladora. Sobre uns e outros já tivemos oportunidade de falar.

Pelas razões que V. Ex. a sabe e que aliás não expressas nessa nota, parece-me que as pessoas indicadas para reitores são, ou o Sr. Eng.º Carlos Carvalho, de Engenharia, sobre o qual fiz um profundo inquérito, que desmente as informações primeiramente obtidas de que é conflituoso. Pelo contrário, todos dizem que os seus contactos humanos são primorosos com os colegas e muito bons com toda a gente. Creio que havia confusão com o Sr. Doutor Castro Correia.

Se este não puder ser, ou não aceitar, parece-me que ficará em primeiro lugar o professor de Moçambique de que V. Ex. a me falou e que já estava convidado para um alto cargo no Ministério.

O Sr. Doutor Moreira de Araújo e o Sr. Doutor Walter Oswald estarão muito bem para a Comissão Instaladora. Sobre o Diogo, meu filho, não há necessidade de falarmos agora.

Teríamos, por consequência, já três nomes, um dos quais de Braga e um de Guimarães.

O Dr. Roque Cabral e qualquer dos dois homens de Guimarães da minha lista poderão completar com muito brilho a Comissão Instaladora.

Aproveito para enviar também a V. Ex. a uma segunda via de todos os nomes que indiquei como possíveis professores ou auxiliares da construção da nova Universidade do Minho.

Apresento a V. Ex. a os meus melhores e muito dedicados cumprimentos e sou

o seu amigo

LM

O ministro dialogou e ouviu-os em diferentes ocasiões. Inclusive chegou a apresentar a Duarte do Amaral o “*professor de Moçambique*”, como o nome mais provável para Reitor da Universidade do Minho, pelas qualidades e provas evidenciadas na Universidade de Lourenço Marques, potenciadas pela circunstância de se encontrar livre e disponível na metrópole, ao ter sido preenchido o cargo para o qual tinha sido chamado.⁸⁵ (Fig. 5)

Carlos Lloyd Braga revelar-se-ia uma ótima escolha pela experiência obtida em Lourenço Marques, nomeadamente como responsável pelo projeto de construção das instalações universitárias definitivas. Os discursos que pronunciou no quadro da sua despedida oficial da Universidade de Lourenço Marques e na tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho são emblemáticos da sua visão sobre a universidade moderna e sobre o tempo novo, agora aberto... (Figs. 6 e 7)

ALMOÇO OFERECIDO PELOS CORPOS GERENTES DO CÍRCULO UNIVERSITÁRIO

E com sincera pena, e já saudade, que me encontro nesta reunião de convívio do Círculo Universitário, Instituição que tive o honra e o prazer de ajudar a conceber e a arrancar.

Pena e saudade porque, ao fim de mais de 6 anos de estadia em Moçambique, altura em que já se começa a ser Ultramarino, as grandes épocas que cada um tem de enfrentar ao longo do seu vida, fazem com que volte para a Metrópole a curto prazo.

Por esse motivo, e dentro das boas tradições deste caso, promoveram os corpos gerentes do Círculo Universitário esta reunião de convívio. A todos muito sinceramente agradeço, não só a vossa presença, mas também a amizade com que sempre me distinguiram, e em especial ao Dr. Sotúrio Pires pelas palavras amigas que teve o gentileza de me dirigir.

São muitos os possíveis campos de acção do Círculo, tal como preconizados pelo seu fundador, Reitor Veiga Simão, no discurso que ele proferiu neste caso em 7.9.1969.

Dentre todos eles sempre pensei que, um dos mais importantes, seria o de proporcionar o um maior número de jovens deste terra, em particular aos das classes económicas mais desfavorecidas, a oportunidade de obter qualificações Universitárias.

Com esse objectivo, e de acordo com o espírito dos estatutos do FBE, tem o Círculo Universitário colaborado no procura de bolsas de estudo, e, uma vez mais, vai intensificar o sua acção no sentido de arranjar empregos em tempo parcial, que permitam aos alunos com elevados encargos familiares terminar os seus cursos.

Porém, a experiência mostra que a nossa Universidade é ainda uma Universidade de privilegiados do ponto de vista económico. De facto, nos últimos anos, tem-se verificado que, em média, só 10% da população estudantil, por razões económicas, está em condições de se candidatar a bolsas de estudo.

Por outro lado, acontece que a ULM é de longe a Universidade Portuguesa onde existe um maior número de alunos casados, cerca de 25%, sendo muitas vezes marido e mulher estudantes e, nesses casos, a concessão de uma

- 2 -

bolsa de estudo não é em geral suficiente para resolver os encargos do agregado familiar.

Estes factos chamam a atenção para dois tipos de problemas que é urgente resolver, e aos quais o Círculo Universitário pode dar uma ajuda valiosa, dada a boa resposta que a Direcção do Círculo sempre encontrou, por parte das actividades académicas deste Estado, na resolução de problemas deste tipo.

Um deles diz respeito às enormes dificuldades que os alunos das classes económicas mais débeis têm de vencer, para ultrapassar o barreira que separa o 5º ano do ensino secundário da entrada na Universidade.

Se fosse possível criar uma instituição, aberta aos alunos das camadas sociais mais desfavorecidas que conseguem terminar com boas classificações os cursos equivalentes ao 5º ano, e onde lhes fosse assegurada a manutenção e o ensino até à entrada na Universidade, certamente que a população estudantil do nosso Universidade passaria a ser muito mais representativa da população de Moçambique.

E contos simples, destinados a pôr em evidência o orden de grandeza dos encargos em jogo, mostram que muito se poderia fazer com verbos relativamente pequenas.

De-facto, admitamos que, a título experimental, se ensaie uma solução deste tipo para 100 alunos, 50 do 6º ano e 50 do 7º ano.

Se a Universidade fosse persuadida, o que pensamos não ser difícil, a ceder o terreno necessário à construção de um lar para 100 alunos, o seu custo, incluindo apetrechamento, é 17 m2 por aluno e 3 000\$00 por m2, sendo de orden de grandeza de 5 000 contos, encargo este que, atendendo ao fim em vista, tenho a certeza que as actividades Económicas de Moçambique, representadas neste Círculo, seriam capazes de suportar.

Partindo da hipótese que esses alunos frequentem estabelecimentos oficiais de ensino com isenção de propinas, o custo da sua manutenção seria muito possivelmente do orden de 20 contos por ano e por aluno, isto é, 2 000 contos por ano, encargo este que o Estado de Moçambique certamente aceitará, atendendo aos elevados benefícios que daí resultariam.

- 3 -

O outro problema diz respeito aos alunos casados, cujas dificuldades poderão ser bastante minimizadas se fosse possível arranjar alojamento adequado a preços económicos.

Se se admitir que os alojamentos são construídos em terreno da Universidade, 50 apartamentos, a 40 m2 por apartamento, custariam cerca de 6 000 contos.

Se as várias Instituições de Crédito de Moçambique, representadas pelos seus corpos gerentes neste Círculo, estivessem dispostos a compartilhar, sem juro, neste empreendimento, o capital envolvido poderia ser recuperado em 20 anos, à custa de uma renda mensal de 500\$00 por apartamento, custo só ligeiramente superior ao que é actualmente praticado, por aluno, nas lares da Universidade.

Dr. Sotúrio Pires, meus amigos,

Embora a partir de hoje deixe de pertencer à Direcção do Círculo Universitário, isso não significa que não venha ainda a ter a possibilidade de usufruir do prazer da vossa convivência, neste ambiente de camaradagem e amizade prouniversitário que sempre caracterizou o Círculo Universitário.

Por esse motivo não considero esta reunião de convívio como de verdadeiro despedido.

Para terminar, desejo beber pelas prosperidades do nosso Círculo, assim como dos seus sócios, não podendo deixar de destacar neste saúde o Dr. Sotúrio Pires, que, desde o sua fundação, sempre guiou os destinos desta casa com a dignidade, firmeza e brilhantismo que lhe são próprios.

Lourenço Marques, 25 de Outubro de 1973.

(Prof. Eng.º C. Lloyd Braga)

Fig. 6
 Discurso de Carlos Lloyd Braga no Almoço oferecido pelos Corpos Gerentes do Círculo Universitário [Lourenço Marques], 25 de outubro de 1973
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria. Destaques nossos

Fig. 7
 Discurso de Carlos Lloyd Braga na cerimónia de tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, Braga, 17 de fevereiro de 1974, 1, 3, 4 e 7
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria. Destaques nossos

Senhor Ministro da Educação Nacional
Senhor Secretário de Estado da Indústria e Cultura
Estabelecimentos de Ensino Superior e Secundário
Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário
Instituições de Ensino Superior e Secundário

"Criar uma Universidade é tarefa de dor e alegria", assim o disse recentemente V. Ex^a, Senhor Ministro, ao dar posse a outra Comissão Instaladora.

Penso, no entanto, que a tarefa de hoje é essencialmente de alegria.

De alegria para o Governo do Prof. Marcello Caetano, e em particular para o Seu Ministro da Educação, por verem iniciar-se a construção de mais um pilar do belo e grandioso edifício da educação que, com larga visão, tremendo esforço e persistência, e vencendo inúmeras dificuldades, têm vindo a projectar e a executar ao longo dos ditos quatro anos.

De alegria para a população do Minho, uma das zonas mais populosas, progressivas, e de maiores tradições do país, que vê finalmente satisfeita uma das suas mais longínquas aspirações.

De alegria para a Comissão Instaladora, pela confiança que V. Ex^a, Senhor Ministro, nela acaba de depositar.

3

- pelas Instituições irmãs, Metropolitanas e Ultramarinas;

- e pelas autoridades e actividades regionais.

A todos desde já agradeço, não só a boa colaboração que já começaram a dar, mas também aquela que tenho a certeza nos será dada no futuro.

A V. Ex^a Senhor Ministro, como é evidente, não solicito nem agradeço a colaboração. A obra é de V. Ex^a, e por isso, é à Comissão Instaladora que compete prestar toda a colaboração necessária, colaboração essa que muito honra os seus membros e que, por V. Ex^a ter a certeza, será prestada com a máxima lealdade e dedicação.

Tem V. Ex^a, Senhor Ministro, afirmado por várias vezes "da necessidade de uma autentica democratização do ensino que, sem excepção, permita a qualquer jovem ocupar na sociedade o lugar que lhe compete, em exclusiva dependência da sua capacidade intelectual e sem condicionamentos sociais e económicos."

Porém, para atingir este objectivo, para além das medidas já tomadas nos ditos quatro anos, e das actualmente em curso, que por si só já representam o esforço mais

5

a qual, inserida num dado meio, se deve preocupar com o prolegomeno das desse meio. E a reciproca é também a verdadeira. Não deve o meio desinteressar-se dos problemas da sua Universidade.

Isto é, a Universidade, para além do diálogo interno, deverá promover e catalisar o diálogo com o exterior.

Como V. Ex^a, Senhor Ministro, já afirmou: "Difícil é onde a Universidade tem muito a aprender, muito a ensinar, e pelo qual ela pode aprender a ensinar melhor."

E se esta deve ser a atitude de qualquer Universidade, muito mais o deverá ser quando a Universidade tem um carácter regional, indiscutivelmente o nosso caso, pois é a primeira Universidade Portuguesa que tem o nome de uma região e não de uma cidade.

É minha grande esperança que seja possível, a curto prazo, a criação de uma instituição para-Universitária, onde os seus membros, docentes e pessoas da região estreanham à Universidade, mas nela interessados, em pleno pé de igualdade, possam dialogar sobre problemas de interesse comum.

Esta Instituição, através dos seus membros, representantes das diversas actividades da região onde se insere a Universidade, poderá certamente com ela colaborar, de maneira

7

Compete agora à Comissão Instaladora, com base nesses dados, e com a colaboração dos docentes e técnicos indispensáveis, elaborar um primeiro programa de acção.

Uma vez aprovado esse programa, será então a altura de, publicamente, dar conta daquilo que se prevê venha a ser a nossa Universidade. Por este motivo não me parece oportuno, nesta altura, tecer quaisquer outras considerações sobre a recém-nascida Universidade do Minho.

Até lá, o que espero aconteça em breve, quero limitar-me a assegurar a V. Ex^a, Senhor Ministro da Educação Nacional, que o primeiro Reitor da Universidade do Minho não só procurará ter sempre presente a frutuosa experiência e ensinamentos que teve a sorte de colher, ao longo de vários anos, com o seu amigo e colega que foi o primeiro Reitor da Universidade de Lourenço Marques, mas também procurará servir com o máximo de dedicação e lealdade o Ministro Veiga Simão, que nele confiou como homem de fazer.

Braga, 17 de Fevereiro de 1974

Notas

- 1 A par do estabelecimento das universidades novas foram criados 10 institutos politécnicos e 9 escolas normais superiores. Entre os institutos politécnicos contam-se algumas criações que resultam de fusões ou da elevação de institutos de ensino já existentes, segundo a enumeração que se segue: Covilhã, Faro, Leiria, Setúbal, Tomar, Vila Real, Coimbra, Porto, Lisboa e Santarém. As escolas normais distribuem-se por Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu, respetivamente artigos 10º e 11º, do Decreto-Lei nº402/73, 11 de agosto de 1973, D.R., 1ª série, nº188.
- 2 Decreto-lei nº482/79, de 14 de dezembro de 1979.
- 3 Amaral, 1995: 99.
- 4 Cf. Rüegg, 2011: 13-14.
- 5 Cf. Síntese problematizadora sobre a reforma de educação e seus significados em Stoer, 1982.
- 6 Rosas e Oliveira, 2004; Torgal, 2013.
- 7 Simão, 2003b: 245-252.
- 8 Proença, 1999a.
- 9 Entrevista a Veiga Simão, maio de 2012.
- 10 Cf. Baptista, 1973.
- 11 Caetano, 1977: 521-522.
- 12 Brito, 1995; Barreto, 1996.
- 13 Referimo-nos à remodelação governamental que teve lugar em março de 1969, consentânea com a estratégia desenvolvimentista traçada por Marcello Caetano: o ministro das Finanças, João Dias Rosas, passa a acumular a pasta da Economia. Em paralelo, foi nomeada uma nova equipa de subsecretários de Estado, representativa dos ideais tecnocratas e reformistas em curso, composta por Rogério Martins (Indústria); Vasco Leónidas (Agricultura); Valentim Xavier Pintado (Comércio). De relevar, ainda, a criação do lugar de subsecretário de Estado do Planeamento Económico, sob a dependência da presidência do Conselho de Ministros, cargo ocupado por João Salgueiro, cf. Rollo, 2007: 129.
- 14 Teodoro, 2000.
- 15 Leite Pinto solicitou apoio técnico e financeiro à OCDE para a realização de um estudo sobre o sistema de ensino português, na sequência da avaliação realizada por uma equipa deste organismo. A ideia veio a ser alargada a um conjunto de países da Europa do Sul (Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia) e converteu-se no Projeto Regional do Mediterrâneo. A secção portuguesa era composta por investigadores do Centro de Estudos de Estatística Económica (CEEE), organismo afeto ao Instituto de Alta Cultura. A equipa foi dirigida pelo diretor do CEEE, Alves Martins, sendo composta pelos investigadores: António José Barata Caetano, António Simões Lopes e Ludovico L. M. Cândido. Do projeto resultaram dois importantes estudos de planeamento: o primeiro consistia numa descrição exaustiva do sistema de ensino durante a década de 50 (1963), enquanto o segundo apontava estimativas sobre as necessidades de mão-de-obra e formação escolar entre 1962 a 1975, e aconselhava uma política de investimento ativo na educação (1964), ver Martins, C. Alves et al. 1963 e 1964.
- 16 Miranda, 1981.
- 17 Cf. Stoer, 1982: 795.
- 18 Vejam-se, a título ilustrativo, os artigos publicados na revista *Análise Social*: Nunes, 1964; Gomes, 1964; Cândido, 1964; Murteira, 1964; Silva, 1964 e Guerra, 1964. Sobre a problemática dos saberes em afirmação,

- 19 concretamente da Economia e Sociologia, ver Gonçalves, 1998; Ferreira, 2006; Ágoas, 2013 e Cardoso, 2013.
- 20 Ver síntese do congresso em Pereira, 1968.
- 21 Rocha, 1963: 70.
- 22 Cf. Ministério da Educação Nacional, *Proposta de criação de novos estabelecimentos de ensino superior apresentado ao Governo pelo ministro da Educação Nacional*. Lisboa, MEC, 1973. Em rigor os países comparados são os seguintes: Turquia, Portugal, Espanha, Luxemburgo, Grécia, Alemanha, Jugoslávia e Reino Unido (aqui ordenados por ordem crescente da taxa de escolaridade no "ensino superior em geral"). Como enquadramento desta questão, veja-se, entre outros, os estudos de Adérito Sedas Nunes apresentados na bibliografia e Cruzeiro, 1970.
- 23 Sobre as indefinições do estabelecimento duma política científica em Portugal, em particular no que respeita ao modo como as universidades perspetivavam a autonomia da investigação, ver Brandão, 2012, em especial; Gonçalves, 1998 e Rollo, 2012a.
- 24 J.S, 1963: 69-71.
- 25 Pinto, 1969a: 17.
- 26 Arquivo RTP, *Comunicação televisiva ao País do Presidente do Conselho, Professor Marcello Caetano*, 14 de janeiro de 1970 (17 m 40s).
- 27 Arquivo RTP, *Comunicação televisiva ao País do Presidente do Conselho...*
- 28 Arquivo RTP, *Comunicação televisiva ao País do Presidente do Conselho...*
- 29 Proença, 1999.
- 30 Cf. «Primeiro Passo: Programa de Acção. No acto de transmissão de poderes que decorreu no Ministério da Educação Nacional em 15 de janeiro de 1970» in Simão, 1973:16.
- 31 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura, sessão nº1 e nº34, 14 de abril de 1970, 678-685. O debate generalizou-se e prosseguiu nas sessões nºs 38 e 39, em 17 e 21 de abril, respetivamente.
- 32 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura..., 4 de abril de 1970, 679.
- 33 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura..., 14 de abril de 1970, 680.
- 34 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura..., 14 de abril de 1970, 680.
- 35 Simão, 1970b. Entre o leque mais significativo de inovações preconizadas constam: a apologia do modelo departamental em substituição do sistema de Faculdades, pela versatilidade e plasticidade contidas no modelo; a defesa de uma gestão participada, composta por representantes dos corpos que compunham a academia, em contraponto à administração autocrática, representada pelo poder catedrático; o elogio da interdisciplinaridade e da articulação harmoniosa entre ensino e investigação, considerados símbolos da modernização científica e técnica ambicionada; a receptividade aos saberes estranhos à universidade portuguesa e a abertura a programas de pós-graduação.
- 36 Entre a vasta bibliografia sobre os modelos universitários ver síntese em Ferreira, 2002; Charle, 2004.
- 37 Cf. «O Ensino Superior Ultramarino. Conferência 13.9.1963» in Simão, 1970b: 13-22.
- 38 Entrevistas a Veiga Simão e Júlio Barreiros Martins.

- 38 Para desenvolvimentos da questão, ver Souto, 2003; Keese, 2007; Castelo, 2012; Miranda 2013.
- 39 Cf. “Discurso proferido no acto da concessão do Grau de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Lourenço Marques, ao presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcello Caetano, 18-4-1969”, in Simão, 1970b: 199-208.
- 40 Cf. Entrevistas a Júlio Barreiros Martins, Sérgio Machados dos Santos e Guimarães Rodrigues representativos de três segmentos geracionais da Universidade de Lourenço Marques presentes na fundação da Universidade do Minho.
- 41 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura...14 de abril de 1970, 685.
- 42 O resultado da votação das moções apresentadas, no desfecho do debate do Aviso Prévio, era elucidativo da relação de forças existente na Assembleia Nacional sobre a natureza e amplitude da reforma da universidade. Duas moções em presença. A primeira proposta foi subscrita pelos deputados João Buía de Almeida Garrett, Joaquim José Nunes de Oliveira, Custódia Lopes, Sinclética Soares dos Santos Torres e Vítor Manuel Pires do Aguiar e Silva. Aconselhava uma “*profunda reforma do ensino superior*” consonante com as diretrizes do governo. A segunda moção recebeu a assinatura dos deputados Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva, José Gabriel Mendonça Correia da Cunha, José Pedro Maria Anjos Pinto Leite, Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, Maria Raquel Ribeiro e Eleutério Gomes de Aguiar. Constituiu um autêntico *memorandum* programático sobre a reforma da universidade assente num conjunto de medidas que visava operacionalizar uma mudança estrutural, a partir da reforma das universidades existentes, da criação de novas universidades e da expansão das instituições de ensino superior. O resultado traduziu-se na aprovação plena da primeira moção por 79% dos votos (83 votos a favor contra 22 votos de rejeição). Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura... , 21 de abril de 1970, 814.
- 43 Proença, 1999; Estanque e Bebiano, 2007.
- 44 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura...sessões de 17 de abril de 1970, 784-790 e de 21 de abril de 1970, 808-809, com as intervenções de Aguiar e Silva e Nunes de Oliveira, respetivamente.
- 45 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura... , 17 de abril de 1970, 784-788.
- 46 De crítico das universidades novas, Aguiar e Silva tornou-se num defensor das mesmas, ver entrevista a Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 47 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura...17 de abril de 1970, 788. Ver desenvolvimento em Rias, 2009.
- 48 Para o desenvolvimento da questão ver Rias, 2009: 538-617, cf. ainda o quadro síntese das alterações à proposta de lei até à redação definitiva do diploma, Rias, 2009: 619-631.
- 49 A defesa de um amplo debate cívico sobre a reforma das universidades foi, aliás, o ponto último da moção apresentada pelos deputados partidários de uma reforma estrutural da universidade portuguesa, no quadro das propostas enunciadas por Miller Guerra dentro do aviso prévio sobre *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*. Os signatários da moção preconizam a “*criação de uma comissão que elaborará um relatório sobre a reforma da Universidade, baseado*

- nos textos recebidos das Universidades, sindicatos, ordens, sociedades científicas e culturais, empresas, corpos administrativos e de todas as pessoas e entidades interessadas, bem como na informação colhida nas experiências estrangeiras; Ampla discussão desse relatório, finda a qual, e consideradas eventuais alterações, será entregue ao Governo. Actas da Assembleia Nacional*” Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, X legislatura... , 21 de abril de 1970, 814.
- 50 O projeto de criação dos institutos politécnicos foi convertido em proposta de lei e enviado para apreciação à Câmara Corporativa, seguindo-se os trâmites parlamentares. Em relação às escolas superiores foi determinada a análise individualizada de cada estabelecimento a instituir. Cf. Ministério da Educação Nacional, *Linhas gerais*...1971: 7.
- 51 Cf. Ministério da Educação Nacional, *Linhas gerais*...1971, 7.
- 52 Cf. Ministério da Educação Nacional, *Linhas gerais*...1971: 13-16.
- 53 Cf. Ministério da Educação Nacional, *Linhas gerais*...1971, 7. Ver os textos e discursos de José Veiga Simão lançados no período de lançamento e discussão da reforma do ensino superior: Simão, 1970a; Simão, 1971b; Simão, 1972a; Simão, 1972b e Simão, 1972c.
- 54 Ministério da Educação Nacional, 1971: 7. Ver lista das universidades criadas entre 1945-1995/2006 na Europa, em Rüegg, 2011: 575-594 [Appendix: universities founded in europe between 1945 and 1995].
- 55 Cf. entrevista a Fernando Alberto Ribeiro da Silva, antigo governador civil de Braga (1985-1999), 11 de dezembro de 2013.
- 56 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, 3ª sessão, nº191, 27 de abril de 1972, 3799.
- 57 Ver Rias: 2009.
- 58 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A localização de Novos Centros Universitários (Primeiro ensaio de uma metodologia)*, junho de 1972. [Estudo conduzido pelo arquitecto J. P. Martins Barata, do Núcleo da Rede Escolar, com a colaboração de Vítor Anunciada (N.P.G.), para efeitos de utilização de cálculo automático. Difusão restrita RE/D/72.1].3.
- 59 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 7.
- 60 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 7.
- 61 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 40.
- 62 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 40.
- 63 “*Aveiro tem um considerável potencial de população, um enquadramento económico e tecnológico diversificado, situa-se numa zona de forte ímpeto de desenvolvimento, dispõe de uma rede de acessos ferroviários e rodoviários muito boa, e razoáveis indicadores de vida profissional*” Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 41.
- 64 Veja-se a crítica teórica-metodológica ao estudo anterior em Ribeiro, 1976: 111-119 (texto publicado em 1974) e o contraponto metodológico sugerido em Gaspar, 1972.
- 65 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*... , 41.
- 66 Entrevistas a Veiga Simão e trabalhos sobre o autor, em especial Rias, 2009.
- 67 Cf. Ministério da Educação Nacional, *Proposta de criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior apresentada ao Governo pelo ministro da*

Educação Nacional, Lisboa, MEC, 1973.

- 68 As intervenções dos deputados Alberto Meireles e Augusto Correia constituem manifestações de regozijo às reformas anunciadas pelo ministro Veiga Simão relativamente às Universidades do Porto e de Coimbra, no que toca à criação dos cursos de Filologia Germânica e de Geografia, na Faculdade de Letras do Porto e na criação do curso de Engenharia na Universidade de Coimbra. As intervenções reproduzidas são igualmente reveladoras do contexto e dos limites que atravessam o programa de reformas. Intervenção do Sr. Alberto de Meireles: “*Há meses, o Sr. ministro Veiga Simão foi ao Porto e recebeu-nos a nós, Deputados, com toda a deferência, na Reitoria da Universidade, que me parece ser o lugar próprio para o ministro da Educação Nacional o fazer na nossa cidade. E nós dissemos que o Porto tinha reivindicações –, e uma delas, a mais instante, a que se apresentava com mais pressão neste domínio, era o da criação da licenciatura em Filologia Germânica. Havia documentação convincente. Lembro-me de que um abaixo-assinado de 800 futuros alunos candidatos a essa licenciatura, oriundo dos liceus do Porto e arredores [...]. Eu invoquei ao Sr ministro, se bem me lembro (e alguns dos meus colegas se lembrarão, certamente), as tradições do Porto em matéria de língua inglesa, e, agora, também digo de língua alemã. As tradições do Porto, quanto ao linguajar inglês, são bem conhecidas: a colónia inglesa no Porto, com a sua feitoria, os seus negócios, pelo seu convívio social, impunha às famílias do Porto que os seus filhos fossem educados, falando correctamente inglês. A língua não deixou de ser útil, pelo contrário, embora o vinho do Porto tenha decaído, felizmente, apenas neste aspecto: o domínio inglês do seu comércio. Mas as famílias do Porto continuam a procurar que os seus filhos falem inglês. Mas onde melhor se poderá aprender do que numa secção de Filologia Germânica da Faculdade de Letras? Ouvimos ontem, pela televisão, a notabilíssima exposição, cheia de audácia, de rasgo e até de emoção, do Sr. ministro da Educação Nacional, ao programar – e programa audacioso é esse – para 1972 a licenciatura de Filologia Germânica, no Porto, e, ainda por acréscimo, Geografia. Pois bem haja, Sr. ministro. O Porto até sem pedir obtém às vezes. Mas aquilo que vai obter é um grande serviço prestado à cidade e àqueles alunos que, sem isso, não poderiam seguir essa carreira universitária*”.
- Intervenção do sr. Augusto Correia: “*Está lançado o desafio para uma nova luta em Coimbra pela ‘batalha da educação’ com resultado final assegurado em prazo fixo. O prazo é Outubro e o resultado será o desejado ensino da Engenharia, por que trabalham, num esforço conjunto, as forças vivas locais, em que se salientam a Universidade e a Câmara Municipal. O Sr. Santos Bessa: – E também os Deputados! O Orador: – As quais têm demonstrado bem os graves inconvenientes da falta de uma Faculdade de Engenharia. Coimbra, que em todas as horas e nas mais diversas manifestações se tem interessado numa participação activa na luta “contra o marasmo ou contra a inércia”, teve agora resposta certa para mais uma das suas legítimas aspirações, à qual dará toda a contribuição que o lançamento do ensino da Engenharia em outubro próximo a ela reserve. Pensando noutras respostas que se consideram indispensáveis para a realização de Coimbra como capital de região plano, agradece-se ao Prof. Veiga Simão, que Coimbra conta entre os filhos adoptivos mais ilustres, este impulso decisivo no seu difícil caminho para um grau de desenvolvimento que merece e o País exige”*. Cf. *Actas das Sessões da Assembleia Nacional*, X Legislatura, sessão nº3, nº103, 26 de janeiro de 1972, 3091 e 3092. Apontem-se, a título de ilustração, as propostas apresentadas pela Comissão de Planeamento da Região Norte, no quadro dos *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*, sobre projecção de

- novas áreas formativas, concretamente: Direito, Educação Física, Psicopedagogia, Serviço Social, Jornalismo, Administração, entre outras áreas consideradas deficitárias – que permitem questionar o impacto das criações anunciadas para o ano de 1972. Cf. Comissão de Planeamento da Região do Norte. *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*... , 14-15.
- 69 Ver, entre outros, as reflexões de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1976: 115-116), em especial as propostas alternativas que sugeriu (Viseu e Évora), na hipótese de o Governo manter o propósito de instalar universidades na província. O grande renovador da Geografia portuguesa do século XX desaconselhava a instalação das novas universidades em Braga ou Aveiro pela proximidade em relação à cidade do Porto.
- 70 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A Localização de Novos Centros Universitários*...1971.
- 71 AMAP-FDA, António Luciano Pacheco de Sousa Franco, *Cartão enviado a Duarte Amaral*, L 460. [Trata do envio de um documento oficial sobre as novas universidades]. Cf. fig. 1.
- 72 Melo, 2009: 70-80.
- 73 Cf. Edmundo Alves, «Oliveira, Joaquim José Nunes de» Cruz in Pinto, 2005: 266-267 (vol. 2).
- 74 Comissão de Planeamento da Região do Norte. *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento: Relatório de propostas*. Vol. IV. *Relatório sobre o ensino apresentado pelo grupo de trabalho para o ensino*. [aprovação das conclusões pelo Grupo de Trabalho 13-3-1972, conclusão do Relatório 30-3-1972]. Porto: 1972 [outubro], 1.
- 75 Comissão de Planeamento da Região do Norte. *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento. Relatório de propostas*... , 14-15.
- 76 Curiosamente só eram avançadas razões para justificar a criação da Faculdade de Medicina em Braga por razões que se prendem com o excesso de alunos da escola congénere do Porto, bem como pela exigência de cobrir as necessidades de saúde de uma população em forte crescimento e as vantagens da cidade em termos de equipamento hospitalar (disponibilidade em termos de Hospital de S. Marcos e Escola de Enfermagem). Comissão de Planeamento da Região do Norte. *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento. Relatório de propostas*...11-12.
- 77 Era, ainda, proposto para Guimarães a criação da escola de Magistério Primário e o curso de Formação de Professores em Ensino Pré-Primário, Comissão de Planeamento da Região do Norte. *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento. Relatório de propostas*...13-14.
- 78 De acordo com o testemunho de Veiga Simão sobre o jogo de influências travado por António Maria Santos da Cunha e Duarte Amaral, figuras símbolo das cidades de Braga e de Guimarães. Ver entrevistas a José Veiga Simão, 2013; António Maria Santos da Cunha (Braga, 1911-1972), comerciante e político de primeiro plano do distrito de Braga, nos anos 50 e 60. Desenvolveu uma intensa carreira política com exercício de cargos nas estruturas regionais da União Nacional (secretário da Comissão Distrital da União Nacional de Braga em 1953; vice-presidente da CDUNB, em 1965; presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Braga, em 1965); na administração local (secretário e presidente da Câmara Municipal de Braga, e também da Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, 1949-1961); e no Governo Civil de Braga (5-12-1969 a 1972). Foi, ainda, procurador à Câmara Corporativa na VI Legislatura (1953-1957) e deputado da Assembleia Nacional, pelo distrito de Braga, nas VIII e IX Legislaturas (respetivamente, 1961-1965 e 1965-1969). Cf. Silva,

2004: 517-519.

Duarte Pinto de Carvalho Freitas do Amaral (Guimarães, 1909-1979), licenciado em Engenharia Civil pela FEUP, engenheiro e administrador de várias empresas públicas, figura politicamente influente, pelas ligações de proximidade com o presidente do Conselho, Oliveira Salazar, o Presidente da República, Américo Tomás, e mais tarde com Marcello Caetano (Amaral, 1995). Apontam-se algumas notas sobre o seu percurso profissional e político: iniciou carreira como engenheiro da Direção-Geral de Caminho-de-ferro e da Direção Geral das Contribuições e Impostos. Seguiram-se importantes comissões públicas, com o exercício de funções diretivas, no quadro da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (1940-1948) e da Sacor (1948-1974), primeiro como delegado do Governo e, mais tarde, como administrador. Em paralelo, foi vogal e presidente de conselhos superiores e de outras companhias públicas. Politicamente foi presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Guimarães, secretário de Oliveira Salazar, na qualidade de ministro das Finanças, e deputado da Assembleia Nacional (VII, IX-XI legislaturas). Salientou-se como defensor dos interesses de Guimarães, tendo atuado em diferentes frentes do desenvolvimento da cidade e do concelho. Cf. Tchen, 2004: 158-160.

79 “Discute-se muito em certos meios intelectuais e políticos deste país a criação de mais duas Universidades. Já em 1960 apresentei para estudo o direito histórico de Évora e de Guimarães serem sedes de novas Universidades, acrescentando que as condições de momento multavam a favor de Guimarães. Nessa altura ninguém falava ainda em Portugal na necessidade de novas Universidades. Hoje pensa-se a sério numa nova Universidade em Lisboa e noutra na região de Aveiro ou no eixo Braga-Guimarães”. Intervenção no âmbito do debate do aviso prévio sobre aspetos culturais, económicos e sociais do distrito de Braga, apresentado pelo deputado Nunes de Oliveira, na Assembleia Nacional. *Diários das Sessões da Assembleia Nacional, X legislatura*, sessão nº2 e sessão nº80, 9 de fevereiro de 1971, 1623.

80 Note-se, aliás, a identidade argumentativa que perpassa da conversa celebrada e registada com o titular da pasta da Educação Nacional e respetivos secretários de Estado, em que Duarte do Amaral solicitou a reflexão em torno da “hipótese de Guimarães, não só em relação à região e centros urbanos do distrito de Aveiro como aos do distrito de Braga”, alegando, para o efeito, o estudo inserto na *Revista do Centro de Estudos de Urbanização e Habitação Eng.º Duarte Pacheco*. Como argumentos legitimadores foram apresentadas as características económicas, industriais e populacionais do concelho de Guimarães, assim como as do eixo Guimarães-Santo Tirso (1), a par da tradição académica de Guimarães consignada pelo antigo Convento da Costa (2). AMAP-FDA, *Alguns Problemas do Ensino em Guimarães*, [Registo Síntese] da *Conversa do Deputado Duarte de Amaral com S. Ex.as os Srs. ministro da Educação Nacional e Subsecretários de Estado da Administração Escolar e da Juventude e Desporto*, 20 de julho de 1970, L473, 2.

81 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional, X legislatura*, sessão nº2 e sessão nº80, 9 de fevereiro de 1971, 1622.

82 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional, X legislatura*, sessão nº2 e sessão nº80, 9 de fevereiro de 1971, 1623.

83 Entre os nomes propostos pelo Duarte do Amaral para integrarem a Comissão Instaladora e/ou quadros docentes da Universidade do Minho apreendem-se as propostas implícitas sobre outras figuras, supostamente afetas ao círculo dos interesses de Braga. É o caso,

provável, do professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Luís António de Oliveira Ramos, que foi sondado para integrar a referida comissão de acordo com testemunho do próprio. Cf. entrevista a Luís António de Oliveira Ramos, 2013. Ver também Correia, 2004: 31-57.

84 Assembleia Nacional, *Diários das Sessões da Assembleia Nacional, X legislatura*, sessão nº2 e sessão nº80, 9 de fevereiro de 1971, 1622.

85 Tratava-se do lugar de diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (organismo sucessor do GEPAE, entretanto reestruturado), cargo atribuído a Amaro da Costa pelo ministro da tutela mas cuja proposta foi declinada pelo presidente do Conselho. Após duas rejeições, Marcello Caetano aceita nomeá-lo para o referido lugar. Note-se que a escolha de Lloyd Braga para o relevante cargo no Ministério da Educação Nacional, referente à prossecução do projeto reformador, é um sinal inequívoco da competência, confiança e amizade depositadas no professor engenheiro de Lourenço Marques.

Capítulo 2

Fundação

A diferença entre a criação e a fundação da Universidade do Minho joga-se na capacidade de enfrentar uma realidade que se vê sujeita a uma aceleração histórica. O decreto fundador das novas universidades traçava uma linha mobilizadora, rapidamente acrescentada por uma multiplicidade de perspectivas, planos e reivindicações. A capacidade crítica da Universidade é, porventura, antes de mais, testada pela forma como mantém aquela linha criadora, fundando-a num tempo novo. O sucesso é tudo menos uma certeza previamente garantida. Os anos inaugurais da Universidade foram atravessados pelo choque de possibilidades aberto pelo ciclo revolucionário, marcado por desafios e divergências relativamente ao modelo de implantação da nova Universidade.

As ideias e fórmulas utilizadas, num conjunto heterogéneo de espaços de trabalho, revelam uma Universidade desafiada pelo cruzamento inovador dos saberes. A Universidade de projetos constitui a matriz orientadora, desenhada e concretizada no terreno por muita gente. Neste capítulo sondam-se as várias camadas deste processo, desde o papel da Comissão Instaladora às várias instâncias onde se discutem e planificam as soluções a inventar para a Universidade do Minho. No cerne desses anos fundadores, é a realidade física da Universidade e o seu perfil diferenciador no ensino superior que estão em aberto.

1 O governo da Universidade: a equipa inicial

A tomada de posse do Reitor Carlos Lloyd Braga e da Comissão Instaladora (CIUM) simboliza o ato fundador da Universidade do Minho. A cerimónia foi presidida pelo ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, e teve lugar a 17 de fevereiro de 1974, pelas 18 horas, no Salão Medieval da Biblioteca Pública, em Braga. O programa protocolar da visita do ministro e respetiva comitiva às cidades de Braga e de Guimarães prolongou-se durante dois dias.

A agenda reproduzida na página seguinte constitui uma ilustração da agilidade política de Veiga Simão. Esta reflete-se no desenho do itinerário de trabalhos que, atribuindo a primazia à capital de distrito, partilhava com a cidade de Guimarães os festejos de um programa global de educação, traçado à escala distrital, e que atingia o seu zénite com a criação da Universidade do Minho.¹ Esta partilha, para todos os efeitos simbólica, pode ser lida como uma espécie de compromisso político sobre a repartição da Universidade pelas duas cidades, como decorre da intervenção do ministro, no desfecho da cerimónia.

O discurso inaugural constitui um dos raros registos sobre o modo como Veiga Simão concebeu o modelo orgânico e espacial dos estudos da Universidade do Minho – consideravelmente distante dos futuros modelos em disputa, como teremos oportunidade de confrontar em *Incertezas no espectro da Revolução* – numa espécie de criação *avant la lettre* que importa registar, tanto mais porque projeta um exemplar inovador entre as demais criações da reforma do ensino superior.

“Eis porque era evidente a criação da Universidade no Minho, a qual sem prejuízo de um futuro “campus universitário” a localizar de acordo com dados objetivos onde se centralizem essencialmente estudos de pós-bacharelato, deve iniciar o seu funcionamento com departamentos de artes, letras, economia, ciências sociais, organização e gestão, e algumas ciências puras em Braga, e departamento de ciências aplicadas e de tecnologia em Guimarães, sem esquecer a possibilidade de estudar-se construção naval em Viana do Castelo. As ciências médicas terão de ser organizadas de harmonia com a planificação do sistema de saúde.”²

Dia 17 de fevereiro de 1974

(Domingo)

tarde

16.00

Receção da comitiva ministerial no limite do distrito, ponte de Ribeirão (Vila Nova de Famalicão)*

16.15-17.00

Percurso Ribeirão – Braga: várias paragens da comitiva para cumprimentar as autoridades; cortejos de populares, juntos às estradas, reunindo “gente de todas as condições”

17.00

Chegada ao Arco da Porta Nova: presença das autoridades civis, militares, académicas, religiosas e corporativas, corporações de bombeiros, bandas de música, ranchos folclóricos e representantes doutras instituições minhotas, alunos do Liceu Nacional Sá de Miranda e outros estabelecimentos de ensino oficial e particular, crianças das escolas primárias e respetivos professores

Cortejo a pé entre a Porta Nova e a Sé

Missa e *Te-Deum*, presidida pelo arcebispo primaz, com coral sob regência de Manuel Faria

Cerimónia de posse do Reitor e da Comissão

Instaladora da Universidade do Minho, Salão Medieval, Biblioteca Pública de Braga**

noite

21.30

Receção em honra do ministro da Educação Nacional, Biblioteca Pública

21.30

Festa popular: grupos de música, ranchos folclóricos de Braga e de Viana do Castelo

21:30

Concerto no Largo do Paço pela Banda de Infantaria 6.

* Comissão de receção: dr. Ascensão de Azevedo, governador civil; professor doutor Nunes de Oliveira, presidente da Comissão Distrital da Ação Nacional Popular; professores doutor Lloyd Braga, Reitor da Universidade do Minho; dr. Teotónio de Andrade e Castro, presidente da Junta Distrital; capitão Sotero da Costa, comandante distrital da PSP; capitão Manuel Ferreira, comandante distrital da GNR; e Mário Martins, chefe de protocolo do governador civil. Faziam ainda parte “as senhoras” do governador civil, do presidente da CDANP e do senhor Reitor. No local encontravam-se figuras do concelho, nomeadamente o presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão, dr. Dinis de Orey, bem como representantes de organismos corporativos e associativos – Associação Jurídica de Braga; corporações de bombeiros; grupos desportivos e de ensino.

Comitiva ministerial: professor doutor Augusto Ataíde (secretário de Estado de Instrução e Cultura); professor doutor Alberto Ralha (diretor geral do Ensino Superior); professor doutor Vítor Crespo (presidente do Instituto de Alta Cultura); dr. Pedro Amaro (subdiretor do Ensino Superior); dr. Amaro da Costa (diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa); dr. Alberto Machado (secretário-geral do Ministério da Educação Nacional); professor doutor Syleno e esposa; dr. Amadeu de Carvalho (chefe do Gabinete do ministro); dr. João Lemos (secretário do ministro); dr. Henrique Trocado (adjunto do secretário de Estado de Instrução e Cultura); dr. Falcato (chefe do Gabinete de Imprensa do Ministério da Educação Nacional).

** Altas individualidades religiosas (arcebispo primaz de Braga, bispo de Lamego, bispo adjunto do Porto), altas individualidades

Dia 18 de fevereiro de 1974

(Concedido feriado às escolas oficiais do distrito)

manhã

c. 9:30

Governo Civil de Braga, Palácio dos Falcões

Espaço de Audiências***

Sessão de Trabalho no Governo Civil de Braga, Palácio dos Falcões****

Visita a terrenos e a instalações destinados à nova universidade

13.00

Cerimónia de Entrega da Medalha de Ouro da Cidade ao ministro da Educação Nacional, Paços do Concelho · Eng. Vale Rego Amorim, Presidente da Câmara de Braga.

Almoço íntimo oferecido pelo Governador Civil à comitiva ministerial, no Hotel do Elevador

tarde

15.30

Viagem para Guimarães

Cerimónia de entrega da Medalha de Ouro da Cidade ao ministro da Educação Nacional, Paços do Concelho I dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu, presidente da Câmara de Guimarães.

Visitas na Cidade incluindo locais destinados a possíveis instalações universitárias

Jantar de Homenagem, Palácio dos Duques

Regresso a Lisboa

políticas (às mencionadas, acrescente-se o governador Civil e o presidente de Câmara de Viana do Castelo); reitores e professores das Universidades portuguesas.

*** Comissões de finalistas de vários estabelecimentos de ensino do distrito; escuteiros de Braga; Grupo de Teatro do Liceu de Barcelos; Associação de Desportos de Braga; Sporting Clube de Braga e Académico de Braga e concessão de apoios financeiros.

**** Ministro e representantes do Ministério e autoridades do distrito – governador civil, presidente da ANP, procuradores à Câmara Corporativa, deputados do círculo, presidentes dos municípios; Reitor da Universidade do Minho, diretores dos estabelecimentos de ensino liceal, técnico e escolas preparatórias.

Fig. 1 · Programa protocolar da viagem do ministro da Educação Nacional e comitiva ministerial às cidades de Braga e Guimarães, 17 e 18 fevereiro de 1974 · Fonte: *Correio do Minho* e *Diário do Minho*, 7, 17, 19 e 20 de fevereiro de 1974. Os artigos apresentam discrepâncias relativamente aos horários das cerimónias protocolares.

Um modelo orgânico e espacial que distribuía o bacharelato (ou formação inicial) e respetivas áreas de saber entre as cidades de Braga e de Guimarães e que admitia a possibilidade de incluir a cidade de Viana do Castelo como um polo de extensão da Universidade, vocacionada para a Engenharia Naval.³ Os anos terminais, correspondentes ao pós-bacharelato, seriam concentrados num campus universitário único, a instalar numa zona do Minho a designar, após estudos de localização.

Tratava-se, concetualmente, de uma espécie de antecipação do modelo de Bolonha, na interpretação posterior de Veiga Simão, assente numa política de estreita colaboração entre os estabelecimentos de ensino, trave mestra da arquitetura do sistema do ensino superior projetado.⁴ Daí o ministro avançar com medidas pragmáticas de colaboração interinstitucionais – relacionadas com a conceção de planos curriculares ajustados à circulação e ao ingresso de bacharéis em estudos de licenciatura e a agilização dos sistemas de equivalência – sintomáticas do seu empenho em operacionalizar a coesão do sistema e instituir uma nova cultura universitária. Assim propunha que a Universidade do Minho se abrisse às escolas superiores do “*mais Norte*” para a consubstanciação da reforma em curso:

“Aberta às gentes do mais Norte, a Universidade deve estudar, em colaboração com o Instituto Politécnico de Vila Real e a Escola Normal Superior de Bragança, regimes de associação que contribuam, desde o início do seu funcionamento, para a instituição em Portugal de um modelo harmónico para o sistema de ensino superior que valorizará simultaneamente as Escolas Universitárias e não Universitárias sem prejuízo das funções predominantes ou específicas de cada uma.”⁵

O discurso da criação da Universidade do Minho corporizava as diferentes matrizes que compunham o ideal modelo da universidade nova, sob o signo da *era da educação*, passíveis de serem sistematizadas em duas dimensões principais.⁶ Uma primeira relativa às mudanças orgânicas, científicas e pedagógicas a estabelecer e que representavam o símbolo distintivo da universidade nova. Uma segunda dimensão projetava a especificidade da Universidade do Minho no tocante à estrutura de saberes a instituir, questão que se traduzia, na época, na chamada *universidade completa* ou *universidade integral*, em alternativa à *universidade segmentada* ou *polarizada* em valências científicas, de que era exemplo a Universidade de Aveiro. Constituía, no seu conjunto, a estrutura da Universidade a fundar, de acordo com as linhas de ação consagradas no diploma legal, a serem expandidas pelos órgãos de governo recém-nomeados.

Tracemos o leque das mudanças projetadas, sublinhando a importância do discurso – e sua repetição estratégica – na antecipação corpórea da nova realidade a materializar. Seja como for, é a história a primeira a ser mobilizada no sentido de inscrever a

Universidade na tradição académica nobilitante das cidades da região: a grandeza do antigo Colégio de S. Paulo, em Braga; a notoriedade do antigo Colégio do Convento da Costa, em Guimarães, dotado do privilégio real de graduar bacharéis e licenciados em Artes; a recente Faculdade de Filosofia da Universidade Católica (1967/1971).⁷

Entrando no capítulo das mudanças ou “*linhas de ação*”, aponte-se a renovação do perfil de estudos e do sistema de aprendizagem no intuito de conciliar harmonicamente a teoria e a prática, o espírito científico com a cultura humanista, pois acima de tudo «*as universidades devem ensinar a ‘saber realizar’, criar o sentido da obrigação de ‘fazer’, ‘permitir’, ‘saber pensar’ e, mais ainda e sobretudo, ‘saber criar’ e ‘saber inovar’*» – dentro de uma matriz interdisciplinar e num quadro de uma maior liberdade de escolha curricular, de forma a permitir aos alunos opções disciplinares, a partir de um sistema de “*unidades de valor*” (ou seja, no seu equivalente atual, unidades de créditos), dentro dos “*princípios gerais da autonomia pedagógica, científica e cultural [consagrados por diploma fundamental dirigido às Universidades]*”.⁸ Em suma: ensinar a aprender, ao invés da prática recém-usual, pretensamente moderna, de “*importar técnicas correntes de inovação*”, a partir de “*experiências de novas metodologias de ensino*”, de outras “*fórmulas de avaliação contínua dos conhecimentos*”, de planos de estudos mais flexíveis de forma a incluir uma dimensão cultural mais expressiva, em contextos de aprendizagem marcados por raios equilibrados – “*nunca inferior a 1/12*” – em estabelecimentos de ensino pensados para receber uma população estudantil na ordem dos 10.000 alunos – propostas tendentes a firmar “*um ensino socrático e um diálogo fecundo e criador.*”⁹

Mudanças ao nível das práticas e do sistema de valores a inscrever em contextos orgânicos e institucionais também eles inovadores. Estes passavam, nomeadamente, pela adoção do sistema departamental articulado com a criação de conselhos pedagógicos, meio de garantir a solidez e a eficácia do ensino, sem negligenciar a revalorização da docência universitária através de um sistema de incentivos de progressão de carreira e de relançamento da investigação e pesquisa, segundo parâmetros internacionais.¹⁰

No plano da renovação da orgânica do governo universitário, preconizava-se a introdução de princípios de representação dos diferentes corpos de academia, num clima de liberdade, democraticidade, responsabilidade individual e cívica, respeito pela ordem e disciplina.¹¹

A segunda dimensão reportava-se ao espectro de saberes a estabelecer e a distribuir por dois centros universitários, Braga e Guimarães, prolongado à hipótese de um terceiro polo, Viana do Castelo. A Universidade era apresentada como uma *universidade completa* que incluía “*artes, letras, economia, ciências sociais, organização e gestão, e algumas ciências puras em Braga, e [o] departamento de ciências aplicadas e de tecnologia em Guimarães, sem esquecer a possibilidade de [se] estudar construção naval em Viana do Castelo*”. E as Ciências Médicas a organizarem-se de acordo com a

planificação do sistema de saúde.¹² Uma enumeração que se afigurava próxima de outras já formuladas, que acentuavam a interdisciplinaridade e a institucionalização de saberes novos como marca distintiva dos estabelecimentos superiores a criar, no interior do universo disciplinar clássico. Disso é exemplo a previsão sobre as áreas de saber a consignar à Universidade do Minho (Braga-Guimarães) que contemplava os “*Cursos de Medicina, Direito (bacharelato), Ciências Humanas, Ciências Exatas, Naturais e Tecnologia*”, no âmbito do leque alargado de saberes novos (“*novas formações*”) previsto instituir no ensino universitário: “*informática, biofísica e bioquímica, odontologia, engenharia sanitária, oceanografia, planeamento, psicologia aplicada e Ciências de Educação*”.¹³

Garantir a *universidade completa* representava também um meio de afirmar o poder da instituição, não apenas em termos de nobilitação simbólica, mas sobretudo de afirmação da independência e autonomia da Universidade do Minho.¹⁴ Às ameaças (prováveis e potenciais) representadas pelas universidades existentes, salientava-se muito em particular a Universidade do Porto: a proximidade geográfica fazia temer choques e conflitos de interesses ditados por razões várias – académicas, económicas, de política regional, no quadro dos planos de desenvolvimento da região Norte.

Seja como for, vale a pena questionar o impacto de um discurso desta natureza numa região cujas autoridades, à semelhança do resto do País, continuavam tão arreigadamente presas a símbolos do passado – como o sugere o tradicionalismo que envolve alguns dos eventos mais carismáticos da visita do ministro da Educação Nacional, concretamente a recepção da comitiva ministerial no termo do distrito, na esteira do costume medieval, assim como a imponência da cerimónia religiosa que antecede a cerimónia civil de investidura da Universidade (Fig. 1). Do testemunho da imprensa regional e local ressalta, muito em especial, o elogio ao ministro, a exaltação da obra de educação realizada e a realizar, a proximidade de contacto com as populações e coletividades de juventude (e outras) – permanecendo incólume a visão antielitista e moderna de universidade veiculada em contracorrente à conceção dominante na corporação e na sociedade em geral. (Fig.2)

O desígnio ministerial foi decisivo na indicação do Reitor, assim como na seleção dos membros da CIUM, evidenciando os equilíbrios que presidiram à criação da Instituição, balizados pela preocupação em estabelecer uma equipa coesa, capaz de assegurar a solidez futura da universidade emergente, de acordo com as atribuições e a calendarização dos trabalhos fixado pelo decreto de criação das novas universidades. A escolha de Veiga Simão recaiu num conjunto de académicos ligados por afinidades e cumplicidades distintas. (Fig. 3)

A presidir ao governo da Universidade, na qualidade de Reitor e de presidente da CIUM, Carlos Lloyd Braga (Lisboa, 1928-1997), colega e amigo de Veiga Simão dos tempos iniciáticos da Física Nuclear no País, assistente do Instituto Superior Técnico e



387

Duplicada Gratidão de Guimarães pela criação de Instituições Universitárias nesta Cidade e do PROFESSOR VEIGA SIMÃO por lhe ter sido atribuída a qualidade de Cidadão Honorário do BERÇO DA NACIONALIDADE



Fig. 2

Recortes de jornais Braga e Guimarães
 Fonte: *Diário do Minho*, 18-02-1974; *O Primeiro de Janeiro* 18-02-1974; *Notícias de Guimarães*, 23-02-1974. GCI, Coleção de recortes de imprensa

**Fig. 3**

Cerimónia de posse da CIUM, 17 fevereiro de 1974. Vogais da CIUM e representantes de cargos públicos, da esquerda para a direita: [...], Duarte Nuno do Vale e Vasconcelos, Diogo Freitas do Amaral, Pinto Machado, Joaquim Barbosa Romero, Lúcio Craveiro da Silva, Amadeu de Carvalho, [...], Alberto Machado, Amaro da Costa

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias



professor de Engenharia na Universidade de Lourenço Marques. Companheiros de estrada nas operações de construção e planeamento da universidade ultramarina, foi aqui que encontrou as condições e o estímulo necessários para concretizar e promover a sua trajetória académica no domínio da Física. Circunstancialmente, como referido atrás, acabou por ser o escolhido para Reitor. Joaquim Barbosa Romero (Lisboa, 1928-2005) denotava circunstâncias afins. Fora também assistente de Engenharia Química no Instituto Superior Técnico e convidado para professor da Universidade de Lourenço Marques, fator potenciador da sua carreira académica. Os dois professores partilhavam em comum com Veiga Simão o elogio das qualidades do sistema universitário anglo-saxónico – no quadro dos estudos de doutoramento realizados em Inglaterra, nas Universidades de Manchester, Birmingham para os dois primeiros e Cambridge, no caso do ministro da Educação – e a urgência de empreender a reforma da universidade portuguesa, no que toca a políticas de investigação, modelos de ensino e orgânica institucional. Ambos haviam experienciado os constrangimentos que imperavam na universidade metropolitana, cerceadores das hipóteses de ingresso e de progressão na carreira académica.

O legado da Universidade de Lourenço Marques, consubstanciado na experiência de gestão e práticas universitárias impressas pelo reitorado de Veiga Simão, transpunha-se para o Minho como foco de inspiração ao projeto e ao processo de fundação da Universidade. Serão estes dois professores, representantes do que designámos por primeiro segmento geracional da Universidade de Lourenço Marques, que são chamados a ocupar as posições centrais na estrutura dorsal da Instituição, em regime de dedicação exclusiva, acumulando funções de governo com funções de coordenação de estudos e/ou docência em áreas de saber estratégicas – as Engenharias e a Física –, que irão protagonizar o ciclo conturbado dos anos iniciais da Universidade, atuando segundo perfis diferenciados e complementares, como veremos.¹⁵

“O primeiro Reitor, Lloyd Braga trazia, digamos assim, impressa essa cultura universitária de Lourenço Marques, tal como todos os professores que de lá vieram, até porque muitos, ou pelo menos alguns deles (e o próprio Lloyd Braga), se sentiam, como é que hei-de dizer, um pouco filhos bastardos das universidades tradicionais do continente – uma vez que não os acolheram ou porque preferiram outros... Eu julgo que foram maltratados muitos deles, foram maltratados pelas universidades do continente e voltaram a ser maltratados quando regressaram porque foram considerados colonialistas. As universidades tradicionais, sobretudo durante os anos 60, deveriam ter alterado os mecanismos malthusianos que lhe eram característicos. Lembro-me, quando eu era estudante, numa daquelas festas académicas de Coimbra, as chamadas Latadas, ter aparecido um cartaz que trazia esta piada, esta graça: ‘as lentes são transparentes, os lentes são só parentes’, o que era perfeitamente verdade em algumas escolas da Universidade de Coimbra, sobretudo naquelas áreas onde os interesses extrauniversitários

são maiores, Direito e Medicina, que são talvez das escolas mais conservadoras das universidades conservadoras portuguesas. A formação de doutores no estrangeiro e de bolseiros, rompe esse círculo malthusiano e entra em colisão com muitos interesses, mas no fundo era a única forma de alimentar com recursos novos, com pessoas novas, as universidades.”¹⁶

Os demais vogais académicos eram professores de universidades metropolitanas e representantes das outras áreas de saber previstas estabelecer na Universidade do Minho. Assim, a escolha do catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, antigo deputado da Ala Liberal, Joaquim Pinto Machado (Porto, 1930-2011), representou uma aposta substantiva no processo de edificação em curso. Tratava-se de um académico defensor das universidades novas pelas potencialidades que estas ofereciam na reforma dos estudos e igualmente de um partidário fervoroso da renovação do ensino das Ciências Médicas – *dossier* que liderou no âmbito do mapeamento e da organização dos saberes e cursos a instituir na Universidade do Minho.

Diogo Freitas do Amaral (Póvoa do Varzim, 1941) era talvez dos académicos membros da CIUM aquele que reunia um maior número de créditos políticos. O seu nome constava da lista de personalidades debatidas no quadro de reuniões e conversas do ministro da Educação Nacional com representantes dos interesses locais polarizados.¹⁷ A presença do reputado jurista e professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na CIUM representava uma *mais-valia*, a diferentes títulos. De uma banda, pela essencialidade do Direito na elaboração e gestão de propostas legislativas de vulto relativas ao campo do ensino universitário. Sobretudo, atendendo ao facto que Freitas do Amaral fora um defensor incondicional da reforma da educação de Veiga Simão, colaborador na defesa jurídica e política do projeto de reforma do ensino superior que protagonizou.¹⁸ De outra banda, pela rede de relações junto ao círculo restrito do poder de que usufruía, tanto por razões familiares – Duarte do Amaral, seu pai, era amigo próximo do Presidente da República, Almirante Américo Tomás – como por razões profissionais, dada a ligação privilegiada com o professor Marcello Caetano, de quem era discípulo e professor substituto da disciplina de Direito Administrativo, no impedimento de Caetano.¹⁹ Mas a presença de Freitas Amaral constituía, acima de tudo, a garantia de que os interesses académicos de Guimarães seriam atendidos e respeitados, dando continuidade à ação política de seu pai, na qualidade de deputado da Assembleia Nacional e, sobretudo, político influente.²⁰

Lúcio Craveiro da Silva (Tortosendo-Covilhã, 1914-2007), diretor e professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, está presente na qualidade de intelectual e académico prestigiado das Humanidades, com forte projeção na região. Representa a ligação da Universidade à cidade e à Igreja.²¹ O seu nome constava das listas apresentadas por Duarte de Amaral ao ministro da Educação Nacional sobre figuras propostas para reitor e para a comissão instaladora, ainda que não reputado como candidato de primeira escolha, pois apesar de “*muito considerado,*

mas parece que, por aquela razão, não convém”.²² Era, à semelhança dos demais académicos, um defensor da reforma da educação – recorde-se a ação do ministro no estabelecimento da Universidade Católica – cuja presença na CIUM contribuiria, seguramente, para potenciar o espírito de colaboração interuniversitário preconizado por Veiga Simão.²³

A responsabilidade da coordenação das áreas de saber, relativas aos cursos a criar, foi cometida aos vogais da CIUM, de acordo com a seguinte segmentação científica-disciplinar: Ciências Exatas e Tecnologia, Joaquim Barbosa Romero; Medicina, Joaquim Pinto Machado; Direito, Economia, Administração e Sociologia, Diogo Freitas do Amaral; e Artes e Letras, Lúcio Craveiro da Silva.²⁴

Figuravam ainda na CIUM, António Eduardo Carneiro, presidente da Comissão de Planeamento do Norte, presença reveladora das preocupações de planeamento regional que assistiam ao projeto da reforma do ensino superior, a par de Duarte Nuno Vale e Vasconcelos (jurista), administrador da Universidade, e de César Montenegro (engenheiro), representante do Ministério das Obras Públicas, por inerência de funções.²⁵ A breve trecho, a CIUM registaria alterações na sua composição, ditadas pelo tempo histórico e pela dinâmica da instituição.

1.1

Os anos inaugurais

“Começo por me apresentar. O meu nome é Carlos Lloyd Braga e sou o Reitor da Universidade. Pedi para virem a esta reunião com o objetivo de vos dar um certo número de informações, as quais, por ser este o primeiro ano lectivo em que a Universidade vai funcionar, não é possível obtê-las através de colegas mais antigos”.²⁶

No estilo direto e pragmático que lhe era peculiar, Lloyd Braga dava início ao primeiro ano letivo, nas imediações das férias de natal: 16 de dezembro de 1975.²⁷ A data de arranque oficial das atividades letivas é elucidativa da indefinição que pairava sobre a continuidade do projeto da Universidade, seriamente ameaçado.²⁸ Para todos efeitos, pretendia-se mostrar que a Universidade do Minho era mais do que uma mera criação de papel, expressão que se vulgarizou nos tempos que se seguiram à Revolução do 25 de abril.

Os anos inaugurais da Universidade foram com efeito eivados de múltiplos obstáculos, relacionados com os tempos conturbados que marcaram o ciclo revolucionário – acentuada agitação social, forte instabilidade política e governativa, polarização da sociedade, estrangulamentos económicos – a que se somaram as resistências à reforma do ensino superior, acrescidas pelos problemas ditados pelo tempo novo. (Fig. 4)

Assim, a par dos conflitos inevitáveis gerados pelos interesses concorrenciais em presença, outros surgiam, associados aos combates político-ideológicos (e também pessoais) que atravessavam o quotidiano político e que se projetavam entre os



Fig. 4

“Mas afinal para quem é a Universidade do Minho?”

Fonte: Jornal *Minhoto*, 9 de junho de 1976

círculos académicos alargados – incluindo os professores afastados das universidades pelo regime cessante. Estes combates traduziram-se em jogos de poder, mais ou menos explícitos, sobre o traçado a revestir pelo ensino universitário, ferindo ou protegendo interesses, sectoriais ou outros.

Neste jogo de equilíbrios complexos e frágeis, a nomeação de Joaquim Santos Simões (Espinhal/Penela, 1923-2004) para a CIUM, em fevereiro de 1975, representou, plausivelmente, um fator de consolidação do governo da Universidade – na sequência da exoneração solicitada por Freitas do Amaral.²⁹ Tratava-se de uma personalidade emblemática de Guimarães, pelo seu passado de democrata e opositor ao salazarismo, politicamente afeto ao MDP/CDE, um estudioso das questões de pedagogia e de ensino, conhecedor das realidades educacionais e culturais do distrito e um manifesto defensor do estabelecimento da Universidade. O seu nome havia sido apontado pelo ministro da Educação e Cultura, na esteira de outras propostas de nomeações relevantes, mas goradas.³⁰ Como sublinhara, no discurso de tomada de posse como membro da CIUM, a Universidade representava “*uma das armas mais poderosas dentro de uma região que tem sido vítima de todas as prepotências a que o obscurantismo e a*

estupidez podem lançar um povo”, o que revelava a sua posição de defesa incondicional da Instituição, em contracorrente às vozes daqueles que, por motivações plurais, se manifestavam seus opositores acérrimos.³¹

Disso é exemplo a posição de Vitorino Magalhães Godinho (Lisboa, 1918-2011), historiador e intelectual prestigiado, figura da resistência antifascista, pertencente à esquerda republicana socialista, que na qualidade de ministro da Educação e da Ciência do II Governo Provisório, evidenciou uma forte oposição ao estabelecimento da Universidade do Minho. Entre outras razões, por ser um crítico da reforma de Veiga Simão, advogando um modelo de universidade alternativo, de matriz concentrada e de traçado mais conservador.³² Como defendia nos alvares de 1975, numa linguagem combativa que lhe era própria:

“O projeto das universidades novas estava muito ligado à convicção de que as antigas eram incapazes de se reformar. Ora o 25 de Abril trouxe o desmoronamento dos velhos estabelecimentos, com a decapitação do professorado, a fuga aos exames, as reuniões palavrosas a substituírem as aulas. Frente a este quadro impunha-se decidir se continuava a criação de novas Faculdades e escolas superiores, ou se não era preferível refazer as já existentes, aproveitando o vazio em que se tinham esvaído. Convinha encaminhar para essas escolas existentes os elementos que o fascismo excluía ou que lá fora se tinham especializado. Mas havia igualmente que não hipotecar o futuro, que se prepara sempre à distância, e portanto que não sacrificar à colmatagem imediata de brechas os centros ou núcleos de pesquisa e de formação após-licenciatura. O melhor era criar umas quantas bases logísticas, digamos, donde irradiariam para as várias escolas os docentes, num sistema flexível que permitisse o seu melhor aproveitamento sem terem que se dispersar por ensinos ou direções de estudos diferentes; nessas bases se concentraria o equipamento hoje indispensável – a biblioteca especializada, a filmoteca e a aparelhagem de leitura, o laboratório de reprografia, o banco de dados, a programação informática, etc., ficando nas escolas o material didático corrente.”³³

Nestas circunstâncias, reveste-se significativo o anúncio do Reitor sobre o arranque de aulas e os cursos previstos para o ano letivo de 1975/1976 (Fig.5), que teve lugar no quadro da cerimónia de tomada de posse de Santos Simões e que contou com a presença do secretário de estado do Ensino Superior, Avelãs Nunes. Um indício positivo de afirmação da Universidade do Minho, tendência que estava longe de se configurar segura face à instabilidade reinante, agravada pelos interesses múltiplos e contraditórios que atravessavam então as universidades e a reconfiguração do sistema do ensino superior. Um testemunho inequívoco das incertezas desse tempo é evidenciado pelo gesto do Reitor Carlos Lloyd Braga, ao aceitar ser ministro da Educação

Fig. 5
 Universidade do Minho – Folheto
 Ano de abertura 1975/1976
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

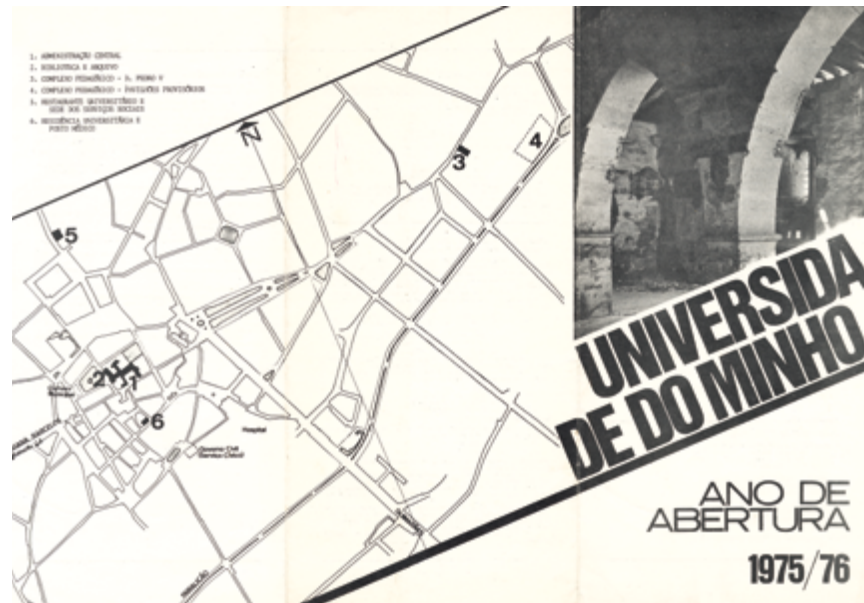
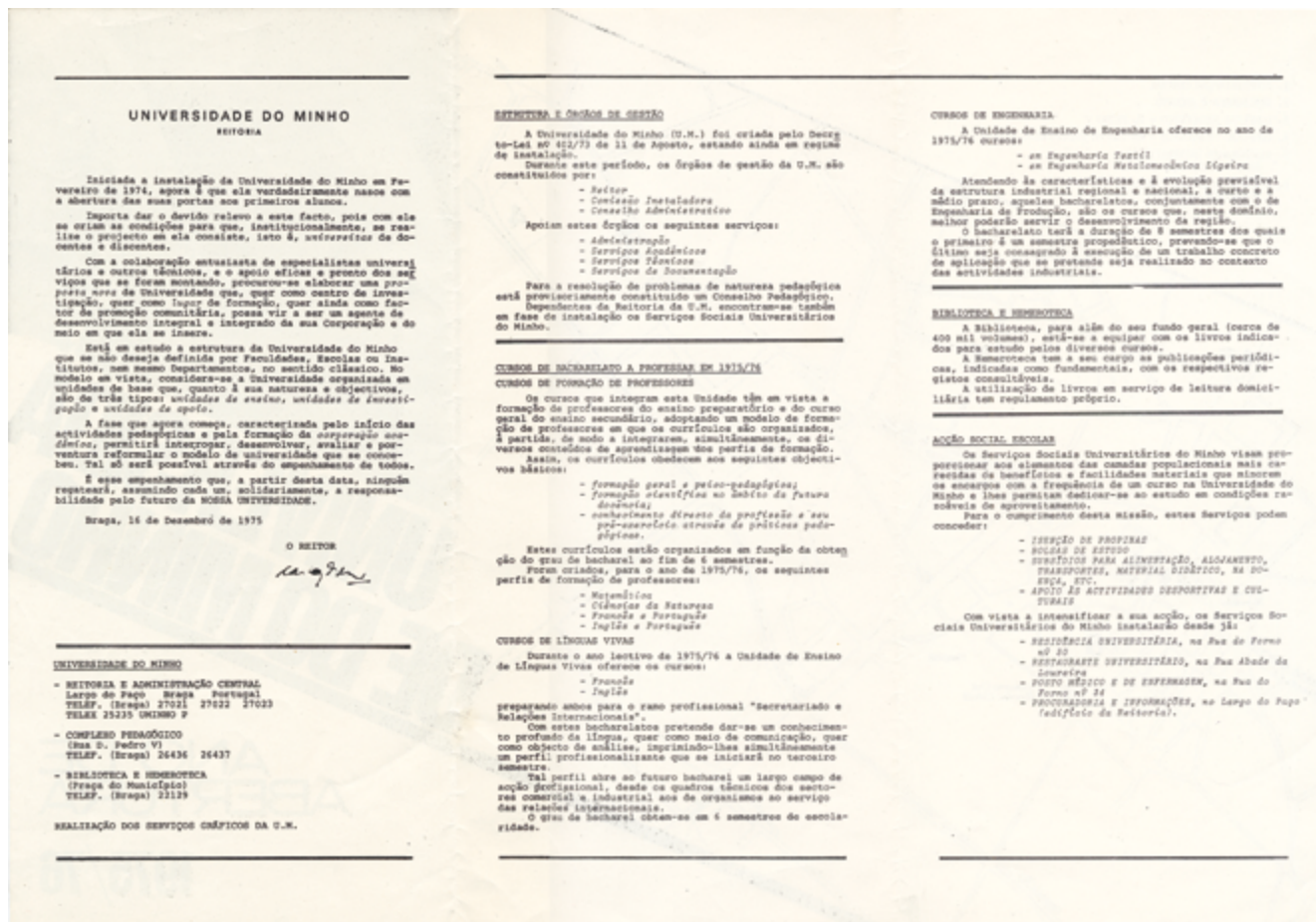


Fig. 6
 Aula de Tecnologia Educativa
 Fonte: Licínio C. Lima, arquivo particular



e da Cultura do III Governo Constitucional, no verão de 1978, perante a ameaça de o titular previsto ter a intenção de extinguir as universidades novas.³⁴

A abertura do ano letivo teve por base a oferta formativa autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), assente em três áreas privilegiadas: 1) Formação de professores – ensino preparatório: Línguas Vivas (Inglês e Português, Francês e Português) e Matemática e Ciências da Natureza; 2) Línguas Vivas (Inglês, Francês e Alemão), segundo dois ramos de formação: secretariado e tradutor-interprete; 3) Tecnologias (Engenharia Têxtil e Engenharia de Produção), de acordo com três ramos de especialização: Metalomecânica, Sistemas e Têxtil.

Os cursos autorizados respeitavam os critérios fixados pelo diploma instituidor das universidades novas, espelhando articuladamente essas exigências. Globalmente, satisfaziam carências nacionais e iam ao encontro das necessidades da economia da região, revestindo um traçado simultaneamente inovador e profissionalizante, em contraposição ao modelo clássico de formação oferecido pelas universidades tradicionais.³⁵ A retórica do novo e do moderno impregna os materiais documentais – desde discursos, documentos de trabalho, relatórios oficiais – exprimindo-se nos objetivos consignados às formações, nas metodologias de ensino, passando pelos sistemas de avaliação.

Os espaços e as tipologias de aula constituem um bom exemplo. Há assim “aulas de síntese, aulas teórico-práticas e aulas experimentais” destinadas, respetivamente, a 60, 30 e 15 alunos. Analogamente as instalações provisórias, ainda que exíguas em termos de espacialidade representacional, apresentam-se modernas pelo equipamento e mobiliário. A distância em relação às universidades tradicionais não podia ser mais expressiva perante as salas superlotadas e as condições materiais precárias que, genericamente, espelhavam. (Fig.6)

O leque de formações revestia-se atraente, ainda que limitado a cursos de bacharelato de 6 ou 8 semestres, apresentados como uma tendência que se esperava que “venha a ser o curso normal universitário”, ainda que se admitisse como expectável a oferta “a curto prazo de cursos de licenciatura”.³⁶

Esta é uma oferta condicionada de acordo com o ritmo das autorizações concedidas pela tutela, aquém do modelo projetado e esperado. Seja como for, as reivindicações mantinham-se constantes. Como informava o Reitor, mantinha-se em aberto a possibilidade de formação em História, Medicina, Design Industrial e Administração, apesar das rejeições oficiais no domínio da História (outubro de 1974) e da Medicina (julho de 1975). Essa perseverança, atenta e combativa, conserva-se viva, obrigando a reformular prioridades e estratégias de atuação. Veja-se o exemplo da candidatura de Medicina que fracassou em resultado do triunfo da candidatura congénere da Universidade do Porto, traduzida na criação do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, fruto do empenho de um grupo restrito de académicos e que contou com o apoio entusiástico do ministro Magalhães Godinho.³⁷

Assunto/Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	Totais
gestão orçamental da universidade	9	25	21	37	35	41	31	23	222
instalações provisórias ou serviços	24	26	19	35	25	34	10	12	185
localização do campo universitário/ instalações definitivas	9	15	16	24	9	8	19	21	121
curros e programas	15	24	9	25	18	9	5	2	107
contactos com outras instituições	5	8	14	21	16	10	10	9	93
aquisições e contratação de pessoal	10	19	6	32	9	5	2	0	83
centros de estudo/centros de investigação	0	8	4	16	23	26	3	0	80
atividades culturais	1	4	0	13	27	24	9	0	78
matéria jurídica varia	5	5	7	14	7	9	11	8	66
comissão instaladora	5	5	2	3	12	6	8	7	48
acordos de cooperação	0	3	8	3	0	13	6	11	44
reuniões com o ministério da tutela	8	6	5	10	2	6	3	2	42
publicações da universidade	0	12	1	2	6	11	1	8	41
atividades letivas	0	7	4	13	0	0	3	2	29
visitas a instituições universitárias de referência	3	1	2	1	1	12	2	1	23
contactos com universidades	1	0	1	2	1	3	6	8	22
integração da biblioteca pública e arquivo distrital na universidade	6	6	1	0	0	0	0	0	13
integração da Facfil na universidade	0	10	0	0	0	0	0	0	10
simbologia da universidade	4	0	0	2	1	3	0	0	10
outros	5	0	0	1	4	0	0	0	10
encontros de confraternização	0	0	0	0	0	5	1	0	6
autonomia das universidades	1	0	0	0	0	2	0	0	3
provas de doutoramento	2	0	0	0	0	1	0	0	3
Totais	113	184	120	254	196	228	130	114	1339

Fig. 7 · Assuntos tratados pela CIUM, 1974-1981 · Fonte: Atas da CIUM, 1974-1981. Elaboração própria

Era notória a coesão manifestada pelo governo da Universidade, como o evidencia o quadro dos assuntos tratados nas sessões da CIUM, entre 1974 a 1981, refletido na concentração dos temas capitais relacionados com o processo de instalação da Universidade (Fig. 7). Dir-se-ia que a estratégia de intervenção foi pautada pelo cumprimento escrupuloso (e igualmente legitimador) das linhas de ação fixadas no diploma legislativo, a saber: planos de desenvolvimento da instituição, através das propostas de cursos a instituir, filiadas no modelo de *universidade completa*; política de recrutamento e de formação docente; *dossier* das instalações, provisórias e definitivas.³⁸ De todas as questões que incendeiam o processo da fundação da Universidade, aquela que se converterá no objeto mais polémico é a que se prende com as instalações definitivas, motivado pela apologia de um campus único por

parte do governo da Universidade, introduzindo um elemento novo, como veremos, a seguir, em *Incertezas no espectro da Revolução*.

O discurso do Reitor na primeira cerimónia comemorativa do aniversário da Universidade do Minho, celebrada a 17 de fevereiro de 1978, constitui uma manifestação eloquente do seu perfil combativo e do que estava em causa. No seu terceiro ano de atividade letiva, no momento em que a Universidade ainda não tinha conseguido fixar a sua população estudantil,³⁹ a mensagem do Reitor centrou-se no horizonte de expansão da Universidade do Minho e nas metas a atingir a médio prazo, em 1983-1984, relativas aos seguintes indicadores: aumento do número de estudantes; alargamento da oferta de cursos, calendarização das instalações definitivas de acordo com a população estimada e aceleração da formação docente.

O que se afigura surpreendente é essa capacidade de projetar cenários de futuro, independentemente dos resultados do presente que se configuravam, para todos os efeitos, medianamente razoáveis, fazendo denotar os constrangimentos existentes – nomeadamente na capacidade de atrair e captar a população estudantil, revelador das dificuldades de implantação efetiva no terreno.

Para que as metas fossem cumpridas em 1983/84, em termos de população estudantil e leque de oferta de cursos, seria necessário assegurar que a percentagem de doutorados representasse cerca de 30%, um número não inferior a 93 docentes. Assim declarava-se: “*será necessário que, nos próximos três anos, 10 assistentes por ano iniciem a sua preparação com vista ao doutoramento, em domínios determinados, de modo a assegurar em 1983 a existência de pessoal docente qualificado nas diversas áreas de conhecimento abrangidas pela Universidade do Minho.*”⁴⁰

O relevo colocado na formação docente constituía um dos legados maiores do reitorado de Veiga Simão na Universidade de Lourenço Marques. Este legado, melhor, esta capacidade de planeamento estratégico reproduziu-se na Universidade do Minho através de diversos canais:

- no investimento em programas de doutoramento em universidades estrangeiras, selecionadas de acordo com as áreas de conhecimento estratégicas em termos de expansão e consolidação da Instituição;
- numa política de atração e de captação de bolsas criteriosa, planificada superiormente;
- nas negociações tecidas no Conselho Científico da Universidade (CCU), órgão responsável pela política científica da instituição, que autorizava o recrutamento de docentes e as saídas de professores para pós-graduação;
- na política de recrutamento de professores orientada no sentido de captar professores e bolseiros das universidades ultramarinas, muito em especial da Universidade de Lourenço Marques, bem como, em menor grau, da integração do professores saneados das universidades metropolitanas.

Membros	Cargo/Representação na CI	Período de exercício
Carlos Lloyd Braga	Presidente Professor UMinho (Física) Reitor UM	fev 1974 a jul 1980 Interrupção (set a dez 1978)*
Diogo Freitas do Amaral	Vogal Professor Faculdade de Direito UL	fev 1974 a out 1974**
Joaquim Germano Pinto Machado	Vogal Professor Faculdade de Medicina UP	fev 1974 a dez 1981
Joaquim José Barbosa Romero	Vogal Professor UMinho (Eng.ª de Produção e Sistemas)	fev 1974 a set 1978 dez 1978 a jul 1980 set 1981 a dez 1981
	Presidente em Exercício	set 1978 a dez 1978 jul 1980 a set 1981
Lúcio Craveiro da Silva	Vogal Professor UMinho (Filosofia e Cultura)	fev 1974 a dez 1981
	Presidente em Exercício	set 1981 a dez 1981
António Eduardo Carneiro	Vogal Engenheiro; Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte	fev 1974 a fev 1975
César Montenegro	Representante do M.O.P.*** Engenheiro	fev 1974 a nov 1974****
Duarte Nuno Vale e Vasconcelos	Administrador UMinho Jurista	fev 1974 a dez 1974
Joaquim dos Santos Simões	Vogal	fev 1975 a dez 1981
João A. dos Santos Cabral	Administrador UMinho	mai 1975 a set 1981
João Evangelista Loureiro	Vogal Professor UMinho (Ciências da Educação)	jun 1975 a mar 1979
Sérgio Machado dos Santos	Vogal Professor UMinho (Informática e Controlo)	abr 1979 a dez 1981
Luís de Jesus dos Santos Soares	Vogal Professor UMinho (Ciências da Engenharia)	abr 1979 a dez 1981
Júlio Barreiros Martins	Vogal Professor UMinho (Eng.ª Civil)	dez 1979 a dez 1981
José Frederico Aguiar Monteiro	Administrador UMinho Engenheiro	set 1981 a dez 1981
Licínio Chainho Pereira	Vogal Professor UMinho (Física)	out 1981 a dez 1981
José Eduardo Lopes Nunes	Vogal Professor UMinho (Ciências da Terra)	out 1981 a dez 1981

* É nomeado ministro da Educação.

** É dessa data o último registo da sua presença. Contudo, desde abril desse ano não está presente em muitas reuniões.

*** Ministério das Obras Públicas é a designação antes do 25 de abril. Depois da Revolução é reformulado, passando a designar-se por M.E.S.A. - Ministério do Equipamento Social e Ambiente, sendo a designação alterada ao longo de diferentes governos provisórios.

**** Deixa de fazer parte da CIUM por falecimento.

Fig. 8 · Membros da CIUM: da criação à extinção do órgão · Fonte: Atas da CIUM, 1974-1981 e DRH. Elaboração própria



Fig. 9

Cerimónia de posse dos últimos vogais da CIUM, 23 outubro de 1981. Pormenor da assistência onde figuram alguns membros da CIUM: segunda fila, Luís Soares, Joaquim dos Santos Simões, Joaquim Pinto Machado; terceira fila, Joaquim José Barbosa Romero.
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

O legado de Veiga Simão foi, assim, potenciado pela presença de um núcleo significativo de professores de Lourenço Marques, pertencentes a segmentos geracionais diferenciados e que ostentavam no seu conjunto a marca poliédrica da cultura da universidade moçambicana.

Joaquim Barbosa Romero foi o responsável por essa política de recrutamento através dos contactos estabelecidos com jovens bolseiros que se encontravam em universidades inglesas e sem possibilidade de regressar às universidades ultramarinas de origem face à instabilidade político-militar existente nos novos países africanos. Num curto espaço de tempo, a Universidade do Minho ostentava uma percentagem relevante de jovens doutores particularmente expressiva nas áreas das ciências e das tecnologias.⁴¹ Especificidade que se refletiu nos órgãos de poder e decisão da instituição a partir de 1976, em consonância com as dinâmicas de crescimento da Universidade, de acordo com a lista abaixo mencionada:

- Sérgio Machado dos Santos, presidente do Conselho Científico da Universidade (CCU), (1976-1982);
- Luís Soares, delegado do Reitor na presidência do Conselho Pedagógico (CPU), 1978 (1976-1978, vice-presidente);
- Júlio Barreiros Martins, coordenador do Gabinete Executivo de Instalações Definitivas (GEID), organismo criado em 1977, por proposta de João de Deus Pinheiro;⁴²
- Júlio Barreiros Martins, representante do Reitor em Guimarães, 1979.⁴³

Paralelamente, a CIUM alargava-se. As novas nomeações recaem sobre professores da casa: em 1975, João Evangelista Loureiro (Educação); em 1979, Sérgio Machado dos Santos (Informática e Controlo), Luís Soares (Ciências da Engenharia), Júlio Barreiros

Órgão / Unidades	Docente				Não Docente		
	Doutorado	Não doutorado	Visitante	Total	Técnico Administrativo	Auxiliar	Total
Reitoria, Comissão Instaladora; Conselho Administrativo					7	1	8
Conselho Científico e Conselho Pedagógico					2	-	2
Unidades Pedagógicas							
Letras e Artes	2	21 (3)	2	25	5		5
Ciências Exactas e da Natureza	12	30 (8)	1	43	12		12
Engenharia	14	25 (8)	2	41	11	1	12
Ciências da Educação	1	15 (7)		16	4		4
Ciências Sociais	4	12 (2)	4	20	2		2
Unidades de Apoio					16	16	32
Administração							
Serviços Académicos					7		7
Serviços Documentação					10		10
Serviços Técnicos					16	17	33
Reprografia e Publicações					15	1	16
Oficinas Gerais					9		9
Conselho Pedagógico					2	1	3
Serviços de Computação					1		1
Serviços Sociais					5		5
Unidades Culturais							
Arqueologia					4		4
Legado Nogueira da Silva					2	4	6
Biblioteca Pública					13		13
Arquivo Distrital					7		7
Total	32	103 (28)	9	145	150	41	191

Fig. 10 · Distribuição do pessoal docente e não docente, por órgãos e unidades de serviços, ano letivo de 1979-1980

Fonte: Guia da Universidade do Minho 1979-1980

QUADRO VI PLANO DE ESTUDOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CIÊNCIAS SOCIAIS		QUADRO VII PLANO DE ESTUDOS DO CURSO DE LÍNGUAS VIVAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2
Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem
Antrop. e Hist. I - Etapas de Evol. Mito-Cultural 4	População e Etnologia Histórica 4	Língua A I 9	Língua A II 6
Ciências Soc. - Int. 3	Int. à Economia Política 3	Int. aos Estudos Linguísticos I 4	Int. aos Estudos Linguísticos II 4
Metod. Social 4	Soc. e Economia Portuguesa 3	Soc. e Cultura Portuguesa I 3	Soc. e Cultura Portuguesa II 3
Antrop. Cult. e Sociologia I - Agentes e Estrut. da Socialização 3	Met. para as Ciências Sociais (Est. Descritivo e Inferencial) 4	Fundam. de Economia 3	Língua B I 6
Met. para Ciências Sociais I 5	Comun. Fund. da Pedagogia* 3	Int. aos Estudos de Direito 3	Teoria da Comunicação 3
Análise de Relação Pedagógica* 5	Psicologia I 3	Antropologia 3	Relações Públicas 3
Educação e Sociedade 3			
SEMESTRE 3	SEMESTRE 4	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem
Antrop. Cult. e Sociologia II - Teoria da Comunicação 4	Ant. Hist. II e Teoria e Política Arquêológica 4	Língua A III 4	Língua A IV 3
Ciências Sociais II - Teoria e Métodos de Investigação 5	Soc. e Cultura Portuguesa I - Período Fern. e Monop. Agrícola 5	Linguística Portuguesa I 4	Estilíst. Comp. Portuguesa A 4
Teoria dos Org. Complexas 3	Antrop. Hist. III - Transição Ocul. Indutória e Aplicações 3	Língua B II 6	Linguística Portuguesa II 4
Teoria e Política Prospectiva 3	Psicologia II* 4	Org. Gestão Empresas 4	Língua B III 6
Ensino e Exatidão. Comunicação 3	Ensino e Exatidão. Comunicação 3	Sociologia da Informação 3	Antropologia Política 3
			Sociol. Relações Internacionais 3
SEMESTRE 5	SEMESTRE 6	SEMESTRE 5	SEMESTRE 6
Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem
Hist. e Sociologia Políticas - Org. Social do Poder 3	Soc. e Cultura Portuguesa III - Descolonização e Brasil, Nacional 5	Língua A V 3	Língua A VI 4
Soc. e Cultura Portuguesa II - Espanhola, Brit. e Est. Social 3	Dinâmica do Desenv. Regional 4	Sociedade e Cultura A I 4	Sociedade e Cultura A II 4
Estudos do Desenv. Local 4	Sociologia das Relações Intern. 3	Int. aos Estudos Literários 4	Literatura Portuguesa I 4
História do Pensamento II 4	Ciências e Tecnologias da Arq. 4	Pres. Moderno e Contemporâneo I 4	Pres. Moderno e Contemp. II 3
Métodos e Téc. de Ensino* 4	Ens. Contextual e Sociológico* 4	Língua B IV 5	Língua B V 5
Opção (Ciências da Educação) 3	Opção (Ciências da Educação) 3	Geografia Humana 3	Opção Profissionalizante 15/24
SEMESTRE 7	SEMESTRE 8	SEMESTRE 7	SEMESTRE 8
Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem	Disciplinas h/sem
Política Pedagógica (Estratégia) 4	Política Pedagógica (Estratégia) 4	Literatura A I 4	Literatura A II 4
Diferenças Especiais Socializadas 4	Diferenças Especiais Socializadas 4	Literatura Portuguesa II 4	Literatura Exp. Portuguesa 4
		Estilíst. e Comp. Portuguesa I 4	Sociedade e Cultura B I 4
		Sociedade e Cultura B II 4	Linguística B 4
		Opções Profissionalizantes 15/24	Opções Profissionalizantes 15/24

Fig. 11 - Estrutura curricular dos Cursos de Ciências Sociais e Línguas Vivas e Relações Internacionais, 1976-1977
 Fonte: UMinho, Propecto Informativo, 1976-1977

Martins (Engenharia Civil); em 1981, Licínio Chainho Pereira (Física), José Eduardo Lopes Nunes (Ciências da Terra). (Figs. 8 e 9)

As dinâmicas de crescimento da Universidade do Minho afirmam-se nos finais dos anos 70. Os cursos de bacharelato dão lugar a cursos de licenciatura e a novas formações - primeiro as engenharias, 1977-78; a que se seguem os cursos de Formação de Professores, Relações Internacionais e Gestão de Empresas, 1978-79, testemunhando a inteira paridade com as universidades portuguesas.

A distribuição do corpo docente, o leque de áreas de saber inscritas na instituição e o crescimento do corpo não docente exprimem a consolidação da Universidade. (Fig. 10)

Os planos de estudos dos cursos espelham traços de interdisciplinaridade, como o evidencia o exemplo dos cursos de Ciências Sociais e Línguas Vivas e Relações Internacionais, em consonância com a imagem de marca da Universidade consubstanciada no modelo orgânico da instituição: a Universidade de projetos. (Fig.11)

1.2

A criatividade institucional

A definição de um modelo identitário singular é uma marca da Universidade do Minho, desde os seus tempos inaugurais. Joaquim Barbosa Romero assumiu a responsabilidade de pensar e projetar a estrutura orgânica da instituição, por considerar ser essa a sua “primeira missão: a de colaborar na fascinante mas difícil tarefa de criar uma Universidade, tarefa em que estamos todos envolvidos. E, confesso, estou preocupado” - palavras que pronunciou na cerimónia de tomada de posse do lugar de primeiro catedrático da Universidade do Minho, a 8 de março de 1974.⁴⁴

A “Universidade de Projetos”, segundo o modelo de gestão matricial que instituiu, em diálogo com os membros da Comissão Instaladora e demais comunidade académica, pretendia romper com os vícios das estruturas institucionais vigentes: a universidade por faculdades e a universidade por departamentos.⁴⁵ Tratava-se de um repto original ao debate em curso sobre a estrutura das universidades, que visava, segundo o seu autor, instituir uma estrutura maleável e flexível, ajustada às exigências de um tempo e de uma sociedade em mutação acelerada, o que permitiria uma gestão mais racionalizada e otimizada dos recursos materiais, humanos e financeiros. O modelo inspirava-se na literatura especializada de sistemas de organização de estruturas complexas, como é exemplo a NASA, e na experiência da recém-criada Faculdade de Medicina da Universidade de Limburg, na Holanda, que adotara os princípios da gestão matricial.⁴⁶ A linguagem utilizada na concetualização do modelo era sugestiva da ideação do sistema, pondo a nu a sua distância em relação aos hábitos e experiências de culturas organizacionais universitárias vigentes.⁴⁷

A estrutura da universidade a criar assentava em três tipos de unidades básicas: unidades de ensino (U.E., rotuladas, em breve, unidades pedagógicas), unidades de investigação (U.I.) e unidades de apoio (U.A.), as quais correspondiam aos cursos oferecidos pela instituição, aos projetos em curso e à rede de serviços administrativos, técnicos e de gestão pedagógica e científica a estabelecer. As unidades básicas organizavam-se segundo um sistema de malhas entrelaçadas, por via da lógica transversal inerente ao conjunto das U.A.’s. A atividade de gestão e de coordenação era de competência das chamadas unidades de gestão, órgãos de representação democrática, sujeitos a uma segmentação hierárquica - básica, intermédia e superior - traduzida, respetivamente, ao nível dos conselhos de gestão de unidades, dos conselhos coordenadores de unidades e do Conselho Geral da Universidade (sedeada na Reitoria, como órgão executivo). O fim do modelo era fazer com que “a Universidade do Minho seja uma Universidade sem muros e sem muralhas: sem muros interiores que a desfaçam em compartimentos mutuamente estranhos, focos de individualismo, e sem muralhas que a façam templo de elitismo alienante.”⁴⁸

A adoção do modelo acompanhou o ciclo de instalação da Universidade e contribuiu,

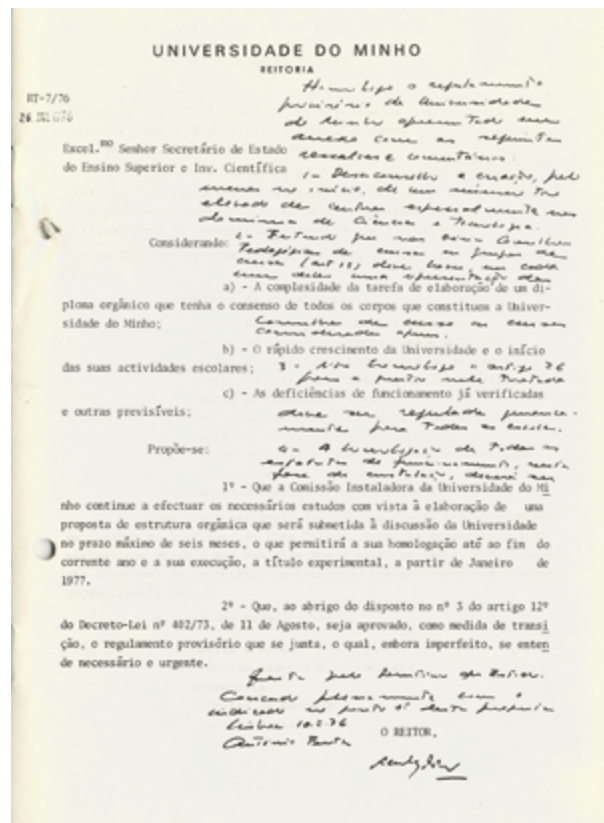


Fig. 12
 Despacho de aprovação do *Regulamento Interno Provisório da Universidade do Minho*, pelo secretário de Estado do Ensino Superior António Brotas, 10 de fevereiro de 1976 · Transcrição do despacho: “Homologo o regulamento provisório da Universidade do Minho apresentado em anexo com as seguintes ressalvas e comentários: 1 - Desaconselho a criação, pelo menos no início, de um número tão elevado de centros especialmente nos domínios de Ciência e Tecnologia. 2 - Entendo que nos vários Conselhos Pedagógicos de cursos em grupos de cursos (art.º 13) deve haver em cada um deles uma representação dos conselhos de curso ou cursos considerados afins. 3 - Não homologo o art.º 26 pois a questão deve ser regulada primeiramente para todas as escolas. 4 - A homologação de todos os estatutos de funcionamento, nesta fase de instalação, deverá ser feita pelo Secretário de Estado. · Concordo plenamente com o indicado no ponto 1º desta proposta. · Lisboa 10.2.76 · [assinatura] António Brotas”
 Fonte: UMinho, Regulamento Interno Provisório

certamente, para a coesão interna do corpo e como emblema diferenciador das demais estruturas orgânicas existentes no País. Sobretudo foi um instrumento que potenciou o crescimento da instituição, otimizando custos e recursos, através das vantagens auferidas pela logística interdisciplinar e pela filosofia de colaboração inscrita na orgânica da Universidade. A consagração do modelo encontra a sua primeira expressão legal, numa “*versão incipiente e exploratória*”, no Regulamento Interno Provisório (R.I.P., 1976), enriquecido pelos aditamentos produzidos no quadro do debate interno, reproduzidos no *Guia da Universidade do Minho* de 1979.

É nesta publicação que é tornada pública a reconfiguração da nomenclatura da estrutura do sistema, no contexto da sua redefinição: “*Nele se reforça a estrutura matricial, acentuando a óptica do projecto como óptica prevalecente, redefinindo os grupos de projectos nos Projectos de Ensino (cursos), Projectos de Investigação (centros) e Projectos de Serviço, rebatizando as Unidades de Apoio em Unidades de Recursos e desagregando-as em Unidades de Recursos Científico-Pedagógicos e Unidades de Recursos Culturais*”.⁴⁹ (Fig. 12)

“A Universidade de Projetos, na sua pureza, dificilmente se conciliava, por exemplo, com o quadro de vagas dos professores, pois as vagas tinham de ser alocadas de maneira estável [critério que não se ajustava aos] projetos que eram transientes e voláteis, podia-se acabar com um, recomeçar outro. O modelo no papel era sedutor e era fascinante e funcionou, em muitos casos

funcionou. Depois a própria legislação emanada do Ministério, sobretudo enquanto as universidades não tiveram autonomia, dificilmente era aplicável a uma universidade como a Universidade do Minho. Nós tivemos muitos problemas - porque toda a legislação era centralizadamente imposta pelo Ministério da Educação, segundo o modelo das universidades tradicionais, tanto que referia-se sempre a Faculdades. Até que se encontrou aquela fórmula salvífica ‘ou unidades orgânicas correspondentes’ o que possibilitou um maior alargamento de horizontes.”⁵⁰

Entre outras fragilidades, diagnosticadas antecipadamente pelo mentor da *universidade de projetos*, contavam-se os “*bloqueios psicossociais*” relacionados com as culturas organizacionais interiorizadas pelos docentes da universidade emergente e a complexidade do modelo orgânico a instituir, sem ressonância na tradição da gestão universitária portuguesa. Estas terão sem dúvida atuado e exercido a sua influência, sem terem representado, contudo, os obstáculos mais prementes.

Numa visão retrospectiva, atenta ao ritmos da sincronia, importará fixar o olhar em dois ou três ângulos de observação sobre a universidade de projetos de gestão matricial, no intuito de fazer ressaltar algumas das dimensões mais emblemáticas do modelo institucional lançado.

Num primeiro momento, justificar-se-á salientar a criatividade e a ousadia do trilha lançado pelos fundadores da Universidade do Minho ao apostarem, tão convictamente, num caminho novo de edificação da universidade, que questionava tão poderosamente o poder instituído e que ultrapassava, em larga medida, os parâmetros da missão para a qual tinham sido investidos. Pois o que estava em causa não era “*uma utopia. [A universidade de projetos era], em parte, um projeto que tinha alguma coisa de utopia – e o que é que seria dos projetos se não tivessem a sua quota-parte de utopia – mas por outro lado, era um modelo que procurava responder às necessidades da mudança do conhecimento, do saber, da formação [...] que procurava estar atento às novas necessidades, às novas exigências da indústria, da administração pública...*”⁵¹ Era, em primeira instância, a concetualização de um sistema pensado e arquitetado nos fundamentos de um tempo de mudança, alimentado pela atmosfera intelectual dos anos 60, que encontrava em Inglaterra e nas ressonâncias culturais da África do Sul referentes de eleição, potenciados pela experiência e a liberdade mais amplamente consentida pelo quotidiano na África ultramarina e pelas expectativas abertas pela política de modernização em curso.

Mas importa, analogamente, sublinhar algumas das limitações que lhe são inerentes, antecipando a evolução do modelo materializada nos enquadramentos estatutários posteriores.⁵² Por um lado, a incapacidade da estrutura orgânica se adaptar ao ritmo de expansão e crescimento da Instituição, tornando complexas as operações de coordenação e gestão harmoniosa dos projetos, em face dos conflitos e lógicas internas de expansão das unidades científico-pedagógicas. Por outro lado, pelo facto

do modelo questionar abertamente a estrutura de poder da universidade, tradicionalmente pouco propícia a lógicas interdisciplinares, sobretudo quando bloqueadoras de planos de expansão assentes em princípios de autonomia e diferenciação disciplinar.⁵³

“[N]o modelo matricial os projetos de ensino e de investigação apoiavam-se nas chamadas UCP’S, eram as ‘Unidades Coletivas de Produção’ [risos], as Unidades Científico-Pedagógicas, as UCP’S. E o que aconteceu é que [essas] unidades tenderam – eu compreendo isto, está na natureza das coisas, na natureza dos interesses e na natureza do entendimento de muitos destes fenómenos – a tornar-se homólogas das Faculdades ou dos Departamentos e a ganhar uma relevância cada vez maior, em detrimento dos projetos. [Mais tarde], os concursos, as vagas, as próprias provas académicas, passaram a ser atribuição também das UCP’S, pelas Unidades Científico-Pedagógicas e depois pelas Escolas, ou pelos Institutos e, quer se queira quer não, o poder passou a transitar para esses domínios e perdeu-se a preeminência do projeto de ensino e do projeto de investigação. [...] Os Conselhos Científicos das Unidades de Recursos passaram a ter cada vez mais importância: primeiro eram os Conselhos de Gestão, mas depois passaram a ser Conselhos Científicos, e do ponto de vista pedagógico realizou-se uma mudança análoga. Quer dizer, a dimensão institucional ou institucionalizada, similar à das Faculdades ou à dos Departamentos, foi-se tornando cada vez mais relevante. Era difícil que não acontecesse assim. Talvez a arquitetura da Universidade de Projetos tenha sido muito importante, eu não digo talvez, tenho a certeza, foi muito importante na fase de arranque e de consolidação da Universidade do Minho. Depois a própria evolução da Universidade foi minorizando o projeto, de ensino ou de investigação, como vetor fundamental da dinâmica da Universidade. Onde atingir um ponto de equilíbrio?”⁵⁴

Como veremos serão várias as mutações que atravessam o modelo orgânico da Universidade do Minho, por pressões internas do corpo académico, em paralelo às reconfigurações que atravessam a universidade do século XXI.

2 Incertezas no espectro da Revolução

2.1 O nome e os lugares: Braga-Guimarães

Em 1973 o então ministro da Educação, Veiga Simão, num contexto de reforma do sistema educativo, determinou a criação de novas universidades, entre as quais a do Minho. A definição da localização dos novos estabelecimentos universitários foi objeto de diferentes estudos, tendo Braga-Guimarães estado, desde o início, nos

horizontes do titular da pasta da Educação, ainda que existissem diferenças substantivas na forma como as diversas entidades perspetivavam a instituição, tal como foi demonstrado em capítulo anterior. A *Proposta de Criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior apresentada ao Governo pelo ministro da Educação Nacional*, aduzida antes da legislação que criou as novas universidades, evidencia também esse horizonte de localização dos novos estabelecimentos de ensino. Assim, no referido documento, defende-se que a nova Universidade de Lisboa, designada por Lisboa-Sul, se deveria localizar na zona de Almada, e a Universidade do Minho em Braga-Guimarães. Quanto à Universidade de Aveiro e ao Instituto Universitário de Évora não são dadas quaisquer indicações adicionais respeitantes à sua localização, excetuando a que se infere da sua própria designação.⁵⁵

A criação das universidades novas representava uma alteração profunda nos mecanismos de reprodução social, desencadeando oposições tenazes e violentas. Isso mesmo é demonstrado pela forma como a questão da localização da novel Universidade do Minho se transformou, desde cedo, em objeto de forte polémica. Com efeito, logo em dezembro de 1973, numa notícia com o sugestivo título “Universidade do Minho? Universidade de Braga? Ou falta de coragem para chamar às coisas pelo seu nome”, publicada no jornal *Novo Rumo*, encontra-se um conjunto de interrogações quanto ao diploma criador das novas universidades e outros institutos de ensino superior, nomeadamente no que respeita à designação atribuída à Universidade do Minho. O excerto da notícia, que a seguir reproduzimos, é ilustrativo da estranheza que tal opção terá causado:

“[...] Porque se terá escolhido esta designação de Universidade do Minho? A tradição universitária sobretudo da Europa Ocidental diz-nos que as universidades tomam os nomes das cidades onde se encontram instaladas e não o nome das regiões que porventura servem. [...] Porquê então a designação de Universidade do Minho? À primeira vista e em visão rápida do decreto parece-nos poder concluir que na mente do legislador estaria Universidade de Braga pois [...] se diz que fica integrada na Universidade do Minho «A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga» [...]”.⁵⁶

Inaugurava-se assim, na praça pública, uma controvérsia quanto ao local escolhido para instalar a instituição, contingência que haveria de afetar, de forma indelével, os primeiros anos de funcionamento da Universidade.

2.2 A Comissão Instaladora e a opção pelo campus único

A CIUM, depois da sua investidura, em 14 de fevereiro de 1974, inicia logo atividades. As reuniões de trabalho, com ritmos apertados e intensos, ficariam registadas em ata própria.⁵⁷ Esse registo, entre outros assuntos, permite reconstituir o pensamento e a ação dos membros da Comissão em torno da localização da Universidade.

O problema é visto como “*difícil e delicado*”, decidindo-se que o seu estudo deveria ser entregue a uma empresa especializada.⁵⁸ A mesma ata dá conta que fora analisada uma proposta da Profabril,⁵⁹ concluindo-se ser necessária a sua revisão, com a inclusão de alguns elementos que poderiam ser obtidos através da Comissão de Planeamento da Região Norte.⁶⁰ Em março desse mesmo ano, o estudo para implantação das instalações universitárias é entregue à empresa Profabril, com um prazo de execução estimado em dois meses.⁶¹

Ainda que o relatório tenha sido entregue a uma empresa especializada, a CIUM define um modelo de instalações definitivas para a novel Universidade. Em relatório publicado em junho de 1974, defende-se que, no que respeitava às instalações definitivas, a solução a adotar deveria ser do tipo “*campo universitário*”. Este permitia uma utilização mais eficiente do pessoal docente, um fator de utilização dos edifícios construídos mais elevado, uma maior economia nos investimentos iniciais, assim como nos custos unitários do ensino e da investigação e um “*contacto mais íntimo quer de alunos, quer de professores, quer de alunos com professores, dos vários domínios onde se processa o ensino*”. Similarmente estabelecem-se os objetivos em termos de prazos para a empreitada, estando nos planos da CIUM lançar as primeiras empreitadas antes de outubro de 1975 e conseguir utilizar os primeiros edifícios no ano letivo de 1977/78.⁶² Como veremos adiante, os objetivos em termos de prazos acabaram por não ser cumpridos, desde logo pela indefinição entretanto surgida no que respeita à localização da instituição.

Em 27 de junho de 1974, a CIUM debruça-se sobre a minuta do relatório preliminar elaborado pela Profabril, concluindo que seria necessário um estudo mais aprofundado do documento, assim como uma visita aos locais apontados nesse trabalho como passíveis de albergar a Universidade, numa sessão de trabalho agendada para os dias 6 e 7 de julho.⁶³ Na sequência dessa sessão, a CIUM “é de parecer que, para o Campo Universitário [...] deve ser escolhida a mancha nº5, situada a 12km de Braga e a 6km de Guimarães, enquadrada em grande parte pelo Rio Ave e pela estrada nacional que liga as duas cidades”.⁶⁴

Sobre as razões da escolha dessa localização, encontra-se uma justificação detalhada num parecer elaborado pela CIUM.⁶⁵ Nesse documento afirma-se que “*a CI, depois de uma análise pormenorizada do relatório apresentado pela Profabril [...] concluiu, por unanimidade, que este satisfazia plenamente o fim em vista, isto é, permitia determinar qual a melhor localização do futuro Campo Universitário da UM*”. Analogamente informa-se que a partir de 24 manchas iniciais, a Profabril selecionou oito, que considerou como mais favoráveis para a implantação do campo universitário. (Fig. 13)

Assim, a empresa responsável pelo estudo indicava como manchas viáveis para esta implantação as manchas 5, 6, 7, 9, 11, 13, 18, e 19. Desse conjunto, a CIUM excluiu quatro manchas, por considerar que estas se encontravam “*descentradas em relação a zonas de maior densidade demográfica do distrito*”.⁶⁶ Quanto às restantes quatro, procede a uma análise detalhada das vantagens e desvantagens de cada uma delas, considerando que a mancha 5, num terreno de aproximadamente 60 ha, localizada nas

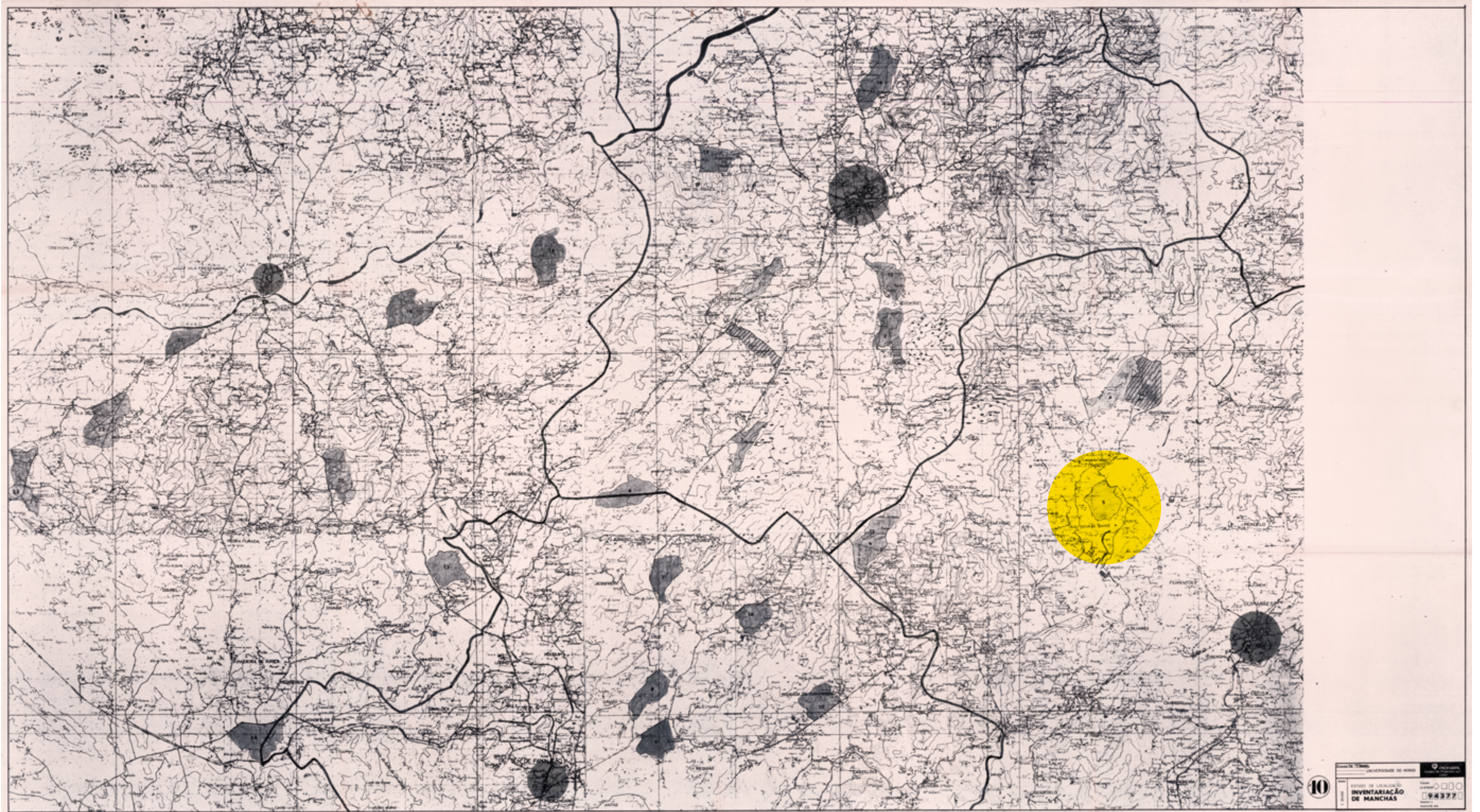


Fig. 13 · Mapa das possíveis localizações da Universidade do Minho, Profabril, Estudo de Localização da Universidade do Minho, junho de 1974.
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Estudo da Profabril, 1974

Taipas, se apresentava como a mais vantajosa pelas seguintes razões:

“A extensão territorial é satisfatória e tem possibilidade de expansão [...]. Tem forma regular próxima da do círculo, o que proporciona a implantação de edifícios com distâncias mínimas entre si. [...] A sua proximidade da mancha 6 faz com que beneficie igualmente da rodovia que vier a ser estabelecida para o parque industrial. [...] O declive topográfico é suave e o relevo pouco acentuado, prevendo-se fundações fáceis [...] o abastecimento de águas e rejeição de esgotos é bastante económico, dado que um dos limites da mancha é o rio Ave, o que proporciona, além disso, do ponto de vista paisagístico, uma valorização estética do Campo Universitário”.⁶⁷

Este parecer é enviado ao ministro da Educação e Cultura, Eduardo Correia,⁶⁸ através da Direção-Geral do Ensino Superior, e tudo parece encaminhado em termos de definição da localização da Universidade. Contudo, a situação prolonga-se no tempo e a resposta, por parte do Ministério da Educação e Cultura, tarda em chegar. Em 3 de outubro de 1974, em resultado de uma solicitação do engenheiro César Montenegro, representante do Ministério do Equipamento Social e Ambiente na Comissão Instaladora, e da ausência de qualquer instrução por parte do Ministério da Educação e Cultura, foi enviado um ofício⁶⁹ ao diretor das Construções Escolares Norte, engenheiro Júlio Amaral de Carvalho.⁷⁰ Nesse documento solicita-se que o Ministério do Equipamento Social e Ambiente elaborasse o parecer sobre o assunto. A CIUM é informada que a entidade que estava encarregue deste assunto era a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, através da Direção Geral de Urbanização Norte. Promove-se uma reunião no Porto, para apresentação do problema e prestação dos esclarecimentos necessários, de modo a agilizar a decisão em torno da localização do futuro campo universitário. A esta seguem-se várias reuniões entre representantes da Universidade do Minho, Direção de Urbanização Norte e Gabinete do Plano da Região Porto, que ocorreram entre finais de 1974 e inícios de 1975,⁷¹ com resultados inconclusivos, conforme se depreende do registo elaborado pela própria CIUM: “*das quais nada resultou visto elas degenerarem numa discussão generalizada sobre a filosofia das Instalações Universitárias*”.⁷²

Um parecer do Gabinete do Planeamento da Região Norte, de fevereiro de 1975, parece corroborar o registo da CIUM, o qual dá conta da indefinição resultante dessas reuniões. De facto, o autor do parecer começa por expor algumas considerações sobre a própria necessidade de desenvolvimento das universidades novas, senão vejamos:

“Parece que constitui fatalidade histórica viver-se em Portugal, com tranquila facilidade, repousando sobre cómodas “ideias feitas”. Constrói-se o dogma e descansa-se sobre o dogma. [...] E, assim, neste contexto e neste panorama da cultura “superior”, chegamos à “democratização” do ensino

[...]. A tradicional universidade, fechada em auto-defesa inexpugnável, qual preservado reduto do saber e dos valores, reage violentamente. O poder político sorri, desconfiado e incrédulo, acabando por não tomar posição efectiva ou decidida. [...] A necessidade de novas instituições universitárias justifica-se não só para obter os efeitos de descentralização, mas para permitir o aparecimento de diversificadas formações, ao serviço de amplo leque profissional.”

Especificamente sobre a questão da localização das universidades e em particular da Universidade do Minho, afirma:

“Logo surgem as opções de localização, em ângulo de arranjo regional, ou mesmo ao invés do ordenamento do território e da estruturação do espaço geográfico [...]. Os bairrismos são verdadeira e confrangedora tragédia do minifúndio mental. [...] Eis aí as novas universidades, em arranque lento e difícil [...]. A Universidade do Minho [...] aparece como instituição regional, ao serviço de vasta área densamente povoada [...] Vem na sequência de um fortalecimento urbano, descompensador da atracção polarizada do grande Porto [...] Aí poderemos imaginar o início da institucionalização do “eixo Braga-Guimarães” [...]. O eixo político poderá, por aí, começar a transfigurar-se em realidade económica, social e humana auto-sustentada [...]. Em alternativa, Braga será brevemente absorvida pela metrópole portuense e transformada num dos seus dormitórios. [...] A Comissão de Planeamento da Região Norte, defensora consciente da Universidade do Minho, sempre opinou, com segurança de dados positivos, ou mediante sensibilização que resulta de vasta análise global, pelo completamento da clássica Universidade do Porto”.⁷³

O documento não é, assim, suficientemente claro no que respeita à apreciação da proposta de localização do campo universitário apresentada pela CIUM, tendo por base a análise e interpretação das alternativas apresentadas pela empresa Profabril.

Muito mais contundente é o juízo assinado por Manuel Leal Costa Lobo, professor do Instituto Superior Técnico na área de urbanização e reputado especialista na matéria. Com efeito, a hipótese apontada pela CIUM, de localização na mancha 5, é classificada da seguinte forma: “*só teria justificação face à concepção dos Planos de Fomento de criar o pólo Braga-Guimarães, autêntica fantasia com o grave defeito de ser desestruturante da realidade geográfica e humana*”.⁷⁴

Conforme se constata, este especialista manifesta-se frontalmente contra a localização escolhida pela CIUM da Universidade do Minho. No mesmo parecer, aponta cinco localizações alternativas passíveis de instalar a Universidade: Landim ou Bougado, apresentadas como uma descentralização do Porto; Campo, que surge como uma solução de descentralização do Porto para o “*baricentro*” (centro

de gravidade do triângulo) Guimarães-Famalicão-Santo Tirso; uma localização em Guimarães, junto à estação, para servir o “baricentro” Guimarães-Famalicão-Santo Tirso e o Leste; uma localização em Braga, para servir Braga e o Norte, “sendo que no caso [...] a mancha complexa G.T.F. [Guimarães – Santo Tirso-Famalicão] seria contemplada por uma constelação de instalações de Ensino Técnico e Superior, destinando-lhe a função paralela à da cidade do Porto”.⁷⁵

2.3

Os interesses e a arena técnica e pública das intervenções

Por esta altura, a controvérsia sobre a localização já se encontrava lançada e a propagação de notícias sobre a temática nos jornais ilustra-o exemplarmente. Assim, se nos anos anteriores (1973-74) o assunto apenas foi objeto de três notícias, no ano de 1975 encontram-se já, entre jornais nacionais e regionais, 103 notícias sobre esta temática.⁷⁶

Verifica-se que os jornais com base em Guimarães, Braga, ou localidades contíguas a uma e outra cidade, se assumem, muitas vezes, como porta-vozes do descontentamento e perplexidade causadas pela questão da localização da instalação da Universidade e decisões que lhe estão associadas. Assim, logo em fevereiro de 1975, os jornais de Braga, nomeadamente o *Correio do Minho* e o *Diário do Minho*, dão voz às críticas pela opção de um campo universitário na zona das Taipas, lamentando-se igualmente a falta de informação que é prestada a Braga sobre este assunto.⁷⁷ Por esta altura, os jornais sedeados em Guimarães não refletem ainda a temática nos seus títulos. Apenas a 1 de março, no periódico *Notícias de Guimarães*, se defende que a nomeação de Santos Simões para a CIUM da Universidade do Minho deveria ser encarada como um sinal governamental acerca da sua localização. Ao mesmo tempo reage-se contra a intervenção do Partido Popular Monárquico referida nos jornais de Braga, na qual se faz a crítica às intervenções de Duarte Amaral.⁷⁸ A polémica agudizar-se-ia à medida que as decisões tardavam em chegar. De igual modo, as diferentes deliberações tomadas por diversas entidades a este respeito lançavam a incerteza nas duas cidades que mais se envolveram neste assunto.

Também em março de 1975, na sequência do parecer crítico de Costa Lobo, surge um despacho do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, sobre a localização da Universidade do Minho. Neste, considera-se que “as premissas de localização de uma Universidade são sobretudo de carácter político-social”, verificando-se que, na análise encomendada à Profabril pela Universidade do Minho, as razões de tipo físico tinham prevalecido. Isso terá conduzido a uma proposta “que aparentemente não se localiza junto dos eixos de maior desenvolvimento urbano, designadamente o de Guimarães-Famalicão e o entroncamento Portela-Outeiro que já se constitui um corredor urbano”. O estudo enfermava assim, de acordo com o texto do despacho, “por deficiente análise urbanística que pode ter escusa no facto de só recentemente os trabalhos do Plano da Região Porto ‘descerem’ a uma escala consentânea com as decisões a terem carácter de proposta”.⁷⁹

Apesar do tom crítico face às premissas em que se teria baseado o estudo da Profabril, o referido despacho reconhece:

“que a Universidade do Minho não pode aguardar o período de uma nova avaliação ainda que “conduzida por critérios mais expressivos do ponto de vista social e admitindo que o local proposto possa ser alternativa razoável desde que seguido de medidas adequadas (e dada a localização do Parque Industrial), determino que a D.G.S.U.,⁸⁰ informe com urgência o caso, tendo em atenção o circunstancialismo local e o calendário da Universidade do Minho”.⁸¹

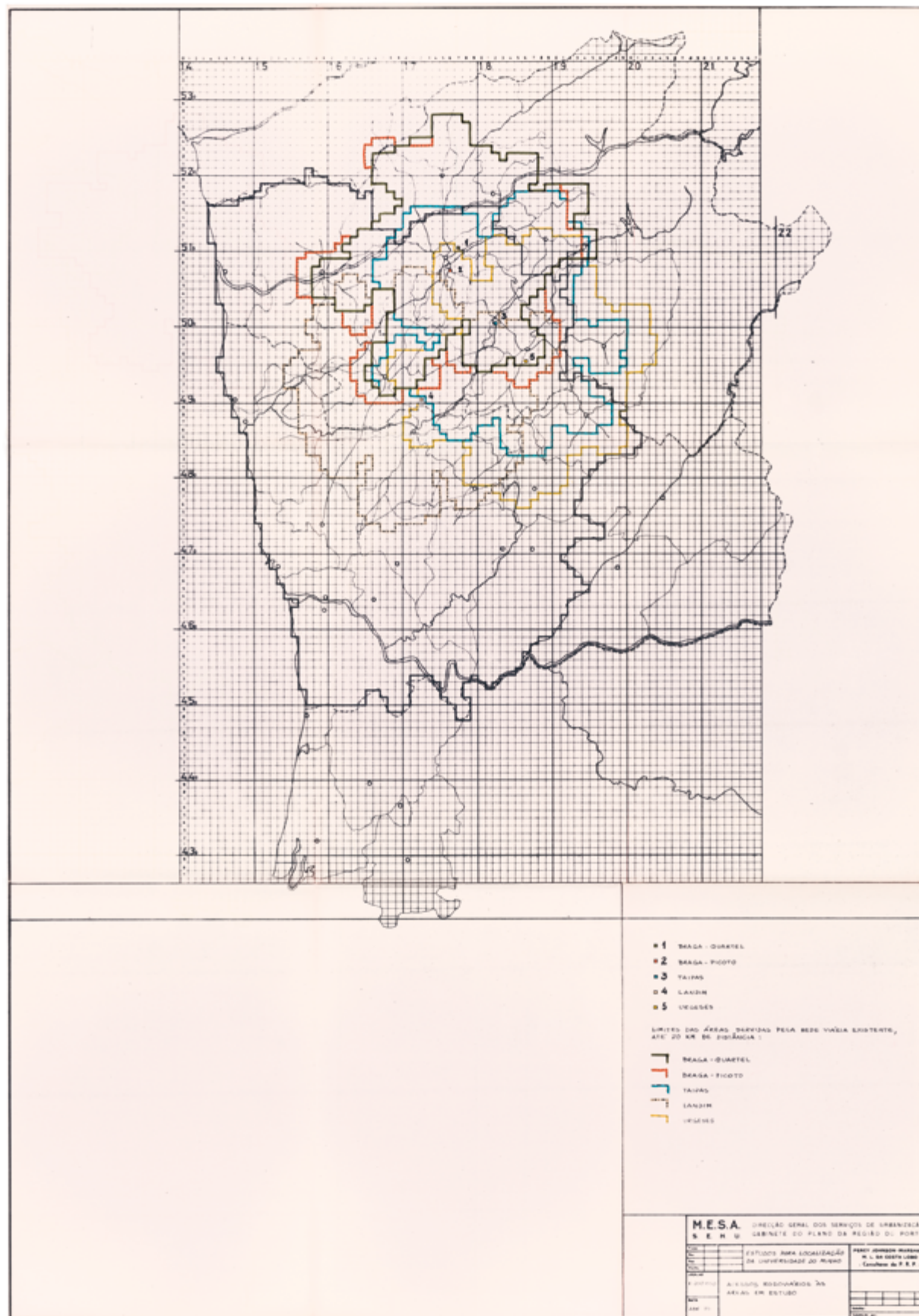
Em abril de 1975, na sequência do conjunto de reuniões empreendidas entre entidades afetas à Direção de Urbanização Norte, Plano da Região Porto⁸² e à Universidade do Minho,⁸³ um relatório do Gabinete do Plano da Região Porto debruça-se sobre a questão da localização da Universidade.⁸⁴

Importa, desde já, notar que, de acordo com este relatório, no seguimento das reuniões atrás mencionadas, este Gabinete se comprometera a estudar, com maior especialidade, aspetos concretos das implicações urbanísticas do grupo de localizações propostas para as instalações da Universidade do Minho. A esse estudo, os consultores entenderam juntar algumas hipóteses alternativas, de modo a obter um melhor enquadramento para a decisão final a tomar.

Neste relatório declara-se que o problema da localização da Universidade do Minho aparecia “aos consultores do PRP como uma proposta sectorial, resultante duma política do Ministério da Educação e Cultura, mas desligada duma estruturação urbanística regional e local [...]”. Similarmente defende-se “que em termos de ordenamento do território parece, porém, ter sido afetada pela disciplina espacial apresentada pelo Secretariado Técnico (e adoptada pelo Governo do anterior regime), que via no “pólo Braga-Guimarães” o núcleo urbanístico mais poderoso do Norte do País, capaz de contrabalançar a presença desproporcionada do Porto. Dentro dessa linha de pensamento, uma aproximação da costa e do Porto era vista, por parte da CIUM, como inaceitável.

Face a esta posição da CIUM, o Plano da Região Porto (PRP) surgia, conforme se afirma neste relatório, com uma ótica totalmente diversa, visando “integrar o povoamento com a lógica locacional do equipamento estruturante”. Mais, “de entre as alternativas possíveis de localização, haverá que arrear, antes de mais, as que possam causar desequilíbrios, distorções das estruturas físicas procuradas, e também as que se apresentem neutras na estratégia de reconversão e de fortalecimento da Região como um todo social a promover.”⁸⁵ Como é possível inferir a partir da análise dos argumentos apresentados neste documento, as diferenças ultrapassavam a mera disputa entre cidades. Estavam em causa distintas conceções no que respeita às políticas de ocupação de espaço, construções de equipamentos e desenvolvimento regional, e às premissas que deveriam sustentar as decisões a tomar nestas matérias.

Nesse contexto, o Gabinete do Plano da Região Porto manifesta a sua oposição tanto à metodologia utilizada, como aos argumentos apresentados para sustentar a



decisão de localização da Universidade na mancha 5 - Taipas.⁸⁶ Entre os argumentos expostos por esta entidade para apoiar a sua posição, destacam-se os seguintes:

- A possibilidade de expandir a mancha em questão só seria possível através da ocupação de mais solo agrícola circundante, o que era manifestamente oposto à política de salvaguarda dos recursos naturais que o PRP defendia e que a própria empresa ao elaborar o estudo teve em conta;
- O aspeto morfológico do terreno, relacionado com um tipo arquitetónico que se depreendia de “*tipo pavilhonar*” parecia, ao Gabinete, não ter em conta a evolução da arquitetura universitária que favorecia a “*concentração sobre a dispersão pavilhonar*”;
- As declarações prestadas pelo responsável dos parques industriais anulavam a vantagem apontada pela CIUM, de que a mancha 5 viria a beneficiar da rodovia que o parque de Briteiros iria estabelecer;
- As menções à topografia suave e relevo pouco acentuado, se bem que permitissem maior maleabilidade na implantação dos edifícios, não pareciam ter peso relevante para a decisão;
- O abastecimento de água e a rejeição dos esgotos no rio, se bem que possível e talvez das mais económicas dentro das manchas selecionadas, não evitam, a este propósito, as implicações que o parque industrial, que se previa viesse a ser instalado a montante, pudesse trazer.⁸⁷

O Gabinete apresenta, assim, como hipóteses viáveis de localização, as propostas que já haviam sido anunciadas no parecer de Costa Lobo, anteriormente tratado. Para isso, apoia-se em estudos de acessibilidades e nalgumas peças gráficas que procuram fornecer elementos sobre as hipóteses de localização que se apresentam. (Fig. 14)

Tendo por base a observação desses elementos, o estudo conclui que se revelava “*nitidamente a vantagem das localizações junto a Braga (Quartel e Picoto), ou Guimarães (Urgeses)*”. Sublinhe-se o facto de estas localizações emergirem, aqui, em regime opcional, uma em relação à outra. Numa análise ao pormenor, apoiada no exame de condicionantes que se prendiam com o número da população servida e a análise física das propostas, o estudo finaliza, no entanto, com a indicação que a mancha do Quartel, localizada em Braga, era entendida como a mais favorável para a implantação da Universidade do Minho. Este terreno, pertencente ao Ministério do Exército, era visto como a hipótese alternativa mais aceitável, face à proposta de localização nas Taipas, vista como uma “*solução que não é urbanisticamente conveniente, [...] acarretará consequências altamente negativas e graves para a reestruturação da Região Porto [...]*”. Simultaneamente sugeria que se prolongasse o tempo de estudo, defendendo

Fig. 14
 Mapa de acessos rodoviários a hipóteses de localização da Universidade do Minho em estudo, Direção Geral dos Serviços de Urbanização – Gabinete do Plano da Região do Porto, Estudo Preparatório, abril de 1975.
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Estudo da DGSU-GPRP,1975

que o prolongamento da situação provisória de Braga seria aceitável como “*preço de uma solução não precipitada*”.⁸⁸

No mesmo período, em notícia publicada pelo *Correio do Minho*, defende-se que a Universidade do Minho deveria permitir o contacto com as zonas urbanas e suas gentes, argumentando que a solução de concentração num “*campo universitário*” conduziria a um espírito elitista de classe alta. Para a instalação da instituição apresentam-se algumas alternativas, sendo precisamente uma delas a dos terrenos do Quartel de Cavalaria, mencionada no estudo anteriormente referido.⁸⁹

Importa realçar que, por esta altura, já o alarme soara em Guimarães, conforme se atesta pelo teor de algumas notícias dos jornais da região. Logo em notícia publicada a 26 de abril, o assunto é abordado e alertam-se os vimezanenses para se precaverem contra as “*motivações supérfluas*” da Comissão Administrativa da Câmara de Braga contra a localização nas Caldas das Taipas, considerando-a uma “*ofensa para a democracia e causa de divisionismo entre as populações*”.⁹⁰ Em maio, a reação em Guimarães intensifica-se. Duas notícias lançadas no *Comércio de Guimarães*, no dia 17 de maio,⁹¹ chamam a atenção para “*a intervenção de ações subterrâneas*” que pretendem prejudicar aquela cidade no caso da instalação da Universidade do Minho, instando os vimezanenses a reagir com energia, “*lutando pelos seus direitos*”. Na mesma data o *Notícias de Guimarães* alinha pelo mesmo registo noticioso, num alerta à população em tudo semelhante ao do periódico anterior.⁹² Como se percebe a controvérsia estava lançada. As diferenças que começam por se exteriorizar devido a concessões técnico-políticas distintas, por parte das entidades envolvidas, são rapidamente apropriadas pela esfera pública.⁹³

Complementarmente a este relatório do Gabinete do Plano da Região Porto (datado, lembre-se, de abril) é apresentada, no mês de junho, uma proposta de localização para uma extensão da Universidade do Minho na cidade de Guimarães. Esta proposta, que é assinada pelo arquiteto Roberto Sérgio Leão⁹⁴, surge na sequência de uma reunião realizada em 30 de abril, convocada pelo secretário de Estado do Ensino Superior, António Avelãs Nunes, na qual estiveram presentes representantes do Gabinete do Plano da Região Porto e da Universidade do Minho.⁹⁵ A proposta defende, como hipótese, a localização da Universidade dentro da cidade de Guimarães, numa parcela que, em conjunto com a respetiva área de proteção, perfazia os 17,3 ha. Sobre o quarteirão que estava incluído nessa parcela declarava-se o seguinte:

“Evidentemente não se propõe a demolição total das construções existentes [...] mas sim o enquadramento de edifícios novos no tecido urbano [...] sendo só de demolir as construções sem interesse ou integração possível [...]. Edifícios há, que poderiam até, sem grande dificuldade e custos, ser integrados [...]. A ribeira que o atravessa vinda da Costa, depois de um processo [...] de despoluição, seria uma linha de água a manter, quer como

elemento de valorização, quer como prevenção de escoamento [...] proveniente do desenvolvimento urbano”.⁹⁶

À oposição manifestada pelas entidades afetas ao Plano da Região Porto, a CIUM responde com a elaboração de um documento, publicado em junho desse ano. Neste, faz-se a descrição do andamento do processo de decisão acerca da localização da Universidade, rebatendo igualmente algumas das alegações apresentadas pelo Gabinete do Plano da Região Porto.⁹⁷

Assim, a CIUM começa por defender que colocou, desde sempre, como critério fundamental, que o trato do terreno a utilizar para a implantação da Universidade deveria corresponder a um trato único: “*nunca a Comissão Instaladora da Universidade do Minho admitiu para as instalações definitivas outra hipótese que não fosse a de um único Campo Universitário, à parte de exceções ponderosas como é, por exemplo, o caso do Curso de Medicina*”. Esse terreno não deveria constituir uma área inferior a 60 ha, fundamentando-se esse valor com a eventualidade de o número máximo de estudantes previsto (10000) poder ser ultrapassado. Analogamente argumenta-se com a necessidade de prever instalações sociais e desportivas; com o facto de a área necessária, por aluno, poder variar de acordo como o curso considerado e de não ser previsível saber quais os cursos que, no espaço de 20 a 40 anos, viessem a ser dominantes. De forma similar considera-se vantajoso que os edifícios não excedessem, por regra, mais de três pisos, de modo a evitar que a circulação vertical tivesse de ser feita por elevadores e, finalmente, que seria necessário admitir a hipótese de ser benéfico que, dentro de alguns anos, o campo universitário fosse parcialmente residencial. No que respeitava às instalações definitivas, a Comissão instaladora entendia que a expansão regional do ensino superior seria “*altamente facilitada se as instalações universitárias forem concentradas*”, e que, em face do modelo estrutural proposto para a Universidade, aquele tipo de solução “*é obrigatório*”.⁹⁸

No mesmo documento, os responsáveis pela Universidade do Minho defendem a solução “*Campo Universitário único*”, entendido como “*zona de área adequada, na qual se localizam todas, ou pelo menos a grande maioria das instalações da Universidade e na qual só acidentalmente se situam as residências universitárias, quer para alunos, quer para docentes ou funcionários*”. Esta solução era vista como beneficiando a crescente interdisciplinaridade dos cursos e das áreas de investigação; a integração vertical dos cursos; o intercâmbio entre alunos e professores, bem como a existência de horas de apoio tutorial e a integração da maioria dos docentes em unidade de investigação, à qual deveriam dedicar uma fração considerável do tempo de trabalho. De igual modo, manifestam a sua oposição à possibilidade de ser implantado um campo universitário em mais do que um polo, por considerarem “*tal hipótese inadequada*”. Justifica-se essa oposição com o facto de um modelo desse tipo criar grandes dificuldades, “*porventura intransponíveis*”, à implementação do modelo estrutural adotado para a Universidade do Minho, sendo por isso fundamental que a solução para as instalações definitivas fosse de tipo “*Campo Universitário Único*”.⁹⁹

Ao longo do documento, a CIUM faz a defesa da escolha da mancha 5-Taipas, expondo argumentos de carácter técnico que a sustentaram, nomeadamente através da comparação das duas manchas: Mancha das Taipas (escolha da CIUM com base no estudo da Profabril) ou Mancha do Quartel (proposta pelo Gabinete do Plano da Região Porto como melhor solução alternativa).¹⁰⁰

O estudo da CIUM, na sua parte final, considera que uma Universidade de estrutura marcadamente interdisciplinar e frequentada por alunos permanentemente integrados no seu meio familiar servia “*de maneira particularmente eficaz a sociedade que estamos decididos a construir: a sociedade socialista*”, sendo essa uma questão de fundo. Argumenta-se que:

“É por demais evidente [...] embora não [...] expresse [...] que está essencialmente e de facto em causa [...] o famigerado eixo, dito político, de Braga-Guimarães. [...] Recusa-se a CIUM [...] a tomar posição no que se refere a esse eixo. Ele foi definido a nível governamental, constitui objetivo de uma estratégia de desenvolvimento até hoje mantida e confirmada pelo Executivo. Foram, sim, infletidas certas linhas de política, mormente nos objectivos sociais do Plano, de acordo com a sociedade socialista em perspectiva [...]. Se têm de reformular-se as estratégias de desenvolvimento regional [...] isso é tarefa que incumbe a níveis horizontais e verticais muito diversificados. Porém, um estudo dessa índole é incompatível, em tempo, com a premência do lançamento das novas universidades.”¹⁰¹

A alternativa de localização do campo universitário oferecida pelo Gabinete do Plano da Região Porto fora rejeitada, depois de analisada com detalhe, uma vez que o solo era de utilização agrícola intensiva (regadio) em mais de 50% da área presumivelmente utilizável. Além disso, a carreira de tiro e serventia militar inerente, assim como o albergue e o convento existentes, constituíam dificuldades acrescidas. Entendia a CIUM que o problema da localização do “*campo universitário*” era “*certamente um problema quente*”, mas que era urgente uma definição quanto a esta matéria, uma vez que o campo universitário não se destinava a servir uma cidade, fosse esta qual fosse, mas sim toda uma região.¹⁰²

Como se constata, estão em causa estudos com resultados e princípios orientadores díspares, sendo que a Universidade do Minho, através da sua CIUM, bate-se por uma solução de campo universitário único, sustentando a escolha que tinha feito aquando da divulgação do estudo da Profabril.

O problema da localização da Universidade começa a suscitar movimentações de vários sectores da sociedade civil. A 4 de julho de 1975, a CIUM recebe um ofício da *Casa do Minho* solicitando informações sobre este assunto, deliberando adiar a resposta.¹⁰³ Admitimos, ainda que tal não seja expresso no documento, que o objetivo desse adiamento fosse o de conter as repercussões do assunto na praça pública,

tendo em atenção que o assunto já merecera, como atrás demonstramos, algumas intervenções mais vincadas nos jornais das cidades de Braga e Guimarães.

Todavia, em setembro, depois de uma aparente acalmia durante os meses de verão, no que concerne a notícias sobre o tema nos jornais regionais, o assunto volta à ribalta, desta feita merecendo também a atenção em jornais de Viana do Castelo e de Famalicão, os quais dão nota de algum desinteresse face a esta questão nas respetivas urbes.¹⁰⁴ Da mesma forma, os jornais sedeados quer em Braga quer em Guimarães dão voz a acusações mútuas de manobras com o intuito de subtrair as respetivas cidades dos seus legítimos direitos. Saliente-se a veemência dos protestos publicados em jornais de Guimarães. Uma rúbrica publicada a 8 de novembro, no jornal *Notícias de Guimarães*, ilustra-o exemplarmente. Nesta, lança-se a acusação de que, não obstante a mudança de regime político, tudo se mantinha na mesma em relação ao favorecimento de Braga, o que implicava que se passasse de “*exposições bem-intencionadas*” a uma ação enérgica na defesa dos interesses de Guimarães.¹⁰⁵

Apesar da intensificação da controvérsia, a situação de indefinição arrasta-se no tempo e, não obstante a urgência de uma decisão defendida pela CIUM, apenas em novembro desse ano voltam a verificar-se desenvolvimentos neste processo. A 18 de novembro, o Reitor informa a CIUM que tivera conhecimento, confirmado pelo secretário de Estado do Ensino Superior, que o Conselho de Ministros se opunha à ideia de um “*Campo Universitário*” e pretendia a instalação das Tecnologias em Guimarães.¹⁰⁶

2.4

A bipolarização como solução política: posição e reações

Em 5 de dezembro de 1975, cerca de uma semana e meia antes do início das aulas, um despacho, assinado por Vítor Alves, ministro da Educação e Investigação Científica, toma uma decisão nesta matéria. Assim, depois de fazer o historial da Universidade do Minho e dos cursos que estavam a funcionar naquele momento,¹⁰⁷ informava-se que havia duas propostas de localização distintas,¹⁰⁸ reconhecendo que “*o conhecimento público destas duas soluções (antagónicas) suscitou tomadas de posição fortemente emotivas de vastos sectores da opinião pública dos concelhos interessados – muito em particular do de Guimarães, no que se refere aos cursos de Tecnologia*”. Em face disso, partindo da consideração que em relação aos dois concelhos considerados, era no de Guimarães onde existia maior concentração industrial, cuja reestruturação se reconhecia como urgente e beneficiaria da presença dos cursos de Tecnologia da Universidade do Minho, determina-se que:

- A implantação definitiva do ensino dos cursos de Tecnologia (Engenharia) será feita no concelho de Guimarães.
- Compete à Comissão Administrativa da Câmara de Guimarães propor à CIUM da Universidade do Minho soluções concretas para a implantação das instalações definitivas daquele ensino, e, uma vez estas aprovadas superiormente, assegurar o andamento das ações da sua competência que conduzam à concretização daquelas

- soluções (tal como efetuar expropriações ou preparar as aquisições necessárias).
- O Projeto das instalações definitivas para os cursos de Tecnologia da Universidade do Minho, no concelho de Guimarães, deverá estar concluído no corrente ano de 1976, de modo a que as primeiras empreitadas possam ser adjudicadas, o mais tardar, no 1º semestre de 1977.
- Compete igualmente à Comissão Administrativa da Câmara de Guimarães, se o entender, procurar e conceber soluções rápidas para a instalação provisória do ensino de Tecnologia, a submeter à consulta da CIUM da Universidade do Minho.
- Os cursos programados para o ano letivo de 1975/76 arrancam imediatamente nas instalações provisórias disponíveis em Braga, onde funcionará o ensino de Tecnologia até que estejam asseguradas as condições de operacionalidade das instalações provisórias no concelho de Guimarães. A transferência dos cursos terá lugar no imediato intervalo entre dois semestres de escolaridade.¹⁰⁹

A solução parecia, assim, estar mais perto de ser encontrada, cumprindo contudo lembrar que, nesta altura, as previsões iniciais de prazos apontados pela CIUM, que pretendia lançar as primeiras empreitadas para as instalações definitivas antes de outubro desse ano, estavam já ultrapassadas.

Na sequência deste despacho, a Comissão instaladora entende solicitar esclarecimentos adicionais ao Ministério, enviando, similarmente, para conhecimento do diretor-geral do Ensino Superior, um trabalho intitulado “*Universidade do Minho: Que universidade?*”¹¹⁰ e cópias de duas moções, de trabalhadores docentes e não-docentes, da Universidade. Esse envio é realizado através de ofício reitoral,¹¹¹ no qual se afirma que a única decisão oficial no que se referia à questão da localização da Universidade do Minho tinha surgido com o despacho n.º 497. Esta deliberação não contrariava, de acordo com o defendido no documento, a proposta de localização nas Taipas. Esclarece-se também que a localização das instalações definitivas, desde que concentradas, nunca fora considerada problema de fundo pela CIUM.

Urgia contudo uma definição, global e clara, de qual deveria ser o tipo de implantação a adotar. Entre as questões não esclarecidas, às quais era fulcral responder, incluíam-se as seguintes: as instalações definitivas deveriam ser de tipo concentrado ou disperso? Se fossem de tipo concentrado onde ficariam localizadas e se fossem de tipo disperso, qual o número de polos, quais os cursos a instalar em cada um e qual deveria ser a sua localização? Quanto aos cursos tecnológicos em Guimarães, se estes deveriam ser totalmente ministrados em Guimarães, ou atendia-se à possibilidade de lecionar alguns semestres noutra polo, no qual se concentrariam os cursos de Formação de Professores, com os quais partilhavam recursos?¹¹²

Focalizando a nossa atenção nas moções de trabalhadores docentes e não docentes, que foram enviadas juntamente com este ofício reitoral, constatamos que se faz a defesa do modelo de concentração proposto para a Universidade de Minho, visto como o modelo seguido na maioria das universidades modernas, sendo capaz de

otimizar recursos e diminuir custos. Propunha-se por isso que a Universidade integrasse todos os cursos num mesmo campo universitário, que se deveria localizar onde melhor satisfizesse o interesse de toda a população do Minho. Reprova-se a fixação definitiva dos cursos de Tecnologia sem a “*necessária e simultânea fixação das restantes instalações definitivas*”, e rejeita-se qualquer solução de tipo disperso, solicitando à CIUM que tomasse uma posição “*inequívoca de defesa intransigente de uma solução não dispersa*”.¹¹³

Enquanto o processo de decisão corria os trâmites oficiais, em vários momentos as críticas às movimentações e decisões que surgem vão-se acumulando, assim como as iniciativas, nas duas cidades, visando debater e influenciar o processo.¹¹⁴ (Figs. 15, 16, 17, 18, 19 e 20)

Cumprir realçar que, enquanto decorre o processo de decisão oficial nesta matéria, a imprensa dá notícia de algumas reuniões, quer em Braga, quer em Guimarães, sobre o assunto. São encontros descritos como bastante participados, que envolvem várias entidades nos quais se debatem decisões, formas de pressão e se elaboram propostas de atuação. Similarmente procura-se passar a informação desses encontros para a opinião pública, de modo a conseguir influenciar a decisão sobre a localização da Universidade do Minho.¹¹⁵

Os jornais regionais davam largas às notícias sobre a matéria, assumindo-se, muitas vezes, como “*órgãos de propagação*” das iniciativas e pressões lançadas nas duas cidades. As acusações multiplicam-se, tal como é ilustrado pelas notícias saídas em jornais de Guimarães onde, logo em janeiro de 1976, se fazem acusações explícitas, dirigidas a um orador que participara numa sessão na Associação Comercial de Braga sobre esta matéria, acusando-o de argumentação “*sofismática e sinuosa*”.¹¹⁶ Por seu turno, jornais de Braga noticiavam as diligências e reuniões realizadas em Braga sobre estas questões, dando voz aos argumentos que procuravam contrariar a decisão de instalar as Tecnologias em Guimarães.¹¹⁷

Constata-se, portanto, que, enquanto todo o processo oficial decorre, o tema da localização da Universidade do Minho é tornado, pela intervenção de diversas entidades e personalidades, um problema largamente debatido na esfera pública. Estas organizações e diversas pessoas, mais ou menos influentes, da sociedade local interferem na questão, esperando ser ouvidas e envolvidas na resolução tomada. Circulam, como já vimos, folhetos, telegramas e comunicados sobre esta matéria, com teor mais ou menos severo, mas que procuram envolver as comunidades na defesa daquilo que entendem ser a solução mais adequada. Por seu turno, associações como a Unidade Vimaranesense, pelo lado de Guimarães e, como se verá mais tarde, a Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho, pelo de Braga, divulgam estudos que procuram sustentar a fixação de instalações da Universidade do Minho na respetiva cidade. (Figs. 21 e 22)



Fig. 15
Comunicado da União dos Sindicatos de Braga
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Folheto da União de Sindicatos de Braga

Fig. 16
Convite à participação na Sessão Pública em defesa da Instalação dos Cursos Tecnológicos em Guimarães, 2 junho de 1976
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Folheto avulso, junho de 1976

Fig. 17
Telegrama da Unidade Vimaranesense remetido à CIUM, em defesa dos interesses da cidade, 28 de outubro de 1975
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Telegrama da Unidade Vimaranesense, outubro de 1975

Fig. 18
Telegrama de elogio à CIUM enviado por um Grupo de Minhotos do Porto
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Telegrama avulso, s.d.

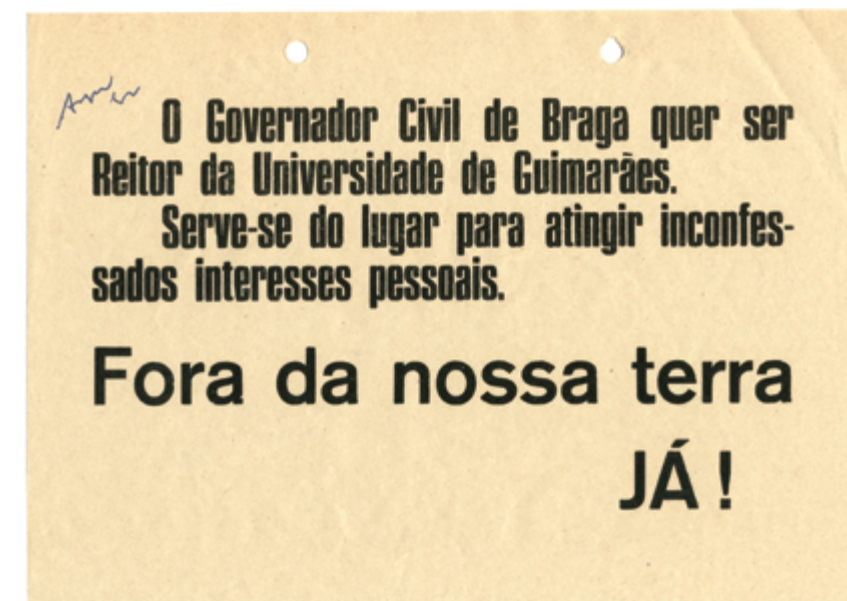
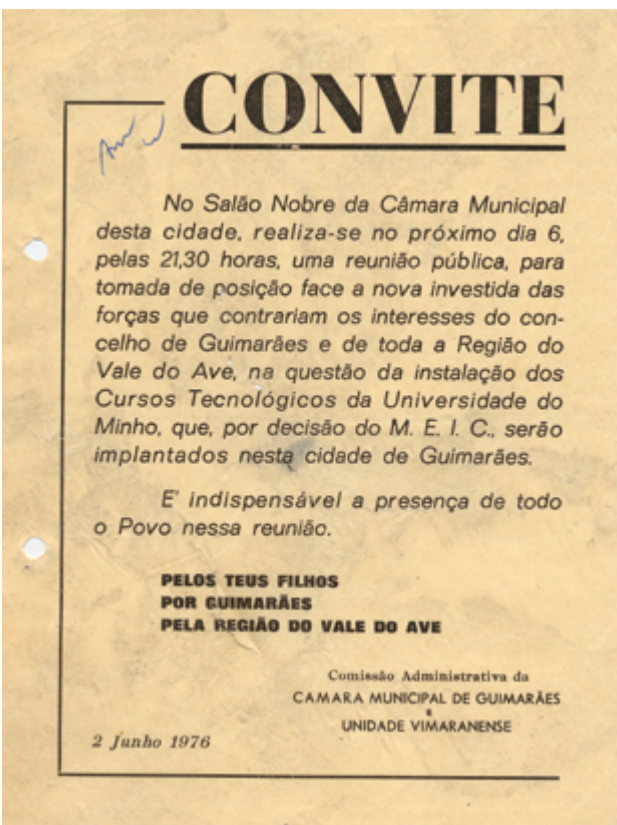


Fig. 19
Panfleto da Unidade Vimaranesense apelando à participação da população em defesa da localização da Universidade do Minho em Guimarães
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Panfleto da Unidade Vimaranesense, s.d.

Fig. 20
Panfleto anónimo contra o Governador Civil de Braga, acusando-o de favorecimento dos interesses da cidade de Guimarães
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, panfleto avulso, s.d.



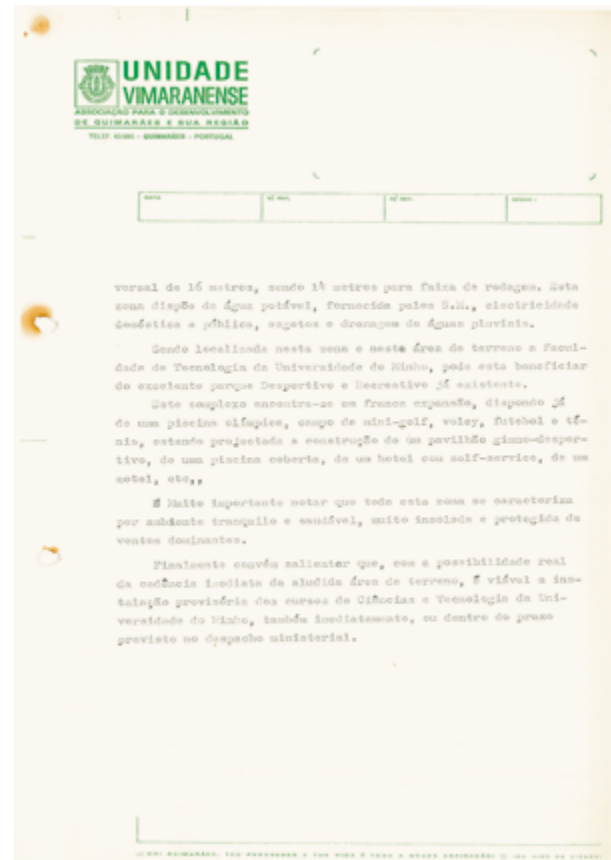
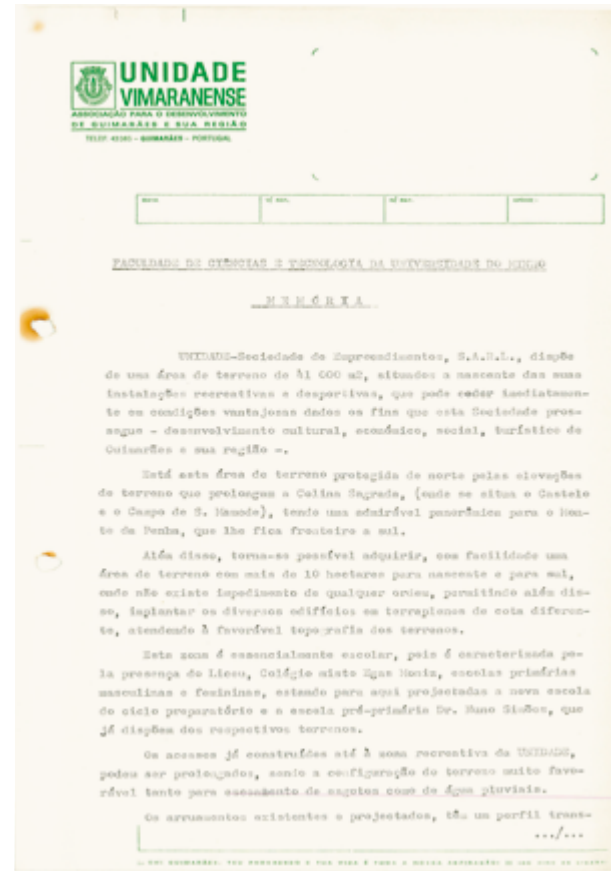
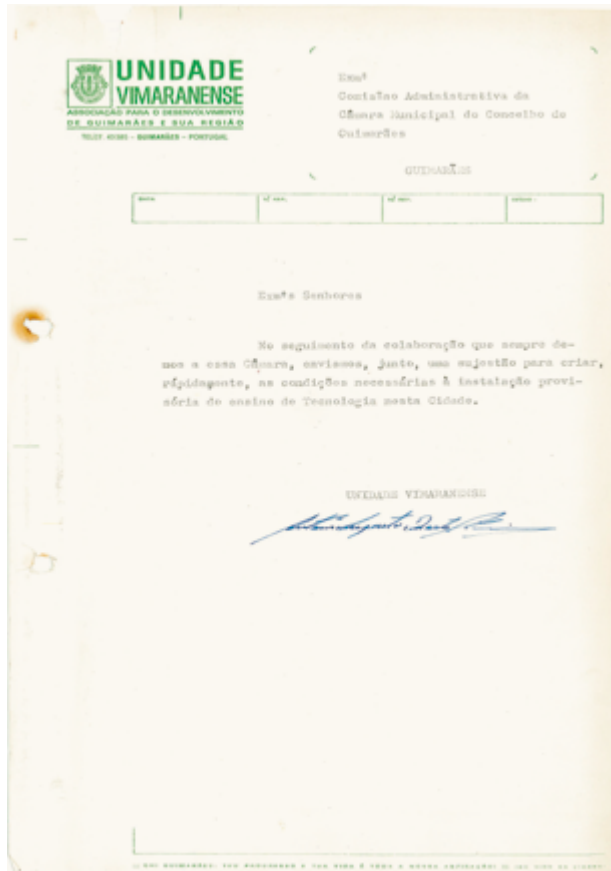


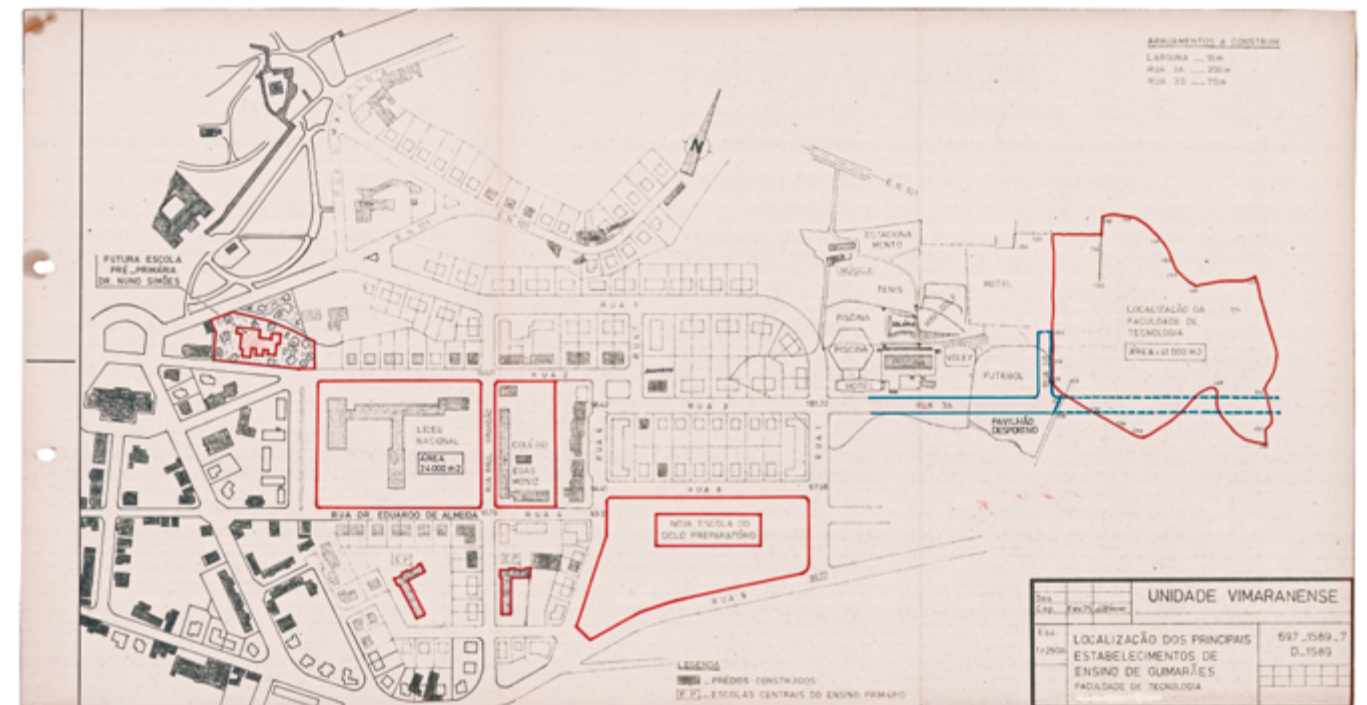
Fig. 21
 Ofício da Unidade Vimaranesa à Câmara Municipal de Guimarães: envio da proposta de localização da *Faculdade de Tecnologia* em Guimarães
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, ofício da Unidade Vimaranesa, s.d.

Fig. 22
 Proposta da Unidade Vimaranesa sobre a localização da *Faculdade de Tecnologia* em Guimarães, 1975.
 Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, ofício e mapa anexo Unidade Vimaranesa, 1975

A CIUM, constituída maioritariamente por figuras que não são naturais da região e para as quais a tradicional rivalidade entre as cidades em contenda não se revestia de primordial importância, assiste assim à passagem, para a praça pública, de uma decisão de carácter eminentemente técnico e político. É, assim, apanhada numa voragem emotiva que envolveu as populações, na qual a escolha do local de fixação das instalações definitivas assumiu foros de defesa da honra das respectivas cidades.

Em fevereiro de 1976, é conhecido um novo parecer de Costa Lobo sobre a localização, que retoma a discussão de carácter técnico-político, voltando a exprimir-se diferenças de posição, não sanadas, entre as entidades envolvidas nesta discussão. Neste parecer defende-se que a cidade de Braga se constituía como um polo de equilíbrio da cidade do Porto, enquanto a de Guimarães aparecia com uma vocação mais voltada para Trás-os-Montes e Vale do Ave, ideia que aliás estava a retomar de estudos anteriores. Por esse motivo entendia-se que uma universidade instalada em Braga serviria todo o Minho, e que a zona de Guimarães teria vantagem em ser servida por um ensino universitário diferente, a criar expressamente para a zona. Conclui portanto que se justificava uma universidade em Braga e ensino superior no Médio Ave, mas não uma Universidade Braga-Guimarães. Neste contexto, a articulação entre as Universidades do Porto e Guimarães parecia ser de essencial importância.¹¹⁸ (Fig. 23)

No que concerne à tutela e na sequência dos esclarecimentos solicitados pelo ofício reitoral previamente citado, em 13 de março é conhecido novo diploma sobre a



questão da localização, o Despacho 61/76. Este documento complementa o despacho anterior (nº 497), determinando o seguinte:

- A Universidade do Minho teria dois polos, localizando-se um no concelho de Braga e outro no concelho de Guimarães;
- No polo de Guimarães ficarão implantadas as instalações destinadas ao ensino dos cursos de Tecnologia (Engenharia), nos termos do despacho citado;
- As instalações provisórias e definitivas referentes ao ensino dos restantes cursos ficarão implantadas no concelho de Braga;
- Compete à Comissão Administrativa da Câmara de Braga propor à CIUM da Universidade do Minho soluções concretas para implantação das instalações definitivas dos cursos ministrados no respetivo polo e, uma vez estas aprovadas superiormente, assegurar o andamento das ações da sua competência que conduzam à concretização daquelas soluções (tal como efetuar expropriações ou preparar as aquisições necessárias);
- Em cada um dos polos referidos - Braga e Guimarães - as instalações definitivas da Universidade do Minho serão do tipo concentrado;
- Dada a natureza dos dois semestres dos cursos de Engenharia, cujo plano de estudos consiste em grande parte por disciplinas de Matemática, Física e Química comuns a outros cursos já professados e a professar na Universidade do Minho, estes deverão ser ministrados nas instalações do polo de Braga, dada a necessidade absoluta de economia em recursos humanos e materiais;
- Dada a necessidade de uma ou outra disciplina de um dado curso ter de ser ministrado em polo diferente daquele em que o curso está instalado, deverá a Universidade do Minho providenciar no sentido de dispor de meios de transporte adequados, quer para o transporte de docentes, quando o ensino em causa for de tipo "papel e lápis", quer de alunos, quando de natureza experimental;
- Para efeitos da elaboração do programa das instalações, são aprovados os planos de estudo dos cursos de Engenharia de Produção propostos pela Universidade do Minho, embora eventualmente sujeitos a pequenas alterações curriculares, consequência de um melhor ajuste às condições de funcionamento agora determinadas, assim como de um estudo mais pormenorizado dos respetivos planos de estudo e da experiência de funcionamento.¹¹⁹

Esta decisão é abordada em várias reuniões da CIUM, mas só em 9 de abril de 1976 se regista uma tomada de posição face à bipolaridade, imposta ministerialmente.¹²⁰ Por seu turno, a notícia é recebida com preocupação em Braga e contentamento em Guimarães, e disso dão nota os jornais regionais nesse período. Contudo, a satisfação pela decisão é rapidamente substituída por alertas, nos jornais de Guimarães, face às reuniões e intervenções entretanto saídas a público.¹²¹

Em 5 de abril de 1976 realiza-se uma reunião entre o diretor-geral do Ensino Superior

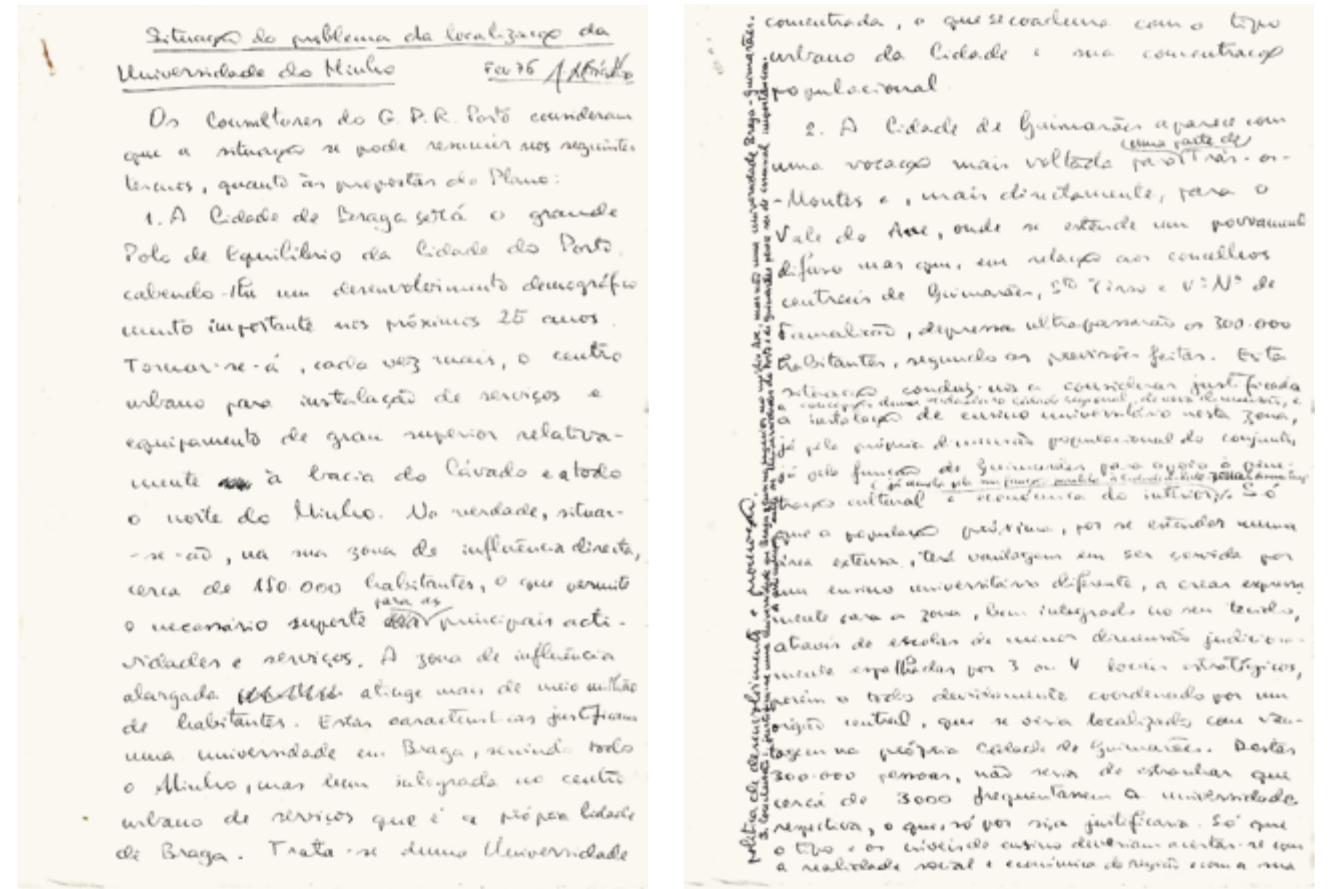


Fig. 23
Parecer de Costa Lobo, consultor do Plano da Região Porto, sobre a localização da Universidade do Minho, fevereiro de 1976
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, relatório PRR, 1976

e representantes das "forças vivas" do Minho, sobre este assunto.¹²² Neste encontro, o diretor-geral do Ensino Superior declara que o Governo só decidiria rever a situação se lhe fossem apresentadas, por escrito, razões válidas para alterações. Determinou-se que seriam entregues, ao Reitor da Universidade, quaisquer documentos que os presentes nessa reunião entendessem aduzir. Surgem nesta altura moções de grupos de professores da Universidade do Minho nas quais se contesta uma solução bipolar, apontando os inconvenientes de tal solução,¹²³ bem como exposições de discentes sobre a localização, nas quais se refuta a solução de dispersar as instalações da universidade pelas duas cidades.¹²⁴ Pelo contrário, testemunhando o alastramento da discórdia, uma exposição de alunos de Guimarães defende a irreversibilidade da decisão do Despacho 61/76.¹²⁵ As opiniões públicas das duas cidades estavam a manifestar-se, as respetivas associações e Câmaras Municipais a exercer pressões. Enquanto uns defendem o carácter irrevogável da instalação definitiva das Tecnologias em Guimarães, outros contestam a solução de bipolarização, encarando-a como prejudicial ao bom

funcionamento da instituição, sendo isso aproveitado por algumas entidades, para sustentar uma fixação em Braga.¹²⁶ (Figs. 24 e 25)

O modelo de Universidade estipulado em definitivo pelo despacho reitoral 61/76, que determina a estrutura em dois polos, contraria aquilo que sempre havia sido defendido pela CIUM. De facto, os documentos desta entidade manifestaram, desde o início, a opção por um modelo de campus único, que seria o que mais se adequava à estrutura da novel instituição. Essa pretensão era, desta forma, arrasada e os objetivos traçados pela comissão em termos de prazos, modelos e desenvolvimento da Universidade do Minho, teriam de ser reformulados.

2.5 Da crispação à política de compatibilização: a consulta interna

Num ofício datado de 11 de junho, dia em que se terá desenrolado uma audiência com o ministro da Educação e Investigação Científica, a CIUM defende que a bipolarização é incompatível com o modelo que sempre defendeu. Nada melhor do que um excerto do próprio documento:

“Sem que nada ou ninguém o fizesse prever, uma tal decisão [...] veio criar

naturais dificuldades e compreensíveis ansiedades [...]. E como se tudo isto não bastasse, acentua uma movimentação de forças divergentes paradoxalmente apostadas em destruir aquilo que dizem defender [...]. A bipolarização do Ensino Superior na região do Minho foi a opção do Governo [...]. A C.I.U.M. considera esta “solução” incompatível com o conceito que sempre defendeu de Universidade, a menos que o Governo considere possível [...] instalar duas universidades a 20 quilómetros de distância uma da outra. Os membros da C.I.U.M. consideram, por unanimidade, que se trata de uma incompatibilidade de pontos de vista insanável e como tal, também por unanimidade, põem à disposição do ministro os seus lugares [...] a colocar nas mãos do Governo a decisão sobre a oportunidade da sua substituição.”¹²⁷

Perante uma decisão do Governo que contrariava o modelo defendido, os membros da CIUM decidem pôr os seus lugares à disposição. Entendem que aquele era o momento oportuno para o Governo, se assim o entendesse, considerar a oportunidade da sua substituição.

A situação parece perto de ter alcançado o limite, mas conheceria ainda mais desenvolvimentos. Desde logo, porque continuam a verificar-se movimentações, partindo de Braga, ou Guimarães, no sentido de continuar as pressões sobre esta matéria.¹²⁸ Depois, porque a própria história política do País, no contexto pós-revolucionário, conheceu metamorfoses que ocorriam com grande celeridade. Exemplo ilustrativo é a contínua sucessão de governos provisórios, que sucumbiam à situação de grande instabilidade que se vivia. Esse contexto acompanhará todo o processo de decisão sobre a localização da Universidade, sendo justamente quando a evolução do conflito parece ter encontrado um ponto sem retorno que se processa mais uma mudança política. O VI Governo Provisório, dirigido por Pinheiro de Azevedo, cessa funções, para dar lugar ao I Governo Constitucional, tendo Mário Soares como primeiro-ministro.

A mudança política volta a introduzir alguma ambiguidade e aguardam-se definições do novo Governo sobre a matéria. Importa, no entanto, salientar que o anterior secretário de Estado do Ensino Superior, António Brotas, em ofício dirigido à Comissão Administrativa da Câmara de Guimarães, informa que recebera o relatório daquela entidade com a súmula da reunião pública realizada nos claustros da Câmara em 6 de julho.¹²⁹ Nesse ofício, comunica que incluíra esse relatório no processo sobre a



Fig. 24

Opúsculo da Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho - *O problema da Universidade do Minho. Dados Fundamentais*, 1, agosto de 1976 · Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Opúsculos ADIM

Fig. 25

Opúsculo da Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho - *Ainda e sempre? - A Universidade do Minho*, 2, out./nov./dez/1976 · Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, Opúsculos ADIM

localização da Universidade, que deixava, com uma chamada de atenção, para o novo Governo. Declara ainda que sempre encarara a Universidade do Minho como uma universidade que se deveria estender para todo o Norte e que talvez fosse preferível que se passasse a designar como “*Universidade do Norte*”.¹³⁰ Imediatamente antes dessa comunicação à Câmara de Guimarães, o mesmo Secretário de Estado publicava um despacho no qual determinava que, devido ao atraso na estruturação dos cursos de Engenharia, em parte devido à indefinição sobre a localização da Universidade, não seriam admitidos novos alunos nestes cursos, sem autorização expressa do secretário de Estado do Ensino Superior.¹³¹ Na prática, esta decisão colocava fortes constrangimentos ao arranque do ano letivo seguinte, pelo menos no que respeitava aos cursos abrangidos, pelo que a decisão a tomar pelo novo Governo se tornava mais premente.

Enquanto aguardava que o novo executivo tomasse as decisões sobre esta matéria, a Comissão instaladora elabora um documento sobre o assunto.¹³² Enceta algumas diligências e reuniões com os representantes da tutela, de modo a encontrar uma solução para o problema. De acordo com o que é relatado num memorando elaborado posteriormente, que sintetiza uma reunião entre os funcionários e o Reitor da Universidade do Minho a propósito da localização,¹³³ em face da ausência de qualquer decisão do Conselho de ministros, a CIUM tomou a iniciativa de enviar um documento ao Governo. Trata-se de um ofício,¹³⁴ remetido em 3 de agosto de 1976, ao secretário de Estado, Joaquim Cruz Silva, no qual se afirmava: “*Nestas condições, e a manter-se a decisão de bipolaridade tal como expressa nos despachos ministeriais 497 e 61/76, solicita a CI a sua substituição até ao início do próximo ano letivo, pois este é o período em que uma mudança deste tipo provoca menor perturbação no funcionamento da Universidade*”.¹³⁵

Em setembro de 1976, uma resolução do Conselho de Ministros do Governo Constitucional, liderado por Mário Soares,¹³⁶ definia finalmente a posição do novo Governo sobre esta matéria. Defendendo que “*a criação de uma Universidade de tipo bipolar para o Minho, com um pólo em Braga e outro em Guimarães, pode aproveitar, com utilidade, do ambiente humanista da zona bracarense, e do pragmatismo industrial da zona de Guimarães [...]*”, o Conselho de Ministros tomava a seguinte deliberação:

- Manter em Braga o funcionamento dos cursos já aprovados para a Universidade do Minho: Línguas Vivas e Relações Internacionais e Formação de Professores para o Ensino Preparatório e Secundário, incluindo a leção de disciplinas próprias à formação de base dos cursos de Engenharia cujo ciclo complementar é ministrado em Guimarães.
- Impulsionar, em Guimarães, o arranque em 1977/78 dos cursos de Engenharia no que respeita à leção das disciplinas de aplicação que constituem o ciclo complementar destes cursos e cuja formação básica e comum foi ministrado nos primeiros anos, em Braga.
- Satisfazer a urgência da implantação das instalações necessárias ao

funcionamento dos cursos de Engenharia, considerando, desde já, de utilidade pública e urgente, as expropriações de terrenos que se venham a mostrar necessários.

Cumprido salientar que enquanto decorria o processo de decisão nesta matéria se efetuaram várias reuniões entre representantes da Universidade do Minho e da tutela.¹³⁷ Algumas dessas reuniões decorreram ainda antes da data da resolução do Conselho de Ministros. Numa dessas reuniões terá sido declarado, de acordo com o memorando da reunião entre o Reitor e funcionários acima mencionado, o desejo do Governo atender às objeções formuladas pela CIUM sobre a questão da localização, que foram julgadas pertinentes. Contudo, constatava-se inequivocamente que o problema tinha atingido uma dimensão política, o que não podia ser ignorado numa futura decisão do Conselho de ministros.¹³⁸ Seja como for, verifica-se, em face do texto dessa resolução, que a questão essencial e que originara a tomada de posição mais vincada por parte da CIUM se mantinha, isto é, a Universidade do Minho seria mesmo organizada em dois polos.

Dada a ambiguidade atribuída pela CIUM à resolução do Conselho de Ministros, “*da qual eram possíveis várias leituras, inclusive a de que tudo tinha ficado na mesma*”, o Reitor informa o secretário de Estado do Ensino Superior, Joaquim Cruz Silva, da necessidade de clarificar a situação, desde que, “*como parecia ser o caso, fosse desejo do Governo que o Reitor e a CI continuasse no exercício das suas funções*”. Com esse objetivo foi acordado que o Reitor e o diretor-geral do Ensino Superior elaborariam um documento conjunto, o qual deveria constituir uma proposta quanto ao modo como devia ser dada execução à decisão de bipolaridade, de forma a garantir as características específicas de uma instituição autenticamente universitária.¹³⁹

Esse documento foi elaborado levando em conta a resolução do Conselho de Ministros e a troca de impressões com o secretário de Estado do Ensino Superior sobre essa matéria. Nele se definem as condições fundamentais para a implantação da Universidade do Minho, começando por se esclarecer que se desejava que os dois polos tendessem para verdadeiros polos universitários multidisciplinares, ainda que a sua concretização fosse desfasada no tempo. Dessa forma funcionariam em Braga todos os cursos, incluindo os quatro primeiros semestres dos cursos de Engenharia, enquanto em Guimarães funcionariam unicamente as unidades pedagógicas de investigação e de apoio aos semestres adicionais, para conclusão dos cursos de Engenharia. Determina-se também que, de modo a que os encargos com esta solução não fossem significativamente superiores ao previsto para a solução de “*universidade concentrada*” a médio e longo prazo, o crescimento dos núcleos processar-se-ia de forma progressiva no tempo, de modo a minimizar a duplicação de instalações. No que concerne às instalações dos dois núcleos, determinava-se que só existiriam instalações provisórias em Braga, devendo ser minimizadas, procurando-se que os investimentos neste domínio fossem, dentro do possível, recuperáveis. Similarmente deveria tomar-se posse dos terrenos e proceder aos estudos de projeto das instalações definitivas. Em Guimarães deveriam iniciar-se com carácter urgente as expropriações dos terrenos e a

elaboração do projeto, de modo a poder instalar o ciclo complementar dos cursos de Engenharia. Para minimizar os inconvenientes resultantes deste tipo de implantação, a Universidade deveria assegurar a existência de transportes entre os dois núcleos.¹⁴⁰

Este texto é apreciado pela CIUM em 9 e 10 de outubro, que considerou que a proposta agora apresentada eliminava “os aspetos inaceitáveis dos despachos anteriores”.¹⁴¹ Em 10 de outubro fica exarado em ata que, após a análise do documento, aquele órgão se pronunciava sobre a sua aceitabilidade, mas os seus membros, juntamente com o Reitor, consideravam que era fundamental obter também a confiança dos trabalhadores da casa. Nessa perspetiva, as linhas gerais do documento iriam ser submetidas à consideração dos trabalhadores, procurando indagar se estes mantinham a sua confiança para a continuidade do mandato da CIUM.¹⁴²

Em 15 de outubro realiza-se a reunião com os trabalhadores, sendo-lhes pedido que exprimissem a sua opinião. Isto seria realizado sob a forma de voto secreto, indicando se o Reitor deveria ou não dar andamento ao que fora estabelecido no documento anterior. Considerava-se que só seria possível dar execução ao referido despacho desde que dispusesse, simultaneamente, da confiança do Governo e da Universidade.¹⁴³

Os trabalhadores aceitaram a solução, com os seguintes resultados:

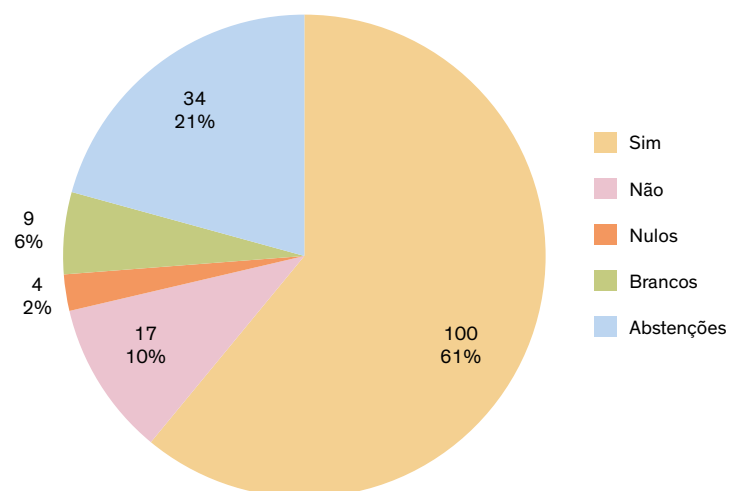


Fig. 26 · Resultados da consulta interna · Fonte: *Memorando de reunião entre funcionários...*, 1976.

Estava assim encontrada a solução que complementava na prática a anterior resolução do Conselho de Ministros. O assunto foi despachado pelo Secretário de Estado, J. A. Cruz e Silva, em 21 de outubro de 1976, nos seguintes termos: “[...] concordo com o teor da presente proposta de complemento prático da resolução do Conselho de ministros sobre a Universidade do Minho”.¹⁴⁴

Ficava finalmente decidida a localização da Universidade do Minho em Braga e Guimarães.

Arrancariam, com muito atraso face aos prazos inicialmente previstos pela CIUM, as diligências em termos de estudos para implantação dos campi nas duas cidades. Tornava-se então fulcral encontrar soluções para a localização dos núcleos de Braga e de Guimarães, nos termos do documento de compatibilização entre o Reitor e o diretor-geral do Ensino Superior. Em Braga, a instalação seria realizada nos terrenos de Gualtar, pertencentes ao Estado-Maior do Exército.¹⁴⁵ Relativamente a Guimarães, o respetivo núcleo só entraria em funcionamento, de acordo com o documento de compatibilização, quando naquela cidade existissem instalações definitivas, de modo a acelerar o funcionamento da Universidade naquela cidade. Saliente-se contudo que, nos inícios de 1977, a Câmara de Guimarães oferece o Palácio de Vila-Flor para instalar, de forma provisória, a Universidade do Minho em Guimarães. A CIUM aceita esta proposta, emitindo parecer que foi homologado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior.¹⁴⁶ As aulas naquele núcleo começariam então por funcionar nessas instalações. Entretanto, dá-se início a uma outra fase, com a contratualização de uma empresa especializada para estudar a implantação da Universidade nas duas cidades, processo que conheceu várias vicissitudes, como veremos.

Ainda que a decisão da Universidade em dois polos fosse irreversível, o assunto continuou a provocar algumas convulsões, sobretudo devido aos problemas de natureza prática que o funcionamento dos cursos de Engenharia em dois núcleos provocava. Com efeito, encontram-se documentos com queixas de alunos e docentes, devido aos problemas de transportes, bem como relativas a outros transtornos causados pelo funcionamento de parte do curso em Braga, parte em Guimarães. Nada melhor do que dar voz a um dos protagonistas do governo desta Universidade, Sérgio Machado dos Santos, sobre o assunto. Respondendo em entrevista, a uma questão sobre a decisão de redistribuição dos cursos pelos dois polos, tomada dez anos depois pelo Senado Universitário, este antigo Reitor afirma:

“Guimarães, já nessa altura e dez anos, mais de dez anos, depois da decisão da bipolarização, representava um número ridículo de alunos que [...] apanhavam o autocarro de manhã com os docentes e iam lá ter aulas e voltavam. Por outro lado era óbvio que não só podia haver vantagem no núcleo de Guimarães, como era absolutamente irreversível do ponto de vista político e regional. Mas aquela decisão de dizer ‘aqui dois anos, depois vais três para ali’, depois dos alunos, mesmo os que não eram de cá, já se terem fixado, era óbvio que não funcionava.”¹⁴⁷

Uma década depois a questão da bipolarização da Universidade continuava a levantar quesitos e foi necessário voltar a intervir nesta matéria. Ficou contudo uma Universidade que fora pensada, ainda na proposta de reforma apresentada por Veiga Simão, para envolver as duas cidades.

Notas

- 1 Cf. o itinerário previsto em AMAP-FDA, *Visita da Sua Excelência o ministro de Educação Nacional a Guimarães e Braga, para dar posse ao Reitor e à Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 15 de janeiro de 1974, L480. Trata-se de uma proposta elaborada por Duarte do Amaral tendente a garantir que a visita à cidade de Guimarães revestiria solenidade e brilho, em tudo comparável à visita à cidade de Braga.
- 2 Cf. «O notável discurso do ministro da Educação Nacional», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3. Encontra-se também reproduzido em Simão, 1974b:105-117, sob o título «Universidade do Minho: Justiça Feita à História e ao Progresso». Ver ainda em, Simão, 1974b:119-124, o discurso proferido na entrega da Medalha de Ouro da Cidade de Guimarães ao ministro da Educação, similarmemente intitulado “Honrar o Passado, Contribuindo para o Futuro”.
- 3 Na linha do princípio das especificidades regionais que deveriam ser contempladas e retraduzidas no leque de saberes oferecidos pelos novos centros universitários.
- 4 Ver entrevista a José Veiga Simão, 2012.
- 5 S.a., «O notável discurso do ministro da Educação Nacional», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 6 De acordo com a expressão e o desejo de Simão de que «a década de 70 do governo de Marcello Caetano tem de ficar marcada como a “era da educação”», proferida no âmbito da visita do Presidente do Conselho às novas instalações do Ministério da Educação Nacional, em 8 de fevereiro de 1974, Cf. “*Década de 70: Era da Educação*”, Simão, 1974: 78.
- 7 “Palestra proferida pelo Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Guimarães, Cidade Universitária”, cf. Universidade do Minho-Unidade Científica Pedagógica de Letras e Artes, 1989: 23-40.
- 8 S.a., «O notável discurso do ministro da Educação Nacional», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 9 S.a., «O notável discurso ...», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 10 S.a., «O notável discurso ...», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 11 S.a., «O notável discurso ...», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 12 S.a., «O notável discurso ...», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.
- 13 Ministério da Educação Nacional, *Proposta de criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior apresentada ao Governo pelo ministro da Educação Nacional*, Lisboa, MEC, 1973:19-20.
- 14 Veja-se o exemplo dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique e o desígnio do Reitor Veiga Simão de instituir uma oferta completa de saberes.
- 15 As datas de ingresso como professores catedráticos da Universidade do Minho são as seguintes: 1 de março de 1974 para J. Barbosa Romero, 14 de maio de 1974 para Carlos Loyd Braga. Ambos são catedráticos na Universidade de Lourenço Marques em 1972.
- 16 Entrevista Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 17 AMAP-FDA, *[Lista] nome dos catedráticos que poderão ser reitores da universidade do Minho e nomes para a Comissão Instaladora*, L468.
- 18 Cf. Entrevista a Diogo Freitas do Amaral, 23 de outubro de 2012.
- 19 Cf. Entrevista a Diogo Freitas do Amaral, 23 de outubro de 2012, e Amaral, 1995.
- 20 Cf. Entrevista a Diogo Freitas do Amaral, 23 de outubro de 2012. Ver ainda «Memorando sobre a localização da Universidade do Minho (referência especial ao caso de Guimarães)», de autoria de Diogo Freitas do Amaral, datado de 16 de outubro de 1975. Texto manuscrito consultado a partir de Fernando Alberto Matos Ribeiro da Silva, antigo governador civil da Braga.
- 21 Ver o dossier «Pela Universidade de Braga», na revista *Bracara Augusta*, vol.5, 1954: 198-211, que contempla textos e entrevistas do diretor da Faculdade de Filosofia, Lúcio Craveiro da Silva, do presidente da Câmara Municipal de Braga, António Maria dos Santos da Cunha, e do vereador do pelouro da Cultura da mesma Câmara, Sérgio Augusto da Silva Pinto, acerca das condições favoráveis que Braga apresenta para ser sede de uma universidade católica, dotada de outras valências para além da Teologia e da Filosofia.
- 22 Em paralelo ao Pe. Craveiro da Silva é apontado o Pe. Roque Cabral acompanhado da seguinte nota informativa: “*Jesuita- Professor da Faculdade de Letras de Braga* [Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga] - *Muito considerado em Braga e na Ordem – Levemente progressista*”, cf. AMAP-FDA, *[Lista] nome dos catedráticos que poderão ser reitores da Universidade do Minho e nomes para a Comissão Instaladora*, L468.
- 23 Ver Silva, 2004.
- 24 UMinho-CIUM, «Acta n°1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 25 Art. 15° do Decreto-Lei n°402-73, 11 de agosto.
- 26 Carlos Lloyd Braga, *Discurso do Reitor na abertura do ano letivo da Universidade do Minho*, 16 de dezembro de 1975.
- 27 Pereira e Freitas, 2007.
- 28 Cf. Entrevista a Sérgio Machado dos Santos e também depoimentos e testemunhos em AAVV, 1994.
- 29 Cf. UMinho-RT, Carlos Lloyd Braga, *Discurso proferido pelo Reitor na tomada de posse do Dr. Santos Simões como membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, [8 de fevereiro de 1975].
- 30 O nome de Santos Simões havia sido indicado para ministro da Educação, proposta rejeitada pelo general Spínola (Lima, 1999:56). Vitorino Magalhães Godinho convidara-o para um posto do Ministério recusado pelo próprio, cf. Godinho, 1975: 223 (texto datado de janeiro e fevereiro de 1975).
- 31 J. Santos Simões. *Discurso Proferido pelo Dr. Santos Simões na sua tomada de posse como membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 8 de fevereiro de 1975, 2. Ver também SMS, CIUM, *Comunicado de Imprensa da CIUM a propósito do livro de Vitorino Magalhães Godinho* (A educação num Portugal em mudança, Lisboa, Editora Cosmos, 1975), [1975]. Cf. ainda os artigos insertos na revista *Forum* n°26, 1999: Lima, 1999; Brandão, 1999; Simões, 1999, juntamente com Simões, 1971 e Simões, 1974 [Tese apresentada no III Congresso de Oposição Democrática, 5ª secção “Educação, cultura e juventude”, Aveiro, abril 1973].
- 32 Vejam-se os comentários depreciativos explanados pelo autor em *A educação num Portugal em mudança*, 1975, em especial 100 e 165-231 – apreciação sobre a ação ministerial que desenvolveu durante o II Governo Provisório (julho a setembro de 1974). Ver também a reação da CIUM, cf. SMS, CIUM, *Comunicado de Imprensa da CIUM a propósito do livro de Vitorino Magalhães Godinho* (A educação num Portugal em mudança, Lisboa, Editora Cosmos, 1975), [1975]. Não foi possível ainda localizar, no Arquivo do Ministério da Educação, o projeto de lei sobre a extinção das universidades novas, supostamente de iniciativa de Godinho.
- 33 Godinho, 1975:185.
- 34 Entrevista a Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 35 UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no Domínio da História, Programação*, Braga, setembro de 1974; UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos nos Domínios das Ciências Exactas e Tecnológicas. Programação*, Braga, novembro de 1974; UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no Domínio das Línguas Vivas*, Braga, novembro, 1974; UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no Domínio de Educação*, novembro de 1974; UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio da Medicina. Programação, 1974*. UMinho-CIUM, *Universidade do Minho. Alguns aspectos da sua instalação, referentes ao período 17-2-74 a 17-9-75*, [1975].
- 36 UMinho-RT, Carlos Lloyd Braga, *Discurso do Reitor na abertura do ano letivo da Universidade do Minho*, 16 de dezembro de 1975, 2.
- 37 Godinho, 1975.
- 38 Capítulo III, Do regime de instalação dos novos estabelecimentos do ensino superior, em especial artigos 16° e 17° do decreto de lei n°402/73.
- 39 A população estudantil em 76/77 cifrava-se em 924 alunos. No ano letivo seguinte registou uma quebra expressiva, situando-se em 556 alunos.
- 40 Braga, Carlos Lloyd, *Discurso do Reitor no dia da graduação*, 17 de fevereiro de 1978, 8. Sublinhados nossos.
- 41 Ver Pereira, Freitas, 2007.
- 42 UMinho-RT, [João de Deus Pinheiro], *Proposta [manuscrita] de criação do GEID (Gabinete Executivo de Instalações Definitivas)*, maio de 1977.
- 43 Respetivamente RT- 3/79, 20 janeiro de 1979 e RT- 15/80, 25 de julho de 1980.
- 44 Cf. UMinho-RT, Joaquim Barbosa Romero, *Discurso do Professor Barbosa Romero na posse de Professor Catedrático da Universidade do Minho*, 8 de março de 1974, [cerimónia realizada na Biblioteca Pública de Braga], 8-9.
- 45 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que Universidade?*, 1976 – documento que corresponde à primeira versão formal do modelo, segundo o autor. Ver também, entre os documentos de trabalho, os seguintes estudos: UMinho-RT, Joaquim Barbosa Romero, *Proposta de um modelo para a Universidade do Minho*, janeiro de 1975; UMinho-RT, Joaquim Barbosa Romero, *Proposta de um modelo para a Universidade do Minho 2ª parte*, outubro de 1975; UMinho-RT, Júlio Barreiros Martins, *Algumas bases para um estatuto da Universidade do Minho*, s.d.; UMinho-RT, João de Deus Pinheiro, *UM -78, que universidade?*, Doc. GEID 050578, 1978 [texto de apoio para elaboração de um programa da RTP sobre a Universidade do Minho]; UMinho-SMS, João de Deus Pinheiro, *Universidades novas- aspectos do seu posicionamento” texto de apoio à comunicação do Reitor da UM ao Conselho da Europa subordinado ao tema “Gestão e autonomia das Universidades Portuguesas” Doc. GEID 120678*, 1978; UMinho-RT, Sérgio Machado dos Santos e João de Deus Pinheiro. *RIP-2-Proposta*, s.d. Para uma leitura retrospectiva do autor ver Romero, 1994, 63-73.
- 46 A criação da Faculdade de Medicina holandesa era recente, datada de 1976, ver UMinho-RT, Peter G.M. Rooij, *Development of a management and allocation system in a medical faculty in the Netherlands*, outubro de 1976.
- 47 Cf. UMinho-CIUM *Universidade do Minho: que Universidade?*, 1976, 15-20 e 20-28, respetivamente sobre crítica às estruturas orgânicas vigentes e linhas gerais da “*Universidade de Grupos de Projecto*”.
- 48 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que Universidade?*, 38.
- 49 Cf. Romero, 1994: 71. Veja-se também Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*, 1979.
- 50 Entrevista a Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 51 Entrevista a Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 52 Referentes aos Estatutos de 1989 e 2008, para além da legislação entretanto produzida: Áreas disciplinares, *Ata da Comissão Instaladora*, 1974; Unidades Científico-Pedagógicas, *Regulamento Interno Provisório*, 1976; Escolas, *Estatutos da Universidade do Minho*, 1989; Escolas, Alterações aos Estatutos de 1989, *Desp. Normativo* 11/1998 e *Desp. Normativo* 25/2000; Unidades de Ensino e Investigação, *Estatutos da Universidade do Minho*, 2008.
- 53 Bourdieu, 1984.
- 54 Entrevista a Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 55 Saliente-se que este é um documento onde se define, com detalhe, a localização da Universidade do Minho em Braga-Guimarães. No Decreto-Lei no 402/73, de 11 de agosto, publicado no D.R. 1 série, n°188, que cria as novas instituições de ensino superior, em maior número que os previstos. Esta questão surge esbatida e apenas se menciona a criação da Universidade do Minho, sem especificar a sua localização. Cf. Ministério da Educação Nacional, *Proposta de Criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior apresentada ao Governo pelo ministro da Educação Nacional*, Lisboa: MEC, 1973, 19.
- 56 Cf. AAVV, 1994:9 e S.a. «Universidade do Minho? Universidade de Braga? Ou falta de coragem para chamar às coisas pelo seu nome», *Novo Rumo*, 10/14 dezembro de 1973. Trata-se de um periódico mensal, ligado à Associação dos Antigos Alunos dos Seminários de Braga.
- 57 UMinho-CIUM, *Actas da Comissão Instaladora*, 1974 a 1981, doravante «Acta n°...». A última ata da Comissão, a 308, é de 31 de dezembro de 1981, após a eleição de Lúcio Craveiro da Silva, em novembro, como Reitor, e antes da sua tomada de posse, em janeiro de 1982.
- 58 UMinho-CIUM, «Acta n°1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 59 Empresa especializada nestes estudos, que já havia participado no planeamento do campus universitário em Lourenço Marques. Uma listagem de alguns dos trabalhos desenvolvidos pela empresa em Lourenço Marques encontra-se no arquivo da Reitoria da Universidade do Minho.
- 60 Dois membros da CIUM, o Reitor e o engenheiro Eduardo Carneiro, são encarregues de acompanhar este assunto.
- 61 A decisão de adjudicação é comunicada em ata de 8 de março de 1974. Cf. UMinho-CIUM, «Acta n°2», 8 de março de 1974. No dia 22 de março informa-se que a empresa colocou algumas objeções quanto a algumas cláusulas do contrato, o que foi aceite pela CIUM, indicando-se que os trabalhos da empresa iniciar-se-iam no dia seguinte, 23 de março – cf. UMinho-CIUM, «Acta n°3», 22 de março de 1974.
- 62 UMinho-CIUM, *Relatório da Comissão Instaladora*, 1974, 25-26, para os excertos citados no parágrafo.
- 63 UMinho-CIUM, «Acta n°9», 27 de junho de 1974.
- 64 UMinho-CIUM, «Acta n°10», 6 e 7 de julho de 1974.
- 65 UMinho-CIUM, *Parecer da Comissão Instaladora referente à localização do Campo Universitário*, [1974]. Saliente-se que este parecer toma doutra designação em vários documentos produzidos pela CIUM da Universidade do Minho, assim também surge designado como «*Parecer n°1 da CI, de 7 de julho de 1974*».
- 66 As manchas excluídas pela CIUM pelas razões apresentadas foram as manchas n°7, 13, 18 e 19.
- 67 UMinho-CIUM, *Parecer da Comissão Instaladora...*, [1974], 3.
- 68 Em 18 de junho de 1974, este é substituído por Vitorino Magalhães Godinho, que ficaria até setembro.

- 69 UMinho-RT, Ofício RT-277/74.
- 70 Informação obtida através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares- Direção de Serviços da Região Norte.
- 71 Note-se que, constatando-se esta indecisão, o secretário de Estado do Ensino Superior – António Avelãs Nunes, em 17 de março de 1975, deu o seu acordo à mancha 5, desde que o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo também concordasse. Nesse dia, o mesmo secretário de Estado declara que o informaram que já havia contactos entre a Universidade do Minho e Comissão de Planeamento do Porto e que a mancha 5 poderia ser aprovada em definitivo se, desses contactos, não viesse a resultar outra proposta de solução. Cf. UMinho-CIUM, *Campo Universitário da Universidade do Minho*, 1975, documento anexo ao livro de atas do CIUM de 1975, 64-71.
- 72 UMinho-CIUM, *Campo Universitário*.
- 73 UMinho-RT, Gabinete de Planeamento da Região Norte, *Parecer do Gabinete de Planeamento da Região Norte*, Porto, 1975, 1-8.
- 74 UMinho-RT, M.L. da Costa Lobo, *Parecer do Eng. M. L. da Costa Lobo em relação à mancha cinco*, 1975.
- 75 UMinho-RT, M. L. da Costa Lobo, *Parecer do...*, 1-4.
- 76 Os números apresentados baseiam-se na identificação e contagem dos recortes de jornais, com notícias sobre a Universidade do Minho, coleção que se encontra custodiada no atual Gabinete de Comunicação e Imagem da Universidade do Minho.
- 77 Vejam-se a este propósito, entre outros exemplos passíveis de serem utilizados, os títulos: S.a., «Universidade do Minho ou do Rio Ave», *Diário do Minho*, 5 de fevereiro de 1975, 1 – 3; ou S.a., «Universidade do Minho», *Correio do Minho*, 13 de fevereiro de 1975, s.n. Também um artigo publicado a 22 do mesmo mês, no *Correio do Minho*, dá voz a um comunicado do Partido Popular Monárquico, que lança acusações contra Duarte do Amaral, nomeadamente por, em manobras do antigo regime, mover influências no sentido de favorecer Guimarães. S.a., «Outra vez ainda, a Universidade do Minho», *Comércio de Guimarães*, 1 de março de 1975, s.n.
- 78 UMinho-RT, Nuno Portas, *Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, sobre a localização da UM*, 1975 (este documento encontra-se em anexo a UMinho-CIUM, «Acta n.º31», 18 de abril de 1975.
- 80 Direção Geral dos Serviços de Urbanização.
- 81 UMinho-RT, Nuno Portas, *Despacho do Secretário...*
- 82 Cumpre realçar que, antes do documento a que se alude ser elaborado, os consultores do Plano da Região Porto produziram, a 9 de abril, outro documento onde se faz o historial dos contactos existentes entre as diferentes entidades envolvidas. Neste informa-se que a hipótese tida por mais conveniente, embora em “campus”, era que a Universidade do Minho se situasse junto a uma das cidades [Braga ou Guimarães], ou no interior da zona de aglomeração GTF [Guimarães-Santo Tirso-Famalicao], admitindo-se, como hipóteses possíveis, Landim, Campo, Urgeses, Picoto, e assinalando-se ainda as Taipas, Quartel e Prado como hipóteses em estudo. Cf. UMinho-RT, Consultores do Plano da Região, *Relatório dos consultores do Plano da Região Porto sobre a localização da Universidade do Minho*, 9 de abril de 1975.
- 83 Em abril de 1975 também a CIUM produz um documento onde expõe detalhadamente o andamento do processo e a informa acerca da posição da Universidade sobre o assunto em causa. Esse trabalho reporta-se aos factos ocorridos até de 9 de abril. Cf. UMinho – CIUM, *Campo Universitário da Universidade do Minho...* Este documento também pode surgir mencionado, nalguns documentos, como *Parecer n.º2 da Comissão Instaladora*.
- 84 UMinho-RT, Gabinete do Plano da Região Porto, *Relatório do Gabinete do Plano da Região Porto sobre a localização da Universidade do Minho*, Porto, 1975.
- 85 UMinho-RT, Gabinete do Plano da Região Porto, *Relatório do Gabinete do...*, 1-7, para os excertos citados no parágrafo.
- 86 Relembre-se que a mancha 5 resultou de uma escolha da CIUM, tendo por base o estudo elaborado pela empresa especializada Profabril.
- 87 UMinho-RT, Gabinete do Plano da Região Porto, *Relatório do Gabinete do...*, 11-13.
- 88 UMinho-RT, Gabinete do Plano da Região Porto, *Relatório do Gabinete do...*, 11-13, para os excertos citados no parágrafo.
- 89 M. M. Fonseca, «Ainda o problema da Universidade do Minho», *Correio do Minho*, 15 de abril de 1975.
- 90 S.a., «Outra vez ainda, a Universidade do Minho», *Comércio de Guimarães*, 26 de abril de 1975.
- 91 Cf. S.a., «A Universidade do Minho e a baixa política», *Comércio de Guimarães*, 17 de maio de 1975, 1-2 e S.a., «Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães», *Comércio de Guimarães*, 17 de maio de 1975, 1-2.
- 92 Cf. S.a., «Comunicado da Comissão Administrativa...», 17 de maio de 1975, 1-2.
- 93 Utiliza-se aqui este conceito enquanto lugar de uma discussão que potencialmente implica toda a gente, embora, como se sabe, a noção de participação e o conceito de esfera pública dificilmente se materializem plenamente na ordem prática. Veja-se, entre outros, Habermas, 1989.
- 94 UMinho-RT, Roberto Sérgio Leão, *Proposta de localização para uma extensão da Universidade do Minho na cidade de Guimarães, apresentada na sequência do relatório conjunto do Gabinete do Plano da Região Porto e Consultores do mesmo plano [...]*, 1975 [20 junho].
- 95 Nessa reunião determina-se que deveria ser apresentada por este Gabinete, uma proposta de extensão da universidade do Minho em Guimarães e alguns elementos complementares à proposta inicial.
- 96 UMinho-RT, Roberto Sérgio Leão, *Proposta...*, 1-3.
- 97 Cf. UMinho-CIUM, *Localização das instalações definitivas da Universidade, Parecer n.º3*, junho 1975. Este documento reporta-se e reage aos dados ventilados na reunião de 30 de abril, não se fazendo referência à proposta, de 20 de junho, do arquiteto Roberto Sérgio Leão. No entanto, como hipótese, poderemos considerar que a menção à solução de “mini-campos”, em Braga e em Guimarães, pode, pelo menos remotamente, ajudar a reconstituir o ambiente onde se gera o conceito de extensão da universidade do Minho em Guimarães.
- 98 UMinho-CIUM, *Localização...Parecer n.º3*, 1-7.
- 99 UMinho-CIUM, *Localização...Parecer n.º3*, 7-8.
- 100 Cf. UMinho-CIUM, *Localização...Parecer n.º3*, 9-23.
- 101 Cf. UMinho-CIUM, *Localização...Parecer n.º3*, 9-23.
- 102 UMinho-CIUM, *Localização...Parecer n.º3*, 23-25. Saliente-se que este parecer traz, em anexo, a descrição de uma reunião, ocorrida em Lisboa, na qual tomou parte o coordenador do Gabinete Técnico da Comissão de Planeamento da Região Norte, Valente de Oliveira, que é criticado por causa da sua intervenção.
- 103 UMinho-CIUM, «Acta n.º41», 4 de julho de 1975, 23 e 24.
- 104 Cf. S.a., «Universidade do Minho e os interesses de Famalicão», *Jornal de Famalicão*, 27 setembro de 1975, 1-5 e S.a., «Universidade do Minho», *Notícias de Viana*, 22 de setembro de 1975, 1-2.
- 105 Cf. S.a., «Apontamento da semana», *Notícias de Guimarães*, 8 de novembro de 1975, 1-2. Veja-se também, do mesmo jornal a notícia saída a 31 de outubro, na qual se informa da realização de uma reunião realizada na Câmara de Guimarães, onde teriam participado centenas de pessoas, na defesa da localização em Guimarães, e na qual é dada a versão que Diogo Freitas do Amaral teria aceitado fazer parte da CIUM, sendo mais tarde substituído por Santos Simões, na condição das Faculdades da Universidade do Minho serem instaladas nas cidades de Braga e de Guimarães. Cf. S.a., «O problema da Universidade do Minho tratado em reunião magna realizada na Câmara Municipal», *Notícias de Guimarães*, 31 de outubro, 1975, s.n.
- 106 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º57», 7 de novembro de 1975. Também em reunião do dia 22 de novembro este assunto é abordado. Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º60», 22 de novembro de 1975. O secretário de Estado era António Brotas. Importa realçar que nos documentos respeitantes a esta questão se encontra um parecer da Direção-geral do Ensino Superior sobre a questão da localização do campus, de 12 de novembro, na qual se considera prematura a aprovação superior da mancha 5 como proposta de localização e se deveria analisar a possibilidade de uma solução bipolar e um estudo mais pormenorizado das alternativas de localização. Cf. UMinho-RT, Luiz A. Ferreira Chaves [Arquiteto-Chefe], *Parecer*, 12 de novembro de 1975.
- 107 De acordo com o despacho, naquele momento estavam a funcionar os seguintes cursos: Línguas Vivas; Formação de Professores para Ensino Preparatório e Secundário; Tecnologia (Engenharia; cuja estrutura e planos de cursos da parte inicial já haviam sido aprovados, ou estavam em vias de aprovação).
- 108 Essas propostas eram: 1- a totalidade das instalações definitivas no perímetro urbano de Braga (opinião do GPRP); 2- a maior parte das instalações definitivas, à exceção da Biblioteca Geral, Arquivo Histórico e cursos de Medicina que viessem a ser criados, num “campo universitário” na zona das Taipas (solução preconizada pela Comissão Instaladora).
- 109 UMinho-RT, Ministério da Educação e Investigação Científica, *Despacho n.º497*, 5 de dezembro de 1975.
- 110 Trata-se de um documento onde se faz a descrição do modelo defendido para a Universidade do Minho e suas implicações e exigências em termos de estruturas necessárias. O ministro que tutelava a pasta da Educação e Investigação era, recorde-se, Vítor Alves. Cf. UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que universidade?*, 1976.
- 111 UMinho-RT, Universidade do Minho, *Despacho RT-21/76 (1519)*, 9 de fevereiro de 1976.
- 112 As questões envolvem também incertezas quanto aos cursos de Engenharia que, naquele momento, se encontravam aprovados. Cf. UMinho-RT, *Despacho RT-21/76...*
- 113 Cf. UMinho-RT, *Despacho RT-21/76...* [estão anexas].
- 114 Sobre os problemas causados pelas sucessivas tentativas de interferência na localização da Universidade do Minho veja-se também o testemunho: «Desafio irrecusável», de Santos Simões. Cf. AAVV, 1994:75-98.
- 115 Estas reuniões contam habitualmente com a presença de figuras destacadas das duas cidades, bem como das respetivas câmaras municipais. No caso de Guimarães a Unidade de Vimaranesense e a própria Assembleia de Guimarães, associações da cidade, envolvem-se na questão em defesa dos interesses da cidade. Em Braga, o Rotary Club, e a ADIM- Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho assumem a causa de Braga, verificando-se também o envolvimento do Rotary
- Clube de Viana na discussão. Para além disso, estas reuniões e iniciativas contam também com a participação de sindicatos, associações comerciais e industriais.
- 116 As acusações sobem de tom e acusa-se Braga de estar a reacender a polémica para provocar o Governo e Guimarães, no caso da decisão das Tecnologias em Guimarães, alegando que não se compreendia a contestação bracarense que seria resultado de “meio século de benesses em prejuízo de todo um distrito [...]”. Cf. Rodrigo Felix, «Universidade do Minho. Braga provoca o Governo e Guimarães», *Notícias de Guimarães*, 3 de fevereiro de 1976.
- 117 Veja a título ilustrativo: S.a., «O Rotary voltou a abordar o caso da Universidade», *Diário do Minho*, 3 de janeiro de 1976. Cumpre realçar que nesta altura surge com mais intensidade nos jornais a estranheza pela exclusão de Viana, que teria perdido “o comboio” da Universidade do Minho e começa a pedir-se um instituto politécnico. Cf. S.a., «Ainda o caso da Universidade...do Minho», *Aurora do Lima*, 15 de janeiro, 1976, s.n.
- 118 UMinho-RT, M.L. da Costa Lobo, *Situação do problema de localização da U.M.*, 1976.
- 119 *Despacho 61/76*, 16 de março de 1976, publicado no Diário da República, 2.ª série, 24 de março.
- 120 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º82», 26 de março de 1976; «Acta n.º83», 1 de abril de 1976; «Acta n.º84», 9 de abril de 1976. Note-se que, ainda que se mencione uma reação, essa não é descrita nestes documentos.
- 121 Veja-se sobre Guimarães, entre outras possíveis, as notícias: F. Tavares, «Dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de Cesar», *Unidade Vimaranesense*, 20 de março de 1976; ou Jerónimo Castro, «Ganhem o diabo que os carreguem», *Jornal de Famalicão*, 20 de março de 1976, 3. No caso de Braga: S.a., «A Universidade do Minho é um investimento tão oneroso que um erro de localização é muito grave», *Diário do Minho*, 17 de março de 1976, 1 e 4; ou S.a., «Debate na U.M. com o diretor-Geral do Ensino Superior requer nova reunião em 5 de abril», *Correio do Minho*, 19 de março de 1976, 1 e 4.
- 122 Já a 18 de março havia sido realizada uma reunião entre as forças vivas de Braga, Guimarães, Viana do Castelo e a Reitoria, com a presença de representantes do MEIC, tendo sido proposta nova reunião para 5 de abril. Cf. s.a., «Última hora. Reunião em Braga intenta bloquear decisão do Governo sobre Universidade do Minho», *Unidade Vimaranesense*, 20 de março, 1976.
- 123 Cf. «Notas breves sobre bipolaridade» *apud* ADIM, *O problema da Universidade do Minho dados fundamentais*, 1976, 27-41.
- 124 Cf. UMinho-RT, *Exposição dos discentes da Universidade do Minho e UMinho-RT, Exposição dos representantes dos alunos dos cursos tecnológicos*, [1976].
- 125 Cf. UMinho-RT, *Tomada de Posição de alguns alunos da Universidade do Minho aderentes ao despacho do M.E.I.C., conscientes da sua irreversibilidade e imediata entrada em vigor*, [1976]
- 126 Disso é exemplo a intervenção da ADIM. Sobre isto veja-se a compilação desta matéria produzida pela própria associação: *O problema da localização...*, 1976.
- 127 Cf. UMinho-SMS, *Despacho CI-1594*, 11 de junho de 1976.
- 128 Cf. a título ilustrativo: UMinho-RT, Manuel Joaquim Vieira da Cunha, *Carta ao Reitor*; S.d. [de Fermentões-Guimarães], criticando a posição pública de rejeição do modelo bipolar tomada pelo Reitor; ou o Ofício da Câmara Municipal de Braga, n.º4233, louvando a posição da Comissão e Reitor na defesa da universidade concentrada.

- 129 Trata-se de uma reunião convocada pela Comissão Administrativa da Câmara e pela Unidade Vimaranesense, na qual se discute a questão da localização e se contesta a insistência da CIUM numa universidade concentrada. As conclusões dessa reunião foram enviadas à tutela e ao Reitor da universidade. Cf. UMinho-RT, Câmara Municipal de Guimarães, «Da reunião pública realizada em 6 de julho de 1976 nos claustros da Câmara Municipal de Guimarães», 1976 in Arquivo da UMinho-RT, Câmara Municipal de Guimarães, *Ofício 2779/s à Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 7 de julho, 1976.
- 130 UMinho-RT, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, [*Ofício à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães*], 23 de julho de 1976.
- 131 UMinho-RT, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, *Despacho 77/76*, 17 de julho de 1976.
- 132 Cf. «Universidade do Minho: alguns aspectos da sua instalação referente ao período de 17-09-1075 e 30-07-1976», *apud* UMinho-CIUM, «Acta n.º91», 23 de julho de 1976, 93-114.
- 133 Cf. UMinho-RT, [*Memorando de reunião entre funcionários da Universidade e o Reitor a propósito da localização*], 15 de outubro de 1976. Apesar de não assinado, a análise do documento indicia que o seu autor é o Reitor, Carlos Lloyd Braga.
- 134 Ofício CI-1650/76-5247. Não obstante os esforços desenvolvidos, não nos foi possível localizar este ofício.
- 135 Cf. UMinho-RT, [*Memorando de reunião entre funcionários*], 15 de outubro de 1976.
- 136 Esta resolução só foi posteriormente publicada. Cf. D.R., 1.ª série, n.º300, 20 de dezembro, 1976.
- 137 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º93», 10 de setembro de 1976; «Acta n.º95», 9 de outubro de 1976; «Acta n.º96», 9 de outubro de 1976.
- 138 Cf. UMinho-RT, S.a., [*Memorando de reunião entre funcionários*]...
- 139 Cf. UMinho-RT, S.a., [*Memorando de reunião entre funcionários*]... Sobre o mesmo assunto, o Reitor elaborou também um texto preparatório a apresentar nessa reunião com os funcionários. O documento contém as mesmas informações que depois ficaram registadas no memorando. Cf. UMinho-RT, Carlos Lloyd Braga, [*Texto de preparação da reunião com os funcionários*], 15 de outubro de 1976, 6-7.
- 140 Cf. UMinho-RT, *Texto elaborado a título oficioso pelo Senhor Reitor da Universidade e pelo D.G.E.S.*, s.d. O texto contém o posterior despacho favorável do Secretário de Estado de Ensino Superior J.A. Cruz Silva.
- 141 Cf. UMinho-RT, Carlos Lloyd Braga, [*Texto de preparação da reunião com os funcionários*], 15 de outubro de 1976, 6-7.
- 142 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º97», 10 de outubro de 1975.
- 143 Cf. UMinho-RT, S.a., [*Memorando de reunião entre funcionários*]...
- 144 Este despacho está exarado no documento de compatibilização anteriormente citado, sob a forma manuscrita.
- 145 Em 28-10-1976, os terrenos de Gualtar, com cerca de 20 ha., são formalmente entregues pelo Estado-Maior do Exército à Universidade do Minho. Cf. UMinho-RT, Carlos Lloyd Braga, [*Discurso na entrega dos terrenos de Gualtar*], 28 de outubro de 1976.
- 146 Cf. UMinho-RT, Ofício RT-199/77 (2355) e também ofício 180/77 e ofício RT-70/77. A utilização do Palácio de Vila-Flor concretizou-se depois da realização de obras de adaptação.
- 147 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 16 de janeiro de 2013.

Capítulo 3

Expansão e consolidação

As dinâmicas e os resultados das estratégias de liderança da Universidade refletem ciclos de trabalho em ordem ao seu crescimento e afirmação. Mas como medir esse crescimento, tendo em conta os diversos planos que uma nova universidade tem de enfrentar?

A fileira dos objetivos programáticos incide, sobretudo, na oferta formativa, na valorização dos recursos humanos e institucionais, na capacidade política de intervir na própria orientação dos modelos de organização do ensino superior. A matriz da liderança assenta na experiência e na força de uma geração. A planificação e o espírito de equipa constituem a pedra de toque do governo da Universidade. Os desafios do contexto implicam pontos de viragem em termos de orgânica institucional e de novos desafios impostos pelos ventos da história.

Num processo transversal, as universidades portuguesas são compelidas a uma rotação política ao mesmo tempo que se materializa o desígnio da autonomia. Antecipando alguns destes cenários ou sendo obrigada a adequar-se rapidamente às consequências de outros, a Universidade expande-se e consolida-se. O presente capítulo faz desta matéria o fulcro da sua atenção, lendo e interpretando algumas das principais tendências. A exteriorização política da Universidade e a capacidade estratégica de captação de fundos surgem como alavancas das mudanças que, a prazo, irão ditar um fim de um ciclo.

1 Transição e continuidades no governo da Universidade

1.1 O traçar do novo ciclo: espírito de equipa e planeamento

A análise retrospectiva do governo da Universidade do Minho, entre dezembro de 1973/fevereiro de 1974 e maio de 2002, evidencia algumas características singulares, que se prendem com a natureza das lideranças e dinâmicas das equipas reitorais, que contribuíram para a consolidação da trajetória da instituição durante o período em observação.¹ (Fig.1)

A marca do governo impressa por Lloyd Braga apresentou-se capital quer em termos de presente imediato como em termos de desenvolvimento futuro. A capacidade de liderar e criar uma equipa coesa refletiu-se no envolvimento dos membros efetivos da CIUM na criação dos alicerces da universidade – institucionais, científicos, pedagógicos e culturais – e no desenvolvimento do espírito da instituição, de acordo com as marcas identitárias reputadas como emblemáticas do processo de criação-fundação das universidades novas.

A unanimidade de pensamento sobre a urgência de criar uma universidade consentânea com as exigências do tempo e as especificidades da sociedade portuguesa, contribuiu de forma poderosa para a consolidação do projeto emergente. O mapeamento dos saberes instituído é disso um bom exemplo ao espelhar a capacidade de pensar articuladamente áreas disciplinares e projetos formativos inovadores, a partir de quatro segmentos maiores – Artes e Letras; Direito, Economia e Ciências Sociais; Ciências e Tecnologias; Medicina – em estreita sintonia com a conceção ministerial. A ideia de criar uma universidade completa – e importa sublinhá-lo – configurava-se de fato como uma ideia revolucionária, tendo presente as repartições disciplinares e institucionais dos saberes entre as universidades metropolitanas. Na mesma linha, as dificuldades externas com que se debateu a instituição, no período conturbado que se seguiu à Revolução de abril, acabaram por atuar como fator de reforço em termos de coesão interna – como o evidencia a unanimidade da CIUM em torno do *dossier* mais polémico que marcou o ciclo de instalação da Universidade: a questão da localização e do modelo concentrado de universidade.

Comissão Instaladora ****
 Carlos Lloyd Braga
 17.02.1974 – 07.1980*
 Joaquim Barbosa Romero
 07.1980 a 09.1980 **
 Lúcio Craveiro da Silva***
 09.1981 a 12.1981



Diogo Freitas do Amaral
 (fev 1974 a out 1974)
 Joaquim Barbosa Romero
 (fev 1974 a dez 1981)
 Joaquim Pinto Machado
 (fev 1974 a dez 1981)
 Lúcio Craveiro da Silva

(fev 1974 a dez 1981)
 António Carneiro
 (fev 1974 a fev 1975)
 César Montenegro
 (fev 1974 a nov 1974)

Duarte Vasconcelos
 (fev 1974 a dez 1974)
 Joaquim Santos Simões
 (fev 1975 a dez 1981)
 João Santos Cabral
 (mai 1975 a set 1981)

João Evangelista Loureiro
 (jun 1975 a mar 1979)
 Sérgio Machado dos Santos
 (abr 1979 a dez 1981)

Luís Soares
 (abr 1979 a dez 1981)
 Júlio Barreiros Martins
 (dez 1979 a dez 1981)

José Aguilar Monteiro
 (set 1981 a dez 1981)
 Licínio Chainho Pereira
 (out 1981 a dez 1981)
 José Lopes Nunes
 (out 1981 a dez 1981)

* Carlos Lloyd Braga é nomeado Reitor da Universidade do Minho em 6 de dezembro e toma posse a 17 de dezembro de 1973.
 ** Foi presidente em exercício da CIUM após a saída de Lloyd Braga.
 *** Foi presidente em exercício da CIUM.
 **** A última reunião da CIUM data de 31-12-1981.

Carlos Lloyd Braga dez 1973 – jul 1980	Joaquim Barbosa Romero (Reitor em exercício) jul 1980 – set 1981	Lúcio Craveiro da Silva (Reitor em exercício set.1981 – nov 1981)	João de Deus Pinheiro out 1984 – fev 1985
Vice-reitores Joaquim Barbosa Romero (jan 1980 a jul 1980)* Lúcio Craveiro da Silva (out 1980 a jul 1980)	Vice-reitor Lúcio Craveiro da Silva (22 jul a set 1981)	Reitor eleito nov 1981 – out 1984 Vice-reitores Sérgio Machado dos Santos (mar 1982 a out 1984) João de Deus Pinheiro (mar 1982 a out 1984) Licínio Chainho Pereira (mar 1983 a out 1984)*	Vice-reitores Sérgio Machado dos Santos (jan 1985 a fev 1985)* Licínio Chainho Pereira (jan 1985 a mar 1987)**
Representante do Reitor em Guimarães Júlio Barreiros Martins (20 jan 1979 a jul 1980) *Refira-se, em rigor, que esta data corresponde à delegação de competências e não à de nomeação, da qual não foi possível obter indicações a partir dos despachos reitorais disponíveis nos arquivos consultados.	Delegado do Reitor em Guimarães Júlio Barreiros Martins (25 de jul 1981)* *Não há despacho de exoneração de funções, nos mandatos reitorais seguintes não há nomeações para o cargo.	*Não há despacho de nomeação, a data reporta à atribuição de competências.	*Não há despacho de nomeação, em janeiro de 1985 é feita a atribuição de competências aos dois vice-reitores. Com a saída de João de Deus Pinheiro, é Sérgio Machado dos Santos que assume o cargo de Reitor. **Licínio Chainho Pereira permanece como vice-reitor após a saída de João de Deus Pinheiro.



Sérgio Machado dos Santos fev 1985 – mar 1987 (Reitor em exercício)				Licínio Chainho Pereira jun 1998 – mai 2002			
fev 1985 – mar 1987 (Reitor em exercício)	mar 1987 – abr 1990	abr 1990 – abr 1994	mai 1994 -jun 1998	jun 1998 – mai 2002	jun 1998 – mai 2002	jun 1998 – mai 2002	jun 1998 – mai 2002
Vice-reitor Licínio Chainho Pereira	Vice-reitores Licínio Chainho Pereira (jun 1987 a abr 1990)* José Lopes Nunes (jun 1987 a abr 1990)*	Vice-reitores Licínio Chainho Pereira (jun 1990 a abr 1994) José Lopes Nunes (jun 1990 a abr 1994) Vitor Aguiar e Silva (jun 1990 a abr 1994)	Vice-reitores Licínio Chainho Pereira (jul 1994 a jun 1998) Vitor Aguiar e Silva (jul 1994 a jun 1998) Carlos Bernardo (jul 1994 a jun 1998)	Vice-reitores Vitor Aguiar e Silva (jul 1998 a mai 2002) Carlos Bernardo (jul 1998 a mai 2002) José Vieira (jul 1998 a mai 2002) Cecília Estrela Leão (jul 1998 a mai 2002)	Vice-reitores Vitor Aguiar e Silva (jul 1998 a mai 2002) Carlos Bernardo (jul 1998 a mai 2002) José Vieira (jul 1998 a mai 2002) Cecília Estrela Leão (jul 1998 a mai 2002)	Vice-reitores Vitor Aguiar e Silva (jul 1998 a mai 2002) Carlos Bernardo (jul 1998 a mai 2002) José Vieira (jul 1998 a mai 2002) Cecília Estrela Leão (jul 1998 a mai 2002)	Vice-reitores Vitor Aguiar e Silva (jul 1998 a mai 2002) Carlos Bernardo (jul 1998 a mai 2002) José Vieira (jul 1998 a mai 2002) Cecília Estrela Leão (jul 1998 a mai 2002)
Pró-reitor Joaquim Barbosa Romero (nov 1986 a mar 1987)	Pró-reitores Carlos Bernardo (abr 1987 a abr 1990) António Cabeço Silva (abr 1987 a abr 1990) *Não há despacho de nomeação dos dois vice-reitores. Em junho de 1987 é feita a atribuição de competências.	Pró-reitores Carlos Bernardo (jun 1990 a abr 1994) António Cabeço da Silva (jun 1990 a abr 1994) José Vieira (jun 1990 a abr 1994)	Pró-reitores José Vieira (jul 1994 a jun 1998) Isabel Calado Ferreira (jul 1994 a jun 1998) Mínoo Farhangmehr (nov 1995 a jun 1998)	Pró-reitores Mínoo Farhangmehr (jul 1998 a mai 2002) José Viriato Capela (jul 1998 a set 2000) Leandro Almeida (set 2000 a maio 2002) António Guimarães Rodrigues (fev 2001 a nov 2001)	Pró-reitores Mínoo Farhangmehr (jul 1998 a mai 2002) José Viriato Capela (jul 1998 a set 2000) Leandro Almeida (set 2000 a maio 2002) António Guimarães Rodrigues (fev 2001 a nov 2001)	Pró-reitores Mínoo Farhangmehr (jul 1998 a mai 2002) José Viriato Capela (jul 1998 a set 2000) Leandro Almeida (set 2000 a maio 2002) António Guimarães Rodrigues (fev 2001 a nov 2001)	Pró-reitores Mínoo Farhangmehr (jul 1998 a mai 2002) José Viriato Capela (jul 1998 a set 2000) Leandro Almeida (set 2000 a maio 2002) António Guimarães Rodrigues (fev 2001 a nov 2001)

Fig. 1 - Equipas reitorais da Universidade do Minho, dez 1973/fev 1974 a maio 2002 - Fonte: Actas da Comissão Instaladora e Despachos reitorais. Elaboração própria

O legado da equipa fundadora converteu-se numa *mais valia* no ciclo de expansão da instituição. Em larga medida, porque as equipas reitorais ulteriores se apresentaram em continuidade com o espírito do governo inaugural – de que, aliás, foram parte, em maior ou menor grau. Em simultâneo, partilhavam um passado identitário comum, construído a partir de sedimentos vários, sinalizados pelas figuras de Veiga Simão, na qualidade de símbolo universitário, e de Lloyd Braga – Barbosa Romero, como professores fundadores. A uni-los a experiência da Universidade de Lourenço Marques: instituição que protagonizou o ideal da universidade moderna, na perspetiva dos seus criadores, edificada a partir de referentes de excelência internacionais e que se converteu num dos fundamentos identitários maiores da universidade.

Competiu à equipa liderada por Lúcio Craveiro da Silva operar a passagem para o ciclo de crescimento. E realizaram-no, ampliando o projeto da universidade emergente e criando novos horizontes de sustentação. A publicação do estudo *Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo* é disso um bom exemplo.² O relatório, datado de 1982, corporizou o programa de ação a desenvolver no horizonte de dez anos, de acordo com oito linhas de força programáticas: “a expansão física e humana; a diversificação dos cursos oferecidos; o reforço da investigação científica e tecnológica; a institucionalização do diálogo UM-Região; a ampliação das estruturas de apoio social e escolar; a obtenção de fontes de financiamento complementares; a racionalização sistemática da gestão científica, pedagógica e administrativa; o incentivo às atividades editoriais científico-pedagógicas.”³ O argumento base justificativo e legitimador do projeto de expansão residia no potencial demográfico e económico da região, na esteira do relatório do GEPAE (1973). Foram autores do relatório programático os vice-reitores de Lúcio Craveiro da Silva – Sérgio Machado dos Santos e João de Deus Pinheiro – e o presidente do Conselho Científico da Universidade (CCU), Licínio Chainho Pereira, elemento que anuncia a equipa de trabalho futura, que encontra, no planeamento estratégico, a orientação do governo universitário. Note-se que os professores mencionados serão os reitores da Universidade até 2002, de acordo com o pacto de poder que celebram e em que fixam a ordem de sucessão.⁴ O projeto foi sancionado por Lúcio Craveiro da Silva, segundo testemunho do próprio.⁵

“Em Portugal não havia tradição de planeamento estratégico [nas universidades]. Tipicamente, a ideia era que as ‘coisas se iam fazendo’, falava-se com o ministro A ou B, ou com o primeiro ministro, não existindo a prática de elaboração de dossiers e bons projetos. Na Universidade do Minho, desde o início, foram adotadas outras práticas e procedimentos. (...) Lloyd Braga conseguiu instigar em todos nós [aqueles que constituíam o núcleo duro do governo da Universidade] o espírito de equipa, o hábito de planear com rigor o dossier (...) a tal ponto que essa cultura se foi implementando, desde o início.”⁶

A equipa recém-investida pelo Reitor eleito, Lúcio Craveiro da Silva, apresentava-se singular. Era composta por jovens catedráticos, pertencentes às Ciências da Engenharia e da Física, de idade inferior a 40 anos, que constituíam, para todos os efeitos, exceções brilhantes, potenciadas pelo tempo histórico.⁷ A dirigi-la um professor de vasta cultura humanista, que reunia qualidades ímpares de sabedoria, tolerância e horizontes largos.⁸

1.2

O horizonte da perspetiva e a força da geração

Sérgio Machado dos Santos (Rio de Janeiro, 1944), João de Deus Pinheiro (Lisboa, 1945) e, a breve trecho, Chainho Pereira (Grândola, 1939) eram representantes, do que designamos por segundo segmento geracional de professores da Universidade de Lourenço Marques. O mesmo é dizer: grupo de jovens licenciados de mérito escolar que encontraram na ida para Moçambique (ou Angola) a possibilidade de ingressar na carreira universitária.⁹ Usufruíam de condições de trabalho positivas, materializadas na possibilidade de realizarem estudos de doutoramento num centro universitário internacional de referência e boas hipóteses de progressão acelerada de carreira.¹⁰

O testemunho de Machado dos Santos é elucidativo do significado que atribui à Universidade de Lourenço Marques na sua trajetória profissional:

“Terminei o curso em 1968, na Universidade do Porto. O curso de Engenharia era, na altura, de seis anos, muito pré-Bolonha. Terminei com uma média muito alta, com 18 valores. [...] Fiz o estágio de curso na EFACEC e acabei por ser contratado pela empresa, no final da licenciatura. Foi, então, que o professor Carlos Carvalho, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que se encontrava então a chefiar o Departamento de Engenharia Eletrotécnica, da Universidade de Lourenço Marques, me contactou e me convidou a ingressar na carreira académica, em Moçambique. Estava, portanto, na EFACEC, mas em vias de ingressar no serviço militar, uma vez que tinha pedido adiamento. O processo [burocrático] em Lourenço Marques atrasou-se um bocadinho e cheguei a estar uma semana em Mafra...

Fui em setembro de 1969 para um Departamento que tinha muitos poucos docentes e vários colaboradores – muitos dos quais se encontravam a cumprir o serviço militar, acumulando funções de docência universitária, como era, aliás, o caso do professor Carlos Carvalho. Conhecia mal, na altura, as funções de um docente universitário, principalmente de um 2º assistente, como se designava então, de modo que não estranhei a carga de trabalho que me foi atribuída: três disciplinas, relativas aos anos terminais, em duas áreas de especialidade: eletrotécnica e comunicações. A carga docente incluía a lecionação completa, compreendendo aulas teóricas, aulas teórico-práticas e práticas, num total de 24 horas semanais. Não dispunha

de qualquer material-base preparado. Tive, por conseguinte, de preparar tudo. Dispunha, no entanto de muito equipamento: nas instalações do Departamento de Eletrotécnica encontravam-se muitos caixotes de equipamento, o mais moderno da altura, que desconhecia por completo. Tinha sido encomendado pelo professor Pereira de Melo que entrara em licença de doutoramento e que não chegou a ter tempo para desempacotar o material. [...] No ano seguinte, o professor Carlos Carvalho regressou à metrópole e fui indigitado diretor do Departamento, apesar de ser apenas 2º assistente, pois era o único professor em full-time de Eletrotecnia. Foi então que me apercebi do excesso de carga docente, sobretudo por comparação a outros, mas fiquei preparado para o resto da vida. O curso de Engenharia de 6 anos representou, igualmente, uma excelente formação-base: os preparatórios de Matemática e Física eram profundos e estruturadores do pensamento e do trabalho.

Estive apenas dois anos na Universidade de Lourenço Marques. O professor Veiga Simão implementara uma política de valorização do pessoal docente, apoiada num programa intensivo de bolsas de doutoramento, que se traduzia no envio dos docentes para centros de investigação nos Estados Unidos e na Europa. Tipicamente, as pessoas conseguiam, no termo do 2º ou 3º ano de docência em full-time, obter licença para realizarem o doutoramento no exterior. Em paralelo, o professor Veiga Simão conseguia mobilizar bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian de forma a apoiar, materialmente, a equiparação a bolseiro, concedida pela ULM. Foi assim que, ao fim de dois anos de trabalho, fui para Manchester, para a UMIST [University of Manchester Institute of Science and Technology], frequentando primeiro o mestrado e a seguir o doutoramento [iniciado em 1971-1972].”¹¹

A política de investigação conheceu um desenvolvimento considerável, através da criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica (JNICT). Instituída em 1967, a JNICT protagonizou o “*conceito de política científica*” pela primeira vez no País, no concernente à fixação de uma política de coordenação da ciência e da inovação, articulando centros de pesquisa e laboratórios (estatais e privados) e universidades e empresas. A criação do organismo correspondeu ao desaguar de iniciativas relacionadas com a política desenvolvimentista, lançada na viragem dos anos 50 e 60.¹² Uma vez mais, o impulso de organismos internacionais, sobretudo da OCDE e da NASA, contribuiu de forma decisiva para acionar políticas e programas de desenvolvimento assentes na educação, ciência e investigação. Nestas circunstâncias, as possibilidades de financiamento de programas de doutoramento em universidades estrangeiras cresceram, mediante o pacote de bolsas concedidas por organismos internacionais, designadamente pela NATO e pela Fundação Calouste Gulbenkian, ao mesmo tempo que se consolidava a política de formação e investigação no campo das tecnologias.¹³

O ingresso nas universidades ultramarinas oferecia uma vantagem

complementar: a possibilidade dos assistentes de carreira adiarem a incorporação militar até aos 30 anos, caso enveredassem pelo doutoramento.¹⁴

O testemunho de Carlos Bernardo (Lisboa, 1946) é expressivo da carga que recaía sobre os jovens da sua geração em face do espetro da guerra colonial e da inevitabilidade de participação no conflito – excluindo as situações limite representadas pelo combate político, pela fuga e o exílio do país.

“Quando estava no Técnico [IST], Portugal confrontava-se com uma guerra [a guerra colonial], facto que representou algo muito importante para a minha geração. Hoje não se percebe isso, mas naquele tempo foi extremamente marcante e se calhar foi a condição necessária para o 25 de Abril. ‘Vivíamos com a guerra em cima da cabeça’, e havia uma coisa chamada ‘adiamento até ao fim do curso, que seria um algoritmo que era normalmente N+1, sendo que N era o nº de anos normal do curso. Isso era traduzível na obtenção de um registo de matrícula, que se entregava no Distrito de Recrutamento Militar respetivo (DRM) [...]. Normalmente era dado o deferimento tácito. O que significava adiar a incorporação por um ano letivo, era um processo anual. Se algum se portasse mal, e portar-se mal era dizer qualquer coisa contra o regime, não lhe davam a renovação. Havia a incorporação e se calhar, se a pessoa se portasse mesmo muito mal, até ia parar ao pior teatro de guerra na altura, que era a Guiné [...]. Isto era o enquadramento dos jovens da minha geração.”¹⁵

A hipótese de adiamento possibilitada pelo doutoramento era, com efeito, um cenário perseguido pelos bons alunos universitários, em número manifestamente reduzido, num horizonte que se apresentava, para todos os efeitos, complexo e trabalhoso. Veja-se o exemplo da Escola de Engenharia de Lisboa, retomando o testemunho de Carlos Bernardo: “*no Técnico era muito complicado ter média de 16, porque havia uns professores que teimavam em não dar mais que 10 aos melhores alunos. Portanto, só mesmo os geniozinhos tinham média de 16 e os hiper génios 17. Eu por acaso acabei com média de 15 e portanto [à partida, não teria essa vantagem].*” Porém, como refere, Veiga Simão conseguiu obter, junto ao ministro de Guerra, a dispensa automática do serviço militar dos assistentes da Universidade de Lourenço Marques até aos 30 anos de idade, para efeitos de doutoramento. Essa prerrogativa beneficiou João de Deus Pinheiro e o próprio Carlos Bernardo, para além de outros jovens universitários pertencentes, nomeadamente, ao terceiro segmento geracional de professores (e investigadores) da Universidade de Lourenço Marques, segmento composto por estudantes aí licenciados, de que são exemplo António Guimarães Rodrigues (Lourenço Marques, 1950), Carlos Couto (Lourenço Marques, 1950) e Graciete Dias (Lourenço Marques, 1950). Outros eram oriundos da metrópole.

A experiência da Universidade de Lourenço Marques representou para o grupo de

professores que se reencontrou na Universidade do Minho um forte esteio identitário, base da cultura universitária que usufruíram, assente em sedimentos plurais. Estes sedimentos correspondiam, por um lado, aos legados das instituições universitárias de origem – filiados no IST/Universidade Técnica de Lisboa e na FEUP/Universidade do Porto, entre os licenciados em engenharias –, e, por outro lado, às experiências partilhadas na Universidade e cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), a que se somava a proximidade influente da África do Sul, com ramificações nas universidades anglo-saxónicas, onde realizaram os estudos de pós-graduação.

Para a maioria dos professores compreendidos no segundo segmento de professores da Universidade de Lourenço Marques, a experiência africana correspondeu a um período de forte investimento profissional. Sérgio Machado dos Santos recorda, na linha do excerto atrás reproduzido, o trabalho árduo dos dois primeiros anos em razão do elevado número de disciplinas de que era responsável, da atualização científica exigida em alguns domínios científicos perante o atraso verificado nos estudos metropolitanos, acrescido pelo trabalho administrativo e de gestão ... Porém, no 3º ano de estadia na universidade rumava, enfim, para Inglaterra, concentrando-se exclusivamente na investigação.

“Foi uma boa experiência do ponto de vista docente, do ponto de vista da gestão de um departamento. [Tive a oportunidade] de trabalhar com pessoas muitos marcantes, duas das quais estiveram também presentes na Universidade do Minho. Na altura, quem presidia à Escola de Engenharia era o professor Barreiros Martins e o outro elemento preponderante era o professor Romero de Magalhães, que o substituiu, no ano seguinte, na presidência. Foi com eles que eu comecei a trabalhar, em reuniões na reitoria, a partir do [meu] 2º ano, quando os departamentos reuniam com o Reitor – inicialmente, com o professor Veiga Simão, logo a seguir com o professor Victor Crespo, que o sucedeu no cargo, aquando da sua nomeação para Ministro da Educação Nacional. Foi uma grande experiência.”¹⁶

A experiência africana apresentou-se rica e diversificada. Lloyd Braga, na cerimónia de despedida da ULM, sublinhou expressivamente a duração da estadia como fator propiciador da ligação ao espírito de Moçambique. Chainho Pereira realçou, em especial, o sentimento de que “*tínhamos espaço e sentíamos que tínhamos oportunidades. Não estávamos em competição por um lugar.*”¹⁷ Por seu turno, Júlio Barreiros Martins (Alcanena, 1930) experienciou uma vivência profunda e intensa em África, em razão do projeto familiar e profissional que alimentou e que o conduziu a Moçambique, em meados dos anos 50 – época áurea da migração portuguesa para as colónias, em especial Angola e Moçambique, registada entre o pós II Guerra Mundial e os anos 60.¹⁸ Engenheiro do Laboratório de Ensaios de Materiais e de Mecânica do Solo, de Moçambique (LEMMS), entre 1957 a 1968, no Serviço de Sondagens e Fundações, colaborou ativamente com Veiga Simão, na consolidação dos Estudos

Gerais de Moçambique e na elevação do estabelecimento de ensino em Universidade de Lourenço Marques – na sequência de estudos de pós-graduação que realizou em Londres que o conduziram a professor extraordinário da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, contratado pela Universidade de Lourenço Marques.¹⁹ Para Luís Soares (Ponte da Barca, 1946), a opção por África, como docente da Universidade de Luanda, foi ditada, em larga medida, pelo “*grau de liberdade, pela capacidade de poder ensaiar, de fazer coisas novas*”, implícito ao espírito da instituição em formação. Em simultâneo, evocou o legado de professores que contribuíram para alimentar essa cultura de autonomia e de inovação:

“[Alguns professores das Faculdades de Ciências e de Engenharia da Universidade do Porto] tinham muito a perceção que as coisas deveriam mudar e, portanto, encorajaram os mais novos a fazerem coisas diferentes... e isso correspondeu àquilo que eu gostava de fazer... Quer dizer, eu não gostava de estar num sítio onde houvesse uma hierarquia muito pesada [...] em que se se quisesse fazer mudanças, tivesse de embater contra um muro de resistência”.²⁰

Para um terceiro grupo de professores, nascidos em Moçambique, licenciados e professores da Universidade de Lourenço Marques, na qualidade de assistentes ou investigadores, a opção e a escolha pela Universidade do Minho foi motivada por razões plurais, na esteira do clima de guerra instalado após a declaração da independência que coartou, largamente, os respetivos projetos de vida.²¹

Em termos do conjunto composto por professores, técnicos e funcionários oriundo da Universidade de Lourenço Marques, que se instalou na Universidade do Minho, por volta de 1975, o legado referencial, prestigiante e legitimador da instituição de origem manteve-se vivo.²² Primeiro através da figura, mais ou menos mítica, do professor Veiga Simão, atualizada pelo espírito de liderança, trabalho e empatia de Carlos Lloyd Braga, coadjuvado pelas qualidades reflexivas de Barbosa Romero, professores e símbolos da fundação da Universidade do Minho. A suposta linha de continuidade que ligaria Lourenço Marques a Braga e a Guimarães transmuta-se na marcada identidade reivindicada pelos líderes da equipa governativa dos anos 80 e 90: não é apenas a longevidade do mandato do reitorado de Machado dos Santos que se afigura distintivo ou surpreendente ao totalizar cerca de 13 anos – como o próprio refere, na época há exemplo de outras figuras que se conservaram à frente dos destinos de instituições do ensino superior, por dois e três mandatos. O que se evidencia singular é a capacidade de atrair novos membros que robustecem a liderança e a solidez do projeto da universidade, como o testemunha a entrada em cena de novos vice-reitores, que sinalizam a expansão e a complexificação da dinâmica da instituição: José Eduardo Lopes Nunes (Nova Lisboa, 1929), Vítor Aguiar e Silva (Penalva do Castelo, 1939) e Carlos Bernardo (Lisboa, 1946).

Mesa eleitoral / Composição	Colégio eleitoral	Resultados Eleitorais
Presidência da Mesa Eleitoral Lúcio Craveiro da Silva (reitor em exercício)	Composto por 86 membros	1ª Eleição verificou-se não existirem três candidatos com pelo menos quarenta por cento dos votos expressos, o que obrigou à realização de uma segunda volta entre os seis candidatos mais votados.
Representante do Corpo Docente Júlio Barreiros Martins Presidente da Associação Académica Cacilda Maria Lima de Moura Funcionário Mais Antigo Afonso da Costa Ferreira Consultor Jurídico Amadeu António Pereira Carvalho	Presentes 82 membros	2ª Volta distribuição dos votos pelos 6 candidatos Lúcio Craveiro da Silva 75 votos José Eduardo Lopes Nunes 59 votos João Evangelista de Jesus Simão 37 votos João de Deus Rogado Salvador Pinheiro 28 votos Sérgio Machados dos Santos 28 votos Abílio Lima de Carvalho 17 votos

Fig. 2 - Resultados da eleição de Lúcio Craveiro da Silva, 25 de novembro de 1981

Fonte: Maria Francisca Xavier, "Eleição do Reitor da Universidade do Minho", *Boletim Informativo Universidade do Minho – Serviço de Imprensa*, Set/Mar, nº 1, 10 de fevereiro de 1982, 5-6.

1.3

Separando águas: o poder da liderança humanista

Desinteligências com o ministro da Educação e da Ciência, Victor Crespo, estiveram na base do afastamento do Reitor Carlos Lloyd Braga, em julho de 1980, que regressou a Lisboa para ocupar a presidência da Comissão Instaladora da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.²³ Seguindo os trâmites legais, Barbosa Romero foi chamado a desempenhar o cargo de Reitor em exercício (e cumulativamente presidente da CIUM), na condição de vice-reitor e de professor catedrático mais antigo da casa. O ministro da tutela recusar-se-á, contudo, a investi-lo no lugar, por desentendimentos que remontam aos tempos da Universidade de Lourenço Marques.²⁴ Retirado o professor que se configurava como candidato natural a Reitor, pelos créditos reunidos enquanto ideólogo da universidade de projetos, construtor da equipa docente da instituição e primeiro catedrático da casa, caberá a Lúcio Craveiro da Silva ocupar o lugar vacante de Reitor em exercício, na qualidade de vice-reitor e membro inaugural da CIUM.²⁵

Num curto espaço de tempo, a Universidade do Minho debateu-se com o afastamento de dois dos seus símbolos fundadores, figuras emblemáticas, ainda que distintas (provavelmente complementares), dos tempos inaugurais.

O *terminus* oficial do ciclo de instalação da Universidade do Minho aproximava-se do fim (uma vez esgotados os dois mandatos previstos na lei), competindo ao ministro da Educação e Ciência, a nomeação do Reitor, encarregado de liderar a entrada no ciclo de expansão e desenvolvimento. Frustradas as diligências ministeriais no sentido de colocar professores da sua confiança no lugar – salientando-se o convite dirigido a José Eduardo Lopes Nunes que recusou –, a escolha acabou por recair no

Reitor em exercício.²⁶

Lúcio Craveiro da Silva (Tortosendo, 1914) exigiu como condição para aceitar o lugar, a consulta da academia, vindo a tornar-se no primeiro Reitor eleito da universidade portuguesa. O ato eleitoral realizou-se a 25 de novembro de 1981 e consistiu, de acordo com o enunciado legal, na eleição de três catedráticos a integrar a lista tríplice dos professores mais votados, ordenada por ordem alfabética, a ser presente ao ministro da Educação e Universidades, a quem competia a escolha do Reitor da Universidade do Minho.²⁷ (Fig.2)

Os resultados eleitorais evidenciam uma dispersão considerável na primeira volta, o que se afigurava normal tendo em conta o perfil da eleição, em que intervieram representantes dos corpos da academia. A segunda volta, centrada nos 6 candidatos mais votados, assegurou o primeiro lugar ao Reitor em exercício, com uma maioria alargada, na ordem dos 87% dos votos. O segundo e o terceiro lugares recaíram em professores que tinham uma ligação mais ténue ao governo da Universidade. José Eduardo Lopes Nunes, professor de Geologia, membro da CIUM, na sua fase final, o candidato de primeira escolha do ministro, congregou uma votação expressiva (68,6% dos votos), seguido, com alguma distância, por João Evangelista de Jesus Simão, professor de Química (43%) – manifestação da influência do núcleo das Ciências na universidade emergente.²⁸ Os dois candidatos seguintes eram professores catedráticos, bastante mais jovens, que espelhavam proximidade ao governo cessante da universidade, pelo exercício de cargos: Machado dos Santos, presidente do CCU e vogal da CIUM, e João de Deus Pinheiro, coordenador do GEID. O último dos candidatos, Abílio Lima de Carvalho, era professor responsável pelas Ciências Sociais, área de saber que gozava de um menor protagonismo junto aos órgãos da instituição.²⁹

A eleição de Craveiro da Silva denotou um consenso esmagador e alargado da academia no candidato que protagonizava a continuidade com o passado recente da instituição. Como contraponto, saliente-se que a votação não deixou de dar visibilidade ao leque de saberes plurais que estruturavam a Universidade, sintoma do reconhecimento efetivo que a orgânica institucional possibilitava, não obstante o protagonismo das Ciências e das Tecnologias patenteado nos resultados eleitorais.³⁰ A aposta em Craveiro da Silva (em rigor, nas qualidades de liderança humanista, que caracterizavam o seu perfil de intervenção) adequava-se às necessidades da conjuntura então presente, traduzidas na exigência de construir equilíbrios favoráveis à expansão da universidade – apesar das tensões, dos conflitos e das relações de força polarizadas que permeavam a instituição.³¹

“Felizmente, e é isso que muito me conforta, não estou só. Pela primeira vez, a comunidade universitária foi ouvida na nomeação do seu Reitor, e alegre-me particularmente que, na linha da reconquista da autonomia por que anseiam as universidades, a Universidade do Minho, como noutras

realizações, tenha sido a primeira. É aspeto frisante que me compraz sublinhar. Mas a mim particularmente comoveu-me que a quase totalidade dos representantes desta Instituição me tenha proposto para este lugar juntamente com dois colegas que muito prezo. Este facto vai exigir de mim maior responsabilidade e dedicação, é certo, mas alivia-me profundamente pensar que estes votos são juntamente promessas de ajuda e de cooperação.”³²

Por último, o candidato pacificador, símbolo da continuidade mas também símbolo da ligação à cidade e à Igreja, corporizou o elo de passagem entre a equipa inaugural cessante e a futura equipa reitoral. Craveiro da Silva ao convocar e nomear João de Deus Pinheiro e Sérgio Machado dos Santos para vice-reitores do seu governo – contrariando o desígnio do ministro Victor Crespo – fez uma escolha.³³ Seguindo as suas palavras, motivado pela criação de um governo que “*não pode atender a considerações pessoais, mas sim às necessidades da própria Universidade, esta equipa vai-se constituindo na medida destas necessidades e ao ritmo das suas exigências.*” Para além da linearidade de sentido que o enunciado discursivo sugere, a opção de Lúcio Craveiro da Silva evidenciou a escolha no segmento de catedráticos mais jovem, possivelmente por ser aquele que oferecia, à partida, garantias mais sólidas de continuidade e expansão do projeto – pela experiência intensa de gestão, pelo domínio alargado dos *dossiers* emblemáticos da expansão que se abria à Universidade, pelo conhecimento da academia e reconhecimento interpares, a que se somavam qualidades invulgares de antecipação e de construção de horizontes possíveis. Ou, dito de outro modo, parafraseando Sérgio Machado dos Santos: conceber e agilizar a(s) dinâmica(s) da universidade a partir duma visão política e estratégica.

A nomeação dos vice-reitores foi acompanhada pela recomposição da liderança dos órgãos da gestão científica e pedagógica da Universidade. Licínio Chainho Pereira foi eleito à segunda volta presidente do CCU, substituindo Machado dos Santos. A votação atingida por Sérgio Machados dos Santos, na penúltima eleição do órgão, era expressiva do reconhecimento e do poder de influência que usufruía junto ao corpo docente, com assento no CCU.³⁴ A presidência do Conselho Pedagógico da Universidade (CPU), por seu turno, recaiu em João Evangelista, eleito à segunda volta, por maioria dos votos, seguido por Luís Soares.³⁵ Outras alterações tiveram, entretanto, lugar que afastaram temporariamente Luís Soares e Chainho Pereira da instituição.³⁶ (Fig.3)

1.4 A exteriorização política e o reforço da capacidade

Os primeiros anos da década de 80 atestam sinais de crescimento da instituição. A oferta formativa evidencia plena recetividade: a totalidade das vagas a concurso é



Fig. 3 · Cerimónia de posse dos vice-reitores da equipa de Lúcio Craveiro da Silva, 4 de março de 1982, João de Deus Pinheiro e Sérgio Machado dos Santos · Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

preenchida; os pedidos de transferência são superiores aos lugares disponíveis. A abertura dos primeiros mestrados, nas áreas da Informática, Educação e Engenharia Têxtil, sinaliza a capacidade da instituição acompanhar os desenvolvimentos que atravessam a estrutura do ensino universitário nacional. Em paralelo iniciam-se os programas de doutoramento em Ciências da Educação, Ciências da Engenharia e Relações Internacionais, reflexo da política de formação docente traçada pelo CCU, desde os primórdios da instituição. O *Relatório de Actividades de 1983* indica como estrangulamento maior da Universidade o problema das instalações definitivas.³⁷ Os trabalhos registam uma delonga de quatro anos por fatores alheios à Reitoria. A falta de autonomia e a deficiente agilização dos procedimentos técnicos e administrativos são apontados como fatores responsáveis. No ano seguinte, a Universidade vê-se obrigada a reduzir o *numerus clausus* de todos os cursos – de 30 para 25 vagas – por falta de condições físicas para alojar as atividades letivas.

Terminado o mandato de Craveiro da Silva por ter atingido o limite de idade, em outubro de 1984 João de Deus Pinheiro é eleito Reitor, contando 39 anos de idade – na sequência, recorde-se, do pacto celebrado com os colegas de equipa.³⁸ A escolha afigura-se compreensível, atendendo ao potencial esperado da sua eleição como Reitor no aceleramento do processo de consolidação da Universidade. Com efeito, Deus Pinheiro evidenciava uma trajetória científica e académica análoga à dos seus

colegas de equipa.³⁹ Era o seu capital político que o distinguiu, com expressão no exercício de cargos políticos, a denotar a influência ao nível do segmento governamental.⁴⁰ A sua experiência à frente dos destinos da Universidade será contudo breve, ao aceitar, logo em fevereiro do ano imediato, a pasta da Educação⁴¹ – seguindo a sugestão do Reitor cessante que o aconselhou a ir para ministro “*por ser bom para si e para a universidade.*”⁴²

“[A escolha de João de Deus como sucessor de Craveiro da Silva] teve muito a ver com o seu protagonismo. Era a pessoa que, nessa altura, podia melhor conduzir a Universidade, dentro do enquadramento nacional e resolver os problemas existentes, nomeadamente o célebre dossier das instalações de que se falava desde a Comissão Instaladora e o problema é que já lá iam ... 10 anos [e as instalações não avançavam] no terreno. João de Deus Pinheiro era a pessoa que poderia mais facilmente fazer isso... mas com total consenso entre nós, sem qualquer problema.”⁴³

Machado dos Santos foi chamado ao exercício interino da Reitoria, cumprindo mandato, entre fevereiro de 1985 e março 1987.⁴⁴ Chainho Pereira manteve-se na vice-reitoria, conservando os pelouros de ação: Serviços Sociais, Serviços Académicos, planeamento e gestão de espaços, Centro de Informática, Unidade de Reprografia e Publicações.⁴⁵ A equipa foi alargada, no ano seguinte, pela integração de Joaquim Barbosa Romero na qualidade de pró-reitor, no âmbito da presidência do Senado que lhe foi atribuída, órgão responsável pela política de planeamento e desenvolvimento a médio prazo da Universidade.⁴⁶ O convite dirigido a Barbosa Romero correspondeu à satisfação de uma promessa antiga, que remonta ao tempo de Deus Pinheiro. O testemunho de Machado dos Santos é esclarecedor das razões do seu regresso à equipa reitoral e dos desenvolvimentos posteriores que marcaram as eleições a Reitor, de 1987:

“Em finais de 1984, quando foi perspectivada a candidatura de João de Deus [Pinheiro], este decide candidatar-se como candidato único, o que excluía o professor Barbosa Romero, tido por sucessor natural do professor Lúcio [Craveiro da Silva] ... Deus Pinheiro teve de gerir essa situação e deixou a promessa: ‘quando criarmos o Senado, o senhor preside ao órgão’. Eu mantive esse compromisso (o projeto de criação a título experimental do Senado já existia, mas acabou por ser criado só em 1985, já eu era reitor).

[E assim aconteceu. O professor Barbosa Romero foi nomeado presidente do primeiro Senado.] Passados dois anos ... constatei a impossibilidade. [O] Senado era o órgão fundamental para as questões de planeamento estratégico e, passados dois anos, nada havia sido definido em termos estratégicos. Por isso tomei a decisão de candidatar-me e comuniquei essa decisão ao professor Barbosa Romero.

A eleição [de 1987] acabou por ser um desastre para o professor Barbosa

Romero, que obteve um terço dos votos. Compensei-o o mais possível. Aliás, o professor Romero foi condecorado com a Grão Cruz da Instrução Pública, por minha proposta ... Fui eu que lhe impus a insígnia, por delegação do Presidente da República, em cerimónia realizada no Salão Medieval, em junho.

A dinâmica do professor Barbosa Romero não era compatível com a dinâmica da Universidade. O professor Romero era uma excelente pessoa, um excelente organizador, mas com o seu timing ... Em 1987, assumo a presidência. Sou eleito, tomo posse, assumo a presidência do Senado, de acordo com o meu programa eleitoral, e lanço toda a questão no Senado. Acabei por receber o apoio total do órgão. Mas foi o dossier mais difícil dessa altura.”⁴⁷

A lista de apoiantes da candidatura de Barbosa Romero era expressiva da exiguidade dos apoios da academia, em especial do corpo docente.⁴⁸ A universidade vivia ritmos de expansão que impunham dinâmicas exigentes em termos de planeamento e antecipação estratégica – o elenco dos apoiantes do Reitor em exercício era sintomático do desequilíbrio das candidaturas em jogo fazendo prever o resultado final.⁴⁹

A equipa reitoral registava algumas novas entradas. A representação disciplinar versava, como habitual, as Ciências e as Engenharias. A título de curiosidade registase que todos os membros atestavam o vínculo à Universidade de Lourenço Marques. Chainho Pereira conservava-se à frente dos pelouros habituais, acrescentando os domínios de cooperação em investigação e desenvolvimento e da internacionalização do ensino (Erasmus).⁵⁰ José Eduardo Lopes Nunes estreava-se no vice-reitorado, sendo responsável pelos pelouros do planeamento da investigação científica e da formação do pessoal docente, os estágios integrados das licenciaturas em ensino, entre as áreas de intervenção mais relevantes.⁵¹ Carlos Bernardo e António Cabeço da Silva correspondiam igualmente a novos elementos da equipa, na qualidade de pró-reitores. Ao primeiro foi atribuído a coordenação do GID e a vistoria de empreitadas.⁵² Ao segundo foi entregue a responsabilidade da gestão dos serviços do polo de Guimarães, na qualidade Delegado do Reitor em Guimarães.⁵³

As alterações no governo da Universidade do Minho apresentaram-se manifestamente positivas, tal como esperado. Refletiram-se no encerramento de diligências, anteriores ainda ao reitorado de Craveiro da Silva, como na prossecução das linhas de força, delineadas no quadro da agenda do desenvolvimento programático e prospetivo da Universidade do Minho, lançada, como referimos, no arranque da equipa, nos inícios de 1982.⁵⁴

Os anos de 1985, 1986 e 1987 espelharam importantes conquistas. Destacam-se o início das obras de construção das instalações definitivas, em Guimarães: a cerimónia de bênção e lançamento da primeira pedra teve lugar a 24 de novembro de 1985 e contou com a presença do primeiro-ministro, ministro da Educação, Deus Pinheiro,



Fig. 4
Cerimónia de lançamento da 1ª Pedra do
Campus de Azurém, 24 de novembro de
1985

Fonte: José Manuel Vieira, arquivo particular

Fig. 5
Cerimónia de lançamento da 1ª Pedra do
Campus de Gualtar, 22 de março de 1986

Fonte: José Manuel Vieira, arquivo particular

a par de outros representantes do Governo e de figuras civis e religiosas do distrito. (Figs. 4 e 5)

Ao mesmo tempo, avançavam os trabalhos de projeto para Gualtar (1ª fase Complexo Pedagógico, Refeitório, Biblioteca e unidades científico-pedagógicas) – tendo sido tecido um especial agradecimento ao Ministério da Educação na concretização dos projetos de instalações definitivas, particularmente ao diretor geral do Equipamento Educativo. No ano seguinte, a cerimónia de bênção e lançamento da primeira pedra em Gualtar (22 de março de 1986) espelhava a dinâmica registada, finalmente, do processo das instalações definitivas: em 1992 esperava-se concluído a 1ª fase das obras do Complexo Pedagógico. Os avanços da autonomia universitária refletiam-se nas aprovações dos projetos de instalações das unidades de Educação, Economia e Gestão, Ciências Sociais e Letras e Artes. O reforço dos investimentos, em 1987, permitiu o avanço das obras e adjudicação de novas empreitadas (CIFOP, Convento dos Congregados) – sintoma do acolhimento eficiente e concertado que os *dossiers* da Universidade encontravam junto do Governo e dos ministérios da tutela e do reconhecimento das capacidades de gestão estratégica do Reitor, nos projetos de desenvolvimento do parque universitário nacional.

“Bom, portanto, aquando da primeira empreitada, em 1985, era ministro da Educação João de Deus Pinheiro ... os secretários de estado do Ensino Superior da altura eram figuras próximas – professor Pinto Machado, professor Virgílio Meira Soares ...- pessoas que conhecíamos bem e que conheciam bem os nossos dossiers. Não quer dizer que nos dessem prioridade, mas apenas que não nos relegaram ... Por conseguinte, permitiram, dentro da dinâmica que lançámos, começar a ter verbas para investir [no parque universitário]. Quando surgiu o FEDER, com as suas regras, a maior parte das instituições [universitárias] não estava preparada, pois não tinha uma política de planeamento estratégico... [Essa ausência] foi particularmente visível no PRODEP2, que correspondeu à época [áurea dos equipamentos]. Nessa altura, foi constituída uma comissão, a chamada ‘Comissão Estratégica para Acompanhamento do PRODEP’, onde se encontravam o diretor geral do Ensino Superior, o professor responsável pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, do Ministério da Educação e Cultura, engenheiro Charters de Azevedo, o professor Carvalho Guerra, entre outras pessoas. Fui convidado a integrar esta comissão que definiu as regras dos concursos e os procedimentos de análise das propostas. [...] Entre as propostas apresentadas, apenas duas instituições evidenciavam uma política de planeamento estratégico clara: a Universidade do Minho e o Instituto Superior Técnico. As demais propostas eram avulsas. Nessa altura, ganhámos uma grande prioridade.”⁵⁵

No horizonte do mandato de Machado dos Santos, na sequência da saída de João de Deus Pinheiro para o Governo, ocorreram progressos institucionais emblemáticos, quer pela sua originalidade no panorama das universidades portuguesas como pela importância funcional e estratégica que os novos organismos revestiam. Referimo-nos à criação e a entrada em funcionamento do Senado Universitário (1985-1986) e à instituição do Conselho Cultural, a título experimental (1986). Ambos corporizam expressões do modelo de universidade nova que a instituição pretendeu construir no âmbito da filosofia de articulação com a comunidade, as cidades e a região como polo dinamizador de sinergias económicas, científicas, técnicas e culturais.

1987 assinala um acontecimento particularmente marcante na trajetória de maturação da Universidade do Minho. Tratou-se da decisão do Senado Universitário, datada de 24 de março de 1987, que determinou o funcionamento de todos os anos curriculares dos cursos de Engenharia no campus de Azurém - excetuando os cursos de Engenharia de Sistemas e Informática e Engenharia Biológica que se mantinham no Campus de Gualtar.⁵⁶ A medida tinha por fim criar condições efetivas que possibilitassem o pleno desenvolvimento do polo de Guimarães, em termos de massa crítica e dinâmica académica, elementos considerados vitais no sentido de reverterem em benefício da articulação com a cidade. Na mesma sessão foram ainda analisadas propostas de criação de novos cursos "em áreas não tecnológicas mas com afinidades com ramos das engenharias", de que são exemplo emblemático a instituição futura dos cursos de Geografia e Planeamento e Arquitetura.⁵⁷ A decisão do Senado, a que se somava o lançamento das obras destinadas às instalações definitivas do polo de Guimarães, punha termo definitivo à polémica sobre a localização da Universidade, contribuindo para a pacificação do modelo bipolar. A entrada em funcionamento do primeiro edifício das instalações definitivas, no Campus de Gualtar, em 1988, testemunhava a consolidação da Universidade, seguida pelo funcionamento em Guimarães, pela primeira vez, de anos preparatórios dos cursos de Engenharia. No ano seguinte, verificou-se um aumento de 52% dos estudantes no polo de Guimarães (mais de 1500 alunos), registando-se em Braga, igualmente, um crescimento, necessariamente inferior, na ordem dos 13% de alunos.⁵⁸

O primeiro mandato de Sérgio Machado dos Santos, na qualidade de Reitor eleito - mas que, na realidade, se traduziu numa presença praticamente contínua no governo da Universidade, ao longo da década de 80 (em rigor, entre 1982 a 1998) -, marcou a plenitude do processo de crescimento da instituição. (Fig. 6)

Na visão oficial: "1989 consagrou a maturidade da Universidade do Minho, lançando-a decisivamente na senda das grandes universidades portuguesas", na sequência dos acontecimentos que se registaram ao longo desse ano.⁵⁹

A aprovação dos Estatutos da Universidade, homologados pelo ministro da Educação a 7 de agosto, acompanhada pela entrada em funcionamento dos órgãos da Universidade e das Escolas, representou um marco referencial na trajetória da



Fig. 6
Capas dos programas da candidatura a Reitor de Sérgio Machado dos Santos, 1987, 1990 e 1994.
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

universidade, na sequência da promulgação da lei da autonomia das universidades – ver os desenvolvimentos da matéria em *A autonomia universitária e a atualização do modelo orgânico*, ponto 3.2 deste capítulo.

As Escolas reforçaram significativamente o seu lugar na orgânica da instituição, em termos de autonomia e de capacidade de intervenção, de acordo com a aprovação final dos respetivos regulamentos. Teve ainda lugar a abertura oficial do Senado Universitário, do Conselho Académico e da Assembleia da Universidade. Outro importante marco respeitou a superação da barreira dos 5.000 alunos, facto que colocou a instituição na categoria das universidades de média dimensão, de acordo com a classificação da Associação Internacional das Universidades. O processo de construção das instalações definitivas manteve-se a bom ritmo no respeitante à conclusão de trabalhos e ao arranque de novas obras – como o documenta o capítulo consagrado a este ponto.

A nota conclusiva do *Relatório de Actividades de 1989* é expressiva do tom heróico que perpassava o balanço e encerramento da década, em consonância com os objetivos traçados para os 90's, devidamente apoiados em indicadores e expectativas de crescimento:

“A Universidade do Minho entra na década de noventa preparada para vencer dificuldades e obstáculos, tendo como meta assumir-se não só como Universidade de grande dimensão (mais de 10.000 alunos) ainda durante a década ora iniciada mas, e principalmente, como uma Universidade de qualidade e prestígio para bem servir a Comunidade.”

2 As universidades num tempo de transformações sociais

2.1 O fim de uma era: a rotação política e económica do fim de século

Quando, em finais dos anos de 1980, a Universidade do Minho atinge condições de estabilidade e desenvolvimento enquanto instituição de ensino superior, o mundo está prestes a entrar num período de grande transformação e aceleração histórica, simbolicamente representado pela queda do Muro de Berlim, em 1989. O colapso da União Soviética e dos regimes sob sua influência, o fim da Guerra Fria e a vaga das democracias pluralistas que daí resultou vieram alterar significativamente as estruturas políticas, económicas e sociais no mundo e, de forma mais acentuada, na Europa. Se a polarização ideológica dos blocos ditos capitalista e socialista havia, desde a Segunda Guerra Mundial, posto em alternativa diferentes formas de organizar as sociedades, privilegiando ora a iniciativa privada, ora a centralização estatal das economias, o fracasso do modelo soviético debilitou fatalmente este antagonismo ideológico e abriu caminho à liberalização generalizada das sociedades.

Chegara-se, como argumentava Francis Fukuyama, sob grande polémica, ao “*fim da história*”, o momento em que, segundo esta perspetiva da filosofia da história, a humanidade encontra um ponto de equilíbrio e uma configuração político-social que dispensa já a procura de paradigmas alternativos de melhoramento, pelo que toda a mudança passa a fazer-se no sentido da continuidade e do aprofundamento do modelo liberal. Em concreto, para Fukuyama,⁶⁰ é o sistema político democrático que corresponde a essa “*forma final de governo humano*”, por satisfazer “*as mais profundas e fundamentais aspirações da humanidade*”, superando as contradições que fragilizaram os sistemas políticos antecedentes. Mais do que o fim da história em si, o que nos anos de 1990 alguns postulam é a crença no fim das ideologias e a convicção de que o modelo das economias de mercado livre é o único adequado às sociedades contemporâneas, havendo vantagem em que se universalize para benefício de todos.

Seria, todavia, precipitado pensar que as transformações ocorridas na transição das décadas de 1980 para 1990 foram tributárias de um acontecimento ou apenas da falência de um dos “*lados da história*”. Na verdade, os traços nodais do que viria a ser o mundo pós-Guerra Fria estavam já em gestação desde há mais de uma década, pelo que da convulsão soviética não resultou um vazio de ideias nem de programas políticos.

É necessário voltarmos aos anos de 1960 e 1970 para repararmos nas primeiras fissuras que anunciam o fim da era de prosperidade económica, estabilidade política e justiça social que o mundo ocidental conheceu no pós-guerra. As três décadas de ouro do capitalismo começavam, então, a ser perturbadas pelo domínio das descolonizações, pela contestação disruptiva da juventude e, sobretudo, pelas sucessivas recessões económicas marcadas pelo ritmo do preço do petróleo. A desaceleração do crescimento económico e a perda de competitividade das economias vai pôr em causa alguns dos pressupostos em que assentaram as sociedades ocidentais após 1945, nomeadamente o *Welfare State*, que funcionou como almofada entre os princípios democráticos da cidadania e da justiça social e o sistema de classes engendrado pelas forças do mercado livre.

Perante os sinais de esgotamento do modelo da social-democracia, surgem no pensamento político e económico argumentos que propõem ultrapassar o impasse, resgatando os pressupostos do liberalismo clássico da transição do século XIX para o século XX, teorizados pela escola monetarista de Chicago. E entre 1979 e 1981 chegam ao poder os que passariam para a ação política esta nova visão sobre a economia e as sociedades, destacando-se Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América.⁶¹

Ao longo dos anos 80, vão tomando forma as opções ideológicas que virão a estruturar, até ao momento presente, as sociedades dos países com economias mais desenvolvidas. O *rationale* e a coerência que escoram esse processo permitem-nos falar de

uma constelação de princípios político-económicos que rompe definitivamente com a intervenção estatal e acolhe em pleno a economia do mercado livre e o capitalismo financeiro. A mudança faz-se sistematicamente no sentido da abertura, propondo níveis crescentes de liberalização dos mercados de bens, capitais e trabalho, e de privatização das atividades económicas. A confluência destas perspetivas com a intensificação de trocas económicas e culturais que se vinha desenhando desde a Segunda Guerra Mundial vem acentuar o fenómeno da globalização tal como o conhecemos no final do século XX.

A internacionalização crescente das economias deu lugar a uma interdependência global que veio desafiar os Estados de forma inédita. A transnacionalização da produção e do consumo, a financeirização da economia, o esbatimento de fronteiras, a revolução tecnológica digital e a massificação de práticas culturais resultaram na erosão sistemática da organização político-territorial moderna e conduziram a uma inevitável *des-soberanização* dos Estados.⁶²

A “velha” ordem bipolar cedia lugar a um mundo policêntrico onde emergiam novas potências económicas, como a China e a Índia, que associando a abertura trazida pelos tratados de comércio livre negociados na Organização Mundial de Comércio aos baixos custos de produção pressionavam enormemente a competitividade mundial.

As últimas duas décadas do século XX exigiram a quase todas as sociedades uma grande agilidade na acomodação de profundas mudanças. Algumas das principais alterações vividas na Europa foram o aumento das desigualdades sociais, o desmantelamento progressivo dos Estado-providência, os desequilíbrios demográficos, a imigração, o desemprego elevado e estrutural, a crise económica endémica e a europeização da soberania política. A ausência de respostas para as interrogações urgentes acerca do presente e do futuro reverteu numa metamorfose estrutural dos quadros mentais e alimentou uma cultura de ceticismo, desorientação e relativismo.

Extintas as narrativas ideológicas que induziram tempos de confiança e convicção nas estruturas políticas e sociais, fragilizadas as instituições que asseguravam a previsibilidade do quotidiano, o caminho possível passava pela individualização e pela fragmentação, cada um valendo-se a si próprio e compondo a sua própria escala de valores e de estilos de vida. Podemos dizer que se desenha aqui o último traço do polígono: em sociedades onde o Estado recua e toda a organização económico-social segue os princípios da liberalização e da privatização, esmorece o sentido de comunidade e mercadorizam-se as relações sociais.⁶³

2.2 As universidades em tangência com o mercado

Traçado o cenário macro do período que aqui nos ocupa, importa compreender

como os princípios ideológicos se concretizam em políticas setoriais de forma específica e como interagem com os contextos históricos e sociais em que se estabelecem. A radicalização e a generalização das ideias neoliberais vão ter um impacto muito significativo, e até precoce, nas políticas do ensino superior que vão resultar na reforma das universidades que se faz na viragem do século. Depois da massificação da formação superior que as economias avançadas conheceram nos anos de 1950/60, era chegada a hora de assegurar a sua racionalização à luz do pensamento político e económico dominante.

A ideia central que preside à reforma do ensino superior pode ser resumida na fórmula: mais mercado, menos Estado. Num cenário de contração da economia e dos orçamentos estatais, as universidades são desafiadas a procurar formas alternativas de financiamento e a reverem a sua missão, passando a pôr o conhecimento diretamente ao serviço da criação de valor. No quadro das políticas de desenvolvimento em marcha ao longo dos anos 80, a educação superior começa a ser vista, sobretudo, pelo ângulo do seu contributo para a competitividade económica e já não enquanto lugar de produção e reprodução de elites nacionais, vetor de modernização das sociedades ou mecanismo de formação da cidadania e de atenuação das desigualdades. Neste sentido, às universidades passaria a ser exigido que reorientassem a sua missão para a formação de quadros técnicos, capaz de alimentar uma economia cada vez mais complexa e dinâmica, e para uma investigação crescentemente orientada para objetivos estratégicos de competitividade global e de aplicação a problemas sociais concretos.

A redefinição do lugar e do papel das universidades é evidente quando elas se tornam objeto de organizações internacionais como o Banco Mundial e a OCDE. No âmbito destas instituições, é feito o diagnóstico e são apontadas as soluções para a reorientação que o ensino superior viria a fazer nas décadas seguintes, no sentido de se tornar *player* no mercado global de produção de recursos humanos e de conhecimento diretamente mobilizáveis pela nova economia. Ao longo dos anos 80 e 90, OCDE, Banco Mundial e Unesco vão publicar regularmente documentos que balizam as principais orientações, metas e medidas da renovação do ensino superior. Em causa vão estar, sobretudo, o financiamento deste nível de ensino, que deveria tornar-se progressivamente menos dependente dos orçamentos estatais, e a autonomia das instituições universitárias, competindo ao Estado essencialmente uma função reguladora.

Avança, assim, uma lógica de contratualização dos serviços prestados pelas universidades aos agentes com quem interagem, seja o Estado, a quem compete a função social da educação, as empresas ou os estudantes. Neste sentido, desenha-se um novo quadro político-jurídico, no qual o Estado passa de provedor a regulador do ensino superior. Na verdade, o grau de intervenção estatal mantém-se elevado, mas agora num quadro de concessão de autonomia às instituições de ensino, públicas e privadas, que tem como contrapartida a função de regulação, avaliação e certificação do

produto final pelo Estado. Em lugar de se ocupar operacionalmente do processo de formação superior, ao Estado deveria caber o papel de avaliar indicadores de desempenho e de assegurar mecanismos de controlo e de coordenação.⁶⁴

Em 1994, um documento do Banco Mundial, *Higher Education: the lessons of experience*,⁶⁵ sintetiza as linhas estratégicas de reconfiguração dos sistemas de ensino superior: a redefinição do papel do Estado, a diversificação institucional através do desenvolvimento do sector privado, a criação de alternativas ao sistema de financiamento estatal e o estabelecimento de novos modelos de gestão das universidades. Torna-se cada vez mais evidente que o futuro das universidades passará por uma participação minimalista e de carácter regulatório dos Estados e que a função social da educação superior deve ser partilhada com o sector privado, tanto nas estruturas institucionais quanto no financiamento desta atividade, que deve fazer-se com o contributo das famílias, através do pagamento de propinas, e das empresas, por via da contratualização de serviços de investigação e de ensino. Nas palavras de Ana Maria Seixas, esse modelo tem como objetivo “*uma expansão do ensino superior o mais adequada possível às necessidades de mercado e ao menor custo público possível*”.⁶⁶

Em convergência com esta mudança, ocorre também o estabelecimento de novas formas de gestão de organizações públicas, sob a égide teórica do *New Public Management*. A sustentar este modelo organizacional está a premissa de que há vantagens de eficiência e de custos na gestão de organismos do sector público feita com base nos princípios testados no sector privado, orientado para o mercado. Também para as instituições de ensino superior é recomendada uma revisão dos modelos de gestão, orientando-se cada vez mais para políticas de eficiência, qualidade, autorregulação, responsabilidade e prestação de contas, baseada na criação de uma tecnoestrutura. Daqui decorre uma nova figura que virá a balizar os sistemas de ensino superior na transição dos séculos – a universidade de cariz empresarial, *entrepreneurial university* na expressão original de Burton Clark, que a teoriza em 1998. Da universidade do século XXI espera-se que tenha uma cultura de gestão empresarial e que potencie a interação entre o Estado, a academia e o mercado, através de unidades de gestão capazes de efetuar ligações eficientes entre a investigação e a consultoria ou prestação de serviços.

Estas propostas, que haveriam de instalar-se nas universidades dos países *centrais* e depois estender-se às cinturas *periféricas*, trazem consigo uma mudança profunda no modo como tradicionalmente estas instituições se erigiram. Ao mesmo tempo que a autonomia institucional era saudada, as universidades viam o seu eixo central deslocar-se tanto para o mercado, como para as agências intermédias que cumpriam a função de regulação e auditoria do Estado. Em consequência, o poder do corpo académico, a colegialidade organizacional e a liberdade de ensino e investigação em que assentava a vida universitária entram em perda, substituídos por lógicas gestionárias e de competição por financiamento e acreditação de instituições e diplomas.

Na renovação a que se assiste a partir de 1990 é muito evidente a coerência estratégica que estrutura uma política de *terceira via* para os sistemas de ensino superior, levando-os a encontrar pontos de intersecção entre as atribuições estatais e a abertura ao mercado. Num cenário de globalização crescente, de recuo demográfico e de mercantilização do conhecimento, as universidades dos países mais desenvolvidos tornam-se pilares de competitividade. Em resposta a essa injunção, alguns princípios da atividade académica são revistos e novas preocupações são incorporadas: competitividade, empregabilidade, internacionalização, regulação, privatização e empresarialização são os dados com que terão de jogar no futuro.

É também nos anos 1990, através do Tratado de Maastricht, que a educação superior se torna uma dimensão importante das políticas comunitárias da União Europeia, sobrepondo às políticas dos Estados-membros orientações de nível supranacional,⁶⁷ que virão a concretizar-se, cerca de 20 anos depois, no espaço europeu de ensino superior, de que foi crucial antecâmara a Declaração de Bolonha, assinada em 1999. A União Europeia constitui, a este propósito, um laboratório excepcional das políticas de abertura e liberalização neste nível de educação. Derrubadas as fronteiras económicas, partilhadas as soberanias políticas, a UE está em condições de consolidar o mercado único, criando um espaço de verdadeira circulação do conhecimento e da mão-de-obra qualificada através da criação de um modelo transnacional de ensino superior.

As sementes haviam sido lançadas já em 1979, pela Unesco, na *Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees concerning Higher Education in the States belonging to the Europe Region*. Após 20 anos de negociação, o espaço europeu (mais vasto do que a UE) estava apto a criar um sistema harmonizado de graus, mecanismos de reconhecimento de créditos e diplomas e estímulos à mobilidade académica. Ao mesmo tempo, foi-se sedimentando uma conceção instrumental do ensino superior, orientada para as necessidades e expectativas do mercado relativamente aos dois produtos centrais deste nível de ensino: o conhecimento e os profissionais qualificados. A Europa ansiava por fazê-los render no mercado global.

2.3

Expansão e liberalização do ensino superior em Portugal

A análise da situação e das políticas do ensino superior em Portugal nas últimas décadas do século XX tem de escorar-se tanto no momento histórico do País, quanto nos contextos europeu e global, acima descritos, que agem indiscutivelmente sobre o espaço nacional. Três vetores são imprescindíveis para a compreensão das dinâmicas do ensino superior português nos últimos 30 anos: a normalização democrática após o período revolucionário e a instabilidade política e económica que se seguiu; a liberalização económica que se inicia na segunda metade dos anos 1980, num movimento crescente de privatização de empresas e serviços; a integração do País na

Comunidade Económica Europeia, em 1986.

Os três vetores enunciados vão contribuir para a consolidação do regime político democrático, para o desenvolvimento económico e social e para a abertura do País. Neste contexto, importa sublinhar que as políticas se orientaram no sentido da liberalização dos mercados económicos e da convergência com os padrões europeus. Isto implicou a criação de um ambiente mais favorável à iniciativa privada, tanto no sector empresarial, como no âmbito das funções do Estado. Igualmente relevante é a existência de um nível supranacional de decisão e de ação que obrigou o país a ampliar as suas referências e a incorporar opções políticas de escala europeia no seu enquadramento jurídico.

Depois das transformações ocorridas na universidade portuguesa nos anos 1970 e 1980, induzidas pela reforma de Veiga Simão e desde logo pela criação das “novas universidades”, as instituições de ensino superior protagonizaram progressos significativos ao diversificarem a oferta formativa e ao democratizarem as suas estruturas de funcionamento. Nos anos finais da década de 1980, o ensino superior é visto como crucial para o desenvolvimento do País, já não como formador de elites, mas como gerador de quadros qualificados numa economia sedenta de modernização e em processo de acelerada abertura ao competitivo mercado europeu.

Todavia, os bloqueios sociais que estiveram na origem das reformas de 1970 não estavam ainda afastados por completo. A universidade não estava preparada para a massificação do ensino desencadeada pela súbita afluência dos filhos de uma classe média em consolidação, fruto do crescimento económico pós-1986 e das estratégias escolares de reprodução social desta classe social, que havia já beneficiado do incremento de escolarização dos anos 50 e 60, e que produz uma procura autossustentada de capital escolar e cultural para as gerações seguintes.⁶⁸

Dois outros fatores foram determinantes para explicar o aumento da procura desde meados de 1980: a reorganização do ensino secundário, nomeadamente a extinção da distinção entre o ensino liceal e o ensino técnico, e a procura de níveis mais elevados e diferenciadores de qualificação por efeito da crescente massificação dos níveis básico e secundário de ensino.⁶⁹

Apesar de se sentir uma forte pressão da procura, a oferta de ensino superior, quase exclusivamente do sector público até aos inícios dos anos 90, permanecia limitada e incapaz de incorporar todos os candidatos a um curso superior. A instituição, em 1977, de *numeri clausi*⁷⁰ e do Ano Propedêutico⁷¹ serviram para travar o fluxo de candidatos que no pós-revolução se colocavam às portas da universidade, num momento em que o desemprego entre diplomados surge já como uma ameaça e em que o sistema educativo superior, ele próprio em reorganização, procura assegurar um nível adequado de qualidade.

Apesar da expansão do sistema nas décadas anteriores, até à década de 1990 a percentagem de portugueses com formação superior permanece muito baixa (4%,

de acordo com os Censos de 1991) e concentrada em agregados familiares com uma posição socioeconómica média-alta ou elevada.

Será apenas nos anos 90 que ocorrerá a democratização quantitativa e, em parte, qualitativa do ensino superior e que poderá falar-se em massificação deste nível de ensino. Para tal, foram fatores decisivos a abolição da nota mínima de acesso, que fez disparar a procura, e, sobretudo, a diversificação da oferta através da dilatação exponencial do ensino superior privado, da concretização do aumento da rede do ensino superior público politécnico, previsto na reforma de 1973, e da maturidade atingida pelas ‘universidades novas’, que estão finalmente em condições de aumentar a oferta de cursos e o número de vagas. Refira-se que esta evolução do ensino superior português ocorre em contracorrente à situação dos países mais avançados da Europa, onde as taxas de crescimento da procura deste nível de ensino estavam já em queda,⁷² depois do crescimento que conheceram nas décadas de 50 e 60.

No que respeita ao ensino superior politécnico, os objetivos com que foi inicialmente criado na reforma de Veiga Simão foram sendo revistos e, por entre avanços e estagnações, a ideia de criar um subsistema vocacionado para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio que alimentassem as necessidades da economia, a nível nacional e regional, esbarrou com a unificação dos sistemas de ensino numa fase imediata à revolução de 1974 e, mais tarde, com as ambiguidades em termos de objetivos e graus que perpassa o sistema binário. Ainda assim, é em finais dos anos 1980 e na década seguinte que a rede de institutos politécnicos se consolida e que este subsistema se torna uma opção para milhares de alunos, contribuindo para ampliar a população portuguesa com formação superior.

Ao mesmo tempo que se dá a expansão do subsistema politécnico, assiste-se em Portugal a uma explosão do setor privado do ensino superior, em consonância com as tendências globais de privatização dos serviços públicos. O rácio de alunos matriculados no sector privado do ensino superior é em 1985 de 13%, atinge em 1996 um pico de 37%, para regredir gradualmente nos anos seguintes até ao valor de 20% em 2012.⁷³ O que acontece em Portugal é que, fruto do desfasamento entre a definição das políticas e a sua concretização, a expansão da rede pública não é suficiente para acolher toda a procura que surge na década de 1990. Neste sentido, a constituição de um mercado privado de ensino superior vem suprir as insuficiências do sector público, ao mesmo tempo que entronca ideologicamente na visão liberalizadora de abertura à iniciativa privada de áreas de atividade tradicionalmente acometidas ao Estado.⁷⁴

Nas sociedades mais avançadas, o caminho seguido havia sido diferente, embora igualmente apostado numa lógica da privatização: em lugar de abrir o mercado à criação de instituições privadas, o que aconteceu foi a privatização do financiamento e da gestão de um sector público vigoroso que dava provas de prestígio e de qualidade junto do mercado de trabalho. Deste modo, Portugal torna-se, cerca de 1995, um dos países europeus com mais alunos no sector privado do ensino superior, a ultrapassar

120 mil estudantes, representando mais de um terço dos inscritos.⁷⁵ Acresce que este sector tem uma expansão meteórica num curto período de tempo, considerando que a Universidade Católica Portuguesa, a primeira universidade não-pública,⁷⁶ é criada em 1967 e reconhecida pelo Estado em 1971, e que ao longo da década de 1970 foram escassas as iniciativas privadas no ensino superior. Em concreto, a explosão do ensino superior privado, considerando o número de instituições, de alunos e de diplomas oferecidos, concentra-se no decénio que vai de meados de 1980 a meados de 1990. A partir dessa altura, assiste-se a um retraimento contínuo neste sector, consequência tanto da consolidação da oferta pública, quanto da diminuição de candidatos à educação terciária.

2.4

Autonomia e responsabilidade das instituições

A configuração do ensino superior português haveria de ser também profundamente moldada pelas novas regras relativas à autonomia das instituições universitárias. A partir de 1980, o Estado central vai concedendo às universidades algum grau de liberdade, designadamente na escolha do Reitor (que passa a ser nomeado pelo ministro da Educação a partir de uma lista de três nomes eleitos pela assembleia da universidade), e na gestão financeira e administrativa (contratação de pessoal e organização dos cursos). Em 1982, a revisão da Constituição vem consagrar a “*autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira*” das universidades (artº 76º, nº2). Mas só em 1988 é aprovada a Lei da Autonomia das Universidades (Lei nº108/88, de 24 de setembro), que define a missão, natureza jurídica, órgãos e competências, financiamento e âmbito da autonomia das instituições universitárias.

Com base nos princípios da participação e da democraticidade, o novo enquadramento jurídico estabelece como órgãos de governo a Assembleia da Universidade, o Reitor (eleito pela Assembleia), o Senado Universitário e o Conselho Administrativo. Estabelece ainda a paridade entre docentes e estudantes eleitos para os órgãos colegiais e abre o senado universitário a elementos externos, designadamente representantes dos interesses culturais, sociais e económicos da comunidade, em número não superior a 15% da totalidade dos membros deste órgão.

A consagração das universidades como instituições autónomas da administração pública central constitui um passo determinante para a libertação do centralismo a que estiveram sujeitas ao longo do século XX, ao mesmo tempo que redefiniu o papel do Estado no ensino superior público. A reforma política do modelo organizacional das universidades tem por efeito racionalizar a sua gestão e assegurar que ao Estado cabe um papel já não diretamente interventor, mas sobretudo regulador. Em paralelo, a diversificação de fontes de financiamento, através de receitas próprias, pretende atenuar a dependência financeira do Estado e materializa os propósitos de autonomia e autorregulação que vêm sendo determinados. Daqui decorre uma confrontação entre, por um lado, o governo exercido pelos órgãos colegiais, em

consonância com os princípios da participação e da democracia enunciados no quadro legal, e, por outro lado, modelos de governo centrados na racionalidade técnica e burocrática da gestão assistida pela tecnoestrutura, que, como vimos, se torna uma tendência internacional a partir da década de 1990.⁷⁷

Em convergência com a reconfiguração do ensino superior que temos vindo a descrever, coloca-se também a questão da avaliação das suas instituições. O tema vem sendo discutido, entre finais da década de 1980 e a década seguinte, na medida em que tanto a autonomia universitária como a expansão do sector privado fazem crescer as exigências de controlo da qualidade do ensino ministrado e da investigação produzida. A reformulação do artigo 76º, nº2, da Constituição, na revisão de 1997, é muito elucidativa a este respeito: “*As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino*”.

Claramente, a avaliação converte-se em contrapartida ou limite da autonomia institucional. Como referem J. Veiga Simão, S. Machado do Santos e A. Almeida Costa, “*esse limite é expresso pela consagração do princípio da exigência e avaliação da qualidade do ensino superior, enquanto esclarecedor de que o valor da autonomia universitária não pode deixar de exigir, por parte do Estado, uma especial intervenção na área da qualidade, em defesa dos destinatários do sistema, que são os estudantes e a comunidade*”.⁷⁸ Neste sentido, não só o Estado deixa de ser o único financiador como passa a assumir funções de fiscalização e regulação. Além disso, torna-se possível, apesar de complexo e controverso, associar o financiamento público das instituições à avaliação do seu desempenho em variadas dimensões (número de estudantes elegíveis, diplomados, contratos-programa, projetos de investigação).⁷⁹

A partir da década de 1990, num quadro de crescente internacionalização dos sistemas de ensino superior, designadamente no âmbito da OCDE, a avaliação torna-se um tópico central no processo de regulação estatal. Vários países europeus ensaiam modelos de *quality assessment*, com base num duplo processo de autoavaliação e de avaliação externa, sendo criadas para o efeito agências independentes. Em Portugal, o processo de avaliação é visto pelo CRUP como imprescindível para a garantia de qualidade do serviço prestado pelas universidades públicas. Como tal, este organismo vai participar ativamente no debate sobre o tema e vai acompanhar todo o processo de institucionalização do sistema avaliativo.⁸⁰

Em 1994, pela Lei nº38/94, de 21 de novembro, são estabelecidas as bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior, aplicando-se a instituições públicas e privadas de ensino universitário e politécnico. O diploma define como objetivo a avaliação do desempenho pedagógico e científico das instituições, mencionando, no artigo 5º, que dos resultados da avaliação pode resultar o reforço do financiamento público e o estímulo à criação de novas formações ou, no

caso de continuadas avaliações negativas, a redução ou suspensão do financiamento público, bem como a suspensão do registo dos cursos. Inequivocamente, a lei associa o processo de avaliação das instituições de ensino superior por parte do Estado à lógica de contratualização e de regulação do sistema, com base em princípios de autonomia, responsabilidade e transparência.

Em 1998, é criado o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), pelo Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de julho, que será a entidade responsável pelos primeiros ciclos de avaliações dos cursos do ensino superior público e privado. No diploma de criação do CNAVES refere-se que tem por objetivo “assegurar a harmonia, coesão e credibilidade do processo de avaliação e acompanhamento do ensino superior, tendo em vista a observância dos padrões de excelência a que deve corresponder o funcionamento global do sistema”.

Em síntese, podemos dizer que no período que abarca as décadas de 1980 e 1990 se evidenciam como elementos determinantes da reconfiguração dos sistemas de ensino superior a tendência para que o Estado se afaste do exercício direto da gestão das instituições e que, em contrapartida, estas vejam reconhecida a sua autonomia. Acrescenta-se que, neste período e numa escala internacional, as políticas para o ensino superior passam a ser orientadas por princípios de liberalização e de abertura à iniciativa privada. No momento em que a educação superior em Portugal se massifica, também por expansão do sector privado, torna-se dominante um enquadramento político e económico que reorienta o papel do Estado e que coloca às universidades desafios categóricos no que respeita aos modelos de gestão, ao seu papel em economias competitivas e baseadas no conhecimento, à regulação externa e independente do sector e à responsabilidade perante a comunidade.

3 Os desafios do contexto e a visão estratégica da Universidade

Década e meia volvida sobre a criação da Universidade do Minho, o caminho da nova instituição fazia-se sobre as ideias inscritas nos anos de fundação. Essa visão estratégica foi determinante pela clareza de objetivos e pela definição de um modelo organizacional que permitiu a irradiação de vetores de crescimento ao mesmo tempo que se mantinha a coesão institucional e era construída uma identidade diferenciadora. Entendiam os protagonistas que o futuro da Universidade deveria ser escorado num modelo de coesão, na prossecução equilibrada da sua missão tripartida (ensino, investigação e ligação à comunidade), com base em princípios de qualidade, inovação e excelência, no desenvolvimento equilibrado dos seus polos e das várias áreas do saber e no reconhecimento nacional e internacional. Machado dos Santos sintetiza nos seguintes pontos a visão estratégica que marcou a cultura da nova Universidade:

“... a identificação de uma missão institucional, que defina um perfil específico para a Universidade; [...]

- a organização institucional da investigação, a par da organização do ensino, sem esquecer a dimensão cultural da Universidade;
- a aposta no recrutamento e formação de pessoal, como aspecto central para a dinâmica e a qualidade da instituição;
- a organização horizontal dos Serviços, na sua missão de apoio à malha científico-pedagógica da Universidade;
- a integração da Universidade na Sociedade.”⁸¹

3.1

O crescimento e a complexidade dos processos

Os anos 90 corresponderam à consolidação da estratégia desenvolvimentista traçada. As expectativas de crescimento mantinham-se elevadas, estimuladas pelas potencialidades e características da região. Na perspetiva da Reitoria tratava-se sobretudo de redimensionar a Universidade, de acordo com os objetivos projetados.

No balanço das atividades referentes ao ano de 1990, a previsão de aumento da capacidade das instalações era fixada em 15.000 alunos – meta ancorada em estimativas realistas, baseadas no aumento esperado do *numerus clausus* e no contingente de transferências, que acusava uma tendência de crescimento.⁸² Note-se que a população estudantil se situava então em cerca de 6000 estudantes.

No entanto, a universidade inaugurava o programa que tinha por fim garantir padrões de qualidade e de aproveitamento escolar, ajustados ao universo estudantil em processo de mutação acelerado. Tratava-se de um conjunto de dispositivos, entre os quais constava o questionário de avaliação do ensino ministrado, que anunciava o programa de qualidade, que se iria impor na universidade portuguesa – vejam-se os desenvolvimentos explanados, mais à frente, neste capítulo, em *A visão pioneira sobre avaliação e qualidade do ensino*.

Os projetos de cursos em carteira apresentavam-se, por sua vez, oportunos e estrategicamente ajustados ao modelo da universidade perseguido. Como contraponto, tenha-se presente o leque alargado de formações sugeridas e examinadas pela comissão especializada do Senado Universitário, em 1987. Na sua maioria foram abandonadas, por se afastarem da arquitetura de saberes original e não respeitarem o princípio de evitar a abertura de cursos que correspondessem a sobreposições desnecessárias de acordo com a oferta das universidades do Porto e de Vila Real.⁸³

As oportunidades de financiamento, em 1992, criadas pelos programas comunitários (PRODEP e PIDDAC) permitiram um avanço significativo no programa das instalações definitivas e contribuíram no seu todo para um desenvolvimento mais equilibrado da Universidade do Minho.⁸⁴

Os movimentos dos corpos académicos e o comportamento da oferta formativa, entre 1980 e 2001, evidenciam o ritmo do crescimento que atravessou a Universidade, particularmente intenso, na década de 80. O que se compreende. (Fig. 7)

O movimento dos alunos registou um crescimento na ordem dos 446%, nos anos 80, tendência que se manteve na década seguinte, segundo uma cadência menor, na

Décadas	1980- 81	1990-91	2000-2001
Alunos	1068	5833	15958
Pessoal docente	173	584	1148
Funcionários	215	425	616
Cursos	15	34*	78**

* Contabilizados cursos de bacharelato e licenciatura.** Contabilizados cursos qualificativos, CESES, cursos complementares e licenciaturas.

Fig. 7 - Comportamento da população discente, docente e não docente da Universidade do Minho e da oferta formativa, entre 1980 a 2011 · Fonte: *Relatórios de Atividades* da UMinho; Serviços Académicos e DRH, Elaboração própria

ordem dos 174%. A meta dos 15.000 alunos, referida atrás, foi atingida. A evolução do pessoal docente seguiu um padrão análogo: triplica na década de 80 e duplica nos anos 90. A proporção de crescimento do pessoal não docente foi menos expressiva, situando-se, praticamente, no dobro, entre as duas primeiras décadas, e em cerca de metade entre os anos 90 e 2000-2001. O comportamento da oferta formativa atinge valores de crescimento similares, nos anos 80 e 90, na ordem dos 127% e 129%, o que é sugestivo da dinâmica que preside à reformulação e/ou criação de novos projetos de ensino, no sentido de melhorar o perfil de formação.

A década de 90 consagra os projetos de saber estruturantes, há muito perseguidos, pela instituição: o direito (1993) e a medicina (2001), o que constitui um indicador seguro da maturidade atingida. A arquitetura de saberes universitária encontrava-se agora completa, ao incorporar os domínios capitais do conhecimento. Tratou-se de facto de uma dupla conquista que se refletiu em termos da afirmação da trajetória da instituição, assim como, no plano da relação da universidade com o meio e a comunidade envolventes, parafraseando Vítor Aguiar e Silva.⁸⁵

As demais licenciaturas, criadas ao longo dos anos 90 – Arquitetura, Economia, Educação, Geografia – concorrem em idêntico sentido: consubstanciam expressões do robustecimento do poder científico da universidade e denotam a capacidade de ampliar áreas disciplinares, de acordo com as dinâmicas sociais, que atuam em favor da coerência e solidez da estrutura universitária.

As exigências e reconfigurações que atravessaram a Universidade na viragem do século repercutiram-se na complexificação do governo da instituição. As equipas reitorais ampliaram-se e passaram a contemplar três vice-reitores, acompanhados de um igual número de pró-reitores. A VII equipa reitoral (abril 1990 a abril de 1994) registou sinais de renovação, conservando-se a matriz similar.

A entrada para o governo de Vítor Aguiar e Silva traduziu esse espírito: marcou o regresso das Humanidades à Reitoria e, em simultâneo, a aliança simbólica

com o poder da instituição clássica, representado no professor da Universidade de Coimbra.⁸⁶ Um convite consonante com as exigências do ciclo de consolidação em marcha, relacionadas com as singularidades dos *dossiers* de ensino afetos ao Direito e à Medicina e ao desenvolvimento mais harmónico da dimensão cultural da Universidade. O testemunho de Aguiar e Silva é expressivo da complexidade desses processos, equacionados sob o prisma da Escola de Direito:

“Eu ficarei sempre ligado àquela criação, porque foi extremamente delicada, extremamente difícil congraçar, no apoio ao projeto, a Faculdade de Direito de Coimbra, a Faculdade de Direito de Lisboa, a Universidade de Santiago e a Universidade da Corunha, não foi fácil... Quanto às Universidades da Galiza houve sempre uma grande receptividade e nós convidámos essas universidades da Galiza, em grande parte, para facilitar o diálogo com Coimbra e com Lisboa, mas com Coimbra e com Lisboa não era fácil e conseguimos um entendimento que eu acho que foi muito importante, indispensável!”⁸⁷

O convite a Aguiar e Silva poderá também ser lido como o desígnio de Machado dos Santos de consignar uma representação mais equilibrada das Humanidades, de forma a atenuar a desproporção notória verificada no passado: “quando assumi a Reitoria, em 85, a Universidade do Minho era 75% Ciências e Tecnologia e 25% Humanidades. Isso preocupava-me”.⁸⁸

Esta orientação acabou por se exprimir no âmbito da abertura de novas licenciaturas e, em especial, no alargamento da oferta pós-graduada. Prolongou-se, ainda, ao investimento cultural, veiculado na colaboração da Universidade com outras instituições, no projeto de criação da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, iniciativa que contou com o envolvimento privilegiado de Aguiar e Silva, já no âmbito da VIII equipa reitoral (abril 1994-junho 1998).

Carlos Bernardo ascendeu, por seu turno, a vice-reitor, liderando a relevante pasta da coordenação do planeamento do desenvolvimento do Polo de Guimarães, em articulação com o desenvolvimento da Universidade como um todo, na linha do envolvimento que registava, desde 1987, na qualidade de pró-reitor.⁸⁹ Ao nível das pró-Reitorias ocorreram três significativas novas entradas: José Manuel Vieira, responsável coordenação do GID e instalações definitivas⁹⁰; Isabel Calado Ferreira, responsável pela coordenação da investigação, formação docente e qualidade de ensino⁹¹ e Mino Farhangmehr, responsável pelo marketing e imagem da universidade⁹²

Os anos 90 constituíram uma espécie de anos dourados da universidade portuguesa. Dificilmente a Universidade do Minho poderá ser pensada sem a consideração do seu entrosamento nas dinâmicas e políticas que atravessam a universidade portuguesa, através do poder, do reconhecimento e da influência atingidos pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) junto à esfera do poder

governamental. Sérgio Machado dos Santos manter-se-á na presidência do Conselho dos reitores praticamente durante toda a década (em rigor, entre 1991-1998: após o primeiro mandato por inerência, 1991-1993, seguem-se dois mandatos por eleição, o último interrompido por corresponder ao *terminus* do cargo de Reitor).

3.2 A autonomia universitária e a atualização do modelo orgânico

Crucial na prossecução dos princípios estratégicos definidos para a Universidade foi a crescente autonomia que a tutela foi permitindo às instituições de ensino superior públicas, através da delegação de competências aos reitores, ao longo dos anos 1980, e que foi coroada pela publicação da Lei da Autonomia das Universidades,⁹³ em 1988, à qual foi já feita referência acima.⁹⁴ A autonomia científica, pedagógica, financeira e administrativa, decorrente da lei de 1988 e de legislação complementar posterior, permitiu às universidades aprovarem a criação de cursos e não dependerem do Ministério nos processos de contratação de pessoal, ao mesmo tempo que flexibilizava a gestão orçamental e financeira. Além disso, estabeleceu bases organizacionais para as universidades, definindo órgãos de governo e estruturas orgânicas que renovaram o funcionamento das instituições.

Para a Universidade do Minho, a autonomia foi fundamental ao abrir espaço à expansão de que necessitava para se afirmar. Curiosamente, veio limitar o seu modelo organizacional, traçado já para um grau de elevada autonomia.

Uma das primeiras marcas de Sérgio Machado dos Santos enquanto Reitor da Universidade do Minho, e uma marca também desta Universidade no sistema português de ensino superior, foi a criação de um Senado Universitário. Em 1985, é criado na Universidade do Minho o primeiro Senado, com a particularidade de nele terem assento também personalidades externas à Universidade, visando aprofundar o diálogo e a integração no contexto social, económico e cultural envolvente.

Consagrado pela Lei da Autonomia de 1988, o Senado Universitário fica limitado a 15% de membros externos, o que obrigou à reconfiguração deste órgão na Universidade do Minho, tornando-o menos aberto à comunidade do que no modelo inicialmente posto em funcionamento, que contava com um terço de elementos externos.

Num outro aspeto a nova lei cerceou também conquistas importantes já feitas pela Universidade do Minho, designadamente ao nível da democraticidade e participação na eleição do Reitor, que deixa de poder fazer-se por eleição direta (com ponderação por corpos) e passa a ser uma competência restrita à Assembleia da Universidade.⁹⁵

Da lei de 1988 decorreu também a necessidade de aprovação dos Estatutos da Universidade, homologados em agosto de 1989. A elaboração dos Estatutos constituiu uma oportunidade de balanço e reflexão acerca da missão, objetivos e modelo organizacional e criou as bases para o desenvolvimento de uma Universidade em

permanente diálogo com o seu tempo.

Se a questão da autonomia foi prontamente acomodada numa instituição que desde sempre pugnou por ela e a exerceu, na medida do possível, dentro de portas, o tópico relativo à reestruturação orgânica trouxe para o debate um questionamento vivo acerca das virtudes e debilidades do modelo matricial assente em grupos de projetos.

Efetivamente, havia a ideia de que o modelo, pela otimização de recursos e pela interdisciplinaridade que facilitava, tinha sido fundamental para um arranque fulgurante da Universidade. Desde o início, quando o modelo matricial foi ideado, foram evidenciadas as suas potencialidades em termos de adaptação a novos cenários e configurações dos projetos da Universidade.

Joaquim Barbosa Romero, figura com grande proeminência na definição da estrutura orgânica da Universidade do Minho, é muito explícito quanto a este aspeto: *“a estrutura deve ser flexível para que as modificações resultantes da evolução dos conhecimentos e da sociedade, conduzindo a reformulação e/ou extinção de actividades, se possam processar com suficiente agilidade”*.⁹⁶

Para Sérgio Machado dos Santos, o modelo matricial possibilitou *“ganhos muito grandes em termos de sinergias, [o que] permitiu à Universidade do Minho, com os recursos que teve, fazer muito mais do que as outras instituições”*. Essa visão era, todavia, acompanhada da percepção de que a expansão das unidades de ensino, investigação e apoio tinha conduzido a um certo desvirtuamento da ideia de matriz, que se antevia poder agudizar-se, pelo que a matéria foi profundamente debatida por ocasião da elaboração dos Estatutos, em 1989.⁹⁷

Os riscos situavam-se, portanto, na crescente autonomização das unidades orgânicas e numa eventual aproximação ao modelo clássico de faculdades. Na verdade, esse processo de autonomização vinha já acontecendo e isso foi muito claramente assumido nos Estatutos ao estabelecer as Escolas como unidades orgânicas, abandonando o conceito dos anos 70 de unidades científico-pedagógicas, e ao admitir a sua organização interna em departamentos. Do debate interno resultou a reafirmação do modelo matricial, ainda que *“mitigado”*,⁹⁸ no que este tem de mais valioso e inovador – a transdisciplinaridade – acompanhado de ajustamentos do modelo organizacional ao novo enquadramento jurídico e às legítimas expectativas das unidades já constituídas, em crescimento e em formação. Deste modo, no Artº 7º define-se que *“a Universidade adopta um modelo de gestão matricial que se manifesta na interação entre Projectos e Unidades Orgânicas”*, ideia que é mais detalhadamente exposta no Preâmbulo:

“a Universidade do Minho mantém o modelo matricial e de gestão por objetivos. No âmbito deste modelo, são organizadas Escolas correspondentes a áreas de saber tradicionalmente agrupadas em Faculdades, mas que não são formalmente equivalentes a Faculdades, por não incluírem em si a gestão dos projectos de ensino, projectos esses objecto de gestão diferenciada e

cujas fronteiras se não identificam com as fronteiras das Escolas. Com este modelo, orientado para a crescente interdisciplinaridade do conhecimento, procura-se uma organização flexível, capaz de se adaptar à inovação e evolução do saber e, simultaneamente, racionalizar a gestão dos recursos”.⁹⁹

Pelos Estatutos de 1989, são estabelecidos como órgãos de governo a Assembleia da Universidade, o Reitor, o Senado Universitário, o Conselho Académico e o Conselho Administrativo. São estabelecidos três tipos de unidades orgânicas – as escolas, as unidades culturais e os serviços –, sendo instituídas seis Escolas: Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Sociais; Educação; Economia e Gestão; Engenharia; Artes e Letras.

Para uma compreensão mais clara do modelo organizacional da Universidade, deve salientar-se a importância que nela adquire a figura do Reitor como elemento de unidade e portador de uma visão estratégica holista. Com efeito, a coesão institucional depende de um justo equilíbrio entre a autonomia das unidades orgânicas e o pendor centralista do Reitor enquanto órgão de governo. Sérgio Machado dos Santos enuncia esse princípio numa breve fórmula: “centralizar políticas, descentralizar a execução”.¹⁰⁰ Como tal, a definição das políticas deveria situar-se no nível *federador* dos órgãos de governo da Universidade, onde tinham assento as diferentes unidades e os vários corpos da academia, e às escolas e demais unidades deveria ser assegurada autonomia na alocação dos recursos para o prosseguimento dos objetivos próprios e comuns. Destacam-se neste propósito o Senado Universitário e o Conselho Académico. Sobre este, diz Sérgio Machado dos Santos que “com representatividade funcional e corporativa, para além de ser elemento-chave para promover a coesão institucional e facilitar a formulação de políticas a partir das bases, é condição sine qua nom para o reforço, inevitável e imprescindível, da autonomia das unidades orgânicas sem perda da referida coesão institucional”.¹⁰¹

3.3 A visão pioneira sobre avaliação e qualidade do ensino

Ao longo do reitorado de Sérgio Machado dos Santos, e antecipando aquilo que viria a ser um requisito nas instituições públicas portuguesas de ensino superior nas décadas seguintes, um dos mais importantes investimentos foi feito na criação de uma cultura de qualidade e de (auto)avaliação. A partir de meados de 1980, como foi desenvolvido acima, o ensino superior conhece uma rápida expansão, fruto da erupção de novas instituições públicas e privadas, nos subsistemas universitário e politécnico. A massificação do ensino significou também, sobretudo nos anos 90, a chegada ao ensino superior de alunos com níveis de sucesso mais baixos, excluídas que foram as classificações mínimas nas provas de acesso (situação que foi revertida no início da década seguinte).

Neste contexto, a Universidade do Minho preocupou-se desde logo em aferir parâmetros importantes do processo de ensino, na perspetiva de sinalizar situações

a melhorar e de assegurar níveis adequados de qualidade. A mais importante dimensão desta política, na verdade, vinha já dos primórdios da Universidade: promover a qualificação dos docentes, dando-lhes condições para prepararem os seus doutoramentos (através de bolsas e de períodos sem atividade letiva) e para desenvolverem continuamente atividades de investigação enquadrados em projetos e centros de investigação. Para além de uma política sólida de qualificação dos professores, de que resulta um ensino permanentemente sustentado pela investigação, os cursos foram desde o início pensados como projetos de ensino coerentes e não como agregados de disciplinas. Isso implicava a sua coordenação pelas Comissões de Curso (onde participavam também os estudantes, o que só mais tarde e por força da lei veio a acontecer em outras instituições), que asseguravam a articulação das disciplinas do plano curricular e respetivos conteúdos programáticos e constituíam uma plataforma de comunicação entre o corpo docente e discente.

Todavia, nos anos 1990, a Universidade entende ser vantajoso conceber e aplicar de forma sistemática um conjunto de procedimentos que visam monitorizar o processo de ensino e aprendizagem. Tendo tido conhecimento de alguns sistemas de avaliação da qualidade a funcionar em universidades europeias e norte-americanas, Sérgio Machado dos Santos lança na Universidade do Minho, em 1991, de modo pioneiro, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.¹⁰² Em concreto, trata-se da aplicação universal, a docentes e estudantes, de um questionário que visa avaliar a perceção dos agentes envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem em várias dimensões. Os dados eram tratados para cada par docente/disciplina e também de forma agregada para cada curso, departamento, Escola e Universidade. O objetivo era a sinalização de problemas pedagógicos e o incentivo a uma (auto) reflexão, aos vários níveis, que pudesse contribuir para uma melhoria da situação. Ao mesmo tempo, é lançado um sistema de mensuração dos resultados escolares por disciplina, que concorre para o mesmo efeito. Sublinhe-se, também, que a sistematicidade destas práticas de aferição da qualidade do ensino e da aprendizagem foi fundamental na perceção da sua importância e valor pedagógico por parte dos agentes envolvidos – estudantes, docentes e dirigentes das unidades de ensino e dos serviços de apoio.

A precocidade com que foi introduzida na Universidade do Minho uma estrutura de avaliação e garantia de qualidade permitiu que esta instituição se posicionasse na dianteira destes sistemas, participando também ativamente em organismos internacionais que partilhavam destas preocupações, designadamente no seio da European University Association. Esse posicionamento pioneiro vai dotar o sistema de avaliação e garantia da qualidade da Universidade de uma vasta experiência e de uma estrutura técnica permanente, levando Sérgio Machado dos Santos a falar em “interiorização progressiva de uma cultura de qualidade que é bem patente na institucionalização e no aprofundamento dos mecanismos de avaliação na Universidade do Minho”.¹⁰³ Estes terão sido fatores determinantes na certificação do Sistema de Garantia da Qualidade da Universidade do Minho pela Agência de Avaliação e Acreditação do

Ensino Superior, em 2013 (conferir capítulo 4).

3.4 Reconhecimento e protagonismo no espaço público

O retrato da Universidade do Minho nestes anos de expansão, correspondendo genericamente à década de 1990, não ficaria completo sem uma referência ao lugar que a Universidade assume no sistema português de ensino superior. Efetivamente, e apesar das vulnerabilidades a que o contexto nacional a constrangeu nos primeiros anos de existência, nem duas décadas foram necessárias para que a Universidade do Minho fosse plenamente reconhecida como uma das mais dinâmicas universidades do país. Esse reconhecimento está representado pelo papel do seu Reitor na presidência do CRUP.

Sérgio Machado dos Santos assume a presidência do CRUP em 1991, ainda no quadro de um sistema de rotatividade entre as universidades, por ordem de antiguidade, instituído pelo diploma da sua criação.¹⁰⁴ Com a alteração para um sistema eletivo,¹⁰⁵ em 1993, Sérgio Machado dos Santos renova a presidência tendo sido eleito por esmagadora maioria para um mandato de três anos. Haveria de ser novamente eleito, em 1996, tendo então cumprido o mandato apenas por dois anos, em virtude de ter cesado o seu cargo como Reitor da Universidade do Minho, em 1998.

Entre 1991 e 1998, anos em que foi liderado pelo Reitor da Universidade do Minho, o CRUP teve em mãos *dossiers* e problemas de grande relevo e impacto no ensino superior. Alguns dos mais complexos e exigentes terão sido o modelo de financiamento do sistema, a negociação dos orçamentos das universidades, a avaliação das instituições e a decisão governamental de aumentar o valor das propinas pagas pelos estudantes (tendo esta desencadeado viva contestação por parte das associações de estudantes). Viviam-se anos de intensa transformação no ensino superior português, descritas anteriormente neste capítulo. O acesso massificado ao ensino superior, a multiplicação e expansão das instituições públicas e a pressão orçamental que colocavam, a erupção do setor privado, a avaliação da qualidade dos cursos e a questão do financiamento pelo Estado e pelas famílias, foram assuntos de considerável relevo social que foram alvo do trabalho e da intervenção do CRUP ao longo da década de 1990.

A capacidade negocial do CRUP, protagonizada pelo seu presidente, tornou-o uma voz decisiva nos assuntos relativos ao ensino superior, e às universidades em especial, e um interlocutor privilegiado na relação com as instâncias governamentais. Em muitas matérias, o CRUP contribuiu decisivamente para as decisões políticas com base em estudos e reflexões plasmados em documentos de trabalho solidamente fundamentados.¹⁰⁶ Contribuiu também para missão do CRUP a criação da Fundação das Universidades Portuguesas, em 1993. Daí resultou a consolidação da autonomia das universidades, consagrada em 1988, mas sujeita ainda a um combate tenaz entre o poder central e as instituições.

Na sequência da liderança do CRUP, Sérgio Machado dos Santos foi também Presidente da Confederação dos Conselhos de reitores da União Europeia, entre 1999 e 2001. A projeção nacional e internacional conseguida pela Universidade do Minho, em tão escasso tempo de existência, pode parecer surpreendente, mas apenas para quem não tenha compreendido a determinação e espírito de missão com que a sua criação foi encarada por todos quantos sentiram a responsabilidade de fazer uma Universidade Nova. Certos da visão partilhada que tinham para a nova instituição, cedo entenderam que o sucesso da Universidade dependia de estar à frente do seu tempo, de abrir caminhos que ainda não eram entrevistados e de fazer de cada passo tanto uma ousadia quanto uma convicção.

4 Consolidação e amplitude: o fim de um ciclo

Nos últimos anos do século XX, perfazendo 25 anos de existência, a Universidade do Minho posiciona-se de modo pujante no sistema público de ensino superior português e marca de forma determinante a região em que se insere. A expansão vigorosa que conheceu desde meados de 1980 é plenamente evidente no número de alunos que alcança e nos cursos que oferece, mas igualmente no reconhecimento que colhe na sociedade portuguesa e no meio universitário em particular.

Estas foram conquistas arduamente conseguidas tratando-se de uma universidade muito jovem. Para tal, foi decisiva a fidelidade aos princípios fundacionais e a definição de uma estratégia de crescimento que não compromettesse a qualidade do ensino, nem a missão central de produção e transferência de conhecimento. Os testemunhos recolhidos sobre esse período transmitem implicitamente um mote: a Universidade do Minho não almejava apenas afirmar-se como uma instituição reconhecida, mas ambicionava ser diferente, ser excelente, ter a certeza de fazer mais e melhor do que as outras. É nesta convicção que Sérgio Machado dos Santos cumpre o seu último mandato e deixa o cargo de Reitor, que ocupou por 13 anos.

4.1 O travejamento das mudanças

Em junho de 1998, toma posse como Reitor Licínio Chainho Pereira, que cumprirá o mandato até maio de 2002. (Fig.8)

Chainho Pereira pertence ao grupo fundador da Universidade do Minho, onde chega a convite de Carlos Lloyd Braga. Similarmente a uma significativa parte do grupo fundador, Chainho Pereira passou também por Lourenço Marques, onde iniciou a carreira académica em 1966, após terminar a Licenciatura em Engenharia Química Industrial, no Instituto Superior Técnico, em 1965, tendo sido aluno de Barbosa Romero e de Carlos Lloyd Braga. A ida para Moçambique, para os ainda Estudos Gerais de Lourenço Marques, deve-se ao entusiasmo pelo “*projecto apetecível*”¹⁰⁷ liderado por Veiga Simão e em relação ao qual havia grandes expectativas de

tornar-se um grande centro universitário. Aí cruza-se de novo com Romero Barbosa e Lloyd Braga, recrutados por Veiga Simão para a instituição moçambicana. Como jovem licenciado promissor, avança, como era política da instituição, para a preparação de doutoramento, em 1969, na Universidade de Nottingham.

Em 1972 é já professor doutorado em Lourenço Marques, universidade com “*dinâmica diferente [...] onde havia oportunidades*”¹⁰⁸ e que rapidamente se tornou, na opinião de Chainho Pereira, igual ou melhor do que as universidades da metrópole, nomeadamente no que respeitava a condições e equipamentos de investigação. Impedido de sair de Lourenço Marques no período revolucionário, onde havia regressado após um breve período em Portugal, preocupado com a realização dos exames dos seus alunos, só pôde efetivamente iniciar funções na Universidade do Minho em 1975. Aqui teve a incumbência de criar o departamento de Física e o centro de investigação nesta área disciplinar, assumindo desde cedo funções nos órgãos da Universidade, nomeadamente na Comissão Instaladora, que integra na sua fase final,¹⁰⁹ e na presidência do Conselho Científico da Universidade.

Em 1983, sendo Reitor Lúcio Craveiro da Silva, Licínio Chainho Pereira integra a equipa reitoral, como vice-reitor, acompanhando Sérgio Machado dos Santos e João de Deus Pinheiro. Chainho Pereira viria a ser vice-reitor nos mandatos reitorais seguintes, até 1998, sendo reitores, para além de Craveiro de Silva, João de Deus Pinheiro e Sérgio Machado dos Santos. Totalizou, portanto, 19 anos consecutivos de cargos de topo no governo da Universidade, enquanto vice-reitor (1983-1998) e Reitor (1998-2002).

Sobre esse tempo demiúrgico da Universidade, enfatiza que “*a ideia inicial de trabalhar em grupos de projetos para otimizar os meios e a ideia da cooperação universidade-empresa, as duas trazidas pelo Professor Barbosa Romero*”,¹¹⁰ provaram estar no sentido certo daquilo que era e é uma visão adequada para a Universidade. Não deixa, todavia, de recordar algumas resistências ao modelo de organização matricial, que caracteriza de “*lógico e operacional*”, sobretudo por parte de quem trazia a experiência das universidades clássicas, e considera tratar-se de um modelo que “*tende a desaparecer à medida que vão crescendo os recursos*”.¹¹¹

Enquanto vice-reitor, Chainho Pereira assumiu sobretudo pastas ligadas à Investigação e Desenvolvimento, às unidades culturais da Universidade e ao CIFOP,¹¹² assim como a área de internacionalização e de coordenação dos programas-quadro da União Europeia. Nestas últimas funções, Licínio Chainho Pereira tem a missão fundamental de conseguir o financiamento necessário ao desenvolvimento da Universidade, tanto ao nível das infraestruturas edificadas e de equipamento, quanto de apoio a projetos de investigação e de interação com o tecido empresarial do país. As verbas próprias da Universidade, isto é, as que não advêm do Orçamento do Estado português, conhecem incrementos significativos através de programas de apoio à investigação científica, designadamente os programas CIÊNCIA (1990-1993) e PRAXIS (1994-1998), enquadrados nos quadros comunitários de apoio. No que respeita ao

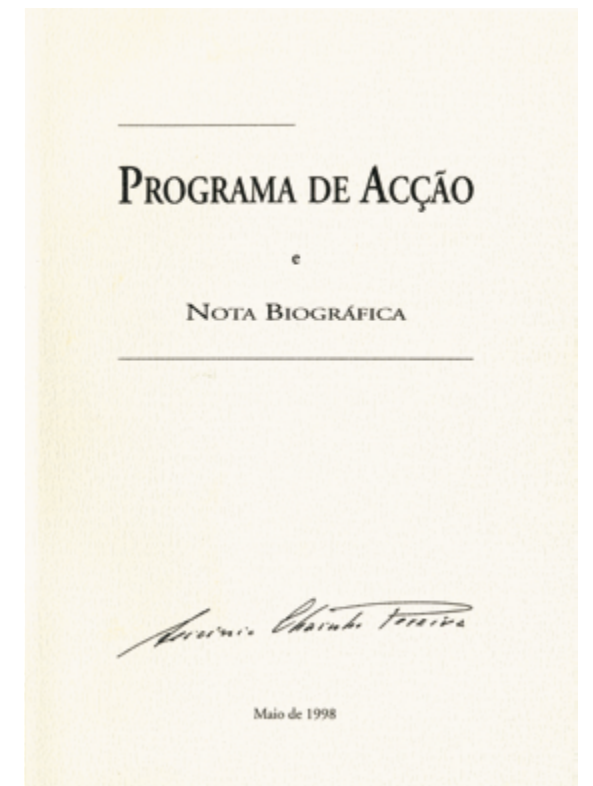


Fig. 8

Capa do programa da candidatura a Reitor de Licínio Chainho Pereira, 1998
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

investimento destinado a instalações, foram determinantes as verbas conseguidas no âmbito do PIDDAC.¹¹³

Chainho Pereira sublinha a importância da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, ao assegurar o financiamento que dotaria a Universidade do Minho dos equipamentos necessários ao ensino e à investigação, investimentos que muito dificilmente teriam sido realizados à margem dos apoios financeiros da Comunidade Económica Europeia. Nas suas palavras, “*os anos 90 foram os anos que ergueram a universidade, à custa dos financiamentos conquistados*”¹¹⁴. Chainho Pereira teve nessa tarefa um papel de grande relevo, na medida em que, ao longo dos anos em que foi vice-reitor, foi responsável pelo dinamismo e pelos sucessos da Universidade nesta matéria.

As Universidades portuguesas perceberam que do acesso aos fundos de apoio da Comunidade Europeia dependia o seu desenvolvimento. Porventura, a Universidade do Minho, cuja expansão estava coartada pela crónica escassez orçamental, antecipou-se em muitas das diligências necessárias à captação dessas novas fontes de financiamento. Nesse sentido, foi criada uma dinâmica interna e externa, designadamente com parcerias estabelecidas no âmbito da Associação das Universidades da Região Norte (AURN).¹¹⁵ A tal ponto era decisiva a captação de fundos europeus que a Fundação das Universidades Portuguesas estabeleceu, a partir de 1995, uma representação em Bruxelas, o *Portuguese Research Liaison Office* (PRELO), decisivo na negociação e preparação de candidaturas fortes, que resultaram na captação de fundos volumosos. Foi também importante o papel da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN),

na medida em que foi uma plataforma que procurou assegurar algum equilíbrio na distribuição de verbas dos programas de apoio para a Região Norte.

Quando assume o cargo de Reitor, Licínio Chainho Pereira fecha um ciclo que se iniciara com a fundação da Universidade, no quadro da Comissão Instaladora, e que passara pelos determinantes reitorados de Lúcio Craveiro da Silva e Sérgio Machado dos Santos. É, neste sentido, um elemento de continuidade num ambiente institucional e, mais amplamente, nacional, que entretanto sofrera significativas mudanças. Como tal, os objetivos que travejam o seu mandato orientam-se para a consolidação da Universidade do Minho no que respeita aos pilares estruturantes da sua missão.

Para a prossecução destes objetivos, rodeia-se de uma equipa reitoral mais ampla do que as que estiveram anteriormente em funções na Universidade, equilibrando elementos que transitam do reitorado anterior com novos elementos. Assumem cargos de vice-reitor Vítor Aguiar e Silva e Carlos Bernardo, que transitam do último mandato de Sérgio Machado dos Santos, acompanhados de José Vieira (que fora pró-reitor) e Cecília Estrela Leão, a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-Reitora. No seguimento do seu percurso nos reitorados anteriores, Carlos Bernardo assume a pasta de representação no polo de Guimarães, bem como a da ligação Universidade-empresas e prestação de serviços à comunidade. A Vítor Aguiar e Silva é confiada a coordenação das Unidades Culturais e a cooperação no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. José Manuel Vieira permanece também ligado aos assuntos que já tinha tratado em passagens anteriores por funções reitorais: o planeamento estratégico, a coordenação do Gabinete de Instalações Definitivas e dos Serviços Técnicos e a gestão do polo de Braga. Cecília Estrela Leão é responsável pela Investigação & Desenvolvimento, pelas formações de pós-graduação e pela gestão dos programas comunitários de apoio.

A crescente amplitude e complexidade das funções reitorais levam Licínio Chainho Pereira a nomear quatro pró-reitores: Mino Farhangmer é responsável pela mobilidade académica, marketing e imagem; José Viriato Capela ocupa-se da pasta da qualidade e estágios integrados, sendo substituído no cargo, em 2000, por Leandro Almeida, que assume matérias como a formação de pessoal docente, a qualidade pedagógica e os estágios integrados; António Guimarães Rodrigues (que integra a equipa reitoral entre fevereiro e novembro de 2001) faz a gestão de recursos e o apoio a candidaturas a financiamento. É possível perceber, também, que na equipa reitoral se encontram elementos de várias Escolas da Universidade, em particular das mais antigas e consolidadas.

4.2

Completar a Universidade do Minho e expandir ambições

Nas próprias palavras de Chainho Pereira, o mandato que exerceu entre 1998 e 2002 pode caracterizar-se como sendo de “*estabilização da Universidade*”. Logo em 1998 define que a Universidade dará “*prioridade à estabilização e consolidação, numa óptica de qualidade dos projectos em que se envolveu*”.¹¹⁶ No último ano do seu mandato, frisa

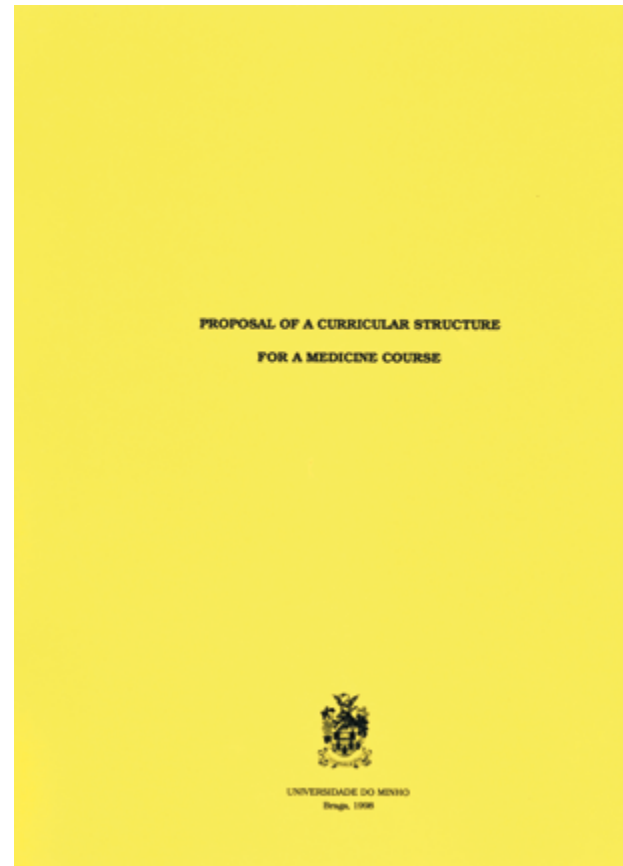
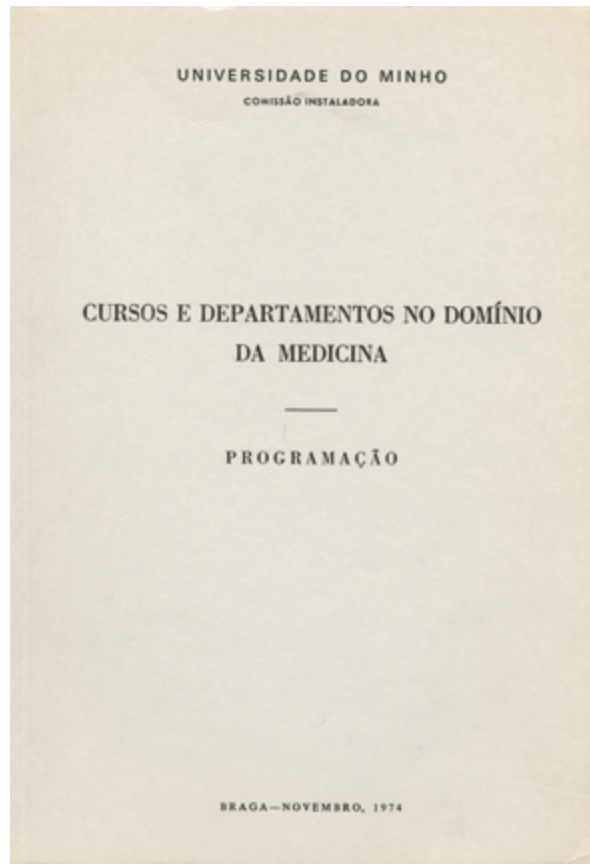
a necessidade de “*uma contínua mobilização [...] pela sustentabilidade e coesão da Instituição e pela assunção de uma cultura de qualidade, rumo à excelência*”.¹¹⁷

Expõe da seguinte forma as marcas do seu reitorado: “*a minha política como Reitor, política que já vinha de trás e que eu entendia que devia ser continuada, foi a de internacionalizar a Universidade, dar prioridade à pós-graduação e aumentar a qualidade do ensino e da investigação*”,¹¹⁸ num momento em que o número de alunos de graduação já se situava nos 15 mil estudantes. Ainda assim, previa-se o aumento do número total de estudantes para cerca de 19 mil no ano letivo de 2002/2003, previsão que não viria a concretizar-se.¹¹⁹

Ao nível do ensino, a mais viva expressão do mandato de Reitor de Licínio Chainho Pereira foi a concretização do curso de Medicina. Definido como uma das âncoras da nova universidade pela Comissão Instaladora, logo em 1974, o projeto do curso de Medicina haveria de ficar suspenso por decisão do Ministério da Educação, num momento em que a cidade do Porto consegue a sua segunda Escola Médica.¹²⁰ Todavia, a Universidade do Minho não desistiu de prosseguir essa ambição, sem a qual se reconheceria incompleta. Percebeu, ao mesmo tempo, que para consegui-lo teria de destacar-se relativamente àquilo que eram os modelos clássicos de ensino da Medicina e apresentar um projeto educativo com um formato inovador, superior e inatacável.

Para o efeito, foram mobilizados todos aqueles que, em diferentes áreas de atuação, poderiam contribuir decisivamente para o sucesso desta vontade e foram-se tecendo redes, sobretudo internacionais, que legitimassem a ousadia desse projeto. No final de 1998, primeiro ano do mandato de Chainho Pereira, chega por fim a autorização legal para que um curso de licenciatura em medicina funcione na Universidade do Minho. Licínio Chainho Pereira teve nesta matéria uma intervenção decisiva ao negociar e assinar com o governo nacional o contrato de desenvolvimento¹²¹ que permitiu a concretização da Escola de Ciências da Saúde e o funcionamento da licenciatura em Medicina, que arrancou em 2001. Fê-lo demonstrando objetivamente que seria uma Escola de elevada qualidade no País, com elementos de diferenciação e acompanhada e recomendada por uma comissão de peritos internacionais. Para além disso, nomeou para a Comissão Instaladora da Escola de Ciências da Saúde pessoas com um enorme peso científico e simbólico: Sérgio Machado dos Santos (anterior Reitor da Universidade e que vai presidir à Comissão), Joaquim Pinto Machado (que integrara a Comissão Instaladora da Universidade, em 1974, com o objetivo de preparar o curso de Medicina e que em 2001 regressou para concretizar essa vontade, tendo tido a honra de lecionar a aula inaugural), Cecília Estrela Leão (vice-Reitora e cientificamente ligada a esta área disciplinar), José Manuel Vieira (vice-reitor com responsabilidade na área das instalações), Carlos Alberto Valério (Diretor do Hospital de S. Marcos) e Manuel Matos de Oliveira (coordenador da Sub-região de Saúde de Braga). (Figs. 9, 10 e 11)

A criação da nova Escola de Ciências da Saúde veio a par com a expansão de outras áreas de conhecimento que se institucionalizavam como unidades orgânicas da



PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O CURSO DE MEDICINA TRADICIONAL E O PROPOSTO PARA A UNIVERSIDADE DO MINHO

CURSO TRADICIONAL *	CURSO DA UNIVERSIDADE DO MINHO **
Conteúdo em estado	Conteúdo em aprendizagem
Ênfase na aprendizagem passiva	Ênfase na aprendizagem ativa
Grande carga horária de aulas formais	Tempo bastante para trabalho individual e em pequenos grupos
Ênfase na memorização	Ênfase na pesquisa e utilização crítica de informação com vista à resolução de problemas
Avaliação essencialmente teórica de conhecimentos memorizados	Avaliação global de conhecimentos, compreensão, aplicação, análise, síntese, comunicação, comportamento
Grande protagonismo dos docentes de disciplinas	Protagonismo centrado nos alunos e nos tutores, com maior participação de unidades curriculares e constituintes de fase
Relação distante entre professores e alunos	Relações próximas, tutores pessoais, melhores oportunidades para o desempenho de papéis modelo
Estrutura curricular rígida e unitária	Estrutura curricular flexível e diversificada, com opções
Organizado por disciplinas independentes com pouca interligação horizontal ou vertical	Organizado por unidades curriculares com integração dos conhecimentos das várias disciplinas tradicionais
Curso dividido em três ciclos, com separação entre as disciplinas biomédicas e a prática clínica	Continuum, com ênfase em o aluno e a comunidade desde o 1º ano e articulação das várias disciplinas entre a clínica ao longo de todo o curso
Conteúdo na doença	Conteúdo na saúde
Perspetiva científica biomédica	Perspetiva integrada bio-psico-social
Prática médica hospitalocêntrica	Prática médica em diferentes contextos (comunidade, centros de saúde, hospitais)
Acesso ao perfil secundário do país	Obtido pelo perfil secundário do país
Estado não avaliado	Avaliação do estado

* Dados levantados pelo questionário enviado do curso de medicina, propostos pelo Instituto Nacional de Saúde da Universidade do Minho, em 1974, e publicados no livro "CURSOS E DEPARTAMENTOS NO DOMÍNIO DA MEDICINA" (1974).
 ** Dados levantados pelo questionário enviado do curso de medicina, propostos pelo Instituto Nacional de Saúde da Universidade do Minho, em 1998, e publicados no livro "PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE" (1998).

Fig. 9

Capa do relatório sobre os cursos e departamentos no domínio da Medicina, 1974

Fonte: UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio da Medicina. Programação*, 1974.

Fig. 10: Capa da proposta de uma estrutura curricular para o curso de Medicina, 1998

Fonte: UMinho-SMS, *Proposal of a Curricular Structure for a Medicine Course*, 1998

Fig. 11

Quadro síntese das principais diferenças entre o curso de Medicina tradicional e o curso proposto para a UMinho.

Fonte: UMinho, *Proposta de Criação da Escola de Ciências da Saúde*, 1998

Universidade. Na sequência da consolidação de domínios estruturantes do saber, é criada também a Escola de Direito, bem como o Departamento Autónomo de Arquitetura (que antecederia a autonomização da Escola de Arquitetura). Para o efeito, procede-se à alteração dos Estatutos da Universidade, em 2000.¹²²

É também de sublinhar a aposta na expansão da oferta de cursos de pós-graduação, designadamente de mestrado, o que foi feito através de um forte incentivo aos Departamentos para que criassem cursos de qualidade, inovadores e correspondendo às necessidades e expectativas do tecido empresarial e de profissionais que pretendessem atualizar as suas qualificações. A aposta na pós-graduação vai traduzir-se num claro aumento do número de estudantes a frequentar este grau de ensino: se entre 1998 e 2001 a média é de 1100 alunos, em 2002 são já mais de 1500 e o número vai crescer sustentadamente a partir de então.

Ao mesmo tempo, encetou-se um novo caminho para a oferta de ensino com a marca da Universidade do Minho, apostando na sua internacionalização através de múltiplas parcerias com instituições de ensino superior estrangeiras, designadamente da América do Sul e da África lusófona. Neste âmbito, foi mesmo adotado um sistema de créditos para equivalência das disciplinas, de modo a facilitar e a tornar mais transparente a formação dos alunos no quadro destas formações em parceria.

Uma preocupação que cruza permanentemente a fase de mais expressiva expansão da Universidade do Minho é a de que ao crescimento em cursos e em número de estudantes correspondesse um nível de qualidade inquestionável. A garantia de qualidade fez-se assegurando recursos docentes qualificados, laboratórios e demais equipamentos, ligação dos formandos com o mundo do trabalho (através de estágios integrados ou curriculares) e a criação das melhores condições de trabalho e estudo para toda a comunidade académica. Essa ambição é levada mais longe com a criação do Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem, que desenvolve um conjunto de iniciativas como seminários e publicações, com o objetivo de sistematizar boas práticas e convocar a comunidade académica para o valor da qualidade. Neste âmbito, acrescenta-se, ainda a participação da Universidade nos programas de avaliação dos cursos superiores da Fundação das Universidades Portuguesas, que decorrem na transição dos anos 1990 para os anos 2000.

Uma área que a Universidade entendeu útil continuar a aprofundar foi a da interação com o meio. Essa foi uma missão muito seriamente encarada pela Universidade desde a sua fundação. Ao longo dos anos de 1990 e na transição para o novo século, a ligação com o tecido empresarial consolida-se e constitui um contributo de relevo para a sustentação da investigação desenvolvida pela Universidade do Minho. Eminente sinal da sua importância é o projeto de criação do polo tecnológico hoje designado por AvePark - Parque de Ciência e Tecnologia, que tendo sido constituído em 2004, teve a sua gestação no âmbito da Associação das Universidades da Região Norte ao longo desse período.¹²³

A interação com a sociedade fez-se também através da atividade cultural protagonizada pela Universidade. Licínio Chainho Pereira, que teve no quadro das funções

que desempenhou nas várias equipas reitorais que integrou um importante papel na coordenação das unidades culturais, continuou, enquanto Reitor, a entender como crucial a missão de dinamização e valorização cultural. Nesse sentido, fez-se no seu mandato a inventariação e registo do património imóvel da Universidade, onde se incluem edifícios de incalculável valor que estão hoje afetos ao Conselho Cultural, conforme se desenvolve no capítulo 7. Data também do seu mandato a negociação que culminaria na doação da Casa Museu de Monção, e que leva até ao Alto Minho a extensão cultural da Universidade.

É também criada no mandato deste Reitor a Fundação Carlos Lloyd Braga, que toma o nome do primeiro Reitor da Universidade do Minho. Entre outras iniciativas, a Fundação organiza anualmente a Cátedra Professor Carlos Lloyd Braga, para a qual uma reputada individualidade, nacional ou estrangeira, é convidada a desenvolver um programa de atividades que culmina com a Aula Aberta, em sessão pública de homenagem ao patrono.¹²⁴ Ainda acerca da dimensão cultural da ação da Universidade neste período, saliente-se a criação da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, uma parceria entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga, inaugurada em 2004, mas que esteve em maturação e construção ao longo da década de 1990.

Para aqueles que ergueram a Universidade, que lhe cinzelaram o perfil e de quase nada fizeram muito, esta foi uma missão conseguida com vontade férrea e com o enorme sacrifício pessoal de quem se entrega plenamente a esse desígnio ao longo de várias décadas. (Fig. 12)

Chainho Pereira é eloquente a descrever esse grupo mais restrito de fundadores, mas também todos aqueles que, mais anonimamente, se dedicaram à formação dos alunos, à criação de conhecimento e à criação de valor para a sociedade:

“A Universidade do Minho foi criada por homens e mulheres que apostaram tudo na investigação e nos projetos de ensino. Houve sempre a consciência de que a Universidade estava acima de interesses individuais”.¹²⁵



Fig. 12 · Sérgio Machado dos Santos e Lício Chainho Pereira no *Encontro As Novas Tarefas do Professor e as Políticas de Formação*, edifício da Abade Loureira, 1978
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Notas

- 1 As balizas cronológicas correspondem à data de posse do Reitor e da Comissão Instaladora, 17 de dezembro de 1973 e 17 de fevereiro de 1974 e ao *terminus* do reitorado de Chainho Pereira, maio de 2002.
- 2 UMinho-RT, Universidade do Minho, *Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo*, Doc. RT- 150582, 1982.
- 3 UMinho-RT, Universidade do Minho, *Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo*, Doc. RT- 150582, 2.
- 4 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 5 «Auto-óptica» in Silva, 2004: 86.
- 6 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 7 Em 1982, Sérgio Machado dos Santos e João de Deus Pinheiro contavam 38 e 37 anos de idade. Chainho Pereira era um pouco mais velho, tinha então 43 anos.
- 8 Registem-se alguns traços do percurso científico e académico do professor Craveiro da Silva: Tortosendo, Covilhã, 1914 – Braga, 2007. Licenciatura em Filosofia, Instituto de Filosofia de Braga (IFB), 1938; estudos de Teologia em Granada, Economia em Bilbao e Ciências Políticas em Lovaina; doutoramento em Filosofia Social e Política, IFB, 1951. Professor do IFB, desde 1949, em breve com funções de diretor, no quadro da elevação do estabelecimento a Faculdade de Filosofia de Braga, pertencente à futura Universidade Católica, professor catedrático da Universidade do Minho, 1976. Gestão académica: vogal fundador da CIUM até à extinção (1981), vice-reitor na ausência do titular em outubro de 1978 (RT-32/78, 6 de outubro de 1978); atribuição de competências como vice-reitor (RT n.º2/79, 20 de janeiro de 1979 e RT 17/79, 2 de março de 1979, RT s/n.º/80, 17 de janeiro de 1980), pelouros: Unidades Culturais; Relações Exteriores, Serviços e Reprografia. Mendes, 2006: 149-161.
- 9 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 10 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 11 Brandão, 2012:191-192. Ver também Ruivo, 1998. Os principais centros da investigação de então consistiam no *Instituto de Alta Cultura*, na *Junta de Investigações do Ultramar*, no *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*, no *Instituto Nacional de Investigações Industriais*, no *Laboratório Nacional de Investigação Veterinária*, na *Comissão Coordenadora para a O.T.A.N.*, na *Junta de Energia Nuclear* e universidades.
- 12 Brandão, 2012: 192.
- 13 Licenciado de mérito correspondia ao licenciado que terminava o curso com média final igual ou superior a 16 valores.
- 14 Entrevista Carlos Bernardo, 1ª entrevista, 15 de maio de 2013.
- 15 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 16 Entrevista Chainho Pereira, junho 2013.
- 17 Castelo, 2007.
- 18 O percurso de investigação de Barreiros Martins deveu-se a razões de desempenho e valorização profissional. Realizou estudos de pós-graduação em Londres: diploma de estudos pós-graduados pelo Imperial College of Science and Technology, da Universidade de Londres (1961) e Master of Science (MSc Eng) pela Universidade de Londres (1962). Em paralelo à atividade de engenheiro que exercia no LEMMS, desempenhou funções de docência nos EGUM/ULM (1963-1975). Concluiu o doutoramento em engenharia civil, pela Universidade do Porto, em 1966. Três anos depois, realizou provas públicas para professor agregado na FEUP, a que se seguiram as provas

- para professor catedrático (1970). Teve, então, lugar a contratação para professor do quadro da ULM (1969) e como professor catedrático (1970). Exerceu funções de diretor do Departamento de Engenharia da ULM, entre 1972 e 1975. Integrou o quadro da Universidade do Minho, na qualidade de catedrático, desde 1 de abril de 1975. Entrevista a Júlio Barreiros Martins, 1ª e 2ª entrevistas.
- 20 Luis de Jesus Santos Soares, licenciado em Engenharia Química pela FEP-UP. Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade de Luanda, entre 1965 a 1974. Realizou o doutoramento em Engenharia Química, na Universidade de Birmingham, entre 1969 e 1972. Foi diretor do Departamento de Engenharia Química da UL e membro do Gabinete de Instalações Definitivas da respetiva universidade. Em 1973, foi convidado por Guedes de Carvalho para o Departamento de Engenharia Química, da FEUP, convite que adiou em razão do compromisso com o Reitor da Universidade de Luanda, sobre o projeto das instalações definitivas. O convite para ingressar na Universidade do Minho partiu de Barbosa Romero, numa das paragens por Luanda, no regresso a Portugal, vindo de Moçambique. Na mesma altura, foi também convidado Hernâni Maia, que era então diretor do Departamento de Química da UL. Nos anos fundadores da Universidade do Minho, exerceu a presidência do CPU, tendo sido responsável pela coordenação e organização dos processos dos cursos e pela análise dos processos de recrutamento do pessoal docente, em parceria com Machado dos Santos, presidente do CCU. Entrevista a Luís de Jesus Santos Soares, julho 2013.
- 21 Como sublinhou Guimarães Rodrigues foram várias as soluções encontradas por aqueles cuja trajetória de vida foi afetada profundamente pelo processo de independência – no contexto da incapacidade do regime marcelista de resolver politicamente o conflito colonial. As respostas foram plurais e traduziram-se na vinda para a metrópole, na emigração para outros países (designadamente para universidades norte-americanas), na continuidade em Moçambique, a par de outros que não mais se encontraram. Entrevista a Guimarães Rodrigues 29 de maio de 2013.
- 22 A Universidade do Minho integrou nos seus quadros um universo significativo de professores, técnicos e funcionários da ULM e, em menor número, da UL, que tinham o estatuto de adidos. De acordo com a listagem de Pereira e Freitas, o universo totalizava 143 elementos, 56 pertencentes ao pessoal docente e 87 ao pessoal não docente. Pereira, e Freitas, 2007: 138-139. Esperamos que o Arquivo Digital da Universidade do Minho, em construção, venha a disponibilizar um arquivo oral de memórias e testemunhos significativo.
- 23 UMinho-CIUM, « Acta n.º260», 11 de julho de 1980; entrevista Sérgio Machado dos Santos, 9 de janeiro de 2013. Segundo Sérgio Machado dos Santos, Victor Crespo nunca perdeu o Lloyd Braga o facto de este não ter facilitado o seu enquadramento na Universidade do Minho, após o seu saneamento da Universidade de Coimbra, em 1975; «Auto-óptica» in Silva, 2004: 87.
- 24 «Auto-óptica» in Silva, 2004: 59-96, em especial 77-78.
- 25 No verão de 1981, Barbosa Romero decidiu sair da Reitoria e aceitar a comissão de serviço no Laboratório Nacional de Energia e Tecnologia Industrial, organismo que se encontrava sob a presidência de Veiga Simão, de acordo com Chainho Pereira, cf. Pereira, 2007-2008:30.

- 26 Entrevista a José Eduardo Lopes Nunes e Silva, 2014.
- 27 Despacho n.º279/81 do Ministério da Educação e das Universidades; UMinho-RT, *Despacho RT-30/81*, 3 de novembro de 1981.
- 28 José Eduardo Lopes Nunes (Angola, 1929), professor de Geologia, licenciado pela Universidade de Coimbra, doutorado em Ciências Naturais, em França (Universidade de Nancy), investigador na Universidade de Lourenço Marques, ingressou nos quadros da Universidade do Minho em 1976. João Evangelista de Jesus Simão (Cantanhede, 1929), professor de Química, licenciado pela Universidade de Coimbra, doutorado na Universidade de Bona, RFA, professor da Universidade de Coimbra, exerceu uma comissão na Universidade de Lourenço Marques em 1967. Ingressou na Universidade do Minho, em outubro de 1976. Entrevista a José Eduardo Lopes Nunes, 2014; cf. também <http://cq.e.ist.utl.pt/speq/files/cv-simao.pdf>.
- 29 Abílio Lima de Carvalho (Viana do Castelo 1928-2006), formação em Teologia, doutorou-se em Antropologia, pela Universidade de Columbia, NY. Ingressou na Universidade do Minho, após ter desenvolvido carreira docente no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e na Universidade de Luanda.
- 30 Dos 6 professores presentes na 2ª volta da eleição, quatro pertenciam às ciências e tecnologias.
- 31 Como o sugere o testemunho magistral de Vítor Aguiar e Silva ao designá-lo como o “*Reitor da sabedoria e da prudência que soube serenar espíritos e congregar vontades*”, em AAVV, 1994: 11.
- 32 Discurso no âmbito da tomada de posse como Reitor eleito da Universidade do Minho, 18 de janeiro de 1982, cf. Silva, 2004: 14.
- 33 Craveiro da Silva recusou nomear os dois vice-reitores propostos pelo ministro, Victor Crespo, que eram “*amigos dele e também meus amigos, mas um era especialista em mineralogia, o outro era especialista em química, e eu disse: ‘Oh senhor ministro, desculpe mas não. Eu preciso é de engenheiros porque se trata de construir a universidade.’*” Cf. «Auto-óptica» in Silva, 2004: 77-78.
- 34 A eleição de Sérgio Machado dos Santos para mais um mandato para presidente do CCU ocorreu a 16 de dezembro de 1981. O resultado das eleições foi expressivo: Machado dos Santos obteve mais de metade dos votos da assembleia (27 em 40), indicador dos apoios que congregava no interior do corpo docente, com assento no órgão. O 2º candidato mais votado, a uma distância considerável, foi João Evangelista, com 7 votos. Um novo ato eleitoral teve lugar, a 23 de março de 1982, na sequência do pedido de dispensa pela nomeação de Machado dos Santos para a vice-reitoria. Lícino Chainho Pereira foi eleito à 2ª volta, com mais de metade dos votos (19 em 33), seguido por Hernâni Maia (8 votos), Lopes Nunes (3 votos), Isabel Calado Ferreira (1 voto), além dos votos brancos e nulos (3 no total), todos pertencentes à unidade das ciências. Cf. Maria Francisca Xavier em Universidade do Minho-Serviço de Imprensa, *Boletim Informativo Universidade do Minho*, Set/Mar, n.º1, 10 de fevereiro de 1982: 19. Recorde-se que Machado dos Santos exerceu ininterruptamente a presidência do CCU, desde a criação do órgão, em 1976, a convite (e pedido expresso) do Reitor Lloyd Braga, na qualidade de professor extraordinário, categoria que corresponde atualmente a professor associado.
- 35 O ato eleitoral teve lugar a 20 de janeiro de 1982. João Evangelista foi eleito à 2ª volta, por maioria dos votos (com 9 votos), seguido por Luís de Jesus Soares (6 votos). A eleição do Presidente do Conselho Pedagógico era realizada a partir de um colégio eleitoral composto

- pelo Reitor, presidentes ou representantes das Unidades Pedagógicas e dos Conselhos Pedagógicos de Cursos, por alunos representantes dos cursos e por 2 representantes, respetivamente, dos assistentes e dos assistentes estagiários, e pelo diretor dos Serviços Académicos. Cf. Maria Francisca Xavier em Universidade do Minho- Serviço de Imprensa, *Boletim Informativo Universidade do Minho*, Set/Mar, n.º1, 10 de fevereiro de 1982: 19.
- 36 Os dois professores foram convidados a integrar a equipa de Carlos Lloyd Braga, nomeado, entretanto, presidente do Instituto Politécnico de Faro e presidente da respetiva Comissão Instaladora, em junho de 1982. Luís Soares foi presidir à Escola Superior de Educação de Faro e Chainho Pereira nomeado presidente da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão (data dos despachos: 21 de maio de 1982). Por inerência de funções, eram ambos vogais da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Faro. Pereira, e Freitas, 2007: 134.
- 37 Universidade do Minho. *Relatórios de actividades da Universidade do Minho*, 1983, 1984.
- 38 Eleito Reitor a 24 de outubro de 1984 (despacho RT-14/84 e despacho RT- 15/84, 17 de outubro de 1984). A cerimónia de tomada de posse teve lugar a 27 de novembro de 1984, seguida à cerimónia de jubilação do Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Reitor cessante (despacho RT 19/84, 14 de novembro de 1984).
- 39 Registe-se uma breve síntese do percurso académico e científico de João de Deus Pinheiro: professor da ULM, entre 1970-73, após licenciatura em Engenharia Química Industrial, no IST. Realizou estudos de pós-graduação e doutoramento na Universidade de Birmingham, em Ciências de Engenharia, que concluiu em 1976, já na qualidade de docente da Universidade do Minho (1975). Três anos mais tarde, ascendeu ao topo da hierarquia académica, na esteira das provas de agregação, realizadas no mesmo ano. No campo da gestão universitária destaca-se a coordenação do GEID, pelouro que conservou no âmbito da vice-Reitoria (1982-84). Desempenhou, em paralelo, funções de relevância estratégica no INICT, como membro do Conselho Consultivo (1979-89) e seu vice-presidente (1983-84).
- 40 Exerceu funções de chefe de gabinete do ministro da Educação Victor Crespo (VI governo constitucional) e de secretário de estado da Educação e da Administração Escolar, do ministro Fraústo da Silva (VII governo constitucional).
- 41 O convite para ministro da Educação enquadrou-se na trajetória política que desenvolveu, em paralelo à carreira de professor universitário, que veio a consolidar nos anos seguintes: ministro no X, XI e XII governos constitucionais (pastas da Educação e Negócios Estrangeiros), e comissário europeu, na década de 90.
- 42 «Auto-óptica» in Silva, 2004: 87.
- 43 Sérgio Machado dos Santos, 1ª entrevista, 9 de janeiro de 2013.
- 44 Registe-se uma breve síntese do percurso académico e científico de Sérgio Machado dos Santos: licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, FEUP, 1968; doutoramento em Sistemas de Controlo, Universidade de Manchester, 1975; assistente extraordinário da FCUP 1965-1969; assistente da ULM 1969-1975; professor auxiliar da Universidade do Minho 1975-1979; professor extraordinário e catedrático 1979. Cargos de gestão: presidente CCU 1976-1982; vogal CIUM entre abril de 1979 a dezembro de 1981; vice-reitor da III equipa reitoral, responsável pelos seguintes pelouros: serviços sociais, serviços académicos, planeamento e gestão de espaços, centro de informática, unidade de reprografia e publicações (atribuição de competências Despacho RT -1/85, 9

- de janeiro de 1985).
- 45 Registe-se uma breve síntese do percurso académico e científico de Chainho Pereira: licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, IST, 1968; doutoramento em Sistemas de Controlo, Universidade de Manchester, 1975; assistente da ULM 1969-1975; professor auxiliar da Universidade do Minho 1975 a 1979; professor extraordinário e catedrático 1979. Cargos de gestão: Vogal da CIUM, outubro a dezembro de 1981; presidente do Conselho Científico, março 1982 a junho de 1982; presidente da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Faro, junho de 1982 a março 1983 e vogal da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Faro, junho de 1982 a março 1983; vice-reitor da III equipa reitoral – Pelouros: Unidades Culturais, Centro integrado de Formação de Professores (CIFOP), Proposta de Estatutos.
- 46 Era ainda o responsável pela presidência das provas académicas. Registe-se um breve apontamento do percurso académico e científico de Barbosa Romero: licenciatura em Engenharia Químico Industrial, IST, 1951; doutoramento em Engenharia Química, Universidade de Birmingham, 1967; assistente IST (1950-1967), professor ULM (1967-1974), professor catedrático 1972; professor Universidade do Minho contratado a 1-3-1974. Funções académicas: vogal fundador da CIUM; vice-reitor da I equipa reitoral; Reitor em exercício II equipa reitoral; pró-reitor da IV equipa reitoral (nomeado por despacho RT -39/86, em 15 novembro de 1986) e presidente do Senado Universitário.
- 47 Entrevista Sérgio Machado dos Santos, 2ª entrevista, 16 de janeiro de 2013.
- 48 Joaquim José Barbosa Romero, *Candidatura*. Universidade do Minho, 1987 e Sérgio Machado dos Santos, *Programa de acção*. Universidade do Minho, 1987.
- 49 Eleito Reitor a 18 de março de 1987. A cerimónia de posse tem lugar a 29 de maio de 1987. Fim do mandato abril de 1990.
- 50 Pelouros: Unidades Culturais, Centro de Documentação Europeia (CDE-UMinho), CIFOP, Prestação de Serviços à Comunidade e Cooperação em I&D, Erasmus (nomeação e atribuição de competências RT-20/87, 1 de junho de 1987, RT -44/88, 16 de novembro de 1988).
- 51 Registe-se um breve apontamento do seu percurso científico e académico: Nova Lisboa- Angola, 1929; licenciatura em Geologia, UC, 1956; doutoramento em Ciências Naturais pela Universidade de Nancy I, 1972; investigador da ULM, 1963 a 1972, professor ULM 1972-1975, Universidade do Minho 1976-1979; professor extraordinário 1979-1981; professor catedrático 1981 a 2000. Cargos de gestão universitária: vogal CIUM outubro de 1981 a dezembro 1981, presidente do CCU 1982-1984, vice-reitor da VI e VII equipa reitoral – pelouros: serviços de documentação, reprografia e publicações; planeamento da investigação científica e formação do pessoal docente; política editorial; estágios integrados das licenciaturas em ensino (nomeação e atribuição de competências RT-20/87, 1 de junho de 1987).
- 52 Registem-se alguns traços do seu percurso científico e académico: Lisboa, 1945, licenciatura Engenharia Química Industrial, IST, 1971, doutoramento Engenharia Química, Imperial College, 1978; assistente da ULM 1971-1975, Bolseiro Universidade do Minho 1975-1977, professor auxiliar Universidade do Minho 1978; professor associado 1980, professor associado com Agregação 1987, professor catedrático da 1988. Cargos de gestão: coordenador do GID em substituição do titular 1982-1985, coordenador do GID 1985-1990, Presidente da Escola de Engenharia 1992 a 1996, Presidente do Departamento Autónomo de Arquitetura 1996-2004; pró-reitor: coordenação do GID e vistoria de empreitadas (nomeação e atribuição de competências RT-11/87, 13 de abril de 1987, RT-29/89, 13 de abril de 1989).
- 53 Registe-se uma síntese breve do percurso científico e académico de Cabeça da Silva: Figueira da Foz, 1948/2006; licenciatura Engenharia Eletrotécnica, FEUP, 1971, doutoramento Engenharia Têxtil, Université de Haute Alsace e Louis Pasteur de Strasbourg, 1979; assistente ULM 1972-1974, assistente Universidade do Minho 1974-1979; professor auxiliar 1981-1987; professor associado com agregação 1985-1986; professor catedrático 1986; responsável pela Linha de Ação n.º 1 do Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil 1979-1989, diretor do Curso de Engenharia Têxtil 1979-1983; vice-presidente da Escola de Engenharia 1987-1989; pró-reitor (nomeação e atribuição de competências RT-12/87, 13 de abril de 1987; RT 43/88, 16 de novembro de 1988).
- 54 A identidade programática espelha-se, analogamente, nos programas de candidaturas para reitores. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro, *Programa de acção*, Universidade do Minho, 1984.
- 55 Entrevista Sérgio Machado dos Santos, 2ª entrevista, 16 de janeiro de 2013.
- 56 A decisão foi tomada em sede da Comissão Especializada do Senado para o Planeamento. UMinho – SMS, Senado Universitário – Comissão Especializada do Senado para o Planeamento, *Ata n.º/87*, 24 de março de 1987. A comissão integrava professores da instituição bem como personalidades externas de reconhecido mérito, em menor número: Barbosa Romero, Sérgio Machado dos Santos, Licínio Chainho Pereira, Hernâni Maia, Júlio Barreiros Martins, José Esgalhado Valença, José Eduardo Lopes Nunes, José Ribeiro Dias, Carlos Bernardo, Dr. Fernando Gonçalves, Dr. Santos Simões, Eng.º. Aguiar Monteiro e Dr.ª Maria Fernanda Teixeira Ferreira. Figuravam na comissão, ainda que ausentes da sessão, João de Deus Pinheiro, Carlos Lloyd Braga, Oliveira Ramos, Francisco Carvalho Guerra e Eng.º João Cravinho.
- 57 Ponto 9 do documento final à Ata, UMinho – SMS, Senado Universitário – Comissão Especializada do Senado para o Planeamento, *Ata n.º/87*, 24 de março de 1987, 4.
- 58 Universidade do Minho. *Relatórios de actividades da Universidade do Minho*, 1989, 1990.
- 59 Universidade do Minho. *Relatórios de actividades da Universidade do Minho*, 1989, 3.
- 60 Fukuyama, 1992:14.
- 61 Hobsbawm, 1996.
- 62 Cf. Giddens, 1992. Robertson, 1994.
- 63 Cf. Bauman, 2004.
- 64 Seixas, 2003: 26.
- 65 World Bank, *Higher education: the lessons of experience*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 1994.
- 66 Seixas, 2003: 37.
- 67 Saliente-se a criação da Associação Europeia de Universidades e da Associação das Universidades Europeias.
- 68 Bourdieu, 1979.
- 69 Seixas, 2003: 66-67.
- 70 Decreto-Lei 397/77, de 17 de setembro de 1977.
- 71 Decreto-Lei 491/77, de 23 de novembro de 1977.
- 72 Seixas, 2003: 83.
- 73 PORTATA, Alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistema de ensino. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+subsistema+de>
- +ensino-1017, consultado em outubro de 2013.
- 74 A considerar, como legislação estruturante do sector privado do ensino superior, nesta época, os Decretos-Lei n.º100-B, de 8 de abril de 1989 e o n.º271/89, de 19 de agosto de 1989, sendo ministro da Educação João de Deus Pinheiro e Roberto Carneiro, respetivamente.
- 75 Seixas, 2003: 125.
- 76 A Universidade Católica Portuguesa possui um estatuto que a diferenciada tanto das instituições públicas, quanto das privadas, na medida em que foi criada ao abrigo da Concordata assinada entre o Estado português e a Santa Sé, em 1940. A Universidade Católica Portuguesa integra o Conselho de reitores das Universidades Portuguesas.
- 77 Lima, 2012.
- 78 Simão, Santos e Costa, 2002: 86.
- 79 Simão, Santos e Costa, 2002: 155-172.
- 80 Magalhães e Santiago 2012: 234-239.
- 81 Santos, 2002b: 41.
- 82 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2000, 2001*.
- 83 UMinho – SMS, Senado Universitário – Comissão Especializada do Senado para o Planeamento, *Ata n.º/87*, 24 de março de 1987.
- 84 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2002, 2003*.
- 85 Entrevista Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 86 Registe-se um breve apontamento do percurso científico e académico de Vítor Aguiar e Silva: Penalva do Castelo, 1939; licenciatura Filologia Românica, FLUC, 1962, doutoramento Literatura Portuguesa, UC, 1972; assistente FLUC 1962-1972, professor auxiliar 1972-1978, professor extraordinário FLUC 1978-1979, professor catedrático FLUC 1979; professor Universidade do Minho 1977. Pelouros: Unidades Culturais, Serviços; Política Editorial da UM, Cooperação com os Países de Língua Portuguesa, Planeamento do Desenvolvimento das Escolas nas áreas das Humanidades (nomeação Despacho RT-61/90, 12 de junho de 1990, atribuição de competências Despacho RT- 63/90, 12 de junho de 1990; Despacho RT-17/94, em 18 de abril de 1994).
- 87 Entrevista de Vítor Aguiar e Silva, 24 de julho de 2013.
- 88 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 2ª entrevista, 16 de janeiro de 2013.
- 89 Pró-reitor da VII equipa reitoral e vice-reitor da VIII equipa reitoral. Pelouros atribuídos; coordenação do Sector de Planeamento Estratégico da Universidade no que respeita a construções, Representação da Universidade em Guimarães sobre planeamento. (Nomeação Despacho RT-62/90, 12 de junho de 1990; Atribuição de Competências Despacho RT 64/90, 12 de junho de 1990). Coordenação do Planeamento Estratégico da Universidade em articulação com os demais pelouros da Reitoria e com as Escolas; coordenação do Planeamento do Desenvolvimento do Polo de Guimarães, em articulação com o desenvolvimento da Universidade como um todo; coordenação das Associações Universidade-Empresas. Presidência dos júris de concursos para professores catedráticos e associados, de provas para a obtenção do título de agregado, de provas de doutoramento e de equivalência a doutoramento na Escola de Engenharia (RT-14/93, 1 de março de 1993).
- 90 Assinale-se um apontamento do percurso científico e académico: Braga, 1953. Licenciatura Engenharia Civil, FEUP, 1977; doutoramento Engenharia Civil (Hidráulica), UMinho, 1986; assistente estagiário da Universidade do Minho 1979-1981, assistente 1981-1986, professor auxiliar 1986-1989, agregação 1997, professor associado 1989-1997, professor catedrático 1997. Coordenador do GID 1990-2002;
- Coordenador da Comissão de Planeamento, do Conselho de reitores das Universidades Portuguesas: 1990-2002; pró-reitor; Domínios de intervenção: Coordenação do GID; Coordenação da Comissão para as Instalações Desportivas da Universidade; Coordenação do planeamento do desenvolvimento físico do polo de Braga; Assinatura dos Autos de Vistoria e de Mediação das Empreitadas. Coordenação do sector do planeamento estratégico da Universidade, em ligação com os demais pelouros da Reitoria e com Escolas; Colaboração nas atividades de representação da Universidade com o Reitor e os vice-reitores; Coordenação dos Serviços Técnicos da Universidade do Minho, promovendo a necessárias articulação entre o Gabinete das Instalações definitivas e os referidos serviços (desde abril 1996); Coordenação global da gestão do campus de Gualtar, em articulação com as Unidades Orgânicas e com os Serviços Técnicos.
- 91 Assinale-se um apontamento do percurso científico e académico: Lourenço Marques, 1946; licenciatura Engenharia Químico-Industrial, IST, 1970, Física Molecular, Universidade de Londres, 1978; assistente ULM 1971-1974, assistente Uminho 1976-1978, professora auxiliar 1978-1980, agregação 1986, professora associada 1980-1987, professora catedrática 1987. Cargos de gestão: Presidente da Escola de Ciências 1989-1992, Vice-Presidente do Conselho Académico (abril de 1992 a junho de 1998; julho de 2002 a julho de 2004), pró-Reitora: Coordenação do Planeamento da Investigação Científica e Formação do Pessoal Docente; Coordenação dos Cursos e Programas sobre Qualidade Pedagógica dos Projetos de Ensino; Coordenação dos Estágios Integrados das Licenciaturas em Ensino; colaboração nas atividades de representação da Universidade com o Reitor e os vice-reitores; na qualidade de vice-presidente do Conselho Académico assume a presidência do cargo, por delegação do Reitor (nomeação Despacho RT -96/94, 20 de julho de 1994; atribuição de competências Despacho RT-99/94, em 20 de julho de 1994).
- 92 Registe-se um apontamento do percurso científico e académico: Irão, 1958; licenciatura Organização e Gestão de Empresas, Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1978; doutoramento em Marketing and Strategic Management group, University of Warwick, 1991; assistente eventual 1978-1980, assistente estagiária Uminho 1981-1986, professora auxiliar 1991-1994, professora associada 1994-1997, agregação 1995, professora catedrática em 1997; vice-reitora: Domínios de intervenção: Cooperação Internacional em estreita articulação com o vice-reitor do pelouro (Programa Sócrates; Dossier ECTS); Marketing e divulgação da Imagem da universidade a nível nacional e internacional; colaboração nas atividades de representação da Universidade com o Reitor e os vice-reitores (nomeação RT-45/95, de 23 de novembro de 1995, atribuição de competências Despacho RT-46/95, 23 de novembro de 1995, Despacho RT-19/96, 26 de abril de 1996, Despacho RT-64/96, de 16 de dezembro de 1996).
- 93 Lei n.º108/88, de 24 de setembro de 1988.
- 94 Sérgio Machado dos Santos refere, em entrevista dada a 16 de janeiro de 2013, que a autonomia das universidades era matéria que estava já a ser preparada pelo ministro Veiga Simão, em 1974, mas que, com a transição de regimes, ficou suspensa por década e meia.
- 95 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 17 de janeiro de 2013. O ex-Reitor refere, mesmo, que numa primeira versão a Universidade tentou incluir nos novos Estatutos a possibilidade de uma Assembleia de eleição do Reitor ser plenária, incluindo toda a academia, mas que tal foi rejeitado pela tutela.

- 96 Romero, 1994: 67.
- 97 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 9 de janeiro de 2013.
- 98 Santos, 2002: 54-61.
- 99 Estatutos da Universidade do Minho, 1989. Diário da República n°198, Série I, 29 de agosto de 1989.
- 100 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 17 de janeiro de 2013.
- 101 Santos, 2002b: 48.
- 102 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 17 de janeiro de 2013.
- 103 Santos, 2002b: 48.
- 104 O Conselho de reitores das Universidades Portuguesas é criado através do Decreto-Lei n°107/79, 2 de maio de 1979.
- 105 O Estatuto jurídico do CRUP é alterado pelo Decreto-Lei n°283/93, 18 de agosto de 1993.
- 106 Refiram-se, entre outros, a série de reflexões, publicada pelo CRUP em 1996 e 1997, intitulada *Repensar o Ensino Superior (I. Diversificação, Mobilidade e Organização Curricular; II. A lei da Autonomia das Universidades; III. As Funções da Universidade numa Sociedade em Mudança)*.
- 107 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 108 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 109 Licínio Chainho Pereira toma posse na Comissão Instaladora em outubro 1981.
- 110 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 111 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 112 O CIFOP era o Centro Integrado de Formação de Professores, tendo sido uma estrutura crucial no que respeita aos cursos de Ensino Básico.
- 113 PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.
- 114 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 115 A Associação das Universidades da Região Norte integra as Universidades de Aveiro, Minho, Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro e Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa.
- 116 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 1998, 1999*.
- 117 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2001, 2002*.
- 118 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 119 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 1999, 2000*.
- 120 O Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, integrado na Universidade do Porto, é estabelecido em 1975, sendo a sua licenciatura em Medicina criada em 1979.
- 121 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2000, 2001*.
- 122 D.R 1ª Série B, n°119, 23 de maio 2000, *Despacho Normativo n°25/2000*.
- 123 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.
- 124 Recorde-se que Chainho Pereira é, em coautoria com Cândido Varela de Freitas, autor de uma obra sobre o primeiro Reitor da Universidade, intitulada *Carlos Lloyd Braga: Um Homem de Fazer e editada em 2007 pela Fundação Carlos Lloyd Braga*.
- 125 Entrevista a Licínio Chainho Pereira, 10 de outubro de 2013.

Capítulo 4

Tempos de mudança

Vinculadas à matriz primordial tanto quanto aos desígnios do futuro, as universidades souberam resistir aos anúncios da sua obsolescência e reinventar-se quando sopravam ventos de mudança.

Com a aproximação do fim do século XX, o mundo entra num processo de aceleração histórica que traz uma vaga de transformações que rapidamente ecoam nas instituições de ensino superior. *A torre de marfim* em que a universidade se abrigara é tomada pela transfiguração das estruturas políticas e económicas. Abrindo as portas às necessidades e aspirações de sociedades em crise paradigmática, as universidades encontram-se perante injunções que, num curto intervalo de tempo, levarão à reconfiguração de modelos e práticas das instituições universitárias.

Uma estreita trama uniu os destinos da Universidade do Minho às circunstâncias do País. Apesar da juventude do seu percurso, a Universidade vai ver-se envolvida, sobretudo ao longo dos últimos mandatos reitorais, na voragem de mudança e na senda da incerteza e dos ciclos de recomeço. A universidade sem muros é, a vários títulos, um símbolo complexo deste tempo.

1 **Desafios e mutações na universidade portuguesa: enquadramento sociopolítico**

A multiplicação de instituições de ensino superior, o acesso massificado de estudantes, a evolução do sector à escala global, os constrangimentos orçamentais e as crescentes exigências colocadas às instituições distinguem claramente o período que medeia os anos 1980 e 1990 dos tempos que se lhe seguem. Após a estruturação e robustecimento do sistema de ensino superior nacional, incluindo a erupção do sector privado, o contexto dos anos 2000 traz expectativas, e também receios, de transformações substantivas. O sentido da mudança parece inequivocamente estabelecido, num quadro de liberalização das políticas para o ensino superior: criação de um mercado europeu de ensino superior, centralidade da investigação e da transferência de conhecimento para a sociedade, adesão a lógicas de competição global.

1.1 **A reforma jurídica e a nova orgânica universitária**

Em Portugal, a materialização das mudanças vai plasmar-se na reforma do enquadramento jurídico, que imporá uma revisão significativa dos modelos orgânicos das universidades e abrirá um novo entendimento acerca da autonomia das instituições.

No seguimento da avaliação feita ao sistema de ensino superior pela OCDE¹, a pedido do governo português, em 2007, é publicado o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro). Ao contrário da legislação que vem substituir – a Lei da Autonomia Universitária de 1988 –, a tónica da nova lei não estava numa cultura institucional democrática e participativa, onde estão garantidas as liberdades de ensinar e de investigar, mas na introdução uma cultura de elevado desempenho na investigação, no ensino e na ligação à sociedade. De acordo com Maria Eduarda Gonçalves, a alteração legislativa segue os passos dados noutros países europeus, como o Reino Unido e os Países Baixos, no sentido de introduzir as doutrinas do *New Public Management* na gestão das instituições universitárias, expondo-as ao ambiente externo e ao mercado.

A reforma é vista pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, como fundamental para criar instituições mais autónomas em relação ao financiamento estatal e mais abertas ao mundo exterior, modernizando, assim, organizações que,

refere o ministro retomando o que dissera Miller Guerra no final dos anos 1960, não se autorreformam.²

Para além de um *aggiornamento* lexical, as grandes mudanças introduzidas pela Lei nº 62/2007 ocorrem ao nível da estrutura orgânica das universidades e dos mecanismos de representação inerentes à sua composição. Recorde-se que, de acordo com a legislação até aí em vigor, os órgãos de governo universitário eram o Reitor, a Assembleia e o Senado, sendo todos eles eleitos e estando estes últimos obrigados a representar os três corpos da comunidade académica – docentes e investigadores, estudantes e funcionários.

O RJIES dispõe como órgãos de governo o Reitor, o Conselho Geral e o Conselho de Gestão, prevendo a possibilidade de as instituições criarem um Senado Académico como órgão de consulta onde têm assento representantes das unidades orgânicas. Ao mesmo tempo que os poderes do Reitor são reforçados, é criado o Conselho Geral como órgão fundamental de decisão em termos de definição estratégica das instituições. Todavia a composição deste órgão é significativamente diferente da prevista para o anterior Senado Académico, uma vez que é um órgão de muito menor dimensão (entre 15 e 33 membros), com escassa representação de estudantes e funcionários, com presença de personalidades externas à academia cooptadas pelos restantes membros (representando pelo menos 30%) e onde os docentes e investigadores constituem mais de metade dos membros do Conselho Geral.

Uma outra inovação trazida pelo novo quadro legal é a introdução da possibilidade de as instituições públicas poderem “*requerer ao Governo a sua transformação em fundações públicas com regime de direito privado*” (RJIES, Artº 129º, nº1). Subjacentes a esta proposta estão dois princípios: uma reconfiguração do sentido dado à autonomia universitária, que se desloca da liberdade de ensinar e investigar para a autonomia financeira e de gestão, e a assunção da bondade da gestão privada e orientada para um mercado de serviços e produtos derivados do conhecimento científico, tecnológico e social. Trata-se da introdução do “*managerialist canon*”,³ nas suas várias declinações:

“centralisation in both policy formulation and decision-making processes; [...] less relevance placed on the processes of democratic control assigned to the bodies of collegial decision making; reinforcement of the power of managers and of the technostructure within the organisations; [...] governance based on evidence and the evaluation of results; the introduction of market-type regulations”.

1.2 Ciência e investigação na sociedade de conhecimento

A mesma contextura política, económica e social que está na origem da mudança na arquitetura institucional explica também as políticas que desde meados dos anos

1990 vão fazer do investimento na investigação científica uma bandeira do desenvolvimento e modernização do País. Com o regime democrático ficou clara a necessidade de o país ultrapassar o atraso secular quanto à qualificação da sua população e às condições de produção de conhecimento científico. Todavia, só com a integração na Comunidade Económica Europeia, em 1986, foi possível investir na criação de um sistema científico em Portugal, através do financiamento procedente de fundos estruturais europeus, designadamente os programas CIÊNCIA e PRAXIS XXI.

A primeira década de integração europeia corresponde, também, a uma fase de expansão do sistema de ensino superior, o que será crucial na criação de condições para o impulso da ciência em Portugal, quer em termos de estruturas institucionais e físicas, como na preparação dos recursos humanos. Ao mesmo tempo, é assegurada a participação portuguesa em centros e redes internacionais de investigação (e.g. CERN) potenciando condições de formação e mobilidade para os cientistas nacionais. Em 1990, os gastos em I&D não iam além de 0,49% do PIB, quando a média dos países da União Europeia era de 1,8%.

No estabelecimento de um sistema de ciência e tecnologia estável e em expansão, foi decisiva a aposta política feita desde os governos socialistas liderados por António Guterres (1995-1999 e 1999-2002), que cria, em 1995, o Ministério da Ciência e Tecnologia, área que vai ser liderada pelo ministro José Mariano Gago até 2011, com um interregno entre 2002 e 2005. Nos governos de Durão Barroso (2002-2004), Pedro Santana Lopes (2004-2005) e José Sócrates (2005-2011) a ciência surge associada à tutela do Ensino Superior. Mariano Gago traz um plano estratégico de desenvolvimento da ciência em Portugal que, em virtude da estabilidade política, produz efeitos muito significativos a diferentes níveis:

- o aumento exponencial do investimento, público e privado, em I&D, através do financiamento de unidades de investigação, bolsas de formação avançada e financiamento de projetos de investigação, chegando a 1,71% do PIB em 2009;
- a aposta na qualificação e no emprego científico, de que resultou a duplicação do número de doutorados entre 1990-99 e 2000-09 (com predominância das Ciências da Engenharia e Tecnologia);
- a estruturação de uma rede de instituições de I&D, a maioria das quais sedeadas em instituições de ensino superior, e o exercício regular de avaliação por painéis externos e independentes, em consonância com critérios internacionais (em 2000, 57% das unidades de investigação obtiveram a classificação de Excelente ou Muito Bom);
- a densificação da massa crítica do sistema de ciência e tecnologia (em 2010, havia 8,3 investigadores por mil ativos, superando a média europeia) e de redes de cooperação internacionais (e.g. European Space Agency, parcerias com Massachusetts Institute of Technology e Carnegie Mellon University);
- o aumento exponencial de publicações científicas (2394 em 1995, 12865 em 2010, na base ISI).⁴

Em toda esta estratégia foi determinante o papel da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a agência governamental responsável pela execução da política para a investigação científica em Portugal, que, em 1997, sucedeu à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT).

As sociedades contemporâneas constroem-se sob a égide da mudança e da inovação contínuas. A produção de conhecimento científico e a sua aplicação tecnológica e social têm, portanto, uma função capital no desenvolvimento societal e na competitividade global em que as sociedades estão envolvidas. Estamos perante o que a OCDE designa por “*learning societies*”, sociedades não apenas baseadas na produção e aplicação de conhecimento, mas que incorporam crescentemente a ideia de que a aprendizagem e a investigação são condições imprescindíveis para enfrentarem a complexidade dos problemas presentes e assegurarem o desenvolvimento e o bem-estar social. As universidades assumem-se progressivamente como “*learning universities*”, tanto a um nível institucional, como organizações que souberam renovar-se ao longo dos séculos e que incorporam hoje a mudança no seu ADN, como enquanto centros de ensino que valorizam novos públicos, na ótica da formação ao longo da vida – “*the notion of being a resource centre for the learning society could thus clarify the role and the nature of the modern university*”.⁵

A União Europeia, através da Estratégia de Lisboa, lançada em 2010, e, no seu seguimento, a Estratégia 2020, pretende precisamente orientar a sociedade e economia europeias para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. São instrumentos destas prioridades, sobretudo, o investimento na educação, na inovação e na investigação e a sua mobilização para fazer da Europa um espaço económico competitivo, criador de riqueza e de emprego.

Dois objetivos relevantes são atingir 3% do PIB europeu destinado a I&D e aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma de ensino superior.⁶

Em consonância, o novo Programa-Quadro para a Investigação e a Inovação Horizonte 2020 será uma das mais importantes fontes de financiamento para a investigação científica europeia, sendo fundamental para as instituições nacionais manterem o acesso a fundos que lhes permitam manter a rota de crescimento e de internacionalização promovida nas últimas décadas.

1.3 O Processo de Bolonha e a criação do espaço europeu de ensino superior

Na tentativa de enquadrar as transformações que marcam o ensino superior em Portugal no início do século XXI, é fundamental abordar o Processo de Bolonha e o estabelecimento do espaço europeu de ensino superior. A Declaração de Bolonha foi assinada por 30 países europeus (são hoje 47 os signatários), em 1999, e constituiu o passo decisivo para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Os objetivos

centrais de todo o profundo processo de reestruturação desencadeado então podem resumir-se em cinco vetores:

- reformar os sistemas de ensino superior, tornando-os mais coerentes e compatíveis, unificados num sistema comum de graus em três ciclos de estudos, organizados com base num sistema uniforme de créditos;
- promover a mobilidade académica e a internacionalização da educação superior europeia, tornando-a mais atrativa e competitiva;
- promover a empregabilidade dos graduados e contribuir para a qualificação das populações através da formação ao longo da vida;
- fomentar a aprendizagem centrada no aluno;
- assegurar a qualidade dos sistemas de ensino, através de mecanismos de avaliação e acreditação orientados por princípios comuns.⁷

A este nível, pode dizer-se que o Processo de Bolonha vem dar um sentido claro ao Programa Erasmus, programa de mobilidade académica da União Europeia,⁸ estabelecido em 1987, em que participam cerca de 90% das universidades de mais de trinta países europeus.

Para lá das manifestas mudanças na organização dos ciclos de estudos e as implicações em termos de ensino e aprendizagem, o Processo de Bolonha transportou uma agenda mais ambiciosa que visava estreitar o vínculo entre o ensino superior e a investigação no espaço europeu, sempre na perspectiva de assegurar para a Europa vantagens competitivas no quadro da globalização das economias.

“Another important development that has taken place [...] is a growing interaction between the Bologna process and the building of the European Higher Education Area (EHEA) and the European Research Area (ERA). Furthermore, while at the turn of the millennium the universities of over 30 countries were discussing what decisions should be made in the light of Bologna, the (then) 15 EU countries were simultaneously launching the Lisbon strategy with its key concern to *become the most competitive and dynamic knowledge-based economy in the world, capable of sustainable economic growth, with more and better jobs and greater social cohesion*. This phrase likewise clearly emphasizes the three aspects of competitiveness, the labour market and social cohesion. [...] The nature and future development of this society will depend on the interaction between its education, training, and research systems on the one hand, and its economic, social and cultural needs on the other hand”.⁹

Em Portugal, a implementação do Processo de Bolonha fez-se em ambiente de inquietação na fase inicial, deixando as instituições perante incertezas e indefinições em

relação a aspetos centrais da reforma, designadamente a adequação dos três ciclos de estudos ao sistema binário de ensino superior (que graus poderiam conferir universidades e institutos politécnicos), o modelo de financiamento estatal, a duração adequada dos ciclos de estudos nas várias áreas disciplinares e a aceitação dos novos graus pelo mercado de trabalho.¹⁰ O enquadramento legal necessário à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 só foi publicado em 2005 (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto) e só em 2006 foi produzida legislação específica sobre o regime jurídico de graus e diplomas no ensino superior, em conformidade com o modelo de Bolonha (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março).

Fica estabelecida a divisão do sistema em ensino universitário e ensino politécnico, podendo as universidades conferir os graus associados aos três ciclos de estudos, enquanto o ensino politécnico atribui apenas os graus de licenciado e mestre. O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado deverá ter 180 ECTS no ensino politécnico e entre 180 e 240 no ensino universitário. Todavia, logo no preâmbulo, refere-se que “a análise da experiência europeia mostra que ao 1.º ciclo correspondem, por norma, 180 créditos, isto é, três anos curriculares de trabalho. Para algumas profissões – poucas – são internacionalmente exigidas formações mais longas, correspondentes a quatro, cinco ou seis anos curriculares de trabalho”. Para estas últimas, são criados os ciclos de estudos integrados, formações de 300 a 360 ECTS, que vão funcionar, sobretudo, nas áreas de Medicina, Farmácia, Psicologia, Arquitetura e Engenharia.

1.4 A universidade sob a égide do mercado

A substância das transformações na estrutura do ensino superior que acabam de ser descritas – reorganização orgânica, revisão de graus e diplomas, centralidade da investigação – vem sublinhar o que pode ser designado por *market turn*, uma reorientação para as lógicas do mercado por parte das instituições de ensino, também conceptualizada por alguns autores como “*capitalismo académico*”.¹¹ Neste quadro, o Estado assume-se como regulador e certificador do serviço prestado pelas instituições de ensino superior, mantendo, de forma indireta, o controlo da qualidade das formações, dos diplomas e da investigação científica.

Para responder a tais planos, atividades que estavam a ser concebidas e experimentadas desde as últimas décadas do século XX conhecem agora um desenvolvimento significativo e adquirem carácter compulsório. Referimo-nos à estruturação de sistemas nacionais e europeus de avaliação e de acreditação.

Neste âmbito, é fundamental a criação, em 2000, da ENQA – European Association for Quality Assurance in Higher Education, cuja génese foi contemporânea da Declaração de Bolonha, que visa assegurar a cooperação dos Estados-Membros da União Europeia no desenvolvimento de um sistema de referência comum na avaliação e garantia da qualidade da educação terciária na Europa.

A actuação da ENQA é orientada pelo documento *Standards and Guidelines for*

Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG), de 2005, onde são definidos como princípios orientadores a importância de as instituições desenvolverem uma cultura de qualidade e uma estratégia de melhoria contínua, assumindo a responsabilidade de fornecer serviços de qualidade às sociedades que servem; a complementaridade entre procedimentos internos de garantia de qualidade e a avaliação externa e independente; o estabelecimento de ciclos periódicos e regulares de avaliação, com divulgação pública e transparente dos relatórios produzidos.

Em Portugal, o tema da avaliação e garantia da qualidade foi uma preocupação manifesta desde os anos 1990, nomeadamente no âmbito do Conselho de reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Após os primeiros empreendimentos em matéria de avaliação da oferta formativa, realizados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), e no quadro de criação de agências independentes para o efeito, é instituída a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) enquanto fundação de direito privado, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro.

A criação da A3ES segue de perto o relatório preparado pela ENQA (2006) que salienta os pontos fracos do modelo seguido pela CNAVES (destacando-se aqui a insuficiente independência e a ausência de consequências das avaliações realizadas) e propõe recomendações para um novo sistema de acreditação e avaliação da qualidade. De acordo com o Artigo 3.º, a A3ES tem por missão garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da “*avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior*”.

A Agência tem, assim, por principais funções a garantia de qualidade do sistema de ensino superior, a acreditação dos ciclos de estudo e a avaliação regular do seu funcionamento, a publicitação dos resultados e a promoção da internacionalização do sistema de ensino superior português, no quadro das instâncias relevantes na área, designadamente a European Network for Quality Assessment (ENQA) e a European Quality Assurance Register for Higher Education (EQAR).¹²

Num contexto de avaliação sistemática e de instalação de uma cultura de competitividade entre as instituições de ensino superior, assiste-se, em especial na última década, ao reconhecimento de dispositivos de classificação que pretendem, à escala global, estabelecer uma hierarquia dinâmica das melhores universidades. Os *rankings* têm vindo a impor-se como instrumentos de mensuração e classificação da qualidade das universidades, aperfeiçoando critérios e particularizando as suas análises para dimensões específicas como áreas disciplinares, áreas geográficas e economias emergentes, nas suas sucessivas edições.

Ainda que variando consoante a entidade que confere tais classificações, os indicadores mais relevantes para a elaboração dos *rankings* são a investigação

(publicações científicas, citações), o ensino, a ligação às empresas e a internacionalização. Têm-se destacado o Times Higher Education World University Rankings, o Shanghai Academic Ranking of World Universities, o QS World University Rankings e o CWTS Leiden Ranking. As posições cimeiras, nos vários *rankings*, são sistematicamente ocupadas por instituições dos Estados Unidos da América, seguindo-se a representação das universidades europeias, designadamente britânicas, alemãs e holandesas. É, igualmente, evidente que as universidades do Extremo Oriente têm vindo a fazer rápidas progressões nos *rankings*.

Para concluir a descrição sumária aqui apresentada das transformações que atingiram recentemente a instituição universitária, diríamos que ela está hoje sob a égide do mercado, não sob a forma de um controlo direto, mas através do *rationale* mercantil que permeia cada vez mais a sua atividade. Usando a conceptualização de J. G. Wissema (2009), estamos perante a universidade de terceira geração (*3GUniversity*), que se segue à universidade medieval e à universidade humboldtiana. De acordo com o autor, seguindo ritmos diferentes mas num sentido comum e inexorável, a universidade está em transição para um modelo que a abre ao mundo e onde tem por missão principal “a criação de valor a partir do conhecimento que produz”.¹³

Dito de outra forma, a criação de valor para a sociedade, através da transferência do saber, assume-se crescentemente como terceiro pilar da missão universitária, somando-se ao ensino (qualificação de profissionais) e à investigação (tendencialmente inter ou transdisciplinar), seguindo o princípio da *accountability* perante a comunidade. Nesta perspetiva, considera-se fundamental desenvolver uma cultura empresarial e empreendedora, tanto na gestão das academias, quanto no *ethos* de docentes e discentes.

Ao contrário da fase anterior, as universidades do presente operam num mercado internacional competitivo e funcionam cada vez mais em rede com outras instituições, onde assume particular relevo o sector privado da indústria e dos serviços, a quem fornecem produtos de I&D. O posicionamento global das universidades faz delas instituições multiculturais e cosmopolitas, onde o inglês tende a ser a língua de trabalho em todas as áreas de atividade.

Finalmente, à medida que se posicionam no mercado, as universidades conquistam autonomia e tornam-se cada vez menos dependentes do Estado, não apenas ao nível do financiamento, mas da própria regulação, avaliação e acreditação, que se transfere para o mercado através dos seus *stakeholders*. Em síntese, as universidades estão perante uma injunção que põe em causa muitos dos seus fundamentos: “universities will have to be ‘knowledge businesses’ rather than ‘societal institutions’”.¹⁴

2

A Universidade do Minho na primeira década de 2000: afirmação e abertura

À entrada do século XXI, a Universidade do Minho, contando um quarto de século, assumia plenamente a sua maioridade. As conquistas alcançadas nesse lapso de tempo terão, seguramente, superado as expectativas mais otimistas formuladas no momento da sua fundação.

As vulnerabilidades que haviam marcado os primeiros anos da Universidade tinham sido transformadas em recursos e elementos identitários valiosos. A localização em duas cidades, Braga e Guimarães, que dilacerara o plano da Comissão Instaladora, acabaria por dar à Universidade do Minho dois campi que se consolidaram por si, mantendo, todavia, uma ligação umbilical e crescentemente aprofundada. Os constrangimentos que nos primeiros anos derivavam da escassez de instalações foram sendo gradualmente ultrapassados e, chegado o século XXI, a edificação estava concluída na quase totalidade, embora continuem a surgir novos projetos a exigir a sua expansão. No que diz respeito à oferta formativa, a Universidade torna-se a “*universidade completa*” que ambicionara ser desde a fundação, com escolas e respetiva oferta formativa a compreender as principais áreas do saber – científico, tecnológico, social, humanístico e artístico.

Paralelamente, o modelo organizacional matricial, que permitira à Universidade arrancar a sua atividade com recursos escassos, estrategicamente orientados para os projetos, amadureceu em acordo com as evoluções da própria instituição e dos contextos macropolíticos que determinavam o sistema de ensino superior. Ainda assim, o modelo organizacional foi basilar na racionalização das estruturas de apoio aos projetos de ensino e de investigação, contribuindo para que a Universidade fosse sendo dotada de infraestruturas físicas e de serviços partilhados, como bibliotecas, laboratórios, espaços pedagógicos e plataformas informáticas.

Atingidos os níveis de concretização que asseguravam à Universidade do Minho um estatuto pleno enquanto instituição do sistema nacional de ensino superior, a maioria trouxe consigo a segurança que permite o questionamento acerca dos rumos futuros e ofereceu a oportunidade para a renovação e para a urgência de novas apostas, num contexto nacional e internacional que, como vimos, impunha novas exigências e desafios às instituições universitárias. Cumpridas as fases de criação, expansão e consolidação, ocorre a reorientação de objetivos, seguindo agora os ditames da internacionalização, excelência e diferenciação.

2.1

A rutura na *linhagem* de governo

No início dos anos 2000, António Guimarães Rodrigues, que toma posse como Reitor em julho de 2002, protagoniza uma mudança assinalável na Universidade do Minho: é o primeiro Reitor que não fez parte da Comissão Instaladora. (Fig.1)



António Guimarães Rodrigues
mai 2002 - mai 2006

mai 2006 – out 2009

António Cunha
out 2009 – out 2013

out 2013 –

Vice-Reitores
Aníbal Alves
(jul 2002 a out 2003)
Manuel Mota
(jul 2002 a mai 2006)
Acílio Estanqueiro Rocha
(jul 2002 maio 2006)
José Viriato Capela
(out 2003 a mai 2006)
José Mendes
(out 2003 a abr 2005)

Vice-Reitores
Manuel Mota
(jul 2006 a out 2009)
Acílio Estanqueiro Rocha
(jul 2006 a out 2009)
Leandro Almeida
(jul 2006 a out 2009)

Vice-Reitores
Rui Vieira de Castro
(out 2009 a out 2013)
Margarida Proença
(out 2009 a 2011)*
José Mendes
(out 2009 a out 2013)
Graciete Tavares Dias
(out 2009 a out 2013)

Vice-Reitores
Rui Vieira de Castro
(nov 2013 a –)
José Mendes
(nov 2013 a –)
Graciete Tavares Dias
(nov 2013 a –)
Rui Reis
(nov 2013 a –)

Pró-Reitores
Irene Montenegro
(jul 2002 a mai 2006)
José Mendes
(jul 2002 a out 2003)
João Monteiro
(abr 2005 a mai 2006)

Pró-Reitores
Irene Montenegro
(jul 2006 a out 2009)
João Monteiro
(jul 2006 a out 2009)
Luís Amaral
(jul 2006 a out 2009)
Luís Lobo-Fernandes
(jul 2006 a out 2009)

Pró-Reitores
Vasco Teixeira
(out 2009 a out 2013)
Paula Cristina Martins
(out 2009 a out 2013)
Felisbela Lopes
(out 2009 a out 2013)
Cláudia Viana
(out 2009 a out 2013)
Paulo Ramísio

*Não há despacho de exoneração, mas os dados curriculares indicam que foi vice-reitora entre 2009 e 2011.

Pró-Reitores
Cláudia Viana
(nov 2013 a –)
Felisbela Lopes
(nov 2013 a –)
Paulo Ramísio
(nov 2013 a –)
José Vilela Vaz
(nov 2013 a –)

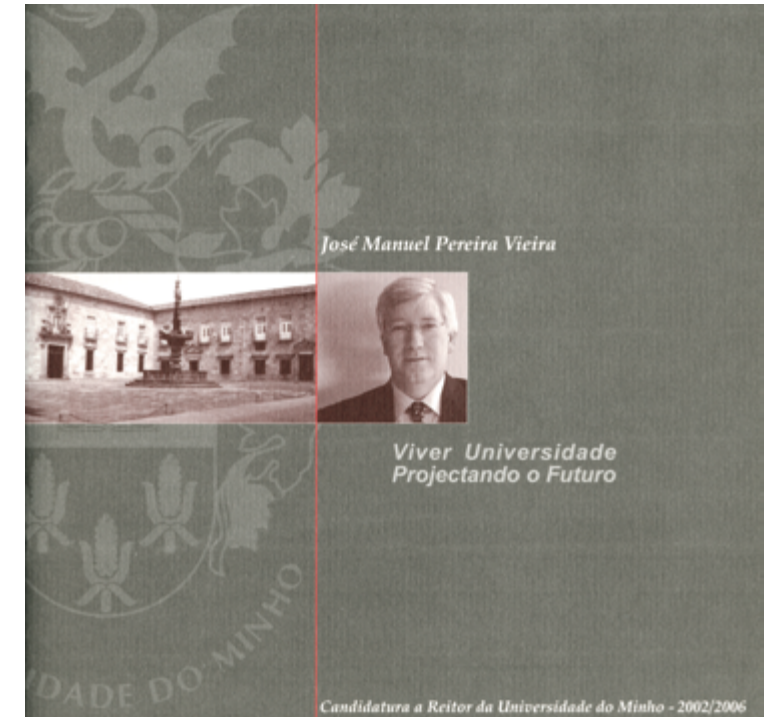


Fig. 2
Capa do programa da candidatura a Reitor de António Guimarães Rodrigues, 2002
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

Fig. 3
Capa do programa da candidatura a Reitor de José Vieira, 2002
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

Fig. 1 - Equipas reitorais da Universidade do Minho, maio 2002 até ao presente
Fonte: *Actas da Comissão Instaladora e Despachos reitorais*. Elaboração própria

É também candidato a essa eleição para a Reitoria José Vieira, que pertencera às equipas reitorais anteriores e tinha como apoiantes alguns dos nomes mais destacados dos anteriores órgãos de governo da Universidade. Acresce que, tendo sido pró-reitor de Licínio Chainho Pereira, Guimarães Rodrigues deixara a equipa reitoral cerca de meio ano antes das eleições de 2002, após ter tomado a decisão de candidatar-se a Reitor e desconhecendo-se ainda que outros candidatos se apresentariam.

O momento eleitoral sinaliza a assunção plena das mudanças nas condições e desafios que a Universidade enfrentaria num futuro próximo. O mundo conhecia transformações aceleradas e, apenas no âmbito europeu, estavam em curso mudanças estruturais como o alargamento aos países da Europa de Leste, a criação da moeda única e o estabelecimento da área europeia de ensino superior, tendo sido assinada, em 1999, a Declaração de Bolonha. Os programas de ambas as candidaturas enfatizam que a Universidade enfrenta um novo ciclo de atuação e que, concluída a fase de expansão, as prioridades estariam na consolidação da Universidade do Minho como instituição de excelência no ensino, na investigação, na relação com a sociedade e na abertura a um mundo em acelerada globalização. (Figs. 2 e 3)

No programa de candidatura de José Vieira pode ler-se:¹⁵

“A personalidade da Universidade do Minho deve ser construída com base, não só na consciência dos riscos que irá enfrentar, nomeadamente as incertezas sobre a forma de participação do Estado no financiamento da Universidade, a quebra demográfica, a crescente concorrência entre instituições do ensino superior, mas também no desafio das oportunidades que se lhe deparam: a inovação dos planos curriculares, a abertura de novos projectos de ensino, a estimulante mobilidade académica no espaço europeu e a ligação à comunidade, entre outras. Tudo isto pressupõe uma nova dinâmica de pensamento estratégico que deverá ser formatada para horizontes temporais alargados.”

Também o programa de candidatura de Guimarães Rodrigues assinala a necessidade de adequar o quadro de ação da Universidade aos constrangimentos nacionais e internacionais que se adivinhavam. Recorde-se que na primeira década de 2000 é já notória a debilidade da economia nacional, evidenciando-se a tendência para a estagnação.

Neste quadro, antecipam-se as dificuldades de financiamento a que as universidades teriam de fazer face e são notórias no programa eleitoral daquele que viria a ser o novo Reitor as preocupações com a reafecção e racionalização dos recursos, com o planeamento estratégico, apoiado por sistemas de informação adequados, com uma ligação mais sólida à sociedade e à região, com a avaliação e acreditação dos projetos de ensino e com a adequação do modelo organizacional da Universidade.

Guimarães Rodrigues, presidente da Escola de Engenharia entre 1997 e 2000, apresenta-se a eleições com uma equipa já definida e com um programa que assume a necessidade de rever as prioridades, de fazer a Universidade do Minho enfrentar os desafios de mudança no ensino superior e de fazer valer, no espaço nacional e internacional, o valor conquistado desde a sua fundação.

Neste sentido, o reitorado que se inicia em 2002 vai constituir-se como uma fase de rutura e transição no governo da Universidade, na medida em que remata uma linha de continuidade, a daqueles que tinham chegado à Universidade do Minho por via da passagem pela Universidade de Lourenço Marques e que constituíram o corpo fundador, num processo de sucessão de gerações.

Guimarães Rodrigues está diretamente ligado a essa matriz, na medida em que também ele passou pela Universidade de Lourenço Marques, primeiro como estudante, onde se graduou em Engenharia Mecânica, em 1972, e depois como docente. Aí conheceu figuras determinantes da história da Universidade do Minho, como Veiga Simão, Lloyd Braga, Barbosa Romero e Barreiros Martins. No quadro do processo de descolonização e planeando o regresso a Portugal, é através de Barbosa Romero, seu professor, que toma conhecimento da recém-criada universidade no norte do país e



Fig. 4
Capa do programa da candidatura a Reitor de António Guimarães Rodrigues, 2006
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

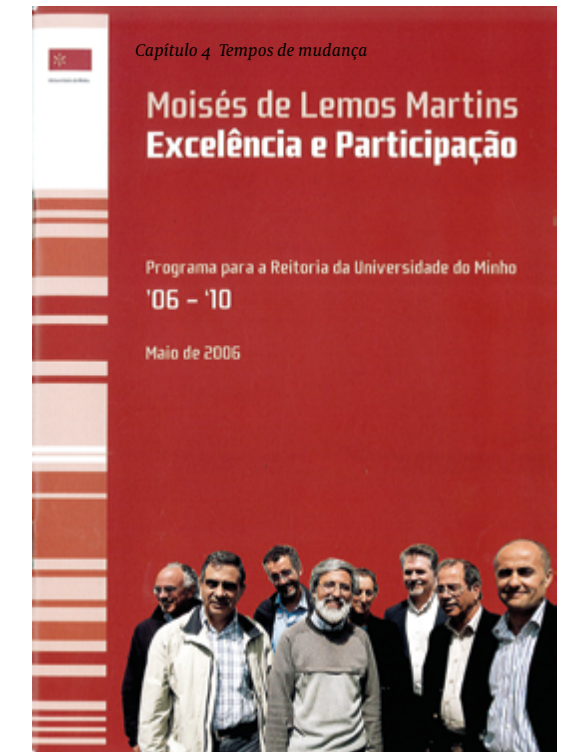


Fig. 5
Capa do programa da candidatura a Reitor de Moisés Martins, 2006
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

aceita aí uma posição, com o compromisso de prosseguir para doutoramento numa universidade estrangeira a curto prazo. Chegado a Portugal, em 1975, integra a Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Exatas e Tecnologias e o Centro de Investigação de Ciências e Engenharia de Sistemas e segue depois para Inglaterra, onde faz mestrado em Investigação Operacional, em 1978, e doutoramento em Engenharia de Produção (especialidade em Ciências de Computação), em 1980, ambos na Universidade de Birmingham. Na Universidade do Minho volta a encontrar aqueles que haviam sido seus professores e colegas em Lourenço Marques e participa ativamente no planeamento de cursos e na criação de infraestruturas.

Guimarães Rodrigues viria a cumprir dois mandatos reitorais, sendo reeleito em 2006, eleição a que se candidata também Moisés Martins. Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais, Moisés Martins protagoniza uma candidatura de rutura com a reitoria de Guimarães Rodrigues, sustentada numa visão humanista da Universidade, sob o mote “*Excelência e Participação*”. São propostas centrais da sua candidatura a defesa de uma cultura de participação na Universidade, a dinamização

cultural dos campi e o aprofundamento da ligação da Universidade com as cidades da região, a aposta em projectos formativos no domínio das artes, a atração de novos públicos à formação universitária e o compromisso com uma gestão baseada no rigor, na equidade e na transparência.

As equipas reitorais de Guimarães Rodrigues, em ambos os mandatos, evidenciam também a transição que vai ocorrer nos primeiros anos de 2000, na medida em que uma nova geração assume os lugares de vice-reitores e de pró-reitores. Nas equipas reitorais já não estão os fundadores, mas aqueles que, tendo chegado à Universidade entre a primeira e a segunda década, aí fizeram as suas carreiras e adquiriram experiência de gestão académica. Um outro dado a salientar é a amplitude das equipas, cujos membros vêm de Escolas diversas, distribuídos pelas áreas de Engenharia, Ciências Sociais, Letras, Educação e Ciências, e que assumem funções crescentemente diferenciadas num quadro de gestão que se vem tornando cada vez mais complexo.¹⁶ (Figs. 4 e 5)

Do ponto de vista da atribuição de competências, é perceptível, nas equipas de Guimarães Rodrigues, uma renovação dos domínios axiais da ação política, reforçando áreas orientadas para objetivos como o planeamento estratégico, o desenvolvimento regional, a coordenação de programas nacionais, comunitários e internacionais de Investigação e Desenvolvimento, a cooperação com países de língua portuguesa, o sistema de informação da Universidade, o acompanhamento das Associações Universidade-Empresa, a qualidade e a avaliação interna e externa do Ensino.

O esforço de fazer representar nos órgãos centrais do governo da Universidade as várias unidades orgânicas foi assumido também na criação do Conselho de Escolas, órgão informal de ligação entre a Reitoria e as Escolas. Em 2005, foi criado o Conselho Estratégico, órgão informal, integrando elementos exteriores à Universidade, com forte representação de empresários e gestores públicos e privados, e que visava orientar a ação da Universidade junto da comunidade, respondendo também aos anseios e necessidades que esta revelava.

Os reitorados de Guimarães Rodrigues, cuja candidatura se fizera na perspetiva de encerrar um ciclo feito de continuidades e de trazer um olhar diferente e inovador sobre as necessidades, prioridades e ambições da Universidade do Minho, não deixam de partilhar dos eixos fundacionais da instituição, mesmo se deles se faz apenas uma revisitação. Nas palavras de António Guimarães Rodrigues, tratava-se de devolver às Escolas autonomia e responsabilidade:¹⁷

“eu acreditava fielmente no modelo matricial da Universidade, a Universidade dos saberes, a Universidade das competências, dos projetos, dos projetos de ensino. Acreditava também que as Escolas eram a sede, eram os alicerces da Universidade, e que a Universidade tinha de se desenvolver com

alicerces fortes. Porque, de facto, a Universidade sem Escolas fortes não tem existência”.

2.2

A universidade sem muros

A transição operada resulta, essencialmente, das novas circunstâncias que se colocam ao ensino superior e à Universidade do Minho em particular. Um dos vetores em que se aposta é a consolidação da Universidade como motor do desenvolvimento da região. As reitorias de António Guimarães Rodrigues são de grande ambição a este nível, designadamente na expansão da Universidade a outros polos e na ligação com as autarquias da região. É elucidativa a posição deste Reitor¹⁸ a este propósito:

“Eu devo dizer que fui apologista de um terceiro polo da Universidade. Na minha Reitoria pôs-se a possibilidade de a Universidade integrar o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Dentro do modelo atual, se me perguntasse se eu preferia a Universidade só com um polo, eu acho que sim. Não tendo sido assim, também há vantagens que se tiram do facto de ser bipolar. Já que houve o cuidado de dar à universidade, não o nome de Universidade de Braga, mas de Universidade do Minho [...]. A Universidade do Minho é uma Universidade nacional e internacional, mas é uma Universidade numa região, não uma universidade regional, porque esse nunca foi o conceito da Universidade. Portanto, o Minho faz sentido, no sentido de uma presença multipolar”.

Sendo o desenvolvimento regional, orientado pela ideia de consolidação do Minho como “*Região de Conhecimento*”, um vetor estratégico, a sua operacionalização principiou com a assinatura, em janeiro de 2004, do *Pacto de Desenvolvimento Regional*, subscrito pela Universidade do Minho, pela Associação Industrial do Minho, pelas Uniões de Sindicatos de Braga e de Viana do Castelo e por 18 das 24 autarquias dos Distritos de Braga e de Viana do Castelo, com o objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado da região, enfatizando a implementação de uma economia digital, baseada no conhecimento, na qualificação e na dinamização da região do Alto e Baixo Minho como espaço científico e cultural.¹⁹ A escorar estas iniciativas estava a ideia de “*Universidade sem muros*”²⁰ e da “*Universidade na região, mas não regional*” que foi uma das bandeiras de Guimarães Rodrigues, em particular no seu primeiro mandato. Apesar dos ambiciosos propósitos, a prossecução do Pacto viu-se dificultada pelo facto de procurar articular instituições ainda pouco vocacionadas para lógicas de cooperação. Todavia, essa plataforma de princípios revelou-se marcante, na medida em que sublinhou o papel dinamizador da Universidade na região, mesmo se alguns dos objetivos só viessem a desenvolver-se após a saída de Guimarães Rodrigues da Reitoria, em 2009.

2.3 Inovação na gestão académica: das redes digitais ao processo de Bolonha

Uma linha de ação a que foi dada particular atenção foi a gestão da informação e da comunicação. Desde o início, até por efeito de algumas áreas tecnológicas de ensino e investigação de que dispunha, a Universidade do Minho teve a preocupação de criar sistemas informatizados de gestão académica. Esta é uma exigência ainda mais premente com a massificação do acesso à rede *web* e a aceleração e intensificação de trocas informacionais. Ao mesmo tempo, torna-se crucial para as instituições de ensino superior, por um lado, simplificar e desmaterializar procedimentos de gestão e, por outro, afirmar-se, nacional e internacionalmente, através da divulgação da sua produção científica, da sua oferta formativa e das suas múltiplas atividades.

Ao longo dos anos 2000, consolida-se a tecnoestrutura de apoio à gestão, tendo sido determinante a perspetiva de Guimarães Rodrigues, que vê como objetivo estratégico dotar a universidade de um sistema de informação preparado para lidar com as exigências e responsabilidades que se colocavam às instituições de ensino superior. Nesse contexto, foi crucial a experiência que teve enquanto Presidente da Escola de Engenharia, onde os problemas se colocaram precocemente e que funcionou como um balão de ensaio para as soluções que, posteriormente, se estenderiam a toda a instituição.²¹

Um dos mais destacados projetos nesta matéria é o do *Campus Virtual*,²² que arrancou como projeto-piloto no primeiro trimestre de 2003, ao abrigo de uma candidatura ao projeto e-U Campus Virtuais.²³ O objetivo foi dotar a Universidade de equipamentos que permitem a instalação de rede *wireless* de banda larga nos espaços universitários, possibilitando a toda a comunidade de alunos, docentes e funcionários um conjunto de funcionalidades e serviços de apoio ao ensino, à investigação e à gestão. Em 2004, todos os espaços universitários, incluindo as residências e a Associação Académica, estavam já cobertos pelo acesso *wi-fi* à rede de dados.²⁴ Ainda no âmbito do planeamento estratégico para as infraestruturas e sistemas de comunicação, a Universidade assinou, em 2004, o Contrato de Consórcio para a gestão e desenvolvimento do projeto *Braga Digital*,²⁵ com a autarquia da cidade e a IDITE-Minho.

A primeira década dos anos 2000 vai assistir a outros avanços na disponibilização de serviços eletrónicos, na sequência do equipamento de infraestruturas de acesso a redes digitais. É exemplo, ao nível da gestão académica, a criação de portais, designadamente dos Serviços Académicos, que passam a permitir a disponibilização de informação e a realização de procedimentos *on-line*, como a inscrição de alunos e o lançamento de pautas, com incrementos de eficiência. Em 2006 é disponibilizada a plataforma de *e-learning*, que permitirá novas práticas pedagógicas de ensino à distância, renovando a relação de ensino-aprendizagem e facilitando a comunicação e a troca de informação entre docentes e discentes.

Também ao nível dos Serviços de Documentação as novas tecnologias de informação e comunicação vão permitir inovações substantivas. Duas iniciativas são de realçar: a Biblioteca do Conhecimento *Online – B-On*, que assegura o acesso de docentes, investigadores e estudantes ao conteúdo integral de artigos científicos das mais importantes editoras de ciência, tecnologia e humanidades, e o RepositóriUM da Universidade do Minho, disponível desde 2003, constituindo-se como o primeiro repositório institucional de uma universidade portuguesa.

O RepositóriUM tem por objetivo “reunir num único sítio o conjunto das publicações científicas da Universidade, contribuindo desse modo para o aumento da sua visibilidade e impacto, garantindo a preservação da memória intelectual da Universidade”.²⁶ Desde o início, a política adotada foi de acesso livre à produção científica publicada, na senda da *Budapest Open Access Initiative* (2002) e da *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (2003). Para tal, foi instituída, desde 2004, uma política de auto-arquivo da produção intelectual dos autores institucionalmente ligados à Universidade do Minho, através das unidades orgânicas a que pertençam.

Conforme foi já exposto, a grande transformação que as universidades europeias vão passar na primeira década de 2000 diz respeito ao modo como os princípios estabelecidos pela Declaração de Bolonha, acordada em 1999, vão exigir revisões profundas aos modelos de ensino e aprendizagem. Em Portugal, o processo de adequação da formação universitária aos princípios de Bolonha decorre a partir de 2005, enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro,²⁷ com o objetivo de que os cursos adaptados ao modelo de Bolonha entrem em funcionamento no ano letivo de 2006/2007. Na Universidade do Minho, como nas restantes instituições de ensino superior do país, o processo começa por ser marcado por muitas incertezas, agudizadas por escassa informação e orientação por parte dos organismos estatais competentes. Isso mesmo é claramente enunciado pelo Reitor da Universidade no “*Relatório de Atividades de 2005*”:

“Todo o processo associado à reformulação [dos cursos] de acordo com o modelo de Bolonha foi extremamente dificultado por falta de regulamentação da Lei de Bases, no que se refere à missão dos sub-sistemas universitário e politécnico. A questão da duração dos ciclos de formação foi dificultada também pela ausência de uma posição comum das Escolas homólogas das diferentes Universidades”.²⁸

Ao longo de 2006, as Escolas e demais órgãos da Universidade, designadamente o Senado e o Conselho Académico, vão trabalhar arduamente na reorganização da oferta formativa, agora organizada em três ciclos de estudos e, sobretudo, na reformulação dos planos curriculares dos cursos. Uma questão fundamental a balizar todo o processo foi a determinação do tempo de formação adequado para a preparação profissional dos estudantes.



Universidade do Minho
Reitoria



Universidade do Minho
Dep. Autónomo de Arquitectura



Universidade do Minho
Escola de Ciências



Universidade do Minho
Escola de Ciências da Saúde



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho
Escola de Direito



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão



Universidade do Minho
Instituto de Educação e Psicologia



Universidade do Minho
Escola de Engenharia



Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Fig. 6
Logótipos da Universidade do Minho e Escolas, 2003
Fonte: GCI, *Manual de identidade gráfica*

Nas áreas da Medicina, Arquitetura, Psicologia e Engenharias (à exceção de Engenharia Informática), os cursos de licenciatura da Universidade do Minho passaram a cursos de mestrado integrado, com um mínimo de cinco anos curriculares.

Na generalidade das restantes áreas, a formação de 1º ciclo (licenciatura) foi estruturada em planos de estudos com três anos curriculares. Por efeito da contração sofrida pela grande maioria dos cursos e, sobretudo, pela própria incorporação do espírito de Bolonha, foi considerado crucial que a oferta de ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre e de doutor fosse também reorganizada, de modo a que tanto recém-licenciados, como graduados já integrados no mercado de trabalho de trabalho prosseguissem estudos de pós-graduação de acordo com o novo modelo. Deste modo, são criadas formações de 2º ciclo de banda larga, no seguimento da formação de 1º ciclo, em paralelo com cursos de pós-graduação com maior grau de especialização.

De acordo com o *Relatório de Actividades de 2006*, foi possível que 60% das licenciaturas da Universidade do Minho entrassem em funcionamento no ano letivo de 2006/2007 já adequadas ao modelo de Bolonha e as restantes formações, incluindo de 2º ciclo, no ano seguinte.²⁹ Em paralelo,

“A inovação pedagógica foi estimulada na generalidade dos cursos reestruturados, com particular incidência na implementação de metodologias ativas de ensino e de aprendizagem, ou formas contínuas de avaliação, nomeadamente através de experiências de *e-learning*, de aprendizagem baseada em trabalho de projecto ou na resolução de problemas, e da implementação do apoio tutorial aos alunos e do desenvolvimento de competências de estudo autónomo”.³⁰

No Relatório da Avaliação realizada pela European University Association, sublinha-se que “UM represents one of the best examples in Europe of implementing the Bologna structure”.³¹

Um dos efeitos mais imediatos da implementação do processo de Bolonha foi o decréscimo do número de alunos nos anos seguintes, uma vez que uma parte importante das licenciaturas reduziu a sua formação para três anos. Em compensação, começa a crescer a formação pós-graduada, quer através de mestrados integrados, quer de mestrados e doutoramentos. Como tal, a quebra de cerca de três mil alunos de licenciatura entre 2006 e 2009 é compensada pelos alunos de mestrados integrados, que são a partir de 2009 cerca de cinco mil. Acrescem, ainda os alunos de cursos de mestrado e outras pós-graduações, que no final da década são já mais de quatro mil (sobre a evolução da população estudantil, conferir o Capítulo 6).

No âmbito do Processo de Bolonha, a Universidade do Minho foi das primeiras instituições a adotar procedimentos de estímulo à internacionalização e à garantia de qualidade, nomeadamente através da adoção do sistema europeu de transferência e

acumulação de créditos (ECTS) e da emissão do Suplemento ao Diploma, tendo sido a primeira universidade portuguesa a fazê-lo. Em 2004, a Universidade do Minho e a universidade norueguesa Hogskolen i Agder foram as únicas instituições a receber da Comissão Europeia o *ECTS Label* e o *Diploma Supplement Label*, que certificam a adequação e qualidade dos processos de formação dos estudantes, tanto curriculares como extracurriculares.³²

2.4 **Retomar os fundamentos, renovar a identidade**

Uma das marcas mais sólidas das reitorias de Guimarães Rodrigues foi a renovação da imagem gráfica da Universidade do Minho. Tratava-se de matéria que há vários anos vinha a ser preparada por se entender, desde finais da década de 1990, que os símbolos estabelecidos no momento da fundação da Universidade já não tinham a eficácia comunicacional adequada à imagem de dinamismo, modernidade e abertura, mas ao mesmo tempo de unidade e coerência identitária, que a Universidade do Minho assumia. A primeira proposta de logótipo alternativo, do *designer* Francisco Providência, é apresentada internamente em 2001 e tem como elemento estruturante a estrela de seis pontas branca sobre fundo vermelho. Em 2004, a nova identidade gráfica é oficialmente adotada e apresentada pelo Reitor António Guimarães Rodrigues por ocasião da celebração do trigésimo aniversário da instituição. A nova identidade visual da Universidade do Minho tem a particularidade de incluir logótipos específicos para cada uma das Escolas, que são variações dos segmentos de reta que compõem a flor de jacinto do novo símbolo. (Fig. 6)

Uma leitura importante a fazer da renovação da imagem gráfico é feita por Teresa Ruão: “a Reitoria de Guimarães Rodrigues seguiu um caminho político que implicava a alteração de culturas e práticas do passado e exigia a reorganização cognitiva da instituição”.³³ Essa reorganização implicava dar a ver a Universidade do Minho como uma universidade dinâmica, inovadora, empreendedora, completa, matricial, aberta e ligada em rede ao mundo.

Na senda da visão estratégica das reitorias anteriores, também com Guimarães Rodrigues a Universidade haveria de dar cuidada atenção à radicação de uma cultura de qualidade e avaliação, nos seus vários vetores. Incluem-se nesta política a avaliação do desempenho (numa primeira fase do pessoal não-docente, no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública), a monitorização da eficiência formativa, a avaliação das perceções de ensino e aprendizagem, por docentes e discentes, e a criação de um sistema de garantia da qualidade.

A nível da avaliação externa, em 2006, a Universidade decide submeter-se a avaliação pela European University Association. Em 2007, a Comissão de Avaliação produz o Relatório Final, avaliando muito positivamente a Universidade do Minho, nas áreas do ensino, da investigação, da estrutura e cultura interna e da interação com o

meio envolvente, concluindo que “*the University has demonstrated significant capacity for change, being a first mover in a number of areas of educational and research activity. Both its internal culture and structure give the Team confidence about the sustainability of this dynamism*”.³⁴ Para dar seguimento ao processo, foi feito, no ano seguinte, o *follow up* da avaliação.

Confrontado com orçamentos de grande restrição ao longo dos seus mandatos, Guimarães Rodrigues assume uma política de racionalização, menos convicto nas vantagens da contestação junto da tutela do que na adaptação aos novos tempos de escassez orçamental, perfilhando a ideia de que é possível “*fazer mais com menos*”. No quadro dessa política de racionalização, é possível referir o ajustamento e reafecção de recursos humanos, num cenário de decréscimo da população estudantil.

O final da primeira década de 2000 fica marcado pela alteração do enquadramento jurídico das instituições de ensino superior. Com a publicação da Lei nº62/2007, de 10 de setembro, a estrutura orgânica do sistema de ensino superior e o enquadramento da sua ação sofrem uma mutação só comparável à provocada pela Lei da Autonomia Universitária, de 1988. Na sequência da nova legislação, é desencadeado na Universidade do Minho o processo de elaboração dos novos Estatutos. A Assembleia Estatutária será eleita em dezembro de 2007, sendo composta por 12 representantes dos docentes e investigadores, 3 representantes dos estudantes e 5 membros externos cooptados pela Assembleia.³⁵ Os trabalhos da Assembleia prolongaram-se por mais de meio ano e traduziram um debate vivo acerca do que é e deve ser a Universidade do Minho e quais os modelos orgânicos mais adequados à prossecução da sua missão e objetivos.

Foram assuntos particularmente relevantes a rejeição do regime fundacional (por impossibilidade de cumprimento dos prazos previstos pela tutela para a apresentação da proposta e por a Universidade não cumprir ainda com o requisito de ter pelo menos 50% de receitas próprias) e a deliberação acerca da composição do Conselho Geral (fixada em doze representantes de professores e investigadores, quatro representantes dos estudantes, um representante do pessoal não docente e não investigador e seis personalidades externas de reconhecido mérito, cooptadas pelos demais membros).

Foi também considerada a reorganização das unidades orgânicas de ensino e investigação, de que resultou a extinção do Instituto de Estudos da Criança, passando a integrar o Instituto de Educação, a par da autonomização da Escola de Psicologia, que emergira no seio do Instituto de Educação e Psicologia. Apesar de um certo entendimento generalizado de que o modelo matricial se tornara, com o crescimento da instituição, pouco operacional, considerou-se que num sentido mais amplo e enquanto património simbólico deveria ser mantida nos Estatutos a referência ao “*modelo organizacional de base matricial*” (Artº 18º).

Uma das marcas da Universidade do Minho foi ter decidido incluir nos seus Estatutos o Senado Académico como órgão consultivo, seguindo uma prática diferenciadora que fizera dela a primeira universidade portuguesa a criar um Senado Universitário, em 1985. A matéria foi amplamente discutida e centrou-se em duas visões para este órgão: uma entendendo-o como um órgão de representação dilatada dos vários corpos da instituição, à semelhança do Senado Universitário do modelo de governação anterior, e uma outra mais minimalista, vendo-o como um órgão que, apesar de consultivo, deveria ser dotado de operacionalidade e eficiência. Chegou-se a uma versão matizada de ambas as posições, na qual o Senado é entendido como um “órgão de coesão” da Universidade, organizado em três comissões (Científica, Pedagógica, Planeamento) e em cuja composição se encontram membros dos três corpos, integrados no órgão por inerência e por eleição.

Os Estatutos foram aprovados pela Assembleia Estatutária a 5 de julho de 2008, tendo sido publicados em *Diário da República* a 5 de dezembro. A partir desse momento, foram preparados os Regulamentos Eleitorais para os novos órgãos, Conselho Geral e Senado Académico, e para as Assembleias Estatutárias das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação. A missão da Universidade é enunciada no Artº 2º e materializa a visão estruturante do que a universidade quer ser:³⁶

“1. A Universidade tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como factores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade”.

Prossegue-se no ponto 2., assinalando que “o cumprimento da missão referida no número anterior é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino”.

A primeira década dos anos 2000 representou para a Universidade do Minho um ponto de viragem: construído o *hardware*, havia que preparar o *software* para uma universidade capaz de enfrentar o novo século. Tal rotação foi consagrada nos dois Reitorados de António Guimarães Rodrigues, que deu prioridade à afirmação nacional e internacional da Universidade, assegurando o seu reconhecimento como universidade de investigação e ensino de excelência, à estruturação de sistemas de informação, gestão, avaliação e qualidade e ao aprofundamento da interação com a sociedade, fazendo da Universidade um *player* essencial do desenvolvimento regional.

Neste sentido, foram determinantes iniciativas como o Campus Virtual e todo o conjunto de plataformas *on-line* imprescindíveis na adaptação ao modelo de

Membros do Conselho Geral 2008-2012	
Luís Braga da Cruz (Presidente)	
Álvaro Laborinho Lúcio (Vice-Presidente)	
Representantes dos Professores e Investigadores	António Augusto Magalhães da Cunha*
	Licínio Carlos Viana Silva Lima
	Rui Manuel Costa Vieira de Castro*
	Maria Margarida Santos Proença Almeida*
	Maria Eduarda Ferreira Coquet **
	Pedro Nuno Ferreira Pinto de Oliveira***
	Jorge Manuel Rolo Pedrosa
	Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues
	Graciete Tavares Dias*
	Ana Paula Pereira Marques
Representantes dos Estudantes****	António Cândido Oliveira
	Manuel Joaquim da Silva Pinto
	Pedro Daniel de Sousa Couto Soares
	Ana Rita Bastos Ribeiro
	Alexandra Maria Marques Fernandes
Representante do Pessoal não docente e não investigador	Luís Miguel Ferreira da Silva Rodrigues
	Maria Fernanda Teixeira Ferreira
Membros Externos Cooptados	Alcino Silva
	Álvaro Laborinho Lúcio
	António Murta
	João Fernandes
	João Salgueiro
	Luís Braga da Cruz

* Por terem integrado a equipa reitoral, estes conselheiros foram substituídos por Pedro Bacelar de Vasconcelos, José Esgalhado Valença, Álvaro Iriarte Sanromán e Margarida Casal. ** Por ocasião da sua aposentação, é substituída por José Cadima Ribeiro. *** É substituído por Ana Cristina Cunha, em setembro de 2010. **** Por terem mandatos de dois anos, cuja cessação ocorre com o fim da formação, os seguintes estudantes foram também eleitos para o Conselho Geral: José Avelino Gomes, Nelson Pedro Cerqueira, Hélder Oliveira Castro, Pedro Alexandre Sanches, Pedro Daniel Pinheiro.

Fig. 7

Lista dos membros do Conselho Geral da Universidade do Minho, 2008-2012

Fonte: Atas do Conselho Geral e Secretariado do Conselho Geral

Bolonha e na instituição de um sistema integrado de qualidade. São também de destacar, no capítulo da extensão universitária, estruturas de I&D tecnológicas de articulação com o tecido empresarial e de transferência de conhecimento como o Centro de Computação Gráfica, o Centro para a Valorização dos Resíduos, o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros e o AvePark.

Simultaneamente, foi dada continuidade à prossecução de uma universidade completa, abrangendo todas as áreas de saber, disso sendo exemplo a criação da licenciatura em Música e a integração da Escola Superior de Enfermagem. Um outro vetor de relevo é o da abertura à cooperação com instituições de ensino superior do espaço lusófono, designadamente Moçambique, Timor e Cabo Verde, e a ligação estabelecida com a China através da instalação do Instituto Confúcio na Universidade.³⁷

A ideia de uma universidade sem muros é também consentânea com a “reconstrução identitária”³⁸ que atravessa a Universidade do Minho, e as instituições universitárias em geral, à escala global, nos anos 2000: a erupção de uma linguagem estrategicamente voltada para o mercado, para a satisfação dos seus clientes, para as vantagens dos modelos privados de gestão. A universidade-empresa não é apenas aquela que vende os seus serviços de ensino, de I&D e de consultoria, mas é, antes de mais, a instituição que deixa a “torre de marfim” e se integra na competição global por recursos escassos, quer se trate de fundos ou de alunos, tanto quanto em redes de cooperação que vão do nível regional, ao europeu e global. Percorrido o caminho da fundação e da consolidação no espaço nacional, a Universidade do Minho celebrava os seus 30 anos, em 2004, aspirando decisivamente à internacionalização e à afirmação de uma imagem prestigiada no campo externo. Para a prossecução de tão ambicioso objetivo, entende-se inevitável seguir os princípios gestionários: a racionalização dos recursos e das práticas, uma cultura de qualidade, a aposta nas tecnologias de comunicação e uma forte ligação ao meio numa lógica de reciprocidade.

3 Da universidade nova à universidade inovadora: a fronteira de um modelo original

Quando António M. Cunha toma posse como Reitor, em outubro de 2009, é mais do que o oitavo Reitor da Universidade do Minho. Em primeiro lugar, trata-se do primeiro Reitor a ser eleito pelo Conselho Geral, novel órgão de governo estabelecido pelos Estatutos aprovados em 2008. (Fig.7)

Mas o seu relevo vai além desse facto: a chegada de António M. Cunha à Reitoria simboliza a maturidade da instituição, que elege para seu Reitor um “filho da Casa”, um dos primeiros cinquenta alunos a graduar-se em Engenharia pela Universidade do Minho. Sobre a sua decisão de graduar-se numa “universidade nova” nos anos conturbados do pós-25 de abril, recorda que



Fig. 8
Capa do programa da candidatura a Reitor de António M. Cunha, 2009
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

“A Universidade do Minho era uma solução nova. Optei pela solução emergente e, sobretudo, porque tinha algo muito interessante na altura: era uma licenciatura em Engenharia de Produção, que tinha várias opções, e essas opções faziam-se no final do 1º semestre do 1º ano. Portanto era uma solução muito interessante, porque fazíamos uma opção por Engenharia e depois ela poderia ser focada quanto já tivéssemos um maior conhecimento da realidade”.³⁹

Terminada a licenciatura em Engenharia de Produção, em 1984, integra nesse mesmo ano a carreira académica, como assistente-estagiário, no Departamento de Engenharia de Polímeros, do qual será professor catedrático a partir de 2003. Na sua carreira académica e como membro da Escola de Engenharia e da Universidade do Minho, destaca a importância de um professor e colega de departamento:

“Foi uma pessoa que foi sempre uma referência em toda a minha vida profissional, o professor Carlos Bernardo. Ele é, fundamentalmente, o responsável por eu ter feito essas opções, porque é uma pessoa cuja visão e capacidade nos abriu uma visão diferente do mundo e foi responsável pela grande parte das opções que foram feitas nessa altura”.⁴⁰

Cedo na carreira, António M. Cunha assume cargos de gestão académica. Destacam-se a direção do Departamento de Engenharia de Polímeros e a presidência da Escola de Engenharia, entre 2005 e 2009. O seu envolvimento na política de governação da Universidade intensifica-se com a participação na Assembleia Estatutária (2007-2008) e com a eleição para o Conselho Geral, em março de 2009, como primeiro candidato pela Lista C “*Uma Universidade com Futuro*”, que elege seis representantes. Apresentam-se à eleição dos representantes dos docentes e investigadores também a Lista A “*Universidade Cidadã*”, encabeçada por Licínio Lima, que elege quatro conselheiros, e a Lista B “*Novos Desafios, Novos Rumos*”, liderada por Maria Eduarda Coquet, que elege dois membros.⁴¹ O Conselho Geral é composto, ainda, por quatro representantes dos estudantes, um dos trabalhadores não docentes e não investigadores e seis membros externos, cooptados pelos membros internos. Em maio de 2009, Luís Braga da Cruz é eleito Presidente deste primeiro Conselho Geral.

Em junho de 2009, Guimarães Rodrigues anuncia que não levará o mandato até ao fim, entendendo que a Universidade deveria rapidamente iniciar um novo ciclo governativo consentâneo com a nova estrutura orgânica. António M. Cunha, que liderara a lista vencedora na eleição do Conselho Geral, apresenta-se como candidato a Reitor. (Fig. 8)

No Programa de Candidatura a Reitor, intitulado “*Acreditar para Construir*”, anuncia como perspectiva o futuro da Universidade:

“Pensar esse futuro, e sobretudo inventar esse futuro, deve ser feito em torno de uma ideia para a Universidade do Minho, traduzida no desígnio de ser uma Universidade de investigação, afirmando-se como um centro de ensino e de criação do conhecimento de referência no espaço europeu, com base no desempenho dos seus centros de investigação e na qualidade do seu projecto educativo, tendo como marcas identitárias dos seus estudantes o saber, a criatividade e a ética. [...] O desafio de fazer crescer a Universidade do Minho e de consolidar a sua afirmação internacional é irrecusável”.

Na eleição, ocorrida em outubro de 2009, António M. Cunha é eleito Reitor pelo Conselho Geral com 14 votos (o outro candidato, Artur Águas, Professor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, obtém um voto e há oito votos em branco). São chamados à equipa reitoral quatro vice-reitores – Rui Vieira de Castro, Margarida Proença, José Mendes e Graciete Tavares Dias, para as áreas de Investigação e Ensino; Recursos Humanos e Financeiros; Infraestruturas, Inovação e Projetos Especiais; Qualidade, Avaliação e Ética Académica. Destaque-se que dois vice-reitores tinham sido, tal como o próprio Reitor, alunos de licenciatura da Universidade do Minho e que a vice-reitora Graciete Tavares Dias faz parte do terceiro segmento geracional da Universidade de Lourenço Marques. Assinale-se ainda que três dos vice-reitores haviam

sido eleitos para o Conselho Geral. São constituídas pró-reitorias nas áreas de Ensino, Investigação, Comunicação e Imagem, Jurídico-Institucional e Infraestruturas.

Durante este mandato reitoral, duas grandes linhas de ação se perfilam: a necessidade de investir na capitalização da marca que a Universidade do Minho representa, fazendo corresponder o seu valor a uma imagem e notoriedade externas de excelência, e o debate acerca da adoção do regime fundacional, no quadro do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, de 2007. Em meados do ano de 2010, é lançada pelo Reitor António M. Cunha a proposta de o Conselho Geral discutir a passagem da Universidade a fundação pública com regime de direito privado, debate que se desenrolaria durante quase um ano. A discussão foi alargada à comunidade académica, tendo o Conselho Geral organizado um ciclo de debates com especialistas em modelos de governação das universidades, com o intuito de que constituíssem momentos de informação e de reflexão acerca das mais relevantes questões que se colocam ao ensino superior contemporâneo.

O debate sobre o regime fundacional travou-se, essencialmente, entre duas posições. De um lado, a ideia de que a Universidade ganharia em negociar com a tutela a passagem ao regime fundacional, porque daí decorreria uma ampliação da autonomia e da flexibilidade na gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos que lhe permitisse maior autodeterminação no desenvolvimento de projetos diferenciadores, num quadro de grande escassez de financiamento público e num ambiente de acelerada competição externa – argumentos promovidos pelo Reitor. Do outro lado, os argumentos estribam-se no facto de a proposta avançada pelo Reitor carecer de fundamentação mais amadurecida e objetiva, de se somarem as dúvidas relativamente a aspetos concretos da alteração jurídica e de estar subjacente uma visão mercantilista da missão universitária e pouco compatível com a noção de uma universidade pública baseada em princípios de gestão democrática. Acresce que o cenário nacional e internacional em que se desenrola esta decisão crucial para a Universidade do Minho é de grande instabilidade, na sequência da grave crise financeira – o que rodeava de indefinição a decisão a tomar.

Depois de dez meses de trabalhos no seio do Conselho Geral e de discussão na comunidade académica, a proposta foi posta a deliberação a 30 de maio de 2011, tendo obtido dezasseis votos a favor e sete contra. Todavia, as circunstâncias políticas e económicas nacionais vieram suspender o natural desenrolar da decisão. O descompasso entre o tempo da Universidade do Minho e o tempo do país deixou em aberto, até ao momento, a concretização da passagem ao regime fundacional.

Em qualquer instituição social, os progressos alcançados e o sentido em que faz esse percurso dificilmente podem ser imputados a um tempo apenas e aos seus protagonistas. O que a Universidade do Minho é e representa na segunda década do século

XXI é, naturalmente, tributário de todas as ideias e vontades que foram sendo convocadas ao longo dos seus quarenta anos. Ainda assim, se o momento fundador de cada empreendimento é de incerto rastreio, mais fácil é determinar-lhe os rasgos performativos.

Se é verdade que desde o primeiro momento a Universidade do Minho se quis completa nas áreas fundamentais do saber que desejava ter dentro de portas, é certo também que é da *incompletude* que vem o impulso para avançar e acompanhar os novos domínios do conhecimento. Desde o início, como referido em capítulos anteriores, mesmo em ambiente de grande fragilidade, as opções quanto à oferta educativa privilegiaram áreas emergentes ou a inovação curricular em formações clássicas.

À medida que a oferta formativa se consolidava e o espectro do saber se perfazia, a Universidade entendeu investir na área dos Estudos Artísticos, emancipando o trabalho de ensino e investigação que já vinha sendo desenvolvido em áreas como a Educação, a Engenharia e as Humanidades. Depois da Arquitetura, em 1996, e da Música, em 2006, em 2012 são criados os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado em Teatro e em Design de Produto, o primeiro enquadrado no Instituto de Letras e Ciências Humanas e o segundo na Escola de Arquitetura. Vale a pena recordar que as Artes tinham sido já uma das áreas que constavam dos propósitos iniciais da Comissão Instaladora. Lúcio Craveiro da Silva relata mesmo a intenção manifestada pelo Reitor Carlos Lloyd Braga de criar na Universidade ensino superior de música, proposta que foi obstruída pelo poder central.⁴²

Esta última fase de expansão da oferta formativa corresponde também ao momento em que a Universidade investe numa nova inserção territorial. Quando os campi de Gualtar e de Azurém estão já plenamente consolidados e a questão das instalações, que assombrou as primeiras duas décadas da sua existência, já não constituía preocupação, a Universidade decide criar um *terceiro* campus em plena malha urbana de Guimarães. Tirando o melhor partido da relação de colaboração que sempre se estabeleceu entre a Universidade e a autarquia de Guimarães, as duas vontades uniram-se para, através do projeto *CampUrbis*, criar um espaço universitário singular no coração da cidade – o campus de Couros. Ao mesmo tempo que se requalificava um quarteirão historicamente dedicado à indústria dos curtumes e se invertia a degradação e o esquecimento que se instalaram com a desativação das fábricas, arrancava um projeto de aproximação e abertura da universidade à cidade orientado pelo desígnio da inovação. (Fig. 9)

O projeto *CampUrbis* nasce de uma parceria entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães e veio a ser impulsionado pelo programa de requalificação urbana associado a Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, depois de maturado, numa primeira fase, no quadro da Escola de Engenharia, estando na sua presidência António M. Cunha. Do projeto fazem parte vários equipamentos que resultam da recuperação e adaptação de unidades industriais desativadas: o Instituto de



Fig. 9 - Campus de Couros, Guimarães

Fonte: Câmara Municipal de Guimarães / Paulo Pacheco

Design, o Centro Avançado de Formação Pós-Graduada e o Centro de Ciência Viva, na zona de Couros, e o Laboratório da Paisagem, na Veiga de Creixomil. O Instituto de Design acolhe já as mais recentes licenciaturas da Universidade, Teatro e Design de Produto. Trata-se de um projeto representativo da intenção da Universidade em valorizar o património da região em que se insere, exponenciando as sinergias entre a Universidade e a cidade, numa iniciativa que cruza a formação universitária, a investigação e a ligação ao tecido produtivo.

Na fase da sua maturidade, a abertura da Universidade não se limita à incorporação de domínios do saber. Ela continua a fazer-se, na linha da sua génese, procurando fomentar as interseções entre o conhecimento científico, o capital humano que qualifica e as necessidades e anseios da sociedade. Nas palavras do Reitor António M. Cunha,

“a universidade para ter diálogo com a sociedade tem que ser capaz de dar respostas. [...] Hoje, aquilo que a sociedade pede à universidade não são respostas de uma área científica, são respostas a problemas da sociedade, questões que são todas elas multidisciplinares e que obrigam a universidade a encontrar modos de dar essas respostas”.⁴³

A afirmação, nacional e internacional, da Universidade do Minho decorre tanto do seu desempenho educativo, na preparação de profissionais e investigadores, quanto da produção sólida de conhecimento fundamental e aplicado. A medida destes sucessos pode ser dada por dois momentos de reconhecimento externo. O primeiro deles veio confirmar a política de qualidade da Universidade e consiste na certificação, em janeiro de 2013, pela Comissão Externa de Avaliação da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior do SIGAQ-UM (Sistema Interno de Garantia da Qualidade), por um período de seis anos. O segundo momento sanciona a política de internacionalização da Universidade e a notoriedade da sua produção científica: é o da entrada, em 2013, da Universidade no *Times Higher Education Ranking* (Top 400) e no ranking das 100 melhores universidades do mundo com menos de 50 anos, da mesma instituição, onde se posiciona no 76º lugar.

As mudanças digeridas pelas universidades ao longo das últimas décadas têm-nas confrontado com interrogações profundas acerca da sua missão e do seu lugar nas sociedades contemporâneas: até que ponto a sua missão é compatível com os ditames do mercado? Como assegurar a independência da produção de conhecimento? Serão ainda necessárias ou poderão as suas funções ser desempenhadas com vantagem por outras estruturas sociais? Sem respostas consensuais a estas autointerpeleções, a universidade continua a ser capaz do exercício de reflexividade, ciente do seu património secular, da sua visão crítica e da necessidade de enfrentar as transformações societárias que a rodeiam. Certo da urgência em aprofundar a ligação da universidade à sociedade, António M. Cunha posiciona-se com clareza a este respeito:

“as universidades não são empresas, nem devem ser empresas, mas têm de ter uma atenção muito grande à envolvente e a tudo o que se passa no seu contexto, quer no contexto de proximidade, quer no contexto global das áreas científicas em que operam. A universidade está confrontada hoje, e sobretudo na Europa, com o desafio maior de evidenciar a sua importância, a sua relevância”.⁴⁴

3.1 O futuro chama a Universidade do Minho

Em 2013, António M. Cunha volta a apresentar-se como candidato a Reitor, no seguimento das eleições para o Conselho Geral, em março de 2013. Para a eleição dos representantes dos professores e investigadores, de novo se apresentam três listas, que dão continuidade à eleição para o Conselho Geral ocorrida em 2009: “*Universidade Cidadã*” (Lista A, liderada por Licínio Lima), “*Novos Desafios, Novos Rumos*” (Lista B, encabeçada por Rui Ramos) e “*Mais Universidade, Mais Futuro*” (Lista C, encabeçada por Jorge Pedrosa). Elegem, respetivamente, quatro, dois e seis conselheiros (a que se acrescentam quatro representantes dos estudantes, um dos trabalhadores não

Membros do Conselho Geral 2013-2017	
Álvaro Laborinho Lúcio (Presidente)	
Isabel Furtado (Vice-Presidente)	
Representantes dos Professores e Investigadores	Jorge Manuel Rolo Pedrosa
	Licínio Carlos Viana Silva Lima
	Luís Alfredo Martins Amaral*
	Rui António Rodrigues Ramos
	Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues
	Margarida Paula Pedra Amorim Casal
	Francisco José Alves Coelho Veiga
	Manuel Joaquim da Silva Pinto
	Álvaro Iriarte Sanroman
	José António Cadima Ribeiro
	Ana Cristina Gomes Cunha
	Ana Paula Pereira Marques
Representantes dos Estudantes	Carlos Alberto da Fonte Videira
	Pedro Alexandre Pereira Sanches
	César Manuel Moreira da Costa
	Bruno Jorge Travassos Alcaide
Representante do Pessoal não docente e não investigador	Maria Fernanda Teixeira Ferreira
Membros Externos Cooptados	Álvaro Laborinho Lúcio
	António Murta
	Helena Roseta
	Howard Davies
	Isabel Furtado
	Manuel Carvalho da Silva

* Em substituição de Rui Luís Gonçalves Reis, que integra a equipa reitoral.

Fig. 10 · Lista dos membros do Conselho Geral da Universidade do Minho, 2013-2017

Fonte: Atas do Conselho Geral e Secretariado do Conselho Geral

docentes e não investigadores e seis membros externos). Álvaro Laborinho Lúcio é eleito Presidente do Conselho Geral. (Fig. 10)

Propondo-se a um segundo mandato reitoral, António M. Cunha apresenta um programa de ação intitulado “*Crescer para Ganhar o Futuro*”,⁴⁵ que segue as opções apontadas já no Plano Estratégico UMinho 2020. Neste último documento, que significativamente encerra o primeiro mandato de António M. Cunha, a Universidade do Minho que se deseja construir até ao final da segunda década do século é descrita como *completa, de investigação, de educação integral, em interação com a sociedade, internacionalizada, participada e descentralizada, eficiente e eficaz, inclusiva e sustentável*.⁴⁶ No Programa de Candidatura de António M. Cunha, em 2013, pode ler-se:

“O potencial da UMinho e os contextos global, europeu, nacional e regional representam uma oportunidade de crescimento que permitirá reforçar a sua afirmação como instituição de referência no ensino superior e na investigação, bem como de agente do desenvolvimento sustentado do país”.

Afirma, ainda, que a Universidade do Minho se define como “*uma instituição de cultura*” e “*um lugar de disseminação do conhecimento*”, “*como agente de promoção da inovação, do desenvolvimento da economia, da cultura e da sociedade*” e “*como plataforma ética e de responsabilidade social*”. (Fig. 11)

António M. Cunha é reeleito em outubro de 2013, com treze votos favoráveis e nove votos em branco (não se apresentaram outros candidatos). A equipa reitoral mantém-se, com uma alteração nas vice-reitorias: enquanto no primeiro mandato Ensino e Investigação estavam ambos sob a mesma tutela, no segundo mandato a Educação permanece com o vice-reitor Rui Vieira de Castro e a Investigação autonomiza-se, a cargo do vice-reitor Rui Reis. Significativamente, em ambos os programas de candidatura de António M. Cunha, as propostas de ação são apresentadas sob a forma de matrizes. O modelo concebido por Barbosa Romero no advento da Universidade tinha já sofrido todas as previsíveis distorções. Mantém-se, todavia, como uma *marca de água*, que não apenas continua a servir, em algumas matérias, como infraestrutura da lógica de gestão (nomeadamente na gestão integrada, e não duplicada, de recursos), mas representa também uma plataforma simbólica e relacional que é património próprio da Universidade, mesmo se desacertado do tempo presente. Nas palavras do Reitor António M. Cunha,⁴⁷

“a Universidade hoje não tem um modelo matricial, porque o RJIES não tem um modelo matricial. A Universidade tem uma prática de grande integração de recursos, que estamos todos empenhados em manter, beneficia desse passado, dessa história de grande articulação e integração entre os vários projetos de ensino, tirando partido das sinergias que possam ser estabelecidas”.



Fig. 11
Capa do programa da candidatura a Reitor de António Cunha, 2013.
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria

Os desafios a que, em 2013, a Universidade se propõe decorrem de uma visão que pode ser umbilicalmente ligada àquela que orientou os seus fundadores. Agora, a dimensão é de outra escala, os objetivos pareceriam exorbitantes para os homens e mulheres que chegaram à Universidade do Minho em 1974-75. A injunção é, todavia, a mesma: crescer.⁴⁸ Já não tanto em capacidade física, mas na vocação de ser uma universidade abrangente e integral nos domínios do saber em que labora e, sobretudo, na importância atribuída à internacionalização e ao desenvolvimento económico e social que a sua investigação gera na sociedade:

“O desafio maior, no médio prazo, é o crescimento: crescimento do número de alunos, através do alargamento e diversificação da oferta formativa; crescimento da sua produção científica; crescimento da sua importância como fator de inovação económica e social; crescimento do seu impacto na região; e crescimento dos seus níveis de internacionalização. A UMinho assume explicitamente os referenciais do Espaço Europeu de Investigação e do Espaço Europeu de Ensino Superior, independentemente de a sua ação perspetivar outros contextos geográficos”.⁴⁹

Notas

- 1 OCDE, Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal, OCDE Publishing, 2007. Assinale-se que o Relatório produzido pela OCDE faz uma avaliação muito positiva do sistema português de ensino superior, sendo contido em recomendações de mudança.
- 2 Gonçalves, 2012: 167-169.
- 3 Lima, 2012: 297.
- 4 Heitor e Horta, 2012.
- 5 Duke, 1992: 113.
- 6 No que respeita a estes dois objetivos, Portugal tinha, em 2011, um investimento total em I&D equivalente a 1,5% do PIB, para um objetivo de 3%, e uma taxa de frequência do ensino superior de 27,2%, em 2012, para uma meta de 40% de graduados entre os 30 e 34 anos, em 2020 (consultado em Comissão Europeia, http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/15_research_development.pdf) e Comissão Europeia, http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/28_tertiary_education.pdf)
- 7 Scott, 2012: 8 e Veiga, 2012.
- 8 European Commission, 2010.
- 9 EUA, *Bologna handbook. Making Bologna Work*, Stuttgart, EUA/Raabe, 2006: 4-6.
- 10 Veiga e Amaral, 2012 e Simão, Santos e Costa, 2005.
- 11 Slaughter, 2004 e Paraskeva, 2009.
- 12 Em 1991, o Conselho Europeu lança projetos-piloto para a avaliação da qualidade do ensino superior e, em 1998, uma Recomendação do Conselho estabelece os seus princípios orientadores. Em 2000, é estabelecida a European Network for Quality Assurance in Higher Education, que em 2004 assumiria a designação de European Association for Quality Assurance in Higher Education e que é uma associação de agências de avaliação e garantia da qualidade do Espaço Europeu de Ensino Superior, trabalhando em estreita ligação com organizações do sector, designadamente a European University Association. ENQA (2006) *Quality Assurance of Higher Education in Portugal. An Assessment of the Existing System and Recommendations for a Future System*. Helsinki: European Association for Quality Assurance in Higher Education.
- 13 Wissema, 2009: 33.
- 14 McKelvey e Holmén, 2010: 3.
- 15 José Manuel Pereira Vieira, *Viver a Universidade Projetando o Futuro, Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*, 2002: 4.
- 16 No primeiro mandato de António Guimarães Rodrigues, entre 2002 e 2006, a equipa reitoral é composta por cinco vice-reitores Aníbal Alves, Manuel Mota, Acílio Estanqueiro Rocha, José Mendes e José Viriato Capela. A equipa de vice-reitores do mandato entre 2006 e 2009 será composta por Manuel Mota, Acílio Estanqueiro Rocha e Leandro Almeida.
- 17 Entrevista a António Guimarães Rodrigues, 29 de maio de 2013.
- 18 Entrevista a António Guimarães Rodrigues, 29 de maio de 2013.
- 19 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2003*, 2004, 54-56.
- 20 A autoria da expressão é de Barbosa Romero (ver capítulo 2). A expressão acabou por se converter numa imagem da universidade, como espelham os documentos sucessivos em que esta é reproduzida. Cf. UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que Universidade?*, 1976 produzido pela Comissão Instaladora, em 1976. Em 1982, é igualmente referida a necessidade de incremento do “diálogo UM-Região” e de “ligação crescente à problemática regional”, cf. UMinho-RT, *Universidade do Minho, Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo*, 1982.
- 21 Entrevista a António Guimarães Rodrigues, 29 de maio de 2013.
- 22 A criação de plataformas de apoio ao ensino, de circulação de informação e de operação digital de procedimentos técnico-administrativos foi uma preocupação das instituições de ensino superior logo no arranque da era das redes digitais. Cf. Verdejo e Davies, 1998.
- 23 Projeto enquadrado na Unidade de Missão Inovação e Conhecimento/ Programa Operacional Sociedade de Informação.
- 24 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2003*, 2004, 52-55.
- 25 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2003*, 2004, 52.
- 26 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2004*, 2005, 63.
- 27 Decreto-Lei n.º 42/2005, 22 de fevereiro de 2005, Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior.
- 28 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2006*, 82-83.
- 29 A adequação e acreditação dos ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor foram concluídas no ano letivo de 2008/2009.
- 30 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades*, 2007, 7.
- 31 EUA, Universidade do Minho. *EUA evaluation report*. European University Association, 2007: 12.
- 32 Universidade do Minho. *Relatório de Actividades 2004*, 2005, 6-7.
- 33 Ruão, 2008: 476.
- 34 EUA, Universidade do Minho. *EUA evaluation report*. European University Association, 2007: 25.
- 35 Compõem a Assembleia Estatutária os seguintes elementos. Representantes eleitos dos docentes e investigadores: Licínio Lima, António Augusto Cunha, Pedro Oliveira, Graciete Dias, Manuel Gama, Rui Vieira de Castro, Miguel Bandeira, Maria Margarida Proença, Pedro Gomes, Maria Augusta Lima Cruz, Lúcia Lima Rodrigues, Acílio Estanqueiro Rocha. Representantes eleitos dos estudantes: Pedro Daniel Soares, Ana Rita Ribeiro, José Carlos Azevedo. Membros cooptados pela assembleia entre personalidade de reconhecido mérito: Carlos Nuno Oliveira, José Luís Encarnação, Hermínio Martins, João Salgueiro, Sérgio Machado dos Santos.
- 36 D.R., 2ª Série, n.º 236, 5 de dezembro de 2008, *Estatutos da Universidade do Minho*.
- 37 O Instituto Confúcio é uma Unidade Diferenciada da Universidade do Minho.
- 38 Ruão, 2008: 408.
- 39 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 40 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 41 Universidade do Minho – Comissão Eleitoral, *Acta n.º 09/09 da Comissão Eleitoral para o Conselho Geral da Universidade do Minho*, 2009.
- 42 Silva, 2004: 80.
- 43 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 44 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 45 António M. Cunha, *Crescer para Ganhar o Futuro 2013/17. Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*, Universidade do Minho, 2013.
- 46 Universidade do Minho. *Plano Estratégico UMinho 2020. Crescimento sustentado para cumprir o futuro*, 2013.
- 47 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 48 “A UMinho assume como objetivos estratégicos para 2020: atingir 25 000 estudantes em regime presencial, 45% dos quais estudantes de pós-graduação, incluindo 20% de alunos estrangeiros; a concretização de uma aposta no ensino à distância, que se traduza na existência de 10 000 alunos envolvidos nesta modalidade; tornar-se uma referência internacional na investigação, nomeadamente no desenvolvimento da investigação aplicada; constituir-se como a universidade portuguesa com maior impacto no desenvolvimento socioeconómico, através da e da atividade das unidades de interface, da promoção do empreendedorismo, do envolvimento ativo em estratégias regionais e da consolidação de parcerias estratégicas; ser uma das 3 primeiras universidades portuguesas na generalidade dos indicadores habitualmente utilizados para caracterizar o desempenho das universidades, sejam eles gerais, ao nível do ensino, da investigação e da interação com a sociedade, sejam eles específicos, como é o caso da sustentabilidade financeira, dos sistemas de garantia da qualidade, da desmaterialização dos processos, do acesso livre ao conhecimento científico, das práticas de inclusão e da sustentabilidade ambiental” (*Plano Estratégico UMinho 2020*).
- 49 António M. Cunha, *Crescer para Ganhar o Futuro 2013/17. Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*, Universidade do Minho, 2013.





Fig. 1 (página anterior)

Largo do Paço, 2014

Fonte: Pedro Lobo/2014

Fig. 2

Visita do ministro da Educação e Ciência Veiga da Cunha, à Universidade do Minho, novembro de 1979.

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 3

Reunião de trabalho do Reitor e CIUM com o ministro da Educação e Investigação Científica - Valente de Oliveira, 1978

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 4

Dia da Universidade do Minho, 17 de fevereiro de 1981. Distribuição das primeiras cartas de curso.

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 5

Colóquio de Relações Internacionais, maio de 1982

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias



Fig. 6
Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva, 28 de novembro de 1994

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 7
Cerimónia oficial de apresentação do projeto de instalações definitivas, 1985/6

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 8
Cerimónia de Posse do Reitor, Licínio Chainho Pereira, 1998

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 9
Simpósio Carlos Lloyd Braga, 2 e 3 de outubro de 1996

Fonte: GCI, Coleção de Fotografias





Fig. 10
Dia da Universidade do Minho e
Doutoramento *Honoris Causa* de Joaquim
Chissano, 2005
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 11
Membros da Assembleia Estatutária, 2008
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 12
Dia da Universidade, 36º Aniversário da
Universidade do Minho, 2010
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 13
Dia da Universidade, desfile Académico,
2010
Fonte: GCI, Coleção de Fotografias

Fig. 14 e 15 (páginas seguintes)
Campi de Gualtar e de Azurém, 2014
Fonte: Pedro Lobo/2014





Capítulo 5

A espacialização da Universidade

A história das instalações da Universidade do Minho acompanha os seus 40 anos de história. Repartida por duas cidades – “*bi-polar*”, como alguns documentos a descrevem –, apresenta um corpo físico que evoluiu com a trajetória do país, num processo complexo profundamente marcado pelas circunstâncias contemporâneas, materializado entre desígnios e decisões pragmáticas, entre o *acerto* dos conceitos e o *ajustamento* à sua praticabilidade.

O texto que se segue é um relato mais descritivo que interpretativo, com certeza redutor em relação a uma história densa, plena de concretizações, de dúvidas e convicções que só o tempo poderia confirmar, na falibilidade que o período agitado e o programa em construção consigo arrastavam. Desse período, desta estimulante história, os seus atores falam com o entusiasmo e a circunspeção próprios à experiência de tarefas que exigiam, que exigem, um espírito de missão muito além das canónicas solicitações académicas.

Suportada por informação por vezes escassa, muitas vezes excessiva e, frequentemente, contraditória – comprovando que *a realidade*, nas suas diferentes versões, ocorre nos interstícios dos testemunhos que *a representam* –, a sistematização agora efetuada torna contudo evidente que apenas o desejo e a vontade, pertinazes, possibilitaram levar a bom termo a *instalação* de um projeto que pareceu, em tantos momentos que o espreitaram, ameaçado na sua essencialidade.

1 **Pensar a universidade, *dar forma* à universidade**

1973. Em Portugal, a criação das novas universidades encontrou um país sem tradição de pensamento organizado sobre a forma a dar às escolas do ensino superior. E se essa ausência se fazia notar na argumentação ideológica e conceptual, manifestava-se ainda mais sensivelmente quando se debatia a correlação entre os modelos preconizados e as estruturas físicas adequadas ao seu acolhimento.¹

A discussão que se fazia então era informada, sobretudo, pelo conhecimento e contacto com realidades similares no estrangeiro, em particular no universo anglo-saxónico, que a partir da Segunda Guerra Mundial tinha assistido ao crescimento exponencial do número de universidades e se encontrava decisivamente mais avançado no estudo e no ensaio prático de soluções apropriadas a essa circunstância. Este progresso, resultado também de uma nova visão do papel social da academia, era concomitante com a sua aproximação à realidade produtiva e ao reconhecimento da importância do intercâmbio entre os vários domínios do saber.

Todos esses temas se refletiam, necessariamente, não só na localização dos territórios universitários, que requeriam áreas generosas para a sua implantação, como na própria matriz espacial das instalações, a que se pedia flexibilidade e capacidade para acolher unidades interdisciplinares de geometria variável, onde ensino e pesquisa se complementassem.

A crítica aos modelos espaciais anteriores encontrava-se já relativamente clarificada. A universidade tradicional, arquipélago disseminado pelo tecido urbano, as cidades universitárias de traçado monumental, geralmente em pedra grandiloquente, ou, mesmo, o campus da tradição anglo-americana com edifícios autossuficientes implantados em vastas áreas verdes afastadas do contexto citadino, não respondiam nem aos critérios de natureza científica e de aprendizagem em que o conhecimento partilhado e multidisciplinar era requisito essencial, nem aos de índole sociocultural, agora que se pretendia que o sistema se tornasse poroso, deixando de significar exclusividade e academicismo.

Disponibilidade de espaço perante um crescimento que se sabia inevitável e se desejava, mantendo embora o contacto com o tecido urbano e social; proximidade e cruzamento entre áreas do saber sem dissolução de autonomias; flexibilidade estrutural face à incerteza do futuro, porém associada a um dimensionamento rigoroso

e otimizado: um conjunto de exigências aparentemente paradoxais, cujo antagonismo emerge de forma ainda mais aguda quando se reflete na sua versão espacial.

As pesquisas e ensaios à época realizados encontravam a sua expressão de vanguarda, sobretudo, em universidades norte-europeias construídas a partir da década de 60.² Por vezes em intensa e intencionalizada articulação com a envolvente, desenvolviam-se em torno de conceitos espaciais que pretendiam lidar com a incerteza na medida e na forma, admitir elasticidade no uso, fomentar proximidades, acolher programas híbridos e ser eficazes na utilização do solo. Assim, a sua edificação materializa-se numa estrutura linear ou em rede densa, como um corpo em crescimento ainda indeterminado e composto por órgãos relativamente genéricos que, adaptáveis, geravam um sistema suficientemente dúctil para responder tanto a solicitações de vida curta como a usos perenes.

O debate contemporâneo gravitava, pois, em torno de modelos que permitissem levar a bom termo um projeto de ensino superior altamente qualificado, transversal e dirigido a uma sociedade de massas democratizada, em que cultura urbana e conhecimento científico se contaminariam em reconhecido proveito mútuo. As instalações físicas que dariam suporte a esta visão, “*matéria privilegiada de planeamento e arquitectura*”,³ reverberá-la-iam e eram entendidas como um instrumento indispensável à sua concretização.

2 Espacializar a Universidade do Minho

A missão de espacializar, de raiz, os designios de uma universidade – tarefa naturalmente complexa e dificultada em particular pela inexistência de informação adaptada à realidade portuguesa – viu-se, no caso específico da Universidade do Minho, assistida pela experiência que várias das personalidades mais diretamente envolvidas na sua génese transportavam de Moçambique, onde tinham participado na criação da Universidade de Lourenço Marques.⁴

Perante esse repto e em plena inteligência de que encontrar a solução adequada para as Instalações Definitivas era um tema estratégico, vital ao bom sucesso do projeto académico que defendia, a Comissão Instaladora⁵ desde muito cedo se encontrou compelida a um grande esforço de objetivação conceptual que fundamentasse as decisões de ordem pragmática.

Realizadas em fevereiro de 1974, as primeiras reuniões da Comissão Instaladora logo consideraram que o futuro estabelecimento da Universidade do Minho se deveria organizar em “*campo universitário*”.

Tendo como ponto de partida a definição da sua localização, foram fixadas as condições primeiras a que a sua implantação deveria atender: afastar-se da zona litoral e da cidade do Porto; ser possível aceder-lhe, através de transporte coletivo, no intervalo máximo de 30-40 minutos a partir dos principais centros urbanos do

distrito de Braga; e, ainda, tendo em vista uma população estudantil de 10 000 alunos, dispor de uma área não inferior a 60ha, evitando zonas de agricultura intensiva.⁶

Perante as vinte e quatro hipóteses encontradas no seguimento de uma análise regional conduzida com esse objetivo⁷, foi selecionada pela Comissão Instaladora a “*mancha 5*”, situada junto à localidade das Taipas, a meio caminho entre Braga e Guimarães, enquadrada pelo Rio Ave e na proximidade de um futuro Parque Industrial.⁸

Encetando um processo que correu moroso e difícil, esta opção, submetida pela tutela ao parecer das entidades responsáveis pela gestão territorial, não acolheu opinião favorável do Gabinete de Consultores do Plano da Região do Porto (GCPRP) nas pessoas de Costa Lobo e Johnson-Marshall. Em favor de uma maior integração das novas comunidades académicas no tecido urbano e argumentando em termos de um ordenamento do território que inseria a decisão de implantação da Universidade numa lógica mais vasta, o GCPRP alegou que localizar a Universidade nas Taipas “*seria forçar uma ocupação anti-natural [...] seria desligar a Universidade do “calor” humano dum cidade e favorecer aglomerações cogumelo ao redor*” e “*afastá-la dos dois grandes eixos de desenvolvimento porto-braga-norte e porto-guimarães-leste.*”⁹

Ao longo de uma sequência de reuniões ocorridas durante o ano de 1975 em que se discutiram as alternativas propostas pelos consultores – às quais o MEIC era sensível mas que a Comissão Instaladora considerava desapropriadas –, prevaleceu, numa solução de compromisso, a opção pelos terrenos do Quartel, pertencentes ao Exército, em Gualtar, na cidade de Braga.¹⁰

A par com este processo, tinha-se entretanto reaberto a discussão em torno da bipolarização da Universidade e da distribuição das suas instalações pelas cidades de Braga e Guimarães. Com a Comissão Instaladora argumentando com razões de natureza científica e organizacional e posicionando-se, sem hesitações, a favor de um campo universitário único independentemente da sua localização, o debate prolongou-se por todo o ano seguinte, agravando substancialmente a indeterminação que ainda se fazia sentir quanto ao futuro da Universidade.

Em fevereiro de 1976, reafirmando insistentemente a premência de decisões que tardavam e vincando a sua posição, a Comissão Instaladora publicou um documento, fundador, intitulado “Universidade do Minho: que Universidade?”, no qual, perante a indefinição “*do MEIC sobre o tipo de estrutura que a Universidade do Minho irá adoptar*”, sintetiza e desenvolve “*a argumentação em que se apoiam os seus pontos de vista quanto [aos] aspectos essencialmente marcantes de uma Universidade.*”¹¹

Com evidentes repercussões no que viria a ser a estrutura espacial adoptada para as suas instalações, aí se defende a Universidade do Minho como uma “*Universidade de Grupos de Projecto*” e se discorre sobre o tipo de suporte físico que exigirá, afirmando a inconformidade do modelo napoleónico das universidades tradicionais a essa visão e, ainda, que a dispersão das suas instalações pela região impossibilitaria “*assegurar*

a convergência dos diversos ramos do saber, bem como a investigação científica.”

O mesmo documento reitera que a Universidade deverá ser capaz de sustentar uma atividade científica e formativa pluridisciplinar adequada ao “*extraordinário progresso da ciência e da técnica*” e de favorecer a “*ampla diversificação das suas actividades e o fácil intercâmbio de informações e pessoas entre ela e o meio*”, pelo que necessitará de “*uma estrutura receptiva à inovação e maleável à mudança que lhe faculte grande agilidade de manobra*”. Face às “*Universidade de Faculdades*” e “*Universidade de Departamentos*”, contrapõe a “*Universidade de Grupos de Projecto*”, considerando a sua organização em “*unidades de gestão*” e “*unidades básicas*”, que permite um esquema de funcionamento em malha, flexível, que “*pode adaptar-se com rapidez à evolução que a Universidade e sociedade venham a ter*”.

No capítulo dedicado às Instalações Definitivas da Universidade do Minho, é expressamente assumido que a estrutura defendida é incompatível com as universidades de tipo disperso. E, dentro do tipo concentrado, entre a “*cidade universitária: universidade residencial que possui em si as estruturas necessárias a uma vida de tipo urbano e o campo universitário*”, onde se concentra a grande maioria das instalações sem no entanto contemplar residências universitárias, opta por este último, procurando garantir a miscigenação entre as populações académica e local. Nesta perspectiva, o campo universitário, sendo “*um local aberto da comunidade*”, não conduziria ao isolamento da sua população, mostrando ainda a “*vantagem de conciliar a indispensável concentração a uma exigência natural de expansão*”.

Concentração, conexão, intersecção e flexibilidade: são estas as características que se depreendem indispensáveis às estruturas espaciais que, a instalar em território autónomo porém articulado com o tecido urbano, seriam capazes de acolher o paradigma enunciado. E embora a materialização das Instalações Definitivas tenha vindo, naturalmente, a rever alguns dos princípios que o documento explicita, nele estão impressas as diretrizes que servirão de suporte às opções fundamentais sobre o tipo de campo universitário e a organização arquitetónica que viriam, numa primeira fase, a ser adotados pela Universidade do Minho.

2.1 Do início da sua instalação: as Instalações Provisórias

Tendo a sua criação sido acompanhada com o legado da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, a Universidade do Minho encontrou nesse conjunto monumental a disponibilidade para sediar a Reitoria e os Serviços Académicos, Técnicos e Sociais. No final de 1975, concluídas as obras de reabilitação do edifício do Largo do Paço,¹² realizadas com projeto de Frederico Burnay (Profabril), esses Serviços Centrais encontravam-se já instalados.

Em simultâneo, procuravam-se soluções que, pragmática e temporariamente, colmassem a multitude de exigências espaciais que a atividade académica

requeria.¹³ Previa-se que o recurso a instalações provisórias, que caracterizou a sua “*Fase de Arranque*”¹⁴ e suportou o lançamento dos cursos e projetos de investigação, estivesse terminado em 1978. A Universidade contava nessa altura já dispor de capacidade para albergar aproximadamente 2 000 estudantes distribuídos por cerca de 12 cursos.¹⁵

Com esse propósito a Comissão Instaladora apelou, ao longo desta fase – que acabou por se prolongar cerca de uma década para além do previsto –, não só à execução de obras como à aquisição e ao aluguer de imóveis que se iam adaptando progressivamente às exigências e migração de usos implícitas ao crescimento e acomodação da instituição. Os relatórios elaborados neste período dão conta da premência sentida na resolução das questões imediatas e transmitem, sobretudo, a necessidade em avançar com os estudos para as Instalações Definitivas, de forma a ultrapassar este contexto de recurso a “*balões de oxigénio*”¹⁶ que o passar do tempo agravava em termos de racionalização e gestão.

A Universidade do Minho iniciou o exercício letivo no ano de 1975/76, em Braga. Com aulas provisoriamente ministradas no edifício do Largo do Paço, grande parte das atividades letivas veio a concentrar-se em instalações adquiridas na rua D. Pedro V, onde foram alojados um Complexo Pedagógico e um Laboratório de Línguas, gabinetes, salas de reuniões, uma secção da biblioteca e uma sala de computação. Apoiado pela construção, em terreno na vizinhança,¹⁷ de um conjunto de pavilhões desmontáveis,¹⁸ este núcleo assegurou o funcionamento dos primeiros anos dos cursos programados para então.

Foi nesse período que se procedeu à adaptação da antiga sede da Legião Portuguesa, situada na rua de Abade da Loureira e cedida pelo Ministério da Administração Interna, por onde viriam a passar ao longo do tempo múltiplas valências, entre as quais a Unidade Pedagógica de Ciências de Educação, Laboratórios de Microensino e de Técnicas Audiovisuais, uma secção da Biblioteca Central e equipamento variado (como, designadamente, um restaurante self-service, a Associação de Estudantes e os Serviços Médico-Sociais).

Para completar a panóplia de espaços considerados indispensáveis ao arranque da vida académica foi adquirido, nesta altura também, um edifício no centro da cidade, no cunhal da rua do Forno com a rua D. Afonso Henriques, destinado à instalação do Centro Médico dos Serviços Sociais, de uma Residência Universitária e da Associação de Estudantes.¹⁹

Os anos 80, face às dificuldades verificadas na execução do programa das Instalações Definitivas, viram prosseguir a ocupação provisória de edifícios. Na rua do Castelo, a antiga Escola Alberto Sampaio começou a ser utilizada pela Universidade em 1982, funcionando como Complexo Pedagógico e acolhendo a Unidade de Economia e Gestão e a Reprografia. O edifício da Senhora do Leite, situado na rua do mesmo nome e localizado em frente ao Largo do Paço, foi adquirido em meados dos anos 80, alojando funções várias.²⁰ O final da década assistiu ainda, em 1987, ao recurso à instalação de um complexo pedagógico e gabinetes no Edifício Pé-Alado, no

Largo Carlos Amarante, um imóvel privado utilizado pela Universidade para esse fim.

Dispersa pela cidade, tendo como referência perene a instalação da Reitoria no Largo do Paço, toda esta constelação de edifícios foi objeto de usos diversos e adaptações, funcionando como uma reserva espacial que respondia a apelos progressivamente mais estabilizados, à medida da concretização das Instalações Definitivas. Constituindo um corpo patrimonial de elevado significado, substancial parte destes edifícios cooptados para Instalações Provisórias integra ainda hoje o espólio da Universidade do Minho, uns já com o uso sedimentado, outros cujo destino o tempo tarda em fixar.

Em Guimarães, em virtude das exigências serem de reduzida amplitude quando comparadas com o processo similar de Braga, a solução para as Instalações Provisórias mostrou-se bastante mais simples. Uma facilidade, aliás, reforçada pelo empenho que a administração local revelou na implantação do polo universitário na cidade, tendo a Câmara Municipal, no início de 1977, disponibilizado para esse fim o Palácio de Vila Flor,²¹ um notável edifício de raiz setecentista localizado no centro urbano.

Após a realização de obras de adaptação e da construção de um pavilhão tecnológico, em novembro de 1977 iniciaram-se as atividades pedagógicas no núcleo de Guimarães, que recebeu o 5º semestre dos cursos de Engenharia.²² A Universidade manteve-se em Vila Flor até 1990, quando as últimas valências aí instaladas se deslocaram para o campus de Azurém.

2.2

Das Instalações Definitivas: a sua concretização

A discussão política e técnica em torno da localização da Universidade conduziu em finais de 1976, conforme já exposto em capítulo anterior, à decisão²³ – não pacífica de todo e cujas sequelas veremos arrastar-se ainda, muito nitidamente, até à segunda metade da década seguinte -²⁴ da sua instalação simultânea em Braga e Guimarães. Contrariando embora a vontade expressa do corpo académico, esta solução²⁵ fixou o polo tecnológico no núcleo vimaranense, envolvendo, num primeiro momento, o compromisso de aí acomodar o ciclo complementar dos cursos de Engenharia.

A *bipolarização* veio adensar a complexidade das decisões de ordem científica e pedagógica (referente aos projetos de ensino que iriam funcionar num e noutra campus e à sua articulação funcional, tema de veras sensível numa universidade de estrutura matricial) e, conseqüentemente, de todo o procedimento relativo ao planeamento e implementação das instalações que se viu assim desdobrado em duas frentes, qualquer delas com problemas específicos. Mas a sua imposição assinala, também, o momento em que foi encontrada a estabilidade mínima necessária ao arranque da fase seguinte da sedimentação da Universidade, a da concretização das suas Instalações Definitivas.

2.2.1

As Instalações Definitivas, o seu planeamento e gestão: o GEID, o GID, os Serviços Técnicos

De então para agora, com picos de intensidade distinta, a edificação da Universidade do Minho tem ocorrido ininterruptamente. A sua trajetória revela escolhas de natureza ideológica e operativa que resultam quer do confronto com uma realidade que emergiu através da experiência, quer de um uso que o próprio tempo foi moldando. Mantendo-se como recetáculo de uma estrutura orgânica que também evoluiu, as Instalações Definitivas da Universidade do Minho expressam a competência da sua administração estratégica e quotidiana e o seu esforço em não comprometer o futuro sob as razões da indispensável eficácia imediata.

O processo de planeamento e execução das Instalações Definitivas,²⁶ abriu um ciclo que se sabia vital ocorrer de forma qualificada e em tempo útil apesar de toda a sua complexidade. Num contexto tão pressionado pelo tempo e onde se cruzavam decisões de ordem política, científica e técnica de grande exigência, a sua evolução e sucesso dependiam também, muito especialmente na fase inicial, do envolvimento positivo de entidades e organismos exteriores, quer locais, quer da administração central. Realçada pelo elevado patamar de incerteza e contingência a ela intrínseco, esta situação reclamava, naturalmente, um corpo de planificação conexo ao núcleo dirigente da Universidade e acreditado para tomar opções de largo espetro, de carácter tanto estratégico como funcional.

Criado em maio de 1977 sob proposta de João de Deus Pinheiro, o Gabinete Executivo para as Instalações Definitivas (GEID), coordenado por Júlio Barreiros Martins, tinha como missão planear, gerir, acompanhar e dar corpo às Instalações Definitivas, articulando as decisões de índole política com a sua implementação no terreno.

Dirigido por um elemento que necessariamente se relacionava em grande afinidade com a equipa reitoral, o GEID organizou e promoveu concursos, discutiu a localização e a delimitação dos “*campos universitários*”, negociou e legalizou a aquisição de terrenos, centralizou os contactos da Universidade com os projetistas, programou, estudou, avaliou e propôs à aprovação diversas fases dos projetos das Instalações Definitivas.²⁷

Em 1982, no final do período de instalações da Universidade do Minho, o GEID deu lugar ao Gabinete para as Instalações Definitivas (GID), coordenada pelo vice-reitor João de Deus Pinheiro, substituído no seu impedimento por Carlos Bernardo.²⁸ Passando a contar com um sector técnico substancialmente reforçado, o GID chamou a si o exercício do Planeamento das Instalações.

A partir de 1985 sob a coordenação, primeiro, de Carlos Bernardo, e posteriormente (1990) de José Vieira, que assumiram também o Sector de Planeamento

Estratégico da Universidade, as duas décadas seguintes viram a Universidade, em particular nos campi de Azurém e Gualtar, planear e concretizar grande parte das instalações de que hoje dispõe. Ao longo desse período o GID delineou e coordenou o seu crescimento, programando-o e negociando-o com múltiplas entidades, candidatando-se aos programas nacionais e comunitários de apoio, encomendando planos, lançando concursos para projetos e execução dos edifícios, gerindo e fiscalizando as obras em curso, num andamento em que, frequentemente, todos os estádios eram coincidentes.

Esta, que terá sido a fase heroica da construção da Universidade, teve também que verificar a adequação dos modelos adotados e proceder ao realinhamento de trajetórias definidas anteriormente. Monitorizando, avaliando resultados, refletindo sobre as correções a efetuar e ensaiando soluções suportadas por hipóteses de desenvolvimento até aí ignoradas, o campus foi um laboratório incessante, exigindo uma atenção estratégica permanente que em muito suplantava a gestão do enorme estaleiro que corria em paralelo.

Extinto em 2003,²⁹ o GID viu as suas atribuições de planeamento, gestão e acompanhamento dos projetos de construção da Universidade integradas nos Serviços Técnicos. Esta Unidade manteve-se sob a responsabilidade direta de um elemento da equipa reitoral, que passou a incluir nas suas competências a *“coordenação dos projectos de promoção da qualidade de vida nos campi”*,³⁰ atribuição que enuncia uma nova fase no contínuo processo de implementação das Instalações Definitivas. Sob a direção de José Mendes, João Luís Monteiro e Paulo Ramisio, que após essa data asseguraram o Planeamento Estratégico da Universidade e a coordenação dos Serviços Técnicos com a respetiva gestão da execução de empreendimentos, os polos de Gualtar e Azurém mantêm-se em desenvolvimento paulatino, dando continuidade a vínculos anteriores e incorporando os novos desígnios que a Universidade entretanto tem vindo a assumir.

As Instalações Definitivas, o concurso para a sua *invenção*

2.2.2

Uma vez definida a estratégia de desenvolvimento da Universidade, foi lançado, em março de 1977, o concurso público para a *“Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho”*,³¹ que previa a realização do ciclo completo dos projetos necessários à sua edificação. Organizado em duas fases, a primeira das quais de pré-qualificação das equipas, o concurso pressupunha a seleção de uma única equipa que executaria, simultaneamente, os estudos para os *“núcleos de Braga e Guimarães”*.

O seu Caderno de Encargos, um exaustivo documento que sintetiza a situação contemporânea da Universidade, quer em termos da sua organização funcional, quer relativamente a questões de natureza quantitativa,³² revela-se um documento particularmente interessante, pois não só exprime a reflexão que se encontrava subjacente à organização da Universidade, como permite cotejar as expectativas afirmadas à época com a situação atual, quatro décadas transcorridas.

O faseamento de execução dos trabalhos a levar a efeito, estabelecido no Caderno de Encargos, enuncia um extenso campo de interrogações relativo à clarificação do modelo físico que a Universidade pretendia para as Instalações Definitivas. Dele se infere que seria necessário realizar um amplo trabalho de pesquisa em torno da especificação rigorosa dos seus contornos.

Assim, a 1ª Fase, a realizar em simultâneo para ambos os polos, dedicar-se-ia à recolha e análise de dados e à execução de relatórios que indicariam o terreno em Guimarães para instalação do campus (cuja localização, ao contrário de Braga, não se encontrava decidida) e, ainda, à delimitação das áreas de reserva e cautelares para os *“núcleos”* – as quais deveriam ser fixadas em colaboração com as respetivas Câmaras Municipais. A 2ª Fase esclareceria a articulação entre a estrutura orgânica de ensino e a organização espacial proposta, assim como a definição das tipologias dos espaços requeridos; deveria proceder, também, à especificação de elementos de projeto bastante detalhados, como, designadamente, *“peças escritas e desenhadas à escala mínima de 1:200”* e *“discriminação e justificação das necessidades de mobiliário”*. A 3ª Fase, na qual também se solicitava o enquadramento paisagístico da solução, corresponderia à *“Elaboração dos Planos Gerais contendo os zonamentos e planeamentos de edificações para as dimensões finais dos núcleos de Braga e Guimarães”*. A apresentação de um *“Esquema de desenvolvimento que garanta um desenvolvimento livre e independente para cada zona”* asseguraria à Universidade que o projeto dispunha da capacidade de adaptação essencial à imponderabilidade própria a uma empreitada deste carácter e dimensão.

Das oito equipas que então se apresentaram a concurso³³ foi selecionado pelo Ministério da Educação e Investigação Científica a CPR – Consultores e Projectistas Reunidos³⁴ (posteriormente APR – Atelier de Projectistas Reunidos).

2.3

A localização dos núcleos universitários: Gualtar e Azurém

APR – Atelier de Projectistas Reunidos³⁵ com Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral na arquitetura paisagista

Em finais do mesmo ano foi assinado o contrato para elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, onde, voluntariamente, se fixava em 15 meses³⁶ o prazo para a realização da globalidade dos estudos aí consignados.

Dois importantes documentos foram apresentados nesta altura, um por parte da Universidade, o outro pela equipa projetista. No seu texto, a primeira, reiterando as exigências da encomenda no contexto da *“implementação, a título experimental, de um modelo de organização universitária não tradicional”*, enfatizava o significado atribuído às instalações, afirmando que *“ao ser aprovado um Programa e Plano Geral poderá dizer-se que o futuro da Universidade fica como que moldado.”*³⁷ Por seu turno, o APR entregou um Relatório elaborado pelos seus consultores Bickerdike / Allen /

Bramble,³⁸ o qual, após um breve resumo sobre tipologias universitárias, se centrava na articulação entre as soluções de natureza programática e espacial, focando-se nas questões próprias ao projeto da Universidade do Minho; a esse propósito desenvolvia, nomeadamente através de esquemas e diagramas, sugestões estruturais e de ordem prática para a conceção das suas instalações.

A equipa britânica defendia que construir densa e flexivelmente, utilizando estruturas articuladas por uma espinha dorsal e separando os tráfegos automóvel e pedonal, se tinha tornado um importante pressuposto do desenvolvimento das universidades contemporâneas; e que, nesse sentido, o conceito de construção linear que pode ser ampliada seria uma opção mais interessante e económica que a do campus pontuado por edifícios autónomos.³⁹ Ao propor um tipo espacial concebido sob os desígnios de “densidade”, “contiguidade”, “abertura” nos topos, gerido através de um planeamento controlado e rigoroso, o teor do relatório ia de encontro, sob o ponto de vista técnico, aos objetivos explicitados pela CIUM nos documentos que vinha a produzir sobre o tema.

Apesar de algumas discordâncias, em comentário posterior o GEID reconhecia a pertinência de muitas das sugestões contidas no Relatório que se reflete na estrutura física pretendida para o campus, designadamente “no desejo de promover a Interdisciplinaridade, através das vantagens de um Campus denso e de uma expansão de dentro para fora ou, o que é o mesmo, a existência de uma espinha dorsal bem definida e em cujo centro se situariam as zonas de convívio, administração, etc.”⁴⁰

Com estes textos, ideológica e conceptualmente focados na corporalização da Universidade, é chegado o momento em que se começam a explicitar imagens que permitem antever e discutir, em concreto, o modelo espacial a adotar para as suas Instalações Definitivas.

Um dos primeiros estudos a levar a efeito pela equipa projetista no sentido da concretização das Instalações Definitivas da Universidade incidia, necessariamente, sobre a definição do local onde se iriam situar os polos em Braga e em Guimarães.

Na primeira dessas cidades, a decisão central já se encontrava tomada, uma vez que a discussão sobre a localização do campo universitário, iniciada em 1974 com o Relatório Profabril e o conseqüente parecer do Gabinete de Consultores do Plano da Região do Porto, tinha conduzido à opção pelos terrenos do Quartel, pertencentes ao Exército, em Gualtar. Entregues formalmente à Universidade do Minho em outubro de 1976, estes 19,3ha fixaram a implantação do campus, constituindo a sua base inicial.⁴¹ Importava, agora, definir áreas de ocupação e de proteção, delimitando os respetivos perímetros.

Em Guimarães, em virtude da decisão de bipolarização da Universidade ser recente, não existia ainda qualquer indicação nesse sentido mostrando-se necessário encontrar, de raiz, os terrenos para implantação do “núcleo”, uma pesquisa que envolveu muito ativamente as instituições locais.⁴²

Explicitadas as premissas a que a escolha do terreno para instalação dos “campos universitários” deveria obedecer – entre as quais a disponibilidade de uma área com 60ha,⁴³ declive médio de 10%, exposição sul e localização dentro de um raio de 3km, com acesso fácil ao centro urbano -, em janeiro de 1978 o APR enviou ao GEID os Relatórios Preliminares sobre os aspetos fisiográficos e paisagísticos dos terrenos que propõe para localização da Universidade em Guimarães e Braga, assinados, respetivamente, pelos arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral.⁴⁴

Para Guimarães, sugere-se um terreno situado a Norte do centro urbano “entre o “festo” que separa as bacias hidrográficas das ribeiras de Sêlha e de S.ta Luzia e o “festo” onde se situa o Castelo e o Paço dos Duques”. Apresenta “uma primeira aproximação da zonagem e estrutura da Universidade”, a qual revela a transformação entretanto verificada no programa inicialmente estabelecido pela Universidade ao indicar manchas destinadas a “zona verde e desportiva” e a “lares universitários”. O núcleo vimaranense parece, assim, não só através da área que lhe foi reservada como das valências que conquistou, ter adquirido uma proeminência até então inesperada no panorama genérico da Universidade.

A cartografia anexa delimita três possíveis áreas de implantação e expansão, respetivamente com 40,3ha, 19,3ha e 12,2ha, assim como estabelece a área de proteção ao terreno indicado. É no terreno de maiores dimensões que o polo de Azurém virá, no futuro, a localizar-se.

Em relação a Braga, analisadas as condições morfológicas da envolvente do terreno já disponível em Gualtar, a ampliação necessária aos seus 20ha foi proposta na direção Poente. O Relatório da localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Braga, onde se considera necessária uma área complementar de cerca de 43ha,⁴⁵ aconselha a expansão até ao limite do futuro lanço da via circular de Braga. Apesar de reconhecer, para essa solução, os constrangimentos resultantes de compromissos com edificações existentes (em especial as do Albergue Distrital e do Noviciado do Sagrado Coração de Maria), o documento justifica a não consideração do terreno a Sul, onde se instalava o Posto Agronómico, quer pela sua grande aptidão agrícola, quer porque se encontrava separado do núcleo inicial pela EN 103.

Encontramo-nos, assim, perante uma primeira fixação de áreas a partir das quais os termos físicos de ambos os polos irão ser no futuro determinados: se por um lado se mostram substancialmente mais elevadas do que aquelas que a Comissão Instaladora previa no Caderno de Encargos do concurso (cerca de 30ha/7000 alunos e 15ha/3000 alunos para Braga e Guimarães, respetivamente), são deveras inferiores à indicação fornecida pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização, que apontava para 184,3ha.⁴⁶ Estas discrepâncias espelham as indefinições que no país existiam sobre os rácios a adotar na conceção de instalações universitárias e as diferentes

origens das normativas de referência. Evidenciam, também, as dificuldades com que se deparava a criação de novas instituições de ensino superior, acrescidas pela ausência de orientação de carácter técnico e operativo por parte das entidades da tutela.

Em “Notas sobre terrenos de Braga e Guimarães”,⁴⁷ o GEID analisa o Relatório Preliminar do APR e aprova as propostas aí constantes relativas quer à localização – destacando, em Guimarães, a importância da relação do campus com a urbe –, quer à zona de expansão, no caso de Braga. Suportando-se em indicadores institucionais de origem nacional e internacional e em rácios utilizados por outras universidades,⁴⁸ dá igualmente a sua concordância em relação aos 6oha de área sugeridos para cada um dos núcleos; fundamentando ainda esse assentimento, enfatiza a importância de considerar equipamentos desportivos e complementares no planeamento das universidades contemporâneas e alega que o inevitável faseamento da edificação das instalações recomenda não optar por uma solução “*demasiado densa*”.

Face a este parecer e após aceitação da proposta de localização e delimitações pela Comissão Instaladora e pelas respetivas Câmaras Municipais, foi solicitada à DGES a sua aprovação.⁴⁹ Homologada pelo MEC em 30 abril de 1980, encontrava-se fixada a base territorial para a implantação dos núcleos de Gualtar e de Azurém da Universidade do Minho.

3

O desenho dos campi: a construção da sua estrutura espacial

3.1.1

PLANO 0: a megaestrutura

APR – atelier de projectistas reunidos, a.c.e. · com Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral na arquitetura paisagista

Ao longo de três anos de um processo conturbado, que ocorreu entre os finais de 77 e 80, o APR elaborou, a par com a definição das áreas e da configuração dos polos de Azurém e Gualtar, as propostas de Programa⁵⁰ e os Planos Gerais para as suas Instalações Definitivas, fixados para o horizonte de uma população discente de 10 000 alunos por núcleo.

Apesar dos sucessivos desencontros, que a documentação revela, entre o GEID e a equipa de projeto nas suas mútuas solicitações e respostas, este período permitiu objetivar programas e testar estruturas físicas que se buscavam compatíveis com o modelo de ensino que a Universidade do Minho pretendia implementar.

Assumindo o espírito do tempo, que não considerava “*desejável a compartimentação das [Unidades Pedagógicas] por diferentes edifícios – o que conduziria às “Faculdades” ou “Departamentos” estanques*”,⁵¹ e sintetizando os princípios de compacidade, flexibilidade e expansibilidade, o APR propôs, como suporte espacial para as instalações, a adoção de uma malha contínua, uma megaestrutura que daria resposta às exigências programáticas, adaptando-se, em cada um dos polos, às suas características fisiográficas.

Repartida por dois terrenos separados por uma via pública, a implantação indicada para o conjunto em Azurém apresenta um carácter ainda muito esquemático e abstrato. Os edifícios, envolvidos por arruamentos automóveis, implantam-se junto aos limites Norte do terreno nas cotas mais elevadas e de pendente acentuada, organizando-se numa grelha isomórfica que, no terreno a nascente, circunda o núcleo habitacional de uma quinta. O sector Sul, livre de edificação, seria dedicado à “*zona verde e desportiva*”, a qual ocuparia a outra encosta até encontrar a “*zona verde existente – Castelo e Paço dos Duques*”.

Mas a delimitação do campus encontrava-se nesse momento ainda demasiado instável, sujeita aos estudos em curso no âmbito do Plano de Urbanização de Guimarães.⁵² Este, ao propor a passagem de uma circular urbana que cortava todo o sector norte da área inicialmente considerada, vinha afetar também a implantação prevista para os edifícios no Plano APR, obrigando a uma revisão profunda da proposta.⁵³

Em Braga, o desenho propunha a edificação de uma grelha que se estendia densa, acompanhando a morfologia do terreno no sopé das colinas, segundo uma espinha dorsal estruturante que servia a retícula instalada nas suas margens. O espaçamento dessa malha definia, sobre a linha de drenagem originada na confluência de ambas as encostas, uma centralidade que distinguia e articulava os seus corpos nascente e poente. A lógica do traçado deste último sofria, no entanto, do estrangulamento provocado pelos terrenos adstritos ao Instituto do Sagrado Coração de Maria e ao lugar de Vilar, uma reentrância desde sempre reconhecida como um obstáculo à coesão do terreno estabelecido para o campus.⁵⁴

A extensão projetada nessa direção leste rematava numa área assaz significativa que se prolongava até à futura circular prevista nos planos municipais, e estava destinada à implantação do equipamento desportivo que a Universidade preconizava o campus viesse a incorporar.⁵⁵ O programa definitivo para estas instalações, ajustado com a autarquia,⁵⁶ deveria permitir a inclusão de Braga nos circuitos europeus de desporto universitário, complementando outros equipamentos de que a cidade já dispunha.⁵⁷

Entregues pelos projetistas em agosto de 1980, os trabalhos constantes do Relatório Final de Programa e dos Planos Gerais foram analisados pelo GEID, que considerou não responderem devidamente à generalidade das exigências formuladas no Caderno de Encargos.⁵⁸ Este juízo, epílogo do controverso relacionamento entre a Universidade e a equipa APR, teve como consequência a denúncia do contrato, por comum acordo, em finais desse mesmo ano.

Estava assim aberta uma nova crise tendo-se a Universidade deparado, nessa situação, sem equipa técnica para dar continuidade ao projeto das suas Instalações Definitivas.



Fig. 1
 Plano Geral das Instalações Definitivas da UM em Braga · Estudo Prévio, Planta de coberturas
 Esc. 1:1000 · s/d · APR ateliers de projectistas reunidos, a.c.e.
 Sobreposição das plantas:
 · Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar, Estudos de Pormenor do Bairro da Alegria e da
 Zona do Areal · Planta de Localização · Esc. 1:5000 · Agosto 1981 · C.M. de Braga - Ceape
 · Proposta de alteração de Áreas a Expropriar · Esc. 1:1000 · 1979 · GEID
 © C.E.EAUM)

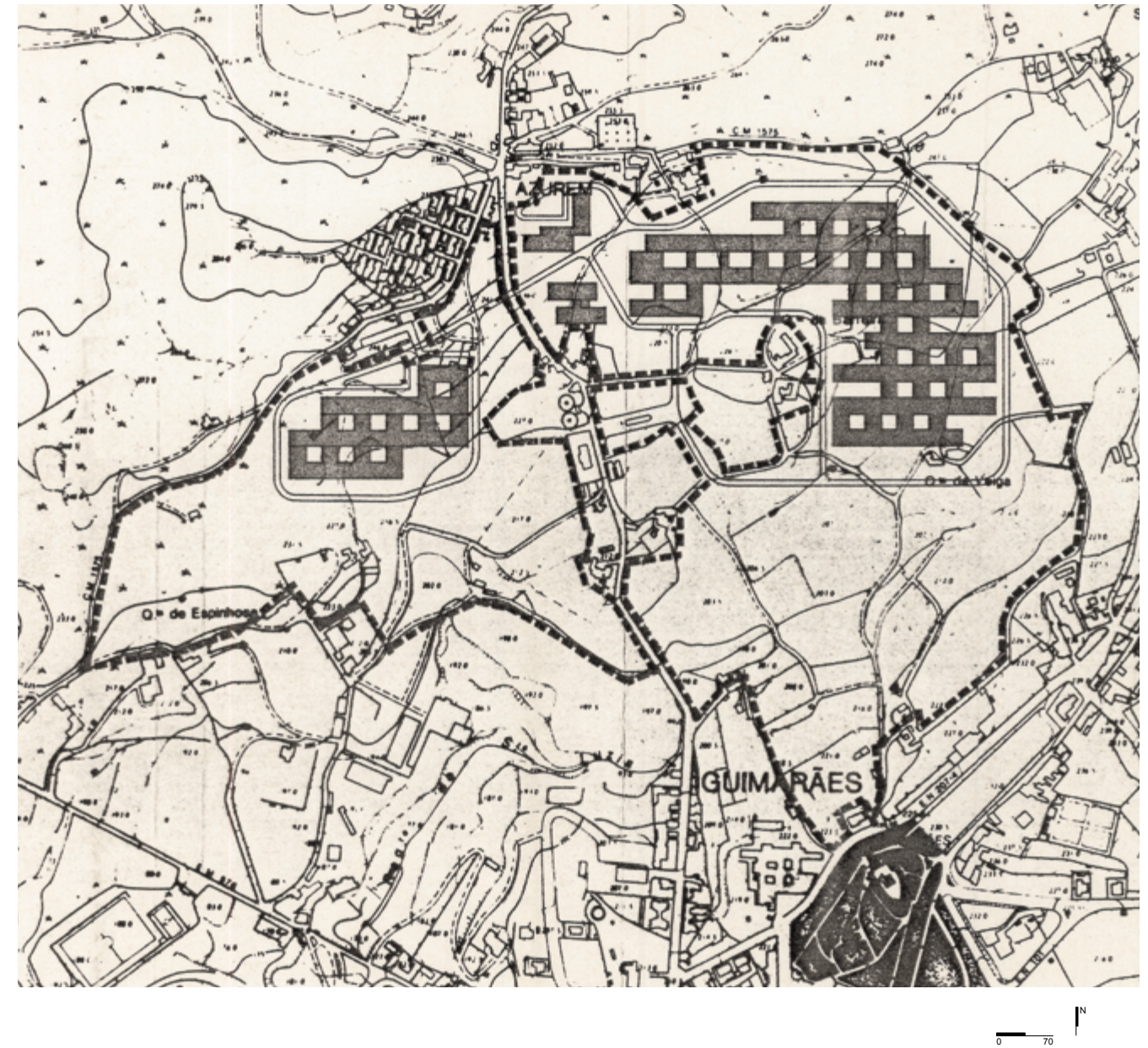


Fig. 2
 Plano Geral das Instalações Definitivas da UM em Guimarães · Esc. 1:5000 · s/d
 APR ateliers de projectistas reunidos, a.c.e.

Mas algumas decisões de base tinham sido entretanto tomadas: os programas para ambos os polos, sujeitos a aprofundamento crítico e a um primeiro teste espacial, estavam melhor consolidados, e a localização dos campi em Gualtar e em Azurém, embora com os perímetros ainda subordinados a futuro acerto, achava-se definitivamente assente e acordada com as administrações central e local.

E se em Guimarães se sabia inevitável rever posteriormente o projeto de implantação dos edifícios em função de decisões urbanísticas do foro da cidade, em Braga o desenho proposto para as instalações da Universidade foi integralmente considerado pelo município e incluído no Plano de Pormenor por si elaborado para a zona de Gualtar.⁵⁹

O processo das Instalações Definitivas da Universidade do Minho encontrou a sua sequência ainda em 1981, através da realização de um concurso, pela DGES, com vista à pré-seleção de equipas para a elaboração de projetos de edifícios destinados ao Ensino Superior. Dele resultou – após uma consulta à Comissão Instaladora cujas opções, aliás, não foram totalmente observadas –,⁶⁰ a entrega do projeto para a 1ª fase das Instalações Definitivas da Universidade: em Braga à Profabril, Centro de Projectos, SARL e, em Guimarães, ao GPA – Grupo de Planeamento e Arquitectura.⁶¹

Esta circunstância, em que o desenho dos polos deixou de ficar sob a responsabilidade de um mesmo *atelier* e se distribuiu por duas equipas, a cada uma das quais foi atribuído o Projeto de, apenas, a 1ª fase das instalações – pressuposta, assim, a pré-existência de um Plano Geral –, inicia uma etapa com características bastante distintas da anterior. Com equipas independentes, Gualtar e Azurém seguem caminhos autónomos.

Mas não existia, de facto assumido pela instituição, um plano anterior sobre o qual fundar o desenho da sua primeira fase, pelo que os projetos a ser realizados tiveram de suprir essa lacuna, elaborando uma nova proposta de raiz para o conjunto. Poderá talvez considerar-se, então, que este momento foi o início da efetiva concretização espacial dos edifícios destinados às Instalações Definitivas da Universidade do Minho.

3.2

Em Braga, o polo de Gualtar

Situado na zona nascente da cidade e ocupando a área de 39,8oha, o campus de Gualtar conforma um polígono irregular parcialmente inscrito entre arruamentos com características variadas: a sul é limitado pela EN103, onde se localiza hoje a entrada principal, que se efetua a partir de uma rotunda articulada com o sistema viário de grande escala da cidade; a sudeste pela rua de ligação a Gualtar, que permite uma outra entrada agora secundária, mas que até recentemente foi o único acesso automóvel ao campus; e, a norte, à cota alta, por uma estrada (onde se virá a localizar uma terceira portaria, na proximidade do novo Hospital Distrital) que liga a variante da cidade ao arruamento de Gualtar.

O polo universitário confronta ainda, no seu topo nascente, com os limites de

propriedades particulares, o mesmo acontecendo na estrema leste, onde confina com o Bairro da Alegria, o Instituto do Sagrado Coração de Maria, o lugar de Vilar e uma urbanização de alta densidade. No seu seio, intersectando-o profundamente, implanta-se a parte que remanesce do antigo Bairro do Sol e da rua que o servia.

O seu terreno é morfologicamente estruturado por duas colinas que o delimitam a norte e se desenvolvem em pendente acentuada, uma inclinação que se suaviza no sopé até encontrar a EN103, depois da qual se alarga a veiga do Rio Este. Nas encostas dos montes que encerram o vale no lado oposto localizam-se os santuários do Bom-Jesus e do Sameiro, presenças de relevo no recorte paisagístico do campus.

As colinas formam um plano próximo que enquadra a construção: a elevação a nascente, revestida a pinheiro manso, apresenta-se como uma importante presença “naturalizada”, enquanto a encosta poente, arborizada também, é pontuada por um expressivo volume isolado que, filtrado embora pela vegetação, assinala o remate do campus nesse topo.

Aberta sobre o horizonte afastado, a massa construída encontra-se implantada no sector Sul, onde o declive é menor, estruturando-se em dois conjuntos assimétricos e organizados sobre as margens de uma ampla zona não edificada que, estabelecida sobre a linha de drenagem que transversalmente permeia o terreno, recebe a entrada principal do complexo.

A linguagem arquitetónica dos edifícios reflete a sua diversidade autoral e o período ao longo do qual foram concebidos e executados, sendo o conjunto disciplinado por uma cêrcea dominante na ordem dos quatro pisos e pelos alinhamentos que os Planos Gerais estabeleceram. O acesso automóvel e o estacionamento, dispostos perifericamente, são o pretexto para a implantação da reduzida superfície vegetal existente para além daquela que as colinas ostentam e que não induz qualquer apropriação por parte dos utentes. Sem pretensões a constituir-se como espaço de lazer ou estar, essa área verde forma uma delgada cintura de proteção em relação às vias públicas que rodeiam o campus.

Associada a outros fatores como, em particular, a abertura de novos eixos viários circundantes da cidade, a localização do campus universitário parece ter polarizado o desenvolvimento de Braga nesta direção, originando uma forte expansão inicialmente não suposta nos planos da Universidade ou nos do próprio ordenamento territorial. Hoje em dia o espaço universitário encontra-se rodeado por urbanizações de média e alta densidade, edificadas ou em vias de o serem, não tendo vingado os pressupostos iniciais do Plano Geral da Universidade do Minho que previa a existência de um pulmão verde agregado ao seu território, favorável a interesses comuns aos universos cidadão e académico.

Mas esta inclusão numa área cada vez mais edificada não se traduziu numa centralidade qualificada do ponto de vista urbano que o resgatasse da condição periférica que ainda o caracteriza, pese embora sua proximidade ao tecido urbano central, com que continua a evidenciar manifestas dificuldades de articulação.

Fig. 3

Situação actual do Campus de Gualtar, em Braga

© CE.EAUM, 2013

1. Serviços Técnicos e Oficinas Gerais

(GID, 1983; Requalificação: Pedro Mendo, arq., 1992-1994)

2. Vivenda Sameiro

(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 1985-1988)

4. Instituto de Letras e Ciências Humanas

(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 1987-1990)

5. Biblioteca Geral

(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 1989-1992)

6. Escola de Ciências

(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 1988-1993)

7. Complexo Pedagógico II

(Galp, Lda / José Carlos Loureiro, arq., 1991-1995)

8. *Prometeu*

(José Rodrigues, escultor, 1992)

9. Pavilhão Desportivo

(Pedro Mendo, arq., 1991-1995)

10. Portaria Nascente

(Pedro Mendo, arq., 1992-1995)

11. Escola de Economia e Gestão

(Rafael Gaspar, arq., 1993-1995)

12. Escola de Engenharia

(Pedro Mendo, arq., 1994-1997)

13. Restaurante Universitário

(António Coutinhas, arq., 1997-1999)

14. Complexo Pedagógico III

(Rafael Gaspar, arq., 1996-2000)

15. Pirâmides

(António Coutinhas, arq., 2001)

16. Expansão da Escola de Ciências

(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 2001-2003)

17. Escola de Engenharia II / Instituto de Ciências Sociais

(Gonçalo Byrne, arq., 1997-2004)

18. Serviços de Acção Social

(António Coutinhas, arq., 2000-2005)

19. Instituto de Educação e Psicologia

(José Bernardo Távora, arq., 1997-2006)

20. Escola de Ciências da Saúde

(José Soalheiro, Teresa Castro e Ana Paula Calheiros - Arquitectos, Lda, 2000-2007)

21. Escola de Direito

(Europlan - Estudos e Projectos, Lda. / José Gomes Fernandes, arq., 2001-2008)

22. Expansão do Pavilhão Desportivo

(Pedro Mendo, arq., 2006-2008)





23. Portaria Sul

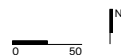
(IMAGO - Atelier de Engenharia e Arquitectura, Lda / António Jorge Fontes, arq., 2012-2013)

24. Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade

(IMAGO - Atelier de Engenharia e Arquitectura, Lda / António Jorge Fontes, arq., 2011)

(Fonte: Serviços Técnicos; Serviços de Acção Social; autores dos projectos)

-  PLANO 1: A ESTRUTURA *EM REDE*
(Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq.)
-  PLANO 2: A EDIFICAÇÃO *ENTRE-PLANOS*
(GID - Gabinete das Instalações Definitivas)
-  PLANO 3: O *TRAÇADO* E O ESPAÇO COLECTIVO
(Rui de Sousa Louro, arq.)
-  OUTROS



Atualmente mobilizando uma população que se aproxima das 14 000 pessoas e dispondo da área bruta edificada de cerca 137 000m², o campus de Gualtar exprime com eloquência a vitalidade inerente a um processo denso e contínuo, sempre cruzado com os destinos da urbe a que a Universidade se encontra ligada desde a origem. Ocorrida em tempos genericamente instáveis, a história da sedimentação física do polo assim o mostra, sugerindo que o futuro ainda se encontra em aberto, deixando interrogações em particular sobre a sua inscrição na cidade e a qualidade que essa relação, mútua, virá a saber conquistar.

3.2.1

Plano 1: a estrutura em rede

PROFABRIL - Central de Projectos, SA · Frederico Burnay, arquiteto responsável

A elaboração do projeto para a 1ª fase das Instalações Definitivas da Universidade em Braga, executado pela Profabril sob a responsabilidade de Frederico Burnay, conduziu à revisão da proposta anterior e, conseqüentemente, ao desenho de uma nova estrutura espacial para fundamentar o seu desenho. Pese embora esta reformulação, os princípios conceptuais mantiveram-se e o Estudo Prévio, se bem que concretizado numa base mais conforme aos requisitos do Programa Preliminar, propôs também organizar a edificação num edifício-contentor reticulado, um conjunto apto a reagir à dinâmica do sistema através de agrupamentos e associações que, colaborantes, favorecessem o intercâmbio e admitiessem crescimento ou inflexão espacial.

Formalmente, no entanto, ao estabelecer “*uma malha modulada em que indiscriminadamente se poderão ter instalações sociais e administrativas ou áreas teórico/práticas ou ainda áreas laboratoriais*”,⁶² abandonava o desenvolvimento ao longo de uma espinha dorsal em favor de uma rede não hierarquizada, definida por corpos modulados que configuravam pátios amplos e porosos entre si.

Implantando-se longitudinalmente nas cotas mais favoráveis do terreno e separando as circulações pedonais e automóvel, esta última em arruamentos periféricos ao longo dos quais se distribuem os parques de estacionamento, a frontaria deste grupo de edifícios é composta pela Biblioteca Central e pelo Complexo Pedagógico I, que constituem os dois grandes momentos de uso comum e são situações especiais, também do ponto de vista arquitetónico.

Aprovado e desenvolvido o estudo, o lançamento da 1ª pedra do campus de Gualtar ocorreu em março de 1986, onde, numa cerimónia de grande solenidade que contou com a presença dos mais altos dignitários políticos e religiosos a nível nacional, foi depositado (à semelhança do que já havia, similarmente, acontecido em Azurém) um pergaminho na fundação inaugural.

Nessa ocasião, foi apresentada pelo GID uma pequena publicação onde sintetiza o estádio das instalações da Universidade do Minho em Braga, especificando a “Programação de construção da 1ª fase”, prevista para o período 1986-1991, e a

distribuição geral de espaços e áreas, num total de 34105m². Contém igualmente a fotografia da maquete do plano e dois mapas, um referente ao polo de Gualtar, outro onde se assinalam os edifícios da Universidade disseminados, à época, pela cidade.

Num processo de grande complexidade e interação entre o GID, as tutelas, a administração local e a equipa projetista, que aconteceu em múltiplas frentes simultâneas (envolvendo aprovações, financiamentos, aquisição de terrenos, discussão de projetos, programação, gestão e execução de infraestruturas⁶³ e edificações), o campus de Gualtar iniciou as atividades letivas no Complexo Pedagógico I em outubro de 1988. Posteriormente entraram em funcionamento um refeitório, as Escolas de Letras e Artes, Economia e Gestão e Ciências Sociais (1987-1990), as primeiras a ocupar Instalações Definitivas em Braga,⁶⁴ tendo depois chegado, com o avançar das obras, o Instituto de Educação e a Biblioteca Central (1989-1992), as Escolas de Engenharia e de Ciências, os Serviços Académicos e o Centro de Informática (1988-1993).

Cumprindo o plano estabelecido, a malha geradora adaptou-se à topografia, vencendo o desnível do terreno e articulando-se através de escadas e pátios onde se cruzam comunicações pedonais entre os edifícios, sendo possível percorrer sob superfície coberta todo o conjunto, unificado também pela adoção de uma linguagem semelhante.⁶⁵

E se o uso das instalações mostrou que esta tipologia não respondia, afinal, às exigências da prática efetiva, razão que conduziu ao seu abandono e à adoção de uma nova filosofia, é um facto que passados todos estes anos a sua resiliência é de assinalar. A estrutura espacial em rede contínua parece manter uma capacidade de adaptação notável, tendo ainda recentemente servido de suporte à ampliação da Escola de Ciências, também ela projetada por Frederico Burnay (2001-2003). Através da sua sóbria compacidade, esta arquitetura inicial sobrevive, de uma forma realmente interessante, ao tempo e às formas dos tempos.

No encerramento deste ciclo, em 1993, o campus de Gualtar era descrito⁶⁶ como albergando 6000 estudantes e com uma área bruta global edificada de cerca de 36 500 m² em cerca de 32ha de terreno. A Primeira Fase das Instalações Definitivas,⁶⁷ iniciada em 1986, concluía-se com a etapa seguinte já em andamento, concursos lançados e edifícios em execução.

Em 1993 discutiam-se também as fronteiras do campus e, em simultâneo, a alternativa à localização da zona desportiva universitária. Sobre essa matéria a Universidade pronunciava-se em fevereiro e julho do mesmo ano, em sede do Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga.

Se, por um lado, manifestava “*total concordância com o proposto para o Complexo Desportivo Universitário a norte da Avenida Artur Soares*”, instava que “*Os terrenos limitados a sul pela Rua Nova de Santa Cruz, a oeste pela Calçada do Vilar e a norte pelos terrenos*

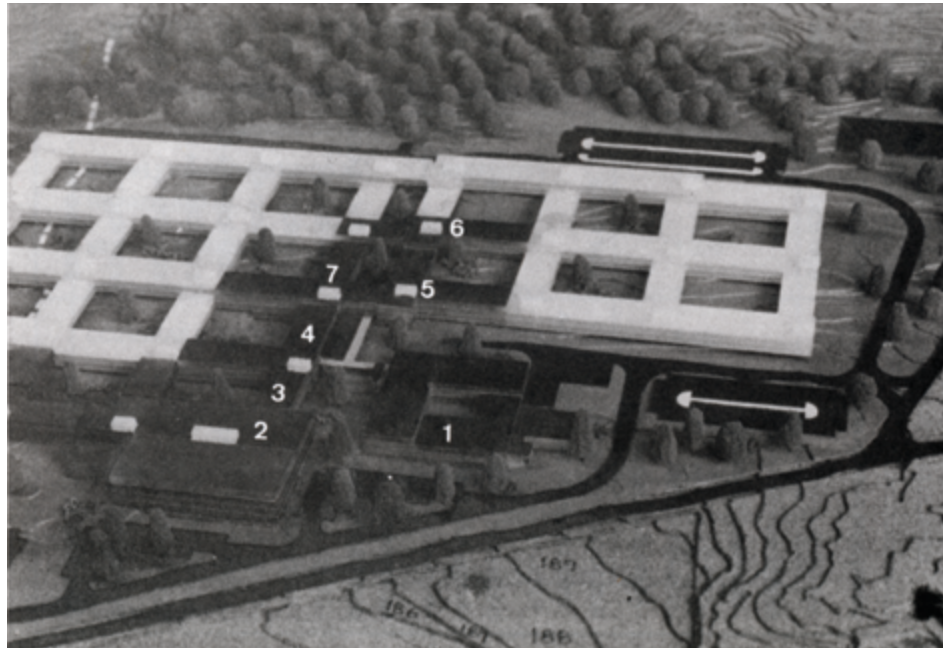
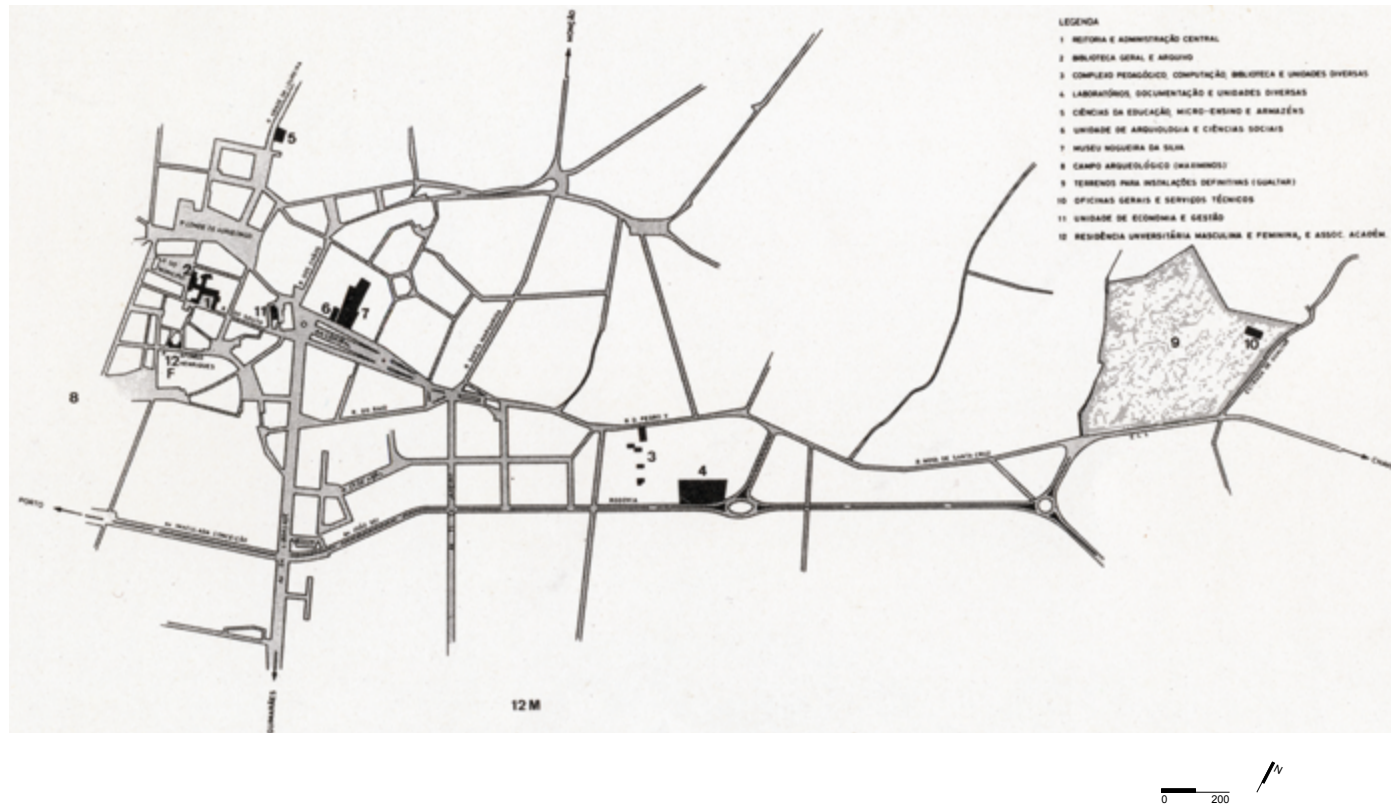


Fig. 4
Panorâmica dos Edifícios a construir na 1ª Fase, in 'Lançamento da Primeira Pedra das Instalações Definitivas de Braga', GID, Março 1986

1. Complexo Pedagógico e Reprografia
2. Biblioteca Central (inclui Unidade Ciências da Educação)
3. Unidades Científico-pedagógicas: Ciências Sociais
4. Unidades Científico-pedagógicas: Economia e Gestão, Letras e Artes; Cozinhas e Refeitórios
5. Unidades Científico-pedagógicas: Ciências Exactas e da Natureza
6. Unidades Científico-pedagógicas: Ciências Exactas e da Natureza, Engenharia, Expansão
7. Unidades Científico-pedagógicas: Engenharia; Centro de Computação; Associação Académica

Fig. 5
Universidade do Minho, Instalações Definitivas - Braga - Arruamentos, Planta geral
Esc. 1:1000 · 26.02.1986 · PROFABRIL Centro de Projectos, S.A.R.L.

**Fig. 6**

Localização das Instalações em Braga, in 'Lançamento da Primeira Pedra das Instalações Definitivas de Braga', GID, Março 1986

- Reitoria e Administração Central
- Biblioteca Geral e Arquivo
- Complexo Pedagógico, Computação, Biblioteca e Unidades diversas
- Laboratórios, Documentação e Unidades diversas
- Ciências da Educação, Micro-Ensino e Armazéns
- Unidade de Arqueologia e Ciências Sociais
- Museu Nogueira da Silva
- Campo Arqueológico (Maximinos)
- Terrenos para Instalações Definitivas (Gualtar)
- Oficinas Gerais e Serviços Técnicos
- Unidade de Economia e Gestão
- Residência Universitária masculina e feminina e Associação Académica

da UM, destinados na Carta de Ordenamento do PDM como Zona de Construção de Alta Densidade [...] sejam considerados como espaços de equipamentos destinados à UM"; e, ainda, "Que a zona de equipamento proposta para os terrenos localizados a Sul da EN 103 e a norte da EN 103-3, actualmente utilizados pelo Núcleo de Melhoramento do Milho (NUM) do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural (INIAER) seja reservado para a Universidade do Minho". Propunha a revisão do traçado definido no PDM para o prolongamento da Rodovia para nascente, uma vez que, tal como proposto, iria "afectar significativamente as possibilidades de utilização daquele espaço", e recomendava "a delimitação de uma zona de protecção envolvente ao Campus Universitário na qual qualquer intervenção urbanística seja sujeita a parecer prévio da Universidade do Minho".⁶⁸

No que respeita a esta série de solicitações e apesar de todos os esforços empregues nesse sentido também junto do governo central, ao invés do que se tinha verificado com o Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar, em 1981, nenhuma teve acolhimento na política de ordenamento urbanístico da autarquia.

3.2.2

Plano 2: a edificação *entre-Planos*

GID, Gabinete para as Instalações Definitivas

Ao longo do período de realização da primeira fase, em que foi testada a adequação funcional das instalações, surgiram problemas originados em particular pela sua complexa gestão. Ao verificar que a agilidade de reconversão que pressupunha não se mostrava conforme ao esperado e que a continuidade dos edifícios se revelava mais um constrangimento que uma facilidade – uma crítica ao modelo que já se vinha a fazer sentir em situações similares –, a Universidade decidiu uma inflexão no desenvolvimento da estrutura a adotar para as construções futuras no campus.

Com esse sentido foi recuperado o conceito, tradicional, que atribui às unidades de ensino e aos equipamentos de apoio geral instalações autónomas e não ligadas entre si. Conservando o princípio do funcionamento matricial – *mitigado* agora, porém –, tão radicalmente manifesto na solução anterior, desistia-se da difícil partilha da territorialidade espacial.

Dando lugar a uma gestão da construção mais ajustável aos circunstancialismos externos que condicionavam o seu faseamento e a um novo entendimento do corpo físico do campus, foram abertos sequencialmente vários concursos que, dirigidos a edifícios independentes e a equipas também diferentes, envolveram um significativo número de arquitetos e ateliers de arquitetura.

A série de construções que daí resultou veio, de uma forma geral, a implantar-se em lotes delineados pela modulação criada pela grelha do período antecedente, com ela procurando encontrar soluções de combinação. Este ciclo engloba o Complexo Pedagógico II,⁶⁹ o Pavilhão Gimnodesportivo e o edifício de Engenharia I / Departamentos de Informática e de Biologia (Pedro Mendo, 1991-1995 e 1994-1997, respetivamente) e, ainda, a Escola de Economia (Rafael Gaspar, 1993-1995). Com a execução destes edifícios, parte da qual se sobrepôs, temporalmente, à da etapa anterior, as instalações no campus de Gualtar passaram a dispor da área bruta de cerca de 68 000m².

Com esta fase que ocorreu, planificadamente, num intervalo entre-Planos, a fisionomia do campus e a forma de o usar alteraram-se substancialmente: porque perdeu o seu carácter unitário mas ganhou numerosos referenciais arquitetónicos; porque fixou a população a limites territoriais evidentes mas motivou assim, talvez, um sentido identitário antes demasiado brando; porque, ao abandonar a articulação coberta entre as partes, gerou um tipo de movimentação pedonal exterior obrigatório que pressupõe um espaço coletivo mais intensivamente habitado.

Mas o programa para o polo de Gualtar estava ainda longe de ser materializado e os seus responsáveis sabiam indispensável encontrar uma lógica que substituísse aquela a que se acabava de abdicar. A assunção de que o campus necessitava de encontrar um sentido que lhe reatribuísse carácter a partir de premissas distintas abriu um outro momento na reflexão sobre a sua estrutura arquitetónica, tendo o GID, com esse objetivo, efetuado os trabalhos prévios à realização de um novo Plano Geral.

3.2.3

Plano 3: o traçado e o espaço coletivo

Rui de Sousa Louro, arquiteto responsável · com Daniel Monteiro na arquitetura paisagista

Em junho de 1993, a “Versão 1” do Programa-Base para o *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, polo de Braga*, previa que o campus viesse ocupar uma superfície na ordem dos 40ha, admitindo que a área total bruta edificada fosse de 150 000m². Apontava ainda, como população final, para um universo de 10 000 discentes, 770 professores e 625 funcionários.⁷⁰

Cerca de um ano mais tarde, o Programa Preliminar para o Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho no polo de Braga,⁷¹ elaborado também pelo GID no seguimento do anterior Programa-Base, evidencia preocupações com a articulação do campus com o sistema viário da cidade⁷² e com o facto de o seu perímetro não se encontrar ainda definitivamente estabelecido. Neste sentido, avança uma proposta de delimitação em que inclui três áreas a ligar as parcelas já propriedade da Universidade, especificando que esses são os terrenos “*cuja futura integração se considera fundamental para a constituição do suporte físico do programa a instalar*”. Totalizando cerca de 8 ha, grande parte dos quais se localizam nas encostas nascente e poente da colinas existentes a norte, estes terrenos são aqueles que atualmente encontramos incorporados no campus, não se tendo verificado a afetação de nenhum dos outros que a Universidade solicitara em sede do PDM. Encontramos, assim, a partir desta data, atingidos os 39,80ha que definem a configuração atual do polo de Gualtar.

O mesmo documento especifica também o “*Programa a Instalar*”, acompanhando a sua descrição com uma planta onde se assinala, esquematicamente, a localização das construções previstas. Estas contemplavam os edifícios destinados a várias Escolas (algumas das quais ainda indeterminadas), aos Serviços de Ação Social, à Associação Académica, à Extensão Universitária e a Serviços Administrativos;

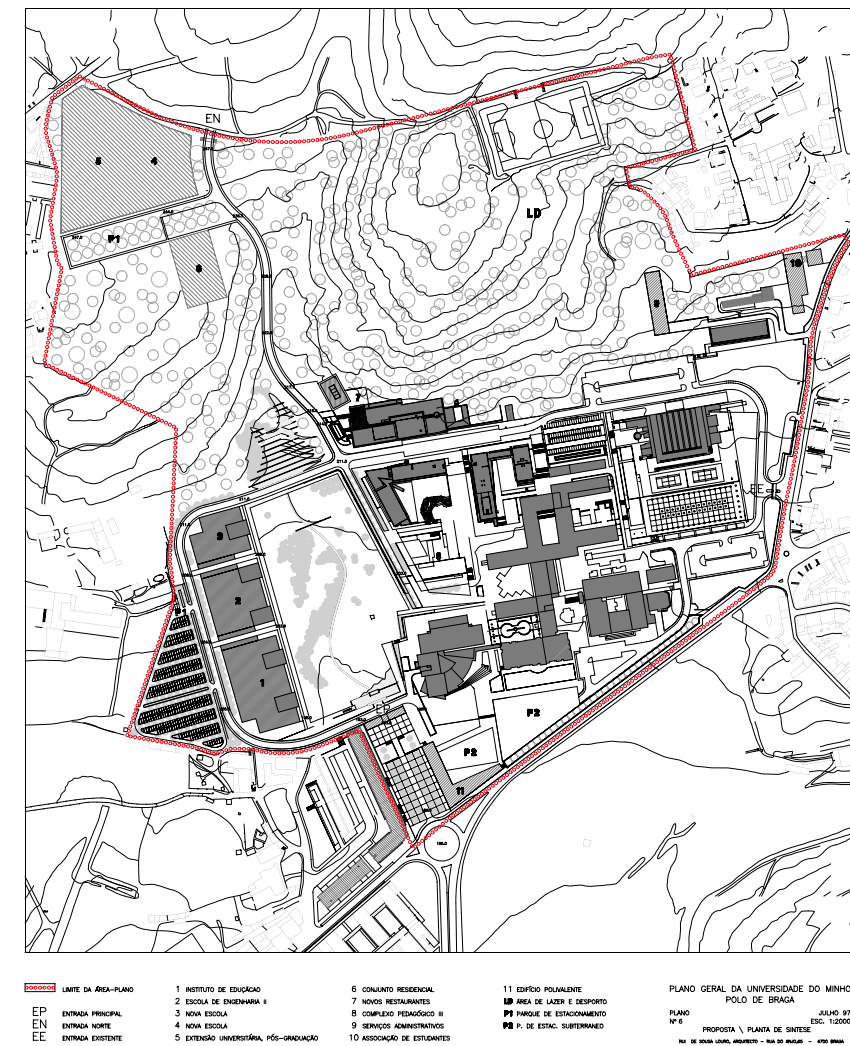


Fig. 7

Plano Geral da Universidade do Minho - Polo de Braga · Proposta / Planta de Síntese
Esc. 1:2000 · Julho 1997 · Rui de Sousa Louro, Arquitecto

incluíam, ainda, um conjunto residencial para professores visitantes – uma valência até então não mencionada para o campus de Gualtar – e a transferência da cantina para edifício próprio.

Este estudo estabeleceu a base do novo Plano Geral que veio a informar o “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Elaboração de Projectos de Edifícios da Universidade do Minho em Braga e Guimarães”,⁷³ dando início a um período que protagonizou, até à atualidade, o último grande esforço da Universidade em termos de planeamento e gestão da edificação das suas Instalações Definitivas. Um esforço particularmente amplificado pela coincidência temporal de ambos os processos, que obrigou a uma notável atividade de coordenação por parte do GID não só no sentido de assegurar a mútua articulação projectual como de garantir, nesse pressionado contexto, financiamento e lançamento das respetivas empreitadas.

O “Ante Plano Geral da Universidade do Minho – polo de Braga”, apresentado em maio de 1996, da responsabilidade de Rui de Sousa Louro e com Daniel Monteiro na arquitetura paisagista, continha já as diretrizes que o Plano Geral viria a consagrar em julho do ano seguinte. Propondo alterações significativas ao esquema sugerido no Programa Preliminar, desligava o sistema viário interno do campus do arruamento público previsto no PDM que o iria atravessar e propunha uma solução de implantação inversa, que libertava de edificação a área central da zona de expansão.

Pressupondo autores e linguagens arquitetónicas diferentes e não tendo ainda esclarecidos todos os programas para os edifícios previstos, o Plano procurou encontrar uma resposta que superasse a vinculação a modelos antagónicos, entre os blocos isolados – dando continuidade à última tipologia adotada, como parece implícito no diagrama constante do Programa Preliminar – ou a megaestrutura da fase inicial. Assente na definição de um traçado que regulasse a coerência do conjunto, sem questionar a diversidade formal dos edifícios, e no desenho do espaço coletivo como elemento congregante, a solução pretendeu conferir ao campus uma legibilidade espacial geral que ele não tinha nunca chegado a adquirir.

O projeto, com um desenho de cariz nitidamente *urbano* e preocupado em definir formalmente a relação do campus com a cidade, associava à nova entrada principal um edifício e uma alameda ainda pública, à qual se adossaria, já no interior do polo, uma ampla plataforma vegetal, um Parque que passaria a funcionar como a centralidade estruturante de todo o conjunto, conferindo-lhe uma forte imagem identitária.

O Parque – de alguma forma reinterpretando um princípio que o plano APR tinha já contemplado – encontra-se delimitado a poente por uma frente linear de novos edifícios assentes sobre um embasamento contínuo que remata o campus e se contrapõe aos limites irregulares, a nascente, da massa edificada das fases anteriores (cujas lacunas o plano também colmata, neste caso através da localização de um novo edifício, o Complexo Pedagógico III, com projeto de Rafael Gaspar, 1996-2000). Aquela extensa frontaria veio a receber os edifícios do Instituto de Educação (José

Bernardo Távora, 1997-2006), da Escola de Engenharia II e do Instituto de Ciências Sociais (Gonçalo Byrne, 1997-2004) e da Escola de Direito (José Gomes Fernandes, 2001-2008).

Alguns edifícios estrategicamente implantados asseguram alinhamentos e pontuam situações especiais (como o que se localizaria na entrada, “*com funções de interface entre a universidade e a cidade*”). Nessa condição encontramos os Restaurantes e os Serviços de Ação Social (António Coutinhas, 1997-1999 e 2000-2005, respetivamente) assinalando o cunhal a norte-poente da grande mancha edificada das primeiras duas fases e, ainda, uma massa⁷⁴ no topo da colina que remata o campus a poente, valorizando o seu “*perfil paisagístico*”⁷⁵ e marcando a nova entrada norte – aqui se viria a localizar a Escola de Ciências da Saúde (José Soalheiro, Teresa Castro e Ana Paula Calheiros, 2000-2007). No sector de expansão nascente, junto ao edifício dos Serviços Técnicos, entretanto remodelados (Pedro Mendo, 1992-1994), o Plano prevê a implantação de dois edifícios destinados aos Serviços Administrativos e à Associação de Estudantes.

Resolve também, de forma autónoma, o sistema de circulação motorizada do campus e propõe, na tentativa de controlar a excessiva presença de automóveis à superfície, a edificação de parques subterrâneos em frente ao Complexo Pedagógico II, conformando uma praça em espaço já então nobilitado com a colocação de *Prometeu* (1992), uma escultura da autoria de José Rodrigues.

O Plano tem vindo a ser seguido com adaptações que se notam particularmente no desenho *fino* da rede viária: bastante sensíveis na Alameda de entrada no polo, são-no também na implantação do acesso à Escola de Saúde, afetada pela permanência de um sector do Bairro do Sol, cuja demolição era considerada como um fator de “*carácter estratégico relativamente à reconfiguração do vale que separa as duas colinas e que constitui um dos elementos estruturadores da imagem do “futuro” campus.*”⁷⁶

Fruto de um concurso público recentemente realizado, em breve surgirá um edifício destinado ao Instituto de Ciência e Inovação para a Bio Sustentabilidade (António Jorge Fontes, 2011). E o desenvolvimento do polo trará por certo consigo outras situações que, imponderáveis, continuarão a procurar o seu melhor lugar na lógica geral entretanto estabilizada.

Mas o que quer que o futuro venha a ditar, um dos fatores que influenciará, marcadamente, a qualidade de vida da comunidade universitária será a concretização dos espaços verdes previstos no Plano, em particular o Parque. Complementando as colinas e constituindo a área de fruição de que Gualtar não dispõe, essa faixa aberta no coração do campus – que torna perceptível a condição morfológica do terreno revelando a linha de drenagem até então ignorada,⁷⁷ e suaviza, em simultâneo, a densa edificação de todo o sector Sul – funcionará como o “*elemento aglutinador*” em torno do qual o espaço académico se desenvolverá,⁷⁸ constituindo o seu grande momento coletivo.

3.2.4

A Universidade em Braga, para além do campus

A Universidade possui disseminado no centro de Braga um interessante e valioso espólio construído, muito dele remanescente do período do seu funcionamento em Instalações Provisórias.

De todos os edifícios o de maior notoriedade é o antigo Paço Arquiepiscopal,⁷⁹ onde se localiza a Reitoria, a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital, um conjunto com origem medievá, edificado e reedificado ao longo dos séculos, de grande relevo histórico, arquitetónico e cultural, que se encontra implantado na área mais nobre do núcleo histórico.

A Reitoria e os Serviços Centrais deverão, num prazo que se conjectura curto, recolher ao campus de Gualtar, e também o Arquivo Distrital será deslocalizado⁸⁰ para se instalar em condições técnicas e ambientais adequadas de que agora não dispõe. Libertando estas funcionalidades, o “Largo do Paço” dará lugar a um espaço musealizado que se abrirá à comunidade de uma forma muito mais ampliada do que aquela que agora, apesar de os constrangimentos próprios ao seu uso, já reconhecidamente pratica.

Dentro do grupo monumental classificado a Universidade dispõe, ainda, do Antigo Albergue Distrital,⁸¹ igualmente situado no centro intramuros e incluído na recente Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (Mário Abreu, 1991-1998), e do Convento dos Congregados,⁸² aberto sobre a Avenida Central, um dos distintos campos renascentistas de Braga. Este conjunto monástico, que aqui se instalou a partir de finais do séc. XVII, foi objeto de obras de remodelação e ampliação (José Carlos Loureiro, 1987-1990) para receber o Centro integrado da Formação de Professores; hoje em dia acolhe as Escolas de Música e de Enfermagem.

Na margem oposta, situado junto às instalações da Unidade de Arqueologia, encontra-se o Museu Nogueira da Silva, outro edifício de referência, legado à Universidade e construído em duas fases nas décadas de 50 e 60, com autoria de Rodrigues de Lima. Ambas as Unidades Culturais, as suas atividades repercutem-se com grande destaque e impacto na vida da cidade.⁸³

No centro urbano encontramos igualmente o Edifício da Senhora do Leite, frente ao Largo do Paço, onde funcionam a Fundação Carlos Lloyd Braga e diversos serviços da Universidade; o prédio na rua de D. Afonso Henriques, que atualmente recebe o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua; e, ainda, as instalações da rua do Castelo, atualmente desativadas. Sujeito a um projeto de remodelação, o edifício localizado na rua Abade da Loureira proximamente receberá, em adequadas condições de conservação e consulta, o precioso espólio do Arquivo Distrital.

Mais afastados do casco histórico mas em plena cidade, mantêm-se o edifício da rua D. Pedro V, que acompanha a Universidade desde os seus primórdios e atualmente alberga a Associação de Estudantes, e as instalações na rua Calouste Gulbenkian,

onde se conservam arquivos. As residências estudantis, que disponibilizam cerca de 820 lugares, distribuem-se pelo complexo residencial de Santa Tecla (José Augusto Lamosa, 1983-1998 e António Coutinhas, 1981-1989; 2006-2013) e pela Residência Prof. Lloyd Braga (António Coutinhas, 1995-1998; 2007), localizada nas proximidades do campus de Gualtar.

Pontuando o tecido urbano e albergando atividades e populações diversificadas, a disseminação das instalações universitárias repercute-se, expressivamente, no quotidiano cidadão. Espaços de representação e espaços laborais, lugares de produção cultural, núcleos residenciais e sítios dedicados ao ensino e à investigação, geram movimentos aos quais a cidade reage, moldando-os e transformando-se. A tensão criada por essas desmultiplicadas e assimétricas polarizações que se contrapõem ao núcleo duro do campus de Gualtar e o complementam, reforça esta, sem dúvida interessante, hibrididade de um quadro socioeconómico, cultural e espacial cada dia mais mesclado.

E, em tempos agora já mais estabilizados, podemos talvez olhar com outro apreço o longo processo de sedimentação das Instalações Definitivas, cuja – à época exasperante – duração, permitiu que cidade e academia se reconhecessem e aproximassem de uma forma a que um tempo breve não teria dado ocasião.

3.3

Em Guimarães, o polo de Azurém

Localizado entre o monte Latito, onde se implanta o castelo, e a colina de São Pedro de Azurém – que recebe uma via circular articulada com os acessos regionais à cidade –, o campus da Universidade do Minho em Guimarães⁸⁴ instala-se nas margens da ribeira de Santa Luzia, acompanhando-a um pouco ao longo da sua extensão.

Apesar da proximidade ao centro histórico da cidade, as ainda muito presentes reminiscências das quintas que ocupavam o vale até finais do século XX conferem um peculiar sentido bucólico ao espaço universitário. Esta ambiência encontramos-a deliberadamente sublinhada pelo sóbrio tratamento da zona que margina o curso de água e que estabelece a ligação entre o conjunto edificado, implantado em socos na sua margem norte, e a outra encosta, que ascende, também ela, em plataformas suportadas por antigos muros de granito, em direção ao convento dos Capuchos e à sua cerca, ao Campo de S. Mamede e ao Castelo.

Esta situação permite ao campus e aos seus edifícios disfrutarem de um admirável enquadramento paisagístico, num primeiro plano sobre o outeiro do castelo de Guimarães e as massas arbóreas que o envolvem, recortados no horizonte dominado pela linha de festo dos montes em que a Penha, com o seu santuário, se integra.

O polo de Azurém desenvolveu-se substancialmente mais do que o previsto na sua definição inicial – em que apenas lhe estava reservado acolher parte da Escola de Engenharia –, embora não tenha, de todo, ocupado a extensão que o primeiro plano lhe consagrara, manifestamente excessiva e estabelecida em função de um programa

Fig. 8

A Universidade do Minho em Braga

© CE.EAUM, 2013 (sobre planta CMB)

1. Campus de Gualtar

2. Reitoria

(Requalificação UMinho: Profabril - Centro de Projectos, S.A. / Frederico Burnay, arq., 1975)

3. Biblioteca Pública de Braga | Arquivo Distrital de Braga

4. Edifício da Rua Nossa Sra. do Leite

5. Edifício da Rua D. Afonso Henriques

6. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

(Mário Abreu, arq., 1991-1998)

7. Edifício da Rua do Castelo

8. Edifício da Rua Abade da Loureira

(futuras instalações do Arquivo Distrital)

9. Unidade de Arqueologia e edifício anexo

10. Museu Nogueira da Silva

(Rodrigues de Lima, arq., 1950; Ampliação UMinho: 1966)

11. Escola Superior de Enfermagem | Departamento de Música

(Requalificação e ampliação UMinho: José Carlos Loureiro, arq., 1987-1990)

12. Associação Académica

13. Edifício da Rua Fundação Calouste Gulbenkian

14. Residências Universitárias de Santa Tecla

(José Augusto Lamosa, arq., 1983-1998; António Coutinhas, arq., 1981-1989; Remodelação 2006-2013)

15. Residência Universitária Prof. Doutor Lloyd Braga

(António Coutinhas, arq., 1995-1998; Remodelação 2006-2007)

--- Área do Centro Histórico

--- Limite do campus

0 100

N



que não chegou, então, a ser definido.

Resultado de uma trajetória controversa que só o tempo permitiu gradualmente clarificar, este espaço académico hoje em dia movimentada uma população na ordem das 7 000 pessoas, ocupa a superfície de 23,64ha e uma área bruta edificada com cerca de 98 000m². Multifacetado, acomoda uma zona reservada a parque urbano, as Escolas de Engenharia, de Arquitetura, o Departamento de Geografia, uma secção da Escola de Ciências e ainda, para além do sector residencial e desportivo, uma série de outros edifícios que albergam atividades de investigação e de interface com o tecido empresarial.

O campus adapta-se à morfologia do vale e procura uma expressão de encaixe topográfico, para a qual contribui o facto de os edifícios, longilíneos, manterem a cêrcea dominante de três pisos. A sua chegada a partir da via pública realiza-se a uma cota intermédia através de um percurso que, adossado ao limite do parque, conduz ao grande espaço de receção do núcleo principal da Escola de Engenharia, o edifício de maior significado e relevo no conjunto. A marcar esta entrada, nobilitando-a, encontra-se, em posição deliberadamente discreta, na outra margem do ribeiro e num campo que mantém a sua anterior conformação agrícola, o *Devorador de Automóveis*, uma escultura da autoria de José de Guimarães.⁸⁵

De toda esta frente que integra o vale emana uma placidez que parece ter vinculado o espírito da envolvente. Assim, o crescimento recente em redor da Universidade, que se viu despoletado com a edificação, em 1992, de um bairro de habitação cooperativa para os funcionários da Universidade,⁸⁶ tem acontecido paulatinamente, sendo perceptível a situação ainda periférica do campus na cidade, face a um tecido urbano que ainda se não consolidou e que tudo leva a crer o fará de forma lenta e progressiva.

Quase quatro décadas transcorridas desde que foi decidida a sua instalação, o campus de Azurém conserva-se até hoje um espaço literalmente não encerrado, num desígnio expresso de permeabilidade ao território que o acolhe. A sua inscrição na cartografia da cidade será, contudo, significativamente amplificada com a instalação, agora em curso, de um outro núcleo académico no centro histórico, uma aproximação que dará maior espessura à presença da Universidade na matriz urbana e sociocultural vimaranense.

3.3.1

Plano 1: o campus e o parque urbano

GPA - Grupo de Planeamento e Arquitectura · Bartolomeu Costa Cabral, arquitecto responsável · com Sidónio Pardal na arquitectura paisagista

No seguimento do concurso aberto pela DGES, em 1981, foi por essa Direção Geral selecionado para elaborar o projeto para a 1ª fase das Instalações Definitivas da

Universidade em Guimarães,⁸⁷ o GPA - Grupo de Planeamento e Arquitectura, uma equipa constituída por Bartolomeu Costa Cabral, que a liderava, com Maurício de Vasconcelos e com Sidónio Pardal como arquiteto paisagista.

Retomando os trabalhos, uma das questões com que o GPA de imediato se confrontou dizia respeito à definição do limite do polo, a ser forçosamente retificado a propósito da passagem da via rápida prevista no Plano Geral de Urbanização de Guimarães, que cortava todo o sector norte dos terrenos considerados dentro da área a ser afetada à Universidade. Esta circunstância, apesar das reservas que levantou no seio da instituição académica, acabou por se revelar de particular interesse pois não só permitiu ao campus uma acessibilidade muito favorável a partir do exterior da cidade, como o incluiu, sem margem para dúvidas, dentro do perímetro urbano.

Fruto da análise que fez da situação, no início de 1982 o GPA propôs ao GEID a desistência da compra de parte dos terrenos inicialmente considerados e a sua substituição por outros “*num todo coerente e sem quebra de continuidade*”, com a superfície global de 23,7ha. Argumentando que os terrenos previstos para a 2ª fase, localizados a poente da rua de acesso ao campus, não eram necessários de momento face ao programa então estabelecido pela Universidade, sugere antes a compra da “*casa apalaçada*” localizada junto ao Campo de S. Mamede. Esta aquisição, defende o mesmo documento, “*permitiria estabelecer uma relação orgânica com o futuro parque da universidade*” e vir a ser utilizada pela Universidade “*para, por exemplo, Reitoria ou residência de professores*”.⁸⁸

Como resultado imediato, este reacerto propiciava um abaixamento substancial da área de reserva então definida e a transformação da configuração do terreno (que na versão anterior se instalava contra a sua pendente e apresentava um estrangulamento na zona central), num lote íntegro e menos declivoso. Com base nesta proposta, aceite pela Universidade e posteriormente ajustada com a CMG,⁸⁹ pode-se considerar que ficou estabelecida, na generalidade, a área do campus de Azurém.

Mas as dificuldades inerentes à bipolarização e à estrutura orgânica que dela resultava traduziam-se nas hesitações, óbvias, em determinar o programa a instalar no polo de Guimarães. No início de 1977, o Caderno de Encargos do concurso público para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas⁹⁰ especificava que apenas se previa sediar em Guimarães os três últimos anos dos cursos de Engenharia; cinco anos passados, em outubro de 1982, um documento enviado pelo GPA, que pretendia afinar a listagem de espaços a considerar pelo projeto, refere que continuam por definir “*os cursos, matérias e horas semanais*” e que conviria elucidar, “*ainda que a traços largos*”, as intenções para a 2ª fase, de forma a proporcionar “*uma ideia do poderá vir a ser o conjunto de instalações do Núcleo de Guimarães*”.⁹¹





Na sua resposta, o GID refere “*não ser líquido*” que o curso de Engenharia venha a funcionar completo em Guimarães, reiterando todavia o horizonte estratégico de 10 000 alunos para o núcleo. E é nesta altura que, confrontada com uma resolução que entretanto se tornara inadiável, a Universidade decide que as Instalações Definitivas em Guimarães teriam a dimensão de uma “*Faculdade de Engenharia*” ministrando a totalidade dos anos letivos das licenciaturas.⁹²

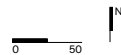
Fig. 9
Situação actual do Campus de Azurém,
em Guimarães

© CE.EAUM, 2013

- 1. Complexo Pedagógico 1ª Fase - Escola de Engenharia**
 (GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura / Bartolomeu Costa Cabral, arq., 1985-1989)
- 2. O Devorador de Automóveis**
 (José de Guimarães, artista plástico, 1991)
- 3. Complexo Pedagógico 2ª Fase - Escola de Engenharia**
 (GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura / Bartolomeu Costa Cabral, arq., 1990-1993)
- 4. Auditório Nobre**
 (GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura / Bartolomeu Costa Cabral, arq., 2ª Fase 1990-1993)
- 5. Residências Universitárias**
 (António Coutinhas, arq., 1989-1994)
- 6. Sede da Associação Académica, casa da Quinta da Veiga**
 (Renovação UMinho: António Coutinhas, arq., 1993-1995)
- 7. Restaurante Universitário**
 (António Coutinhas, arq., 1993-1995)
- 8. Departamento de Geografia**
 (Pavilhão provisório)

- 9. Laboratórios**
 (Pavilhão provisório)
 - 10. Escola de Engenharia II**
 (José Soalheiro, Teresa Castro e Ana Paula Calheiros - Arquitectos, Lda, 1997-2002)
 - 11. Escola de Ciências**
 (Atelier 15 / Sergio Fernandez e Alexandre Alves Costa, arq., 1997-2002)
 - 12. Escola de Arquitectura**
 (Fernando Távora, com José Bernardo Távora, arq., 1997-2003)
 - 13. Pavilhão Desportivo**
 (António Coutinhas, arq., 1999-2003)
 - 14. Centro de Valorização de Resíduos**
 (Pitágoras - Arquitectura e Engenharias Integradas, Lda, 2002-2007)
 - 15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros**
 (António Coutinhas, arq., 2002-2009)
 - 16. Centro de Computação Gráfica**
 (António Coutinhas, arq., 2002-2009)
 - 17. Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade**
 (Cláudio Vilarinho, arq., 2011)
- (Fonte: Serviços Técnicos; Serviços de Acção Social; autores dos projectos)

-  PLANO 1: O CAMPUS E O PARQUE URBANO
 (GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura / Bartolomeu Costa Cabral, arq.)
-  PLANO 2: A EDIFICAÇÃO ENTRE-PLANOS
 (GID - Gabinete das Instalações Definitivas / SAS – Serviços de Acção Social)
-  PLANO 3: A COMPOSIÇÃO-SÍNTESE
 (Câmara Municipal de Guimarães / Miguel Frazão, arq.)
-  OUTROS



O Estudo Prévio, concluído em março de 1983, embora dirigido concretamente às instalações da 1ª Fase, dispunha de um terreno com a área de 73 223m² e apresentava uma solução para o plano geral do campus, que considerava o seu estádio seguinte. A proposta incluía, nomeadamente, a distribuição dos sectores residenciais, que se localizariam nas cotas mais elevadas ao longo da circular urbana, e de uma zona desportiva a instalar na fração autónoma do terreno a poente da via de acesso ao campus. Esta outra fase não viria no entanto a ser desenvolvida, fixando-se o projecto no edifício destinado à Escola de Engenharia.

Revelando também a influência de modelos anglo-americanos, o desenho adotou no entanto princípios muito diversos dos sugeridos pela equipa anterior, tendo-se desenvolvido não na perspectiva de uma grelha isomorfa que cresceria em várias direções, mas antes como um edifício linear, constituído por três corpos paralelos articulados entre si por passagens superiores.⁹³

Os pressupostos que agora norteavam o trabalho e uma manifesta atenção à morfologia do terreno levaram a baixar de cota o posicionamento do conjunto e a decidir a implantação dos blocos, já muito aproximada daquela que veio a ser a definitiva, alinhada segundo a direção das curvas de nível.

O desenho e a futura atmosfera deste polo estão ainda, indelevelmente, vinculados à decisão de aí instalar um parque urbano de que Guimarães não dispunha à época. Valorizando os atributos campestres e históricos do sítio e o seu potencial paisagístico, o projeto académico articulou-se com o cidadão conjugando interesses recíprocos.

É, pois, muito significativa a ênfase atribuída ao tratamento dos espaços exteriores do campus de Azurém. Espelhando-a de forma evidente nos desenhos apresentados, o estudo de arquitetura paisagista expressa a intenção de “*Enquadrar o complexo universitário num Parque Urbano a ocupar todo o espaço disponível entre o castelo e a variante [...] para se obter um excelente enquadramento paisagístico do castelo, da silhueta da cidade e principalmente dos edifícios e da actividade do complexo universitário que fica localizado no seu interior.*”⁹⁴

Este propósito, que se mantém ao longo de toda a elaboração do projeto, será reafirmado em 1985, no Plano Geral das Instalações, em que se assinala que o espaço livre foi “*concebido como uma parcela do parque que se prevê venha a ser desenvolvido até se articular com o tecido da cidade junto ao castelo*”, de acordo com o disposto “*no Plano Geral de Urbanização da cidade, que prevê a reconversão deste vale de agrícola para zona verde urbana.*”⁹⁵

Em 22 de junho de 1985 foi formalmente apresentado na Câmara Municipal de Guimarães o Projeto das Instalações Definitivas da Universidade do Minho para essa cidade. Na celebração, que de alguma forma pretendia dissipar as dúvidas que em alguns meios ainda pendiam sobre a efetiva bipolarização da Universidade, foi distribuído um pequeno caderno que sintetizava as obras previstas realizar até à década de 90.⁹⁶

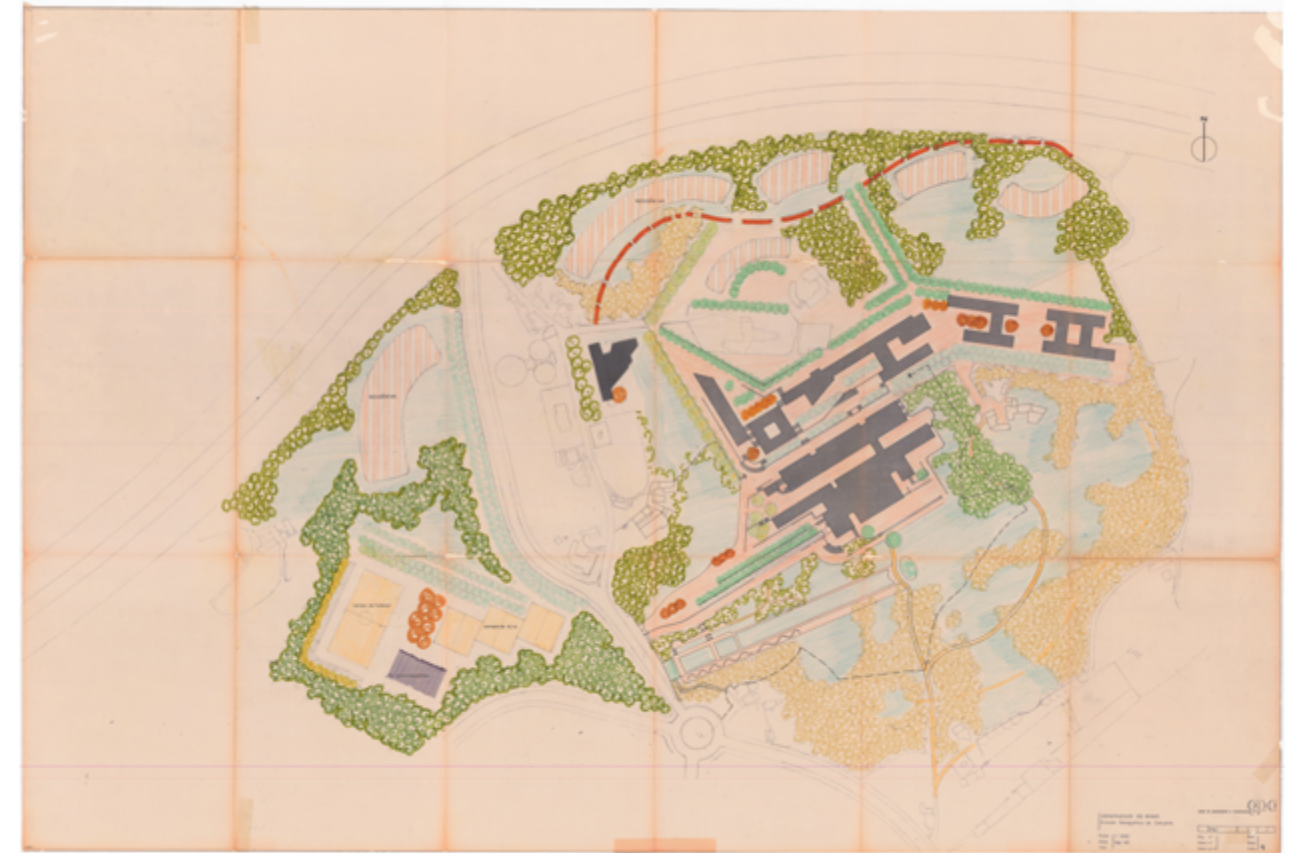


Fig. 9

Plano Geral das Instalações da UM - Núcleo de Guimarães - Estudo Prévio - Estudo Paisagístico do Conjunto · Esc. 1:1000 · Março 1983 · GPA Grupo de Planeamento e Arquitectura

Calculando um universo discente de 8 000 a 10 000 alunos, esta publicação aponta para um horizonte de 11 a 14ha de construção a erigir numa superfície global compreendida entre 21 e 26ha, e inclui, também, um mapa onde esquematicamente se representa o desenho previsto para o campus.

Num processo que a partir desse momento ocorreu com a celeridade possível, a cerimónia de lançamento e bênção da 1ª pedra do polo de Azurém aconteceu em novembro desse mesmo ano, tendo-se então, muito simbolicamente, depositado um pergaminho na sapata que representou o início das obras em Guimarães. Em 1989, volvidos quatro anos, foram oficialmente inaugurados os seus primeiros edifícios,⁹⁷ albergando a Escola de Engenharia e diversos serviços de apoio.

Adotando uma implantação que se aproxima da ribeira, três extensos corpos paralelos instalam-se com grande acuidade topográfica em plataformas a cotas diferentes, aparentemente citando a modelação do terreno em socacos, à maneira da tradicional ocupação das folhas agrícolas. Unindo dois desses blocos, uma ampla cobertura transparente conforma o átrio de receção – o qual se oferece, de topo e no remate de uma alameda, à entrada no campus -, num gesto que, associado às várias passagens superiores que o articulam e ligam fisicamente, vinca a perceção do conjunto como um edifício único.

O corpo norte, à cota mais elevada, estende-se ao longo de uma rua e segundo um alinhamento regular que sugere – como, aliás, veio a acontecer – vir a estruturar futuras expansões. Já a frente sul fixa o limite da edificação nesse sentido, ao apresentar-se descontínua e aberta sobre o parque e a colina do castelo.

Afirmando-se como uma estrutura coesa que admite prolongamento, a proposta relembra o momento em que anos atrás, ainda em fase de reflexão sobre a tipologia das suas instalações, a Universidade antevia como interessante a solução compacta, desenvolvida ao longo de “*uma espinha dorsal*” e com os topos livres, viabilizando ampliações.

A segunda fase do Complexo Pedagógico, se por um lado confirma essa implícita possibilidade de crescimento, também assinala o seu limite, ao encerrar física e formalmente o edifício. Concretizada em 1993 e incluindo um grupo de auditórios – entre os quais um com capacidade para cerca de quinhentas pessoas, que durante um significativo período serviu a cidade desprovida de equipamento similar -, a obra foi executada segundo um projeto que deu continuidade à solução arquitetónica anterior,⁹⁸ permitindo ler hoje o conjunto como um todo íntegro e completo.

Face ao expressivo crescimento do polo que entretanto se verificou, este núcleo inicial das Instalações Definitivas participa agora de um vasto conjunto, no qual se integra como mais uma das suas partes. No entanto, a sua qualidade arquitetónica e austera expressividade, associada ao facto de permanecer o edifício de receção a quem acede ao campus, de algum modo faz com que ele continue a representar as instalações universitárias da Universidade do Minho em Guimarães.

3.3.2

Plano 2: a implantação entre-Planos

GID, Gabinete para as Instalações Definitivas; SAS, Serviços de Ação Social

Com a finalização do complexo da Escola de Engenharia, em 1993, terminou a égide do plano GPA. À semelhança do que aconteceu em Gualtar, os edifícios que surgiram na fase imediata foram projetados individualmente e a partir de uma lógica de autonomia funcional.

No campus de Azurém, as construções deste segundo período, destinadas a equipamento, encontravam-se sob a tutela dos Serviços de Acção Social e a sua localização foi decidida em função do contexto específico de cada uma delas.

Assim, a cantina (António Coutinhas, 1993-1995) situou-se no topo norte-poente do terreno, rematando-o e criando uma axialidade que polariza a atenção a partir da entrada no campus para um terceiro patamar do terreno onde se virá a implantar uma nova frente de construção – como, aliás, embora sob outra composição, o plano GPA já indicava. Por seu turno, na área adjacente ao limite nascente, recentemente negociada e não abrangida pelo plano GPA, encontramos a sede da Associação Académica, instalada no edifício do antigo Magistério Primário para esse fim renovado (António Coutinhas, 1993-1995); e, ainda, na proximidade do Pavilhão Desportivo (1999-2003), o complexo residencial (projetado e construído entre 1989 e 1994), ambos também da autoria de António Coutinhas.

3.3.3

Plano 3: a composição-síntese

Câmara Municipal de Guimarães - Miguel Frazão, arquiteto responsável

Mas os projetos da Universidade para a expansão do polo de Azurém eram ainda vastos e exigiam um novo traçado que a conduzisse. Um dos temas centrais então em debate respeitava as novas valências a instalar e focava-se, particularmente, na relevância da diversificação do tecido cultural académico,⁹⁹ até então concentrado no domínio da Engenharia. Também a execução de instalações desportivas se colocava com pertinência, sendo necessário encontrar uma nova implantação para o pavilhão, em alternativa à indicada no plano anterior.

Preparando esse trabalho, o GID elaborou um Programa Preliminar onde sintetizava a conjuntura do campus e estabelecia objetivos:¹⁰⁰ refazendo cálculos anteriores aí se antevia para o ano 2000, ao qual o Plano Geral reportaria, uma população discente de 5200 estudantes e aproximadamente 56 700m² de construção, uma situação que requeria a aquisição de novos terrenos, admitindo que a área final se deveria acercar dos 20ha.

O *Estudo Prévio*¹⁰¹ com origem nesse documento veio a ser definido em colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães. Foi elaborado sob responsabilidade de Miguel Frazão, que articulou o seu desenho com um Plano de Pormenor desenvolvido para



Fig. 11
Localização das Instalações da Universidade do Minho em Guimarães, 1985 (© CE.EAUM)
in 'Apresentação do Projecto das Instalações Definitivas de Guimarães', GID, Junho 1985
com sobreposição a Planta Esc. 1:5000, GID, s/d
13. Palácio de Vila Flor e Pavilhão de Tecnologia Textil
14. Terreno para as Instalações Definitivas
15. Residência e Círculo Universitário

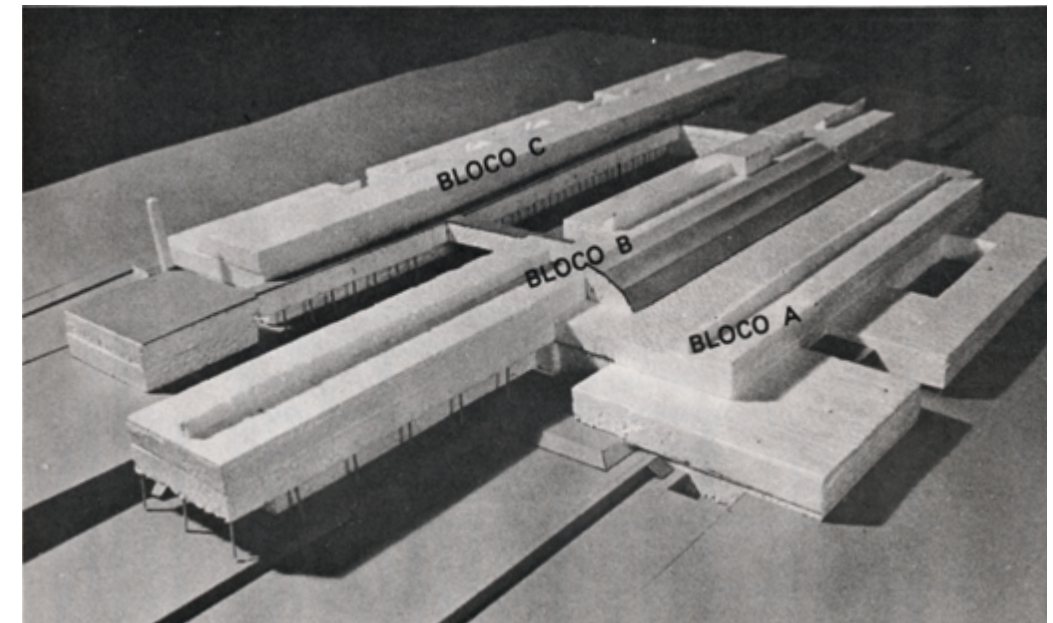


Fig. 12
'Panorâmica dos Edifícios a construir na 1ª Fase', in 'Apresentação do Projecto das Instalações Definitivas de Guimarães', GID, Junho 1985
Bloco A. Órgãos de Gestão e Serviços (Direcção, Administração e Secretaria, Serviços Técnicos, Serviços Académicos, GID); Instalações Comuns (Biblioteca, Reprografia, Anfiteatros); Salas de Aula; Instalações de Apoio
Bloco B. Salas de Aula; Áreas Científico-Pedagógicas (Engenharia Civil, de Polímeros, Ciências de Engenharia, Produção e Sistemas, Engenharia Metalomecânica, Tecnologia Têxtil, Informática e Controlo, Laboratórios de Física e Química, Centro de Informática, aulas teórico-práticas); Instalações de Apoio
Bloco C. Áreas Científico-Pedagógicas (Engenharia Civil, de Polímeros, Ciências de Engenharia, Produção e Sistemas, Engenharia Metalomecânica, Tecnologia Têxtil, Informática e Controlo, Laboratórios de Física e Química, Centro de Informática, aulas teórico-práticas); Instalações de Apoio (Instalações de Apoio: bar, cantina, cozinha, posto médico)

Fig. 14

A Universidade do Minho em Guimarães

© CE.EAUM, 2013 (sobre planta CMG)

1. Campus de Azurém

2. Residência Universitária dos Combatentes

3. Instituto de Design · Campus de Couros

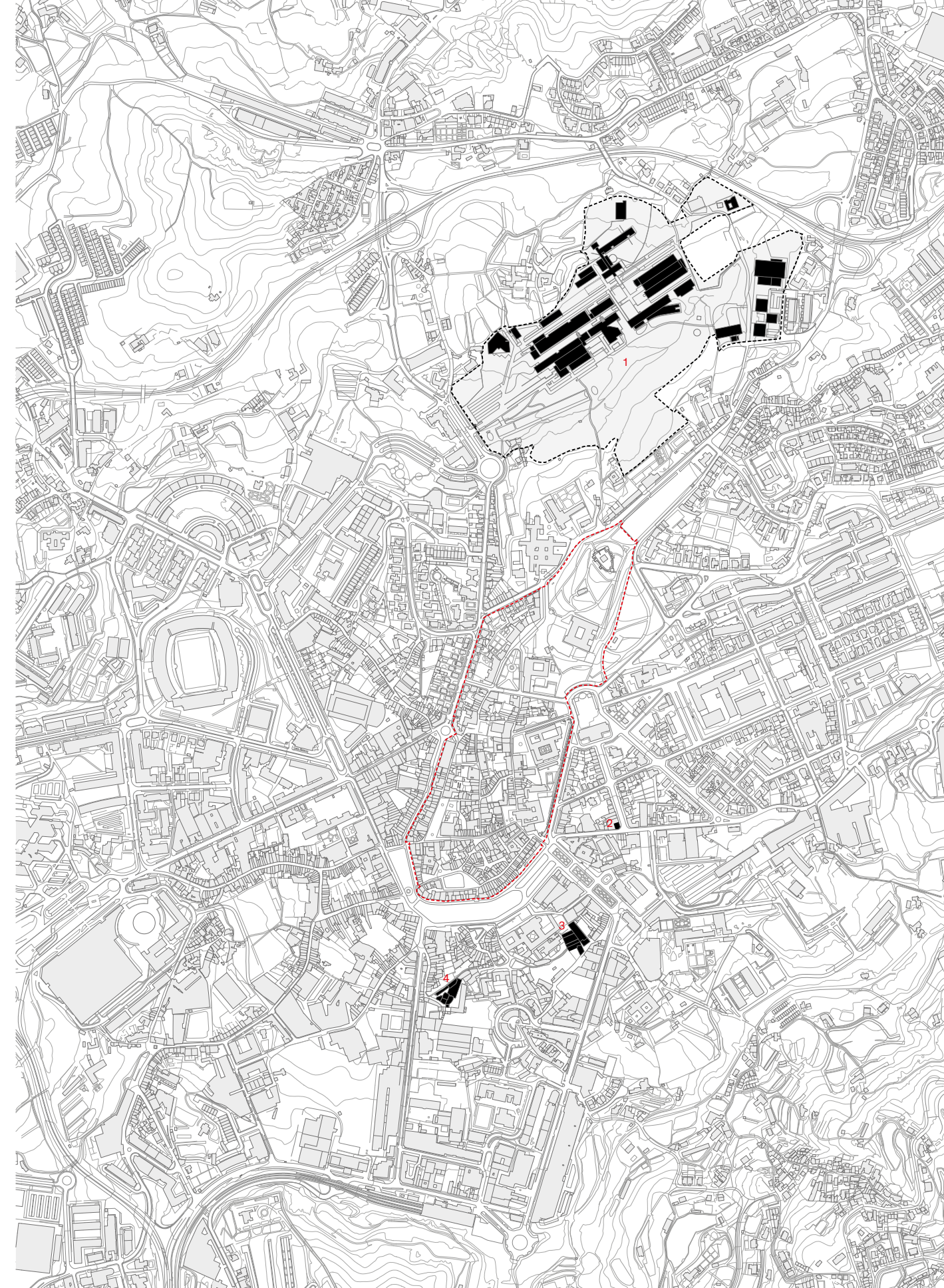
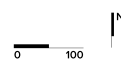
(FASE - Estudos e Projectos, S.A. / José Manuel Soares, arq., 2009-2011)

4. Centro Avançado de Formação Pós-Graduada · Campus de Couros

(Pitágoras - Arquitectura e Engenharias Integradas, Lda, 2009-2012)

--- Zona classificada como Património Cultural da Humanidade

--- Limite do campus



não só equilibrar a diversidade estilística e arquitetónica que se irá amplificando com o tempo, como sustentar a indeterminação programática própria a projetos de longo curso com esta natureza. Parece no entanto evidente que, para além dessas incertezas, a finalização do arruamento norte – que relacionará todo o conjunto tornando-o, simultaneamente, mais permeável – e, sobretudo, o retomar do apreço pelo Parque, que tem vindo a perder carácter nessa sua intrínseca valia, permitirão ao território universitário avançar uma importante etapa na sua sedimentação qualitativa.

3.3.4 A Universidade em Guimarães, para além do campus

Em Guimarães está em curso uma importante iniciativa de retorno da Universidade ao coração da cidade,¹⁰⁴ através da criação de um *campus sem muros* cujas instalações, reocupando edifícios pré-existentes, se encontram disseminadas na zona de Couros, um importante núcleo patrimonial com origem na indústria dos curtumes.

Localizada no centro urbano, no quarteirão do Palácio de Vila Flor, o edifício que primeiro recebeu a Universidade do Minho em Guimarães e que hoje é uma infraestrutura cultural com grande notoriedade, esta zona assenta num espaço público profundamente requalificado em 2012.

Fruto da colaboração entre o Município e a Universidade, o Projeto *campurbis* (2009-2012), concebido com o objetivo de “desenvolver uma plataforma capaz de induzir actividade económica baseada numa interacção sustentável entre inovação, tecnologia e artes”,¹⁰⁵ constituiu o ponto de partida para a criação do Campus de Couros. Pensado para acolher projetos que, pelo seu cariz, propiciem o relacionamento com a envolvente e que tenham, eles próprios, impacto na renovação da cidade, aqui se fixará um sólido núcleo estruturado na área da formação artística e se acomodarão cursos de pós-graduação dirigidos a um público interessado em formação continuada.

Sediados em antigas construções industriais recuperadas pela autarquia, encontramos o Instituto de Design (José Manuel Soares / Fase – Estudos e projectos, S.A., 2009-2011) – uma entidade de interface entre investigação e indústria que alberga a Licenciatura em Design de Produto – e o Centro Avançado de Formação Pós-graduada (Pitágoras – Arquitectura e Engenharias Integradas, Lda, 2009-2012), onde funciona o Mestrado em Tecnologia e Arte Digital e ainda, provisoriamente, a Licenciatura em Teatro. Em crescimento e com projetos para se estender a outros edifícios na zona, os Estudos Criativos em breve se verão consolidados pela abertura da Licenciatura em Práticas Artísticas. Ao tão expressivamente reconhecer e acolher o domínio artístico, o núcleo de Couros materializará, enfim, a ambicionada “Universidade Completa”.

Retomando uma prática de instalação que nas últimas décadas tinha abandonado a academia volta a inscrever-se no âmago da *polis*, contaminando-a e deixando-se por ela contaminar. E porque retorna ao seu lugar de origem, neste caso em especial literalmente traça, em termos conceptuais e físicos, um ciclo por todos percebido como virtuoso.

4

A Universidade e a cidade, hoje

Quatro décadas após a sua criação, a Universidade do Minho afirma-se com uma forte presença edificada nas cidades de Braga e Guimarães,¹⁰⁶ presença essa também evidenciada em Monção, através da sua Casa Museu.¹⁰⁷

Aparentemente, os receios iniciais relativos às consequências negativas da bipolarização mostraram-se infundados e, graças embora a um permanente esforço de articulação e coesão, a diversidade dos dois polos tem-se revelado um fator de enriquecimento cultural da Universidade e um suporte à sua crescente implantação.

A Universidade do Minho move, de forma direta, um universo de cerca de 21 000 pessoas, circunstância que se repercute consideravelmente na vida económica da região e no quotidiano das cidades onde se encontra implantada. A sua instalação exponenciou a formação de recursos humanos e tem induzido a fixação de quadros e a animação lúdica e cultural da cidade, interagindo com uma vasta população que em muito ultrapassa aquela estritamente ligada ao mundo académico.

Por seu turno, as oportunidades de cooperação com o universo produtivo, assim como a qualidade de vida e as facilidades que o contexto oferece, são factores de cada vez maior importância para a atratividade não só nacional como internacional da Universidade.

Baseada no reconhecimento deste interesse mútuo, a relação entre a Universidade e as instituições locais tenderá a estreitar-se progressivamente, uma aproximação que beneficiará, por certo, ambas as populações, também elas cada vez mais intersectadas.

Indissociáveis na sua configuração física, Cidade e Universidade desenham-se e redesenam-se num processo continuado. Caixas de ressonância desta dinâmica, os campi de Gualtar e Azurém são, naturalmente, espaços catalisadores e a cidade tem vindo a densificar-se em torno dos seus limites. Muito vincadamente em Braga, onde uma massa construída de enorme impacto, desenhada em função sobretudo do universo estudantil, gerou uma área com grande atividade porém demasiado assimétrica, porque mono-orientada para a universidade. De uma forma muito menos significativa em Guimarães, onde a edificação efetuada recentemente junto ao campus mostra índices de ocupação suaves e a envolvente mantém uma expressão dominante de território aberto, ao qual falta, todavia, densidade urbana.

Mas, apesar de a cidade os ter vindo a rodear, constata-se em ambos os polos a importância de reforçar a sua articulação dinâmica com o tecido central, contrariando a inércia para o encapsulamento funcional da área em que se localizam. Mantém-se, portanto, em aberto a discussão sobre as melhores formas de diluir essa estratificação e conseguir uma interatividade que lhes permita ultrapassar o estatuto periférico que ainda conservam.

Nesta matéria, evidentemente complexa, que exige ações em múltiplos níveis, a relação concertada entre a Universidade e a Administração Local será, por certo, um dos mais importantes e profícuos meios de atingir esses propósitos.

Por outro lado, se a cidade se tem vindo a condensar em torno dos campi, também a Universidade se encontra fisicamente instalada, e em contínua instalação, no coração da urbe, embebendo terminais sensíveis do seu sistema no tecido social.

Em Guimarães, com o Campus de Couros, a Universidade regressa ao centro histórico, assumindo a “*universidade sem muros*”, o campus mesclado na malha urbana com efetiva ligação à sociedade e à população local. E, em Braga, as múltiplas valências académicas disseminadas pela cidade têm vindo, com a sua presença e relevante atividade, a intensificar a osmose entre ambas as comunidades – uma proximidade que se verá ampliada quando, em breve, o conjunto do Largo do Paço musealizar e abrir ao público as suas notabilíssimas instalações.

Reconhecendo que as suas complementaridades originam um conjunto mais interessante que a soma das partes, apre(e)ndendo e interiorizando criticamente os saberes recíprocos, a Universidade e a Cidade têm tudo a ganhar nesta aproximação que se refletirá numa mais robusta articulação sócio espacial e num tecido edificado também ele mais poroso e estimulante.

Esta progressiva intersecção será, talvez, uma das condições essenciais à universidade própria à sociedade democrática, a universidade aberta à comunidade e internacionalizada, a universidade que habilita a cultura em que se insere abrindo-lhe novos horizontes e que se deixa aculturar incorporando consciência cívica.

Pese embora a forte marca dos tempos em que foi escrito, parece adequado retomar aqui as Considerações Finais do documento produzido pela Comissão Instaladora em fevereiro de 1976, “Universidade do Minho: que Universidade?”,¹⁰⁸ um texto seminal que moldou a trajetória da instituição nos anos entretanto decorridos e, seguramente, muitas das decisões relativas à conceção e edificação do “corpo físico” que a alberga. Essas considerações explicitam os princípios fundamentais que norteavam a instalação da Universidade, e dizem:

“Para que a Universidade do Minho seja uma verdadeira Universidade e não um mero vínculo burocrático entre escolas superiores dispersas, sem dimensão científica universitária. Para que a Universidade do Minho seja uma Universidade sem muros e sem muralhas: sem muros interiores que a desfaçam em compartimentos mutuamente estranhos, focos de individualismo, e sem muralhas que a façam templo de elitismo alienante. Para que a Universidade do Minho seja um todo unificado num grande Grupo de Projecto ao serviço do progresso da sociedade portuguesa e em particular da região minhota. Grupo amplamente aberto à comunicação com toda a região, num permanente fluxo biunívoco reciprocamente dinamizador e fecundante de que todos os que constituem a Universidade serão agentes essenciais e em que a participação da sociedade tenha marca institucional.”

Notas

- 1 Sobre esta matéria é de assinalar o trabalho então realizado por Nuno Portas. Destaca-se, em particular, aquele que desenvolveu no Laboratório de Engenharia Civil no âmbito dos conceitos e da programação de instalações do Ensino Superior, assim como o ensaio, realizado com João Paulo Martins Barata, em que se debatem as temáticas contemporâneas relativas aos novos campos universitários.
- 2 Dentro deste conjunto, entre instalações de raiz e ampliações, eram especialmente referenciadas: a Universidade de Leeds, 1960 (em articulação direta com o meio urbano, apresenta o primeiro plano “linear” no Reino Unido); a University of East Anglia, com projeto de 1962 de Denys Lasdun; a Ruhr-Universität Bochum, da autoria de Helmut Hentrich, em atividade desde 1965; a Freie Universität Berlin e a Université de Toulouse-le-Mirail, ambas projetadas pela equipa Candilis, Josic e Woods (a primeira resultado de um concurso efetuado em 1963 e a última em funcionamento a partir de 1971). Estas universidades apresentam arquiteturas genericamente associadas ao movimento brutalista, muitas vezes desenvolvidas em torno de conceitos espaciais que em breve viriam a ser sintetizados por Alison Smithson sob a designação “mat-building”.
- 3 Conforme Nuno Portas, 2000:25 refere no texto a propósito do Plano para a Universidade de Aveiro. De facto, a discussão em torno da planificação e desenho das novas universidades imbricava-se profundamente na teorização contemporânea a propósito das formas de pensar e fazer cidade.
- 4 O grupo fundador da Universidade do Minho tinha também, na sua formação académica, frequentado universidades anglo-saxónicas, transportando desta forma consigo um capital de conhecimento que se mostrou essencial à definição do programa que veio a orientar a construção das instalações.
- 5 A Comissão Instaladora, conforme o Decreto-lei que criou a Universidade, tinha acometida a tarefa de promover a aquisição ou o arrendamento de terrenos e imóveis, estabelecer os planos e projetos para as Instalações Definitivas.
- 6 Cf. UMinho- CIUM, *Campo universitário da Universidade do Minho*, 24 de abril de 1975.
- 7 Conforme já explicitado no capítulo 2 “Fundação”, este estudo foi realizado pela Profabril, uma empresa com reconhecida experiência em projectos para instalações universitárias. Nesse âmbito tinha, nomeadamente, elaborado o Plano Geral e o Programa para a Universidade de Lourenço Marques.
- 8 UMinho-CIUM, *Parecer da Comissão Instaladora referente... 1974*.
- 9 UMinho-RT, Consultores do Plano da Região, *Relatório dos Consultores...* 1975.
- 10 Propriedade do Ministério do Exército, os terrenos foram entregues formalmente à Universidade do Minho em outubro de 1976.
- 11 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que Universidade?*, 1976.
- 12 A este propósito veja-se Atanásio e Nunes:1975. No início do funcionamento da Universidade o Largo do Paço acolheu atividades diversas, entre as quais a leção de aulas.
- 13 Esta situação implicava, naturalmente, a disponibilidade de espaços para desenvolvimento das atividades letivas. Pressupunha, também, a existência de estruturas que apoiassem a fixação dos corpos discente, docente e de funcionários afetos à Universidade: uma vez que muitas destas pessoas se deslocariam para Braga, tornava-se necessário, num

primeiro momento, criar condições para os receber.

- 14 A “Fase de Arranque” encontra-se sistematizada em UMinho-CIUM, *Universidade do Minho. Alguns aspectos da sua instalação, referentes ao período 17.2.74 a 17.9.75* [1975]. Antecedeu a “Fase de Desenvolvimento, caracterizada pela definição inequívoca do seu modelo estrutural, pelo lançamento de instalações definitivas, pelo aumento da população discente para números da ordem dos 10.000 estudantes, pela adequada diversificação de cursos, projectos de investigação e serviço à Comunidade, conducente, em suma à maturidade plena da Instituição”. UMinho-CIUM, *Notas sobre a assinatura do contrato para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, S.d.
- 15 UMinho-CIUM, *Relatório da Comissão Instaladora*, 1974.
- 16 A Comissão Instaladora envida todos os esforços, também junto da Administração Central, morosa na resposta, no sentido de acelerar o processo, considerando as instalações provisórias “balões de oxigénio”, que não resolviam os constrangimentos existentes. Cf. UMinho-RT Despacho RT/JP-45/84 (78835), 23 de outubro de 1984.
- 17 Prevendo que a construção das Instalações Definitivas avançasse com celeridade, os pavilhões instalaram-se num terreno arrendado apenas pelo período de quatro anos. O atraso verificado posteriormente na sua execução veio a traduzir-se numa série de problemas de ordem judicial. Sobre este assunto ver UMinho-RT, *Requerimento ao Juiz de Direito da Comarca de Braga*, [com notificação ao Reitor Lloyd Braga em 3 de julho de 1979] e posterior contestação por parte da Universidade do Minho [dirigida ao 3º Juízo, 2ª Secção, proc.208/79], 1979.
- 18 Estes pavilhões, os “Pavilhões da Rodovia”, da autoria de Frederico Burnay (Profabril), acolheram salas de aula, laboratórios e um centro de documentação. Projetados para serem posteriormente transferidos tiveram, de facto, uma notável longevidade, servindo em múltiplas situações tanto no polo de Gualtar como no de Azurém.
- 19 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho. Alguns aspectos da sua instalação, referente ao período 17-9-1975 a 30-7-1976. Parte I* [1976].
- 20 Entre as quais a Comissão Instaladora do CIFOP e serviços sociais e administrativos da Universidade.
- 21 Sobre o Palácio de Vila Flor consultar: Fernandes e Jorge, 2011. Ver também *Guimarães*. Palácio de Vila Flor | Palácio do Cavalinho | Centro Cultural de Vila Flor, IPA.00000756 (www.monumentos.pt).
- 22 Cf. UMinho-RT, Ofício RT 351/77 (7314) de 3 de novembro de 1977, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.
- 23 Fixada por Resolução do Conselho de ministros de 28 de setembro de 1976.
- 24 Assistimos, por exemplo, ainda em 1986 e quando as obras já corriam em Azurém, a uma proposta com origem na Escola de Engenharia na qual, face aos problemas de ordem científica e didática que se verificavam no funcionamento dos cursos, se propõe “a unificação, em futuro próximo, dos dois polos em Braga, sugerindo ainda o reaproveitamento das instalações e espaços projectados para G., por exemplo, como uma escola politécnica ao serviço da região e a aceleração das instalações em Braga por forma a permitir a desactivação urgente do pólo G.”, AAVV, *Desenvolvimento da Universidade do Minho em Braga e Guimarães*, apud *A bipolarização e o futuro dos Cursos de Engenharia da U.M.*, março de 1986.
- 25 Como já referido, a criação dos dois polos refletiu-se ao longo de

- uma escola politécnica ao serviço da região e a aceleração das instalações em Braga por forma a permitir a desactivação urgente do pólo G.”, AAVV, *Desenvolvimento da Universidade do Minho em Braga e Guimarães*, apud *A bipolarização e o futuro dos Cursos de Engenharia da U.M.*, março de 1986.
- 25 Como já referido, a criação dos dois polos refletiu-se ao longo de um arco temporal extenso sob vários aspetos e teve repercussões nomeadamente a nível territorial. Uma destas diz respeito à ligação viária entre as duas cidades, que à época se realizava em condições de grande congestionamento: encontramos nos anos 90 a Universidade – argumentando que “o desenvolvimento bi-polar pressupôs, à partida, o acesso fácil entre os dois campus, na medida em que seria sempre necessário que parte significativa do corpo docente desenvolvesse a sua actividade em ambos”. Cf. UMinho-RT, Ofício RT-664/ 92, de 3 de agosto de 1992, a desenvolver intensos esforços junto da administração central no sentido da concretização de uma nova ligação com características de via rápida, entre Braga e Guimarães (a abertura da autoestrada entre as cidades ocorreu no ano de 2003).
- 26 As datações que aqui se indicam relativas a planos (nas suas diversas fases), projetos e obras (início do projeto – finalização da obra) executados ao longo deste período, resultam do cruzamento de dados originários de diversas fontes, tendo sido fornecidos maioritariamente pelos Serviços Técnicos, mas também pelos Serviços de Ação Social, pelos respetivos autores e por documentação consultada. Frequentemente não coincidente, essa informação foi articulada de forma a construir uma cronologia o mais coerente possível.
- 27 Em simultâneo o GEID acompanhava e fiscalizava a execução dos trabalhos das instalações provisórias, que ocorriam em diversas frentes em ambas as cidades. A atividade letiva teve início nos anos de 1975/76 e 1977/78 em Braga e em Guimarães, respetivamente, em vários edifícios que para o efeito foram sujeitos a obras de adaptação ou, até, executados de raiz.
- 28 Cf. UMinho-RT, Despacho RT-28/82, 15 de outubro de 1982. A direção do GID era ainda composta pelo Reitor Lúcio Craveiro da Silva, pelo vice-reitor Sérgio Machado dos Santos, por Júlio Barreiros Martins e pelo administrador.
- 29 Sob resolução do Senado Universitário (UMinho-RT, Senado Universitário, *Resolução SU-44/03*, outubro de 2003) o GID foi extinto, integrando parte das suas competências nos Serviços Técnicos.
- 30 Cf. UMinho-RT, *Despacho RT-30/2002*.
- 31 UMinho-CIUM, *Anúncio do Concurso para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, março de 1977.
- 32 Previa o art.º 52º do Caderno de Encargos (CE), que a população discente, à época contando com 420 estudantes, viesse a aumentar para 1500 (1200 em Braga e 300 em Guimarães) no início da década de 80 e, numa projeção final, para 7000 em Braga e 3000 em Guimarães (onde apenas se propunha sediar os três últimos anos dos cursos de Engenharia). Nessa altura, e ainda segundo o mesmo documento, as instalações da Universidade do Minho ocupavam um terreno com 2,2ha e uma área coberta de 16 150m2. No art.º 55 o CE explicitava também que “Os dois núcleos serão de natureza não-residencial. Para Braga serão previstas instalações desportivas; presume-se que zoha bastarão para a dimensão final desse núcleo [...] Para Guimarães, não se prevê, em princípio, a necessidade de instalações desportivas [...] Por esse motivo prevê-se que a área final para Guimarães

- não ultrapasse 15ha”. UMinho-CIUM, *Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, Caderno de Encargos, [1977].
- 33 A concurso apresentaram-se as seguintes equipas: CPR – Consultores e Projectistas Reunidos; Gabinete A. Barbosa de Abreu; GOP, Gabinete de Organização e Projectos, Lda, SA; Hidrotécnica Portuguesa; IndoPlano – Estudos Económicos e Projectos de Infraestruturas Industriais; Profabril, Centro de Projectos SAREL; Vértice, Centro de Projectos de Construção, SAREL; Grupo de Estudos para elaboração de Propostas e Plano Geral para as Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Excetuando a última, todas foram admitidas na fase de pré-qualificação, passando à 2ª fase do concurso, onde se efetuou a avaliação das propostas apresentadas cf. UMinho-ST, S.a., *Acta do Acto Público do Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, 12 de maio de 1977.
- 34 A decisão do MEIC, tomada em desacordo com a escolha proposta pela Comissão Instaladora, gerou controvérsia. Sobre este assunto cf. UMinho-RT, Universidade do Minho, *Relatório Final do Júri do Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho, 1977; UMinho-RT, Marçal Grilo, *Informação à consideração do Secretário de Estado do Ensino Superior*. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Superior, 1977 [26 de setembro] e UMinho-CIUM, «Acta n.º148», *Actas...* 1977.
- 35 Relativamente à constituição da equipa APR, as fontes consultadas no âmbito desta investigação não permitem determinar quem era o responsável pelo projecto de arquitectura, uma vez que os documentos são assinados pelo engenheiro Carlos Vidal, na qualidade de Administrador da empresa. No entanto, a Ficha de Inscrição (cf. UMinho-ST, S.a. *Ficha de Inscrição no Concurso para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações definitivas da Universidade do Minho*, 10 de maio de 1977), onde se elenca a constituição da equipa e os trabalhos mais significativos realizados pelos seus membros, sugere que seria o arquitecto Frederico George quem a liderava.
- 36 AAVV, 1994:31-39.
- 37 UMinho-RT, Universidade do Minho, *Notas sobre a assinatura do contrato para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, [1977], ponto 5.
- 38 UMinho-RT, Bickerdike | Allen | Bramble, *Universidade do Minho*. [novembro de 1977].
- 39 Explicitando o seu ponto de vista, o relatório descreve exemplos de universidades de referência que tinham adotado essa tipologia, citando expressamente Leeds University, East Anglia University, Scarborough College – Toronto, Bochum University – Ruhr, Free University of Berlin, Odense University – Denmark.
- 40 UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Relatório (não-oficial) sobre a Universidade do Minho elevado pelo grupo Bickerdike | Allen | Bramble consultor do APR*, [Doc. GEID 030278], 1978, com João de Deus Pinheiro como relator. Apesar do reconhecimento de algumas das virtualidades do Relatório no que à tipologia das instalações respeitava, este documento salienta ter existido por parte dos consultores uma má interpretação dos pressupostos organizacionais assumidos pela Universidade do Minho, que os teria levado a conclusões muito desajustadas nos seus objetivos.
- 41 Esta área corresponde a cerca de 1/10 da indicada pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, que apontava para um total 388,8ha, dos quais 184,3 para zona de ocupação e 204,5 para zona de protecção cf.

- UMinho-CIUM, *Terrenos do Estado, freguesia de Gualtar*, 1976.
- 42 Um envolvimento patente em múltiplos documentos com sugestões e propostas de localização efetuadas não só pela Câmara Municipal como por associações cívicas e culturais da cidade (cf. capítulo 2 desta obra “Fundação”)
- 43 Esta área foi calculada a partir da consideração de um universo estudantil de 10 000 alunos para cada um dos polos, um número referido pelo Reitor no discurso proferido aquando da celebração do contrato entre a UM e o APR cf.UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, *Relatório da Localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Braga*, junho de 1978; UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, *Relatório da Localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Guimarães*, outubro de 1978. Apesar de duplicar o estabelecido no Caderno de Encargos do concurso, essa veio a ser a referência que serviu de base à definição da área a afetar aos “núcleos” universitários.
- 44 Cf.UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, Ofício ref.: Po1/100-CV/LV-31/78, 1978 [18 de janeiro], que acompanha os Relatórios Preliminares sobre a localização dos núcleos de Guimarães e Braga.
- 45 No item *Cálculo da área necessária* para o campus, tendo como referência a lotação também é feita, salvaguardando-se embora que a DGES terá declarado “*não existirem*” índices nacionais.
- 46 UMinho-CIUM, *Terrenos do Estado...*, 2.
- 47 UMinho-ST, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Notas sobre terrenos de Braga e Guimarães*. Braga: Universidade do Minho, 7 de março de 1978.
- 48 O documento reporta-se, na generalidade, a universidades de origem anglo-saxónica; refere, ainda, indicadores utilizados na Universidade de Lourenço Marques.
- 49 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º211», *Actas...* 1979, e UMinho-RT, *Ofício RT-129/79*, respetivamente.
- 50 UMinho-ST, Atelier de Projectistas Reunidos / Teresa Saint-Maurice e Rita Cabral, *Programas Gerais para as Instalações da Universidade do Minho. Núcleos de Braga e Guimarães*, junho de 1980.
- 51 UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, *Documento de trabalho ref. Po1-C51/02*, de 9 de maio de 1978.
- 52 Em 1980, Fernando Távora, responsável por esse Plano, beneficia da localização do polo universitário para, em conjunto com a implantação da circular Norte, resolver urbanisticamente o limite da cidade neste sector.
- 53 Conforme carta que se encontra no UMinho-RT, Frederico George / APR ao Reitor, de 5 de julho de 1980, em que comunica o teor de uma reunião havida com Fernando Távora sobre essa matéria.
- 54 No sentido de ultrapassar esta questão, a Universidade negociou parte da área pertencente ao Noviciado e tentou adquirir terrenos que pertenceram ao antigo Albergue Distrital, num conflituoso processo com o Centro de Saúde Mental, ocorrido a partir de finais da década de 70 (cf. UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Aquisição de terrenos em Braga. Terrenos pertencentes ao ex-Albergue Distrital a adquirir pela UM*. Braga: Universidade do Minho, 1982 [14 de janeiro].
- 55 Este zonamento foi contemplado no Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar (Câmara Municipal de Braga | CEAPE, *Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar CMB/CEAPE*, agosto de 1981, onde constava a implantação definida no Plano APR), tendo a reserva do terreno sido posteriormente objeto de contactos entre a Universidade e a CMB a propósito da revisão do PDM cf. UMinho-RT, Câmara Municipal de Braga, *Ofício 5/DSPP*, 26 de janeiro de 1988.
- 56 Perante as dificuldades de articulação entre a área já pertencente ao campus e a que estava destinada à zona desportiva, a Universidade colocou posteriormente, no início de 1987, a hipótese de deslocar o sector desportivo para os terrenos do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural, situados a sul dos campus, “*com área suficiente e homogénea [...] reunindo condições óptimas para a localização daquelas instalações. Acresce que a Universidade só necessitará daquele terreno a partir de 1992, o que permitirá uma atempada preparação daquela mudança*”, cf. UMinho-RT, Gabinete de Instalações Definitivas, *Parecer GID/RT/07/87*, julho de 1987.
- 57 Acordada, então, esta proposta de localização com a Câmara Municipal, cf. UMinho-RT, *Ofício RT-72/88*, foram encetadas pela Universidade as negociações com o Ministério da Agricultura e Pescas. No entanto e apesar dos esforços da Universidade nesse sentido, após um longo e difícil processo, que envolveu o Governo e se desenrolou, nomeadamente, em sede de discussão pública do PDM de Braga, nenhuma dessas áreas lhe veio a ser afetada, facto que confinou o campus aos 40ha destinados à edificação mais densa.
- 58 O complexo desportivo previa “*um estádio para prática de atletismo, um pavilhão gimnodesportivo e uma piscina coberta, de dimensões adequadas a provas internacionais, o que necessitará [...] de uma área mínima de 30.000m2*” (cf. nota supra).
- 59 Enviados em finais de agosto de 1980 cf. UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Ofício GEID Po.02 GE-113/80*, 3 de setembro de 1980, dirgido à Comissão Instaladora, o GEID dá conta que “*os elementos contidos nos referidos volumes não satisfazem minimamente as exigências do caderno de Encargos*”.
- 60 Câmara Municipal de Braga | CEAPE, *Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar CMB/CEAPE*, agosto de 1981. Este estudo sugeriu uma adaptação dos limites propostos para o campus às novas condicionantes urbanísticas, retificação essa que não afetou a implantação prevista no seu Plano Geral.
- 61 Cf.UMinho-RT, *Ofício RT-252/81*.
- 62 Cf. UMinho-RT, Direção Geral do Ensino Superior, *Ofício 1629*, 4 de agosto de 1981.
- 63 UMinho-RT, Profabril, *Universidade do Minho. Instalações Definitivas. Braga. Estudo Prévio*. fevereiro de 1983.
- 64 Um dos problemas que este tipo de construção “em rede” coloca diz respeito às infraestruturas que, de uma forma geral, precisam de ser dimensionadas e executadas para conjuntos que só irão ser construídos em fases mais tardias. Um exemplo desta situação é a Central Térmica e Posto de Seccionamento, construídos em 1988, que centralizavam o sistema geral de condicionamento ambiental, estando ligados por uma rede de túneis e subestações a todos os edifícios.
- 65 Este conjunto, que acabou por não ultrapassar uma reduzida dimensão, é talvez, nas universidades novas portuguesas contemporâneas, aquele que mais claramente se pode associar à espacialização do modelo matricial através do conceito “mat-building”.
- 66 Cf.UMinho-RT, Reitoria da Universidade do Minho, *Situação das Instalações Definitivas da Universidade do Minho no Campus de Gualtar em março de 1993*, março de 1993.
- 67 De notar que, à época, as Instalações Definitivas da Universidade em Braga contavam também com dois edifícios na cidade: a Reitoria, no Largo do Paço, e o Centro de Formação de Professores, no Convento dos Congregados.
- 68 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Director de Braga. Inquérito Público. Observações da Universidade do Minho*, 13 de julho de 1993 *apud* Anexo II do *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa Preliminar*, março de 1994. O PDM de Braga viria a ser ratificado pela Resolução do Conselho de ministros em maio de 1994.
- 69 José Carlos Loureiro, 1991-1995.
- 70 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo do Braga. Programa-Base. Versão 1*, junho de 1993. De notar que nesta altura, as Escolas de Arquitetura e Artes e a de Ciências Agrárias fazem parte das novas licenciaturas indicadas para o campus de Gualtar.
- 71 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa Preliminar*, março de 1994.
- 72 Neste documento o GID apresenta uma proposta de articulação direta da rede viária interna do campus com uma via pública que o atravessava, uma hipótese de traçado então colocada pelo Plano Diretor Municipal.
- 73 O concurso, lançado em 1995, desenvolveu-se em duas fases: na primeira, terminada em maio/junho de 1996 foram escolhidas cinco equipas para concorrer a cada um dos edifícios; no momento posterior, em que os respetivos projetos já se apresentaram ao nível de estudo prévio, foram selecionados aqueles que vieram a ser adjudicados em 1997.
- 74 Formada por uma nova escola e pelos edifícios destinados à Extensão Universitária e Pós-Graduação e ao Conjunto Residencial.
- 75 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral do Campus de Gualtar*, volume 3, 1997.
- 76 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral...* 1997.
- 77 Sublinhando a importância desta geografia a que o desenho do Plano atribui particular relevo, destaca-se a descoberta, em 2005, na sequência das obras relacionadas com a Escola de Direito, de uma conduta da época romana que se julga destinada a transporte de água potável. Sobre este assunto ver: Braga e Pacheco, 2013 e Lemos *et al.*, 2013.
- 78 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral...* 1997.
- 79 Sobre conjunto do Paço Arquiepiscopal consultar o capítulo 7 “Cultura na Universidade” Ver ainda: Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga / Biblioteca Pública e Arquivo – IPA.0001106 (www.monumentos.pt) e Atanásio; Nunes, 1975.
- 80 O Arquivo Distrital deslocar-se-á para o edifício situado na rua de Abade da Loureira, atualmente a ser objeto de um projeto de renovação, fruto da cooperação entre a Universidade do Minho e a Secretaria de Estado da Cultura.
- 81 Sobre o Antigo Albergue Distrital consultar: *Imóveis na Rua de Santo António das Travessas, n.º34 e 36 – 40, Antigo Albergue Distrital – PTO10303070047* (www.monumentos.pt).
- 82 Cf. *Convento e Antigo Colégio dos Congregados / Congregação de S. Filipe de Neri – PTO10303420046* (www.monumentos.pt). Aqui funcionava a antiga Escola do Magistério Primário, tendo o edifício sido cedido à Universidade pelo Ministério da Educação.
- 83 Sobre estas unidades culturais consultar o capítulo 7 “Cultura na Universidade”.
- 84 A propósito da sua história e arquitetura consultar o artigo de Eduardo Fernandes (Fernandes, 2013).
- 85 Esta escultura, oferecida pela Câmara Municipal no seguimento de uma sugestão efetuada pela Universidade, cf. UMinho-RT, Câmara Municipal de Guimarães, *Ofício 01498*, de 25 de julho de 1989, foi inaugurada em 24 de junho de 1991.
- 86 Edificado em 1992 com projeto de António Gradim e Mário Abreu (Fernandes, Jorge, 2012: 142). Embora localizado no exterior do campus, o bairro implanta-se numa das áreas que o Plano APR dedicava à instalação de residências universitárias.
- 87 Decisão comunicada à Universidade do Minho pela DGES, Cf. UMinho-RT, Direção Geral do Ensino Superior, *Ofício ref. 1629*, 4 de agosto de 1981.
- 88 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Ofício ref.º 4/82*, 5 de janeiro de 1982 (acompanhado por um mapa).
- 89 Cf. UMinho-RT, *Ofício RT/CB–32-82*, que contém anexa a ata da reunião efetuada em 11 de novembro “*Reunião entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães para coordenação do Projecto das Instalações Definitivas da Universidade com o Plano Geral de Urbanização (P.G.U) da cidade*”. Esta foi uma reunião magna que buscava uma solução consensual entre todas as partes. A sua importância pode medir-se pelo facto de nela terem participado o Presidente da Câmara com os seus técnicos, o Reitor acompanhado pelos responsáveis do GID e os arquitetos autores do Plano Geral de Urbanização e do Projeto para as Instalações Definitivas no polo de Azurém.
- 90 UMinho-CIUM, *Anúncio do Concurso para elaboração do Programa e Plano Geral...*, março de 1977.
- 91 O GPA propõe neste documento a área de 13 671m2 para a 1.ª fase (que incluíam 3 000 para instalações de apoio e desportivas) e, para a 2.ª, cerca de 15 000 m2 dos quais 9 000 seriam dedicados a residências para 20% da população escolar. Cf. UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *UM – Núcleo de Guimarães. Listagem de Espaços* (proc.362, out.82), 1982.
- 92 Cf. UMinho-RT, Gabinete de Instalações Definitivas, *Situação das Instalações Definitivas em março de 1985. Uma análise Preliminar / confidencial*, 19 de março de 1985. O documento dá, também, conta da discussão sobre a localização da totalidade ou de parte, apenas, dos cursos de Engenharia em Guimarães.
- 93 O projecto remete para soluções arquitectónica adotadas pelas universidades construídas a partir dos anos 60, uma referência que se expressa, claramente, na leitura da secção transversal do conjunto.
- 94 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *UM. Núcleo de Guimarães. Estudo Prévio. II – Ordenamento Paisagístico, Arranjo dos Espaços Exteriores e Infraestruturas*, março de 1983
- 95 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Plano Geral das Instalações da UM – Núcleo de Guimarães* (ofício GPA, ref.º 055/85) e ofício dirigido ao Presidente da Câmara de Guimarães (UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, Ofício ref.º 51/85, de 22 de abril

- um arco temporal extenso sob vários aspetos e teve repercussões nomeadamente a nível territorial. Uma destas diz respeito à ligação viária entre as duas cidades, que à época se realizava em condições de grande congestionamento: encontramos nos anos 90 a Universidade – argumentando que “o desenvolvimento bi-polar pressupôs, à partida, o acesso fácil entre os dois campus, na medida em que seria sempre necessário que parte significativa do corpo docente desenvolvesse a sua actividade em ambos”. Cf. UMinho-RT, Ofício RT-664/ 92, de 3 de agosto de 1992, a desenvolver intensos esforços junto da administração central no sentido da concretização de uma nova ligação com características de via rápida, entre Braga e Guimarães (a abertura da autoestrada entre as cidades ocorreu no ano de 2003).
- 26 As datações que aqui se indicam relativas a planos (nas suas diversas fases), projetos e obras (início do projeto – finalização da obra) executados ao longo deste período, resultam do cruzamento de dados originários de diversas fontes, tendo sido fornecidos maioritariamente pelos Serviços Técnicos, mas também pelos Serviços de Ação Social, pelos respetivos autores e por documentação consultada. Frequentemente não coincidente, essa informação foi articulada de forma a construir uma cronologia o mais coerente possível.
- 27 Em simultâneo o GEID acompanhava e fiscalizava a execução dos trabalhos das instalações provisórias, que ocorriam em diversas frentes em ambas as cidades. A atividade letiva teve início nos anos de 1975/76 e 1977/78 em Braga e em Guimarães, respetivamente, em vários edifícios que para o efeito foram sujeitos a obras de adaptação ou, até, executados de raiz.
- 28 Cf. UMinho-RT, Despacho RT-28/82, 15 de outubro de 1982. A direção do GID era ainda composta pelo Reitor Lúcio Craveiro da Silva, pelo vice-reitor Sérgio Machado dos Santos, por Júlio Barreiros Martins e pelo administrador.
- 29 Sob resolução do Senado Universitário (UMinho-RT, Senado Universitário, Resolução SU-44/03, outubro de 2003) o GID foi extinto, integrando parte das suas competências nos Serviços Técnicos.
- 30 Cf. UMinho-RT, Despacho RT-30/2002.
- 31 UMinho-CIUM, Anúncio do Concurso para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, março de 1977.
- 32 Previa o art.º 52º do Caderno de Encargos (CE), que a população discente, à época contando com 420 estudantes, viesse a aumentar para 1500 (1200 em Braga e 300 em Guimarães) no início da década de 80 e, numa projeção final, para 7000 em Braga e 3000 em Guimarães (onde apenas se propunha sediar os três últimos anos dos cursos de Engenharia). Nessa altura, e ainda segundo o mesmo documento, as instalações da Universidade do Minho ocupavam um terreno com 2,2ha e uma área coberta de 16 150m². No art.º 55 o CE explicitava também que “Os dois núcleos serão de natureza não-residencial. Para Braga serão previstas instalações desportivas; presume-se que 3oha bastarão para a dimensão final desse núcleo [...] Para Guimarães, não se prevê, em princípio, a necessidade de instalações desportivas [...] Por esse motivo prevê-se que a área final para Guimarães não ultrapasse 15ha”. UMinho-CIUM, Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, Caderno de Encargos, [1977].
- 33 A concurso apresentaram-se as seguintes equipas: CPR – Consultores e Projectistas Reunidos; Gabinete A. Barbosa de Abreu; GOP, Gabinete de Organização e Projectos, Lda, SA; Hidrotécnica Portuguesa; IndoPlano – Estudos Económicos e Projectos de Infraestruturas Industriais; Profabril, Centro de Projectos SARL; Vértice, Centro de Projectos de Construção, SARL; Grupo de Estudos para elaboração de Propostas e Plano Geral para as Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Excetuando a última, todas foram admitidas na fase de pré-qualificação, passando à 2ª fase do concurso, onde se efetuou a avaliação das propostas apresentadas cf. UMinho-ST, S.a., Acta do Acto Público do Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, 12 de maio de 1977.
- 34 A decisão do MEIC, tomada em desacordo com a escolha proposta pela Comissão Instaladora, gerou controvérsia. Sobre este assunto cf. UMinho-RT, Universidade do Minho, Relatório Final do Júri do Concurso para a Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho, 1977; UMinho-RT, Marçal Grilo, Informação à consideração do Secretário de Estado do Ensino Superior. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Superior, 1977 [26 de setembro] e UMinho-CIUM, «Acta nº148», Actas... 1977.
- 35 Relativamente à constituição da equipa APR, as fontes consultadas no âmbito desta investigação não permitem determinar quem era o responsável pelo projecto de arquitectura, uma vez que os documentos são assinados pelo engenheiro Carlos Vidal, na qualidade de Administrador da empresa. No entanto, a Ficha de Inscrição (cf. UMinho-ST, S.a. Ficha de Inscrição no Concurso para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações definitivas da Universidade do Minho, 10 de maio de 1977), onde se elenca a constituição da equipa e os trabalhos mais significativos realizados pelos seus membros, sugere que seria o arquitecto Frederico George quem a liderava.
- 36 AAVV, 1994:31-39.
- 37 UMinho-RT, Universidade do Minho, Notas sobre a assinatura do contrato para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, [1977], ponto 5.
- 38 UMinho-RT, Bickerdike | Allen | Bramble, Universidade do Minho. [novembro de 1977].
- 39 Explicitando o seu ponto de vista, o relatório descreve exemplos de universidades de referência que tinham adotado essa tipologia, citando expressamente Leeds University, East Anglia University, Scarborough College – Toronto, Bochum University – Ruhr, Free University of Berlin, Odense University – Denmark.
- 40 UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, Relatório (não-oficial) sobre a Universidade do Minho elevado pelo grupo Bickerdike | Allen | Bramble consultor do APR, [Doc. GEID 030278], 1978, com João de Deus Pinheiro como relator. Apesar do reconhecimento de algumas das virtualidades do Relatório no que à tipologia das instalações respeitava, este documento salienta ter existido por parte dos consultores uma má interpretação dos pressupostos organizacionais assumidos pela Universidade do Minho, que os teria levado a conclusões muito desajustadas nos seus objetivos.
- 41 Esta área corresponde a cerca de 1/10 da indicada pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, que apontava para um total 388,8ha, dos quais 184,3 para zona de ocupação e 204,5 para zona de protecção cf. UMinho-CIUM, Terrenos do Estado, freguesia de Gualtar, 1976.
- 42 Um envolvimento patente em múltiplos documentos com sugestões e propostas de localização efetuadas não só pela Câmara Municipal como por associações cívicas e culturais da cidade (cf. capítulo 2 desta obra “Fundação”)
- 43 Esta área foi calculada a partir da consideração de um universo estudantil de 10 000 alunos para cada um dos polos, um número referido pelo Reitor no discurso proferido aquando da celebração do contrato entre a UM e o APR cf. UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, Relatório da Localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Braga, junho de 1978; UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, Relatório da Localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Guimarães, outubro de 1978. Apesar de duplicar o estabelecido no Caderno de Encargos do concurso, essa veio a ser a referência que serviu de base à definição da área a afetar aos “núcleos” universitários.
- 44 Cf. UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, Ofício ref.: P01/100-CV/LV-31/78, 1978 [18 de janeiro], que acompanha os Relatórios Preliminares sobre a localização dos núcleos de Guimarães e Braga.
- 45 No item Cálculo da área necessária para o campus, tendo como referência a lotação de 10 000 alunos, “em resultado da pesquisa feita e tendo em consideração os condicionamentos locais [...] a área complementar proposta é de 43,44 ha, o que, adicionado ao terreno existente, perfaz 62,74ha, para as instalações definitivas da Universidade do Minho em Braga. Assim, a densidade de ocupação elevar-se-á a 160 alunos/ha”. Esse cálculo é baseado, sobretudo, em valores de referência de origem britânica e norte-europeias; a comparação com algumas universidades nacionais também é feita, salvaguardando-se embora que a DGES terá declarado “não existem” índices nacionais.
- 46 UMinho-CIUM, Terrenos do Estado... 2.
- 47 UMinho-ST, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, Notas sobre terrenos de Braga e Guimarães. Braga: Universidade do Minho, 7 de março de 1978.
- 48 O documento reporta-se, na generalidade, a universidades de origem anglo-saxónica; refere, ainda, indicadores utilizados na Universidade de Lourenço Marques.
- 49 Cf. UMinho-CIUM, «Acta nº211», Actas... 1979, e UMinho-RT, Ofício RT-129/79, respetivamente.
- 50 UMinho-ST, Atelier de Projectistas Reunidos | Teresa Saint-Maurice e Rita Cabral, Programas Gerais para as Instalações da Universidade do Minho. Núcleos de Braga e Guimarães, junho de 1980.
- 51 UMinho-RT, Atelier de Projectistas Reunidos, Documento de trabalho ref.: P01-C51/02, de 9 de maio de 1978.
- 52 Em 1980, Fernando Távora, responsável por esse Plano, beneficia da localização do polo universitário para, em conjunto com a implantação da circular Norte, resolver urbanisticamente o limite da cidade neste sector.
- 53 Conforme carta que se encontra no UMinho-RT, Frederico George / APR ao Reitor, de 5 de julho de 1980, em que comunica o teor de uma reunião havida com Fernando Távora sobre essa matéria.
- 54 No sentido de ultrapassar esta questão, a Universidade negociou parte da área pertencente ao Noviciado e tentou adquirir terrenos que pertenceram ao antigo Albergue Distrital, num conflituoso processo com o Centro de Saúde Mental, ocorrido a partir de finais da década de 70 (cf. UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, Aquisição de terrenos em Braga. Terrenos pertencentes ao ex-Albergue Distrital a adquirir pela UM. Braga: Universidade do Minho, 1982 [14 de janeiro]).
- 55 Este zonamento foi contemplado no Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar (Câmara Municipal de Braga | CEAPE, Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar CMB/CEAPE, agosto de 1981, onde constava a implantação definida no Plano APR), tendo a
- reserva do terreno sido posteriormente objeto de contactos entre a Universidade e a CMB a propósito da revisão do PDM cf. UMinho-RT, Câmara Municipal de Braga, Ofício 5/DSPP, 26 de janeiro de 1988.
- 56 Perante as dificuldades de articulação entre a área já pertencente ao campus e a que estava destinada à zona desportiva, a Universidade colocou posteriormente, no início de 1987, a hipótese de deslocar o sector desportivo para os terrenos do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural, situados a sul dos campus, “com área suficiente e homogénea [...] reunindo condições óptimas para a localização daquelas instalações. Acresce que a Universidade só necessitará daquele terreno a partir de 1992, o que permitirá uma atempada preparação daquela mudança”, cf. UMinho-RT, Gabinete de Instalações Definitivas, Parecer GID/RT/07/87, julho de 1987. Acordada, então, esta proposta de localização com a Câmara Municipal, cf. UMinho-RT, Ofício RT-72/88, foram encetadas pela Universidade as negociações com o Ministério da Agricultura e Pescas.
- No entanto e apesar dos esforços da Universidade nesse sentido, após um longo e difícil processo, que envolveu o Governo e se desenrolou, nomeadamente, em sede de discussão pública do PDM de Braga, nenhuma dessas áreas lhe veio a ser afetada, facto que confinou o campus aos 40ha destinados à edificação mais densa.
- 57 O complexo desportivo previa “um estádio para prática de atletismo, um pavilhão gimnodesportivo e uma piscina coberta, de dimensões adequadas a provas internacionais, o que necessitará [...] de uma área mínima de 30.000m²” (cf. nota supra).
- 58 Enviados em finais de agosto de 1980 cf. UMinho-RT, Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, Ofício GEID Po.02 GE-113/80, 3 de setembro de 1980, dirigido à Comissão Instaladora, o GEID dá conta que “os elementos contidos nos referidos volumes não satisfazem minimamente as exigências do caderno de Encargos”.
- 59 Câmara Municipal de Braga | CEAPE, Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar CMB/CEAPE, agosto de 1981. Este estudo sugeriu uma adaptação dos limites propostos para o campus às novas condicionantes urbanísticas, retificação essa que não afetou a implantação prevista no seu Plano Geral.
- 60 Cf. UMinho-RT, Ofício RT-252/81.
- 61 Cf. UMinho-RT, Direcção Geral do Ensino Superior, Ofício 1629, 4 de agosto de 1981.
- 62 UMinho-RT, Profabril, Universidade do Minho. Instalações Definitivas. Braga. Estudo Prévio. fevereiro de 1983.
- 63 Um dos problemas que este tipo de construção “em rede” coloca diz respeito às infraestruturas que, de uma forma geral, precisam de ser dimensionadas e executadas para conjuntos que só irão ser construídos em fases mais tardias. Um exemplo desta situação é a Central Térmica e Posto de Seccionamento, construídos em 1988, que centralizavam o sistema geral de condicionamento ambiental, estando ligados por uma rede de túneis e subestações a todos os edifícios.
- 64 Cf. UMinho-RT, Gabinete de Instalações Definitivas, Mudança de 3 Escolas para o Campo Universitário de Gualtar. Braga: Universidade do Minho, S.d.
- 65 Este conjunto, que acabou por não ultrapassar uma reduzida dimensão, é talvez, nas universidades novas portuguesas contemporâneas, aquele que mais claramente se pode associar à espacialização do modelo matricial através do conceito “mat-building”.
- 66 Cf. UMinho-RT, Reitoria da Universidade do Minho, Situação das

- Instalações Definitivas da Universidade do Minho no Campus de Gualtar em março de 1993, março de 1993.
- 67 De notar que, à época, as Instalações Definitivas da Universidade em Braga contavam também com dois edifícios na cidade: a Reitoria, no Largo do Paço, e o Centro de Formação de Professores, no Convento dos Congregados.
- 68 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Director de Braga. Inquérito Público. Observações da Universidade do Minho*, 13 de julho de 1993 apud Anexo II do *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa Preliminar*, março de 1994. O PDM de Braga viria a ser ratificado pela Resolução do Conselho de ministros em maio de 1994.
- 69 José Carlos Loureiro, 1991-1995.
- 70 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa-Base. Versão 1*, junho de 1993. De notar que nesta altura, as Escolas de Arquitetura e Artes e a de Ciências Agrárias fazem parte das novas licenciaturas indicadas para o campus de Gualtar.
- 71 UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa Preliminar*, março de 1994.
- 72 Neste documento o GID apresenta uma proposta de articulação direta da rede viária interna do campus com uma via pública que o atravessava, uma hipótese de traçado então colocada pelo Plano Diretor Municipal.
- 73 O concurso, lançado em 1995, desenvolveu-se em duas fases: na primeira, terminada em maio/junho de 1996 foram escolhidas cinco equipas para concorrer a cada um dos edifícios; no momento posterior, em que os respetivos projetos já se apresentaram ao nível de estudo prévio, foram selecionados aqueles que vieram a ser adjudicados em 1997.
- 74 Formada por uma nova escola e pelos edifícios destinados à Extensão Universitária e Pós-Graduação e ao Conjunto Residencial.
- 75 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral do Campus de Gualtar*, volume 3, 1997.
- 76 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral...* 1997.
- 77 Sublinhando a importância desta geografia a que o desenho do Plano atribui particular relevo, destaca-se a descoberta, em 2005, na sequência das obras relacionadas com a Escola de Direito, de uma conduta da época romana que se julga destinada a transporte de água potável. Sobre este assunto ver: Braga e Pacheco, 2013 e Lemos *et al.*, 2013.
- 78 UMinho-ST, Rui de Sousa Louro, *Plano Geral...* 1997.
- 79 Sobre conjunto do Paço Arquiepiscopal consultar o capítulo 7 “Cultura na Universidade” Ver ainda: Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga / Biblioteca Pública e Arquivo – IPA.00001106 (www.monumentos.pt) e Atanásio; Nunes, 1975.
- 80 O Arquivo Distrital deslocar-se-á para o edifício situado na rua de Abade da Loureira, atualmente a ser objeto de um projeto de renovação, fruto da cooperação entre a Universidade do Minho e a Secretaria de Estado da Cultura.
- 81 Sobre o Antigo Albergue Distrital consultar: *Imóveis na Rua de Santo António das Travessas, n.º34 e 36 – 40, Antigo Albergue Distrital – PTo10303070047* (www.monumentos.pt).
- 82 Cf. *Convento e Antigo Colégio dos Congregados / Congregação de S. Filipe de Neri – PTo10303420046* (www.monumentos.pt). Aqui funcionava a antiga Escola do Magistério Primário, tendo o edifício sido cedido à Universidade pelo Ministério da Educação.
- 83 Sobre estas unidades culturais consultar o capítulo 7 “Cultura na Universidade”.
- 84 A propósito da sua história e arquitetura consultar o artigo de Eduardo Fernandes (Fernandes, 2013).
- 85 Esta escultura, oferecida pela Câmara Municipal no seguimento de uma sugestão efetuada pela Universidade, cf. UMinho-RT, Câmara Municipal de Guimarães, *Ofício 01498*, de 25 de julho de 1989, foi inaugurada em 24 de junho de 1991.
- 86 Edificado em 1992 com projeto de António Gradim e Mário Abreu (Fernandes, Jorge, 2012: 142). Embora localizado no exterior do campus, o bairro implanta-se numa das áreas que o Plano APR dedicava à instalação de residências universitárias.
- 87 Decisão comunicada à Universidade do Minho pela DGES, Cf. UMinho-RT, Direção Geral do Ensino Superior, *Ofício ref. 1629*, 4 de agosto de 1981.
- 88 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Ofício ref.ª 4/82*, 5 de janeiro de 1982 (acompanhado por um mapa).
- 89 Cf. UMinho-RT, *Ofício RT/CB–32–82*, que contém anexa a ata da reunião efetuada em 11 de novembro “*Reunião entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães para coordenação do Projecto das Instalações Definitivas da Universidade com o Plano Geral de Urbanização (P.G.U) da cidade*”. Esta foi uma reunião magna que buscava uma solução consensual entre todas as partes. A sua importância pode medir-se pelo facto de nela terem participado o Presidente da Câmara com os seus técnicos, o Reitor acompanhado pelos responsáveis do GID e os arquitetos autores do Plano Geral de Urbanização e do Projeto para as Instalações Definitivas no polo de Azurém.
- 90 UMinho-CIUM, *Anúncio do Concurso para elaboração do Programa e Plano Geral...*, março de 1977.
- 91 O GPA propõe neste documento a área de 13 671m2 para a 1ª fase (que incluíam 3 000 para instalações de apoio e desportivas) e, para a 2ª, cerca de 15 000 m2 dos quais 9 000 seriam dedicados a residências para 20% da população escolar. Cf. UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *UM – Núcleo de Guimarães. Listagem de Espaços* (proc.362, out.82), 1982.
- 92 Cf. UMinho-RT, Gabinete de Instalações Definitivas, *Situação das Instalações Definitivas em março de 1985. Uma análise Preliminar / confidencial*, 19 de março de 1985. O documento dá, também, conta da discussão sobre a localização da totalidade ou de parte, apenas, dos cursos de Engenharia em Guimarães.
- 93 O projecto remete para soluções arquitectónica adotadas pelas universidades construídas a partir dos anos 60, uma referência que se expressa, claramente, na leitura da secção transversal do conjunto.
- 94 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *UM. Núcleo de Guimarães. Estudo Prévio. II – Ordenamento Paisagístico, Arranjo dos Espaços Exteriores e Infraestruturas*, março de 1983
- 95 UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Plano Geral das Instalações da UM – Núcleo de Guimarães* (ofício GPA, ref.ª 055/85) e ofício dirigido ao Presidente da Câmara de Guimarães (UMinho-ST, Grupo de Planeamento de Arquitectura, Ofício ref.ª 51/85, de 22 de abril 1985.
- 96 Nesse prospetito (Prospeto Apresentação do Projecto das Instalações Definitivas de Guimarães, 1ª fase, s.d.) é descrito o programa da Universidade para o polo: nas 1ª e 2ª fases (1985-1988 e 1988-1990), previstas para um universo de 1500 + 1500 estudantes, edificar-se-iam 2 + 2 ha, respetivamente, com uma área envolvente de 11ha; a 3ª fase, a executar a partir de 1990, calculava a construção de 7 a 10ha, considerando um terreno com 10 a 15 ha e uma população discente no intervalo entre 5000 e 7000 alunos. Deste documento consta também a distribuição geral de áreas e a discriminação de espaços, a fotografia de uma maquete da 1ª fase e, ainda, um mapa com a edificação prevista e a indicação de um Parque Urbano “*a ser construído conjuntamente com a Câmara Municipal de Guimarães*”.
- 97 Instalado num terreno com cerca de 7ha, este conjunto de edifícios com capacidade para 1800 estudantes, compreendia três blocos, com uma área coberta de 20 000m2 (Prospeto *Universidade do Minho | Guimarães* [1989]).
- 98 UMinho-ST, Bartolomeu Costa Cabral, *Memória Descritiva do Projeto de Execução da 2.ª Fase do Complexo Pedagógico do Campus de Azurém*, janeiro de 1991.
- 99 Defendia-se, nomeadamente, a inclusão de cursos em Ciências Sociais e Humanas e, ainda, a de uma licenciatura em área científica ainda não presente na Universidade do Minho (colocando-se, a propósito, a hipótese de instalar a Licenciatura em Arquitetura, até à altura um curso pensado para o polo de Braga). De notar que a sociedade vimaranense vinha a exercer também pressão no sentido da abertura do campus a novas áreas do saber (cf. UMinho-RT, Sociedade Martins Sarmento, Ofício ref.ª 0903, 12 de julho de 1994) enviado ao Reitor.
- 100 O Programa Preliminar (Cf. UMinho-ST, Gabinete de Instalações Definitivas, *Programa Preliminar do Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho no Campus de Azurém (3ª Fase)*, S. d. [Data de aprovação no Senado Universitário em janeiro de 1985] estabelecia para esse mesmo ano a meta de 28200 m2 de área bruta e 3100 discentes, números que, face à área de 13,5ha então disponível, redundavam num rácio área bruta/aluno de 9,1 m2, inferior às recomendações internacionais (12 a 24 m2/aluno), um défice que o Plano pretendia corrigir.
- 101 UMinho-ST, Câmara Municipal de Guimarães | Miguel Frazão, *Plano Geral da Universidade do Minho – polo de Guimarães. Estudo Prévio*, novembro de 1997. A Sinopse Descritiva e Justificativa deste estudo apontava para a construção, até 2000, de 5 edifícios: Escola de Engenharia, Escola de Ciências/Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Escola de Arquitectura, Extensão Universitária e Pós-graduação, Pavilhão Desportivo e Polivalente, com uma área bruta total de 28 500m2.
- 102 Nesse momento acertavam-se, ainda, os limites do campus: a ampliação a nascente efetuava-se através da Quinta da Veiga e, conforme o Plano GPA, tentava-se estender o parque até ao Campo de S. Mamede, criando uma nova frente do polo em contacto direto com a cidade.
- 103 Numa manifesta procura de vincar relações com a paisagem envolvente “*o alinhamento das entradas dos edifícios das Ciências e da Arquitetura [...] define um eixo de longo alcance que procura o alinhamento do Santuário da Penha, no alto da colina localizada a sudeste do campus*” Cf. Fernandes, 2013: 113.
- 104 Em Guimarães, exterior ao campus de Azurém, apenas existe um edifício propriedade da Universidade, localizado na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra onde, desde 1985, se encontra instalada uma residência universitária que dispõe de 61 lugares.
- 105 *Projecto campurbis, Campus universitário na malha urbana histórica*, CMG, UM-EE (http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_7489/20130620563372308750.pdf; consultado em setembro 2013).
- 106 Embora o presente capítulo só se refira a instalações próprias da
- Universidade (excetuam-se, aqui, os edifícios do campus de Couros e a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva), ela encontra-se também vincadamente presente em muitas outras circunstâncias, como por exemplo as *Spin-Off* e as Unidades Participadas.
- 107 A Casa Museu de Monção encontra-se instalada num solar oitocentista no centro da cidade, um edifício legado à Universidade com o propósito de aí instalar uma Unidade Cultural. Sobre este assunto ver capítulo 7 “Cultura na Universidade”.
- 108 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que... Braga, 1976*.

Capítulo 6

Universos e saberes académicos

Propõe-se um mapeamento dos saberes desde os tempos fundacionais da Universidade, oferecendo paralelamente um roteiro das suas escolas e institutos, de forma a inscrever os leques formativos, nos vários ciclos de graduação, e a estrutura de investigação. A matriz da Universidade é perspectivada também através dos vários serviços que consubstanciam, afinal, uma das marcas do modelo original.

As universidades são o que as move: o conhecimento que produzem e transmitem; o modo como se relacionam com as sociedades em que se inserem e como as valorizam; mas, essencialmente, aqueles que, habitando-as enquanto estudantes, professores ou funcionários, corporizam o *modo de vida académico*. É importante, pois, que se perceba a dimensão quotidiana da Universidade do Minho, esse tempo de ações ínfimas, épicas ou falhadas, que fabricam as texturas que sedimentam as relações institucionais. Igualmente importantes são as representações simbólicas e rituais que operam como emanção de uma identidade e concorrem para o sentido de pertença e coesão.

1 **Mapeamento dos saberes: dos propósitos fundacionais à universidade completa**

Regressemos a 1974. Os fundadores da Universidade, reunidos numa sala carregada de história do Largo do Paço, têm em mãos fazer o futuro. Sentem o peso da responsabilidade que lhes exige que honrem o esmagador património que se acolhe sob a ideia de Universidade. Mas pressentem também no *ar dos tempos* os anseios de um país e de uma região e comprometem-se com determinação a romper caminhos novos. Imaginemos as opções que se lhes colocam. Uma universidade que replique o modelo das universidades clássicas do país, e com isso as áreas de saber tradicionalmente legitimadas? Uma universidade especializada, seguindo o modelo de muitas instituições criadas nas últimas décadas na Europa e América do Norte, privilegiando as áreas tecnológicas?

A opção, como sabemos, foi a de erguer uma *universidade completa*, ambicionando que fosse, simultaneamente, uma instituição que integra as áreas estruturantes do saber e ousa fazê-lo em planos formativos inovadores no panorama nacional. A inovação curricular realizou-se por duas vias: a interdisciplinaridade presente nos planos de estudos, que assegurava uma formação não circunscrita a áreas disciplinares estreitas, e a formação integrada com o mundo do trabalho, que incluía nos planos curriculares estágios em contexto profissional. Este elemento diferenciador da nova universidade teve muito boa receptividade por parte do tecido empregador, tanto no setor público quanto no privado, que reconhecia uma preparação teórica e prática de qualidade aos licenciados da Universidade do Minho¹ e veio a influenciar os modelos seguidos pelas universidades clássicas, que entretanto o foram adotando também.

Como vimos no capítulo 2, o modelo matricial não estruturou apenas a orgânica de governo da instituição, mas moldou igualmente os seus projetos de ensino, o que significou que os cursos foram sendo criados numa teia de estreitas relações disciplinares e de recursos de docência, o que lhes conferiu uma singular abertura a diferentes áreas de conhecimento e formou os estudantes num espírito que hoje designaríamos de transversal e interdisciplinar. Em documento de 1982, é claramente explicitado o modelo que deve ser seguido na criação das formações:

Fig. 1

Diagrama de mapeamento das áreas de conhecimento na Universidade: da fundação ao presente, Unidades de Ensino e Investigação
 Fontes: Atas CIUM, 1974; Regulamento Interno Provisório, 1976; Estatutos da Universidade do Minho, 1989; Relatório de Atividades da Universidade do Minho 2002; Estatutos da Universidade do Minho, 2008. Elaboração própria



“No que respeita aos Cursos de Licenciatura a UM deverá privilegiar os domínios em que concomitantemente se verificarem as seguintes condições:

- Mercado de trabalho favorável
- Existência na UM de recursos especializados não saturados
- Complementaridade em relação a outros cursos, quer da UM quer de outras universidades, designadamente da região norte
- Interdisciplinaridade relativamente às formações tradicionais
- Razão Custos/benefícios favorável”.²

Entre a primeira e a terceira década de existência da Universidade, a criação dos projetos formativos constituiu o cerne da estruturação das áreas disciplinares, tendo daí decorrido dois efeitos concomitantes: a especialização e a autonomização dos domínios do conhecimento hoje presentes nesta Universidade. O diagrama que se segue representa uma síntese da forma como foram evoluindo as várias áreas disciplinares. É possível perceber-se que as quatro áreas nodais que a CIUM fixa em 1974 cobrem um largo espectro (Ciências Exatas e Tecnologia; Medicina; Direito, Economia, Administração e Sociologia; Artes e Letras) e prenunciam quase todos os domínios em que Universidade veio a concretizar formações. É assim que no Regulamento

Interno Provisório, de 1976, as cinco unidades científico-pedagógicas elencadas correspondem já não a um cenário de intenções, mas às áreas que efetivamente contribuía, no quadro matricial, para os projetos formativos já em funcionamento (Engenharias, Relações Internacionais e Cursos de Formação de Professores nas áreas de Línguas, Ciências, Matemática e Ciências Sociais). Os Estatutos de 1989, e sucessivas revisões, haveriam de configurar o modelo orgânico, dando corpo a 10 Escolas que acolhem as atividades de ensino, investigação e extensão da Universidade. Em 2008, conforme visto no capítulo anterior, o novo regime jurídico das instituições de ensino superior leva ao estabelecimento de novos Estatutos, que consagram 11 unidades orgânicas de ensino e investigação, integrando 38 departamentos.

O que aconteceu ao longo do tempo foi uma crescente especialização, fruto das solicitações que cada projeto formativo colocava. Por sua vez, o desenvolvimento de domínios específicos das áreas disciplinares veio criar oportunidades de ampliação de massa crítica e propiciou processos de autonomização de certas áreas científicas, quer como projeto formativo, quer mesmo como Escola. A título de ilustração, refiram-se os exemplos das formações em Música e em Psicologia: ambas foram incubadas em projetos formativos da área da Educação, tendo evoluído para Licenciatura no caso da Música

Para uma visão sintética dos cursos de formação inicial da Universidade do Minho, veja-se a figura 3, que representa os cursos que arrancaram nos dois primeiros anos de atividade letiva (1975/1976 e 1976/1977) e os cursos oferecidos em 2013.

2 Escolas da Universidade do Minho

Sendo as Escolas unidades orgânicas centrais na missão da Universidade do Minho, apresenta-se de seguida um breve retrato de cada uma das 11 Escolas. Pretendeu-se dar conta das singularidades que as marcam em função das suas áreas de saber e do seu historial, mostrando como emergiram e se autonomizaram e como se encontram organizadas no presente. É também dado relevo às respetivas ofertas formativas, bem como ao trabalho que desenvolvem no campo da investigação e da interação com a sociedade.

Uma nota final: não é possível, na economia desta obra, atribuir o devido relevo à história das Escolas enquanto entidades estruturantes do saber, do ensino e da investigação da Universidade do Minho. Limitamo-nos por isso a traçar o seu estado atual, valorizando os respetivos momentos capitais da sua trajetória.

2.1 Escola de Arquitetura

O processo que levou à emergência e evolução da área de Arquitetura na Universidade do Minho é recente. Em janeiro de 1994, o Senado Universitário debruça-se sobre a questão do desenvolvimento dos polos de Braga e Guimarães, concluindo pela necessidade de promover estudos sobre a eventual criação de novos cursos. Na sequência desse debate o Reitor, Sérgio Machado dos Santos, sugeriu que a realização desses estudos principiasse pelas áreas das Ciências da Saúde, da Musicologia, da Arquitetura e das Belas Artes e do Design. Esta proposta mereceu a concordância dos 50 membros do Senado que se encontravam presentes na reunião.³

Em 25 de julho do mesmo ano, a ata do Senado Universitário regista que se considerava fulcral, para definir e implementar novas áreas de saber, a constituição de grupos de trabalho, os quais deveriam elaborar estudos conjunturais sobre a viabilidade da criação de novos cursos. Para o planeamento e apresentação dum projeto de criação de uma licenciatura em Arquitetura, que se previa ter boa receptividade da tutela, o Reitor propôs a constituição de um grupo de trabalho coordenado por Carlos Bernardo, incluindo ainda José Vieira e um elemento exterior.⁴ Em 30 de janeiro de 1995, o Senado Universitário aprova a proposta do Reitor no sentido de definir a localização das novas áreas de conhecimento a criar na universidade. Assim, a Escola de Arquitetura ficaria sediada no polo de Guimarães.⁵ Na 1ª ata do Senado, em 1996, o Reitor informa que fora distribuído pelos membros daquele órgão um projeto de criação da licenciatura em Arquitetura, para ser sujeito a uma apreciação



Fig. 4
Edifício da Escola de Arquitetura, Azurém
Fonte: Pedro Lobo

Fig. 5
Edifício da Escola de Ciências, Gualtar
Fonte: GCI, Coleção de fotografias

Fig. 6
Edifício da Escola de Ciências da Saúde,
Gualtar
Fonte: Pedro Lobo

inicial e obter sugestões.⁶ A ata seguinte faz registo da análise do processo de criação da licenciatura em Arquitetura, proposto pela Escola de Engenharia. Nesta reunião estiveram presentes, a convite do Reitor, como membros da Comissão responsável pela elaboração da proposta, os arquitetos Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, instituição que teria um importante papel na fase de arranque da Escola de Arquitetura, assim como José Mendes, do departamento de Engenharia Civil. O coordenador do grupo, Carlos Bernardo, apresentou as principais razões justificativas para a criação do curso, focando particularmente a necessidade de desenvolver o polo de Guimarães como um verdadeiro núcleo universitário. Associava-se a isso a vantagem do curso beneficiar, em Guimarães, da complementaridade de outras licenciaturas já sediadas naquela cidade, como a de Engenharia Civil, ou de outras a implementar, como a de Geografia e Planeamento. A proposta de criação desta licenciatura foi aprovada, por unanimidade, pelo Senado.⁷

Em 31 de outubro de 1996 é criado o Departamento Autónomo de Arquitetura, sendo o curso desta disciplina lançado em 1997.⁸ Desde essa altura, a agora Escola de Arquitetura, assegura a criação, divulgação e valorização do conhecimento no campo da Arquitetura e domínios afins.⁹ Apresenta-se como uma unidade que, dentro do exercício da sua autonomia, se abre a perspectivas interdisciplinares, propondo-se desenvolver, num quadro de complementaridade de saberes, a investigação e formação avançada, bem como promover a prestação de serviços à comunidade.¹⁰

Em termos de formação, os cursos da EA funcionam em plena adequação ao modelo de Bolonha. Atualmente a oferta contempla a licenciatura em Design de Produto, o mestrado integrado em Arquitetura e o doutoramento em Arquitetura.

Focando a atenção na licenciatura em Design de Produto, oferta formativa recente, este assenta numa aprendizagem ativa “*learningbydoing*”. Isto é, promove uma forte integração das suas áreas disciplinares, estimulando o desenvolvimento de competências profissionais e apostando numa forte ligação com a prática profissional.¹¹ Já o mestrado integrado em Arquitetura privilegia, ao longo de cinco anos de formação, três componentes estruturantes de formação: uma componente de projeto, uma componente teórica e uma componente tecnológica.¹² A formação neste mestrado assenta na prática e na teoria, explorando as metodologias de ensino aprendizagem preconizadas pela Declaração de Bolonha. Isso implica “*uma aprendizagem e desenvolvimento crescente ao longo do plano de estudos, baseado na atividade de projeto, com o apoio do desenho como instrumento de concepção e representação da teoria e história, que estimulam a reflexão sobre a prática arquitetónica*”.¹³

Finalmente, o doutoramento em Arquitetura é um curso que está concebido de forma a combinar unidades curriculares presenciais de grupo, com sessões de acompanhamento e supervisão individual. Está organizado de forma a que os alunos possam construir um percurso formativo adequado ao seu objeto de investigação

conducente à elaboração da tese. O Plano A do Programa Doutoral em Arquitetura tem uma duração de seis semestres, integra uma componente curricular e a elaboração de uma tese de formato dissertação ou projeto. Existem ainda, abertas em permanência, candidaturas ao Plano B do Programa Doutoral em Arquitetura, nas áreas de Especialidade em Cidade e Território; Construção e Tecnologia e Cultura Arquitetónica. Este último curso tem a duração de seis semestres inteiramente dedicados à realização da tese com acompanhamento de um professor da EAUM.

Presentemente, a unidade encontra-se envolvida na criação de um Centro de Investigação transversal que articula várias áreas do saber. A Escola está similarmente a ampliar o espectro disciplinar a novos domínios como o *Design* e as Artes, tendo encontrado receptividade a esses projetos. Disso é exemplo o curso de Design de Produto, que constitui uma parceria entre a Escola de Arquitetura e a de Engenharia, plenamente inserido na primeira. A EA desenvolve parcerias com outras Escolas, no âmbito da lecionação de diversas unidades curriculares.

A prestação de serviços à comunidade é feita por via do Centro de Estudos em Arquitetura, que enquadra estas atividades. Na opinião da sua equipa diretiva, a Escola de Arquitetura marcou a cidade de Guimarães pela sua participação na vida da *polis*.¹⁴ Exemplo paradigmático dessa envolvimento é o projeto de requalificação urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António. A criatividade tem de estar, nas palavras do seu presidente, “*no ADN desta Escola*”, sendo a ligação entre a investigação e a extensão à comunidade fulcral para a Arquitetura e, em consequência, para esta Escola.¹⁵

A Escola de Arquitetura tem a sua sede no campus de Azurém, em Guimarães, adotando a sigla EAUM. O branco é a sua cor e o dia da Escola celebra-se a 31 de outubro.

2.2

Escola de Ciências

Entre as quatro áreas de saber instituídas nos tempos inaugurais da Universidade, registadas na primeira ata da CIUM, encontrava-se a de “*Ciências Exactas e Tecnologia*”, coordenada por Barbosa Romero.¹⁶ Em novembro de 1974 era publicada a programação dos cursos e departamentos nos domínios das Ciências Exatas e Tecnologias.¹⁷ O documento preconizava que, em face da necessidade de consignar aos bacharelatos e licenciaturas no domínio das tecnologias uma formação disciplinar sólida no campo da Física, Matemática, Química, Biologia e Geologia, a Universidade ficava em condições de oferecer bacharelatos e, eventualmente, licenciaturas em Ciências Naturais. Paralelamente, tendo em conta o carácter prioritário da Formação de Professores e a previsão da existência de um departamento de Educação na Universidade, defendia-se a criação de cursos desses perfil formativo nos domínios da Física e Química e possivelmente de Matemática.¹⁸ No mesmo documento, observava-se que não era prematuro apontar, de imediato, os “*campos preferenciais de estudo e definir os*

Departamentos que constituirão os centros de pesquisa”. Por razões de ordem funcional e logística, foi determinado o arranque exclusivo de dois departamentos: Ciências Exatas e Tecnologia, deixando em aberto a hipótese de novos departamentos, de acordo com o crescimento do número de docentes e técnicos qualificados. Já então eram apontados como domínios de eleição as Ciências e Tecnologias do Ambiente; as Ciências e Tecnologia dos Materiais; a Engenharia de Sistemas; as Ciências de Engenharia; a Química Pura e Aplicada, a Física e a Matemática.¹⁹

No arranque dos primeiros cursos da Universidade do Minho, no ano letivo de 1975-1976, encontram-se os Cursos de Formação de Professores em Ciências Naturais e em Matemática, que funcionavam a nível de bacharelato, algo que vai de encontro ao que tinha sido defendido no documento suprarreferido. Dois anos mais tarde, em 1978-1979,²⁰ avançaram as licenciaturas em Ensino de Biologia e Geologia, Ensino de Física e Química e Ensino de Matemática e Desenho.²¹

A evolução da oferta formativa nesta área conheceu, ao longo do percurso da instituição, várias reformulações. Estas decorreram do processo de consolidação e expansão da unidade pedagógica em consonância com os sucessivos regulamentos que foram marcando a vida da Universidade. Assim, logo em 1976, no *Regulamento Interno Provisório* da Universidade, esta área disciplinar surge definida como Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Exatas e da Natureza.²² Essa designação mantém-se nos *Estatutos da Universidade do Minho de 1989*, que a consigna como Escola. A segunda alteração registada nesses Estatutos²³ consagra uma mudança na denominação da Escola, que passa a designar-se Escola de Ciências, situação que mantém até aos dias de hoje.²⁴

No preâmbulo dos seus Estatutos, a Escola assume, como missão:

“A geração, difusão e aplicação do conhecimento no âmbito das Ciências Exactas e da Natureza e domínios afins, valorizando a experiência e cultura construídas ao longo de trinta e cinco anos [...] é objetivo da Escola desenvolver programas e projectos de ensino e de investigação e de interação com a sociedade, aferindo a sua realização por exigentes padrões internacionais, aprofundando o conceito de escola centrada na investigação [...]”²⁵

Integra atualmente cinco departamentos, a saber: departamento de Biologia, departamento de Ciências da Terra, departamento de Física, departamento de Matemática e Aplicações, e departamento de Química.²⁶ Da oferta formativa fazem parte, ao nível de 1º Ciclo, 12 licenciaturas, organizadas de acordo com o processo de Bolonha, a saber: Biologia Aplicada, Bioquímica, Biologia-Geologia, Ciências do Ambiente, Estatística Aplicada, Física, Física e Química²⁷, Geologia, Matemática, Ciências da Computação, Optometria e Ciências da Visão e Química. Integra analogamente um

mestrado integrado em Engenharia Física e 17 cursos de mestrado. No que respeita ao 3º Ciclo funcionam presentemente os seguintes programas doutorais: Biologia de Plantas; Biologia Molecular e Ambiental; Ciência, Tecnologia e Gestão do Mar; Física; Matemática e Aplicações; Optometria e Ciências da Visão; Química. Há ainda doutoramentos em Ciências, sem componente letiva, nas seguintes especialidades: Biologia, Geologia, Física, Matemática e Química. Da oferta formativa desta unidade fazem ainda parte os cursos de Formação Avançada de Curta Duração. Estes cursos, implementados a partir de outubro de 2005, têm por objetivo proporcionar a atualização ou aquisição de conhecimentos ao longo da vida. Pretendem estabelecer um “*novo elo de ligação entre a aprendizagem da Ciência e a sociedade*”. A oferta divide-se em dois grandes grupos: Formação Contínua de Professores²⁸ e Formação Especializada de Curta Duração, constituída por ações de formação em Ciência e Tecnologia.²⁹

As atividades de investigação desta Escola estão organizadas em oito Centros de Investigação: o Centro de Biologia Funcional de Plantas; o Centro de Biologia Molecular e Ambiental; o Centro de Física; o Centro de Matemática; o Centro de Química; o Centro de Ciências da Terra; o Centro de Investigação Geológica, Ordenamento e Valorização de Recursos e o Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas - polo Minho. Estas unidades integram todos os docentes e investigadores a desenvolver trabalho nos departamentos da Escola, além de investigadores convidados e alunos de doutoramento. A investigação envolve áreas diversificadas em colaboração com instituições e entidades nacionais e internacionais.³⁰

A interação com a sociedade e a promoção e projeção da Escola junto do tecido empresarial e escolar, assumidas como objetivos estratégicos da unidade orgânica, levou à constituição, em 2011, da Comissão de Interação com a Sociedade da Escola de Ciências. Esta é composta por representantes de vários departamentos, com a missão de reforçar e sistematizar as atividades de extensão da Escola, levando a cabo atividades de divulgação da ciência e interação com a indústria e serviços.³¹

No quadro de avaliação e responsabilização desta Escola é possível encontrar dados pormenorizados sobre os cinco objetivos estratégicos desta unidade, fixados em 2013. O primeiro é o de racionalizar, valorizar, expandir e internacionalizar a oferta formativa da Escola, quer ao nível da graduação, quer ao nível da pós-graduação, orientada para novos públicos e para a investigação. O segundo prende-se com a consolidação da Escola como centro de produção de saber e espaço de talento e criatividade, com reconhecimento e atratividade. O terceiro passa por reforçar a articulação entre os projetos de ensino, de investigação e da prestação de serviços, enquanto o quarto objetivo passa por fortalecer a interação com a sociedade em termos qualitativos e quantitativos. Finalmente, o quinto passa por intensificar a eficiência da gestão e serviços, adaptando-os às novas exigências da gestão universitária.³²

A Escola de Ciências tem sede no campus de Gualtar, em Braga, e desenvolve atividades nos polos de Braga e Guimarães, podendo “*vir a estender a sua atividade a futuros polos da Instituição*”. Adota a sigla ECUM e o azul claro como cor. O dia da Escola comemora-se a 21 de fevereiro.³³

2.3 Escola de Ciências da Saúde

O curso de Medicina encontra-se entre as áreas de saber projetadas pela CIUM, desde os tempos fundadores da Universidade. Trata-se, aliás, de uma ideia preconizada pelo ministro da Educação, Veiga Simão, no âmbito da reforma da educação, temática explanada no capítulo 1. Joaquim Germano Pinto Machado, professor de Medicina da Universidade do Porto e vogal da CIUM, assume a liderança desta área de saber.³⁴ Em novembro de 1974 é lançado um relatório com a programação dos cursos e departamentos de Medicina. Neste documento apresentam-se as razões justificativas da criação do curso de Medicina, ao mesmo tempo que se definem as bases estruturais em termos curriculares, pedagógicos e de número de alunos.³⁵ Dois anos mais tarde, em abril de 1976, é publicado novo documento em que se defende a validade e atualidade do estudo anterior e se continua a sustentar a instituição de um curso de Medicina na Universidade do Minho.³⁶

O projeto de Medicina era considerado de grande interesse, tanto para a Universidade como para o país e a região. Foi concebido como um projeto inovador de acordo com as recomendações de organismos internacionais do setor, nomeadamente a Organização Mundial de Saúde. A proposta apresentada ao Ministério da Educação acabou por ser rejeitada, apesar dos esforços desenvolvidos ao longo de 1975. A criação do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, no Porto, acabou por afastar o projeto a médio prazo.³⁷

O projeto é relançado em 1990, de acordo com a proposta aprovada pelo Senado da Universidade do Minho, em 29 de outubro desse ano. O estudo, de autoria do mentor da medicina na Universidade, Joaquim Germano Pinto Machado, procura fundamentar, de forma circunstanciada, a filosofia do projeto da Universidade do Minho, assente numa abordagem inovadora do curso de Medicina. Apesar de a proposta ter merecido a “*expressiva concordância*” do Prof. Henry Walton, Presidente da Federação Mundial de Educação Médica, o Governo continuou a não deliberar sobre o assunto. É só em 1998, na sequência das resoluções n.º 45/98 e n.º 140/98, que é dada autorização para que o curso de Medicina da Universidade do Minho avance.³⁸

Obtida a anuência ministerial, a instituição diligencia no sentido de responder às exigências colocadas. Assim, são criadas uma comissão promotora³⁹ e uma comissão científica.⁴⁰

Em 20 de setembro de 1999, por despacho assinado pelo ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, é concedida autorização para a criação da Escola de Ciências da

Saúde da Universidade do Minho. No mesmo documento, o Ministério da tutela compromete-se a “*apoiar o prosseguimento das ações necessárias à integral concretização do projeto de medicina proposto pela [...] universidade*”. Constitui-se então a Comissão Instaladora da Escola de Ciências da Saúde,⁴¹ composta pelos seguintes membros: Sérgio Machado dos Santos (Presidente); Joaquim Pinto Machado; Maria Cecília Leão; José Manuel Vieira, Carlos Alberto Valério (Diretor do Hospital de S. Marcos); Manuel Matos de Oliveira (coordenador da sub-região de Saúde de Braga). Em fevereiro de 2000 é assinado o contrato de desenvolvimento para a concretização do ensino de Ciências da Saúde na Universidade. A fase de instalação da Escola estendeu-se entre 2000-2007.

A Escola tem como paradigmas de desenvolvimento a multidisciplinaridade e a integração, assumindo, nos seus estatutos, a ausência da subdivisão em departamentos. Enquanto unidade orgânica, a Escola de Ciências da Saúde estrutura-se em subunidades correspondentes a células básicas da matriz científico-pedagógica da Escola. Assim, a Escola conta com cinco subunidades: quatro áreas científicas (Ciências Biomédicas, Patologia, Saúde Comunitária e Clínica) e o Centro de Investigação associado à Escola (Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde). As áreas científicas constituem a célula base de organização científica, pedagógica e de gestão de recursos humanos e materiais desta unidade orgânica. O Instituto de Investigação em Ciências da Vida (ICVS) constitui-se como um centro de investigação, de natureza interdisciplinar, que promove e apoia projetos com vista à produção e incremento de conhecimento científico, bem como outras iniciativas respeitantes à divulgação, atualização, aperfeiçoamento ou especialização de conhecimentos e sua aplicação. As atividades de investigação neste centro estão organizadas em 3 domínios: Microbiologia e Infecção, Ciências Cirúrgicas e Neurociências.⁴²

O curso de Medicina, lecionado em moldes inovadores, ocupa o lugar central na Escola. Em 8 de outubro de 2001 realizou-se a sessão solene de abertura, presidida pelo Reitor Licínio Chainho Pereira. A lição inaugural foi proferida pelo Professor Pinto Machado. A graduação dos primeiros alunos ocorreu em 2006/2007.

O curso foi estruturado em completa adequação com o processo de Bolonha, de acordo com o modelo de mestrado integrado em Medicina (1.º e 2.º ciclo). Os três primeiros anos conferem o grau de licenciatura em Ciências Básicas de Medicina e no final dos seis anos curriculares os alunos obtêm o grau de Mestre. A Escola criou ainda um plano de estudos do Curso de Medicina com mestrado integrado alternativo. Este plano é destinado aos estudantes que acedem ao curso através de concurso especial reservado a titulares do grau de licenciado. O percurso alternativo tem a duração de quatro anos.

A ECS oferece ainda programas formais de mestrado e doutoramento. Entre esses encontra-se o programa MD/PhD, que pretende ser uma via alternativa para os futuros médicos efetuarem investigação clínica. O objetivo deste projeto é estimular os

alunos a envolverem-se em atividades de investigação, ambicionando formar uma nova geração de médicos-cientistas. Para isso, a Escola estabeleceu protocolos de colaboração com duas prestigiadas universidades norte-americanas, onde existem programas idênticos e onde os primeiros alunos desenvolveram, ou estão a empreender os seus trabalhos de doutoramento. Além deste programa funcionam ainda o Mestrado em Ciências da Saúde, o Doutoramento em Medicina e o Doutoramento em Ciências da Saúde. Para lá desses programas formais, funcionam ainda *workshops* e cursos de formação avançada em Medicina, Ciências da Saúde e Educação Médica.⁴³

As iniciativas da Escola e do seu Centro de Investigação, visando a divulgação e interação com a sociedade, têm-se apoiado em diferentes vertentes. Há assim iniciativas que visam a disseminação da investigação científica para públicos especializados, mas também informar e cativar o público em geral. Saliente-se, a título ilustrativo, a organização de palestras e atividades experimentais dirigidas a diversos públicos, com ênfase na população escolar do ensino básico e secundário. Promovem-se igualmente cursos avançados em Ciências da Saúde e em Medicina, bem como contratos com a indústria, para prestação de serviços. Nestes participam investigadores doutorados e estudantes de pós-graduação, para além de técnicos de laboratório, envolvidos no lançamento de serviços de diagnóstico para o exterior.⁴⁴

Na próxima década a Escola pretende manter a qualidade e o crescimento sustentado da sua produtividade científica, procurando maximizar o seu impacto na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento e comercialização de métodos de diagnóstico e dispositivos médicos inovadores. Da resolução de alguns constrangimentos atuais, nomeadamente a construção da ala do Biotério, e da captação de recursos humanos especializados depende o cumprimento dos objetivos de prestação de serviço à indústria farmacêutica. Julgamos que o trecho que a seguir transcrevemos condensa, de forma significativa, o alcance dos vários objetivos a médio e longo prazo anunciados por esta Escola:

“em 2020 a ECS será uma UOEI na área da formação médica [...] sustentada no que de melhor se faz em universidades de referência a nível mundial, com espaço para o saber e o saber fazer, assumindo como desígnio a centralidade da investigação básica/fundamental de translação como suporte diferenciador do projeto educativo e como alavanca de investigação clínica[...].”⁴⁵

A Escola de Ciências da Saúde é reconhecida pela sigla ECS, conforme definido nos seus Estatutos. O dia da Escola celebra-se a 8 de outubro, sendo o amarelo a sua cor representativa.⁴⁶ (fig. 6)

2.4

Escola de Direito

A criação de oferta formativa na área do Direito fez parte do ideal fundador desta Universidade. Verifica-se, nas atas inaugurais da CIUM, que entre os grupos científicos criados para estudar o estabelecimento dos cursos da instituição, se encontra o de “Direito; Economia; Administração e Sociologia”, coordenado por Freitas do Amaral.⁴⁷

Ainda que o desenvolvimento desta ciência estivesse presente desde os primórdios da instituição, não surge imediatamente como área científico-pedagógica autónoma. As primeiras disciplinas jurídicas integraram os *currícula* de outros cursos, tais como as licenciaturas em Relações Internacionais, Gestão e Administração Pública, facto que possibilitou o desenvolvimento do Direito. Este processo decorreu no âmbito do departamento de Direito, que mais tarde se transformou em Departamento Autónomo de Direito, evolução fulcral de forma a permitir lançar o curso na Universidade.⁴⁸

Em fevereiro de 1993 o Senado Universitário aprova a criação da licenciatura em Direito. Contando com alguma oposição externa, a criação deste curso, a par do de Medicina, fez parte do ideal da *universidade completa*. O depoimento de um antigo vice-reitor, Vitor Aguiar e Silva ilustra-o exemplarmente:

“Tenho muito orgulho nisso, a criação na Universidade da Escola de Direito, dos Cursos de Direito, que tal como na Medicina, tinha a oposição de muita gente. Considero que uma universidade, sem um curso de Direito e sem um curso de Medicina, não é uma universidade completa. [...] não ter uma Escola de Medicina, não ter uma Escola de Direito[...] eu creio que é uma amputação gravíssima de uma universidade. Fica imperfeita no sentido latino da palavra, incompleta. No fundo, trata-se de desenvolver o Ensino e a Investigação em duas áreas fundamentais para o Homem, a saúde e a justiça. [...] num ponto de vista da arquitetura do saber e num ponto de vista da relação da universidade com o meio envolvente [...] a Medicina e o Direito realmente têm um papel particularmente relevante.”⁴⁹

A licenciatura em Direito inicia-se no ano letivo de 1993-1994. Cumpre salientar, a este propósito, que a Universidade do Minho é a terceira universidade pública, depois de Coimbra e Lisboa, a oferecer esta formação. Os primeiros alunos chegam a 19 de outubro 1993.⁵⁰ Em dezembro desse mesmo ano, no dia 16, realizou-se, no Salão Nobre da Universidade, a sessão solene de inauguração do curso.⁵¹

É em meados da primeira década deste milénio que a Escola de Direito assume autonomia plena, mais concretamente em 2005.⁵² Estatutariamente, esta unidade avoca “a missão de gerar, difundir e aplicar conhecimento no âmbito do Direito assente na



Fig. 7
Edifícios das Escolas de Psicologia, Educação, Ciências Sociais, Engenharia e Direito, Gualtar
Fonte: Pedro Lobo

Fig. 8
Edifícios das Escolas de Economia e Gestão, Gualtar
Fonte: Pedro Lobo

Fig. 9
Edifício da Escola de Engenharia II, Azurém
Fonte: Pedro Lobo

*liberdade de pensamento, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como factores de crescimento, de desenvolvimento sustentável, de solidariedade e de bem-estar.*⁵³

Atualmente conta com três departamentos: o departamento de Ciências Jurídicas Gerais, o departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas e o departamento de Ciências Jurídicas Públicas. Ao nível do 1º Ciclo oferece a licenciatura em Direito, tendo sido a primeira escola de Direito pública a iniciar, no ano letivo de 2006/2007, um plano de estudos adequado a Bolonha, o qual tem a duração de quatro anos (oito semestres). A licenciatura funciona também em regime pós-laboral. No que concerne à oferta de 2º Ciclo, funcionam os mestrados em: Direitos Humanos; Direito das Autarquias Locais; Direito Judiciário; Direito dos Contratos e da Empresa; Direito da União Europeia; Direito Tributário e Fiscal; Direito Administrativo; Direito e Informática; Direito dos Negócios Europeu e Transnacional; Direito das Crianças, Família e Sucessões. A Escola de Direito oferece também um doutoramento em Ciências Jurídicas. O curso está dividido em três grandes áreas de especialidade: Ciências Jurídico-Privatísticas, Ciências Jurídicas Públicas e Ciências Jurídicas Gerais, não possuindo componente curricular. No seu âmbito são organizados simpósios doutorais “*que contam com a presença dos doutorandos, respetivos orientadores e outros convidados onde são discutidos assuntos relacionados com os projetos de investigação dos doutorandos*”.⁵⁴

Esta unidade orgânica tem atualmente três centros de investigação: o Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL), Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII) e o Centro de Estudos em Direito da União Europeia.

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR), com sede na Escola de Direito da Universidade do Minho, é uma pessoa coletiva de utilidade pública. É um projeto potenciador do *interface* com a sociedade. Tem como associados a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. Assenta no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo a edição de publicações e a organização de seminários. Sob a sua alçada encontra-se a publicação regular de três revistas: *Cadernos de Justiça Administrativa* – publicados bimestralmente, desde 1997; *Cadernos de Direito Privado* – publicados trimestralmente, desde 2003 e *Cadernos de Justiça Tributária*, publicação trimestral. São ainda publicadas na “*Colecção de Estudos CEJUR*”, em parceria com a Coimbra Editora, monografias na área das Ciências Jurídicas. Entre as publicações com o contributo desta unidade orgânica, encontra-se ainda a revista *Scientialvridica*, publicada pela Universidade do Minho, através da Escola de Direito, em parceria com a Associação Jurídica de Braga. A revista foi criada em 1951, pelo Juiz Conselheiro José Veloza que, em 1990, a doou à Universidade do Minho.⁵⁵

A Escola de Direito tem a sede no campus de Gualtar da Universidade do Minho. Nos seus Estatutos define-se que o Dia da Escola de Direito é celebrado a 16 de dezembro. É representada pela cor rubi, sendo reconhecida pela sigla ED, adotando similarmente a emblemática definida pela norma gráfica da Universidade do Minho.⁵⁶ (fig. 7)

2.5 Escola de Economia e Gestão

Entre as áreas que mereceram a atenção da Comissão Instaladora logo na ata inaugural, encontra-se a de “*Direito, Economia, Administração e Sociologia*”. Como se sabe, foram criados quatro grupos de trabalho para organizar os cursos da Universidade, constatando-se que a coordenação do grupo com responsabilidades de preparar os estudos nesta área foi entregue a Freitas do Amaral.⁵⁷ Este domínio do saber, a par de outros, fazia assim parte do ideal de uma universidade moderna, completa e inovadora, que sempre acompanhou a gesta fundacional desta instituição.

Num documento da Reitoria, do início da década de 80, no qual se procurava justificar a necessidade das licenciaturas nos domínios de Gestão de Empresas e Administração Pública, Regional e Local, defende-se que a industrialização tardia no nosso país não permitira definir uma política sobre a formação em gestão de empresas, o que resultava numa lacuna em gestores devidamente qualificados, à qual as universidades deveriam responder. Tendo em conta a inserção da Universidade “*numa região que se encontrava implantada no coração de um dos maiores e mais dinâmicos polos urbano-industriais do país*”, considerava-se que a licenciatura em Gestão de Empresas estava “*naturalmente destinada a ter grande êxito na Universidade do Minho*”. Analogamente defendia-se que na instituição estava a surgir um grupo de docentes especializados nas disciplinas de Gestão, os quais davam apoio às licenciaturas de Engenharia de Produção e Relações Internacionais, entendendo-se por isso que era “*extremamente oportuno aproveitar este potencial humano*” para arrancar com a licenciatura neste domínio científico. Esse mesmo potencial e sinergias em termos de recursos seriam otimizados com a criação de um curso em Administração Pública. Isto contribuiria para “*ajudar a resolver um dos problemas mais urgentes da nossa vida pública. A evidente utilidade da criação deste curso de Administração Pública Regional e Local [...] torna-se ainda mais premente depois do 25 de Abril atendendo [...] às medidas de descentralização [...]*”.⁵⁸

O curso de licenciatura em Gestão de Empresas arrancou no ano letivo de 1980-1981, tendo o de Administração Pública Regional e Local avançado em 1982-1983. Nesse intervalo, a 10 de março de 1982 é criada a Escola de Economia e Gestão, com a missão de promover o ensino e a investigação ao mais alto nível no domínio das ciências económicas, empresariais e políticas.

No preâmbulo dos seus atuais estatutos defende-se:

“A Escola de Economia e Gestão deverá ser capaz de se afirmar nas comunidades nacional e internacional como uma Escola Erudita, Cosmopolita e Pró-Ativa. Erudita no sentido em que promove a produção e divulgação de conhecimento; Cosmopolita pela diversidade e riqueza das suas áreas de conhecimento que se projetam para o exterior da Escola, promovendo a sua afirmação nacional e internacional; Pró-Ativa na prossecução dos seus objetivos e realização das suas ambições, num processo que se pretende dinâmico e evolutivo [...]”⁵⁹

A Escola de Economia e Gestão conta atualmente com três departamentos: o departamento de Economia, o departamento de Gestão e o departamento de Relações Internacionais e Administração Pública. Apostando numa política de internacionalização, visível, por exemplo, na formação do seu corpo docente em universidades europeias e norte-americanas, oferece oito cursos de licenciatura, a saber: Administração Pública, Ciência Política, Contabilidade, Economia, Gestão, Marketing, Negócios Internacionais e Relações Internacionais. No que concerne aos mestrados, funcionam 15 cursos, entre os quais Administração Pública; Ciência Política; Contabilidade; Economia; Economia Industrial e da Empresa; Economia Monetária, Bancária e Financeira; Economia Social; Estudos de Gestão; Finanças; Gestão e Recursos Humanos; Gestão de Unidades de Saúde; Marketing e Estratégia; Negócios Internacionais; Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial; Relações Internacionais. Há ainda seis programas de doutoramento em Ciências da Administração, Ciências Empresariais, Ciência Política e Relações Internacionais, Contabilidade, Economia, Marketing e Estratégia. Em três dos doutoramentos esta unidade orgânica colabora com outras universidades portuguesas. Assim, o doutoramento em Economia resulta de uma parceria com a Universidade de Coimbra; o doutoramento em Contabilidade com a Universidade de Aveiro e o doutoramento em Marketing e Estratégia com as Universidades de Aveiro e Beira Interior.⁶⁰ Para além dos mestrados e doutoramentos, a Escola oferece analogamente cursos para Dirigentes na Administração Pública (CADAP) e Cursos de Formação Especializada.

De acordo com dados disponibilizados pela Escola, 20% dos seus alunos de licenciatura participam em programas de mobilidade internacional, existindo 70 alunos estrangeiros e 30 unidades curriculares lecionadas em língua inglesa.⁶¹

A produção de investigação científica tem vindo a crescer de “*forma acentuada [fruto] do esforço e investimento feitos no sentido de promover a qualidade, a quantidade e a internacionalização da investigação*”, de acordo com os seus responsáveis. Existem cinco unidades de investigação: o IMARKE – Investigação em Marketing e Estratégia; o NEAPP -Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas; o NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais; o NIMA – Núcleo de Investigação em Microeconomia aplicada e o NIPE- Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. A Escola procura fomentar a convergência entre áreas do

saber e a concretização de equipas multidisciplinares, apostando analogamente na internacionalização e incentivando a ligação dos seus investigadores a redes internacionais.⁶²

O Gabinete de Prestação de Serviços (GPS) é uma estrutura autónoma, que articula a política de realização de projetos de prestação de serviços à comunidade, empreendedorismo e internacionalização da unidade orgânica.⁶³ Procurando promover a inserção no mercado de trabalho dos seus diplomados, a Escola criou ainda o Gabinete de Apoio aos Projetos de Ensino e de Saídas Profissionais, que enquadra o programa de desenvolvimento de competências transversais - o *EESGenerating Skills*.⁶⁴

Apostando na qualidade e no empreendedorismo, consciente das responsabilidades sociais perante o meio em que se insere, a Escola procura concretizar a sua missão num quadro de referência internacional. Persegue, entre outros objetivos, o de “*ampliar e aprofundar o reconhecimento e notoriedade internacional do ensino e da investigação produzido em Portugal, contribuindo para o prestígio do país e da Universidade*”.⁶⁵

Tendo adotado nos seus estatutos a sigla EEG, a Escola de Economia e Gestão celebra o seu dia a 10 de março, sendo o vermelho e o branco as suas cores distintivas.⁶⁶

2.6

Escola de Engenharia

As origens desta Escola remontam aos primórdios da Universidade e ao período do seu criador: o ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, como traçado no capítulo 1. *As Ciências Exactas e Tecnologia* fazem parte das 4 áreas científicas inaugurais e encontram em Barbosa Romero, o professor coordenador.⁶⁷ Logo em 1974 é publicada a programação dos cursos e departamentos nesta área, bem como de alguns domínios da Engenharia.⁶⁸ A Engenharia Têxtil e a Engenharia Metalomecânica estão entre os primeiros sete cursos oferecidos pela Universidade, os quais funcionaram ao nível de bacharelato, no ano letivo de 1975-1976. Cumpre salientar que a aposta em domínios da Engenharia se enquadrava numa política que procurava afirmar áreas novas e oferecer cursos orientados para as necessidades da região. Isso mesmo é corroborado, em entrevista, por um antigo Reitor da instituição, Sérgio Machado dos Santos, que sublinha:

“A Universidade do Minho pretendia apostar na Engenharia de Sistemas Informáticos e em áreas realmente emblemáticas no domínio das Engenharias, das Relações Internacionais e dos cursos de Formação de Professores e a Medicina.”⁶⁹

O planeamento, programação e definição dos cursos a funcionar nesta área conheceram aqui, como noutras Escolas, várias reconfigurações. Contudo, é um domínio científico que se encontra em desenvolvimento desde as origens da Universidade,

constatando-se que os seus cursos figuram entre os primeiros de bacharelato e licenciatura oferecidos. No Regulamento Interno Provisório da Universidade, publicado em 1976, a Engenharia surge como uma das cinco unidades pedagógicas da instituição. Nos Estatutos de 1989 surge já identificada como Escola, situação que se conserva até aos dias de hoje.⁷⁰

A Escola definiu a sua missão enquanto responsável pela geração, difusão e aplicação de conhecimento. Assume, entre outros, o objetivo de realizar investigação e promover desenvolvimento tecnológico orientado para as necessidades da sociedade. Definindo-se como uma unidade centrada na investigação, oferece formação que “*contempla as dimensões científica, tecnológica e criativa, potenciando o desenvolvimento de capacidades de aplicação do conhecimento na criação de bens e serviços*”, numa lógica de prestação de serviços à comunidade, de base recíproca.⁷¹

Esta unidade orgânica inclui hoje nove departamentos, a saber: Engenharia Biológica, Engenharia Civil, Eletrónica Industrial, Engenharia Mecânica, Engenharia de Polímeros, Engenharia Têxtil, Informática, Produção e Sistemas, Sistemas de Informação. Cada um oferece formações diferenciadas, organizadas de acordo como o modelo de Bolonha. Assim, incorpora, ao nível do 1º ciclo, duas licenciaturas: Design e Marketing de Moda e Engenharia Informática. No que concerne ao ciclo de estudos integrados são oferecidos os seguintes: Engenharia Biológica, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Comunicações, Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores, Engenharia Física, Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação, Engenharia e Gestão Industrial, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Polímeros e Engenharia Têxtil, num total de 12. Funcionam ainda 25 cursos de mestrado ao nível do 2º ciclo, 20 cursos/programas doutorais no 3º ciclo e ainda cursos de formação contínua. Estes últimos englobam cursos de formação especializada, isto é, formação de 2º ciclo cujo objetivo é o aprofundamento de saberes em domínios profissionalmente relevantes. Similarmente funcionam os cursos de estudos avançados, que se constituem como formação vocacionada para a aquisição de competências de nível elevado em áreas específicas do saber e para a capacitação de realização de investigação autónoma.⁷² Cumpre relevar que a atual divisão em nove departamentos é também resultado da própria evolução da oferta formativa da Escola, bem como do crescimento de algumas áreas, o que acabou por proporcionar autonomização de alguns desses departamentos.⁷³

No atinente à investigação e desenvolvimento tecnológico, assumidos estatutariamente como objetivos centrais da Escola, existem na atualidade 11 Centros de Investigação. Entre esses contam-se: o Centro Algorítmico (CALg); o Centro de Ciências e Tecnologias de Computação (CCTC); o Centro de Ciências e Tecnologia Têxtil (2C2T); o Centro de Engenharia Biológica (CEB); o Centro de Gestão Industrial e da Tecnologia (CGIT); o Centro de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos

(3 B's); o Centro de Investigação em Software Confiável (HASLab); o Centro do Território, Ambiente e Construção (C-TAC); o Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M); o Instituto de Polímeros e Compósitos (IPC) e o Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia (ISISE). A investigação é organizada de modo a garantir a integração de todos os docentes e investigadores em Centros de Investigação da própria Universidade.⁷⁴ No Relatório de Atividades da Escola, de 2012, defende-se que nesta unidade “a atividade científica dos centros tem continuado a afirmar-se quer quanto ao número de projetos de investigação e respetivo financiamento, quer quanto à produção de publicações em revistas internacionais e aprovação de patentes”.⁷⁵

A interação com a sociedade e a lógica de prestação de serviços são assumidos como centrais no desenvolvimento da unidade. De acordo com o relatório supracitado, naquele ano “a Escola continuou a afirmar-se como um importante parceiro do tecido produtivo nacional, desenvolvendo com sucesso diversos projetos de grande impacto nacional”. Esta parceria manifestou-se através de protocolos e acordos com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, da criação e apoio à criação de *spin-offs* associadas à Escola, do envolvimento em projetos de interface, bem como de colaboração com entidades públicas e privadas, que assumiu diferentes formas.⁷⁶

No discurso de tomada de posse do seu presidente, em 2013, são delineados, em termos gerais, quer o ponto de situação, quer as estratégias a seguir para superar constrangimentos identificados. Entre esses destacamos, pela forma como resume as aspirações estratégicas desta unidade orgânica, o objetivo enunciado de:

“[...] sermos nacionalmente reconhecidos como uma Escola que forma “(d)os melhores engenheiros portugueses”... Queremos que esse reconhecimento se alargue internacionalmente... Queremos ser vistos como uma Escola de Investigação em Engenharia de valor, internacionalmente reconhecida”.⁷⁷

A Escola de Engenharia, internamente reconhecida pela sigla EEUM,⁷⁸ tem sede na cidade de Guimarães, Campus de Azurém. As suas atividades podem, contudo, de acordo com os estatutos, ser conduzidas em qualquer dos polos da Universidade, bem como noutros locais que se entenda serem apropriados à concretização da sua missão. O vermelho tijolo é a cor da escola. O Dia da Escola não tem sido comemorado em dias fixos, sendo celebrado em datas distintas.

2.7 Escola de Psicologia

Enquanto unidade orgânica de ensino e investigação autónoma, a Escola de Psicologia da Universidade do Minho é muito recente, sendo os Estatutos aprovados em 2009. A sua história remonta contudo a períodos mais recuados, surgindo,

em 1985, como “*Grupo disciplinar de Psicologia da Educação*” na unidade de Ciências de Educação. Assume assim, na sua génese, alguma diversidade em relação a outras escolas desta área do saber no país, uma vez que nestas a Psicologia precedeu as Ciências da Educação.⁷⁹ Em 1992, no então Instituto de Educação, é criado o departamento de Psicologia.

De acordo com a entrevista concedida pela direção da Escola, o processo que conduziu à diferenciação e autonomização da Escola de Psicologia ocorreu quando o próprio Instituto do qual fazia parte se encontrava em reorganização interna. Sendo fruto de um processo muito discutido internamente, foi amadurecendo gradualmente, de forma não conflitual, tendo resultado num modelo colaborativo que conduziu ao crescimento da Escola, o qual contou com grande apoio.

Nos Estatutos da Universidade do Minho em 2008, a Escola de Psicologia surge como unidade orgânica, sendo a sua regulamentação feita nos Estatutos da própria Escola datados de 2009. De acordo com o definido nesse documento regimentar, a Escola de Psicologia tem como missão:

“ [...] contribuir para o progresso científico da Psicologia, concebida como ciência que estuda o comportamento humano nas suas múltiplas formas e contextos [...] transmitir conhecimento científico sobre a Psicologia, contribuindo assim para formar cientistas e profissionais que possam expandir a base de conhecimentos da Psicologia e aplicar os seus princípios com rigor científico e sentido ético, em benefício da sociedade.”⁸⁰

Os seus projetos assentam numa “*visão da Psicologia como uma ciência básica de forte relevância social, a par de uma prática profissional de base científica*”, o que tem implicações na forma como são estrategicamente enquadrados.⁸¹ Conta atualmente com dois departamentos, o departamento de Psicologia Básica e o departamento de Psicologia Aplicada.

No que respeita a projetos de Ensino, a unidade oferece o mestrado integrado em Psicologia, que visa a aquisição de conhecimentos científicos nas áreas básicas da disciplina, bem como o desenvolvimento de conhecimentos aprofundados nas áreas aplicadas. Os três primeiros anos, designados de ciclo básico, conferem o grau de licenciado em Ciência Psicológica, e centram-se no estudo dos processos psicológicos básicos. O ciclo aplicado corresponde aos dois últimos anos, outorgando o grau de mestre em Psicologia e assumindo uma lógica de natureza profissionalizante. Para além deste, funciona ainda o mestrado em Psicologia Aplicada cujo currículo está organizado em dois níveis. O primeiro nível (1º ano) caracteriza-se por uma formação transversal e abrangente focada em problemas e questões em vários domínios da Psicologia Aplicada. O objetivo central desta formação é a consolidação do

conhecimento científico permitindo uma prática psicológica cientificamente sustentada. O segundo nível (2.º ano) visa uma formação mais diferenciada, centrada numa área específica do exercício profissional da Psicologia.⁸² Saliente-se, a este respeito, que a opção por um modelo de mestrado integrado resulta da reconfiguração da oferta formativa decorrente do processo de Bolonha, no âmbito de uma discussão feita a nível nacional e de um debate interno muito forte. A Escola oferece ainda o doutoramento em Psicologia Básica e o doutoramento em Psicologia Aplicada.⁸³

No atinente a projetos de investigação, esta unidade orgânica integra o Centro de Investigação em Psicologia – CIPsi, o qual tem como missão central a promoção da investigação básica e experimental em Psicologia, bem como contribuir para a fundamentação científica da Psicologia Aplicada. Está organizado em dois níveis fundamentais, a Investigação Básica e a Investigação Aplicada. No que concerne ao primeiro nível, existem três laboratórios – Laboratório de Aprendizagem e Comportamento Animal; Laboratório de Cognição Humana e Laboratório de Neuropsicofisiologia. No segundo, há três unidades de investigação – Aprendizagem e Realização; Justiça e Violência; Psicoterapia e Psicopatologia. A investigação conduzida na Escola de Psicologia é nacional e internacionalmente reconhecida, estando a Escola em 21º lugar no *Ranking* Ibero-americano de Psicologia (SIR 2011). Este mede o impacto e a produção científica publicada de 902 instituições de investigação em Psicologia, em 30 países ibero-americanos, a Escola posiciona-se como a primeira instituição portuguesa em todos os indicadores de impacto e produtividade científica no domínio da Psicologia.

O Serviço de Psicologia-ServPsi, constitui-se como uma plataforma de *interface* entre a Escola e a comunidade, através do qual se procura a disseminação de serviços de excelência, bem como a validação de práticas pedagógicas. É uma estrutura de carácter permanente da Escola de Psicologia, organizada em diferentes unidades, de acordo com as principais áreas de intervenção aplicada representadas. Pretende constituir-se como um polo de prestação de serviços junto da comunidade local e académica, bem como uma plataforma essencial de apoio aos projetos de ensino e de investigação aplicada da Escola.⁸⁴

A unidade conta, atualmente, com meia centena de membros – 29 docentes e 21 investigadores, tendo colaborações com outras Escolas da instituição. Não há dados inequívocos sobre a inserção profissional dos seus diplomados, mas os números conhecidos sugerem que a marca “*Psicologia UMinho*” é muito bem-sucedida no mercado de trabalho.

Como estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo encontra-se o esforço para aumentar o número de alunos, bem como a reprodução do modelo de dupla titulação, que já se encontra em funcionamento com a *Université Lille 3 – Sciences Humaines et Sociales*, noutras formações oferecidas por esta unidade. Paralelamente,



Fig. 10
Edifício da Escola de Psicologia, Gualtar
Fonte: GCI, Coleção de fotografias



Fig. 11
Edifício da Escola Superior de Enfermagem, Braga
Fonte: GCI, Coleção de fotografias

desenvolvem-se esforços no sentido de uma maior internacionalização da investigação. Há analogamente um investimento no sentido de conseguir que o Serviço de Psicologia, com fortes ligações à comunidade, se possa autonomizar juridicamente.

A Escola tem sede no campus de Gualtar, tendo adotado, nos seus Estatutos, a sigla EPSi e o laranja como cor representativa. O dia da Escola é celebrado a 9 de abril.

2.8

Escola Superior de Enfermagem

A Escola Superior de Enfermagem é uma das mais recentes da Universidade do Minho; tem contudo uma história centenária, que começa muito antes da sua integração nesta academia.

A sua criação remonta a 1911, quando, na dependência da Santa Casa da Misericórdia de Braga, foi instituída a Escola de Enfermagem do Hospital de S. Marcos. Em 16 de novembro de 1977 a instituição, entretanto designada por Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, foi dotada de autonomia técnica e administrativa.⁸⁵ Através da Portaria n.º 821/89, de 15 de setembro, a Escola assume o estatuto de Escola Superior de Enfermagem, iniciando, em 1990, a formação de nível superior conferente do grau de bacharel. Em 1999 inicia a formação ao nível da licenciatura e pós-graduação de Enfermagem.⁸⁶

Importa salientar que, logo em 1998, pela resolução de Conselho de Ministros n.º 140, se prevê a transição das Escolas Superiores de Enfermagem para a tutela do Ministério da Educação e a sua integração em institutos politécnicos da área geográfica em que as mesmas se situavam. O processo de integração destas escolas conheceu percursos distintos consoante a região onde se situavam. No caso de Braga, e em face da inexistência de um instituto politécnico na cidade, “o interesse da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian foi o da sua integração na Universidade do Minho”. Iniciou-se então um conjunto de iniciativas conducentes à concretização deste projeto.⁸⁷ Em 29 de dezembro de 1998 realiza-se uma primeira reunião informal, entre o, à época, Reitor Licínio Chainho Pereira e os representantes da Escola de Enfermagem, para avaliar a viabilidade desta proposta.

Na sequência desse encontro é composto um grupo de trabalho interinstitucional que integrava Sérgio Machado dos Santos, em representação da Escola de Ciências da Saúde,⁸⁸ José Vieira, vice-reitor da Universidade, e as professoras da Escola de Enfermagem Alda Murta, Ana Maria Pacheco e Teresa Lima. Entre os objetivos desta equipa encontravam-se o delinear do projeto de construção da nova Escola, a definição do projeto educativo, no qual se incluíam os planos de estudo dos cursos a lecionar e número de alunos a admitir. Analogamente competia a este grupo traçar o plano de investimento e fazer a identificação das principais dificuldades, apresentando propostas de solução. Em 1999, a 19 de fevereiro, através do Ofício RT -396/99, dirigido ao secretário de Estado do Ensino Superior, o Reitor da Universidade do Minho manifesta a disponibilidade desta Instituição para integrar a Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian; contudo, em virtude da Lei n.º 26/2000, que aprova a organização do ensino superior, este processo é suspenso.⁸⁹

Só em 2003, com revogação da anterior legislação, é reaberto o processo de integração desta Escola na Universidade.⁹⁰ A Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian é formalmente integrada na Universidade do Minho pelo Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de julho, tendo a Universidade do Minho procedido à alteração dos seus Estatutos para enquadrar esta Escola como mais uma unidade orgânica.⁹¹

O processo de integração, decorreu com normalidade, no quadro da necessidade de integração da Escola numa instituição de Ensino Superior Público e da opção, consciente e por mútuo acordo, pela integração na Universidade do Minho.⁹²

No que respeita à missão desta unidade de ensino e investigação, é definida pelos seus Estatutos nos seguintes termos:

“ [...] gerar, difundir e aplicar conhecimento no âmbito da Enfermagem e domínios afins, assentes na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como factores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade”.⁹³

A Escola Superior de Enfermagem oferece atualmente, no 1.º Ciclo, a licenciatura em Enfermagem, que se organiza em quatro anos/oito semestres, com um total de 240 créditos ECTS. Para além do ensino graduado oferece ainda diversos cursos de pós-graduação: mestrados e cursos de pós-licenciatura. São oferecidos dois mestrados, o mestrado em Enfermagem e o mestrado em Enfermagem da Pessoa em Situação Crítica, em consórcio com a Escola Superior de Enfermagem de Vila Real, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.⁹⁴

No que respeita à investigação, a Escola dispõe de um Núcleo de Investigação em Enfermagem, com três linhas principais: cuidar em enfermagem ao longo da vida; desenvolvimento humano, saúde e contextos sociais; organizações, educação e formação em enfermagem. No contexto da investigação e da interação com a comunidade, desenvolve protocolos com diversas entidades nacionais e internacionais.⁹⁵ Está em discussão na unidade a integração num centro nacional e numa rede europeia de infraestruturas em enfermagem.

Sendo esta uma unidade integrada na Universidade do Minho recentemente, mas com uma existência secular, o seu funcionamento e organização foi necessariamente diferente, por comparação com outras unidades similares. Ainda assim, foi possível criar projetos de cooperação com outras Escolas, quer através da lecionação noutros cursos, quer em projetos que visam a interação com a sociedade, envolvendo a participação de outras Unidades Orgânicas.

A Escola está assim, à procura de cimentar o seu reconhecimento na Universidade, apresentando como grandes projetos para o futuro a criação da Escola de Enfermagem e Tecnologias da Saúde e o lançamento do doutoramento em Enfermagem, projetado para 2017-2018.

Esta unidade adotou a sigla ESE e o branco e amarelo como cor representativa. O dia da Escola celebra-se a 29 de outubro.

2.9**Instituto de Ciências Sociais**

A área das Ciências Sociais encontra-se entre as que se pretenderam desenvolver na Universidade do Minho desde os primórdios da Instituição. Com efeito, ainda que não apareça assim designada, encontra-se entre os saberes definidos logo na ata inaugural da CIUM. Nesse documento fica registada, como se sabe, a criação, em 1974, do grupo de trabalho de “*Direito, Economia, Administração e Sociologia*”, coordenado por Freitas do Amaral.⁹⁶ Em junho de 1974, é enviado ao Ministério da Educação e Cultura um relatório de planeamento dos cursos no qual se inclui o de História,⁹⁷ curso que mais tarde integrará esta unidade. Analogamente, em setembro do mesmo ano, publica-se a programação dos cursos e departamentos no domínio da História.⁹⁸

O Regulamento Interno Provisório da Universidade do Minho, de 1976, estabelece a existência de cinco áreas pedagógicas. Entre estas inclui-se a de Ciências Sociais, a qual aparece mais tarde, nos Estatutos de 1989, definida como uma das Escolas da Instituição.⁹⁹ Logo em outubro de 1976 arrancaram os cursos de formação de professores em Ciências Sociais, em regime de bacharelato, verificando-se que antes do final dessa década a Universidade oferecia já a licenciatura em Ensino de História e Ciências Sociais.¹⁰⁰ Consta-se assim que, ainda que nalguns casos o processo de criação de cursos se tenha prolongado ao longo de vários anos, especialidades como a Sociologia ou a História fizeram parte do ideal fundador de uma universidade completa, que se foi materializando durante estas quatro décadas.

Tal como outras na Universidade do Minho, esta área do saber conheceu, ao longo do tempo, algumas reconfigurações no que concerne à oferta formativa que disponibilizou e desenvolveu. Atualmente a sua missão está definida estatutariamente nos seguintes termos:

“O Instituto tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento no âmbito das Ciências Sociais e domínios afins, assente na liberdade de pensamento, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em factores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade [...] o cumprimento da missão [...] é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino [...]”.¹⁰¹

Para o cumprimento da sua missão oferece licenciaturas, mestrados e doutoramentos, os quais se encontram repartidos por quatro departamentos: Ciências da Comunicação, Geografia, História e Sociologia. Funcionam presentemente cinco licenciaturas – Arqueologia, Ciências da Comunicação, Geografia e Planeamento, História e Sociologia. Esta formação de 1º Ciclo foi estruturada de acordo com o

modelo de Bolonha. No que concerne ao Ensino de 2º Ciclo funcionam 11 mestrados, a saber, mestrado em Arqueologia; mestrado em Ciências da Comunicação; mestrado em Comunicação, Arte e Cultura; mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade; mestrado em Geografia; mestrado em História; mestrado em Comunicação, Cidadania e Educação; mestrado em Património e Turismo Cultural; mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial (em parceria com a Escola de Economia e Gestão); mestrado em Sociologia e mestrado em Media e Interativos. Há ainda seis ciclos de estudos conducentes à atribuição do grau de Doutor, a saber: Arqueologia, Ciências da Comunicação, Estudos Culturais (em parceria com a Universidade de Aveiro), Geografia, História e Sociologia. Refira-se por último o programa doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, em consórcio com seis unidades de investigação nacionais.¹⁰²

A investigação, bem como outros serviços especializados no campo de ação das Ciências Sociais, são desenvolvidos no âmbito de centros e núcleos de investigação que compõem o Instituto. Existem, na atualidade, três centros de investigação: o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), o Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Estas unidades estão organizadas segundo linhas de investigação e reúnem os projetos de investigadores do Instituto, mas também do exterior, num esforço coordenado de produção científica. A ligação ao meio envolvente constitui uma das apostas, a qual tem resultado em inúmeras parcerias e colaborações com organizações nacionais e estrangeiras, as quais se traduzem em inúmeros projetos de investigação e desenvolvimento.¹⁰³

A sede localiza-se no campus de Gualtar, onde se situa a presidência, bem como os Departamentos de Ciências da Comunicação, História e Sociologia, com os respetivos projetos de Ensino e unidades de investigação. Contudo, está também presente no campus de Azurém - Guimarães, onde funciona o departamento de Geografia.¹⁰⁴ A inserção da área da Geografia no campus de Azurém surge no seguimento de uma vontade da universidade em valorizar o polo de Guimarães com mais áreas científicas que não as estritamente tecnológicas, mas que estivessem em estreito diálogo com estas. Daqui resulta o cruzamento da Geografia e Planeamento, com a Arquitetura e a Engenharia Civil.¹⁰⁵ O dia do Instituto comemora-se a 8 de novembro, tendo esta unidade adotado a sigla ICS e o vermelho rubi como cor representativa, conforme o que se encontra definido nos seus Estatutos.¹⁰⁶

2.10**Instituto de Educação**

O atual Instituto de Educação é, de acordo com o definido nos seus Estatutos, herdeiro da

“importante tradição científica das diversas unidades orgânicas que, ao longo de décadas e desde a fundação da Universidade do Minho, se constituíram como estruturas inovadoras e de referência no campo da educação. De início organizadas na Unidade Científico-Pedagógica de Ciências da Educação, as valências académicas contidas no projecto pioneiro da Universidade do Minho, centradas na formação integrada de professores e no desenvolvimento de investigação de excelência em Ciências da Educação, desenvolveram-se em projectos de formação e de investigação, sediados no Instituto de Educação e Psicologia e no Instituto de Estudos da Criança [...] O Instituto de Educação, regido pelos presentes estatutos, herda das escolas que o antecederam a rica experiência acumulada de formação, investigação e extensão universitária, e o património acumulado da produção científica no campo da Educação.”¹⁰⁷

O preâmbulo dos Estatutos, aqui parcialmente transcrito, é ilustrativo das mudanças que afetaram esta unidade orgânica ao longo dos tempos.

Ainda que o processo de autonomização, enquanto unidade orgânica, conhecesse reconfigurações ao longo das décadas de funcionamento, esta é uma das áreas pioneiras da Universidade. Logo em novembro de 1974, a comissão instaladora publica a programação do departamento de Educação, na qual se faz “*um esboço de um programa, por objectivos, para o Departamento de Educação da Universidade do Minho[...] e uma análise no que se refere à sua viabilidade[...]*”.¹⁰⁸ A unidade de Ciências da Educação encontra-se também entre as cinco que são definidas pelo Regulamento Interno Provisório.¹⁰⁹ No arranque dos primeiros cursos da Universidade, em 1975-1976, entre os bacharelatos oferecidos encontram-se os Cursos de Formação de Professores em Francês-Português, Matemática, Ciências Naturais e Inglês-Português, que no seu conjunto representavam a maioria (69,3%) do total de alunos inscritos na Universidade.¹¹⁰ Logo no ano letivo seguinte, isto é, em 1976-1977, aos bacharelatos em formação existentes, é acrescido o Curso de Formação de Professores em Ciências Sociais.¹¹¹

Em 1978, por força das alterações legislativas previstas, a Universidade do Minho entendeu que era urgente reestruturar os cursos de formação de professores, redefinindo os seus objetivos. Nessas circunstâncias “*suprimiram-se os graus de bacharelatos e criaram-se, em seu lugar, licenciaturas com duração de cinco anos (10 semestres), onde se incluía o estágio pedagógico*”. Os planos destes cursos articulavam três componentes básicas: a componente científica nas disciplinas da futura docência e afins, a componente de Ciências da Educação e a componente de Prática Pedagógica, de que o estágio era parte integrante. As componentes de Ciências de Educação, Prática Pedagógica e Estágio constituíam um tronco comum a todos os Cursos de Formação de Professores.¹¹² No ano letivo de 1978-1979 arrancam várias licenciaturas em ensino, nomeadamente: Ensino de Biologia e Geologia, Ensino de Física e Química, Ensino de Matemática e Desenho, Ensino de História e Ciências Sociais, Ensino de Português



Fig. 12
Edifício do Instituto de Educação, Gualtar
Fonte: GCI, Coleção de fotografias

Fig. 13
Edifício do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Gualtar
Fonte: Pedro Lobo



e Francês e Ensino de Português e Inglês. Regista-se, no ano letivo seguinte, o arranque da licenciatura em Ensino de Ciências da Natureza.¹¹³ A Unidade de Ciências de Educação incluía, no ciclo inaugural da Universidade, as seguintes áreas disciplinares: Pedagogia Teórica, Psicologia, Desenvolvimento Curricular e Tecnologias de Ensino, Macro Educação e Administração Escolar e Didáticas Especiais.¹¹⁴

Os Estatutos da Universidade do Minho, publicados em 1989, colocam a Educação como uma das seis Escolas da instituição. Verifica-se contudo que o Instituto, os normativos da sua regulação, assim como a sua oferta formativa, foram conhecendo reconfigurações. Neste particular importa ter presente a criação de estruturas como o CIFOP-Centro Integrado de Formação de Professores e a sua transformação posterior,¹¹⁵ bem como as próprias alterações de designação que a Escola/Instituto conhece. Estas exprimem mais que uma simples mudança de nomenclatura, espelhando analogamente as renovações que se vão operando na lógica organizativa e distribuição departamental desta unidade orgânica. Considere-se, a título ilustrativo, a existência de um Departamento de Psicologia integrado na Escola, que recentemente deu origem a uma unidade orgânica autonomizada, bem como a fusão do Instituto de Estudos da Criança com a componente de Educação do antigo Instituto de Educação e Psicologia, que estão na origem da configuração atual do Instituto de Educação.

De acordo com o definido nos seus estatutos, este Instituto é:

“uma unidade orgânica de ensino e investigação da Universidade do Minho que tem por missão desenvolver projectos de ensino, de investigação e de interação com a sociedade na área de conhecimento da Educação e domínios afins [...] perfilha um entendimento da Educação como domínio científico e profissional que, num quadro de valorização da transdisciplinaridade, visa gerar, difundir e aplicar conhecimento sobre os múltiplos contextos, discursos, sujeitos e processos que configuram a educação como campo de investigação e de práticas, contribuindo para a promoção da cidadania democrática e para o desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos, dos grupos, das organizações e da sociedade”.¹¹⁶

Engloba cinco departamentos, a saber: departamento de Ciências Sociais da Educação, departamento de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa, departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão, departamento de Psicologia da Educação e Educação Especial e departamento de Teoria da Educação e Educação Artística e Física. A adequação dos seus cursos ao modelo de Bolonha foi realizada em 2008. A nível do 1º Ciclo oferece atualmente a licenciatura em Educação, que funciona também em regime pós-laboral, e a licenciatura em Educação Básica, com duração de três anos (seis semestres). Ao nível do mestrado a oferta é mais diversificada, incluindo mestrados de natureza académica e mestrados de natureza

profissionalizante. Nos mestrados de natureza académica, incluem-se os mestrados em Ciências da Educação, mestrados em Estudos da Criança e Mestrados em Educação Especial, com diferentes áreas de especialização. Os mestrados de natureza profissionalizante abarcam os mestrados em Educação, que se dividem em várias áreas de especialização e os mestrados em Ensino, que fazem a formação inicial de professores. Ao nível do 3º Ciclo funcionam os doutoramentos em Ciências da Educação e os doutoramentos em Estudos da Criança, ambos com 15 áreas de especialização.¹¹⁷

O Instituto possui duas subunidades orgânicas de investigação, o Centro de Investigação em Educação e o Centro de Investigação em Estudos da Criança. Estes centros difundem e desenvolvem atividades de investigação de natureza científica ou científico-tecnológica, enquadradas em linhas de investigação com objetivos e orientações estratégicas bem definidas. Integram docentes e investigadores da Universidade e de outras instituições ou entidades, públicas ou privadas.¹¹⁸

Os projetos de interação com a sociedade promovidos por este Instituto organizam-se em serviços de carácter interdepartamental, contemplando, entre outras, as dimensões da formação contínua de profissionais da educação, de cooperação e intercâmbio no campo educacional e de inovação e avaliação educacionais. Estes envolvem prestações de serviços dos seus docentes a Escolas, ao Ministério da Educação, mas também atividades de cooperação e desenvolvimento com os PALOP.¹¹⁹

O dia do Instituto comemora-se a 10 de dezembro. A Unidade Orgânica é reconhecida internamente pela sigla IE e tem o laranja como cor representativa.

2.11

Instituto de Letras e Ciências Humanas

O atual Instituto de Letras e Ciências Humanas resulta do desenvolvimento de uma das áreas de saber que originalmente se procuraram consolidar na Universidade do Minho. Como se sabe a CIUM definiu, logo após a sua tomada de posse, um conjunto de grupos de trabalho, em áreas específicas, para desenvolvimento dos cursos da instituição. Um desses grupos dizia respeito ao que foi então designado por “*Artes e Letras*”, sendo coordenado por Lúcio Craveiro da Silva.¹²⁰ Em novembro de 1974 é publicado, pela Universidade, um documento intitulado “*Cursos e departamentos no domínio das Línguas Vivas – programação*”, no qual se encontram as orientações pedagógicas, os graus de especialização, as modalidades de organização e encargos dos cursos nestas áreas.¹²¹ As primeiras aulas deste domínio do saber decorreram logo em 1975, no Largo do Paço.¹²² No Regulamento Interno Provisório de 1976 é definida a unidade pedagógica de “*Letras e Artes*”, encontrando-se também nos Estatutos de 1989, como umas das Escolas da Universidade do Minho.¹²³

O Instituto de Letras e Ciências Humanas, como unidade orgânica da Universidade do Minho, assume em pleno a missão da instituição, defendendo, nos seus Estatutos que:

“[...] na verdade, em tempos novos marcados por especificidades nem sempre previstas e por uma crise que neste início do século XXI, inquieta as pessoas e comunidades e cujo devir não é completamente previsível, as áreas de conhecimento de que somos cultores, que se subsume institucionalmente na designação clássica de Letras e Ciências Humanas e que fomentam as Artes e as Humanidades, são fontes de resposta aos desafios que se nos apresentam [...] tais saberes, que remontam ao dealbar da humanidade, são não somente imprescindíveis, como incontornáveis para uma sociedade assente em princípios humanistas, pois entesouram na sua diacronia diferentes preocupações, crises e modos de solução [...]”¹²⁴

Atualmente o instituto divide-se em sete departamentos: departamento de Estudos Asiáticos, departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos, departamento de Estudos Ingleses e Norte Americanos, departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, departamento de Estudos Românicos, departamento de Filosofia e Departamento de Música.

Conta com oito cursos de licenciatura: Estudos Portugueses e Lusófonos; Línguas Aplicadas; Línguas e Culturas Orientais; Línguas e Literaturas Europeias; Teatro; Filosofia; Música e finalmente Estudos Culturais.

A oferta educativa em 2013/2014 inclui ainda, a nível de pós-graduação, a par de 10 mestrados, um programa doutoral em “*Modernidades Comparadas: Literaturas, Artes e Culturas*”, e doutoramentos, sem componente curricular, nas seguintes áreas: Ciências da Cultura, Ciências da Linguagem, Ciências da Literatura e Filosofia. Funciona ainda o curso de formação especializada em Criação e Edição de Conteúdos em Línguas e Culturas.¹²⁵

Importa salientar que o Processo de Bolonha implicou, no seio deste instituto, uma reconfiguração profunda e uma conversão de muitas licenciaturas em ensino, anteriormente oferecidas, em licenciaturas de “banda larga” e multidisciplinares, de várias línguas. Ainda antes dessa transformação, decorrente da adaptação ao modelo de Bolonha, funcionava já o curso de “Línguas Aplicadas”, que tinha uma matriz mais profissionalizante. O curso foi também reestruturado, aquando da adaptação ao modelo de Bolonha, mas manteve a mesma lógica. Aproveitou-se essa experiência para fazer uma transformação dos cursos de ensino, então em funcionamento, numa lógica de formação humanística, em alguns casos com perfis mais profissionalizantes. Saliente-se a título ilustrativo, o curso de Línguas e Literaturas Europeias.

Ao nível da investigação, é o Centro de Estudos Humanísticos que enquadra as atividades dos vários departamentos do Instituto. Encontra-se aí sediada pesquisa nas seguintes linhas de ação: Ciências da Linguagem, Ciências da Literatura, Ciências da Filosofia e da Cultura.

Os projetos de interação com a sociedade e extensão universitária desenvolvem-se ao nível de estruturas como o centro de línguas BabeliUM, que se “*propõe contribuir para que a Universidade do Minho seja uma universidade multilingue aberta ao mundo*”.¹²⁶ Analogamente estabelecem-se relações com empresas, embaixadas e outras entidades, com os quais são instituídos diferentes acordos de cooperação. Essas ligações podem envolver quer atividades de formação, quer trabalhos na área da tradução. Através do departamento de Música e respetivas atividades, foi possível desenvolver também outras relações com a comunidade, nomeadamente por intermédio da Orquestra da Universidade do Minho.¹²⁷

Como estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo destaca-se a necessidade de continuar a consolidar uma política de multilinguismo. Similarmente, a internacionalização, particularmente com o estabelecimento de parcerias ao nível dos projetos de ensino, encontra-se entre os objetivos do instituto.¹²⁸

A sede desta unidade, reconhecida a nível interno pela sigla ILCH, localiza-se no campus de Gualtar e o seu dia é comemorado a 3 de maio. Nos estatutos adota-se o azul-escuro como a sua cor simbólica.¹²⁹

3

A investigação como eixo estruturante do saber universitário

Ao definir-se como uma “universidade completa”, a Universidade do Minho assume a investigação como elemento configurador de todo o seu modo de funcionamento. Desde os primeiros anos, a sua missão está para além do ensino por entender-se que só pode haver uma adequada transmissão de conhecimento quando esta é suportada pela produção de conhecimento original nas áreas em que se faz a formação de estudantes. É essa a intenção manifesta no documento *Universidade do Minho: que Universidade?*, de 1976, onde “*a criação de conhecimento e sua divulgação (função de investigação)*” (p. 6) é colocada como primeiro objetivo da Universidade. E acrescenta-se “*uma Universidade não vale pelo que ensina mas pelo que produz. Por esse motivo, a investigação deve ser um objectivo prioritário de qualquer Universidade*” (p. 12). Para prosseguir este objetivo, são estabelecidos centros de investigação onde é enquadrada a atividade de investigação dos docentes. Os dois primeiros centros a ser criados, em 1976, são o Centro de Química Pura e Aplicada e o Centro de Ciências e Engenharia de Sistemas. Em ambos, investigadores e projetos estão organizados em linhas de investigação e ambos são reconhecidos pelo organismo nacional responsável pela execução da política científica, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).¹³⁰

Para a rápida consolidação da investigação realizada na Universidade do Minho contribuiu decisivamente uma política de recursos humanos que mesmo no período de arranque dos cursos não negligenciou esta dimensão do trabalho académico. Em concreto, tratou-se de assegurar o recrutamento, nas várias áreas científicas em que

a Universidade tinha interesse, de docentes doutorados, capazes, portanto, de certificar o ensino ministrado, assim como de iniciar os membros mais jovens no trabalho de investigação e de fazer a supervisão dos trabalhos de preparação de teses de doutoramento. Em quase todas as áreas, uma parte significativa destes docentes doutorados fez os estudos de pós-graduação em instituições estrangeiras, o que contribuiu para o estabelecimento precoce de redes internacionais de colaboração em projetos de investigação e na formação de novos doutores. Também nesta matéria foi de grande importância a ligação estreita de uma parte significativa dos primeiros membros da Universidade com as universidades das ex-colónias e, em particular, com a Universidade de Lourenço Marques. Recordemos que a Universidade do Minho é coeva da revolução de 1974 e do processo de descolonização que se lhe seguiu, pelo que muitos docentes das universidades coloniais estavam a fazer ou tinham terminado recentemente os seus doutoramentos em várias instituições da Europa quando o contexto político os leva a regressar a Portugal. Deste modo, e fruto das redes de natureza pessoal que têm o seu epicentro em Moçambique, são chamados ou candidatam-se aos quadros docentes da Universidade do Minho muitos jovens professores que tinham os seus doutoramentos em curso ou tinham-nos já concluído, trazendo consigo a experiência, mais breve ou mais intensa, de contextos académicos bastante diversos dos então encontrados nas universidades clássicas portuguesas e que tiveram oportunidade de enxertar numa universidade a fazer-se.¹³¹

Duas outras políticas foram cruciais para o amadurecimento precoce da investigação na Universidade do Minho. Em primeiro lugar, a integração de todos os docentes, doutorados e não-doutorados, em centros de investigação da universidade que eram criados à medida que se estabeleciam os domínios científicos e crescia a massa crítica em torno deles. A este propósito, Sérgio Machado dos Santos esclarece que “*cada docente de carreira [tinha de] fazer investigação, tinha esse direito mas tinha também esse dever. E, como tal, nós não tínhamos ninguém de carreira que não estivesse inserido num centro de investigação*”.¹³²

Em segundo lugar, a determinação com que foi dada prioridade à formação dos docentes não-doutorados. Deste modo, o Conselho Científico, liderado por Sérgio Machado dos Santos, entre 1976 e 1982, planeou rigorosamente o calendário formativo destes docentes e as verbas destinadas a custear essa formação, assegurando que assim que estivessem em condições legais para o fazer gozariam de licença (designada equiparação a bolsheiro) para se dedicarem em exclusividade à preparação do doutoramento, mesmo se isso implicava a sobrecarga dos colegas que ficavam a assegurar a lecionação e gestão na unidade científico-pedagógica ou departamento a que pertenciam. Nas palavras de Sérgio Machado dos Santos,

“Nós tínhamos um critério, estabelecido muito cedo no Conselho Científico e que se conseguiu manter durante os mais de 13 anos em que eu estive na Reitoria: do pessoal de carreira que ainda não estivesse doutorado, em

cada momento, 1/3 tinha que estar a fazer o doutoramento, tinha de estar em equiparação a bolsheiro. Isto era um esforço terrível, [do ponto de vista] financeiro e para as pessoas que cá estavam em termos de acumulação”.¹³³

À medida que a Universidade crescia e eram recrutados novos docentes (que quase sempre iniciavam a carreira apenas com o grau de licenciado), esta foi uma prática seguida em todas as unidades orgânicas, assegurando que se passasse de 25% de docentes doutorados em 1977 para 61% em 2007, num universo que passa de 120 para 1200 docentes, incluindo-se aqui docentes convidados.

Na atualidade, a Universidade do Minho acolhe mais de 50 centros de investigação e laboratórios associados (Figs. 14 e 15), onde é desenvolvida a investigação realizada pelo seu corpo docente, assim como por outros investigadores, contratados no âmbito de projetos de investigação dos centros, e pessoal docente integrado noutras instituições de ensino superior. Em 2010, na última avaliação dos centros de investigação realizada pela FCT, 70% destas estruturas da Universidade foram classificadas com Excelente ou Muito Bom.

Saliente-se, ainda, como exemplo do posicionamento de vanguarda da Universidade na investigação científica, o facto de acolher o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa (EXPERTISSUES European Institute of Excellence for Tissue Engineering and Regenerative Medicine), liderado pelo centro de investigação 3B's e sediado no AvePark. Trata-se de um consórcio de 23 institutos de investigação, de 13 países europeus, que desenvolve investigação de ponta na sua área, integrando recursos e capacidades ao mais elevado nível da investigação no continente europeu. Uma referência é devida também aos protocolos de cooperação da Universidade do Minho com o Instituto Ibérico de Nanotecnologia (INL - International Iberian Nanotechnology Laboratory), instalado em Braga, resultado de um empreendimento conjunto dos governos português e espanhol, e que tem por objetivo constituir um laboratório de excelência a nível mundial na área das nanociências e nanotecnologias.

4

A universidade completa é uma universidade na sociedade

Para as universidades de hoje a sua missão não está completa sem uma forte ligação ao ambiente em que se inserem e às questões sociais do seu tempo. Para a Universidade do Minho foi sempre evidente a necessidade de se abrir às dinâmicas económicas e sociais e de interagir estreitamente com agentes e instituições à escala regional, nacional e internacional. A mobilização de conhecimento e tecnologia em prol das necessidades e apelos da sociedade concretiza-se, desde os primeiros anos, através das atividades das suas unidades culturais (recorde-se o papel decisivo da Unidade de Arqueologia na valorização do património histórico da cidade de Braga)

Escola de Ciências	Centro de Biologia Funcional de Plantas (CBFP)
	Centro de Biologia Molecular e Ambiental (CBMA)
	Centro de Física (CF)
	Centro de Matemática (CMAT)
	Centro de Química (CQ)
	Centro de Ciências da Terra (CCT)
	Centro de Investigação Geológica, Ordenamento e Valorização de Recursos (CIG-R)
	Grupo de Investigação em Biologia Vegetal Aplicada e Inovação Agro-Alimentar CITAB
Escola de Ciências da Saúde	Laboratório Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP)- polo Minho
	Instituto de Investigação da Vida e da Saúde (ICVS)
Escola de Direito	Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII)
	Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL)
	Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU)
Escola de Economia e Gestão	Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP)
	Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI)
	Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA)
	Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)
	Núcleo de Investigação em Marketing e Estratégia (iMARKE)
Escola de Engenharia	Biomaterials, Biodegradables and Biomimetics Research Group (3 B's) - Laboratório Associado IBB
	Centro Algoritmi (CALG)
	Centro de Ciências e Tecnologias da Computação (CCTC)
	Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil (CCTT/2C2T)
	Centro de Engenharia Biológica (CEB) - Laboratório Associado IBB
	Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M)
	Centro de Território, Ambiente e Construção (C-TAC)
	Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia (ISISE)
	Instituto de Polímeros e Compósitos (IPC) - Laboratório Associado I3N
	Centro de Gestão Industrial e da Tecnologia (CGIT)
	Centro de Investigação em Software Confiável (HASLab)
Escola de Psicologia	Centro de Investigação em Psicologia (CIPSI)
Escola Superior de Enfermagem	Núcleo de Investigação em Enfermagem
Instituto de Ciências Sociais	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)
	Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS)
	Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)
Instituto de Educação	Centro de Investigação em Educação (CIED)
	Centro de Investigação em Estudos da Criança (CESC)
Instituto de Letras e Ciências Humanas	Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)

Fig. 14 · Unidades de Investigação da Universidade do Minho, 2012

Fonte: Relatório de Atividades da UMinho, 2012 e Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

Institute for Biotechnology and Bioengineering (IBB) parceria CEB/UMinho ,IST-UTL e UAlgarve
Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde/Grupo de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (ICVS/3Bs) UMinho
INESC-TEC parceria HASLab/Uminho
Institute of Nanostructures, Nanomodelling and Nanofabrication (I3N) parceria IPC/UMinho em UNL e UAveiro
Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP) parceria EC/UMinho, UC e UL

Fig. 15 · Laboratórios Associados Integrados por Unidades de Investigação da Universidade do Minho, 2012

Fonte: Relatório de Atividades da Universidade do Minho, 2012 e Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

e da ligação ao tecido industrial, pondo o conhecimento ao serviço da inovação no setor produtivo. É elucidativa a posição enunciada num dos primeiros documentos de definição estratégica da Universidade:

“A Universidade moderna já não quer ser a instituição olímpica de antanho: quebra os muros que a isolavam do quotidiano e solidariza-se com a sociedade de que é integrante. Mais que lado a lado, Universidade e sociedade procuram interpenetrar-se e fecundar-se reciprocamente”.¹³⁴

A Universidade *que sai de si* é representada, antes de mais, pelo conhecimento que é produzido, que circula, que promove o desenvolvimento económico, social e cultural e obtém o reconhecimento da comunidade científica e da sociedade em geral.

É hoje evidente o forte impacto da Universidade do Minho na região e no país, tanto no sector tecnológico como cultural. Começando por este último, é de destacar o papel da Universidade como agente cultural, através das múltiplas e regulares iniciativas das suas unidades culturais e das atividades enquadradas nos eventos de ensino e investigação. Destacam-se a oferta de espetáculos musicais produzidos no âmbito da licenciatura em Música, as exposições, debates, performances e *workshops* organizados pelas unidades culturais e, de forma particular, o Festival de Outono, da responsabilidade do Conselho Cultural. Acresce o papel insubstituível do Arquivo Distrital de Braga, da Biblioteca Pública de Braga e da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

Sobre a importância do património histórico e cultural que está associado, desde a sua fundação, à Universidade, o Reitor António Cunha refere mesmo que

“A Universidade nem sempre tem a noção do quão particular é termos uma universidade com 40 anos que tem um arquivo histórico com documentos do século IX e documentos assinados por D. Afonso Henriques. Nós

poderemos construir laboratórios modernos. Nós nunca conseguiremos comprar um Arquivo Distrital, nunca mais conseguiremos ter um património deste tipo, que é algo que a Universidade tem que saber honrar e tem que saber preservar”.¹³⁵

E prossegue, “a Universidade hoje é provavelmente o agente cultural mais efetivo desta região”. Ilustra esta ideia com a atividade da Orquestra Académica da Universidade do Minho, recordando o orgulho da Universidade em oferecer às cidades de Braga e Guimarães um concerto comemorativo do seu 39º aniversário:

“Há certos pequenos momentos que nos marcam muito. Um dos momentos mais interessantes que eu presenciei foi provavelmente no último 17 de Fevereiro, nos concertos [da Orquestra]. As pessoas, sentia-se que tinham um orgulho imenso por aquela ser a Orquestra da sua Universidade. [...] Isto é algo muito particular para um Reitor, sentir que [...] há uma dimensão identitária que foi aprofundada”.¹³⁶

Dando continuidade a práticas de interação com a sociedade consolidadas durante quatro décadas, na convicção da missão fundamental da Universidade no desenvolvimento regional, tem vindo a ser criada nos últimos anos a Rede Casas do Conhecimento. As Casas do conhecimento constituem uma rede de dinamização científica, tecnológica e cultural, montada em colaboração com autarquias locais e o Centro de Computação Gráfica, e que visa levar eventos que decorrem na Universidade a localidades mais afastadas, fazendo uso de tecnologias digitais que permitem ligação e interação em tempo real. Foram criadas, até ao momento Casas do Conhecimento em Fafe, Paredes de Coura, Vieira do Minho, Boticas e Vila Verde.

Um elo estruturante de ligação à comunidade, e em particular ao tecido produtivo, absolutamente determinante no impacto da Universidade do Minho na sociedade, são os centros de investigação aplicada em que está envolvida e as diversas parcerias com o sector privado que têm por objetivo valorizar o conhecimento no mercado de produtos e serviços e facilitar a sua transferência para a sociedade. Neste processo de relação com as dinâmicas empresariais, têm um importante papel estruturas de interface como a TecMinho – Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento,¹³⁷ no apoio às relações com os parceiros e na promoção do empreendedorismo, o SpinPark,¹³⁸ centro de incubação de empresas de base tecnológica, e o AvePark.¹³⁹ São, igualmente, de destacar entre as cerca de quarenta participações e parcerias estabelecidas com empresas e associações, o Polo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP), o Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), o Centro de Computação Gráfica (CCG), o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário (CITEVE), a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE), a Fundação de Serralves, a Fundação CEER – Centro de Estudos Euro-Regionais. Os esforços desenvolvidos pelas

várias Escolas e Centros de Investigação da Universidade com vista à cooperação com variados sectores da economia são evidenciados, também, no *Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação*, da responsabilidade da FCT, que conclui que “a Universidade do Minho ocupa um lugar central [...] na rede de relações entre produtores de conhecimento e as empresas”.¹⁴⁰ O mesmo relatório refere que a Universidade foi, em 2011, a segunda entidade nacional com maior número de pedidos de patentes.¹⁴¹ De acordo com o Relatório de Sustentabilidade 2011 da Universidade do Minho,¹⁴² “a Universidade reforça a sua importância económica a nível local e regional com o impacto indireto e induzido que origina, aproximadamente 36 (impacto induzido) e 70 milhões de (impacto direto) de Euros na cidade de Braga e Guimarães, nas quais é globalmente responsável pela criação de cerca 4120 empregos”.

Um das iniciativas da Universidade do Minho que evidenciam a forma inovadora como se posiciona na leitura que faz da sua missão de ensino, transferência de conhecimento e interação com a sociedade é a recente criação da UMASA - University of Minho Aeronautical Sciences Academy. Sedeada na Universidade do Minho, a UMASA resulta da parceria estratégica com o Instituto de Formação de Aeronáutica, que assegura a componente prática da formação, e a Câmara Municipal de Braga, com quem foi estabelecido um protocolo para o uso com fins formativos do aeródromo. A Academia oferece cursos não conferentes de grau na área da aeronáutica,¹⁴³ ambicionando ser o embrião de um *cluster* de aeronáutica no Norte do País e perspetivando avançar para cursos graduados. A Universidade do Minho segue, assim, aquilo que é a prática crescente entre as melhores universidades do mundo: a oferta de cursos não-formais, numa posição de abertura para formações inovadoras altamente reconhecidas pelo mercado e que respondem a necessidades em áreas estratégicas. Considerando o largo espectro de competências envolvidas nas formações da Academia, foi de grande importância a estrutura matricial da Universidade, ao permitir montar de forma ágil um projeto de formação com o contributo de áreas de conhecimento sedeadas em diversas Escolas.¹⁴⁴

4.1

Os serviços de apoio: o triunfo da matriz

Ao adotar, no momento da sua fundação, um modelo organizacional baseado em grupos de projeto de ensino e de investigação, a Universidade do Minho rejeitou os modelos das universidades clássicas portuguesas, organizadas em faculdades dotadas de significativa autonomia. A malha matricial que foi tecida contemplava ainda as unidades de apoio, de importância vital para a prossecução da missão da instituição nas vertentes de ensino, investigação e interação com a sociedade. Acresce que a adoção deste modelo, ao privilegiar um uso partilhado dos recursos, assegura economias de escala substanciais e um aproveitamento pleno e racional dos meios disponíveis. Em concreto, este modelo permite que, por exemplo, os Serviços Académicos sejam centralizados e sirvam toda a população estudantil, o mesmo se aplicando a outros serviços, como bibliotecas e cantinas. A disponibilização transversal das

unidades de apoio a toda a universidade permitiu – e continua a permitir – a oferta de serviços de elevada qualidade, ao mesmo tempo que ganhavam escala e aprofundavam as suas capacidades de inovação. Deste modo, são o elemento mais bem-sucedido da malha matricial idealizada pelos fundadores, mantendo-se até à atualidade como marca crucial desse arquétipo identitário da Universidade do Minho.

Na figura 16, são elencadas Unidades de Serviços que compõem a Universidade do Minho e que, em 2013, asseguram o apoio administrativo, técnico e logístico ao desenvolvimento das suas atividades de ensino, investigação e interação com a sociedade e que são, como tal, imprescindíveis à prossecução da sua missão. Para cada um dos Serviços é feita uma breve apresentação, elucidativa do âmbito de ação em que laboram. As Unidades de Serviços estão sob coordenação do Administrador da Universidade, a quem compete, sob a direção do Reitor, a gestão corrente da instituição, assegurando as atividades e serviços de natureza administrativa, patrimonial e financeira. Para além das Unidades de Serviços, ao Administrador compete também a coordenação técnica dos responsáveis administrativos das unidades de ensino e investigação e das unidades culturais.¹⁴⁵

Uma menção especial é devida aos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, que são uma Unidade de Serviços dotada de autonomia administrativa e financeira, nos termos previstos na Lei nº 62/2007, Artº 128º, e dos Estatutos da Universidade, Artº 107º. Os Serviços de Ação Social têm por objetivo “proporcionar aos estudantes as melhores condições de estudo e de frequência do ensino, mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios”.¹⁴⁷ O apoio aos estudantes com menores condições financeiras foi uma preocupação da Universidade do Minho desde a sua fundação, procurando-se assegurar a atribuição de bolsas de estudo a estes estudantes e dotar as residências universitárias dos lugares necessários. As primeiras residências abrem em 1983 e 1985, em Braga e Guimarães, respetivamente.

A atividade dos Serviços de Ação Social estende-se por diversas áreas, de que se destacam a atribuição de bolsas de estudo, o alojamento em residências universitárias, o fornecimento de alimentação em cantinas e bares, o provimento de cuidados de saúde e a disponibilização de equipamentos e atividades desportivas. Para o desempenho da sua função, os Serviços Sociais têm dotado a Universidade de equipamentos vitais ao bem-estar da comunidade. São exemplo as quatro residências universitárias, em Braga e Guimarães, que disponibilizam perto de 1400 camas, cantinas e restaurantes universitários, assim como os 14 bares dispersos pelos espaços universitários. Estão disponíveis para comunidade académica serviços médicos, de medicina do trabalho, de enfermagem e de apoio psicológico, em ambos os campi.

Uma área em que a Ação Social da Universidade se tem destacado é a da promoção da atividade desportiva. Para o efeito, foram construídos em Gualtar e Azurém complexos desportivos, em 1993 e 2003 respetivamente, que acolhem dezenas de modalidades em desportos de aventura, motorizados, de combate, coletivos, individuais,

aquáticos, assim como atividades de preparação física e de promoção do bem-estar. Estão também disponíveis um Centro de Condição Física, em Braga, e um Campo de Práticas de Golfe, junto ao Campus de Azurém. O investimento nestas atividades de complemento da formação e desenvolvimento pessoal dos membros da academia tem propiciado a conquista de lugares cimeiros em competições, assim como a organização de eventos desportivos nacionais e internacionais. Com o objetivo de fomentar o associativismo estudantil, os Serviços de Ação Social apoiam ainda a atividades de equipas desportivas da Universidade/Associação Académica e de grupos culturais existentes na Universidade. Em 2012, estavam inscritos nos Serviços Desportivos 40% dos estudantes da Universidade, num total de utentes superior a 10 mil pessoas.

4.2

Uma universidade faz-se de todos: os corpos da Universidade do Minho

Quando se desenhavam os primeiros planos de lançamento da Universidade do Minho, ao longo dos anos de 1974 e 1975, estabeleciam-se metas e definia-se o perfil para a nova universidade. Por entre as decisões determinantes acerca dos cursos que deveriam ser lecionados, decidia-se também quem seriam os professores e que dimensão seria adequada para o corpo estudantil. Quando os primeiros alunos chegam à Universidade do Minho, em finais de 1975, muitas incertezas pairam sobre o futuro da instituição. Apesar disso, a procura dos seus cursos foi evidente desde o início e o seu crescimento foi sobretudo condicionado pela capacidade das instalações que não permitiam a dilatação das vagas de acesso. No primeiro ano de funcionamento, a universidade conta com 228 alunos de cursos de bacharelato. Desde então, e por cerca de 25 anos, em todos os anos aumenta o número de novos alunos, com taxas de crescimento que registam um pico de 55% em 1982 e que entre 1987 e 1992 ultrapassam os 20% anuais, valores que são significativamente superiores ao valor médio nacional.¹⁴⁸ Na figura 19 é descrita a evolução do número de estudantes inscritos entre 1975 e 2013, com dados relativos a alunos de pós-graduação a partir do ano letivo de 1995/1996.

Em 1982, quando estão a ser lançados os projetos de instalações definitivas, via-se no horizonte uma universidade que chegaria, no cenário mais otimista, aos 4700 alunos em 1990. No ano letivo de 1990/1991, o número de estudantes inscritos já superava, em mais de mil, esta previsão. Ano após ano, a procura de estudantes pelos cursos oferecidos na nova universidade ultrapassa a capacidade que a persistente exiguidade das instalações provisórias permitia. A acrescentar às vagas previstas no *numerus clausus* de cada curso, são sempre mais os pedidos de transferência do que aqueles que é possível satisfazer.¹⁴⁹ As projeções efetuadas rapidamente são ultrapassadas. Em 1994 a Universidade passa a barreira dos 10 mil alunos, confirmando o potencial demográfico que os estudos prévios à criação das novas universidades pela reforma do sistema educativo, em 1973, projetavam para a região onde foi instalada a Universidade do Minho. A partir de então o ritmo de crescimento torna-se mais lento. Em 2001, estão inscritos cerca de 15000 alunos de graduação e 1000 de pós-graduação.

Assessoria Jurídica (AJ)	Apoio à decisão das unidades da Universidade nos domínios do procedimento e contencioso administrativo e disciplinar, através de estudos e pareceres jurídicos.
Direção de Recursos Humanos (DRH)	Participação na definição das políticas de recursos humanos nos domínios administrativo e de pessoal, gestão corrente de RH e plano de desenvolvimento e formação de RH.
Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI)	Conceção, planeamento e monitorização dos sistemas de informação, incluindo desenvolvimento de aplicações, manutenção de sistemas, apoio ao utilizador e coordenação da presença institucional na <i>world wide web</i> .
Direção Financeira e Patrimonial (DFP)	Participação na definição da política de gestão nos domínios financeiro, orçamental e patrimonial, bem como elaboração e avaliação de instrumentos de gestão nestes domínios.
Divisão Académica (DA)	Apoio ao funcionamento do Senado Académico e das suas Comissões Especializadas e gestão dos processos relativos a graus e provas académicas.
Gabinete de Apoio a Projetos (GAP)	Apoio à captação de financiamento externo, através da prospeção, divulgação e apoio técnico a candidaturas de programas de Investigação & Desenvolvimento.
Gabinete de Apoio ao Ensino (GAE)	Apoio às atividades de ensino, através da capacitação pedagógica dos docentes e da disponibilização e gestão de plataformas tecnológicas de suporte ao processo de ensino/aprendizagem.
Gabinete de Auditoria e Controlo (GAC)	Apoio à simplificação e desburocratização de procedimentos, nos domínios da organização e qualidade dos serviços.
Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem (GCI)	Participação na definição de políticas e estratégias de comunicação e imagem, no domínio da informação institucional e da projeção da imagem da Universidade.
Gabinete para a Inclusão (GPI)	Promoção da inclusão e igualdade de oportunidades, prestando apoio aos membros da comunidade académica com deficiência ou necessidades especiais.
Serviços Académicos (SAUM)	Gestão administrativa dos processos escolares dos estudantes, nomeadamente quanto a acesso, inscrição, frequência, transferência, aproveitamento escolar, emissão de diplomas, nos vários ciclos de estudos.
Serviços de Apoio ao Reitor (SAR)	Apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Reitor, assegurando o seu funcionamento e a comunicação com os órgãos de governo da Universidade.
Serviços de Comunicações (SCom)	Manutenção das infraestruturas e serviços de comunicações de dados e voz, assegurando a operacionalidade e segurança das comunicações.
Serviços de Documentação (SDUM)	Gestão dos recursos bibliográficos depositados nas Bibliotecas da Universidade ou em formato digital, bem como a preservação e divulgação da produção científica da Universidade do Minho, através do RepositóriUM.
Serviços de Garantia e Qualidade (SGAQ)	Coordenação e monitorização da avaliação interna e externa e promoção da qualidade do ensino, investigação e interação, bem como coordenação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM).
Serviços de Relações Internacionais (SRI)	Apoio à política de internacionalização, promovendo e coordenando a cooperação e mobilidade académica transnacional de estudantes, docentes e técnicos.
Serviços Técnicos (STec)	Planeamento e gestão dos projetos de construção, gestão dos espaços pedagógicos, limpeza e segurança das instalações, circulação e estacionamento, manutenção e requalificação de edifícios e espaços exteriores.

Fig. 16 · Unidades de Serviços da Universidade do Minho, 2012

Fonte: Despacho RT-49/2010, *Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços da Universidade do Minho*



Fig. 17
Biblioteca Geral da Universidade do Minho, campus de Gualtar
Fonte: GCI, Coleção de fotografias



Fig. 18
Restaurante Universitário do campus de Azurém
Fonte: GCI, Coleção de fotografias

O Fig. 19 permite-nos também perceber como as mudanças na organização dos graus académicos introduzidas pelo modelo de Bolonha vieram alterar a composição do corpo estudantil. Desde logo, evidencia-se uma quebra no número de estudantes de cursos de licenciatura, na medida em que muitas licenciaturas foram convertidas em ciclos integrados, que a partir de 2006/2007 têm crescido continuamente, não alcançando, todavia, os números atingidos nos primeiros anos de 2000, quando a Universidade contava já com mais de 15000 alunos de licenciatura. Uma outra mudança trazida pelo modelo de Bolonha, e claramente reconhecível a partir de 2008, é o aumento do número de alunos em cursos de pós-graduação. Em 2013, à beira dos 40 anos de existência a universidade soma 8676 alunos inscritos em cursos de licenciatura, 3838 em mestrado integrado, 4324 em mestrado e 1931 em doutoramento, totalizando 18769 estudantes.¹⁵⁰

A distribuição dos estudantes pelos dois polos em que funcionavam a Universidade nunca foi equitativa (Fig. 10). Até 1987, em Guimarães funcionam apenas os três últimos anos curriculares dos cursos lecionados nesse polo, o que inviabilizava que este polo se desenvolvesse plenamente e adquirisse a massa crítica necessária à sua consolidação. A situação altera-se quando o Senado Académico decide pelo funcionamento da totalidade dos anos curriculares dos cursos a funcionar em Guimarães. Neste polo vai funcionar a maior parte dos cursos em tecnologias (excetuam-se Engenharia Biológica, Engenharia Informática, Engenharia Biomédica e Engenharia Física, a funcionar no Campus de Gualtar, em Braga). A opção estratégica de enriquecer o polo de Guimarães com formações de áreas científicas diversas, mas complementares, concretizou-se, nos anos 1990, com a criação das licenciaturas em Geografia e Planeamento e em Arquitetura e, já no novo século, com as formações em Design e Marketing de Moda, Design de Produto e Teatro. Em termos numéricos, a distribuição dos estudantes pelos dois polos é regular ao longo do tempo, oscilando em torno dos dois terços dos alunos em Braga e um terço em Guimarães, conforme pode verificar-se na figura 20, para dados disponíveis a partir de 1999. Verifica-se, igualmente, que a população estudantil tem-se mantido estável em número de alunos, assinalando-se alguma perda de estudantes nos cursos lecionados no polo de Braga.

É possível verificar também, na figura 21, que o polo de Braga conta com uma população estudantil mais feminizada do que o polo de Guimarães. A feminização dos estudantes é uma tendência observável no sistema de ensino superior português desde há várias décadas. Em 1966/1967, 41,5% dos estudantes de ensino superior eram mulheres;¹⁵¹ em 1985, já são mais as mulheres do que os homens matriculados no ensino superior; em 2012 a taxa de feminização é de 53,5%.¹⁵² Na Universidade do Minho, a população feminina tendeu sempre a ultrapassar a masculina. Em 2012, 64% dos estudantes eram mulheres, valor significativamente superior à média nacional.

As diferenças de género na população estudantil da Universidade do Minho são particularmente evidentes no que respeita à eficiência formativa. Conforme se constata na figura 22, as mulheres superam, sistematicamente, os homens na obtenção de diplomas de graduação, em cursos de bacharelato, CESE, licenciatura e mestrado integrado, com percentagens a rondar os 65% dos graduados, acompanhando os valores a nível nacional e ligeiramente superior à média dos países da União Europeia.¹⁵³ O gráfico permite também perceber que o crescimento do número de graduados é particularmente acelerado na década que medeia os anos de 1995 e 2005.

Desde 1978, ano em que ocorreram as primeiras graduações, foram já concedidos pela Universidade do Minho mais de 40000 diplomas de cursos de graduação. Na figura 23 é possível ver a distribuição dos diplomas pelos vários cursos de graduação (bacharelato, CESE, licenciatura e mestrado integrado). Sublinhe-se o excepcional crescimento verificado entre os anos 1993 e 2003, assim como os efeitos que o

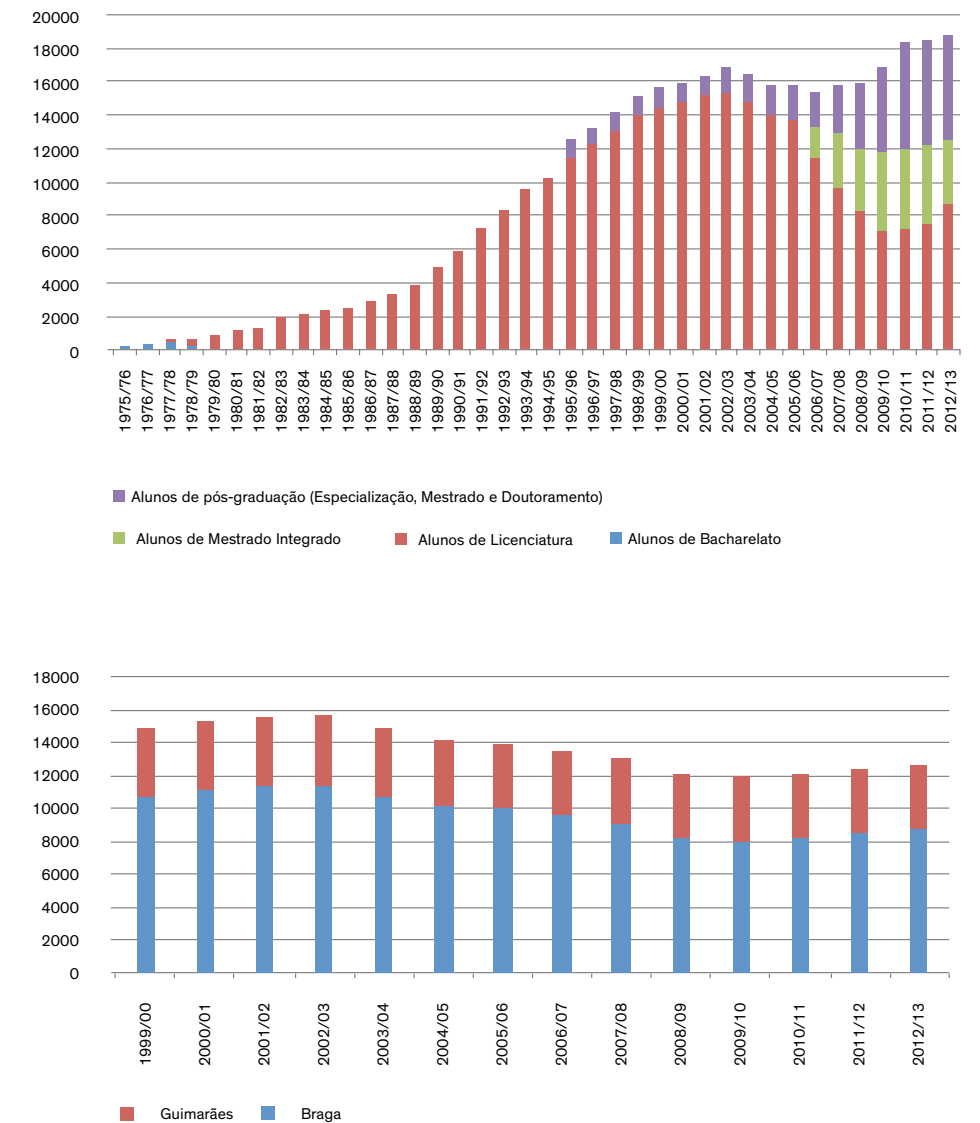


Fig. 19
Evolução do número de alunos inscritos na Universidade do Minho, 1975-2013
Fonte: Relatórios de Atividades da UMinho e Serviços Académicos UMinho. Elaboração própria

Fig. 20
Distribuição dos alunos de 1º Ciclo e Ciclos Integrados pelos polos de Braga e Guimarães, 1999-2013
Fonte: Serviços Académicos da Universidade do Minho. Elaboração própria

modelo de Bolonha provocou, a partir de 2007, sobretudo nos primeiros anos do seu funcionamento.

Do ponto de vista da origem geográfica, a comunidade estudantil da Universidade do Minho não se diferencia da tendência para um recrutamento regionalizado manifesta nas restantes academias do País. Se nas primeiras décadas era bastante frequente que uma parte significativa dos estudantes tivesse origem noutras regiões do país, hoje verifica-se uma grande concentração de estudantes oriundos dos distritos circunvizinhos. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Universidade do Minho,¹⁵⁴ em 2010, mais de 90% dos estudantes inscritos provêm dos distritos de Braga (67%), Porto (16,6%) e Viana do Castelo (8,1%). Em 1993, 50% dos estudantes da Universidade do Minho estavam deslocados da residência habitual da família.¹⁵⁵ A tendência para a captação de estudantes de áreas geográficas próximas acompanha a extensão da rede de ensino superior em Portugal e a correlativa oferta de cursos em instituições localizadas na própria região de residência das famílias dos estudantes. Em consequência, a partir de meados da década de 1990, estudantes e famílias deixam de considerar como normal e inevitável a deslocação para frequência do ensino superior, como havia acontecido para as gerações anteriores. Para o decréscimo de mobilidade interna dos estudantes contribui também o acesso a este nível de ensino de alunos de classes sociais mais baixas que não podem somar aos custos com os estudos os custos de deslocação e optam, portanto, por instituições mais próximas.¹⁵⁶

Nas últimas duas décadas, a crescente regionalização da população estudantil tem sido acompanhada da sua internacionalização através de programas de mobilidade académica. Destaca-se a este respeito o programa *Erasmus*, iniciativa da Comissão Europeia que arrancou em 1987 e que apoia o intercâmbio de estudantes entre instituições de ensino superior do espaço europeu. No ano letivo de 2011/2012, um total de 265 alunos da Universidade participou em programas de mobilidade e foram acolhidos 570 estudantes de universidades estrangeiras, verificando-se um decréscimo de alunos em mobilidade nos últimos anos, presumivelmente associado a dificuldades das famílias em comparticiparem os custos.¹⁵⁷

Por natureza, a comunidade estudantil é volátil e em permanente renovação. Ainda que muito importantes do ponto de vista do desenvolvimento pessoal de cada um, os anos de frequência universitária dos estudantes são uma fração no tempo da instituição. Mas à medida que as gerações se sucedem, permanecem as estruturas do associativismo estudantil. Sem a pretensão de mencionar todas as iniciativas dos estudantes da Universidade do Minho ao longo das quatro décadas da instituição, far-se-á uma breve descrição de algumas das principais marcas deixadas pelos estudantes.

A Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), como estrutura representativa da comunidade estudantil, é oficialmente criada em 1977, na sequência do registo legal da Pró-Associação formada desde 1975. A efervescência política e social vivida no País nos anos que seguem à Revolução de abril de 1974 reflete-se

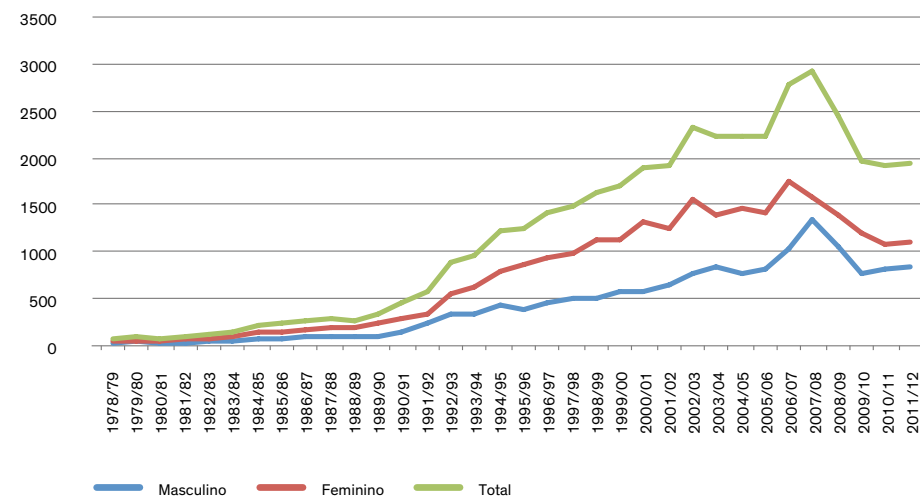
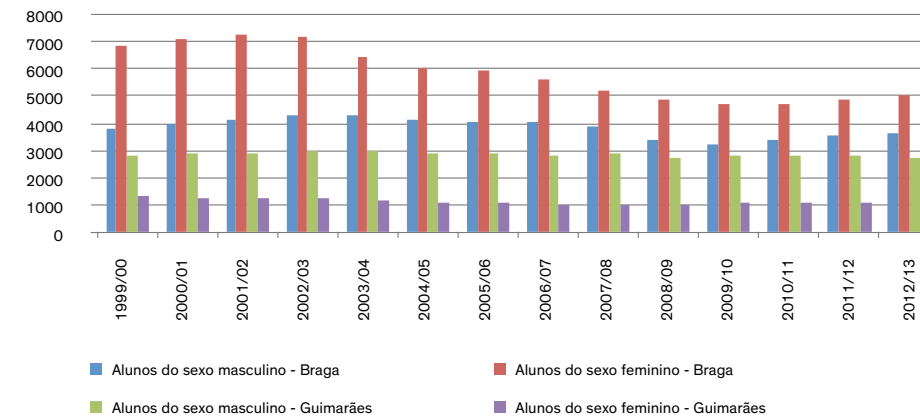


Fig. 21
Distribuição dos estudantes de formação inicial por sexo e por campus, 1999-2013
Fonte: Serviços Académicos da Universidade do Minho. Elaboração própria

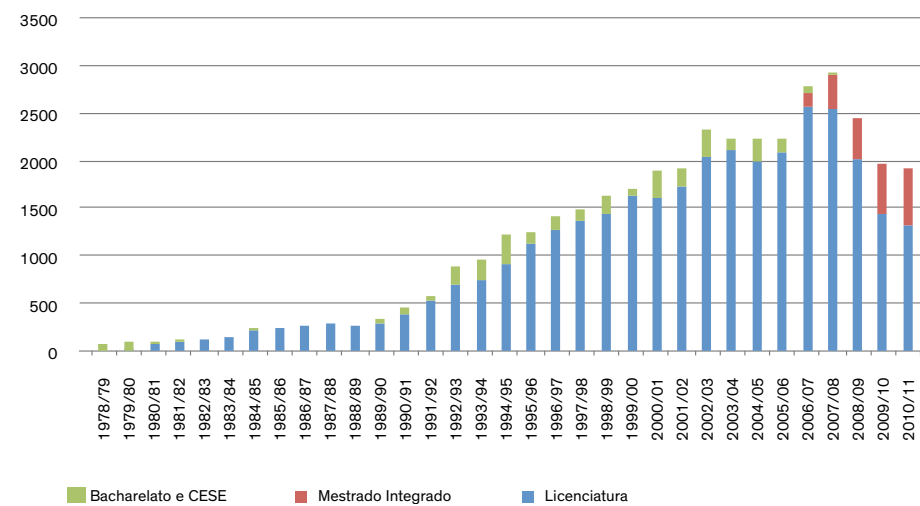


Fig. 22
Estudantes graduados (Bacharelato, CESE, Licenciatura, Mestrado Integrado) por sexo, 1978-2012
Fonte: Serviços Académicos da Universidade do Minho. Elaboração própria

Fig. 23
Estudantes graduados por grau de formação inicial, 1978/2012
Fonte: Serviços Académicos da Universidade do Minho. Elaboração própria

também na comunidade de estudantes, que estão a descobrir as regras democráticas e as práticas do associativismo. Nesse contexto, por todo o país, as academias estão muito politizadas e as associações académicas são palco de disputas políticas que estão para lá das questões diretamente relacionadas com os interesses dos estudantes. Todavia, e apesar de esse ambiente de forte ideologização ter estado também presente na academia minhota, a partir dos anos 1980 a dimensão político-ideológica perde terreno para as lutas pelos interesses dos estudantes relativamente à vertente pedagógica, cultural e de apoio social.¹⁵⁸

Enquanto estrutura representativa dos alunos, a AAUM será sempre um interlocutor privilegiado na relação destes com os órgãos de governo da Universidade. As reitorias apoiam logisticamente as atividades da AAUM e em diversos domínios verifica-se uma evidente complementaridade. São os casos da organização de transporte entre os dois polos da Universidade e o desporto universitário, onde a Universidade do Minho se vem destacando, não apenas pela ampla oferta de atividades desportivas à comunidade académica, em instalações de elevada qualidade que a Universidade providencia para o efeito, mas sobretudo pelos resultados alcançados em campeonatos nacionais, europeus e mundiais, em desportos coletivos e individuais. A aposta conjunta, da Universidade e dos seus estudantes, nas atividades desportivas foi reconhecida, em 2013 com a atribuição do Prémio para Melhor Universidade Europeia em Desporto Universitário, pela European University Sports Association, liderando a Universidade do Minho o ranking deste organismo. A Universidade acolheu já diversos eventos internacionais de desporto universitário, destacando-se os 1º e 2º Campeonatos Europeus Universitários de Taekwondo, em 2009 e 2011, o 10º Campeonato do Mundo Universitário de Badminton, em 2008 e o Campeonato Mundial Universitário de Futsal, em 2012. Para estes resultados foi decisivo o investimento feito na formação desportiva dos estudantes, desde cedo presente nas preocupações daqueles que estavam a moldar a nova universidade. Recorde-se que o complexo desportivo de Gualtar abriu as suas portas no ano letivo de 1992/1993, apenas três anos depois do complexo pedagógico que inauguraria as instalações definitivas da Universidade. A centralidade do desporto leva mesmo Teresa Ruão¹⁵⁹ a considerá-lo um traço identitário e diferenciador da Universidade do Minho.

A Associação Académica da Universidade do Minho tem tido, também, ao longo das décadas da sua existência, um importante papel na dinamização cultural da comunidade de estudantes e na organização das suas festividades. As atividades de natureza cultural têm sido desenvolvidas por vários agrupamentos, alguns deles com atividade contínua e outros já inativos. Aqui se incluem várias tunas universitárias, o Coro Académico, o Teatro Universitário do Minho, o Grupo de Música Popular, o Grupo de Fados e a ARCUM – Associação Recreativa e Cultural da Universidade do Minho, entre outros, a maior parte deles fundados nas décadas de 1980 e 1990.¹⁶⁰

Uma palavra de destaque é devida à Rádio Universitária do Minho (RUM). O seu surgimento está associado à vaga de emissões radiofónicas que irrompeu na segunda metade dos anos 1980 e que multiplicou as rádios locais a funcionarem sem licença. Sentindo os estudantes necessidade de um canal de comunicação que pudesse expressar e divulgar os seus interesses e atividades, a RUM surge por iniciativa de um grupo de estudantes apoiado pela AAUM e pela Reitoria, que patrocina financeiramente a aquisição dos primeiros equipamentos. A primeira emissão data de finais de 1984, mas só em 1989 obtém a licença de emissão. Desde então tem-se distinguido pelo profissionalismo do trabalho radiofónico realizado e pela vanguarda nos meios tecnológicos de comunicação que mobiliza. Propriedade da AAUM e sediada nas instalações de uma das residências universitárias, a RUM mantém desde a sua fundação uma linha editorial diferenciadora, pela atenção dedicada à cultura, designadamente à literatura, à música alternativa e às artes em geral, bem como o acompanhamento e divulgação das atividades científico-culturais na Universidade, nas cidades universitárias e na região. Mais recentemente, e acompanhando as possibilidades trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, foi criada a AAUM TV, um canal televisivo emitido em circuito fechado.

As atividades dos alunos estão também organizadas em núcleos de estudantes afetos aos cursos que têm por objetivo a dinamização científica e cultural nas áreas disciplinares em que fazem formação. Neste sentido, formaram-se ao longo dos anos dezenas de núcleos, cujas principais iniciativas são a organização de colóquios, seminário e tertúlias, assim como de publicações na área. Paralelamente, são também levadas a cabo ações de solidariedade e de recreação, contribuindo para uma formação completa dos estudantes, que vai para lá das componentes curriculares e os prepara para a participação cidadã, para o trabalho em equipa e para a interação com a sociedade. O mais antigo destes núcleos, o Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais, foi criado em 1983. O curso de Relações Internacionais, um dos primeiros a funcionar na Universidade do Minho, organiza, de forma ininterrupta, os seus colóquios desde 1980.

Um nota final para mencionar a criação da Associação de Antigos Estudantes da Universidade do Minho (AAEUM), em 1989, com o apoio da Reitoria liderada por Sérgio Machado dos Santos, visando representar os estudantes que obtiveram um grau académico ou que frequentaram a Universidade do Minho. Para além de manter vivos os laços entre os antigos estudantes e a sua *alma mater*, a AAEUM propõe-se também fomentar as redes pessoais e profissionais dos que passaram pela academia minhota e contribuir para a projeção da Universidade do Minho a nível nacional e internacional como “*centro de excelência de ensino, formação e investigação*”.¹⁶¹

Se os estudantes são as flores e os frutos que a cada ano enchem de vida a academia, o corpo docente é o seu tronco, crescendo e robustecendo-se lentamente e produzindo a seiva que alimenta sucessivas gerações de rebentos. O recrutamento do

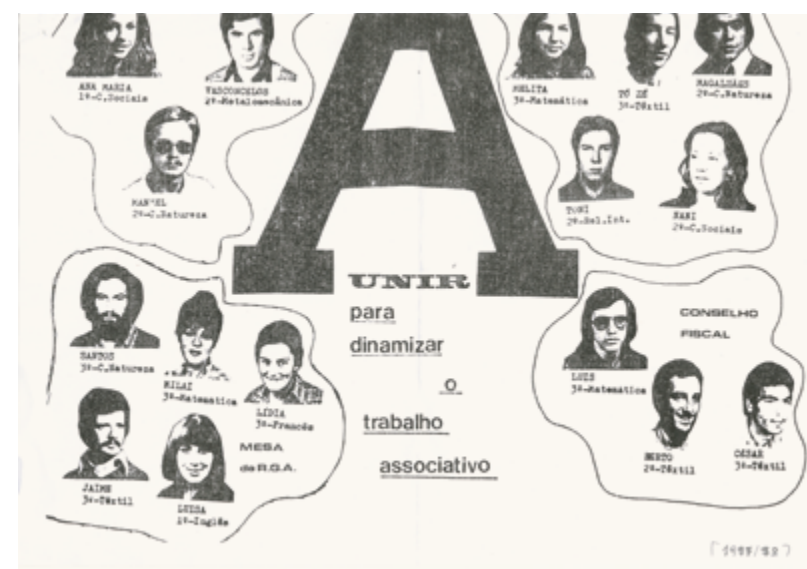
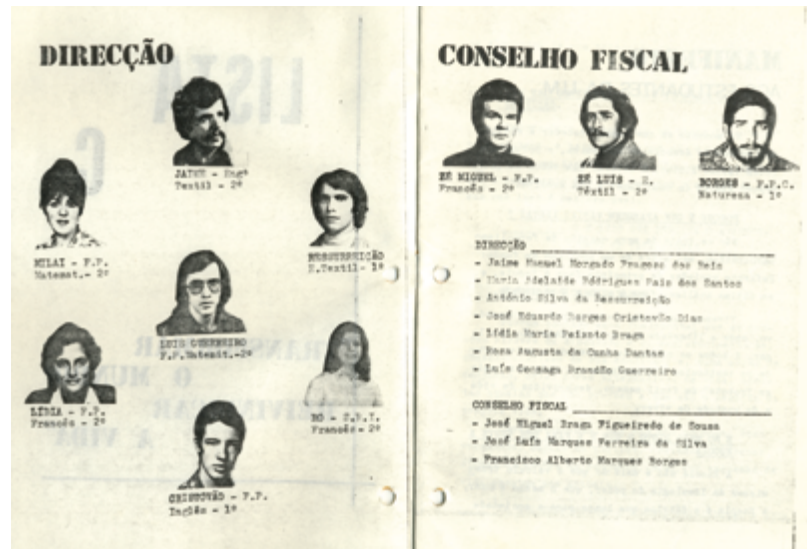


Fig. 24
Candidatura à Associação Académica da Universidade do Minho, 1976/1977
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, folhetos diversos, 1976

corpo docente iniciou-se logo após a tomada de posse da Comissão Instaladora, em fevereiro de 1974. O primeiro deles haveria de ser Joaquim Barbosa Romero, que veio a ser Reitor em exercício na ausência de Lloyd Braga, entre Junho de 1980 e setembro de 1981. Conforme mencionado acima, foi determinante a captação de docentes que tinham começado as suas carreiras académicas nas universidades ultramarinas. Efetivamente, uma parte significativa do contingente inicial de professores recrutados para a Universidade do Minho passou por essa experiência, em particular na Universidade de Lourenço Marques. Quando integrados na nova universidade, de algum modo deram continuidade a uma rede de trabalho que se iniciara entre finais dos anos 1960 e a primeira parte de 1970, o que contribuiu para um ambiente não apenas *familiar*, mas também pouco influenciado pelas marcas hierárquicas instaladas nas relações entre colegas das universidades clássicas.

Independentemente da sua origem geográfica, os docentes eram fortemente incentivados a residirem nas novas cidades universitárias, entregando-se plenamente à sua carreira na Universidade do Minho. Deste modo, a Universidade constituía um verdadeiro *corpo* docente, com professores que sentiam a Universidade como sua e não como o lugar onde iam lecionar algumas vezes por semana. A cidade de Braga beneficiou mais da instalação destes novos residentes do que a cidade de Guimarães. De facto, nos primeiros anos as aulas decorriam sobretudo nesta cidade, o que levou a que professores, mas também estudantes e funcionários, se instalassem preferencialmente em Braga.

A figura 28 mostra a evolução do número de docentes ao longo de quase 40 anos, podendo aí perceber-se que o crescimento foi mais acelerado entre 1990 e 2000, após o que se observa uma estagnação com ligeiro decréscimo até 2010, voltando-se então a um ténue aumento do corpo docente. O gráfico acompanha também a evolução da percentagem de docentes doutorados, que vem progredindo ao longo dos anos, e de forma mais intensa na primeira década do século XXI, correspondendo aos doutoramentos dos docentes que integraram a universidades nos anos 1990 e que começavam quase sempre a sua carreira com o grau de licenciado, como assistentes-estagiários.

Em 2012, a Universidade do Minho conta com 893 docentes de carreira, e entre estes a percentagem de doutorados é de 93%. Desempenham também atividade 72 investigadores doutorados e docentes convidados. Entre o pessoal docente e investigador, 55% são do sexo masculino. A caracterização demográfica do corpo docente permite perceber que a Universidade se depara com um evidente envelhecimento dos seus quadros – em 2012, 72% tinha 40 ou mais anos e apenas 5,5% tinha menos de 30 anos.¹⁶²

Tão importante quanto os corpos de estudantes e professores é o corpo de funcionários que, nos últimos 40 anos, assegura o funcionamento quotidiano da instituição. Heterógeno por natureza, acolhendo categorias muitas variadas, de assistente operacional a técnico superior,¹⁶³ o corpo de pessoal não-docente e não investigador

teve uma evolução sustentada até meados dos anos 2000, como pode ver-se na figura 29, declinando desde então em resultado de políticas de gestão da administração pública que limitam severamente a entrada de novos elementos.

Em 2012, 88% dos funcionários não-docentes e não-investigadores tinha com a Universidade um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Em termos de qualificações, 51% tinham entre 9 e 12 anos de escolaridade e 43% tinham formação de nível superior. Tal como referido já acerca do pessoal docente e investigador, também o corpo de funcionários não-docentes, composto em 64% por mulheres, evidencia uma clara tendência de envelhecimento, com 71% a situar-se na faixa etária dos 40 ou mais anos.

Desde 1996, o corpo de funcionários docentes e não-docentes da Universidade dá vida à Associação de Funcionários da Universidade do Minho (AFUM). A AFUM é apoiada pela Universidade, dispondo de uma sede no campus de Gualtar. Importa sublinhar que a AFUM, com cerca 1300 associados, é dinamizada por ambos os corpos, docente e não-docente, que se envolvem conjuntamente na gestão da Associação e nas atividades realizadas. A Associação foi criada com o objetivo de dinamizar atividades de natureza cultural, desportiva e recreativa destinadas em particular aos seus associados e familiares. Algumas das atividades emblemáticas da AFUM são a Festa de Natal, os campos de férias para crianças e jovens e as viagens de turismo. A AFUM visa também desenvolver iniciativas de carácter social de apoio social à infância e à juventude.¹⁶⁴ Para o efeito, constituiu-se em 2012 como Instituição Particular de Solidariedade Social, almejando em breve ter condições para erguer estruturas de apoio à infância, sendo a criação de uma creche um anseio de longa data, e aos associados aposentados.¹⁶⁵

4.3 Símbolos e tradições: uma identidade viva

Como nova representante da secular instituição que é a universidade, a Universidade do Minho teve de apresentar-se ao exterior como depositária legítima desse património, transportando, simultaneamente, elementos diferenciadores. Nesse processo de formação de uma nova instituição foram cruciais os símbolos pela sua capacidade de condensarem significados e identidades. Os símbolos da Universidade do Minho foram uma preocupação da Comissão Instaladora logo em 1974, quando são aprovados o brasão, o selo e a bandeira. O emblema tem a seguinte descrição:

“Escudo peninsular: de prata, três jacintos de verde, floridos de sua cor, postos 2 e 1; chefe de vermelho, carregado de um livro aberto de sua cor, com ferreagens de ouro, tendo as letras em caracteres gregos de negro: alfa e ómega. Elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro e forrado de vermelho voltado à direita a três quartos. Timbre: uma serpe de verde armada e linguada de vermelho. Paquífe e virol de prata e vermelho. Listel branco com os dizeres em caracteres vermelhos: UNIVERSIDADE DO MINHO”.¹⁶⁶



Fig. 25
1º Campeonato Europeu Universitário de Taekwondo, Universidade do Minho, 2009.
Fonte: SASUM, coleção de fotografias



Fig. 26
Folheto de espetáculo do TUBRA - Teatro Universitário de Braga, 1979
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, folhetos diversos, 1979

Fig. 27
Listagem dos primeiros docentes contratados pela Universidade do Minho
Fonte: UMinho, Arquivo da Reitoria, listagem do Conselho Científico, s.d.

NOME	ÁREA CIENTÍFICA	DATA *
JOAQUIM JOSÉ BARBOSA ROMERO	Engenharia Química	01.03.74
CARLOS ALBERTO LLOYD BRAGA	Física	14.05.74
JÚLIO BARREIROS MARTINS	Engenharia Civil	03.05.74
LÓCIO CRAVEIRO DA SILVA	Filosofia	24.08.76
JOSÉ ALBERTO G. FERNANDES DE CARVALHO	Matemática	24.05.77
ALBERTO XAVIER DA CUNHA MARQUES	Biologia	
ABÍLIO LIMA DE CARVALHO	Antropologia Social	01.04.76
JÓÃO EVANGELISTA DE JESUS SIMÃO	Química	29.10.76
HERNANI LOPES DA SILVA MAIA	Química Orgânica	27.01.75
LICÍNIO CHAÍNO PEREIRA	Engenharia Física	01.02.75
LUÍS DE JESUS SANTOS SOARES	Engenharia Química	03.03.75
VICTOR MANUEL P. AGUIAR E SILVA	Literatura Portuguesa	20.04.77
SÉRGIO MACHADO DOS SANTOS	Sistemas de Controlo	13.08.75
ANTÓNIO SERAFIM VALE E VESCONCELOS	Economia	01.04.76
JOSÉ EDUARDO LOPES NUNES	Geologia	30.12.76
GASPAR SOARES DE CARVALHO	Geologia	03.05.76
JOSÉ RIBEIRO DIAS	Filosofia	30.12.76
JÓÃO DE DEUS R. SALVADOR PINHEIRO	Engenharia Química	30.12.76
CARLOS AUGUSTO DE MOURA BRANCO	Engenharia Mecânica	01.10.76
ALTARDO BARBOSA MACHADO	Sistemas de Controlo	30.12.76
MARIA VIRGÍNEA MENDES GREGÓRIO	Química	31.12.77
RUI NEVES DA COSTA RODRIGUES	Ciências Políticas	02.03.78
FERNANDO DOS SANTOS MARQUES	Engenharia Metalúrgica	17.08.77
JORGE LEITE MARTINS DE CARVALHO	Engenharia Electrotécnica	01.01.78
MARIA ISABEL L. CALADO FERREIRA	Física Atómica	23.07.76
RAUL FERNANDO A. MOREIRA VIDAL	Engenharia de Sistemas	01.01.78
CARLOS ANTÓNIO ALVES BERNARDO	Engenharia Química	29.08.75
JOSÉ ISIDORO FÉRIA SEITA	Química Orgânica	
MÁRIO DUARTE ARAÚJO	Engenharia Têxtil	28.05.75
LUÍS MANUEL N. GUIMARÊS DE ALMEIDA	Engenharia Têxtil	02.12.75

* - Data da entrada em exercício.

NOME	ÁREA CIENTÍFICA	DATA *
JOÃO FERNANDO ALVES FERREIRA	Eng.ª Química Industrial	03.05.74
VIRGÍLIO AZUL PÁSCOA MACHADO	Engenharia Química	15.12.75
JOSÉ MANUEL VAZ	Economia	
JOSÉ JOAQUIM COSTA CRUZ PINTO	Eng.ª Química Industrial	18.09.78

* - Data da entrada em exercício.

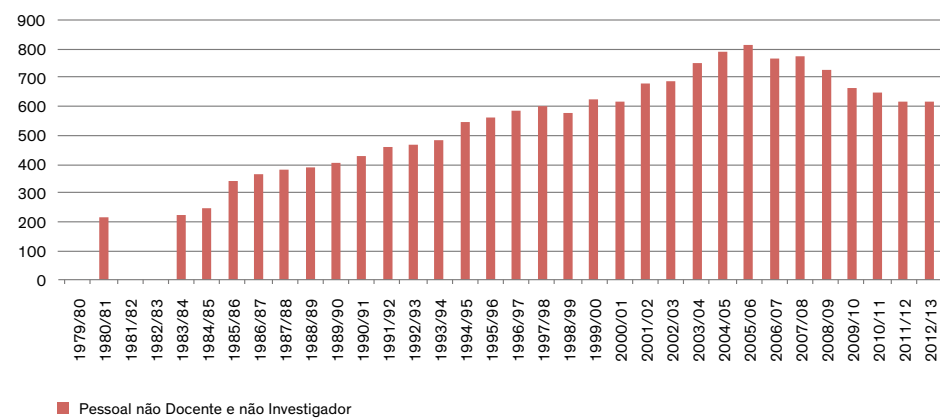
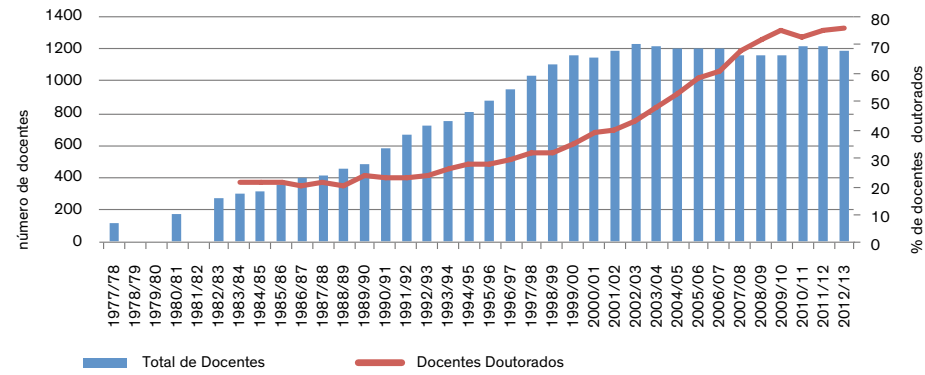


Fig. 28
Evolução do número de docentes e de docentes doutorados, 1978-2013
Fonte: DRH. Elaboração própria

Fig. 29
Evolução do número de funcionários, 1980-2013
Fonte: DRH. Elaboração própria

Para o selo é destacado um dos elementos do brasão, a flor de jacinto. Nele se representam “dois círculos concêntricos sendo o de menor raio em forma de colar de perolas e tendo, entre eles, a seguinte legenda: UNIVERSIDADE DO MINHO; ao centro, três jacintos em dois e um”.¹⁶⁷

Por trinta anos, este seriam os símbolos da Universidade. Em 2003, conforme referido no capítulo 4, sendo Reitor Guimarães Rodrigues, a Universidade faz uma renovação dos símbolos, mantendo todavia a ligação à representação heráldica fundadora. O novo logótipo, do designer Francisco Providência, tem como matriz simbólica a estrela de seis pontas branca sobre fundo vermelho, inspirada na flor de jacinto, já presente no brasão e no selo iniciais, e em tradições representacionais de comunidades piscatórias do Minho. Além da reverberação do jacinto, o novo símbolo retoma do anterior o predomínio das cores branca e vermelha, que são, de acordo com os Estatutos de 2008, Artº 12º, nº 3, as cores da Universidade. Do ponto de vista semiótico, o novo símbolo traduz, nas suas linhas geométricas, contemporaneidade,

simplicidade, rigor e abertura, ao mesmo tempo que evoca as raízes identitárias da instituição. Ainda que não tenha sido consensual por introduzir um tom de *marca* nos símbolos institucionais, confrontando a Universidade com a revisão da sua matriz cultural moldada por valores centenários, o *aggiornamento* da imagem da universidade acabou por entranhar-se sem demasiadas resistências. Refira-se que o brasão de armas continua a ser utilizado em documentos especiais.

Como é tradicional nas instituições universitárias, também na Universidade do Minho são importantes os momentos de celebração e ritualização. Foi decidido celebrar o Dia da Universidade a 17 de fevereiro, dia em que no ano de 1974 tomou posse a Comissão Instaladora¹⁶⁸ e foi adotado um traje professoral, usado cerimonialmente e, em particular, por ocasião do Cortejo Académico de doutores na sessão solene do Dia da Universidade que tem lugar no Salão Medieval do Largo do Paço. O traje adotado a partir de 1984 pela Universidade do Minho inspira-se tanto no traje académico da Universidade de Coimbra, como nas vestes das ordens religiosas da região, nomeadamente os Beneditinos, por sugestão do então Reitor Lúcio Craveiro da Silva. Depois de várias tentativas, é fixado, em 1994, o desenho do traje, composto de uma toga em tecido preto, um capelo duplo em cetim (na cor da área científica do Doutor) e em veludo com alamares, finalizado com um chapéu em veludo com borla de cor idêntica à do capelo. O traje do Reitor distingue-se pelo cetim do capelo em cor preta.¹⁶⁹

Também os estudantes da Universidade adotaram um traje, como é comum nas academias do país. Sentindo a necessidade de diferenciar-se para melhor cunhar uma identidade para a academia minhota, os estudantes inspiraram-se no traje usado pelos alunos dos Estudos Gerais de Braga no século XVIII e que ficou registado nos azulejos da escadaria do edifício do Largo do Paço e em escritos da época. Em 1989, alguns estudantes, entre os quais o presidente da Associação Académica Luís Novais, estudaram essa memória histórica dos estudantes bracarenses do século XVIII e recriaram a partir desse modelo o atual traje, que passou a usar-se em atividades e festividades dos estudantes, a partir dos anos 1990. Esse traje, em cor preta, tem como principais características o tricórnio, um chapéu de três bicos, as bermudas, o feitio das mangas do casaco, os debruados com botões e a capa em godé traçada sobre o ombro esquerdo e sob o braço direito. As insígnias são colocadas na manga direita do casaco, consistindo num emblema da Universidade ou da AAUM com fitas que indicam, pela cor, o curso frequentado pelo estudante e, pela largura, o ano curricular de frequência. No final dos anos 1990, a bengala e a cartola usadas pelos estudantes finalistas foram substituídas pelo tricórnio de cor e pelo bastão, mais consentâneos com a imagética do traje minhoto. Se nos primeiros tempos o traje, com o seu aspeto arcaico, surpreendia, a tenacidade dos seus idealizadores, que faziam questão de o envergar nas reuniões com a tutela na capital portuguesa, foi rapidamente compensada e o traje minhoto afirmou-se, tendo o resgate dessa tradição servido de inspiração para outras novas academias no país.¹⁷⁰



Fig. 30
Brasão e Selo da Universidade, 1974; Símbolo da Universidade, 2003
Fonte: GCI, identidade gráfica

Tal como a Universidade se afirmou como uma instituição com marcas distintivas, também os estudantes procuraram ser reconhecidos não apenas como universitários, mas como estudantes da Universidade do Minho. Para o efeito, foram igualmente importantes as festividades académicas que contribuíram para a demarcação relativamente a tradições de outras universidades nacionais. A par do traje, as festas do Enterro da Gata representam um elemento diferenciador. As primeiras celebrações fizeram-se com a designação de Semana Académica, adotando ainda, por poucos anos, a terminologia coimbrã de Queima das Fitas. Em 1989, é decidido revitalizar o Enterro da Gata, cem anos depois do primeiro Enterro da Gata organizado pelos alunos do Liceu Sá de Miranda de Braga, que incluía Serenata, Sarau Cultural, Testamento, Baile de Gala e Cortejo, e que foi interrompido em 1970, em solidariedade com o luto académico decretado em Coimbra.¹⁷¹ As festividades do Enterro da Gata têm a duração de uma semana e incluem, como principais momentos, a Serenata, a Imposição de Insígnias aos finalistas, o Velório da Gata, a apresentação do seu Testamento (texto em tom jocoso e de crítica social) e o Cortejo Académico que finaliza com o simbólico Enterro da Gata, representando o “*enterro do chumbo*”.

O resgate de tradições estudantis vindas do século anterior foi de grande importância na consagração e legitimação de uma identidade própria da academia minhota, reavivando práticas históricas na cidade de Braga e vinculando a nova Universidade a uma tradição estudantil com algumas raízes. Exemplo maior da demanda ao baú da história é a comemoração do 1º de Dezembro, data tradicionalmente celebrada pelos estudantes liceais desde longa data, já que terão sido os estudantes do Colégio de S. Paulo, em Braga, os primeiros a aclamarem D. João IV. Essa celebração envolvia, no século XIX e XX, festejos patrióticos nas ruas, récita e baile de gala e a publicação de Número Único alusivo.¹⁷² Em 1991, foram retomadas pela Associação Académica as celebrações do 1º de Dezembro, com a publicação do Número Único e a organização de uma récita onde se apresentam grupos culturais da Universidade.



Fig. 31
Doutores da Universidade do Minho envergando o traje professoral
Fonte: GCI, coleção de fotografias



Fig. 32
Traje académico dos estudantes da Universidade do Minho
Fonte: AAUM

Fig. 33
Testamento da Gata, 1994
Fonte: AAUM



Fig. 34
Número Único Comemorativo das Tradicionais Festas Académicas Bracarenses do 1º de Dezembro, 1991.
Fonte: AAUM e BPB, Comemorações do 1º de dezembro



Notas

- 1 Entrevistas a Cacilda Moura, em 1 de Agosto de 2013, e a Luís Novais, em 23 de setembro de 2013, que presidiram à Associação Académica da Universidade do Minho em 1981-1982 e 1988-1991, respetivamente.
- 2 UMinho-RT, Universidade do Minho, *Desenvolvimento da Universidade do Minho a Curto e Médio Prazo*, 1982, 3.
- 3 Cf. UMinho-SMS, Senado Universitário, *Acta* n.º1/94, 31 de janeiro de 1994.
- 4 UMinho-SMS, Senado Universitário, *Acta* n.º3/94, 25 de julho de 1994.
- 5 Cf. UMinho-SMS, Senado Universitário, *Acta* n.º1/95, 25 de janeiro de 1995. O mesmo documento define que o curso de Licenciatura em Musicologia ficaria em Braga e que as Ciências da Saúde se desenvolveriam em Braga, a partir das valências existentes nos domínios da Biologia e da Engenharia Biológica e que as Belas Artes se poderiam vir a desenvolver em Guimarães, a partir da Arquitetura.
- 6 UMinho-SMS, Senado Universitário, *Acta* n.º1/96, 29 de janeiro de 1996.
- 7 UMinho-SMS, Senado Universitário, *Acta* n.º2/96, 13 de maio de 1996.
- 8 Entrevista à presidência da Escola de Arquitetura, 27 de maio de 2013. De acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Académicos arranca no ano letivo de 1997-1998, com um total de 67 alunos. A média de acesso a esta licenciatura foi, logo no 1º ano, bastante elevada.
- 9 D.R., 2ª série, n.º 209, 28 de outubro de 2009, *Estatutos da Escola de Arquitectura*.
- 10 Cf. Texto de apresentação, disponível *online* em: <http://www.arquitectura.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=1&tabid=15&pageid=63&lang=pt-PT>, consultado em 04 de janeiro de 2014.
- 11 Cf. <http://www.arquitectura.uminho.pt/Default.aspx?tabid=7&pageid=378&lang=pt-PT>, consultado em 04 de janeiro de 2014.
- 12 Para informações mais detalhadas ver UMinho-RT, Despacho RT/C-80/2011, de 16 de julho de 2011.
- 13 Cf. <http://www.arquitectura.uminho.pt/Default.aspx?tabid=7&pageid=193&lang=pt-PT>, consultado em 04-01-2014
- 14 Entrevista à presidência da Escola de Arquitetura, 27 de maio de 2013.
- 15 Entrevista à presidência da Escola de Arquitetura, 27 de maio de 2013.
- 16 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º1», *Actas*...1974.
- 17 UMinho-CIUM, *Cursos e departamentos nos domínios das Ciências Exactas e Tecnologias*...
- 18 UMinho-CIUM, *Cursos e departamentos nos domínios das Ciências Exactas e Tecnologias*...31.
- 19 UMinho-CIUM, *Cursos e departamentos nos domínios das Ciências Exactas e Tecnologias*...33-41.
- 20 Cumpre recordar que as primeiras licenciaturas avançam em 1977-1978, na área da Engenharia.
- 21 De acordo com dados sobre o número de alunos fornecidos pelos Serviços Académicos.
- 22 Cf., Universidade do Minho, *Regulamento Interno*...,1976, 5.
- 23 D.R., 1ª Série B, n.º 41/1998, *Despacho Normativo* n.º 11/98.
- 24 Cf. Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho*,1989 e D.R., 2ª série, n.º236, 5 de dezembro de 2008, *Estatutos da Universidade do Minho*.
- 25 D.R. 2ª série, n.º 143, 27 de julho de 2009 - *Estatutos da Escola de Ciências da Universidade do Minho*.
- 26 Disponível *online* em: <http://www.ecum.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=1&tabid=6&pageid=13&lang=pt-PT>, consultado em 24 de janeiro de 2014.
- 27 Não abriu vagas em 2013/2014.
- 28 Em 2013/2014, funcionam ações de formação em Biologia; Geologia; Física; Química e Matemática, numa parceria com a Porto Editora.
- 29 Informação sobre a oferta formativa da escola disponível *online* em: <http://www.ecum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=332&lang=pt-PT>, consultado em 24 de janeiro de 2014.
- 30 Cf. <http://www.ecum.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=3&tabid=9&pageid=21&lang=pt-PT>, consultado em 11 de fevereiro de 2014.
- 31 Cf. <http://www.ecum.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=4&tabid=21&pageid=819&lang=pt-PT>, consultado em 11 de fevereiro de 2014.
- 32 Cf. <http://www.ecum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=205&lang=pt-PT>, consultado em 24 de janeiro de 2014.
- 33 D.R. 2ª série, n.º 143, 27 de julho de 2009, *Estatutos da Escola de Ciências da Universidade do Minho*.
- 34 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 35 UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio da Medicina. Programação*, 1974.
- 36 UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio da Medicina*, 1976.
- 37 As atas da CIUM, ao longo do ano de 1975, permitem acompanhar o processo desde os trabalhos preparatórios.
- 38 Informação cedida pela Escola de Ciências da Saúde em setembro 2013.
- 39 UMinho-RT, *Despacho reitoral RT-16-A/98*, 16 de abril 1998.
- 40 UMinho-RT, *Despacho reitoral RT-4/99*, 13 de janeiro de 1999.
- 41 UMinho-RT, *Despacho RT56/99*, 29 de outubro de 1999.
- 42 Informação cedida pela Escola de Ciências da Saúde em setembro 2013.
- 43 Idem.
- 44 Idem.
- 45 Idem.
- 46 D.R., 2ª série, n.º 139, 21 de julho de 2009, *Estatutos da Escola de Ciências da Saúde*.
- 47 Entrevista a Luís Couto Gonçalves, Escola de Direito, 29 de maio de 2013.
- 48 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos [2ª entrevista], 16 de janeiro de 2013.
- 49 Entrevista a Vítor Aguiar e Silva, 24 de junho de 2013.
- 50 Gonçalves, 2003: 425-426. A primeira aula é lecionada pelo Professor Doutor Luís Couto Gonçalves.
- 51 S.a., 1993:343.
- 52 D.R., 2ª série, n.º111, 9 de junho de 2009, *Estatutos da Escola de Direito da Universidade do Minho*. De salientar que na 3ª alteração aos Estatutos da Universidade do Minho de 1989, publicada no D.R. 1ª Série B, n.º 119, 23 de maio 2000, *Despacho Normativo* n.º 25/2000 do Ministério da Educação, de 23 de maio, a Escola de Direito é já referida como unidade orgânica.
- 53 D.R., 2ª série, n.º111, 9 de junho de 2009, *Estatutos da Escola Direito*...
- 54 S.a., 2013:40.
- 55 S.a., 2013:20.
- 56 D.R., 2ª série, n.º111, 9 de junho de 2009, *Estatutos da Escola Direito*...
- 57 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974. Importa notar que este membro da CI deixou de fazer parte da Comissão ainda em 1974.
- 58 UMinho-CIUM, *Licenciaturas em Gestão de Empresas e Administração Pública, Regional e Local*, 1980.
- 59 D.R., 2ª série, n.º 51, 13 de março de 2013, *Estatutos da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho*.
- 60 Informação disponível *online* em: <http://www.eeg.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=7&pageid=14&lang=pt-PT>, consultado em 13 de janeiro de 2014.
- 61 Disponível em: <http://www.eeg.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=5&lang=pt-PT>, consultado em 7 de janeiro de 2014.
- 62 Cf. <http://www.eeg.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=6&tabid=9&pageid=21&lang=pt-PT>, consultado em 7 de janeiro de 2014.
- 63 Cf. <http://www.eeg.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=6&tabid=9&pageid=21&lang=pt-PT>, consultado em 7 de janeiro de 2014.
- 64 Para dados mais pormenorizados sobre a sua atividade cf.<http://www.eeg.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=4&tabid=19&pageid=1250&lang=pt-PT>, consultado em 7 de janeiro de 2014.
- 65 D.R., 2ª série, n.º 51, 13 de março de 2013, *Estatutos da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho*.
- 66 D.R., 2ª série, n.º 51, 13 de março de 2013, *Estatutos da Escola de Economia*...
- 67 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 68 Cf. UMinho-CIUM, Universidade do Minho, *Cursos e departamentos nos domínios das Ciências Exactas e Tecnologias, programação*, 197 [novembro] e também UMinho-CIUM, *Cursos de Engenharia de Produção. Justificação, Proposta de Planos de Estudo*, 1974 [24 de fevereiro].
- 69 Entrevista Sérgio Machado dos Santos [1ª entrevista], 9 de janeiro 2013.
- 70 Cf. Universidade do Minho, *Regulamento Interno Provisório*... 1976, 5 e Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho*...1989, 36.
- 71 D.R., 2ª série, n.º 158, 17 de agosto de 2009, *Estatutos da Escola de Engenharia da Universidade do Minho*.
- 72 <http://www.eng.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=18&pageid=122&lang=pt-PT>, consultado em 28 de dezembro de 2013.
- 73 Entrevista à Presidência da Escola de Engenharia, 17 de julho de 2013.
- 74 Cf. <http://www.eng.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=4&tabid=9&pageid=21&lang=pt-PT>; consultado em 28 de dezembro de 2013.
- 75 Universidade do Minho-Escola de Engenharia, *Relatório de Atividades de 2012*, Braga, 2012:34-36.
- 76 Para informação mais detalhada sobre o assunto veja-se: Universidade do Minho-Escola de Engenharia, *Relatório*... 54-63.
- 77 Cf. <http://www.eng.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=584&lang=pt-PT>, consultado em 23 de dezembro 2013.
- 78 Também surge abreviada, nalguns documentos, como EENG.
- 79 De acordo com a entrevista de 26 de abril de 2013.
- 80 Cf. *Estatutos da Escola de Psicologia*, disponíveis em: http://www.psi.uminho.pt/Uploads/DocPub_Escola/Estatutos_Psicologia_homologacao.pdf, consultados em 20 de dezembro de 2013.
- 81 Cf. <http://www.psi.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=1&tabid=9&pageid=28&lang=pt-PT>, consultado em 14 de dezembro de 2013.
- 82 Cf. <http://www.psi.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=10&pageid=29&lang=pt-PT>, consultado em 14 de dezembro de 2013.
- 83 Disponível em <http://www.psi.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=10&pageid=29&lang=pt-PT>, consultada em 14 de dezembro de 2013.
- 84 Cf. <http://www.psi.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=5&tabid=12&pageid=31&lang=pt-PT>, consultado em 23 de dezembro de 2013.
- 85 Para uma análise mais detalhada sobre a história desta escola cf. Pacheco *et al.*,2012: 35-71.
- 86 D.R., 2ª série, n.º120, 24 de junho de 2009, *Estatutos da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho*.
- 87 Pacheco *et al.*,2012: 106.
- 88 Este seria substituído pela professora Cecília Leão em 26 de abril de 1999.
- 89 Pacheco *et al.*, 2012: 106-107.
- 90 Para informações mais detalhadas sobre o processo de integração veja-se a obra supracitada: Pacheco *et al.*,2012: 106-108.
- 91 Pacheco *et al.*, 2012: 110-111.
- 92 Entrevista à presidência da Escola Superior de Enfermagem, 30-04-2013.
- 93 D.R., 2ª série, n.º120, 24 de junho de 2009, *Estatutos da Escola Superior de Enfermagem*.
- 94 D.R., 2ª série, n.º120, 24 de junho de 2009, *Estatutos da Escola Superior de Enfermagem*.
- 95 Veja-se informação disponibilizada *online* pela unidade: <http://www.es.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=258&lang=pt-PT>, consultada em 13 de dezembro de 2013..
- 96 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 97 Cf. UMinho-CIUM, «Acta n.º6», 2 de maio de 1974.
- 98 UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio da História. Programação*, 1974.
- 99 Cf. Universidade do Minho, *Regulamento Interno Provisório*, Braga, fevereiro 1976, 5. Os Estatutos da UMinho de 1989 (Cf. Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho*, 1989) fazem já referência a 6 unidades orgânicas, designadas por escolas, das quais faz parte a de Ciências Sociais.
- 100 Cf. Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*, 1979. O curso de licenciatura em Ensino de História e Ciências Sociais arranca no ano letivo de 1978-1979, com um total de 74 alunos.
- 101 D.R., 2ª série, n.º 122, 26 de junho de 2009, *Estatutos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho*.
- 102 Informação disponível *online* em: <http://www.ics.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=3&tabid=8&pageid=18&lang=pt-PT>, consultado em 26 de dezembro de 2013.
- 103 Cf. <http://www.ics.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=4&tabid=9&pageid=21&lang=pt-PT>, consultado em 23 de dezembro de 2013.
- 104 Idem.
- 105 Entrevista à Presidência do Instituto de Ciências Sociais, 23 de julho de 2013.
- 106 D.R., 2ª série, n.º 122, 26 de junho de 2009, *Estatutos do Instituto de Ciências Sociais*...
- 107 D.R., 2ª série, n.º 139, 21 de julho de 2009, *Estatutos do Instituto de Educação da Universidade do Minho*.
- 108 UMinho-CIUM, *Departamento de Educação. Programação*,1974 [novembro].
- 109 Universidade do Minho, *Regulamento Interno*...1976.
- 110 Cf. Serviços Académicos.
- 111 Cf. Serviços Académicos.
- 112 Para dados mais detalhados Cf: UMinho-CIUM, *Cursos de Licenciatura de Formação de Professores*,1978 [junho].
- 113 Cf. Serviços Académicos.
- 114 Cf. a título ilustrativo, Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*, 1979, 23, ou Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1984-1985*, 23.
- 115 Para elementos mais detalhados sobre a história deste centro ver

- Formosinho, 1995.
- 116 D.R., 2ª série, nº 139, 21 de julho de 2009, *Estatutos do Instituto de Educação* ...
- 117 Informação retirada do desdobrável com a oferta educativa distribuído pelo Instituto. Universidade do Minho-Instituto de Educação, *Oferta Educativa Instituto de Educação 2013/2014*, 2013.
- 118 Disponível *online* em: <http://www.ie.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=3&tabid=8&pageid=11&lang=pt-PT>, consultado em 14 de janeiro 2014.
- 119 Entrevista à presidência do Instituto de Educação, 11 de junho de 2013. Cf. também <http://www.ie.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=4&tabid=13&pageid=27&lang=pt-PT>, consultado em 11 de junho de 2013.
- 120 Cf. UMinho-CIUM, «Acta nº1», 19, 20, 21 de fevereiro de 1974.
- 121 UMinho-CIUM, *Cursos e Departamentos no domínio das Línguas Vivas*, 1974.
- 122 Entrevista a Acílio Estanqueiro Rocha, ILCH, 16 de junho de 2013.
- 123 Cf. Universidade do Minho, *Regulamento Interno* ..., 1976, 5 e também Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho* ..., 1989.
- 124 D.R., 2ª série, nº 122, 26 de junho de 2009, *Estatutos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho*.
- 125 Informação disponível *online* em: <http://www.ilch.uminho.pt/default.aspx>, consultado em 26 de dezembro de 2013.
- 126 Cf. http://www.babelium.uminho.pt/quem_somos.php, consultado em 31 de dezembro de 2013.
- 127 Entrevista a Eduarda Keating, ILCH, 25 de junho de 2013.
- 128 Idem.
- 129 D.R., 2ª série, nº 122, 26 de junho de 2009, *Estatutos do Instituto de Letras* ...
- 130 O INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica é uma estrutura criada, em 1976, na dependência do Ministério da Educação e da Ciência, e herdeira do Instituto de Alta Cultura. Tem “por missão contribuir para o fomento da investigação científica e para a formulação, coordenação e realização da política científica nacional, bem como colaborar na definição e execução dos planos de preparação do pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento do país” (Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, <https://www.fc.pt/arquivo/>).
- 131 Entrevista a Manuel Mota, 29 de julho de 2013.
- 132 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 16 de janeiro de 2013.
- 133 Entrevista a Sérgio Machado dos Santos, 16 de janeiro de 2013.
- 134 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que Universidade?*, 1976, p. 6.
- 135 Entrevista ao Reitor António M. Cunha, 24 de abril de 2013.
- 136 Entrevista ao Reitor António M. Cunha 24 de abril de 2013.
- 137 A TecMinho é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de que são promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave. Foi estabelecida em 1990.
- 138 A SpinPark é uma associação privada sem fins lucrativos, que reúne três parceiros: a Universidade do Minho, o Avepark e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do porto (APCTP). Criada em 2006, tem por missão promover e apoiar a valorização do conhecimento em tecnologia avançada, apoiando a criação e consolidação de *spin-offs*.
- 139 O AvePark foi criado em 2004 e constitui um Parque de Ciência e Tecnologia, participado pela Universidade do Minho, Câmara Municipal de Guimarães, Associação do Parque de C&T do Porto, Associação Industrial do Minho e Associação Comercial de Guimarães. Tem por objetivo o acolhimento de empresas, a valorização do conhecimento tecnológico e a promoção da interação universidade/empresas.
- 140 Henriques, 2013: 196, 200.
- 141 Henriques, 2013: 166.
- 142 Universidade do Minho, *Relatório de Sustentabilidade 2011*, 2013, 112.
- 143 No presente, a UMASA oferece os cursos de Piloto de Linha Aérea, de Piloto Particular de Helicóptero, de Instrutor de Voo e de Assistente e Comissário de Bordo e cursos de Qualificação Tipo (pós-formação especializada). Estão em preparação os cursos de Técnicos de Manutenção Aeronáutica e de Técnicos de Gestão e Operação de Voo.
- 144 Entrevista a José Mendes, 7 de maio de 2013.
- 145 UMinho-RT, Despacho RT-49/2010, de 26 de abril, Artº 2º. *Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços da Universidade do Minho*.
- 146 UMinho-RT, Despacho RT-49/2010, de 26 de abril. *Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços da Universidade do Minho*.
- 147 Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, *Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho*, Artº 3. Disponível em <http://www.sas.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=501&lang=pt-PT>, consultado em novembro de 2013.
- 148 PORDATA, *Alunos matriculados pela primeira vez no ensino superior*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+pela+1.a+vez+no+ensino+superior+total+e+por+subsistema+de+ensino-1029>, consultado em novembro de 2013.
- 149 Cf. Universidade do Minho, *Relatórios de Actividades da Universidade do Minho*, entre 1985 e 2000.
- 150 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2012*, 2013.
- 151 Nunes, 1968: 329.
- 152 PORDATA, *Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo*, Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>, consultado em novembro de 2013.
- 153 PORDATA, *Diplomados no ensino superior: total e por sexo*, <http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-664> e [http://www.pordata.pt/Europa/Mulheres+no+total+de+diplomados+no+ensino+superior+\(ISCED+5+6\)+](http://www.pordata.pt/Europa/Mulheres+no+total+de+diplomados+no+ensino+superior+(ISCED+5+6)+), (percentagem)-1664, consultado em novembro de 2013.
- 154 Universidade do Minho, *Relatório de Sustentabilidade 2010*, 2012.
- 155 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 1993*, 1994.
- 156 Fonseca, 2012: 393-396.
- 157 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2012*, 2013, 43.
- 158 Entrevista a Cacilda Moura, Presidente da AAUM entre 1981-1982, 1 de agosto de 2013.
- 159 Ruão, 2008: 431.
- 160 A Universidade elenca, na sua página na internet, os seguintes grupos culturais: Afonsina - Tuna de Engenharia, Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho (ARCUM), Augustuna - Tuna Académica da Universidade do Minho, Azeituna - Tuna de Ciências, Coro Académico da Universidade do Minho, Escola de Música Popular, Gatuna - Tuna Feminina, Grupo de Cabeçudos, Gigantones e Zés Pereiras, Grupo de Fados da Universidade do Minho, Grupo de Fados de Coimbra, Grupo de Guitarra, Flauta e Poesia, Grupo de Música Popular, Grupo Folclórico da Universidade do Minho, Jogralhos, Opum Dei, Teatro Francês - Compagnie La Fête, Teatro Universitário do Minho, Tuna Universitária do Minho, Tuno-bebes - Tuna Feminina, <http://www.uminho.pt/viver/associativismo/grupos-culturais>, consultado em novembro de 2013.
- 161 Associação de Antigos Estudantes da Universidade do Minho, cf. <http://www.aaeum.pt/>, consultado em dezembro de 2013.
- 162 Universidade do Minho, *Relatório de Gestão e Contas 2012. Contas Individuais e Consolidadas*. Universidade do Minho, s.d.
- 163 De acordo com o *Relatório de Gestão e Contas 2012. Contas Individuais e Consolidadas* da Universidade do Minho, em 2012 o pessoal não-docente e não-investigador dividia-se da seguinte forma pelas diferentes categorias: dirigentes intermédios: 65%; técnicos superiores: 10%; informáticos 20%; assistentes operacionais: 5%.
- 164 Estatutos da Associação dos Funcionários da Universidade da Minho, Artº 2º, cf. <http://www.afum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=10&pageid=288&lang=pt-PT>, consultado em novembro de 2013.
- 165 Entrevista com António Ovídio e Emília Rodrigues, Direção da AFUM, 2 de agosto 2013.
- 166 UMinho-CIUM, «Acta nº 15», 19 de setembro 1974.
- 167 UMinho-CIUM, «Acta nº12», 25 de julho de 1974
- 168 Cf. D.R., 2ª série, nº 236, 5 de dezembro de 2008, *Estatutos da Universidade do Minho*, Artº12, nº 5.
- 169 Ruão, 2008: 320-323.
- 170 Entrevista a Luís Novais, 23 de setembro de 2013.
- 171 Nunes, Cunha e Bastos, 2001: 54-66.
- 172 Nunes, Cunha e Bastos, 2001: 21-22.

Capítulo 7

Cultura na Universidade

A Comissão Instaladora da Universidade do Minho ficou sediada, logo no início de 1974, no antigo Paço dos Arcebispos de Braga, conjunto arquitetónico de valia, imbuído de forte carga simbólica. Em parte do edifício já estavam instaladas a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, que viriam a constituir as primeiras Unidades Culturais da Universidade. Em 1976 a Universidade sentiu necessidade de intervir na comunidade, assumindo um papel decisivo no salvamento das ruínas de *Bracara Augusta*, o que esteve na origem da Unidade de Arqueologia. Entretanto, um legado de Nogueira da Silva torna-a proprietária de um imóvel marcante, com apreciável espólio artístico, que se transformará em museu.

Começa assim a definir-se a matriz da singularidade cultural da nova universidade, onde surgirão a Unidade de Educação de Adultos e o Centro de Estudos Lusíadas. Este conjunto de unidades motiva a criação de um Conselho Cultural, que passará a coordenar as suas atividades. No início do séc. XXI a intervenção cultural da Universidade alargar-se-á a Monção e Guimarães. A partir de 2010 o Conselho Cultural assume um protagonismo diferente através de uma presença mais efetiva em Braga e Guimarães.

A cultura transforma-se, transformando a própria missão universitária? Agarrando o desafio do tempo, a dimensão pública da cultura – cultivada como desassossego das pessoas e provocação das suas possibilidades individuais e coletivas – marcou os programas das diversas Unidades Culturais da Universidade do Minho. Na sua génese e evolução, elas são mesmo determinadas por esse código mais ou menos espontâneo de vontades. A cultura como um direito social e político. A Universidade do Minho criou, assim, no seu interior/exterior uma espécie de anel bem visível de atividades, às quais outras se vieram misturar, agregando uma multiplicidade de formas de intervir, de questionar, de comunicar. Aqui, ao mesmo tempo que se fixa uma fotografia desse trajeto, mantém-se em aberto esse lugar único, porque inacabado.

1 O espírito do lugar: o paço, as alas e a cidade

O decreto 402/73 de 11 de agosto que criou a Universidade do Minho determinou no seu art. 9º que nela seria integrada a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (BPADB) e estabeleceu que “*enquanto não forem identificadas instalações destinadas especialmente às Reitorias [...] poderão as comissões instaladoras ser autorizadas a utilizar total ou parcialmente dependências de edifícios afetos a outros serviços do Ministério da Educação Nacional*” (art.º 44). Foi de acordo com este artigo que o Reitor e a Comissão Instaladora da Universidade do Minho (CIUM), logo que empossados, em 17 de fevereiro de 1973, ocuparam alguns dos gabinetes do edifício onde funcionava a BPADB, o antigo palácio do arcebispo bracarense D. José de Bragança. Este palácio fazia parte de um complexo monumental, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1967, mas com zona especial de proteção já anteriormente definida, em 1949, que correspondia ao antigo Paço Episcopal de Braga. (Fig. 1)

Não está devidamente documentada a data do início da construção do paço medieval num terreno, já fora das muralhas de *Bracara Augusta*, onde se encontraram vestígios de ocupação romana. Segundo a tradição, teria sido o arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) quem mandou levantar a torre que deu início ao complexo arquitetónico, mas a comprová-lo só existe o seu brasão de armas junto de uma porta voltada para norte. Já as intervenções de D. Fernando da Guerra (1416-1467) estão devidamente documentadas, sabendo-se que ampliou o paço primitivo, o qual corresponde ao hoje chamado corpo medieval, mandado construir como se fosse uma fortaleza. Obras importantes foram feitas no tempo de D. Diogo de Sousa (1505-1532), que abriu o paço para o Largo que hoje ostenta esse nome, tendo mandado edificar o seu corpo central, ligado ao corpo medieval, onde nos surge uma fachada servida por escada exterior, de acordo com o mapa de Braunio.¹

A ala oeste do Largo do Paço data do tempo de D. Agostinho de Jesus (1588-1609), a quem se deve a colunata ao gosto clássico que a identifica e sustenta o corpo superior, obra de Manuel Luís, terminada em 1593, conforme podemos intuir da pedra de armas de D. Agostinho com a data de 1593. É a este antístite que se deve a ideia da chamada *sala grande dos arcebispos*, onde começaram a ser colocados os retratos dos detentores do poder religioso em Braga. Neste corpo, também chamado paço da galeria, mas virado para a fachada lateral da Sé, encontramos uma belíssima janela-varanda de

apurado recorte artístico. No lado oposto, sendo arcebispo D. Manuel de Sousa (1544-1549), com quem se deve ter iniciado a transformação do Largo do Paço numa praça em U, começou a construir-se o Tribunal Eclesiástico, a Casa do Auditório e o Tribunal da Relação. Em 1594, através da planta atribuída a Braunio, temos a primeira representação gráfica do que seria o antigo Paço Arquiepiscopal de Braga. (Fig. 2)

Entre os finais do séc. XVII e o primeiro quartel do séc. XVIII, realizam-se as grandes intervenções neste conjunto que lhe deram a sua fisionomia exterior atual. Em 1685, no tempo de D. Luís de Sousa, são redefinidos os espaços do Tribunal da Relação. No seu interior térreo localiza-se umas das mais antigas e belas salas de Braga:

“onde ainda se pode ver admiravelmente conservada uma arcada de pura Renascença Florentina do séc. XV (que aqui poderia ter sido construída no séc. XVI). Esta arcada é composta por três arcos a pleno centro sustentadas por duas colunas e duas meias colunas com capitéis toscanos de óptima proporção em relação à coluna e ao seu próprio ábaco [...]. A presença deste elemento arquitectónico a dividir um salão leva-nos à conclusão, na sua aparente falta de lógica, que houve a intenção de dignificar um ambiente que possuía uma função específica, que bem podia ser a de Tribunal”.²

Sendo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), o Largo do Paço é objeto de obras de grande vulto, com a remodelação e reconstrução da parte central do edifício, onde foi criada “uma fachada severa, seca” na qual sobressai contudo a “bela janela que sobrepuja a porta principal e, sobretudo, a grandiosa pedra de armas – de escala monumental quando comparada com a fachada – com toda a mole de pedraria que a envolve”.³ A Moura Teles se deve, também, a Casa do Provisor, na ala nascente, e a reconstrução da Relação e do Tribunal ou Casa do Despacho, bem como a construção da Fonte dos Castelos (1723), que substituiu o chafariz quinhentista que D. Diogo de Sousa aí mandara erguer. É, também, do seu tempo o amplo átrio interior do corpo central que comunica com o piso superior (onde ficava a sala grande dos Arcebispos) por uma escadaria onde se veem silhares de azulejos de boa qualidade, bem como a pintura do teto de madeira da chamada galeria de Moura Teles, cujo centro é dominado pelas armas do arcebispo. (Fig. 3)

Com a nomeação de D. José de Bragança, irmão bastardo do rei D. João V, como arcebispo de Braga (1741-1756) concluiu-se o conjunto monumental com a construção do palácio que tem o seu nome, digno de um membro da família real. É provável que em 1744 tenha sido encomendada a André Soares aquela obra de inspiração barroca, concluída em 1751, mas onde a marca do seu autor e a transição para o rococó “é particularmente visível nos dois motivos decorativos que ladeiam a porta principal, no sentido monumental que deu à [quase falsa] varanda e ao exuberante desenho das pedras de armas”.⁴ Aqui se localizava a Capela do Paço, também devida ao traço soaresco, os aposentos do arcebispo e sala de receções, a sua biblioteca privada. (Fig. 4)

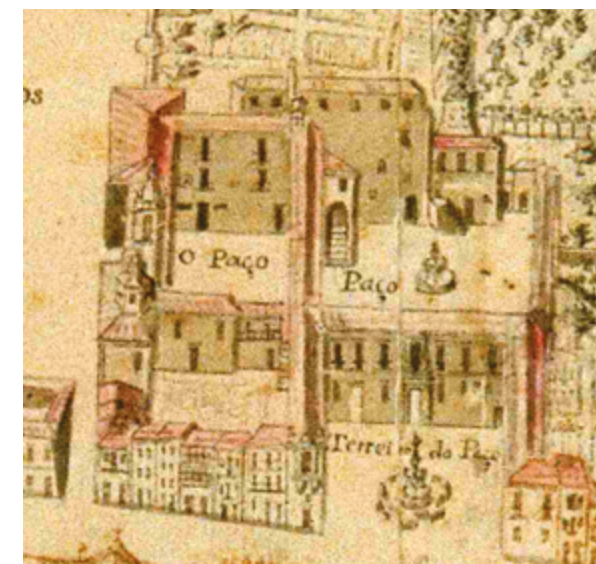
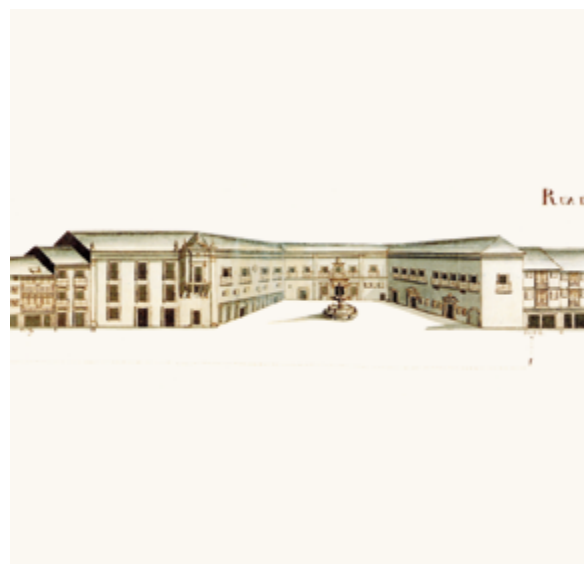


Fig. 1
Vista aérea do antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, hoje ocupado pela Reitoria da UM, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga
Fonte: GCI, coleção de fotografias

Fig. 3
O Largo do Paço no *Mapa das ruas de Braga de 1750*, desenhado pelo P. Ricardo da Rocha
Fonte: ADB, *Mapa das ruas de Braga de 1750*

Fig. 2
O Paço na planta de Braga de Braunio
Fonte: Georg Braun, *Civitates orbium terrarum*, Colónia, 1594, v. 5

Fig. 4
O Paço na planta de Braga desenhada por André Soares, c. 1755
Fonte: Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Planta de André Soares

Após o final das lutas liberais (1834) o palácio de D. José passou para a posse do Estado. Nele foram instaladas algumas repartições públicas (Governo Civil, Correios e Telégrafos) das quais grande parte foi consumida por um terrível incêndio em 1866. O palácio manteve-se em ruínas, especialmente os corpos norte e central, os mais atingidos pelas chamas, até 1930, embora já antes tenha sido bárbara e inexplicavelmente demolida, a partir de 1921, a capela com a torre e o zimbório, que ocupava todo o outro corpo.

No Largo do Paço, após a instauração da República, o arcebispo é convidado a deixar as suas instalações, o que se virá a concretizar em novembro de 1911, tendo sido uma das alas do edifício, também apresentando sinais de alguma degradação, ocupada por militares. Em 1918 foi criado o Museu D. Diogo de Sousa, a quem foi atribuído o edifício do Paço.

A situação de todo o conjunto mantém-se indefinida até que, em 1930, o Estado decidiu restaurar o palácio de D. José de Bragança, para nele instalar a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga. A condução do restauro é entregue à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que contou com a preciosa colaboração do Dr. Alberto Feio, diretor da BPADB, o qual acompanhou, empenhada e competentemente, o programa da obra, não só devido à sua formação como bibliotecário-arquivista, como também pelos conhecimentos de história de arte que possuía. A recuperação do palácio estendeu-se à ala medieval, abrangendo, depois, o conjunto do Largo do Paço, obra que ficou concluída em 1950. A inauguração das instalações da BPADB realizou-se com pompa e circunstância em 1 de dezembro de 1934. A conclusão dos trabalhos no corpo medieval revelou aos bracarenses uma surpreendente construção acastelada, fruto de alguma *invenção* da DGEMN, resultante dos critérios de restauro que na época eram seguidos. De qualquer modo, foi uma das primeiras obras do regime do Estado Novo, como o próprio Presidente do Conselho assinalou em dois discursos: “*recuperámos a casa dos fundadores da pátria, dos arcebispos de Braga*”.⁵ (Fig. 5)

Sem nos desviarmos, é tempo, agora, de conhecer um pouco melhor a história destas duas instituições culturais que motivaram o cuidadoso restauro do antigo paço episcopal. (Fig. 6)

A Biblioteca Pública de Braga (BPB) foi fundada em 1841, na sequência da legislação liberal que previa a criação de bibliotecas nas capitais de distrito, destinadas a recolherem as livrarias das ordens religiosas extintas. A partir de 1931, como resultado da criação do Arquivo Distrital, passou a designar-se Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, assim permanecendo até 1975, ano em que foi integrada na Universidade do Minho. As coleções iniciais da BPB foram constituídas por cerca de 20.000 volumes provenientes dos extintos conventos e mosteiros da região. Em 1911, após a proclamação da República, foram ainda incorporados na BPB as livrarias



Fig. 5
O Paço de D. Gonçalo Pereira antes e depois das obras de restauro, entre 1930 e 1940 (D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais)
Fonte: Foto Alvão, Porto



Fig. 6
A Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (antigo Paço de D. José de Bragança) após o restauro concluído em 1934
Fonte: Postal ilustrado, cerca de 1960





Fig. 7
Livros dos séculos XVI-XVIII da Biblioteca Pública de Braga
Fonte: BPB, Secção de reservados, foto de Luís Cristóvam

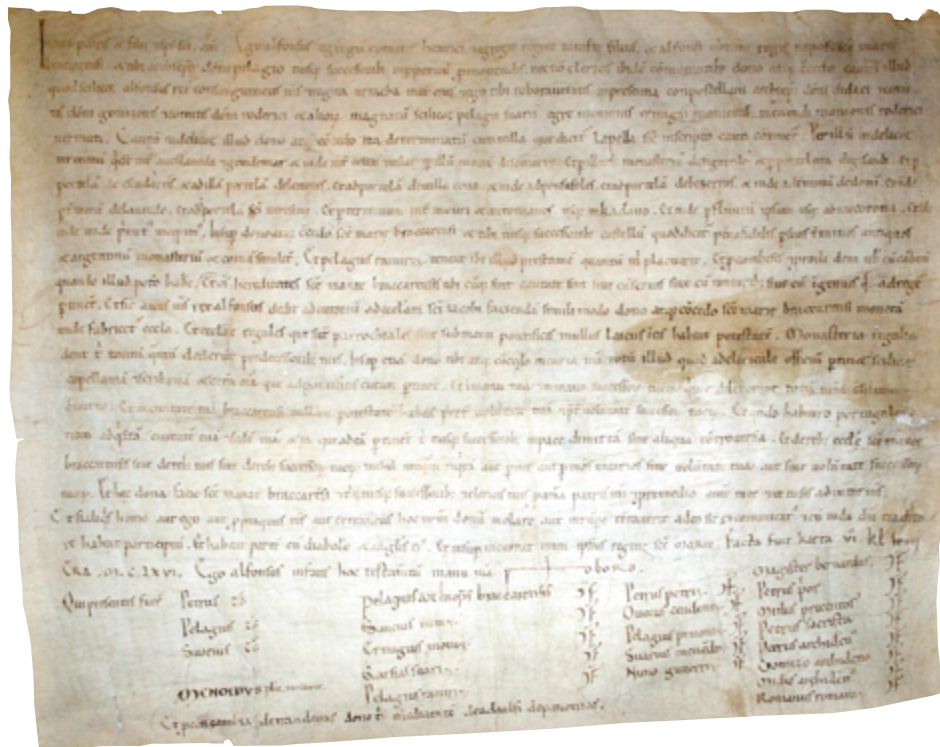


Fig. 8
Confirmação do couto de Braga, documento em pergaminho firmado por D. Afonso Henriques em 27 Maio 1128
Fonte: ADB, Cartório da Mitra, Gaveta de Braga, doc. 5

das casas congreganistas e de algumas outras instituições religiosas de Braga, em número que não foi possível determinar. A partir de 1931 passou a ser beneficiária do Depósito Legal, tal significando que recebia um exemplar de cada obra impressa em Portugal (livros, revistas, jornais, etc.). (Fig. 7)

Ao longo dos anos, para além das compras avulsas que fez e de diversas ofertas de que beneficiou, adquiriu ou recebeu por doação as bibliotecas pessoais e espólios de diversas personalidades de grande prestígio, casos de Manuel de Oliveira, Manuel Monteiro e Rui Carrington da Costa. Em 1975 possuía cerca de 350000 volumes (monografias) e mais de 20000 títulos de publicações periódicas. As suas coleções incluem 53 incunábulos (datando o mais antigo de 1476), cerca de 200 títulos de tipografia portuguesa do séc. XVI, 25.000 volumes de livro antigo (sécs. XVI-XVIII) e a maior parte das mais significativas revistas culturais e científicas do país, parte delas do séc. XIX. De entre os seus tesouros impressos, para além de alguns incunábulos, podem destacar-se a chamada *Crónica dos Vicentes* (1538), a *Verdadeira informação das terras do Preste Joâm* (1540), o *Memorial... da Távola Redonda* (1567), a *História... da Etiópia a Alta* (1660), e missais bracarenses de 1512 e 1538, entre muitas outras obras de grande raridade e valor. Nos periódicos, deve-se referir, entre outras espécies, as revistas dos emigrantes portugueses liberais publicadas em Londres e Paris, no primeiro quartel do séc. XIX, e as coleções de imprensa bracarense dos sécs. XIX e XX.

O Arquivo Distrital de Braga (ADB) foi criado em 1918, anexo à Biblioteca Pública de Braga, na sequência da Lei da Separação de 1911, que ordenou a transferência para a posse do Estado dos cartórios eclesiásticos. O Arquivo Distrital de Braga é uma instituição que tem como missão principal a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património arquivístico que custodia, bem como a execução da política arquivística nacional, nomeadamente a nível distrital, já que para além de exercer todas as funções que lhe estão cometidas por lei ou regulamento, incorpora com a regularidade determinada pela lei documentação proveniente dos Cartórios dos Registos Civil e Notarial, dos Tribunais Judiciais e de outras instituições públicas do distrito de Braga.

Os seus fundos iniciais foram constituídos pelo Cartório do Cabido bracarense, Arquivo da Sé, Cartório da Mitra, Cartório da Câmara Eclesiástica, documentos dos extintos mosteiros e conventos, cartórios dos hospitais, confrarias e Misericórdias do distrito, registos paroquiais e notariais. Posteriormente, a incorporação de outros fundos documentais, nomeadamente a do arquivo particular e diplomático do Conde da Barca (mais de 3 mil documentos, de 1796 a 1817), veio enriquecer significativamente o acervo desta instituição, já detentora do mais antigo e rico de todos os cartórios eclesiásticos portugueses (o Cartório do Cabido da Sé de Braga). É, por isso, considerado o mais importante arquivo nacional, logo a seguir à Torre do Tombo. De entre o riquíssimo e abundante recheio documental deste Arquivo deve destacar-se o *Liber Fidei* (cartulário em pergaminho que recolhe a transcrição de 953 documentos dos sécs. IX a XIII), a confirmação do Couto de Braga por D. Afonso Henriques

(pergaminho de 27 de maio de 1128, conhecido como *acta da fundação da nacionalidade*), o *Livro dos Testamentos* (sécs. XIII e XIV), o *Livro das Cadeias* (códice em pergaminho do séc. XIV, relativo aos bens e privilégios da igreja de Braga), um *Livro de Horas* (séc. XV), o *Breviário de Soeiro* (séc. XV), o *Rerum Memorabilium* (séc. XVI), o *Mapa das Ruas de Braga* (1750). (Fig. 8)

Regressemos ao Paço, de onde afinal ainda não saímos, já munidos da sensação de estarmos perante um lugar complexo de memória, encruzilhada de vários tempos e desafios.

O Paço Episcopal foi, com efeito, desde o séc. XIV até 1790 (data da perda do senhorio eclesiástico da arquidiocese bracarense), um grande centro de poder, não só de Braga como de toda a sua vasta arquidiocese. A sua carga simbólica era enorme, mas também o seu peso cultural foi sempre relevante. Nele trabalharam artistas e arquitetos que deixaram nome na história da arte portuguesa, sobretudo do período barroco. No variado recheio artístico do Paço havia marca de muitos dos seus ocupantes o que foi assinalado por inúmeros viajantes que dele deixaram relatos. No seu interior localizava-se desde o séc. XVIII a galeria dos retratos dos seus senhores. Aí existia também a biblioteca do Paço e sabemos que as livrarias particulares de alguns dos seus arcebispos ocuparam aposentos próprios. Nos espaços da colunata do Largo do Paço instalaram-se, desde o início do séc. XVII, livreiros e impressores, que trabalhavam especialmente para o Arcebispo, a sua corte e serviços dependentes.

Apesar do estado de degradação que suportou durante alguns anos, na sequência das nacionalizações liberais e republicanas, do incêndio de 1866 e do declínio do poder dos arcebispos, os bracarense reviam-se naquele espaço: logo após a proclamação da República, no seu salão nobre realizou-se uma exposição de arte sacra e o Museu D. Diogo de Sousa, fundado em 1918, teve ali a sua primeira sede. Depois do restauro do edifício, para nele ficar instalada a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, com o seu valioso património bibliográfico e documental, também ali estiveram sedeadas algumas instituições culturais como o Instituto Minhoto de Estudos Regionais ou a *Alliance Française*, para além do já referido Museu. Em diversos salões e gabinetes do antigo paço realizaram-se, a partir de 1950, congressos (de história e de arte) e colóquios de vária índole (como por exemplo um organizado pelos “*Democratas de Braga*”, em 1971, para debater a reforma do ensino), concertos musicais e exposições (bibliográficas, artísticas, arqueológicas). Foi palco de festas académicas (do 1º de dezembro ou do Enterro da Gata), receções ou mesmo de atividades sociais e políticas (no Salão Medieval superior pronunciou Salazar o seu último grande discurso, comemorativo do 40º aniversário do 28 de maio de 1926), por ele tendo passado personalidades de grande relevância cultural, social, política e religiosa, tanto nacionais como estrangeiras.

2

Sem prejuízo da universalidade ou a função de servir

A instalação da Universidade do Minho

Foi precisamente no Salão Medieval que no dia 17 de fevereiro de 1974 tomou posse a Comissão Instaladora da Universidade do Minho, tendo logo a seguir, como vimos, o Reitor e os membros da CIUM começado a ocupar no edifício da Biblioteca Pública os espaços devolutos ou menos utilizados que lhes pareceram mais convenientes para o início da tarefa urgente da construção de uma universidade nova.

Carlos Lloyd Braga escolheu para seu gabinete a magnífica e digna antiga Sala dos Manuscritos da Biblioteca Pública (hoje gabinete do diretor da ADB) e nas salas contíguas, no segundo pavimento do palácio, instalaram-se os seus serviços de apoio e alguns dos membros da CIUM. Para os Serviços de Documentação foi destinado o vasto Salão do Arquivo Paroquial. Como escreveu Lúcio Craveiro da Silva, “*a Comissão Instaladora começou a reunir-se e a trabalhar nas perdidas salas da Biblioteca, acompanhada de longas filas de livros encanecidos pelos séculos e documentos tão antigos como sugestivos a que era necessário dar nova vida*”.⁶

Entretanto iniciaram-se as obras de adaptação em duas das alas do conjunto arquitetónico do Largo do Paço, destinadas a acolher a Reitoria, os gabinetes dos membros da CIUM e os outros serviços centrais da novel universidade. A cuidadosa conceção, realização e acompanhamento dessas obras, visto tratar-se de um imóvel classificado, foi uma preocupação da CIUM, tendo delas resultado uma publicação destinada a apresentá-las à comissão portuguesa do Ano Europeu do Património Arquitetónico, que se celebrou em 1975. Aí se frisava que “*essas obras valorizaram o conjunto e permitiram que em melhores condições se continuasse a dar-lhe uma utilização ao serviço da Cultura*”.⁷

Os Serviços de Documentação da Universidade do Minho

A pequena equipa da Universidade coabitava, como vimos, com os funcionários, serviços e depósitos da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, não sendo por isso de admirar que um dos primeiros documentos produzidos pela CIUM se dedicasse ao projeto da sua integração na Universidade do Minho.⁸ Depois de uma breve e lacunar história daquela centenária instituição da memória, o documento analisa os principais problemas com que se debate, a saber, um exíguo quadro de pessoal com fracas habilitações e baixos salários e um constante crescimento dos seus fundos e coleções, provenientes das incorporações obrigatórias e do depósito legal, que não encontravam correspondência nos espaços disponíveis e no mobiliário existente. Entendia o autor do documento que a integração era urgente e que se podiam “*organizar aquelas instituições de forma a servirem melhor não só a cultura a nível geral como, no caso específico, a Universidade na qual estão integrados*”.

A conceção dos Serviços de Documentação, que parecia querer privilegiar o

público universitário, é apresentada de uma forma pouco clara. Fala-se, em termos gerais, de “*uma Biblioteca constituída por duas unidades físicas distintas*”: uma seria a Biblioteca Geral da Universidade do Minho (BGUM), “*que ficará com as Artes e Letras, além das restantes publicações do Depósito Legal*”. Prevê-se a continuação da Biblioteca Juvenil com secção especializada. Outra seria a Biblioteca Científico-Técnica da Universidade do Minho (BC-TUM), constituída por livros da especialidade, para além da bibliografia médica, que se fixaria em Guimarães. Haveria, ainda, uma Hemeroteca (HUM) com uma localização e estruturação independentes, as quais não são indicadas. O Arquivo Distrital transformar-se-ia no Arquivo Histórico da Universidade (AHUM), que seria estruturado “*em novas concepções*”. Afirmava, também, o documento que, “*com a futura criação do Campo Universitário, o problema da instalação destas colecções ficará resolvido, uma vez que se irá dispor de serviços apropriados, não só para a Biblioteca como, igualmente, para o Arquivo, com condições de armazenagem apropriadas de modo a salvaguardar e preservar a documentação escrita*”.

Atividade cultural

A função de serviço público que estas duas instituições até então desempenhavam parecia ficar secundarizada. Contudo, embora os documentos iniciais da CIUM fossem parcos em referências a aspetos culturais, em todos eles é visível que a Universidade do Minho apontava como seu terceiro objetivo, para além do ensino e da investigação, “*a integração participativa no meio em que se insere, designadamente, pela identificação, interpretação e resolução dos seus problemas (função de serviço)*”. E acrescentava que “*a Universidade não deve ter um papel meramente receptivo em relação à sociedade; cabe-lhe, também, a iniciativa de intervir nela como agente transformador*”. Tal conceito teria de nortear as ações da Universidade do Minho que “*sem prejuízo da universalidade da cultura*” deveria ter “*sempre em atenção as características, necessidades e anseios da região em que está implantada e em que mais directa e incisivamente se projecta a sua influência*”.⁹

Para que tal se concretizasse, a CIUM aprovou a realização de diversas atividades de extensão cultural e serviço comunitário, de que se devem salientar, logo em 1975, um *Curso Livre de História e Crítica de Arte*, dirigido por Mendes Atanásio, com forte adesão dos bracarenses e um *Encontro sobre Educação de Adultos*, com a colaboração da UNESCO, a que se seguiu um ciclo de lições a cargo de Aníbal Pinto de Castro, sobre a obra de Camilo Castelo Branco, mais tarde publicadas em livro.¹⁰

O Salão Medieval transformou-se num espaço cultural aberto à cidade, palco de inúmeras iniciativas promovidas pela Universidade ou outras entidades. Exposições de gravura, pintura e cerâmica, de livros ou fotografia, sobre a “*Arquitectura romana em Portugal*”, o “*Campo Arqueológico de Braga*” ou o “*Parque Nacional da Peneda-Gerês*”, entre outros temas, encheram aquele espaço. Colóquios como o de Relações Internacionais; conferências sobre Educação, Alexandre Herculano e Manuel

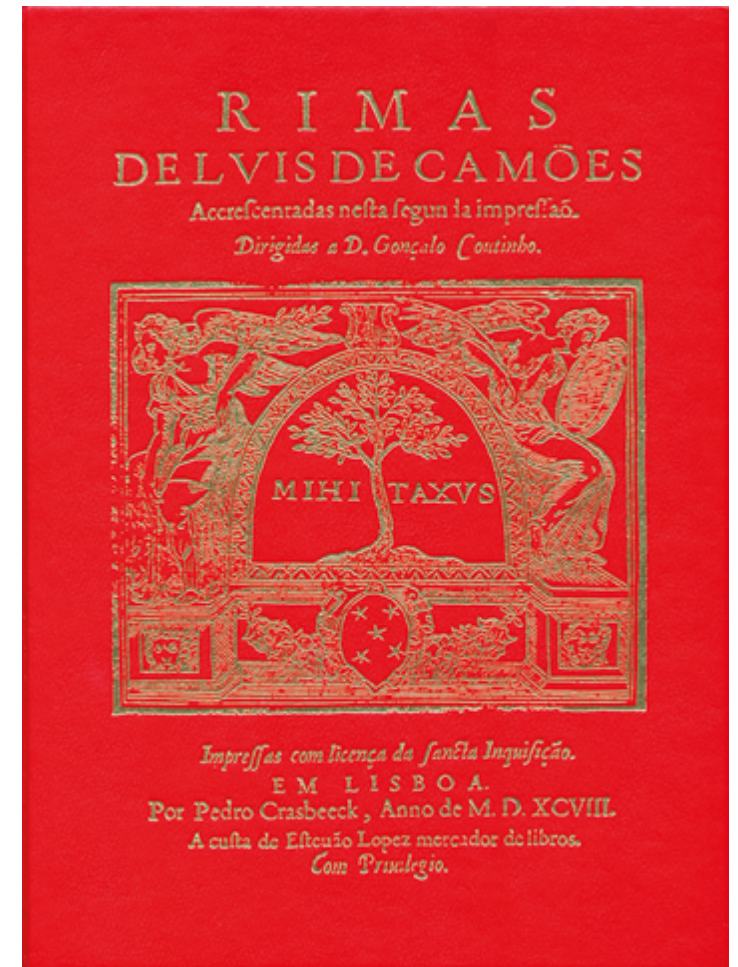


Fig. 9
Capa do livro *Rimas de Luis de Camões*.
Edição da Universidade do Minho, 1980
Fonte: Conselho Cultural

Monteiro ou um *Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (1976) também ocuparam aquele salão onde igualmente se ouviram as vozes de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília e a guitarra de Carlos Paredes. De relevar neste período, o início da atividade editorial da Universidade do Minho, com a publicação em 1980, do *facsimile* da edição de 1598 das *Rimas* de Luís de Camões, em cujo estudo introdutório Vítor Aguiar e Silva escreveu:

“Como instituições que conservam, transmitem e criam cultura e ciência, as universidades, sem nunca se alhearem da problemática global das comunidades nacionais e regionais a que pertencem e a cujo serviço estão, devem transcender as querelas, as dissensões e os afrontamentos de natureza ideológica-partidária que, conjunturalmente, podem agitar aquelas mesmas comunidades.”¹¹ (Fig. 9)



Fig. 10
Visita do Reitor Carlos Lloyd Braga às escavações arqueológicas no Alto da Cividade (termas romanas), 1978
Fonte: GCI, coleção de fotografias

Fig. 11
Casa do comendador A. A. Nogueira da Silva
Fonte: GCI, coleção de fotografias / Pedro Lobo



3

A força para enfrentar, as unidades em movimento

Em defesa do património arqueológico de Braga

A intervenção da Universidade do Minho nos problemas da cidade atingiu, logo no início de 1976, um papel inusitado.

Informado por dois dos seus técnicos (Álvaro Cameira e Henrique Barreto Nunes) sobre a destruição iminente de importantes vestígios de *Bracara Augusta*, de imediato o Reitor suscitou a realização de um relatório sobre a situação, elaborado pelo segundo daqueles funcionários, na sequência do qual foi enviada uma recomendação ao Ministério da Educação e Cultura pedindo uma ação governamental efetiva e imediata para evitar a consumação do atentado contra os vestígios materiais da cidade romana, pois entendia-se que à Universidade “*competia também a defesa dos valores culturais e do património da região que serve*”.¹² (Fig. 10)

Secundada por um movimento de cidadãos (CODEP) que encontrou largo eco na comunidade e na imprensa, a intervenção da Universidade do Minho contribuiu fortemente para que fossem tomadas as primeiras medidas que conduziram ao Salvamento de *Bracara Augusta*.¹³ Na sequência de uma campanha de escavações no Alto da Cividade, dirigidas por Jorge de Alarcão, que confirmaram as suspeitas sobre a importância dos achados, foi proposto que fosse cometida à Universidade do Minho a criação de um Campo Arqueológico e contratado um arqueólogo para o organizar e dirigir as escavações subsequentes. A escolha de Francisco Alves, sugerida por Jorge de Alarcão, foi extremamente feliz, sendo decisiva para o êxito do projeto de Salvamento da *Bracara Augusta*.¹⁴ Como notou Chainho Pereira “*foi essencial o estatuto de isenção e de autoridade científica da recém-criada Universidade para esta se envolver num problema que dizia respeito a toda a cidade mas para o qual as autoridades locais não tinham força para enfrentar*”.¹⁵ O Campo Arqueológico de Braga esteve na origem da criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, de que adiante falaremos.

O legado de Nogueira da Silva

Mas uma nova surpresa aguardava a CIUM, resultante do impacto e expectativas que a criação da Universidade tinha causado em Braga e dos tempos convulsos que, então, se viviam. António Augusto Nogueira da Silva, benemérito e filantropo bracaraense, fundador da Casa da Sorte, figura muito ligada ao regime salazarista e à Igreja Católica, senhor de avultada fortuna, entendeu legar parte significativa dos seus bens à recém-criada universidade, por entender que ela, melhor do que qualquer outra instituição, saberia cuidar devidamente do valioso património arquitetónico e artístico que tinha reunido ao longo da vida. (Fig. 11)

O testamento do comendador Nogueira da Silva, lavrado em Braga, em 22 de setembro de 1975, na sua disposição 46, depois de referir o prédio em que habitava

em Braga, incluindo os jardins e anexos que tinha mandado construir com “o propósito de enriquecer o património da cidade de Braga, dotando de um edifício que dignamente pudesse servir interesses de ordem local ou regional, valorizando a cidade”, e de fazer notar que, quanto ao seu recheio, nele colecionou “persistentemente, durante anos, peças e obras de arte de diversa natureza, com a finalidade de conseguir uma coleção valiosa” que igualmente, por seu falecimento, “pudesse servir o interesse público”, expressa a sua vontade quanto ao destino a dar a estes valiosos bens:

“Dada a natureza de todos estes bens, está naturalmente indicado que eles venham a servir fins de ordem cultural no âmbito do interesse público para que sempre os destinei. E tendo sido criada a Universidade do Minho, actualmente em fase de instalação, que é um organismo por natureza voltado para a cultura e a investigação, existe em Braga uma instituição que poderá utilizar tais bens para satisfação de fins que estão dentro da sua esfera de acção, instituição que bem merece ser acarinhada e ajudada para que venha a ser elemento importante e até fundamental no progresso da região”.

Na sequência deste raciocínio, Nogueira da Silva estabelece o seguinte:

“Deixo à Universidade do Minho os três prédios urbanos sitos na Avenida Central da cidade de Braga... bem como lhe deixo todo o recheio das minhas residências de Braga e de Lisboa... A legatária fica obrigada: A instalar um Museu no edifício da Avenida Central, 49 a 63, ampliando-o ou não com instalações nos edifícios contíguos, o qual será aberto ao público no mais curto prazo possível. No Museu ficarão expostas as peças e objectos de arte dos recheios das minhas residências de Braga e Lisboa que tenham sido classificadas, por especialistas a quem a Universidade cometa esse encargo, como de interesse para o Museu, e este, naturalmente, deverá ir sendo valorizado com novos objectos de arte que para o efeito forem adquiridos ou que lhe sejam de futuro legados”.

Tendo Nogueira da Silva falecido em 1 de outubro de 1976, recorda Chainho Pereira que este legado se revestiu “de grande relevo e ineditismo por não ser hábito entre nós uma tamanha generosidade a favor de uma instituição pública”. E acrescenta: “Lloyd Braga e toda a CIUM acordaram por unanimidade em aceitar o legado, tendo negociado com o Ministério da Educação a sua aceitação e ainda alguns apoios para implementar as medidas necessárias à concretização da integração da Casa Nogueira da Silva na universidade”.¹⁶ De acordo com Santos Simões, a CIUM entendeu que “depois de depurado o recheio que não tinha valor museológico, a Casa Nogueira da Silva devia permanecer tal como havia sido legada, já que representava um caso ímpar e exemplar do modo como, em determinada época, vivia um homem rico e apreciar também o seu gosto estético”.¹⁷

Para complementar a ação cultural do museu, as garagens da casa foram

transformadas em sala de exposições, uma galeria aberta para o coração de uma cidade onde então não existia qualquer espaço dedicado às artes plásticas, enriquecida com um pequeno auditório de apoio, propício à realização de conferências, encontros com escritores e artistas, debates, apresentação de livros, que a Biblioteca Pública muito viria a aproveitar para as suas atividades de promoção do livro e da leitura.

De assinalar, neste contexto, uma outra iniciativa pioneira, a criação de um Centro de Documentação Fotográfica que, mercê de um protocolo com a Associação de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural (ASPA), recebeu, conservou e tratou espólios de fotógrafos bracarenses como Manuel Carneiro e Arcelino, e a coleção de imagens de grande valor documental e etnográfico, recolhidas por Rocha Peixoto/Manuel Monteiro no início do séc. XX, pertencente à Biblioteca Pública de Braga.¹⁸

As primeiras aulas da Universidade do Minho no Paço

Regressemos ao antigo Paço Episcopal onde, no corpo central do Largo do Paço, Carlos Lloyd Braga já tinha instalado o seu gabinete e alguns serviços de apoio e no qual, a 16 de dezembro de 1975, a Universidade do Minho iniciaria a sua atividade letiva. Recorda Hélio O. Alves, um dos professores que participou nesse dia histórico: “... tínhamo-nos levantado um pouco antes das sete, a fim de que pudéssemos estar à porta da Universidade, quero dizer, a uma das portas do majestoso edifício do Largo do Paço onde se iriam iniciar, nessa manhã, as primeiras aulas da Universidade do Minho.”¹⁹

O velho Paço servia assim de palco, mais uma vez, a um ato de marcante e simbólico significado, pois nele iniciou verdadeiramente a sua atividade letiva a nova universidade.

A autonomia da Biblioteca Pública de Braga e do Arquivo Distrital de Braga

Entretanto, no outro corpo do edifício as coisas não corriam tão bem. A solução encontrada para integrar a BPADB no Serviço de Documentação revelou-se pouco eficaz e, conforme se pode observar através da consulta dos livros de atas da CIUM, as relações com o seu diretor eram difíceis, os conflitos constantes e o seu funcionamento encontrava-se fortemente afetado.

Tanto assim que a CIUM decidiu criar três unidades com autonomia, ficando, a partir de setembro de 1978, a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital organicamente separados, embora se tenham mantido nas suas instalações originais²⁰, mas dirigidas por dois conselhos de gestão diferentes, ambos presididos por Santos Simões, enquanto os Serviços de Documentação, integrando a BGUM e a BC-TUM, se mudaram para o edifício da Rua D. Pedro V, que a Universidade do Minho tinha adquirido e onde funcionava parte dos cursos.

As duas unidades, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, retomaram as funções para que estavam originariamente vocacionadas: serviço público e preservação,

tratamento, acesso e divulgação do seu património bibliográfico e documental que, sobretudo na Biblioteca, se encontrava pouco acautelado, iniciando-se a, então, chamada batalha da catalogação, empenhadamente travada pelo seu dedicado pessoal, para recuperar um atraso de muitos anos de milhares de espécies bibliográficas por tratar. No arquivo deve referir-se, especialmente, a catalogação das inquirições *de genere*. Santos Simões chamou-lhe “*tempos heróicos*”, frisando que a Universidade do Minho contribuiu decisivamente para salvar a BPADB, mesmo lutando com meios modestos e, sobretudo, com um escasso quadro de pessoal qualificado.²¹ Nesse período, a Biblioteca Pública comemorou em 1980 o centenário do nascimento de Manuel Monteiro, grande figura do republicanismo bracarense e instalou condignamente as bibliotecas de Carrington da Costa e de Manuel de Oliveira. Em março de 1982 o primeiro Reitor eleito da Universidade do Minho nomeou como responsáveis do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública, respetivamente, Egídio Xavier Guimarães e Henrique Barreto Nunes, que tinham integrado os referidos conselhos de gestão.

O Projeto de Educação de Adultos

Um dos aspetos inovadores que caracterizou a prática da Universidade do Minho logo que começou a definir o seu rumo foi o estabelecimento, em 1976, de um “*Projecto de Educação de Adultos (PEA)*”, no âmbito de um Acordo de Cooperação Luso-Sueco, a que inicialmente estiveram muito ligados João Evangelista Loureiro e Lúcio Craveiro da Silva, e que “*constituiu uma aposta simultaneamente corajosa e visionária pela perspectiva que se lhe encontrava associada de desenvolvimento de um campo indiscutivelmente relevante e pela conjugação, desde cedo percebida como importante, entre a reflexão académica e a intervenção no campo das práticas*”.²²

Os primeiros anos do Projeto são bastante conturbados, prejudicados por conflitos pessoais e indefinições quanto ao rumo a seguir, devendo, no entanto, realçar-se a realização de um curso sobre Educação de Adultos, em 1978, de que resultou um livro reunindo textos de autores especialistas naquela problemática²³ e de um outro, de extensão universitária, dedicado a D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, que foi justificado pelo facto de a Universidade do Minho ter “*uma missão de agente dinamizador da cultura regional*”²⁴.

O PEA prosseguiu com o apoio dos suecos, tendo sido decisiva a participação num estágio/curso sobre pedagogia de educação de adultos, realizado na Suécia, de alguns elementos selecionados pela Universidade do Minho que contribuíram, após o seu regresso, para a continuidade do Projeto, que entretanto tinha já publicado diversos estudos. Em outubro de 1981, na sequência de uma proposta de reestruturação do PEA, este passou a designar-se como Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, a qual, no ano seguinte, foi considerada uma unidade cultural, tendo as suas atividades começado a ser geridas, a partir de 1984, por Licínio C. Lima. Ficou a dever-se à UEA a organização dos primeiros programas de formação e de investigação em educação de adultos no norte do país, o que foi acompanhado

pela constituição de uma biblioteca especializada e de um apreciável programa editorial. Quanto a projetos de investigação e desenvolvimento deve referir-se o inquérito às associações do distrito de Braga e o “*Projecto Viana*”.²⁵

O salvamento de Bracara Augusta

Fora das portas da Universidade, o desafio que tinha surgido para salvar *Bracara Augusta* era respondido com vigor e determinação e a atividade produzida pelo Campo Arqueológico, com resultados imediatos que ultrapassaram as expectativas, no meio de muitos bloqueios e vicissitudes, encontrou resposta cabal quando o primeiro-ministro, Mário Soares, na sequência de um Conselho de Ministros realizado em Braga, em 19 de novembro de 1976, afirmou que “*não se construirá mais em Braga sobre as ruínas romanas*”.²⁶ (Fig. 12)

Não admira, por isso, que, passado mais de um ano, no quadro da Universidade do Minho, a qual, com a Junta Distrital de Braga, geria o Campo Arqueológico e as verbas que lhe eram consignadas, tenha sido criada a Unidade de Arqueologia (UAUM), com o estatuto de unidade orgânica diretamente dependente da Reitoria, embora a sede continuasse a funcionar no Palácio dos Biscainhos, onde o Campo Arqueológico tinha ficado inicialmente instalado. Como viria a recordar anos mais tarde Francisco Sande Lemos, um dos grandes protagonistas deste combate:

“Durante esses três anos graças à energia e espírito combativo do director, Francisco Alves, a Unidade de Arqueologia, apoiada no Campo Arqueológico, susteve o ímpeto dos construtores civis e realizou inúmeras intervenções, entre quais se destacam as sondagens efectuadas na zona oeste do Hospital e a descoberta das termas romanas de Maximinos ou Alto da Cividade. Até 1980 a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, esteve instalada num pombal e na enorme cozinha do Palácio dos Biscainhos... A instalação dos Biscainhos só possuía uma vantagem: a possibilidade de se organizarem no jardim, acampamentos de verão, aos quais acorriam jovens, vindos de inúmeros países: França, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Alemanha. Estes primeiros anos da Unidade de Arqueologia revelaram que as medidas tomadas pelo Doutor Mário Soares, para lançar o salvamento de *Bracara Augusta*, eram justificadas. Nos terrenos do Alto da Cividade multiplicaram-se as ruínas, entre as quais se destaca um edifício termal público de grandes dimensões e achados de objectos de valor, entre estes uma belíssima taça de prata e chumbo, gravada a ouro. No espírito da comunidade bracarense, quer entre os apoiantes, quer entre os adversários, firmou-se a ideia de que a Arqueologia tinha vindo para ficar e estudar o passado longínquo de Braga”.²⁷



Fig. 12
Escavação das termas do Alto da
Cividade,UA,1978
Fonte: UAUM

Fig. 13
Cartaz da Unidade de Educação de
Adultos
Fonte: UEA/Tiago Manuel

A partir de 1980, a direção da UAUM, já instalada na Avenida Central, passou a ser assegurada por Francisco Sande Lemos, protagonizando uma experiência pioneira em Portugal no estudo da arqueologia urbana e alargando os limites geográficos da sua atuação, tantas eram as solicitações recebidas. A partir de 1987 a direção da UAUM passou a ser assegurada por Manuela Martins. Em termos editoriais, a UAUM publicou um balanço da sua atividade nos cinco primeiros anos²⁸ e, em 1979, um inovador boletim *Informação Arqueológica*, que pretendia ser um elo de ligação entre os arqueólogos portugueses e visava “*dar notícias sumárias das diversas actividades arqueológicas que se vão verificando por este país fora*”.

4 A título de experiência, o Conselho Cultural

Enquadramento institucional

Como era encarada, em termos organizacionais, no âmbito da estrutura da Universidade, a existência, a atividade, a intervenção destas cinco unidades?

Num dos documentos iniciais da CIUM, unidades com características semelhantes são consideradas “*de apoio*”,²⁹ designação que é consagrada no *Regulamento Interno*, onde entre essas unidades se contavam os Serviços de Documentação que, como vimos, integravam a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital.³⁰ O relatório de 1980 afirma que “*tem a UM a grata responsabilidade de ter a seu cargo unidades que prestam essencialmente serviços à comunidade. Porque concorrem para o alargamento da dimensão científica e cultural da universidade, tem esta procurado, dentro das suas possibilidades, apoiá-las ao máximo*”, enumerando seguidamente o investimento feito e a atividade realizada por essas unidades.³¹

No primeiro guia da Universidade do Minho, relativo ao ano escolar de 1979/1980, são consideradas “*Unidades de Recursos Culturais*” (URC) as que têm um património cultural ou artístico a preservar, divulgar ou desenvolver, caso do legado Nogueira da Silva, Biblioteca Pública, Arquivo Distrital ou Campo Arqueológico.³² No guia do ano seguinte, surge pela primeira vez, a designação de Unidades Culturais que se “*referem fundamentalmente ao património cultural cuja conservação, desenvolvimento e difusão tem incumbido à UM*”, sendo acrescentado à lista inicial o “*Projecto de Educação de Adultos*”,³³ o qual, no guia de 1983/1984, já aparece designado como Unidade de Educação de Adultos. (Fig. 13)

A criação do Conselho Cultural (1986)

As Unidades Culturais estavam a ganhar uma dimensão e uma presença cada vez mais significativa nas comunidades bracarense e minhota, o que justificava que a Universidade do Minho as olhasse com maior atenção. Tal foi referido por Lúcio Craveiro da Silva no seu discurso de tomada de posse como primeiro Reitor eleito na Universidade do Minho, em janeiro de 1982:

“Há ainda outros aspectos frisantes que, por vários motivos, alheios à nossa vontade, ainda não podem ser atendidos por enquanto. Refiro-me, por exemplo às Unidades culturais que importa desenvolver e integrar mais intimamente no ritmo da Universidade. Está-se prevendo uma espécie de Conselho Cultural onde elas se estruturam e possam discutir e propor soluções para a realização dos fins para que foram criadas, de serviço mais directo à comunidade”.³⁴

Esta ideia é reforçada nos seus dois discursos como Reitor da Universidade do Minho, proferidos em 1983: “*deve realçar-se o trabalho das Unidades Culturais desta Universidade que têm desenvolvido intenso contacto com a população em serviços à comunidade*”, seguindo-se uma breve síntese da atividade de cada uma delas;³⁵ e em 1984: “*não poderia deixar de salientar a valiosa acção prosseguida pelas UC da Universidade que vieram a atingir um desenvolvimento que muito me apraz registar, conseguindo, à custa do seu entusiasmo e dinamismo, superar as severas limitações financeiras a que foram igualmente sujeitas*”.³⁶

Como corolário desta constatação, o Reitor Sérgio Machado dos Santos promulgou em 2 de junho de 1986 o Despacho RT – 14/86, com o seguinte conteúdo:

“Considerando o grande relevo que, desde a sua criação, a Universidade do Minho tem vindo a dar ao estudo e difusão da cultura; considerando o já significativo número de unidades da Universidade que prosseguem objectivos culturais e a diversidade dos seus projectos; considerando, por último, a necessidade de coordenar e expandir, de forma mais racionalizada e participada, as actividades de todas essas unidades; Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de outubro e com a aprovação do Senado Universitário da Universidade do Minho, determino o seguinte: 1. É criado, a título experimental, o Conselho Cultural da Universidade do Minho. 2. O Conselho Cultural rege-se pelo estatuto provisório anexo ao presente despacho.”

O anexo referido considera o Conselho Cultural como “*um órgão superior de consulta do Reitor e de coordenação das actividades das Unidades Culturais da Universidade*”, competindo-lhe dar parecer sobre

“As opções fundamentais de política cultural da Universidade; os métodos de execução dessas políticas, nomeadamente os programas culturais da Universidade; a interligação dos programas referidos na alínea anterior com os programas culturais promovidos por outras instituições ou organismos, públicos ou privados; quaisquer outros assuntos de natureza cultural para que seja solicitado pelo Reitor, ou sobre que entenda dever pronunciar-se.”

No seu ponto 3, o referido despacho refere as competências do Conselho Cultural como órgão de coordenação das Unidades Culturais, cabendo-lhe, nomeadamente, “*promover a coordenação e a cooperação entre as várias Unidades Culturais*”, enquanto o ponto 4 define a sua composição, prevendo a participação de elementos exteriores à Universidade e o 5 estabelece que “*a gestão do CC será assegurada por uma comissão permanente constituída pelo presidente, pelo vice-presidente e pelos responsáveis das Unidades Culturais*”.

Finalmente, o Despacho RT 15/86, de 2 de junho, nomeia Lúcio Craveiro da Silva como presidente do Conselho Cultural.

O papel decisivo de Lúcio Craveiro da Silva

Nos “*Estatutos*” da Universidade do Minho, promulgados em 1989, o Conselho Cultural aparece definitivamente consagrado como “*um órgão de consulta do Reitor e do Senado Universitário, no quadro da acção cultural da Universidade, e de coordenação das actividades das Unidades Culturais*”, com as mesmas competências e composição constantes do seu estatuto provisório.³⁷

Alguns anos mais tarde, Lúcio Craveiro da Silva, num texto evocativo dos 20 anos da criação da Universidade do Minho, comentaria, do modo que se segue, aquela decisão:

“Todas as Instituições têm história e a Universidade do Minho também já formou a sua, apesar da jovem existência de 20 anos que estamos celebrando. Como Universidade, consciente da sua missão de qualidade, lançou as suas estruturas, formou o corpo docente, estabeleceu a rede de funcionários, escolheu e determinou o funcionamento dos seus Cursos, instalou serviços de apoio, enfim criou o perfil e a vida da Universidade, numa perspectiva de progresso, nos campos da educação, da investigação científica e de serviço à Comunidade. Para isso também instalou o Senado, o Conselho Académico e o Conselho Administrativo. Até aqui seguiu, embora de maneira brilhante e por vezes original, o caminho de todas as Universidades. No entanto nos seus Estatutos de 1989 apareceu um Conselho que apenas esta Universidade instituiu: o Conselho Cultural. Porquê? À primeira vista parece um conselho redundante porque toda a universidade é ou deve ser cultural. É verdade. Mas toda a universidade deve ser científica e, apesar disso, todas assinalam um conselho científico. É que a Universidade do Minho, ao considerar toda a sua realidade viva, sentiu necessidade de estruturar uma série importante de Unidades e Serviços que, não pertencendo directamente às Escolas, permaneciam desconexas e que por essa razão era necessário institucionalizar. Essas Unidades que abrangem a Biblioteca Pública, o Arquivo Histórico, o Museu Nogueira da Silva, a Unidade de Arqueologia, a Educação de Adultos, o Centro de Estudos Lusíadas, assumem característica cultural de investigação

e serviço à Comunidade e por isso formam o núcleo permanente do Conselho Cultural. Mas este Conselho, além da sua ligação e dependência à Reitoria e ao Senado, irradia a sua influência para o exterior ao incluir no seu seio não só personalidades de reconhecido mérito no domínio da cultura mas igualmente elementos representativos de instituições ou associações relevantes no âmbito das actividades culturais da Região. Assim este Conselho incentiva e apoia as iniciativas das Unidades Culturais e estabelece um elo dinâmico entre essas Unidades e a sociedade envolvente no domínio cultural. Essa actividade tem-se multiplicado em colóquios, conferências, exposições, campos de trabalho, reuniões e publicações em que são discutidos e aprofundados temas e iniciativas que reflectem a riqueza e as necessidades das linhas culturais da vida portuguesa com especial atenção ao Norte. Não vou descrever agora essas actividades porque cada Unidade se propõe sumariá-las e arquivá-las no presente número comemorativo da Revista. Cremos que esta iniciativa é também empreendimento frutuoso que nos pode levar a esclarecer o caminho percorrido e assim avaliar melhor o que nos falta percorrer. Parar, nunca.”³⁸

A nomeação de Lúcio Craveiro foi uma decisão acertadíssima, devido ao prestígio e às invulgares qualidades culturais e humanas daquele antigo membro da CIUM e primeiro Reitor eleito das universidades portuguesas. Homem sábio, justo, tolerante, aberto à novidade e com invulgar capacidade de diálogo entregou-se devotadamente àquela nova missão quando já tinha 72 anos de idade e soube criar um espírito de equipa coesa e solidária entre os, então, ainda jovens responsáveis pelas Unidades Culturais. A sua experiência, o seu bom senso, o imenso humanismo, o espírito de missão e o inteligente sentido estratégico que Lúcio Craveiro possuía, aliados à magistratura de influência que sempre soube exercer permitiram que, quase sempre, levasse a bom porto a condução do Conselho Cultural, apesar dos múltiplos escolhos, obstáculos imprevistos, expectativas goradas ou, mesmo, algumas desilusões que as Unidades Culturais enfrentaram ao longo do seu, por vezes atribulado, percurso.

Aliás, as Unidades Culturais já tinham organizado, por sua iniciativa, algumas reuniões informais para debaterem problemas comuns ou projetos conjuntos (neste caso, por ex., a colaboração entre a BPB e o MNS, iniciada em 1980, com a exposição evocativa do 1º centenário do nascimento de Manuel Monteiro ou com o lançamento da série de encontros “Um Escritor Apresenta-se”).

A revista *Forum*

Pouco tempo depois da publicação do Despacho RT - 14/86, na sua primeira reunião, realizada no dia 18 de julho de 1986, o Conselho Cultural decidiu de imediato “lançar uma publicação periódica que desse conta das iniciativas, projectos e realizações das

Unidades Culturais e estabelecesse assim um vínculo mais forte de cooperação” entre elas.³⁹ Assim nasceu a *Forum*⁴⁰ cujo primeiro número data de março de 1987, sendo naturalmente dirigido pelo presidente do Conselho Cultural. (Fig. 14)

Com conceção gráfica do pintor Nuno Barreto, o Conselho da Direção da revista era constituído pelos responsáveis das Unidades Culturais: Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos pelo Arquivo Distrital de Braga, Henrique Barreto Nunes pela Biblioteca Pública de Braga, Nuno Barreto pelo Museu Nogueira da Silva, Francisco Sande Lemos pela Unidade de Arqueologia e Licínio C. Lima pela Unidade de Educação de Adultos. Para o primeiro número publicado estes responsáveis escreveram textos de apresentação das respetivas unidades, exceto no caso do MNS, tarefa de que se incumbiu César Valença. A publicação deveria ser semestral, pretendendo-se de acordo com o seu diretor que “*arquivasse e difundisse a valiosa actividade destas unidades no âmbito da projecção cultural da Universidade, sendo um testemunho da sua vitalidade e procurando dá-la a conhecer, aumentando a sua irradiação e eficácia*”.⁴¹

Iniciou-se assim a caminhada de 26 anos da *Forum*, já com 47 volumes publicados, cujos números seguintes foram registando algumas mudanças no aspeto gráfico, alterações na direção das Unidades Culturais e a criação de algumas novas, dando relevo no seu sumário a algumas das suas iniciativas de maior significado.⁴²

A instituição do Prémio de História Contemporânea

Uma das iniciativas que mais prestigiou e melhor consolidou a intervenção do Conselho Cultural foi o lançamento do Prémio de História Contemporânea (PHC), em 1992, na sequência da doação do espólio documental feito por Victor de Sá, em 1984, à Biblioteca Pública de Braga. Este historiador entendeu que devia ser rentabilizado cientificamente o espólio doado, pelo que decidiu criar um prémio destinado a consagrar trabalhos de jovens investigadores de história contemporânea portuguesa. Para tal, Victor de Sá contactou a BPB, como detentora do seu fundo documental, que o encaminhou para o Conselho Cultural, considerando que seria a entidade mais idónea e capaz de concretizar o seu projeto.

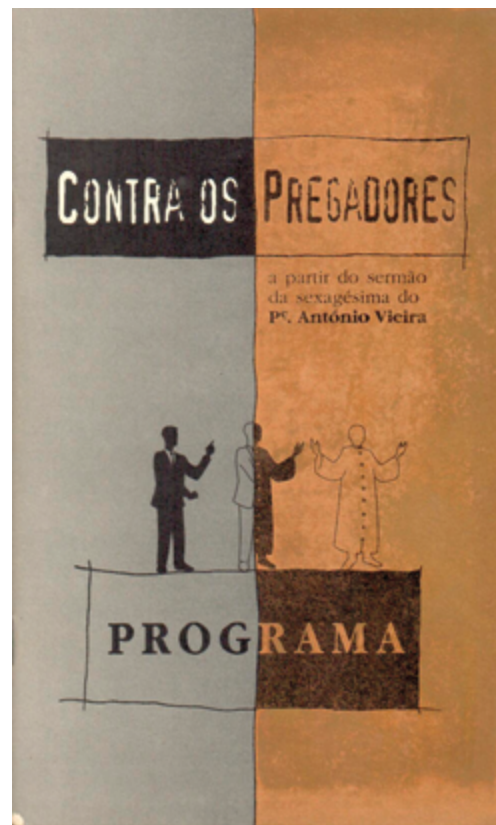
O Conselho Cultural acolheu com a maior receptividade a proposta de Victor de Sá, tendo sido sugerida a criação de um fundo ao abrigo da lei do mecenato, cujo rendimento garantisse a atribuição do prémio, do qual o proponente acabaria por ser o primeiro subscritor, a que acrescentou os seus direitos de autor. O processo seguiu os trâmites necessários por parte da Universidade do Minho, tendo sido assinada a escritura da doação e instituição do prémio no dia em que se comemorou o 150º aniversário da fundação da BPB, a 12 de julho de 1991. Nos termos da escritura, subscrita pelo Reitor da Universidade do Minho, foi indicado o nome de Hélio O. Alves como responsável pela concretização, em representação do Conselho Cultural, dos objetivos a prosseguir (criação do Prémio e respetivo fundo mecenático, dinamização do espólio e rentabilização científica dos núcleos documentais), tendo seguidamente



Fig. 14
Capa da revista *Forum*, nº 1, março de 1987
Fonte: CC, Revista *Forum*/Nuno Barreto

Fig. 15
Sessão de entrega do Prémio de História Contemporânea, em dezembro de 1995, com a presença do Doutor Victor de Sá
Fonte: H. B. Nunes, arquivo particular, 1995

Fig. 16
Capa do programa do espetáculo *Contra os pregadores*, 1997, produzido pelo Conselho Cultural e pela BPB encenado e interpretado por António Fonseca
Fonte: CC



vido nomeada a Comissão Executiva do PHC, da qual também ficaram a fazer parte o doador e Henrique Barreto Nunes, em representação da BPB.⁴³

Aprovado o respetivo regulamento, a primeira edição do Prémio de História Contemporânea foi lançado em 1992, mas o prémio só foi atribuído pela primeira vez em 1994, tendo sido galardoada Maria Fernanda Rollo, pelo seu trabalho *Portugal e o Plano Marshall*. O PHC rapidamente se consolidou e ganhou prestígio, mercê da qualidade científica dos membros do júri (escolhidos anualmente pelos Conselhos Científicos de História das Universidades do Minho, Porto, Coimbra, Lisboa e Nova de Lisboa) e valor dos trabalhos premiados, tendo-se realizado, em 2013, a sua vigésima segunda edição. (Fig. 15)

Depois do falecimento de Hélio O. Alves, ocorrido em 2003, o Conselho Cultural nomeou José Viriato Capela como coordenador da Comissão Executiva do PHC. Em 2002, celebrou-se o 10º aniversário do PHC com o colóquio *Uma cidadania para a história*, dedicado a Victor de Sá, de que o nº32 (2002) da revista *Forum* registou a memória. A partir de 2004, na sequência do falecimento do seu instituidor, ocorrido em 2003, por decisão do Conselho Cultural o Prémio passou a designar-se Prémio Victor de Sá de História Contemporânea. As sessões de entrega dos Prémios, com as intervenções dos presidentes dos júris e dos vencedores, são sempre relatadas na revista *Forum*.

Por ocasião do 20º aniversário da sua criação, o Conselho Cultural organizou um novo colóquio comemorativo sob a designação *História e historiografia portuguesa contemporânea*, que contou com a participação dos mais importantes especialistas portugueses, tendo sido publicado um livro intitulado *O mundo continuará a girar*, que celebra a efeméride. Nesse volume, José Viriato Capela publicou um estudo sobre as tendências da historiografia portuguesa contemporânea, feito a partir dos trabalhos concorrentes do PHC, num total de 200, até àquela data.⁴⁴

O papel do Conselho Cultural

Não é possível descrever neste contexto o quotidiano das Unidades Culturais e o papel do Conselho Cultural. Embora, na maioria dos casos, tal não possa ser documentado, a intervenção de Lúcio Craveiro, como mediador de conflitos com a Reitoria, foi marcante em casos relacionados com orçamento, quadro de pessoal, instalações, apoio a atividades e mesmo noutras situações complexas, que não vem ao caso referir. Igualmente nas relações com outras instituições, casos do Ministério da Cultura ou da autarquia bracarense (problemas relacionados com *Bracara Augusta*, projeto *Bibliopolis* ou comemoração do *Bimilenário de Braga*), a sua palavra serena e persuasiva foi, muitas vezes, decisiva. De realçar o grande apoio que lhe foi dado por alguns dos vice-presidentes do Conselho Cultural, em especial por Licínio C. Lima.

Mas, para além das reuniões da sua Assembleia Plenária, o Conselho Cultural promoveu diversas iniciativas marcantes, de que se devem destacar algumas:

comemoração do centenário do nascimento de Abel Salazar (1989), dos 450 anos da Universidade de Guimarães (1989), do Bimilenário de Braga (2000) – cuja proposta foi apresentada pela UA e foi desenvolvida, afastando-se do programa inicialmente previsto, pela Fundação Bracara Augusta e pela Câmara Municipal de Braga –, Milenário de Guimarães (2000); colóquios sobre *Arqueologia e Architectura* (1993), *Ciência, Divulgação e Cultura* (1997); homenagens a José Manuel Mendes (1998), Santos Simões (1999) e Félix Ribeiro (2000); espetáculo *Contra os pregadores*, a partir do Sermão da Sexagésima do Padre António Vieira, com António Fonseca (1997); exposição *Testemunhos de Guerra*, com a colaboração da BPB e do CEL (2006); edição de livros e de diversas publicações, entre outras iniciativas. (Fig. 16)

No ano em que se assinalava o 20º aniversário do Conselho Cultural (2006) e se publicava o 40º número da *Forum*, escreveu Lúcio Craveiro:

“Só quem pôde acompanhar dia a dia este projecto e as felizes esperanças concebidas e ajudou a vencer os obstáculos que iam insistentemente surgindo pelo caminho, pode avaliar com mais justeza a satisfação que fomos sentindo pelas dificuldades superadas e pelo belo percurso conseguido.

A cultura de qualidade é sempre exigente e por isso não é fácil de realizar e quando de alguma maneira se alcança, como coroamento de um trabalho sério e constante, nos obriga a avaliar positivamente o presente e nos compromete a prosseguir, com igual ou melhor exigência, o futuro.”⁴⁵

Durante este período, as Unidades Culturais, em fase de legitimação das suas missões no seio da Universidade, procuraram definir os fins e objetivos que pretendiam atingir.

Arquivo Distrital de Braga

O Arquivo Distrital empenha-se na organização e inventariação dos seus fundos, buscando as melhores condições para a sua preservação e conservação. Com o apoio da IBM, é um dos primeiros arquivos portugueses a aventurar-se nos caminhos da informatização (1989), tendo criado um laboratório de microinformática, em 1992. Em 1988 cria o Grupo de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e Outros (GAMPO), o qual, através de um protocolo assinado com as Câmaras Municipais do distrito, tenta organizar ou dar apoio técnico aos seus arquivos. Deste projeto nasceu uma revista, em 1993, os *Cadernos de Estudos Municipais*, dos quais, até 2002, saíram 18 números. Para dar a conhecer os seus documentos mais importantes organiza uma exposição permanente na Sala do Arcaz e lança o projeto ADB/Escola, o que dá oportunidade a que muitos professores e alunos visitem a instituição e conheçam os seus documentos mais importantes. Com o mesmo intuito de lhe dar maior visibilidade promove

um ciclo de conferências sob a designação geral *Arquivo, alma de um povo* (1987). Organiza, igualmente, diversas exposições a propósito de efemérides, das quais a mais importante foi a dedicada ao IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (1989). O ADB é, ainda, responsável por uma apreciável atividade editorial, sendo de destacar a notável edição do *Mapa das ruas de Braga*, em dois volumes (1990), para além de catálogos de fundos e publicação de manuscritos.⁴⁶

Biblioteca Pública de Braga

A Biblioteca Pública tinha como objetivo primeiro dar resposta aos leitores que a ela acorriam, cada vez em maior número, cada vez com maiores exigências de bibliografia e de informação atualizada. Para tal tornava-se necessário catalogar de imediato as obras que entravam mensalmente através do Depósito Legal, organizar a Secção de Publicações Periódicas e recuperar o atraso no tratamento de dezenas de milhares de monografias. A primeira situação foi-se resolvendo através de um acordo de cooperação catalográfica com a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Pública Municipal do Porto; a segunda mercê do exemplar trabalho de uma equipa de funcionários liderada por Maria Helena Laranjeiro e a terceira recorrendo a pessoal eventual. Com o aumento do número de utilizadores foi necessário transferir a Sala de Leitura para o Salão Medieval (com inúmeros transtornos), reestruturar o Catálogo Geral e dar melhores condições à Secção Infantil, também com muita procura.

Por altura da comemoração do 140º Aniversário da BPB e do Centenário do Nascimento de Alberto Feio, o seu responsável referiu as principais dificuldades com que a instituição, como serviço público que era, se debatia, apresentou algumas propostas que seria possível concretizar, acabando por apontar o problema das instalações como uma grave ameaça para o desenvolvimento da biblioteca, pedindo uma maior atenção da Universidade do Minho e apelando para uma intervenção do Poder Central: “É obrigação do Estado olhar por esta centenária biblioteca e fornecer-lhe os meios adequados para se transformar verdadeiramente, como a UNESCO preconiza, numa instituição democrática de ensino, de cultura e de informação.”⁴⁷

Porém, a BPB teria ainda, de acordo com as modernas conceções, de satisfazer outros objetivos, tal como foi afirmado na referida intervenção: “a biblioteca precisa de extravasar das paredes solenes da sua Sala de Leitura e dos seus Depósitos e lançar-se abertamente em actividades de extensão cultural que promovam o livro e a leitura”.⁴⁸ Tinha sido já nesta perspetiva que a BPB, em 1980, promovera a comemoração do 1º Centenário do Nascimento de Manuel Monteiro, com a realização de uma exposição no Museu Nogueira da Silva, acompanhada do respetivo catálogo, de conferências e da edição de dois trabalhos sobre aquela grande figura do republicanismo. Mas foi só a partir de 1983 que a BPB se lançou decididamente na organização de manifestações daquele tipo que a transformaram numa referência a nível nacional. Com a presença de Maria Ondina Braga deu início à série *Um Escritor Apresenta-se*, por onde passaram

alguns dos nomes maiores das nossas letras: Saramago, Agustina, Lídia Jorge, Mário de Carvalho, Mário Cláudio, Manuel Alegre, Vasco Graça Moura, José Manuel Mendes, bem como, Augusto Abelaira e Fernando Assis Pacheco, ou ainda, Luandino Vieira e o galego Manuel Maria, entre muitos outros⁴⁹. Outras iniciativas se seguiram, tais como, as séries *Um Jornalista Apresenta-se*, *Escritores do Minho* e *Os Meus Livros Inesquecíveis*, na qual três personalidades convidadas para cada sessão falavam dos livros das suas vidas. Apresentaram-se inúmeros novos livros (ainda hoje se recorda que *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* quase provocou um tumulto num Salão Nobre repleto, devido a uma acesa troca de palavras entre Saramago e um padre jesuíta). Promoveram-se conferências e colóquios sobre os mais variados temas.⁵⁰ (Figs. 17 e 18)

A poesia, a música e o teatro também mereceram a atenção com recitais (e é de sublinhar a relação íntima com o Sindicato da Poesia ou José Manuel Mendes, figura presente em muitas das iniciativas da BPB), espetáculos (José Mário Branco) ou apresentação de peças teatrais de grupos bracarenses. A celebração de efemérides de significado literário, histórico ou cultural também marcou a agenda da BPB, que organizou inúmeras exposições bibliográficas e documentais que serviam para dar a conhecer a riqueza e variedade das suas coleções.⁵¹

A Secção Infantil, instalada em espaço próprio, a partir de 1984 desempenhou um papel relevante na promoção da leitura junto dos mais novos, organizando quase diariamente atividades como a Hora do Conto, lançando concursos e oficinas de escrita, convidando escritores e ilustradores, possibilitando visitas de estudo à Biblioteca.

Em contrapartida, o processo de informatização foi lento e, durante muitos anos, mal conduzido. Com o lançamento da Rede Nacional de Leitura Pública um novo e aliciante desafio se levantou à velha Biblioteca Pública. Veremos mais à frente como foi concretizado.

Unidade de Arqueologia

Quanto à Unidade de Arqueologia, um *dossier* elaborado nos finais da década de 80, relativo ao processo de salvamento de *Bracara Augusta*, revela a sua preocupação decorrente de “*um contexto em que persistem equívocos e remedeios e se perfilam inesperadas ameaças sobre os solos onde jazem os vestígios da cidade romana*”.⁵² Na verdade, apesar das medidas de proteção inicialmente tomadas, existia um vazio legal relativamente aos terrenos onde subsistiam ruínas importantes de *Bracara Augusta*, apenas atenuado pela classificação das Termas do Alto da Cidade como Monumento Nacional (Dec. Lei 1/86, de 3 de janeiro), ao qual foi acrescida uma zona especial de proteção (1988) e dos restos da muralha romana como Imóvel de Interesse Público. E, apesar do êxito das escavações levadas a cabo, que permitiram, por exemplo, a descoberta da *insula* das Carvalheiras (I.I.P., em 1990), de necrópoles e de outros vestígios importantes, *Bracara Augusta* precisava urgentemente de maior e mais efetiva



Fig. 17
Maria Ondina Braga, primeira convidada da série "Um escritor apresenta-se", organizada pela BPB, 1983
Fonte: H. B. Nunes, arquivo particular/Francisco Botelho, 1983

Fig. 18
José Saramago na apresentação de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, organizada pela BPB, 1992
Fonte: H. B. Nunes, arquivo particular



proteção legal, pois as pressões urbanísticas eram constantes e as omissões e atropelos faziam parte do quotidiano dos que persistiam em salvaguardar e estudar as reveladoras ruínas que o subsolo de Braga guardava.⁵³

A criação de uma *Zona Arqueológica de Braga*, proposta pela UAUM e aprovada pelo IPPC, em 1984, “não obteve o acolhimento favorável da autarquia bracarense, o que bloqueou por completo a criação de uma legislação cautelar para os terrenos arqueológicos de Braga”.⁵⁴ Depois de várias peripécias e com o posterior alheamento do IPPC, os responsáveis pelo projeto de *Bracara Augusta* decidiram propor a classificação dos vestígios já escavados, como forma de salvaguardar o seu enquadramento, o que, como vimos, já tinha sido parcialmente conseguido. Em 1991, a portaria 861/91 consignou, dentro do perímetro especial de proteção das termas romanas, uma Zona de Construção Condicionada e uma Zona *non aedificandi*. O que, paradoxalmente, originou os seguintes feitos:

“Esta última regulamentação desencadeou os apetites construtivos sobre os terrenos arqueológicos de Braga, pois os proprietários de terrenos na zona de construção condicionada, possuidores de loteamentos aprovados ao abrigo do plano de urbanização de 1965, solicitaram, em avalanche, autorizações de construção, tendo sido brindados com a figura do “deferimento tácito”, por falta de resposta em tempo devido. Toda aquela área viria, assim, a desaparecer irremediavelmente, sem ter sido possível qualquer intervenção arqueológica prévia, que salvaguardasse, pelo menos, o registo da informação.

As destruições do subsolo arqueológico de Braga, ocorridas nos inícios de 90, acabaram por ter amplo eco na comunicação social. E, se esta não alterou o posicionamento do organismo de tutela em relação a *Bracara Augusta*, teve pelo menos a vantagem de alterar a postura do município. Assim, acabou por ser criado, em 1992, um Gabinete de Arqueologia no âmbito do Centro Histórico, que passou a controlar todas as situações de emergência, bem como a acompanhar as múltiplas obras que, no perímetro urbano, têm incidência sobre o subsolo. Perante a possibilidade de ser também sacrificada a zona *non aedificandi* da Colina de Maximinos, a Câmara Municipal acabaria por adquirir aqueles terrenos, salvaguardando-os de construção. Finalmente, o Plano Director Municipal impôs medidas cautelares a áreas arqueológicas dentro do perímetro urbano, definindo, noutros casos, algumas pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas poderão ser construídos equipamentos de superfície”.⁵⁵

Finalmente, sendo ministro da Cultura Manuel M. Carrilho, foi criado, em 1995, o Instituto Português de Arqueologia, ao qual a UAUM enviou um *Projecto de Salvamento e Estudo de Bracara Augusta – 1998*, que foi aprovado, criando novas e prometedoras condições para o estudo da cidade romana que esteve na origem de Braga.⁵⁶

Museu Nogueira da Silva

Relativamente ao Museu Nogueira da Silva, consolidou-se a sua presença no meio cultural da cidade, através da galeria de arte, do centro de documentação fotográfica e das múltiplas atividades que foi promovendo ou acolhendo, o que também se ficou a dever ao árduo e empenhado trabalho desenvolvido por Francisco Botelho. Nesta trajetória, sofreu alterações na sua direção e rumo, conforme nos recorda César Valença:

“Em 1986 foi nomeado um novo responsável, o Professor da ESBAP, Nuno Barreto, que alia uma superior formação artística a uma profunda cultura. Manteve uma importante programação da Galeria e abriu-se a uma reformulação da política museológica executada pelo actual responsável do Museu e apoiado pelo Conselho Consultivo. Principiou-se também com o actual responsável do Museu o estudo da colecção de louças que irá sendo alargado a todas as outras colecções. Em 1987 a Galeria, entre outras mostras, apresenta Fernando Lanhas e Júlio Resende seguindo-se Bartolomeu dos Santos e numa interessante diversificação, faz-se uma exposição ligada à moda com ‘O que é o estilismo?’. Em 1989 é nomeado o actual responsável, César Valença, um dos colaboradores da reformulação museológica, que irá tentar dar continuidade ao projecto gizado pelo seu antecessor [...] Inaugura-se a ‘Sala das Pratas e Marfins’ que se tornou possível após a peritagem da Sra. D.^a Maria Helena Mendes Pinto e do Dr. Manuel Rosas que com profundo saber deram indispensável auxílio. A abertura desta sala revelou-se uma importante surpresa mesmo para muitos que conheciam o Museu. Nessa mesma ocasião a Reitoria interessou-se pela colocação do dispositivo electrónico anti-intrusão que foi montado igualmente nesse ano. [...] Em 1990 inicia-se a 1.^a abordagem da pintura pelo Dr. Vítor Serrão. O Museu é integrado no ICOM por proposta da Directora do Museu Calouste Gulbenkian. Em 1991 conclui-se uma fase das obras da antiga sala de jantar generosamente patrocinada pela UNISYS e destinada à instalação de Porcelanas de Encomenda da China. Como a totalidade dos expositores não estavam prontos aproveitou-se o espaço para uma mostra da colecção do Museu de porcelana europeia que incluía objectos de Meissen do séc. XVIII e um par de urnas de Sévres que tinham pertencido ao palácio das Tulherias”.⁵⁷

Unidade de Educação de Adultos

Quanto à Unidade de Educação de Adultos, na esteira do percurso antes desenvolvido no âmbito do *Projecto de Educação de Adultos* e sob a presidência de Licínio C. Lima, privilegiou três esferas de atividade: a formação, particularmente intensa desde meados da década de 1980 até início dos anos 2000; a investigação que, progressivamente, foi ganhando importância, tornando-se extremamente significativa

do ponto de vista dos recursos envolvidos e do trabalho levado a efeito; e as edições, sendo uma entidade pioneira na publicação regular de livros de educação de adultos, desde a sua constituição. De realçar, ainda, a participação da UEA em organizações internacionais e no âmbito de projetos e ações com organizações governamentais e não-governamentais com outros países, o que teve o seu pontapé de saída em Cabo Verde.⁵⁸ Projetos particularmente relevantes foram *Aprendendo no local de trabalho*, *Educação de adultos popularmente iniciada* e *Literacia em contextos de trabalho*.

Centro de Estudos Lusíadas

Nos Estatutos da Universidade do Minho aprovados em 1989, no seu art.º 66º, onde são elencadas as Unidades Culturais, surge uma nova unidade, o Centro de Estudos Lusíadas (CEL). A criação deste Centro resulta do clausulado decorrente do item 46, al. B, do já referido testamento do comendador Nogueira da Silva, datado de 22 de setembro de 1975, que obriga a signatária [Universidade do Minho]:

“a manter ou a criar, se porventura não existir na Universidade um Centro de Estudos Lusíadas para o estudo e investigação da cultura lusíada nos domínios da arte, da história, da arqueologia, da literatura e da linguística, ou outros afins, mas que abranja, pelo menos, alguma das especialidades mencionadas e desenvolva até, na medida do possível, actividade cultural a que o Museu possa servir de apoio, ou as suas instalações”.

A primeira reunião da comissão diretiva e do conselho consultivo do CEL, presidido por Vítor Aguiar e Silva realizou-se em 18 de março de 1988, tendo sido analisado o plano de atividades, que englobava a realização de algumas conferências e a edição bilingue (inglês-espanhol dos 35 *sonetos ingleses*, de Fernando Pessoa). Na nota preambular a essa obra, que teve um belo arranjo gráfico de Nuno Barreto, Aguiar e Silva escreveu:

“O Centro dos Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, instituído em 1986, tem como finalidade o estudo, a preservação e a difusão do *thesaurus* cultural que os portugueses criaram, seja no domínio da língua e da literacia, seja no domínio das artes plásticas, seja no domínio da filosofia, do direito, etc. Esta finalidade do Centro é entendida numa perspectiva e num contexto de universalidade e de diálogo com outras culturas e outros povos”.⁵⁹

Só voltaremos a ter notícias do CEL, já presidido por Aníbal Alves em 1994, quando promoveu a realização de um colóquio para celebrar o centenário da morte de Oliveira Martins.⁶⁰ Entre 1996 e 2003, o CEL foi dirigido por Norberto Cunha, que lhe deu nova dinâmica com a realização de diversos colóquios e ciclos de conferências, um deles dedicado a José Régio. No nº27 de *Forum* o diretor do CEL publicou uma

reflexão sobre a sua essência e objetivos, definindo algumas das temáticas a abordar no futuro, implicando a colaboração da BPB e do MNS.⁶¹

Impacto internacional

Deve ainda referir-se que em agosto de 1998, na *XI Assembleia da Associação das Universidades Europeias*, realizada em Berlim, cujo tema era *The dialogue of universities with their partners: the universities cultural impact in Europe*, Carlos Bernardo apresentou um relatório sobre o papel cultural da Universidade do Minho na região, que suscitou bastante surpresa e admiração pela originalidade, dimensão e impacto dessa intervenção consubstanciada na existência de um Conselho Cultural e nas atividades das Unidades Culturais.⁶²

5

Novas Unidades Culturais, outros desafios

Casa de Sarmento, em Guimarães

Quase desde o início da criação da Universidade do Minho que Guimarães reclamava que a sua ação cultural se estendesse àquele concelho, sendo Santos Simões um dos grandes paladinos de tal pretensão. Depois de ter assumido a presidência da Sociedade Martins Sarmento (SMS) em 1990, insistiu nos contactos conducentes à constituição de uma associação englobando a Universidade do Minho e a SMS. Em 1994, a Universidade do Minho propôs à Câmara Municipal de Guimarães a criação de um museu dedicado a D. Afonso Henriques, tendo sido nomeada, para o efeito, uma comissão instaladora, presidida por Carlos Bernardo, mas o projeto, que teve parecer negativo do Conselho Cultural, acabou por não se concretizar devido a algumas indefinições e dificuldade de financiamento.

As partes envolvidas não desistiram e Guimarães acabou, finalmente, por ser contemplada com uma presença e uma intervenção cultural mais consistente da Universidade do Minho no seu seio, sendo Reitor Chainho Pereira,⁶³ projeto que foi nos anos seguintes muito apoiado pelo Reitor Guimarães Rodrigues:

“A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património é uma unidade cultural da Universidade do Minho com sede em Guimarães, instituída por deliberação unânime do Senado da Universidade em 28 de janeiro de 2002, com base num protocolo de cooperação subscrito pela Universidade, pela Sociedade Martins Sarmento e pela Câmara Municipal de Guimarães que estabelece um modelo de colaboração que visa, primordialmente, garantir à SMS uma sustentação científica continuada e assegurar à Universidade acesso privilegiado a um património de inestimável valor cultural e elevado potencial científico. A parceria entre a Universidade do Minho, a Câmara

Municipal de Guimarães e a Sociedade Martins Sarmento permitiu reunir o financiamento essencial à actividade desenvolvida. Nos termos do protocolo, a Universidade instalará a Casa de Sarmento num palacete do século XIX que foi residência do arqueólogo Francisco Martins Sarmento, propriedade da Sociedade Martins Sarmento e que será objecto de obras de recuperação a cargo da Câmara Municipal de Guimarães. É objectivo central desta Unidade Cultural a criação de um espaço de confluência de competências culturais, científicas e técnicas da Universidade do Minho na área do Património e a promoção da cooperação da Universidade com a comunidade onde se insere.»⁶⁴

O programa da Casa de Sarmento, cuja CIUM voltou a ser presidida por Carlos Bernardo, apresentava-se extremamente ambicioso pois propunha-se implementar um conjunto de valências distribuídas por diferentes áreas de intervenção a implementar em duas fases:

“Numa primeira fase deveriam ser criados: o Núcleo de Estudos de Património, Arqueologia e História Local, vocacionado para a investigação; o Núcleo de Estudos Vicentinos, vocacionado para o estudo e divulgação da obra de Gil Vicente; o Núcleo de Documentação Abade de Tagilde, vocacionado para o tratamento técnico de fundos documentais e bibliográficos através da inventariação, catalogação, pesquisa, digitalização e disponibilização em suporte digital.»⁶⁵

Infelizmente este sonho acabou por não ter a concretização desejada, apesar de a CS ter realizado algumas iniciativas de notória importância, como o *Encontro sobre o Património Arquitectónico na UM*, a criação de um *website*, a digitalização e a colocação *online* da coleção completa da *Revista de Guimarães*, a digitalização da hemeroteca e da coleção de gravuras da SMS, o recomeço do estudo científico da Citânia de Briteiros⁶⁶ e a edição do livro *Caminhos da memória e do saber*.⁶⁷ O processo de criação da Fundação Martins Sarmento, cuja concretização colidiria com os objetivos da Universidade, levou a que, por deliberação do Senado da Universidade do Minho, em janeiro de 2007, tenha sido ingloriamente extinta a Casa de Sarmento.⁶⁸ (Fig. 19)

Casa Museu de Monção

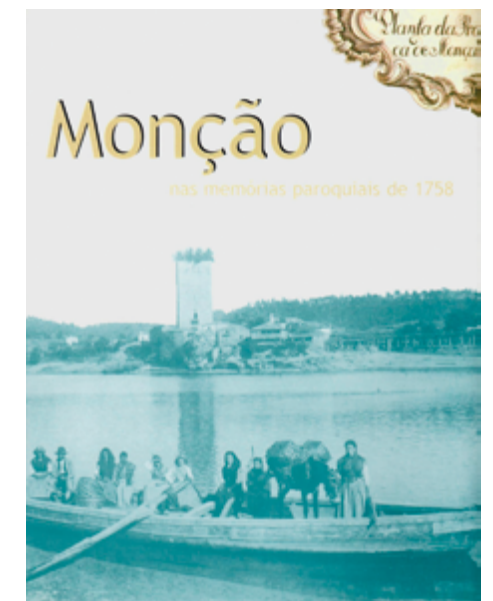
Sorte diferente teve a Casa Museu de Monção, unidade cultural criada através do Despacho RT 11/2002 de 17 de maio, cuja primeira comissão instaladora foi presidida por Vítor Aguiar e Silva. A Casa Museu de Monção (CMM) surge na sequência de um valioso legado da Senhora D^a. Maria Teresa Salgueiro à Universidade do Minho. Depois de uma visita ao Museu Nogueira da Silva, em 1991, e tendo tido conhecimento do modo como aquele legado estava a ser tratado, resolveu contactar a Universidade do



Fig. 19
Capa do livro *Caminhos da memória e do saber*, com texto de Vítor Aguiar e Silva, edição da Casa de Sarmento, 2007
Fonte: CS

Fig. 20
Casa Museu de Monção, solar do século XVIII,
Fonte: CMM

Fig. 21
Capa do livro *Monção nas "Memórias Paroquiais" de 1758*, 2003
Fonte: CMM



Minho mostrando disponibilidade e interesse em a contemplar com uma avultada parte da sua fortuna, desde que a universidade instituisse no seu solar oitocentista de Monção uma unidade cultural que devia ser transformada em Casa Museu. (Figs. 20 e 21)

A Universidade do Minho acolheu de bom grado a sugestão e, de imediato, se iniciou nas negociações. Tal desejo ficou materializado no seu testamento, no qual, depois de enunciar os bens que entendia dever deixar, nomeadamente a sua “*casa em Monção com o seu jardim, logradouro e quintal... bem como todo o recheio que nela tiver*”, estipulava que:

“A Universidade do Minho, enquanto legatária e aceitando o legado que lhe é feito, fica obrigada a constituir no seu âmbito uma Unidade Cultural, que será denominada Casa Museu de Monção. A legatária criará, na Casa Museu, condições para divulgar e valorizar o imóvel em si e o seu recheio. Na acção a prosseguir no âmbito da Casa Museu, a Universidade dará particular relevância ao património legado na sua vertente etnográfica e sociológica, constituindo seu objectivo cultural principal a criação das condições para sublinhar, expor e divulgar no imóvel legado as características mais impressionantes do modo de viver na primeira metade do século XX no Alto Minho. A Universidade do Minho, na acção que for desenvolvida na Casa Museu, e sem prejuízo da forma de prosseguir a política cultural mais geral que lhe é própria, dará atenção especial ao meio e às instituições da região em que se insere a Casa Museu, de molde a ser sempre uma unidade aberta à comunidade e interactiva com as demais realidades sócio-culturais existentes na região. A Casa Museu deverá apoiar, valorizar e integrar-se nas manifestações de cultura e arte da zona de Monção, bem como desenvolverá e incentivará o interesse pela cultura e pelas actividades artísticas e educacionais que tenham ligação ou permitam desenvolver o interesse pelo imóvel e recheio que são objecto do legado e seu objectivo principal”⁶⁹

Em 13 de julho de 2002, a Universidade do Minho procedeu à apresentação pública da sua nova unidade cultural, tendo na ocasião sido assinado um protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Monção.

“A história deste legado demonstra mais uma vez como o *exemplum* pode ser importante e até decisivo na vida das pessoas e instituições. Se não fosse o exemplo do Comendador Nogueira da Silva e se não fosse o exemplo do modo como a UM criou e desenvolveu o Museu Nogueira da Silva, a D^a. Maria Teresa Salgueiro não teria tomado a decisão de instituir um legado em benefício da Universidade”.⁷⁰

Em outubro de 2002 foi nomeada uma nova comissão instaladora, presidida por José Viriato Capela, que começou por elaborar os seus estatutos enquanto se procedia a

uma primeira inventariação e distribuição do recheio museológico da casa. Logo no início do seu mandato, e tendo presentes os objetivos desenhados pela legatária, foi apresentado o plano de atividades da casa, renovado e desenvolvido todos os anos, transformando esta unidade cultural num farol da Universidade do Minho no Alto Minho, privilegiando as relações com a câmara monçanense, mas não descurando os outros municípios do antigo distrito de Viana do Castelo e estabelecendo laços permanentes de cooperação com a Galiza.

Têm sido inúmeras as atividades promovidas ou acolhidas pela CMM, destacando-se a exposição *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional*, acompanhada por um colóquio sobre *A restauração nacional de 1808*, a conferência *Europa, cidadania e multiculturalismo*, o colóquio *A universidade e os novos públicos*, exposições sobre Aquilino Ribeiro, Rocha Peixoto e *O sorriso de Daniel* (sobre a Galiza), a colaboração com a Bienal de Cerveira, além de inúmeras conferências ou exposições de artistas locais, não esquecendo a relação com as escolas e as visitas guiadas. No campo editorial deve relevar-se *O distrito de Viana do Castelo nas “Memórias Paroquiais” de 1758* e *O heróico patriotismo dos povos do Norte*, obras coordenadas por J. V. Capela. (Fig. 22)

Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

Durante este período, merece ainda destaque a inauguração da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, ocorrida em dezembro de 2004, mas cujo processo se tinha iniciado em novembro de 1990, com a assinatura de um acordo de princípios entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga.⁷¹ Este acordo surge na sequência do lançamento em 1987, pela Secretaria de Estado da Cultura, das bases necessárias para a criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública, inspirada nas mais modernas conceções do que devia ser uma biblioteca pública, definidas pelo Manifesto da Unesco. Em Braga, a BPB reunia os melhores argumentos para dar corpo a esse projeto, tanto mais que a Câmara Municipal (CMB) reconhecia “*não ter condições, por si só, para oferecer à comunidade, equipamento vocacionado para a leitura pública*” que respeitasse as diretrizes definidas pela SEC através do Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL).

Nesse acordo de princípios a Universidade do Minho e a CMB manifestavam o seu interesse na aplicação do *Projecto Bibliopolis* daquele Instituto de Braga e, consequentemente, na sua integração na Rede Nacional de Leitura Pública. Tal propósito foi formalizado em 12 de julho de 1991, data em que se comemorava o 150º aniversário da BPB, com a celebração de um contrato-programa entre o IPLL, a CMB e a Universidade do Minho, que visava estabelecer as condições iniciais da aplicação do *Projecto Bibliopolis* às características do concelho de Braga, considerando que tal só seria viável em articulação com a Biblioteca Pública de Braga:

“O referido projecto, na sua execução, implica uma clara definição do papel da BPB, conciliando as características actuais de biblioteca erudita e de

conservação com o seu redimensionamento como biblioteca de leitura pública, através da criação de zonas de livre acesso e de audiovisuais, a prática do empréstimo domiciliário, o aumento da capacidade dos depósitos, a informatização e a criação de novos serviços. O projecto implica, ainda, a criação de uma rede concelhia de bibliotecas, cuja responsabilidade principal é da competência do município». ⁷²

Para a materialização do projeto, a SEC cedeu o edifício do antigo Albergue Distrital e respetivo logradouro, cuja ocupação e aproveitamento devia ser objeto de estudo. ⁷³ Desempenharam um papel fundamental na condução deste processo Maria José Moura (SEC), Teresa Calçada (presidente do IPLL) e Vítor Aguiar e Silva, vice-reitor da Universidade do Minho, cuja sensibilidade para as questões culturais, compreensão dos reais problemas com que a BPB se debatia e a abertura de novos horizontes para as questões do livro e da leitura em Braga que este projeto abria fizeram com que, na hora certa, assumisse o desejo de a Universidade do Minho o levar em frente. Não é este o momento oportuno para reconstituir a história deste processo, que levou quinze anos a concretizar-se, sofrendo inúmeras vicissitudes, contornando diversos obstáculos, lutando contra incompreensões, omissões e desvios, vendo distorcidas algumas das diretrizes iniciais, que obrigaram à assinatura em 1996 de uma adenda ao contrato-programa ⁷⁴ e em 2003 a um protocolo de colaboração entre a Universidade do Minho e a CMB para serem ultrapassadas questões jurídicas entretanto surgidas.

A publicação dos seus estatutos ⁷⁵ possibilitou que em dezembro de 2004, Braga passasse a poder usufruir de uma verdadeira Biblioteca de Leitura Pública, numa decisão feliz designada Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, cujas coleções bibliográficas principais resultam do facto de a BPB ser beneficiária do Depósito Legal, tendo para aquela sido transferidas as obras entradas pelo DL (monografias) a partir de 1976. Na nova biblioteca metade dos recursos humanos é paga pela Universidade do Minho, que igualmente partilha as despesas de funcionamento com a Câmara Municipal de Braga, sendo considerada, por isso, uma Unidade Diferenciada da referida universidade.

A presença das Unidades Culturais

No período a que nos estamos a reportar as Unidades Culturais deram, naturalmente, continuidade ao seu trabalho, conforme se pode comprovar compulsando os números da revista *Forum* que lhe dizem respeito.

Assim, o Arquivo Distrital colaborou no Inventário do Património Cultural Móvel; celebrou os bicentenários do Conde da Barca (2004) e da Partida da Corte para o Brasil (2007); apresentou uma exposição fotográfica de A. Menéres, sobre *Arquitectura Regional Portuguesa* (2008); editou inéditos de José Anastácio da Cunha (2006) e,



Fig. 22
Capa do catálogo da exposição *As invasões francesas e a restauração nacional de 1808*, 2008
Fonte: ADB



Fig. 23
Capa do catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento de Miguel Torga, iniciativa da BPB em colaboração com a
Fonte: BPB

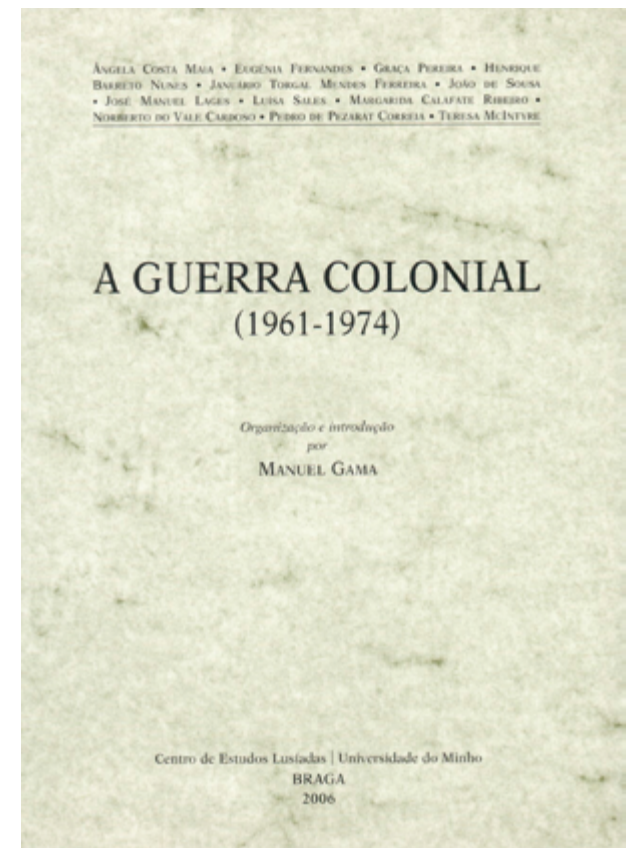


Fig. 24
Capa das atas do colóquio *A guerra colonial (1961-1974)*, 2006
Fonte: CEL

chorando a morte da sua diretora, Maria Assunção Vasconcelos, recebeu em 2009 a doação do valioso Arquivo da Casa de Avelar.⁷⁶

A Biblioteca Pública, assoberbada com a transferência de cerca de duzentos mil livros entrados pelo Depósito Legal para a nova biblioteca, colaborou nas Jornadas do Conto do ILCH; teve contactos profícuos, através da Delegação Regional da Cultura do Norte, com a Galiza e Castilla-León, enriquecendo o seu acervo; celebrou, em diversos anos, o Dia das Letras Galegas e promoveu a realização de diversas iniciativas marcantes, sendo de assinalar em 2008 a grande exposição dedicada ao centenário de Miguel Torga, em colaboração com a Delegação Regional de Cultura do Norte. (Fig. 23)

O Centro de Estudos Lusíadas, dirigido por Manuel Gama, organizou colóquios, publicando as respetivas atas sobre *A Guerra Colonial*, *a Política da Língua Portuguesa*, *A Geração de 70 e Actualidade de Proudhon*, além de ter celebrado os 30 anos do legado de Nogueira da Silva. (Fig. 24)

O Museu Nogueira da Silva, cujos responsáveis foram Carolina Leite e depois Carlos Corais, dinamizou os seus serviços educativos, promoveu concertos e recitais de poesia, organizou um curso livre de história de arte e teve a sua galeria permanentemente aberta, apresentando exposições de artistas consagrados ou talentos emergentes.

A Unidade de Arqueologia apostou na investigação, na divulgação científica e cultural, no apoio pedagógico, na prestação de serviços à comunidade e nas edições e publicações, de que se devem destacar as coleções *Bracara Augusta: escavações arqueológicas* e *Cadernos de Arqueologia: monografias*. As suas atenções continuaram a centrar-se na cidade romana de Braga, devendo referir-se, para além do inesperado balneário castrejo da Estação, a sensacional descoberta do teatro de *Bracara Augusta*, até agora o único conhecido no noroeste peninsular. Em 2008 apresentou publicamente uma desafiadora proposta para criação de um Parque Cultural em Braga que, por motivos nunca suficientemente esclarecidos, não teve o desenvolvimento necessário.⁷⁷ (Figs. 25 e 26)

Finalmente, a Unidade de Educação de Adultos, que passou a ter como presidente Rui Vieira de Castro, celebrou dignamente o seu 30º aniversário em 2006, continuou a participar em diversos projetos europeus devendo, a nível nacional, destacar-se os relativos à *Literacia em contexto de trabalho* e *Literacias em contexto industrial*, mantendo uma regular programação editorial.

A Semana Cultural (2002)

O Conselho Cultural, entretanto, prosseguia na sua função de coordenador das Unidades Culturais e seu porta-voz junto dos órgãos de governo da Universidade do Minho que, em 2002, sendo Reitor L. Chainho Pereira, o desafiou a realizar uma Semana Cultural aberta à academia e à sociedade, que funcionasse como uma espécie

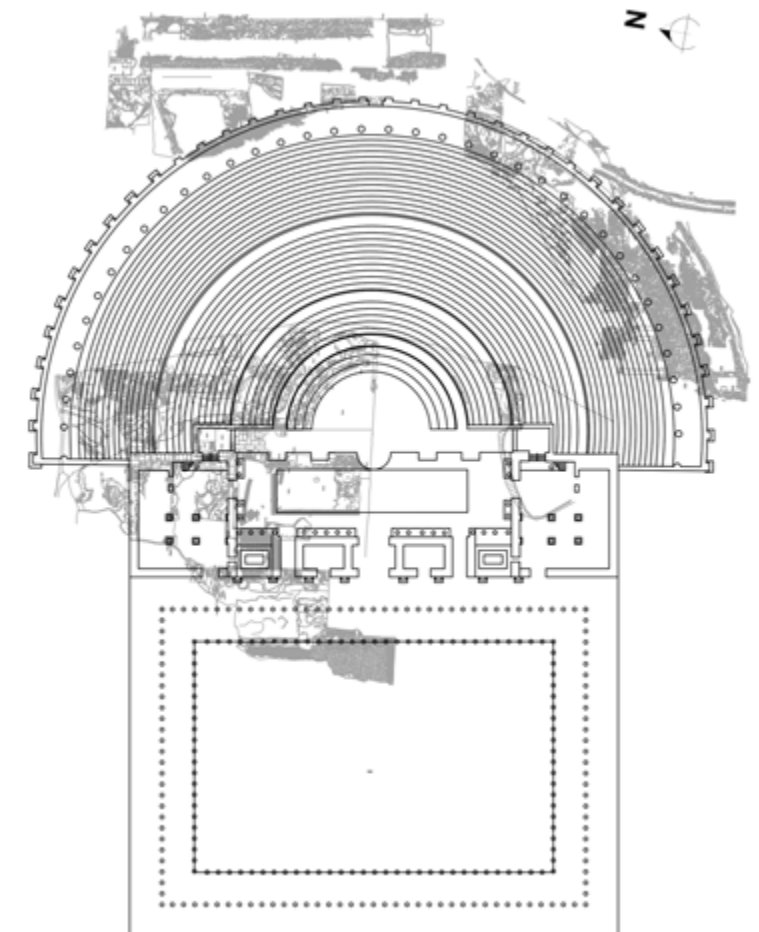


Fig. 25
Escavações do teatro
de *Bracara Augusta*, 2012
Fonte: UAUM

Fig. 26
Proposta de restituição do teatro
de *Bracara Augusta*, 2013
Fonte: UAUM

de cartão de apresentação da universidade, realçando “a importância fundamental da cultura na formação humana dos cidadãos”. Entendia o Reitor da Universidade do Minho, citando K. Jaspers, que “a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo”. Esta semana, como frisou Chainho Pereira, pretendia assinalar a importância do papel desempenhado pelas Unidades Culturais, as quais, de acordo com Vítor Aguiar e Silva, “não podem ser flores na botoeira para a fotografia oficial da Universidade”.⁷⁸

A Semana Cultural orientou-se por três eixos fundamentais, conforme vem referido no nº31 da revista *Forum*:

- “1. Informativo, visando apresentar, dar a conhecer a Universidade do Minho aos alunos do 12º ano do ensino secundário de Braga e Guimarães, que puderam visitar os *campi* de Gualtar e Azurém e tomar contacto com a oferta de cursos e potencialidades existentes.
2. Lúdico, através da participação de diversas tunas e grupos musicais dos estudantes da Universidade do Minho, que assim mostraram uma outra faceta da vida académica.
3. Reflexivo, com a realização de conferências seguidas de debate, com as quais se pretendeu repensar o papel e o futuro da universidade em Portugal, com especial incidência na do Minho”.

No âmbito desta Semana Cultural foi ainda editado pelo Conselho Cultural o *Catálogo geral de edições da Universidade do Minho*, organizado pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, com o qual, pela primeira vez, se pôde divulgar junto do meio universitário e do público em geral a quase totalidade da atividade editorial da nossa Universidade.⁷⁹ A iniciativa teve grande êxito, para o qual contribuíram as conferências de Adriano Moreira, Chainho Pereira e S. Machado dos Santos, também publicadas no nº31 da revista *Forum*. Foi igualmente devido ao prestígio alcançado na organização do Prémio de História Contemporânea que a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República convidou o Conselho Cultural para coordenar o volume dos Roteiros Republicanos respeitante a Braga.⁸⁰

6

A transversalidade da cultura: um presente para o futuro

Minho: traços de identidade

Em julho de 2002 foi investido como Reitor da Universidade do Minho A. Guimarães Rodrigues, o qual na primeira reunião do Conselho Cultural que se seguiu à sua posse transmitiu aos seus membros a sua “vontade de proceder a uma reflexão sobre a política cultural da Universidade e o interesse no reforço do projecto cultural. O desenvolvimento de uma vertente cultural transversal à academia e com a sua participação (incluindo os

estudantes, as Escolas e os seus Departamentos), bem como o reconhecimento, a articulação e agregação das diferentes realidades culturais externas à Universidade, foram questões colocadas para reflexão do Conselho”.⁸¹

Na sequência desse desafio, depois de assinado o Pacto de Desenvolvimento Regional, que “visava a transformação do Minho numa Região de Desenvolvimento baseado no conhecimento” o Conselho Cultural promoveu, em 2004, a realização de uma jornada de reflexão de que resultou a aprovação de “duas linhas de projecto que dariam corpo a uma perspectiva de âmbito regional para a acção cultural da Universidade”. Contudo esse propósito só foi parcialmente atingido mercê das atividades promovidas em Monção e Guimarães, porque as Unidades Culturais mais antigas, fora algumas iniciativas pontuais, devido aos grandes cortes orçamentais sofridos e à diminuição dos seus quadros de pessoal, não tiveram capacidade para o desenvolver.

Um projeto para o qual o Conselho Cultural deu forte contributo foi o do enquadramento institucional, definição do plano da obra e consequente escolha dos temas a tratar, seleção dos colaboradores e acompanhamento da edição do livro *Minho: traços de identidade*.⁸² Este intento teve origem numa proposta da Comissão Instaladora da Casa de Sarmento, presidida por C. Bernardo, que o Conselho Cultural avalizou e ao qual deu expressivo apoio, pois a obra procura “congregar a totalidade dos saberes que definem esta região em todas as suas dimensões, visando o objectivo, porventura inatingível, de encontrar a sua identidade. Ou, se preferirmos, de encontrar os traços que fazem do Minho uma região diferente das outras regiões portuguesas...”. (Fig. 27)

É justo referir que, durante o período em que Guimarães Rodrigues (2002/2009) foi Reitor, os relatórios de atividades da Universidade do Minho deram sempre grande relevo ao Conselho Cultural e às Unidades Culturais. Uma nota triste a assinalar foi a do sucessivo desaparecimento de figuras muito ligadas ao Conselho Cultural: Hélio O. Alves, Victor de Sá, Santos Simões, Assunção Vasconcelos e, finalmente, Lúcio Craveiro da Silva, que nos deixou em 13 de agosto de 2007. Sucedeu-lhe na presidência do Conselho Cultural, José Viriato Capela, o qual deu continuidade ao trabalho realizado até então, enfrentando as Unidades Culturais cada vez maiores obstáculos e incompreensões que procurou combater.

Um novo Conselho Cultural

Em outubro de 2009 foi eleito Reitor da Universidade do Minho António M. Cunha. No seu programa de candidatura reconhecia:

“A Universidade do Minho tem igualmente uma longa tradição de interação com a sociedade em actividades de índole cultural, promovidas por si ou no quadro de parcerias com outras instituições ou associações, regionais ou nacionais. Estas iniciativas, embora transversais a toda a Universidade, encontram nas Unidades Culturais actores fundamentais, constituindo um



Fig. 27
Capa do livro *Minho: traços de identidade*, 2009
Fonte: UMinho



Fig. 28
Cartaz da 4ª edição do Festival de Outono, 2013
Fonte: CC

importante factor de dinamização e enriquecimento da vida cultural das pessoas e das comunidades. Esta é uma direcção que a Universidade tem que continuar a aprofundar, como condição para afirmação da sua relevância e para a prossecução da sua missão. No entanto, a oferta hoje existente nas principais cidades da sua Região desafia a concepção e o desenvolvimento de projectos de maior relevância e impacto e uma intervenção mais estruturada, mesmo que mais selectiva, da Universidade”.⁸³

Por essa razão, em termos de estratégia, considerava vetor de missão o aprofundamento da interação com a sociedade, que se poderia concretizar com o “*desenvolvimento de iniciativas culturais num quadro de colaboração com as cidades da envolvente próxima e os seus agentes, explorando o potencial das unidades e das suas redes de parceria*”, propondo, entre as ações a implementar, “*promover o Festival de Outono – iniciativa que visa integrar diversos eventos, a realizar por ocasião do início de cada ano lectivo*”.⁸⁴

Foi dentro desta perspetiva que nomeou, em maio de 2010, Ana Gabriela Macedo como presidente do Conselho Cultural que, além dos responsáveis das sete Unidades Culturais existentes, integrou, na sua comissão externa, dez personalidades “*com intervenção relevante no domínio da cultura (sic Regulamento) cujo saber e experiência na sua área de especialização pessoal trazem um contributo inestimável à dinamização que se pretende imprimir a este órgão e um incentivo ao estabelecimento de laços culturais extra-muros com a comunidade onde a Universidade está inserida*”.⁸⁵ Neste contexto, a Presidente do Conselho Cultural afirmava que: “*A noção de Cultura é para nós algo de vivo e de estimulante, que se constrói fomentando o trabalho “em rede”, procurando estimular o diálogo entre a Universidade, num sentido lato, e a comunidade, num contexto assumido de que a vivência da cultura é um reflexo de uma cidadania plena*”.

Foi nessa convicção que, ao longo destes últimos quatro anos, se realizou um conjunto de atividades (exposições fotográficas e de pintura, recitais de poesia, concertos, lançamento de livros, conferências e colóquios sobre temas variados, de entre os quais se deve salientar a Comemoração do 1º Centenário da República).

O Conselho Cultural promoveu, igualmente, em setembro de 2010, o seu primeiro Festival de Outono, atualmente já com quatro edições, que pretende conciliar aspectos relativos ao património cultural e artístico de que a Universidade do Minho é detentora ou pelo qual zela, relacionando-o com a história das duas cidades, com a criação contemporânea no âmbito da música, do teatro e de artes informativas, da literatura, da poesia, da fotografia, do cinema, entre outros com a oferta cultural que Braga e Guimarães propõe. O Festival de Outono pretendia dar a conhecer, em especial aos novos alunos da universidade (mas acabou por envolver os alunos estrangeiros, bem como os de mestrado e doutoramento) a faceta mais marcadamente cultural da Universidade do Minho, incentivando a sua dinamização por parte da Academia, em colaboração com a sua Associação Académica. Esta manifestação, que

já marca a agenda das duas cidades em que a Universidade do Minho está inserida, construiu-se em total sinergia com as Unidades Culturais e conta com a colaboração de vários agentes culturais de Braga, Guimarães e Viana do Castelo, tendo igualmente conquistado forte adesão da população não universitária.⁸⁶ (Fig. 28)

O Conselho Cultural, que deixou de ter junto das Unidades Culturais uma presença tão constante como era habitual, não deixou contudo de dar continuidade ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, de que promoveu no ano transato a 22ª edição. Retomou igualmente a publicação da revista *Forum*, agora dirigida por H. B. Nunes, da qual saíram três números, dois dos quais duplos, apresentando inovadores *dossiers* dedicados à cultura, com testemunhos dos seus membros e dos presidentes das Escolas e Institutos da Universidade do Minho.

Outro aspeto que tem marcado a participação do Conselho Cultural na vida da Universidade é o facto de ter dado vida ao Largo do Paço, correspondendo a um desafio do Reitor, pois a maior parte das suas ações têm sido realizadas no interior e exterior daquele conjunto arquitetónico ao qual trouxe cor, alegria, movimento, arte e novas formas de refletir e de debater a contemporaneidade, sem esquecer a história e o património que indelevelmente o caracterizam.

Foi dentro desta perspetiva que, em 12 de junho de 2012, a Universidade do Minho e a presidência do Conselho de Ministros, representada pelo secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, assinaram um protocolo para a elaboração de um *Projecto de Reconversão e Requalificação do Complexo do Largo do Paço*, que envolverá:

“A deslocalização do Arquivo Distrital de Braga para instalações da Universidade do Minho sitas na Rua de Abade da Loureira, em Braga; a requalificação funcional das instalações da Biblioteca Pública de Braga (Corpo Barroco); a requalificação estrutural do Corpo Medieval; a requalificação funcional da Ala Nascente do Corpo Moderno, com vista à futura instalação da Casa dos Leitores e da Leitura; a requalificação funcional da Ala Central do Corpo Moderno, frente ao Largo do Paço, como área reservada a actos académicos e protocolares, bem como a eventos culturais de diversa natureza.”

As preocupações da Universidade do Minho relativamente ao património cultural, que está sob a sua guarda, estão bem patentes no preâmbulo deste protocolo que, no ponto 13, refere que “o aprofundamento da missão da UM beneficiará, em muito, com a reconversão e requalificação dos edifícios que fazem parte integrante do referido complexo, com vista à optimização e melhoria do serviço prestado pela Universidade e à introdução de novas valências na sua acção cultural”.⁸⁷ A Reitoria da Universidade do Minho, ainda dentro deste desejo de dar a conhecer o seu património e o das cidades onde está instalada, lançou duas coleções de livros, *Sítios com história* e *Histórias de cidades*, tendo já saído 3 títulos.⁸⁸

Uma presença contínua

Durante este recente e curto período da História da Universidade do Minho, o Arquivo Distrital, dotado finalmente, de um diretor de serviços com formação adequada, António Sousa, procedeu à reorganização dos seus serviços e à implementação de instrumentos de gestão, à digitalização de grande parte dos Registos Paroquiais e Passaportes e à conversão e migração de registos de descrição arquivística, há muito produzidos para o DIGITARQ, entre outras medidas tendentes a recuperar um atraso, em parte explicável.

A Biblioteca Pública de Braga, sob direção de Elísio Araújo, deu início à meritória e necessária tarefa de limpeza e reorganização dos seus depósitos de livros e revistas e dedicou-se a procedimentos de conservação preventiva de grande parte das suas coleções, nomeadamente, do Fundo Antigo.

A Casa Museu de Monção deu seguimento regular às suas atividades, de entre as quais se deve destacar, pelo ineditismo, a *Homenagem a portugueses mortos pelo franquismo durante a Guerra Civil espanhola* (2012).

O Centro de Estudos Lusíadas, presidido por Virgínia S. Pereira, continuou a realizar conferências, promovendo anualmente um colóquio, tendo já sido publicadas as atas daquele que foi dedicado à *Arte no Minho*.⁸⁹

O Museu Nogueira da Silva apresentando uma preenchedíssima agenda de iniciativas, viu inaugurado um espaço dedicado a Maria Ondina Braga, onde está recolhido, desde 2012, o espólio da escritora.

A Unidade de Arqueologia manteve a sua linha de ação com importantes e controversas intervenções na Avenida Central e no Quarteirão dos Correios de Braga ou no complexo hidráulico setecentista das Sete Fontes, que a bibliografia publicada reflete, continuando a garantir a direção científica do projeto de *Bracara Augusta*.⁹⁰

Traços culturais da Universidade do Minho

Não é objetivo deste capítulo proceder à análise da política cultural seguida pela Universidade do Minho no seu todo, através das Escolas, Institutos e Centros de Investigação, que também é notável, apesar de um âmbito naturalmente mais académico, ou mesmo da de alguns serviços, como os de Documentação.

Uma referência, mesmo que breve, merece a Orquestra da Universidade do Minho (OUM), que emerge da Orquestra de Câmara do Minho, criada em 2006, então formada por jovens músicos, intérpretes do novo panorama musical português. Com o evoluir do trabalho musical levado a cabo no ramo de Interpretação-Instrumento, da Licenciatura em Música, criada em 2007/2008, e do mestrado, atualmente no 3º ano de funcionamento, a OUM integra simultaneamente os docentes do Departamento

de Música, músicos convidados e alunos mais destacados, procurando realizar programas de alto valor artístico e interagindo com maestros e solistas de renome internacional.

Unidades Culturais, aqui e agora

A Universidade do Minho, sem grandes apoios do poder central, assumiu sempre uma missão cultural que pretende viva, ativa e interveniente na sociedade, solidamente assente no património de que é detentora e lhe transmite parte da identidade. Mas o seu rosto mais visível é o das Unidades Culturais, dirigidas por técnicos especializados ou professores universitários, embora os seus orçamentos sejam cada vez mais diminutos e os quadros de pessoal mais reduzidos.

As Unidades Culturais tuteladas pelo Conselho Cultural prestam serviço público; estão abertas a toda a comunidade; conservam, estudam, tornam acessível e divulgam o património de que dispõem; incentivam e apoiam a investigação; promovem a criação contemporânea e a cultura, no sentido mais amplo do termo; intervêm nas cidades, para tal contando com a colaboração das Escolas e Centros de Investigação da Universidade do Minho, ao mesmo tempo que estabelecem linhas de cooperação com as mais diversas instituições das comunidades em que estão inseridas.

É certo que a Universidade do Minho realizou investimentos importantes nas suas Unidades Culturais, mas da presença e trabalho persistente destas resultaram notórias contrapartidas culturais traduzidas em prestígio, visibilidade, inserção na comunidade e interação com o meio porque, apesar de algumas vozes dissonantes que por vezes se ergueram, a instituição sempre considerou que a cultura também é uma prioridade e não um luxo.

Os retratos do poder

Voltemos ao ponto de partida, o antigo Paço Episcopal: desde o início do séc. XVIII que o Salão Grande dos Arcebispos era decorado com os retratos dos seus senhores. Hoje, no mesmo espaço, o Salão Nobre da Universidade, podemos observar os dos seus reitores, inaugurado com as pinceladas desafiadoras e informais com que Maluda retratou Carlos Lloyd Braga. Na nobre porta principal do edifício do Paço, através da qual se acede ao Salão Nobre, talvez não seja despiciendo refletir sobre a inscrição de um poeta latino que aí mandou gravar D. Rodrigo de Moura Teles, no início do séc. XVIII: *o domus antiqua quam dispari domino dominaris*, que hoje podemos traduzir como “*Oh casa antiga quão diferente é o senhor que te domina*”.

Notas

- 1 Oliveira, 1999: 177-180.
- 2 Atanásio e Nunes, 1975: 13.
- 3 Oliveira, 1999: 178.
- 4 Oliveira, 1999: 179.
- 5 Salazar, 1937: 147.
- 6 Silva, 1994: 58.
- 7 Atanásio e Nunes, 1975.
- 8 UMinho-CIUM, *Integração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga na Universidade do Minho, 1974*.
- 9 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que universidade?*, 1976, 7-9.
- 10 Castro, 1976.
- 11 Silva, 1980. Esta edição abriu caminho para a publicação de outros *fac-similes* de títulos maiores da literatura portuguesa de Quinhentos, normalmente vindas a lume em datas celebratórias da vida da Universidade do Minho, como seja o caso das *Obras* de Francisco Sá de Miranda (1994), os *Poemas lusitanos* de António Ferreira (2000) e *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (2004), todos eles anteceditos de preciosos prefácios ou estudos introdutórios. Por iniciativa de Lúcio Craveiro da Silva ficaram a dever-se à Universidade do Minho as primeiras traduções em português, feitas por José Cardoso, de dois clássicos latinos ligados ao NO peninsular, como foi o caso da *Crónica* de Idácio (1982) e da *História contra os pagãos* de Paulo Orósio (1986).
- 12 Nunes, 1996a.
- 13 Nunes, 1996a.
- 14 Nunes, 1993.
- 15 Pereira, 2007: 2.
- 16 Pereira, 2007: 72. Esta decisão foi antecedida pela realização de um inventário do recheio das casas de Braga e Lisboa, realizada por elementos da Universidade do Minho. A aceitação formal verificou-se em cerimónia realizada em setembro de 1977, já com a presença do conservador, entretanto nomeado (Luís Mateus), que foi incumbido de apresentar um plano para a organização e funcionamento do Museu.
- 17 Simões, 1994: 95.
- 18 Mateus, 1980.
- 19 Alves, 2003: 7.
- 20 De notar que já antes a CIUM revelara grande preocupação relativamente ao estado de conservação e condições de funcionamento do Paço de D. José de Bragança, tendo renovado totalmente a instalação elétrica, instalado um sistema de deteção de incêndios e outro anti-intrusão, adquirido mobiliário moderno, estantes e o equipamento necessário, a que se seguiriam, mais tarde, obras diversas no edifício, tais como a limpeza das fachadas, a conservação de portas e janelas, a substituição do telhado e a impermeabilização dos terraços.
- 21 Simões, 1994: 94.
- 22 Castro, Sancho e Guimarães, 2006: 15.
- 23 Gusmão e Marques, 1978.
- 24 Rolo, 1979:3.
- 25 Lima, 1990.
- 26 Alves, 1977: 421.
- 27 Lemos, 1996: 50. Este excerto continua, de modo muito significativo, valendo a pena continuar a citá-lo: “Francisco Alves mantinha um excelente contacto com os órgãos de comunicação social, desenvencilhava as teias burocráticas, movimentava-se entre as comissões da SEC, e acompanhava as diversas entidades governamentais, ou personagens ilustres, que visitavam este primeiro esboço de Arqueologia Urbana. Recordamos também o constante interesse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, entre os quais referimos os professores Lloyd Braga, Barbosa Romero, Pinto Machado e Lúcio Craveiro da Silva. A luta pela consolidação da Arqueologia Urbana foi árdua e Francisco Alves teve de lutar em múltiplas frentes: junto das autoridades locais e no âmbito do COISPCN, antecessor do IPPC. Entre as múltiplas lutas, hoje sepultados nas resmas de memorandos e ofícios, acumulados nos arquivos-mortos, destaca-se a criação do Museu D. Diogo de Sousa, que absorveu o pessoal do Campo Arqueológico de Braga, garantindo-se, assim, um estatuto digno para o pessoal e que permitiu institucionalizar a rotina do tratamento de espólio já existente. A par das escavações na cidade, apontando outros caminhos que a Unidade de Arqueologia iria desenvolver mais tarde, realizaram-se os primeiros salvamentos e trabalhos, ao abrigo de protocolos. Entre eles devem destacar-se os primeiros estudos efetuados na Geira (Serra do Gerês, 1978) e o salvamento de Rego (Cabeceiras de Basto, 1978). No final dos anos 70 começaram as obras da nova sede, num pequeno edifício da Avenida Central. Passados quase vinte anos pode afirmar-se que a UAUM continua fiel ao contexto em que foi criada. O estudo e o salvamento de *Bracara Augusta* continuam a ser prioridades que absorvem as energias e o tempo dos investigadores, ..., a Universidade do Minho é ainda a primeira guardiã que defende as ruínas, a equipa que as estuda, a entidade que reclama por uma maior divulgação dos conhecimentos adquiridos. Felizmente, nos últimos anos, a criação de um Gabinete Municipal de Arqueologia tem assegurado uma maior vigilância e uma partilha de tarefas. Mas, a actividade da UAUM não se limitou ao estudo de *Bracara Augusta*, avançando noutros domínios do saber arqueológico”.
- 28 Lemos, Martins e Delgado, 1981.
- 29 UMinho-CIUM, *Universidade do Minho: que universidade?*, 1976, 23.
- 30 Universidade do Minho, *Regulamento Interno Provisório*, Braga, fevereiro de 1976, 6.
- 31 Universidade do Minho, *Relatório de Atividades 1980*, 5.
- 32 Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*, 1979.
- 33 Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1980-1981*, 1980, 23.
- 34 Silva, 2004: 134.
- 35 Silva, 2004: 150.
- 36 Silva, 2004: 160.
- 37 Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho*, 1989, 21.
- 38 Silva, 1995: 3.
- 39 Silva, 1987: 3.
- 40 Título sugerido por mim, que propus que na publicação o *UM* da palavra surgisse graficamente destacado, o que não se viria a concretizar.
- 41 Silva, 1987: 4.
- 42 A conceção gráfica da revista foi assegurada até ao nº4 por Nuno Barreto, que foi substituído por Amadeu Alvarenga nos números 5 e 6. Henrique B. Nunes a partir do nº5 (maio 1989) passou a ser o seu coordenador editorial. A partir do nº9 (1991), e até hoje, a orientação gráfica da revista passou a ser da responsabilidade de Luís Cristóvam. Na estrutura da revista deve referir-se que a partir do nº3 surgiram duas secções permanentes, *Documentação & Vária* recolhendo relatórios

de atividades, protocolos, recensões e pequenos textos relacionados com iniciativas das Unidades Culturais, e *Notícias* que dá conta das suas atividades regulares. Em diversas ocasiões a revista publicou números temáticos, dedicados a atividades relevantes do Conselho Cultural ou iniciativas das suas unidades. De referir ainda que a partir do nº15/16 (1994) a *Forum* passou a incluir as crónicas das sessões de entrega do Prémio de História Contemporânea (NUNES, 2007). Por ser um útil instrumento de pesquisa, deve assinalar-se que no nº42/43 foram publicados os índices de autores e títulos dos primeiros 40 números da revista, por iniciativa da Biblioteca Pública de Braga Cf. Biblioteca Publica de Braga, 2007.

- 43 Sá: 2011.
- 44 Nunes e Capela, 2011: 27-35.
- 45 Silva, 2006: 3.
- 46 Sobre estas iniciativas e a investigação desenvolvida, ver Vasconcelos, 2008.
- 47 Nunes, 1996: 265-269.
- 48 Nunes, 1996: 268.
- 49 Da colaboração de algumas dessas figuras resultou a edição de um livro de testemunhos, “Bibliotecas: memórias e mais dizeres”, em 1998, que teve o patrocínio do Instituto Português do Livro e da Leitura, que apoiara aquele programa pioneiro.
- 50 Estas iniciativas trouxeram à BPB nomes como os de Luís Reis Torgal, Fernando Rosas, Eduardo Prado Coelho, José Pacheco Pereira, Artur Anselmo, Fernando Venâncio, Marcelo Rebelo de Sousa, Daniel Sampaio, M. Carvalho da Silva, Jorge de Alarcão, António Martinho Baptista, José Marques, Álvaro Domingues, os galegos Xavier Alcalá, X. L. Mendez Ferrin e M. A. Fernan Vello, os brasileiros Nelly Novaes Coelho e Rubem Alves, além de muitos professores e investigadores da Universidade do Minho, muitos deles então no início da sua carreira académica.
- 51 Recorde-se, a talhe de foice, o V Centenário do Primeiro Livro Impresso em Braga (1994), os centenários de Camilo e Ana Plácido, Tomás de Figueiredo e Damião de Góis, as homenagens a Maria Ondina Braga e José Manuel Mendes ou ainda as diversas celebrações do 25 de abril de 1974.
- 52 Delgado, Martins e Lemos, 1989.
- 53 Foi esta situação, pontuada por estranhas cumplicidades, que permitiu a destruição de um grande palácio romano nos Granjinhos, num espaço contíguo à Fonte do Ídolo, cuja preservação, então, também se revelara problemática.
- 54 Martins e Lemos, 1998: 122.
- 55 Martins e Lemos, 1998: 123-124.
- 56 Martins e Lemos, 1998: 117-118.
- 57 Valença, 1995.
- 58 Castro, Sancho e Guimarães, 2006.
- 59 Silva, 1988: 7.
- 60 As atas foram publicadas na revista Cadernos do Noroeste, 7 (1) 1994.
- 61 Cunha, 2000:211.
- 62 Bernardo, Oliveira e Nunes, 1998.
- 63 Universidade do Minho, Casa de Sarmento, 2002.
- 64 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2002*, 2003, 87.
- 65 Universidade do Minho-Casa Museu de Monção, 2002: 398-400.
- 66 Bernardo e Neves, 2007: 295.
- 67 Silva, 2007.
- 68 Bernardo e Neves, 2007: 296-297.

- 69 Universidade do Minho-Casa Museu de Monção, 2002: 372-373.
- 70 Universidade do Minho-Casa Museu de Monção, 2002: 376.
- 71 Nunes, 1991: 181-182.
- 72 Nunes, 1991: 184.
- 73 Nunes, 1992.
- 74 Projecto, 1996.
- 75 D.R. 2ª série, nº196, 20 agosto, 2004, 12634-12636.
- 76 Arquivo Distrital de Braga, 2010.
- 77 Martins e Fontes, 2007.
- 78 Pereira, 2002: 6.
- 79 Silva, 2002: 3.
- 80 Capela e Nunes, 2010.
- 81 Universidade do Minho, *Relatório de Actividades 2002*, 2003, 52.
- 82 Pereira, 2009.
- 83 António M. Cunha, Acreditar para Construir...8.
- 84 António M. Cunha, Acreditar para Construir...16 e 18.
- 85 Universidade do Minho, 2011: 14.
- 86 Universidade do Minho, 2012: 12.
- 87 Como parte integrante da consecução deste objetivo já tinha sido solicitado, anteriormente, ao historiador de arte Eduardo Pires de Oliveira um estudo sobre a história do antigo paço arquiiepiscopal.
- 88 Neves, 2011. Ribeiro, 2011. Martins, 2011.
- 89 Pereira, 2011.
- 90 Martins, 2011. Martins *et al.*, 2012.
- 91 Nunes, Cunha e Bastos, 2001. Nunes, 2010.

Lista de abreviaturas

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AAUM	Associação Académica da Universidade do Minho
AAEUM	Associação de Antigos Estudantes da Universidade do Minho
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADIM	Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho
AFUM	Associação de Funcionários da Universidade do Minho
ARCUM	Associação Recreativa e Cultural da Universidade do Minho
AURN	Associação das Universidades da Região Norte
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
B-On	Biblioteca do Conhecimento Online
BPB	Biblioteca Pública de Braga
CC	Conselho Cultural
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CCU	Conselho Científico da Universidade
CEEAEUM	Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho
CEEE	Centro de Estudos de Estatística Económica
CEL	Centro de Estudos Lusíadas
CESE	Cursos de Estudos Superiores Especializados
Cf.	Conferir/Confrontar
CIFOP	Centro integrado de Formação de Professores
CIPES	Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior
CIUM	Comissão Instaladora da Universidade do Minho
CMB	Câmara Municipal de Braga
CMG	Câmara Municipal de Guimarães
CMM	Casa Museu de Monção
CNAVES	Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
COISPCN	Comissão organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural
CPRN	Comissão de Planeamento da Região Norte
CPU	Conselho Pedagógico da Universidade
CRUP	Conselho de reitores das Universidades Portuguesas
D.R.	Diário da República
EAUM	Escola de Arquitetura da Universidade do Minho
EC	European Comission
ECA	European Consortium for Accreditation
ECS	Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho
ECTS	European Credit Transfer and Accumulation System
ECUM	Escola de Ciências da Universidade do Minho
ED	Escola de Direito da Universidade do Minho
EEG	Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
EEUM	Escola de Engenharia da Universidade do Minho
EFTA	European Free Trade Association
EHEA	European Higher Education Area
ENQA	European Network for Quality Assessment
EPsi	Escola de Psicologia da Universidade do Minho
EQAR	European Quality Assurance Register for Higher Education
ERA	European Research Area
ESE	Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho
ESG	Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area
EUA	European University Association
Facfil	Faculdade de Filosofia da Universidade católica, Braga
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FCLB	Fundação Carlos Lloyd Braga

FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FCUP	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FLUP	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUP	Fundação das Universidades Portuguesas
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GCII	Gabinete de Comunicação Informação e Imagem
GEID	Gabinete Executivo de Instalações Definitivas
GEP	Gabinete de Educação e Planeamento
GEPAE	Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa
GID	Gabinete de Instalações Definitivas
ICS	Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
IDITE-Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação da Universidade do Minho
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
ILCH	Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
JNIC	Junta Nacional de Investigação Científica
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MCES	Ministério da Ciência e Ensino Superior
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEIC	Ministério da Educação e Investigação Científica
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MNS	Museu Nogueira da Silva
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OCES	Observatório da Ciência e do Ensino Superior
OECD	Organisation por Economic Cooperation and Development
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PISA	Performance Indicators Statistics Managment
PRELO	Portuguese Research Liaison Office
PRODEP	Programa de Desenvolvimento da Educação em Portugal
QAA	Quality Audit Assurance
QAAHE	Quality Audit Assurance in Higher Education
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RUM	Radio Universitário do Minho
S.a.	Sem autor
S.d.	Sem data
S.n.	Sem nome
SASUM	Serviços de Ação Social da Universidade do Minho
SAUM	Serviços Académicos da Universidade do Minho
SDUM	Serviços de Documentação da Universidade do Minho
SMS	Sociedade Martins Sarmento
TUM	Teatro Universitário do Minho
UAUM	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UC	Unidade Científica/Unidades Culturais
UE	União Europeia
UEA	Unidade de Educação de Adultos
UGC	University Grants Committee
ULM	Universidade de Lourenço Marques
UMinho	Universidade do Minho
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UOEI	Unidade Orgânica de Ensino e Investigação

Fontes¹

Entrevistas²

António Guimarães Rodrigues (Professor e antigo Reitor da Universidade do Minho).

António M. Cunha (Reitor da Universidade do Minho).

António Magalhães (Presidente da Câmara Municipal de Guimarães).

António Mota (Antigo funcionário da Universidade do Minho).

António Ovidio (Funcionário da Universidade do Minho e presidente da AFUM).

Bartolomeu Costa Cabral (Arquiteto/GPA).

Cacilda Moura (Professora da Universidade do Minho e antiga presidente da AAUM).

Carlos António Alves Bernardo (Professor e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

Diogo Freitas do Amaral (Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, membro da CIUM e do Senado da Universidade do Minho).

Eduardo Marçal Grilo (Antigo diretor da Direção Geral do Ensino Superior e antigo ministro da Educação).

Emília Rodrigues (Antiga funcionária da Universidade do Minho).

Fernando Alberto Ribeiro da Silva (Advogado e antigo governador civil de Braga)

Frederico Burnay (Arquiteto/Profabril).

Graciete Tavares Dias (Professora e vice-Reitora da Universidade do Minho).

José Eduardo Lopes Nunes (Professor, membro da CIUM e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

José Fernando Gomes Mendes (Professor e vice-reitor da Universidade do Minho).

José Manuel Cardoso Teixeira (Professor da Universidade do Minho)

José Manuel Mendes (Professor da Universidade do Minho).

José Manuel Vieira (Professor e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

José Sampaio (Advogado e antigo governador civil de Braga).

José Veiga Simão (Antigo ministro da Educação Nacional).

Júlio Barreiros Martins (Professor jubilado da Universidade do Minho).

Leandro Almeida (Professor e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

Licínio Chainho Pereira (Professor e antigo Reitor da Universidade do Minho).

Licínio Lima (Professor da Universidade do Minho).

Luís Oliveira Ramos (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Luís dos Santos Soares (Professor da Universidade do Minho).

Luís Novais (Antigo presidente da AAUM).

Manuel Gomes Mota (Professor e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

Maria Helena Campos (Engenheira e diretora dos Serviços Técnicos da Universidade do Minho).

Miguel Frazão (Arquiteto/CMG).

Nuno Portas (Professor jubilado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e antigo secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo).

Rui de Sousa Louro (Arquiteto).

Rui Vieira de Castro (Professor e vice-reitor da Universidade do Minho).

Sérgio Machado dos Santos (Professor e antigo Reitor da Universidade do Minho).

Silva Araújo, Monsenhor (Jornalista e antigo diretor do Diário do Minho).

Vítor Aguiar e Silva (Professor e antigo vice-reitor da Universidade do Minho).

Entrevistas Escolas da Universidade do Minho

Escola de Arquitetura (Professores Vicenzo Riso e Paulo Cruz).

Escola de Ciências (Professor João Ferreira).

Escola de Ciências da Saúde (Professora Cecília Estrela Leão).

Escola de Direito (Professor Luís Couto Gonçalves).

Escola de Economia e Gestão (Professor Cadima Ribeiro).

Escola de Engenharia (Professores João Luís Pereira Monteiro, António Gomes Correia, Guilherme Borges Pereira e Rosa Maria Castro Fernandes Vasconcelos).

Escola de Psicologia (Professores Isabel Maria Costa Soares e Pedro Rosário).

Escola Superior de Enfermagem (Professoras Arminda Pinheiro, Manuela Almendra e Maria Filomena Gomes).

Instituto de Ciências Sociais (Professores Helena Sousa, Aníbal Alves, Manuel Silva Costa e Moisés Lemos Martins).

Instituto de Educação (Professor José Augusto Brito Pacheco).

Instituto de Letras e Ciências Humanas (Professores Eduarda Keating e Acílio Estanqueiro Rocha).

Fontes de arquivo

Universidade do Minho (UMinho)³

UMinho – Comissão Instaladora da Universidade do Minho (UMinho-CIUM)⁴

*Actas da Comissão Instaladora, 1974 a 1981.*⁵

Anúncio do concurso para elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, março de 1977.

Campo Universitário da Universidade do Minho, 24 de abril de 1975. [Também conhecido internamente como parecer nº2 da Comissão Instaladora].

Concurso para a elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Caderno de encargos, [1977].

Cursos de Engenharia de Produção. Justificação. Proposta de Planos de Estudo, 1974 [24 de fevereiro].

Cursos de Licenciatura de Formação de Professores,1978 [junho].

Cursos e Departamentos no domínio da História. Programação, 1974.

Cursos e Departamentos no domínio da Medicina. Programação, 1974.

Cursos e Departamentos no domínio da Medicina, 1976.

Cursos e Departamentos no domínio das Línguas Vivas, 1974.

Cursos e Departamentos nos domínios das Ciências Exactas e Tecnologias. Programação, 1974 [novembro].

Departamento de Educação. Programação,1974.

Integração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga na Universidade do Minho. Projeto,1974.

Licenciaturas em Gestão de Empresas e Administração Pública, Regional e Local, 1980.

Localização das Instalações Definitivas da Universidade. Parecer nº3,1975.

Notas sobre a assinatura do contrato para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações definitivas da Universidade do Minho, s.d.

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

UMinho

Parecer da Comissão Instaladora referente à localização do Campo Universitário, [1974].

Relatório da Comissão Instaladora, 1974.

Terrenos do Estado, freguesia de Gualtar, 1976.

Universidade do Minho. Alguns aspectos da sua instalação, referentes ao período 17-2-74 a 17-9-75, [1975].

Universidade do Minho. Alguns aspectos da sua instalação, referente ao período 17-9-1975 a 30-7-1976. Parte I, [1976].

Universidade do Minho: que Universidade?, 1976.

UMinho-Reitoria (UMinho-RT)⁶
AAVV, *Desenvolvimento da Universidade do Minho em Braga e Guimarães*, in *A bipolarização e o futuro dos Cursos de Engenharia da U.M.*, março de 1986.

[*Apontamento manuscrito sobre a estrutura da Universidade*], s.d.

Araújo, Mário Duarte e Carlos A. Gomes de Moura Branco, *Universidade do Minho: que estrutura?*, s.d. [1981]

Atelier de Projectistas Reunidos [APR], *Documento de trabalho* ref. *Po1-C51/02*, 9 de maio de 1978.

Atelier de Projectistas Reunidos [APR], *Ofício ref.*. *Po1/100-CV/LV-31/78*, 1978 [18 de janeiro].

Atelier de Projectistas Reunidos [APR], *Relatório da localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Braga*, junho de 1978.

Atelier de Projectistas Reunidos [APR], *Relatório da localização das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Guimarães*, outubro de 1978.

Bickerdike | Allen | Bramble, *Universidade do Minho*, [novembro de 1977].

Braga, Carlos Lloyd, *Discurso do Reitor Carlos Lloyd Braga na cerimónia de posse de Presidente da Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 17 fevereiro de 1973.

Braga, Carlos Lloyd Braga, *Discurso do Reitor na abertura do ano letivo da Universidade do Minho*, 16 de dezembro de 1975.

Braga, Carlos Lloyd, *Discurso proferido pelo Reitor na tomada de posse do Dr. Santos Simões como membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, [8 de fevereiro de 1975].

Braga, Carlos Lloyd, [Discurso na entrega dos terrenos de Gualtar], 28 de outubro de 1976.

Braga, Carlos Lloyd, [Texto de preparação da reunião com os funcionários], 15 de outubro de 1976.

Braga, Carlos Lloyd, *Discurso proferido pelo Reitor*, [19 de novembro de 1977].

Braga, Carlos Lloyd, *Discurso do Reitor no dia da graduação*, 17 de fevereiro de 1978.

Câmara Municipal de Braga, *Ofício n.º5/DSPP*, 26 de janeiro de 1988.

Câmara Municipal de Braga, *Ofício n.º4233*, S.d.

Câmara Municipal de Guimarães, «Da reunião pública realizada em 6 de julho de 1976 nos claustros da Câmara Municipal de Guimarães», in Câmara Municipal de Guimarães, *Ofício 2779/s à Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 7 de julho de 1976.

Câmara Municipal de Guimarães, *Ofício 01498*, 25 de julho de 1989.

Chaves, Luiz A. Ferreira [Arquiteto-Chefe], *Parecer*, 12 de novembro de 1975. Consultores do Plano da Região Porto. *Relatório dos consultores do Plano da Região Porto sobre a localização da Universidade do Minho*, 9 de abril de 1975.

Cunha, Manuel Joaquim Vieira da, *Carta ao Reitor*, s.d.

Despacho CI: CI-1594, 11 de junho de 1976, CI-1/8, 28 de março de 1980.

Despachos RT: RT-21/76 (1519), 9 de fevereiro, 1976;RT-3/79, 20 de janeiro de 1979;RT-15/80, 25 de julho de 1980; RT-30/81, 3 de novembro de 1981;

RT-28/82, 15 de outubro de 1982; RT|JP-45/84 (78835), 23 de outubro de 1984; RT-664/ 92, 3 de agosto de 1992; RT- 16-A/98, 16 de abril de 1998; RT-4/99, 13 de janeiro de 1999; RT-56/99, 29 de outubro de 1999; RT-30/2002, 28 de junho de 2002; RT-49/2010, 26 de abril de 2010; RT|C-80/2011, 16 de julho de 2011.

Direção Geral do Ensino Superior, *Ofício ref.*º 1629, 4 de agosto de 1981. *Estatuto da Universidade do Minho (Antreprojecto parcial)*, s.d. *Exposição dos discentes da Universidade do Minho*, [1976].

Exposição dos representantes dos alunos dos Cursos Tecnológicos, [1976].

Gabinete de Instalações Definitivas, *Mudança de 3 Escolas para o Campo Universitário de Gualtar*, Braga, Universidade do Minho, s.d.

Gabinete de Instalações Definitivas, *Parecer GID/RT/07/87*, julho de 1987.

Gabinete de Instalações Definitivas, *Situação das Instalações Definitivas em março de 1985. Uma análise preliminar / confidencial*, 19 de março de 1985.

Gabinete de Planeamento da Região Norte, *Parecer do Gabinete de Planeamento da Região Norte*, Porto, 1975.

Gabinete do Plano da Região Porto, *Relatório do Gabinete do Plano da Região Porto sobre a localização da Universidade do Minho*, Porto, 1975.

Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Aquisição de terrenos em Braga. Terrenos pertencentes ao ex-Albergue Distrital a adquirir pela UM*, Braga, Universidade do Minho, 1982 [14 de janeiro].

Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Ofício GEID Po.02 GE-113/80*, 3 de setembro de 1980.

Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Relatório (não-oficial) sobre a Universidade do Minho elevado pelo grupo Bickerdike | Allen | Bramble* consultor do APR, [Doc. GEID 030278], 1978.

George, Frederico | APR, *Carta ao Reitor*, 5 de julho de 1980.

Grilo, Marçal, *Informação à consideração do Secretário de Estado do Ensino Superior*, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Superior, 1977 [26 de setembro].

Leão, Roberto Sérgio, *Proposta de localização para uma extensão da Universidade do Minho na cidade de Guimarães, apresentada na sequência do relatório conjunto do Gabinete do Plano da Região Porto e Consultores do mesmo Plano* [...],1975.

Lobo, M. L. da Costa, *Parecer do Eng. M. L. da Costa Lobo em relação à mancha cinco*, 1975.

Lobo, M. L. da Costa, *Situação do problema de localização da U.M.*, 1976.

Martins, Júlio Barreiros, *Algumas bases para um estatuto da Universidade do Minho*, s.d.

[*Memorando da reunião entre funcionários da Universidade e o Reitor a propósito da localização*], 15 de outubro de 1976.

Ministério da Educação e Investigação Científica, *Despacho n.º497*, 5 de dezembro de 1975.

Ofícios RT: RT- 277/74; RT-70/77; RT- 180/77; RT -199/77 (2355); RT- 351/77 (7314); RT-129/79; RT-252/81; RT|CB- 32/82;RT-72/88; RT-664| 92.

[Pinheiro, João de Deus], *Proposta [manuscrita] de criação do GEID (Gabinete Executivo de Instalações Definitivas)*, maio de 1977.

Pinheiro, João de Deus, *UM -78, que universidade?*,*Doc. GEID 050578*, 1978 [texto de apoio para elaboração de um programa da RTP sobre a Universidade do Minho]

Portas, Nuno, *Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, sobre a localização da UM*, 13 de março de 1975.

Profábril, *Universidade do Minho. Instalações Definitivas. Braga. Estudo* prévio, fevereiro de 1983.

Projecto de Estatuto da Universidade do Minho, s.d.

UMinho, Universidade do Minho, Universidade do Minho, Universidade do Minho

Prospeto *Apresentação do Projecto das Instalações Definitivas de Guimarães, 1.ª fase*, s.d.

Reitoria da Universidade do Minho, *Situação das Instalações Definitivas da Universidade do Minho no Campus de Gualtar em março* de 1993, março de 1993.

Requerimento ao Juiz de Direito da Comarca de Braga, [com notificação ao Reitor Lloyd Braga em 3 de julho de 1979] e posterior contestação por parte da Universidade do Minho [dirigida ao 3.º Juízo, 2.ª Secção, proc. 208/79], 1979.

Rooij, Peter G.M., *Development of a management and allocation system in a medical faculty in the Netherlands*, outubro de 1976.

Romero, Joaquim Barbosa, *Alterações ao RIP (Proposta de J.J. B. Romero)*, s.d.

Romero, Joaquim Barbosa, *Discurso do Professor Barbosa Romero na posse de professor catedrático da Universidade do Minho*, 8 de março de 1974, [cerimónia realizada na Biblioteca Pública de Braga].

Romero, Joaquim Barbosa, *Proposta de um modelo para a Universidade do Minho*, janeiro de 1975.

Romero, Joaquim Barbosa, *Proposta de um modelo para a Universidade do Minho 2.ª parte*, outubro de 1975.

Santos, Sérgio Machado do, *Discurso do Professor Doutor Sérgio Machado dos Santos na cerimónia de tomada de posse dos vice-reitores* [próprio e Professor Doutor João de Deus Pinheiro], 4 de março de 1982.

Santos, Sérgio Machado dos e João de Deus Pinheiro, *RIP-2-Proposta*, s.d. Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, [Ofício à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães], 23 de julho de 1976.

Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, *Despacho 77/76*, 17 de julho de 1976.

Senado Universitário, *Resolução SU-44/03*, outubro de 2003.

Silva, Lúcio Craveiro da Silva, *Discurso do Professor Lúcio Craveiro da Silva na cerimónia de posse de Reitor*, 18 de janeiro de 1982.

Simões, J. Santos. *Discurso Proferido pelo Dr. Santos Simões na sua tomada de posse como membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho*, 8 de fevereiro de 1975.

Sociedade Martins Sarmento, *Ofício ref.*º 0903, 12 de julho de 1994. *Texto elaborado a título oficioso pelo Senhor Reitor da Universidade e pelo D.G.E.S.*, s.d.

Tomada de posição de alguns alunos da Universidade do Minho aderentes ao despacho do M.E.I.C., cónscios da sua irreversibilidade e imediata entrada em vigor, [1976].

Universidade do Minho, [Listagem de alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Empresa PROFABRIL em Lourenço Marques], s.d.

Universidade do Minho, *Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo*, 1982.

Universidade do Minho, [*documento resumo com a estrutura da Universidade do Minho*], s.d.

Universidade do Minho, *Notas sobre a assinatura do contrato para Elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, [1977].

Universidade do Minho, *Relatório final do júri do concurso para a elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho*, Braga, 1977.

Universidade do Minho – Assessoria de Planeamento, *Inquérito aos alunos dos cursos complementares de alguns estabelecimentos de ensino do distrito de Braga: relatório*, Braga, 1975.

UMinho-Sérgio Machado dos Santos (UMinho-SMS)⁷

Despacho CI-1594, 11 de junho de 1976.

Pinheiro, João de Deus, *Universidades novas- aspectos do seu posicionamento” texto de apoio à comunicação do Reitor da UM ao Conselho da Europa subordinado ao tema “Gestão e autonomia das Universidades Portuguesas”* Doc. GEID 120678, 1978.

Proposal of a Curricular Structure for a Medicine Course, 1998.

Senado Universitário, *Acta n.º1/94*, 31 de janeiro de 1994; *Acta n.º3/94*, 25 de julho de 1994; *Acta n.º1/95*, 25 de janeiro de 1995; *Acta n.º1/96*, 29 de janeiro de 1996; *Acta n.º2/96*, 13 de maio de 1996.

Senado Universitário – Comissão Especializada do Senado para o Planeamento, *Acta n.º1/87*, 24 de março de 1987.

UMinho-Serviços Técnicos (UMinho-ST)⁸
Acta do Acto Público do Concurso para a Elaboração do Programa e Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, 12 de maio de 1977. Atelier de Projetistas Reunidos | Teresa Saint-Maurice e Rita Cabral, *Programas gerais para as Instalações da Universidade do Minho. Núcleos de Braga e Guimarães*, junho de 1980.

Cabral, Bartolomeu Costa, *Memória descritiva do Projeto de execução da 2.ª fase do Complexo Pedagógico do Campus de Azurém*, janeiro de 1991.

Câmara Municipal de Guimarães |Miguel Frazão, *Plano geral da Universidade do Minho – Pólo de Guimarães. Estudo* prévio, novembro de 1977.

Ficha de inscrição no Concurso para elaboração do Programa e Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho, 10 de maio de 1977.

Gabinete de Instalações Definitivas, *Programa preliminar do Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho no Campus de Azurém (3ª fase)*, S. d. [Data de aprovação no Senado Universitário em janeiro de 1985].

Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano director de Braga. Inquérito público. Observações da Universidade do Minho*, 13 de julho de 1993, in *Anexo II do Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa preliminar*, março de 1994.

Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo do Braga. Programa-Base. Versão 1*, junho de 1993.

Gabinete de Instalações Definitivas, *Plano geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Pólo de Braga. Programa preliminar*, março de 1994.

Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, *Notas sobre terrenos de Braga e Guimarães*, 7 de março de 1978.

Grupo de Planeamento de Arquitectura *UM. Núcleo de Guimarães. Estudo* prévio. II – *Ordenamento paisagístico, arranjo dos espaços exteriores e infraestruturas*, março de 1983.

Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Ofício ref.*º 4/82, 5 de janeiro de 1982. Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Ofício ref.*º 51/85, 22 de abril de 1985. Grupo de Planeamento de Arquitectura, *Plano geral das Instalações da UM – Núcleo de Guimarães* (ofício GPA, ref. 055/85), 1985.

Grupo de Planeamento de Arquitectura, *UM. Núcleo de Guimarães. Listagem de Espaços* (proc.362, out. 82), 1982

Louro, Rui de Sousa, *Plano geral do Campus de Gualtar*, volume 3, 1997.

UMinho, Universidade do Minho, Universidade do Minho, Universidade do Minho

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)

Fundo Duarte do Amaral (FDA)
Acção Vimaranesse, [Texto dirigido a Duarte do Amaral], L750.

Duarte do Amaral

Acção Vimaranesense, *Acção Vimaranesense*, L751.

Amaral, Duarte do, [Carta de Duarte do Amaral para Dr. António Alberto Ribeiro da Silva sobre os Estatutos da Unidade Vimaranesense], L749.

Amaral, Duarte do, [Carta para o ministro da Educação Nacional- Veiga Simão], 26 de fevereiro de 1973, L479.

Amaral, Duarte do, *Alguns problemas do ensino em Guimarães [registo síntese] da conversa do Deputado Duarte de Amaral com S. Ex.as os Srs. ministro da Educação Nacional e Subsecretários de Estado da Administração Escolar e da Juventude e Desporto*, 20 de julho de 1970, L476.

Amaral, Duarte do, *Discurso sobre a criação de um Instituto Tecnológico ou Instituto Industrial*, L473.

Amaral, Duarte do, *Telegrama ao ministro da Educação Nacional*, 1967, L481.

Brandão, Diogo Paiva, [Carta recusando participar nas conferências sobre a Universidade do Minho], 26 de fevereiro de 1973, L908.

Cunha, Augusto Ferreira da [Sociedade Martins Sarmento], [Carta convidando Duarte Freitas do Amaral para uma conferência sobre a Universidade do Minho], 22 de fevereiro de 1973, L908.

Cunha, Augusto Ferreira da [Sociedade Martins Sarmento], [Carta convidando Lúcio Craveiro da Silva para uma conferência sobre a Universidade do Minho], 23 de fevereiro de 1973, L908.

Franco, António Luciano Pacheco de Sousa, *Cartão enviado a Duarte Amaral*, L460. [Trata do envio de um documento oficial sobre as novas universidades]

[Lista] *Nome dos catedráticos que poderão ser reitores da Universidade do Minho e nomes para a Comissão Instaladora*, L478.

[Lista] *Para escolha de gente nova para uma nova Faculdade de Medicina na Universidade do Minho ou para reforço da do Porto*, L478.

Lista de edificios livres na cidade de Guimarães, possivelmente adequados para instituições de ensino, L468.

[*Memorial que trata da realização de um ciclo de conferências sobre a formação da Universidade do Minho*], L907.

Visita do ministro da Educação a Guimarães e Braga para dar posse ao Reitor, 15 de janeiro de 1974, L480.

Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal (RTP-Arquivo)

Comunicação televisiva ao País do presidente do Conselho, Professor Marcello Caetano, 14 de janeiro de 1970, [17 m 40s].

Sociedade Martins Sarmento (SMS)

CIUM, *Comunicado de Imprensa da CIUM a propósito do livro de Vitorino Magalhães Godinho (A educação num Portugal em mudança*, Lisboa, Editora Cosmos, 1975), [1975].

Universidade do Minho

Fontes Impressas

Universidade do Minho

Boletins, Estatutos, Guias, Relatórios

Maia, Hernani Lopes da Silva, *Curriculum Vitae*, Braga, julho de 1977.

Nunes, José Eduardo Lopes, *Curriculum Vitae*, Braga, 1978.

Pereira, Licínio Chainho, *Curriculum Vitae*, Braga, 1977.

Pinheiro, João de Deus Rogado Salvador, *Curriculum Vitae*, Braga, 1979.

Santos, Sérgio Machado dos, *Curriculum Vitae*, Braga, 1978.

Silva, Vítor Manuel Pires Aguiar e, *Curriculum Vitae*, Coimbra, 1977.

Soares, Luis de Jesus Santos, *Curriculum Vitae*, Braga, 1977.

Prospecto *Universidade do Minho | Guimarães*, [1989].

Universidade do Minho – Escola de Engenharia, *Relatório de Atividades de 2012*, Braga, 2012.

Universidade do Minho, *Estatutos da Universidade do Minho*, 1989.⁹

Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*, 1979.

Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1980-1981*, 1980.

Universidade do Minho, *Guia da Universidade do Minho 1984-1985*, 1984.

Universidade do Minho, *Plano estratégico UMinho 2020. Crescimento sustentado para cumprir o futuro*, 2013.

Universidade do Minho, *Proposta de Criação da Escola de Ciências de Saúde*, 1998.

Universidade do Minho, *Prospecto Informativo ano lectivo de 1976-77*, 1976.

Universidade do Minho, *Regulamento interno provisório*, Braga, fevereiro de 1976.

Universidade do Minho. *Relatórios de actividades da Universidade do Minho*, 1980 a 2013.¹⁰

Universidade do Minho, *Relatório de gestão e contas 2012. Contas individuais e consolidadas*, s.d.

Universidade do Minho, *Relatório de sustentabilidade 2010*, 2012.

Universidade do Minho- Serviço de Imprensa, *Boletim Informativo Universidade do Minho*, Set/Mar, nº1, 10 de fevereiro de 1982.

Programas de ação das candidaturas a Reitor

Cunha, António M., *Acreditar para construir. Candidatura a Reitor da Universidade do Minho, 2009-2013*, Universidade do Minho, 2009.

Cunha, António M., *Crescer para ganhar o futuro 2013/17. Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*, Universidade do Minho, 2013.

Martins, Moisés de Lemos, *Excelência e participação. Programa para a Reitoria da Universidade do Minho ’06-’10*, Universidade do Minho, 2010.

Pereira, Licínio Chainho, *Programa de acção e nota biográfica*, Universidade do Minho,1998.

Pinheiro, João de Deus Rogado Salvador, *Programa de acção*, Universidade do Minho,1984.

Rodrigues, António José Marques Guimarães, *Programa de acção para a Reitoria da Universidade do Minho 2002-2006*, Universidade do Minho, 2002.

Rodrigues, António José Marques Guimarães, *Programa de acção para candidatura à Reitoria da Universidade do Minho 2006-2010*, Universidade do Minho, 2006.

Romero, Joaquim José Barbosa, *Candidatura*. Universidade do Minho, 1987.

Santos, Sérgio Machado dos, *Programa de acção*. Universidade do Minho, 1987.

Santos, Sérgio Machado dos, *Programa de acção*, Universidade do Minho, 1990.

Santos, Sérgio Machado dos, *Programa de acção e nota biográfica*. Universidade do Minho, 1994.

Vieira, José Manuel Pereira, *Viver Universidade projetando o futuro. Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*, Universidade do Minho, 2002.

Outras instituições

Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho, *Ainda- e sempre?- a Universidade do Minho*. 2,1976.

Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho, *O problema da Universidade do Minho- dados fundamentais*. 1, 1976.

Câmara Municipal de Braga | CEAPE, *Plano de Ordenamento Urbanístico de Gualtar CMB/CEAPE*, agosto de 1981.

Comissão de Planeamento da Região Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: Relatório de propostas*, vol. IV. *Relatório sobre o ensino apresentado pelo grupo de trabalho para o ensino*, Porto,1972 [outubro].

Comissão de Reforma do Sistema Educativo, *A investigação científica nacional no quadro do ensino superior*, Lisboa, ME – Gabinete de Estudos e Planeamento, 1988.

Conselho de reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). *Repensar o Ensino Superior I. Diversificação, Mobilidade e Organização Curricular*, maio de 1996.

Conselho de reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). *Repensar o Ensino Superior II. A Autonomia das Universidades*, outubro de 1996.

Conselho de reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). *Repensar o Ensino Superior III. As funções da Universidade numa sociedade em mudança*, julho de 1997.

Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, *Seminário interno avaliação do ensino superior*, Lisboa, CNAVES, 1999.

Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, *Avaliação global do ensino superior / 10 Seminário Nacional*, Lisboa, CNAVES, 2000.

Direcção-Geral do Ensino Superior, *O ensino superior em Portugal*, Lisboa, DGES, 1999.

ENQA, *Quality assurance of higher education in Portugal. An assessment of the existing system and recommendations for a future system*, Helsinki, European Association for Quality Assurance in Higher Education, 2006.

EUA, *Bologna handbook. Making Bologna work*, Stuttgart, EUA/Raabe, 2006.

EUA. *Universidade do Minho. EUA evaluation report*. European University Association, 2007.

European Comission, *Erasmus higher education. Fostering internationalisation at european universities*. Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2010.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, *A governança do ensino superior na Europa* | Eurydice, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2008.

Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa-Ministério da Educação Nacional, *A localização de novos centros universitários (Primeiro ensaio de uma metodologia)*, junho de 1972.

Legislação sobre o ensino superior politécnico, compil. Ricardo Charters d’Azevedo, Lisboa, ME- GEP, 1984.

Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. *The framework for higher education qualifications in Portugal*, Lisboa, MCTES, 2009.

Ministério da Educação- Direcção Geral do Ensino Superior, *Higher education in Portugal*, Lisboa, DGES, 1999.

Ministério da Educação Nacional, Proposta de criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior apresentada ao Governo pelo ministro da Educação Nacional, Lisboa, MEC,1973.

Ministério da Educação Nacional, *Linhas gerais da reforma do ensino superior*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1971.

Ministério da Educação, *Autonomia universitária*. Lisboa: ME, 1991.

Ministério da Educação, *Autonomia e qualidade: documento orientador das políticas para o ensino superior*. Lisboa: ME, 1997.

OCDE, *Knowledge Management in the Learning Society*. Paris:OECD Publishing, 2000.

OCDE, *Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal*, OECD Publishing, 2007.

Parecer sobre as linhas gerais da reforma do ensino superior. Lisboa: Universidade Técnica, Lisboa, 1971, Separata da Revista da Universidade Técnica.

Reforma do ensino superior, Porto, Universidade, 1970.

A reforma do ensino superior, Viseu, 1971.

Secretaria de Estado do Ensino Superior, *Estatuto do ensino superior particular e cooperativo: reforma do sistema educativo*, 1ª ed. Lisboa, ME, 1990.

Simão, José Veiga, «Discurso proferido no acto da concessão do Grau de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Lourenço Marques, ao Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcello Caetano, 18 de abril 1969». *In* Simão, 1973a, 199-208.

World Bank, *Higher education: the lessons of experience*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 1994.

Periódicos

Artigos de imprensa¹¹

Castro, Jerónimo, «Ganhem o diabo que os carregue», *Jornal de Famalicão*, 20 de março de 1976.

Fonseca, M. M. Fonseca, «Ainda o problema da Universidade do Minho», *Correio do Minho*, 15 de abril de 1975.

Rodrigo, Félix, «Universidade do Minho. Braga provoca o Governo e Guimarães», *Notícias de Guimarães*, 3 de fevereiro de 1976.

S.a, «Universidade do Minho? Universidade de Braga? Ou falta de coragem para chamar às coisas pelo seu nome», *Novo Rumo*, 10/14 de dezembro de 1973.

S.a., «A Universidade do Minho e a baixa política», *Comércio de Guimarães*, 17 de maio de 1975.

S.a., «A Universidade do Minho é um investimento tão onerosos que um erro de localização é muito grave», *Diário do Minho*, 17 março 1976,

S.a., «Ainda o caso da Universidade...do Minho», *Aurora do Lima*, 15 de janeiro de 1976.

S.a., «Apontamento da semana», *Notícias de Guimarães*, 8 novembro de 1975.

S.a., «Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães», *Comércio de Guimarães*, 17 de maio de 1975.

S.a., «Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães», *Notícias de Guimarães*, 17 de maio de 1975.

S.a., «Debate na U.M. com o Diretor-Geral do Ensino Superior requer nova reunião em 5 de abril», *Correio do Minho*, 19 de março de 1976.

S.a., «O notável discurso do ministro da Educação Nacional», *Correio do Minho*, 19 de fevereiro de 1974, 3.

S. a.

S.a., «O problema da Universidade do Minho tratado em reunião magna realizada na Câmara Municipal», *Notícias de Guimarães*, 31 de outubro de 1975.

S.a., «O Rotary voltou a abordar o caso da Universidade», *Diário do Minho*, 3 de janeiro de 1976.

S.a., «Outra vez ainda, a Universidade do Minho», *Comércio de Guimarães*, 26 de abril de 1975.

S.a., «Outra vez ainda, a Universidade do Minho», *Comércio de Guimarães*, 1 de março de 1975.

S.a., «Última hora. Reunião em Braga intenta bloquear decisão do Governo sobre Universidade do Minho», *Unidade Vimaranes*, 20 de março de 1976.

S.a., «Universidade do Minho e os interesses de Famalicão», *Jornal de Famalicão*, 27 de setembro de 1975.

S.a., «Universidade do Minho ou do Rio Ave», *Diário do Minho*, 5 de fevereiro de 1975.

S.a., «Universidade do Minho», *Notícias de Viana*, 22 de setembro de 1975.

S.a., «Universidade do Minho», *O Correio do Minho*, 13 de fevereiro de 1975.

Tavares, F., «Dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César», *Unidade Vimaranes*, 20 de março de 1976.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

Bibliografia¹²

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

S. a.

orgs. 2012. *Os outros e a colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

Castilho, José Manuel Tavares. 2000. *A ideia da Europa no marcelismo*. Lisboa/Porto: Assembleia da República-Afrontamento.

Castro, Rui Vieira de, Amélia V. Sancho, e Paula Guimarães, org. 2006. *Unidade de Educação de Adultos: percursos e testemunhos*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.

Chapoulie, Jean-Michel *et al.* 2010. « Éditorial. Jalons pour une histoire sociale de la science et des établissements d’enseignement supérieur en France depuis 1945 ». *Le Mouvement Social*, 233 : 3-12.

Charle, Christophe. 1994. *La République des universitaires (1870–1940)*. Paris : Seuil.

Charle, Christophe. 2004. « Patterns ». In *History of the University in Europe*, Volume III, *Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800–1945)*, org. Walter Rüegg. Cambridge: Cambridge University Press: 33-80.

Clark, Burton. 1998. « The entrepreneurial university: demand and response ». *Tertiary Education and Management*, 4 (1): 5-16.

Colóquio de Tróia. 1987. *Realidades e perspectivas da investigação científica no ensino superior*. Lisboa: JNIC.

Colóquio internacional sobre a reforma do ensino superior. 1973. *Actas / Colóquio Internacional sobre a reforma do ensino superior*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Comissão da Condição Feminina, org. 1986. *Actas / Seminário A Mulher e o ensino superior, a investigação científica e as novas tecnologias em Portugal*. Lisboa: s.n.

Convento e Antigo Colégio dos Congregados / Congregação de S. Filipe de Neri. *IPA. 00001149. Disponível em:* http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1149.

Correia, Fernanda *et al.* 2002. *Diversificação e diversidade dos sistemas de ensino superior: o caso português*. Lisboa: CNE.

Correia, Luís Grosso. 2004. « Homo Academicus. Em discurso directo ». In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, dir. Francisco Ribeiro da Silva *et al.* Porto: Universidade do Porto.

Costa, João Gil da. 1970. *Para uma eventual reforma da universidade*. Porto: Tipografia Sequeira.

Costa, João Vasconcelos. 2001. *A universidade no seu labirinto*. Lisboa: Caminho.

Crespo, Vítor Pereira. 1973. *Esclarecimentos ao livro “Reforma do ensino superior” da autoria do Doutor Guilherme Braga da Cruz*. Lisboa: CIREP.

Cruz, Guilherme Braga da. 1973a. *Reforma do ensino superior*. Coimbra: Cidadela.

Cruz, Guilherme Braga da. 1973b. *Reforma do ensino superior: dois anteprojectos de parecer para a Junta Nacional de Educação*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Cruz, Manuel Braga da, e António Costa Pinto, dir. 2004. *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, 2 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa-Instituto de Ciências Sociais.

Cruzeiro, Maria Eduarda. 1970. « A população universitária portuguesa: uma nota estatística ». *Análise Social*, XVIII:721-740.

Cunha, Norberto. 2000. « Relatório de actividades do Centro de Estudos Lusíadas ». *Forum*, 27: 209-212.

Delgado, Manuela, Manuela Martins, e Francisco Sande Lemos. 1989. « Dossier Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989) ». *Forum*, 6: 3-39.

Dias, José Sebastião da Silva. 1971. *A reforma da universidade e os seus problemas*. Lisboa: s.n. [Separata da Revista Brotéria, 93]

Duke, Chris. 1992. *The learning university. Towards a new paradigm?* Buckingham: Society for Research into Higher Education & The Open University Press.

Estanque, Elísio e, Rui Bebiano. 2007. *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: ICS.

Felouzis, Georges, dir. 2003. *Les mutations actuelles de l’université*. Paris : PUF.

Fernandes, Eduardo. 2013. « Entre *terras de campo e bons castanheiros: o campus de Azurém* da Universidade do Minho ». *Monumentos*, 33: 108-117.

Fernandes, Eduardo, e Jorge, Filipe Jorge. 2011. *Guia de arquitectura de Guimarães*. Lisboa: Argumentum.

Fernandes, Henrique João de Barahona. 1971. *Criatividade e reforma da universidade*. Lisboa: Academia das Ciências.

Fernandes, Rogério. 1967. *Ensino: sector em crise*. Lisboa: Prelo Editores.

Fernandes, Rogério. 1977. *Educação: uma frente de luta*. Lisboa: livros Horizonte.

Fernandes, Tiago. 2006. *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: D. Quixote.

Ferreira, Maria de Fátima Moura. 2002. « A arte de conservar. Os cenários de reconfiguração do campo do ensino superior como reforço institucional da ordem académica (1834-1911) ». *Revista de História das Ideias*, 23: 471-544.

Ferreira, Nuno Estevão. 2006. *A sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Figueiredo, Leonor. 2012. *Luanda 1974/1975. O movimento estudantil*. Óbidos: Sinapsis.

Fonseca, Madalena. 2012. « The Student Estate ». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave; Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 383-415.

Formosinho, João. 1995. *A Construção de uma Escola de Educação da Criança*. Braga: Universidade do Minho-CEFOP.

Fridenson, Patrick. 2010. « La politique universitaire depuis 1968 ». *Le Mouvement Social*, 233 : 47-67.

Fukuyama, Francis. 1992. *O fim da História e o último homem*. Lisboa: Gradiva.

Gama, Manuel, e Virgínia Pereira. 2004. *As Letras/Humanidades. Presente e futuro*. Braga: Universidade do Minho-ILCH.

Garrett, Antão Almeida. 1966. « A região urbanística do Noroeste português ». *Urbanização – Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e de Habitação do Engenheiro Duarte Pacheco* – MOP, 1 (2): 73-88.

Gaspar, Jorge. 1972. *A área de Influencia de Évora: Memórias 1*. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos.

Giddens, Anthony. 1992. *As Consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora

Gille, Arthur, e Kathleen Batato. 1976. *Uma investigação sobre a criatividade no ensino secundário superior / Arthur Gille, Kathleen Batato*. Coimbra: Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos.

Godinho, Vitorino Magalhães. 1974. *A educação num Portugal em mudança*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.

Gomes, António Sousa. 1964. « O desenvolvimento socio-económico e a educação ». *Análise Social*, II, n.º 7-8: 652-670.

Goméz Pérez, Rafael. 1971. *Crise universitária: núcleo do problema*. Porto: Civilização.

Gómez, Raúl C., Débora D. Calabuig, e Jorge T. Cueco. 2012. « Mat-building and the free universities of the 1960s ». In *DPA 27-28: Mat-building*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 46-51.

Gonçalves, Carlos. 1988. « Emergência e consolidação dos economistas em Portugal ».Tese de doutoramento, Porto, Universidade do Porto.

Gonçalves, Luís Couto. 2003. « Uma licenciatura com alma ». *Scientia Ivrídica Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro*, LII, nº297: 423-429.

Gonçalves, Maria Eduarda. 1998. « Ciência II – A construção da política científica em Portugal 1967-1997 ». In *Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 1998, 245-261.

Gonçalves, Maria Eduarda. 2012. « Changing legal regimes and the fate of autonomy in portuguese universities ». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave, Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 161-177.

Grilo, E. Marçal. 1981. *Expansão e diversificação do sistema de ensino superior*. Lisboa: Tipografia Rádio Renascença.

Guerra, João Pedro Miller. 1968. « Tradição e modernidade nas Faculdades de Medicina ». *Análise Social*, VI, n.º 22-23-24: 639-681.

Guerra, João Pedro Miller. 1970. *As universidades tradicionais e a sociedade moderna*. Lisboa: Moraes Editora.

Guerra, João Pedro Miller. 1971. *A reforma do ensino superior: exposição e crítica*. Lisboa| Porto: Tipografia Porto Médico. [Separata da Revista Brotéria].

Guerra, João Pedro Miller, e Adérito Sedas Nunes. 1969. « A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões ». *Análise Social*, VII, n.º 25-26: 5-49.

Guerra, João Pedro Miller, e F. Tomé. 1964. « A profissão médica e os problemas da saúde e da assistência ». *Análise Social*, II, n.º 7-8: 623-651.

Guerreiro, Gomes. 1999. *Ensino universitário: da Universidade de Luanda à Universidade do Algarve*. Faro: Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve.

Gusmão, Maria José, e A. J. Gomes Marques, coord. 1978. *Educação de adultos*. Braga: UM – Projecto de Educação de Adultos.

Habermas, Jürgen. 1989. *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press.

Heitor, Manuel, e Hugo Horta. 2012. « Science and technology in Portugal: from late awakening to the challenge of knowledge-integrated communities ». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave, Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/CIPES-Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 179-226.

Henriques, Luís. 2013. *Diagnóstico do sistema de investigação e inovação. Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Hobsbawm, Eric. 1996. *A Era dos extremos*. Lisboa: Editorial Presença.

Imóveis na Rua de Santo António das Travessas, Nº34 E 36 – 40, Antigo Albergue Distrital – *PT010303070047* (www.monumentos.pt)

Ince, Martin. 2007. « World University Rankings ». *The Times Higher Education supplement*, nº9: 2-15.

Ivy, Jonathan. 2001. « Higher education institutions image: a correspondence analysis approach ». *The International Journal of Education Management*, 15 (6): 276-282.

Jarausch, K. H., ed. 1983.*The Transformation of Higher Learning, Expansion, Diversification, Social Opening and Professionalization in England, Germany, Russia and the United States*. Chicago : University of Chicago Press.

Judt, Tony. 2010. *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.

Keese, Alexander. 2007. *Living with Ambiguity: Integrating an African Elite in French and Portuguese Africa, 1930-61*.Stuttgart: Franz Steiner.

Keith, Henry H. 1973. *Point counterpoint in reforming portuguese education: 1750-1973*. Lisboa: American Studies Centre/Higher Institute of Social Services and Overseas Policy.

Kerr, Clark. 1982. *The uses of the university*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Kourganoff, Vladimir. 1989. *A face oculta da universidade*. Porto: Lello & Irmão.

Kronic, Dina. 2012. « The “Groundscraper”: Candilis-Josic-Woods and the Free University building in Berlin, 1963-1973 ». *ARRIS*, 23: 30-49.

Lains, Pedro, e Álvaro Ferreira da Silva, dir. 2005. *História Económica de Portugal 1700-2000*, Volume III – *O Século XX*. Lisboa: ICS.

Lemos, Francisco Sande. 1996. « Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga ». *Forum*, 19: 49-56.

Lemos, Francisco Sande *et al.* 2013. « Salvamento de Bracara Augusta : Campus de Gualtar 2005 : acrónimo BRA05UM : relatório ». In *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº37*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Lemos, Francisco Sande, Manuela Martins, e Manuela Delgado. 1981. *Actividade arqueológica 1976-1980*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Lemos, Valter. 2014. *A OCDE e a mudança de paradigma nas políticas públicas de educação em Portugal: o projeto regional do Mediterrâneo e a reforma Veiga Simão*. CIES e-Working Paper n.º 174/2014.

Lima, Licínio C. 1987a. « O Conselho Cultural da Universidade do Minho ». *Forum*, 2: 2-4.

Lima, Licínio C. 1987b. « Unidade de Educação de Adultos: formação, investigação e desenvolvimento ». *Forum*, 1: 43-57.

Lima, Licínio C. 1999. « Política educativa e democratização do ensino nas intervenções cívicas de Santos Simões ». *Forum*, 26: 43-59.

Lima, Licínio C. 2008. *A reforma da universidade pública em Portugal / Conferência do Instituto de Educação e Psicologia*. Braga: Universidade do Minho.

Lima, Licínio C., coord. 1990. *Projecto Viana (1983-1988): um ensaio de investigação participativa*. Braga: Unidade de Educação de Adultos.

Lima, Licínio C. 2012a. « Patterns of institutional management: democratisation, autonomy and managerialist canon ». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave, Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/ Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 287-306.

Lima, Licínio. 2012b. *Aprender para ganhar, conhecer para competir, sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”*. São Paulo: Cortez Editora.

Lopes, Agostinho. 1971. *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional: reflexões críticas sobre o Decreto 331/71 / Agostinho Lopes*. – V. N. de Famalicão : s.n.

Lopes, José da Silva. 1964. « A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal ». *Análise Social*, II, n.º 7-8: 780-801.

Lopes, Quintino. 2011. « Congressos Científicos: a Junta de Educação Nacional e as redes internacionais de comunicação em ciência », *Workshop Papers*, CEHFCI|Jen_Projecto.

Lubenow, W. C. 2000. « University History and the History of Universities in the Nineteenth Century ». *Journal of British Studies*, 39: 247–262.

Machado, J. Pinto. 1973. *Novos cursos no ensino superior*. Porto: s.n. [Separata de *O Médico*, 66].

Magalhães, António M., Rui Santiago. 2012. « Governance, Public Management and Administration of Higher Education in Portugal » In *Higher Education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave; Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/ Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 227-247.

Martins, C. Alves *et al.* 1963. *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultural-Grupo de Trabalho Português do Projecto Regional do Mediterrâneo-C.E.E.E.

Martins, C. Alves *et al.* 1964. *Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole)*. *Previsão para 1975*. Lisboa: Instituto de Alta Cultural-Grupo de Trabalho Português do Projecto Regional do Mediterrâneo-C.E.E.E.

Martins, Fernando. 1988. «A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-1968)». *Penélope* 18: 189-206.

Martins, Manuela, e Luís Fontes. 2007. «Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu». *Forum*, 42-43: 255-286.

Martins, Manuela. 2011. *Braga Romana*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho.

Matos, Sérgio Campos, e Jorge Ramos do Ó, coord. 2013. *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XXI*, 2 Vols. Lisboa: Tinta da China.

Mckelvey, Maureen, e Magnus Hólmen. 2010. *Learning to Compete in European Universities. From Social Institution to Knowledge Business*. Cheltenham: Edward Elgar.

Melo, António, compilação. 2009. *Da Província à Região Plano. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Memória e Prospetiva 1*. Disponível em: http://www.isa.utl.pt/ceap/index_files/memoria&prospectiva1.pdf

Mendes, António Martins. 2006. «A Universidade de Luanda – apontamento histórico». *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 101 (559-560): 149-161.

Miranda, Elisiário.2013. «Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitectura moderna em Moçambique (1951-1964)». Tese de doutoramento,Guimarães, Universidade do Minho-Escola de Arquitectura.

Miranda, Jorge.1995. *Escritos vários sobre a universidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Miranda, Sacuntala de. 1981. «Portugal e o ocdeismo». *Análise Psicológica*, 2(1): 25-38.

Mohr, Brigitte, e Ines Liebig /Comunidade Europeia. 1990. *Ensino superior na Comunidade Europeia: guia do estudante*, 6ª ed. Luxemburgo: Serviço Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Moura, João. 1964. «Desenvolvimento económico e emprego no Continente português». *Análise Social*, II, nº7-8: 699-719.

Moreira, Adriano. 2009. *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.

Murteira, Mário. 1964. «O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico. *Análise Social*, II, n.º 7-8: 483-497.

Murteira, Mário, e Luís Silva. 1970. *Portugal, Anos 70*. Lisboa: Moraes.

Neves, António Amaro das. 2011. *As praças da Oliveira e de S. Tiago em Guimarães*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho.

Nogueira, Fernando Alves Rodrigues. 1971. *Considerações acerca da reforma da universidade*. Porto: [s.n.].

Nunes, Adérito Sedas. 1964. «Portugal: sociedade dualista em evolução». *Análise Social*, Vol. II, n.º 7-8: 407-462.

Nunes, Adérito Sedas. 1968. «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar». *Análise Social*, VI, nº22-23-24: 295-385.

Nunes, Adérito Sedas. 1969. *A universidade na vida portuguesa*. Lisboa: GIS.

Nunes, Adérito Sedas. 1970a. *O problema político da universidade*. Lisboa: Dom Quixote.

Nunes, Adérito Sedas. 1970b. *O problema social da universidade: para uma*

reforma universitária de fundo. Coimbra: Gráfica Coimbra.

Nunes, Adérito Sedas. «Para a reforma da universidade. Um importante debate em França», disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224169482EgkET6rq4Hn23YV4.pdf>, consultado em janeiro de 2011.

Nunes, Henrique Barreto. 1991. *Crónica dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga*. Braga: Biblioteca Pública de Braga [Sep. de *Forum*, 9-10: 163-203.

Nunes, Henrique Barreto. 1992. «A Biblioteca Pública de Braga e o projecto Bibliopolis». *Forum*, 11: 25-31.

Nunes, Henrique Barreto. 1993. «Para a história do Salvamento de *Bracara Augusta*: 2-A intervenção da CODEP» *Mínia*, série III, 1: 5-29.

Nunes, Henrique Barreto.1996a. *Da biblioteca ao leitor*. Braga: Autores de Braga: 263-348.

Nunes, Henrique Barreto. 1996b. «Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 1 – o papel da Universidade do Minho». *Forum*, 19: 23-48.

Nunes, Henrique Barreto, coord. 2010. *Testamentos da Gata*. Braga: Associação Académica da Universidade do Minho.

Nunes, Henrique Barreto. 2007. «Para a história da *Forum*». *Forum*, 42-43: 443-446.

Nunes, Henrique Barreto, e José Viriato e Capela, coord. 2011. *O mundo continuará a girar*. Braga: Conselho Cultural | CITCEM.

Nunes, Henrique Barreto, e M. Helena R. Laranjeiro e Bastos Cunha, e Nuno Pinto (coord.). 2001. *Tradições académicas de Braga*. Braga: Associação Académica da Universidade do Minho.

Nunes, Jacinto. 1965. *Para uma reforma da universidade: o ensino das ciências económicas* Lisboa: Gab. Inv. Econ. Inst. Sup. C. Econ. e Financeiras.

Nunes, Maria de Fátima, «Cientistas em acção: congressos, Práticas Culturais e Científicas (1910-1940)», *República, Universidade e Academia*, Coimbra: Edições Universidade de Coimbra, 2012, 291-312.

Nunes, Sérgio Claudino Loureiro. 1991. «Ensino superior português, diplomados e desenvolvimento regional: uma abordagem». Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Oliveira, Eduardo Pires de. 1999. *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras.

Oliveira, Pedro Aires de. 2007. *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China.

Pacheco, Ana Maria Lobato *et al.* 2012. *Escola de Enfermagem de Braga. Das suas origens à integração na Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho-Escola Superior de Enfermagem.

Palácio de Vila Flor | Palácio do Cavalinho | Centro Cultural de Vila Flor, IPA.00000756 (www.monumentos.pt).

Pedrosa, Júlio, e João Filipe Queiró. 2005. *Governar a universidade portuguesa: missão, organização, funcionamento e autonomia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pelikan, Jaroslav. 1995. *The idea of university. A reexamination*. London: Yale University Press.

Pereira, José Pacheco. 2013. *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Pereira, Licínio Chainho. 1986. «The University and regional development». Comunicação apresentada na Sexta Conferência Anual sobre Políticas Nacionais de Inovação: Função das Instituições de Ensino Superior. Lisboa: Universidade Técnica.

Pereira, Licínio Chainho. 2002a. «Intervenção na abertura da Semana Cultural da Universidade do Minho». *Forum*, 31: 5-7.

Pereira, Licínio Chainho. 2002b. «O futuro da universidade portuguesa:

cultura, autonomia e qualidade». *Forum*, 31: 17-27.

Pereira, Licínio Chainho. 2007-2008. «Em memória de Lúcio Craveiro da Silva». *Forum*, 42-43:25-40.

Pereira, Licínio Chainho. 2011. *Sementes e raízes da Universidade do Minho*. Braga: Fundação *Bracara Augusta*.

Pereira, Licínio Chainho *et al.* 1992. *Proceedings /ofThe InternationalWorkshop on Evaluation Methodologies for Structural Support Programmes for R & D*. Braga: University of Minho.

Pereira, Licínio Chainho, e Cândido Varela Freitas. 2007. *Carlos Lloyd Braga: um homem de fazer*. Braga: Fundação Carlos Lloyd Braga.

Pereira, Paulo, coord. 2009. *Minho: traços de identidade*. Braga: Universidade do Minho.

Pereira, Raúl da Silva. 1964. «Portugal perante os níveis sociais europeus». *Análise Social*, II, nº7-8: 802-828.

Pereira, Raúl da Silva. 1968. «O ensino de Engenharia: contribuição para a sua reforma». *Análise Social*, VI, n.º 22-23-24: 763-784.

Pereira, Virgínia Soares, coord. 2011. *Arte no Minho*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas.

Pestre, Dominique. 2010. «Dix thèses sur les sciences, la recherche scientifique et le monde social, 1945-2010». *Le Mouvement Social*, nº 233 : 13-29.

Picard, Emmanuelle, dir. 2009a. *L'enseignement supérieur. Bilan et perspectives historiographiques*, *Histoire de l'éducation*, nº 122. Paris : Institut National de Recherche Pédagogique.

Picard, Emmanuelle. 2009b. «Avant-propos. L'enseignement supérieur ». *Histoire de l'éducation* [En ligne], 122. Disponível em: <http://histoire-education.revues.org/1937>

Picard, Emmanuelle. 2009c. «L'histoire de l'enseignement supérieur en France. Pour une approche globale. ». *Histoire de l'éducation* [En ligne], 122. Disponível em: <http://histoire-education.revues.org/1938>

Pinto, Alexandre de Sousa, ed. 1988. *Ensino superior e desenvolvimento económico e social : seminário realizado no Porto [org.] Comissão Nacional da Unesco, Comissão de Coordenação da Região do Norte*. Porto: Comissão Nacional da Unesco-Comissão de Coordenação da Região Norte.

Pinto, Francisco de Paula Leite. 1968. «Essa Palavra “Universidade”!». *Análise Social*, vol. VI, n.º 20-21: 9-42.

Pinto, Francisco Leite. 1969a. *A Universidade na Vida Portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.

Pinto, Francisco Leite. 1969b. «O Ensino Humanista dos Jesuítas. Oração de Sapientia na Abertura solene do ano escolar 1968-69, na Faculdade de Filosofia de Braga». *Revista Bracara Augusta*, XXIII, Fasc. 55 (67).

Pinto, Jaime Nogueira. 1995. *Portugal: os anos do fim. O fim do Estado Novo e as origens do 25 de abril*. Lisboa: Difel.

Pinto, Jaime Nogueira. 2007. *Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*. Lisboa: Bertrand.

Pinto, Mário. 1964. «Função e acção sindicais – algumas considerações preliminares». *Análise Social*, II, nº7-8: 747-801.

Pinto, Rita Leite. 1973. *A Reforma do Sistema educativo*. Lisboa: Ministério da educação Nacional.

Porciani, Ilaria, ed. 1994. *L'Università tra Otto e Novecento: i modelli europei e il caso italiano*, Nápoles: Jovene.

Portas, Nuno. 2000. «O Campus da Universidade de Aveiro. Uma experiência de processo e traçado». *In Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa: White & Blue, 25-32.

Portas, Nuno, e J. P. Martins Barata. 1968. «A Universidade na Cidade: problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano». *Análise Social*, VI, nº22-23-24: 492-509.

Proença, Maria Cândida, coord. 1999a. *Os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Proença, Maria Cândida. 1999b. *maio de 1968 – Trinta anos depois*. Lisboa: Edições Colibri.

Projecto. 1996. «Projecto Bibliópolis/Biblioteca Pública de Braga: adenda ao contrato programa...» *Forum*, 20: 161-170.

Prost, Antoine, e Jean-Richard Cytermann. 2010. «Une histoire en chiffres de l'enseignement supérieur en France ». *Le Mouvement Social*, 233: 31-46.

Ramos, Rui e Manuel Braga da Cruz. 2012. *Marcelo Caetano. Tempos de transição (depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu Governo. 1968-1974)*. Porto: Porto Editora.

Réféga, António. 1975. *Regionalização do ensino superior: breve contribuição para o seu estudo*. Vila Real: Inst. Politécnico.

Rias, Ana Paula Lopes de Oliveira Andrade. 2009. «A universidade no contexto da reforma Veiga Simão» (1971). Lisboa: s.n. [Tese doutoramento em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Orientação Rui Lopes Ramos.]

Ribeiro, Maria do Carmo. 2011. *O antigo paço arquiépiscopal de Braga*. Braga: Reitoria da UM.

Ribeiro, Orlando. 1949. *A universidade e o espírito científico*. Lisboa: Imprensa Moderna

Ribeiro, Orlando. 1950. *Problemas da investigação científica colonial*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais.

Ribeiro, Orlando. 1964. *Problemas da universidade*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando. 1976. *A universidade em crise*. Lisboa: Edições Cosmos.

Ringer, F. K. 1979. *Education and society in modern Europe*. Indiana University Press.

Robertson, Roland. 1994. *Globalization: Social theory and global culture*. London: Sage.

Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro Rocha.2012. «A universidade entre a autonomia e a heteronomia». *Scientia Iuridica*, LXI, nº328: 7-37.

Rocha, Manuel. Comunicação 53 «A Reforma do Ensino de Engenharia», *apud* J.S. 1963. «O Congresso do Ensino de Engenharia». *O Tempo e o Modo* 1: 69-71.

Rodrigues, Manuel Augusto. 1988. *A Universidade nos seus estatutos: da reforma de 1901 à lei de autonomia de 1988*. Coimbra: Arquivo da Universidade.

Rollo, Maria Fernanda. 2006. «Marcelo Caetano: política económica e modernização». *Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, série IV, 19: 109-138.

Rollo, Maria Fernanda 2007. *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático.

Rollo, Maria Fernanda, M. I. Queiroz, e T. Brandão. 2011. «Pensar e mandar fazer ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo». *Ler História*, 61:105-145.

Rollo, Maria Fernanda *et al.* 2012a. *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX*. Lisboa: Instituto Camões-Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rollo, Maria Fernanda *et al.*2012b. *Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Romano, A., ed. 1995. *Universit`a in Europa. Le istituzioni universitarie dal*

Medio Evo ai nostri giorni. Strutture, organizzazione, funzionamento. Atti del Convegno Internazionale di Studi, Milazzo 28 Setembro-2 Outubro 1993. Soveria Mannelli : Rubbettino.

Romano, A. e Verger, J. eds. 1994. *I poteri politici e il mondo universitario (XIII-XX secolo)*. Atti del Convegno Internazionale di Madrid 28-30 agosto 1990. Messina.

Romero, Joaquim Barbosa.1994. «A estrutura orgânica da Universidade do Minho». In *20 Anos da Universidade do Minho: Depoimentos e Testemunhos*. Braga: Universidade do Minho.

Rosa, Maria J., e Cláudia S. Sarrico. 2012. «Quality, evaluation and accreditation: From steering, through compliance, on to enhancement and innovation?». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave; Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/CIPES-Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 249-264.

Rosas, Fernando, e Cristina Sizifredo. 2013. *Estado Novo e Universidade. A perseguição aos professores*. Lisboa: Tinta da China.

Rosas, Fernando, e Pedro Aires de Oliveira, coord. 2004. *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa: Editorial Notícias.

Rothblatt, S. e B. Wittrock, eds. 1993. *The European and american university since 1800: Historical and sociological essays*. New York: Cambridge University Press.

Ruão, Teresa. 2008. «A Comunicação organizacional e os fenómenos de identidade: a aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006». Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Ruão, Teresa, e M. Victoria Carrilho. 2005. «A modernização da identidade visual das universidades. Os casos das universidades da Extremadura (Espanha) e da Universidade do Minho (Portugal)». *Comunicação & Sociedade*, 8: 73-100.

Rüegg Walter, ed. 1992-2011. *A History of the University in the Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rüegg, Walter, ed. 1992. *A History of the University in the Europe*, T.I: *Universities in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rüegg, Walter, ed. 1996. *A History of the University in the Europe*, T. II: *Universities in Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rüegg, Walter, ed. 2004. *A History of the University in the Europe*, T. III: *Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rüegg, Walter, ed. 2011. *A history of the University in Europe*, T. IV: *Universities in 1945*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ruivo, Beatriz, *As Políticas de Ciência e Tecnologia e o Sistema de Investigação*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

Ryckwert, Joseph. 1968. «Universities as institutional archetypes of our age». *Zodiac. International magazine of contemporary architecture*, nº18.

S.a. 1954. «Pela Universidade de Braga». *Bracara Augusta*, v5:198-211-

S.a. 1981. *A universidade portuguesa em debate / Seminário sobre problemas do ensino superior*. Lisboa: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

S.a. 1993. «Vida Jurídica - Sessão solene de inauguração do curso de Direito». *Sciencia Ivrídica Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro*, Tomo XLII, nº244/246: 343-355.

S.a. 1997. *História da Universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian.

S.a. 2013. *Escola de Direito da Universidade do Minho. 20 anos a construir o futuro*. Braga: Universidade do Minho.

S.J. 1963. «O Congresso do Ensino de Engenharia». *O Tempo e o Modo*, nº1: 69-71.

Sá, Vítor de. 2011. «Memória sobre o Prémio de História Contemporânea» In *O mundo continuará a girar*, coord. Nunes, Henrique Barreto e José Viriato Capela. Braga: Conselho Cultural / CITCEM, 17-24.

Salazar, António de Oliveira. 1937. *Discursos e notas políticas: II – 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Ed.

Santiago, Rui Armando Gomes, Maria João Rosa, e Alberto Amaral. 2002. *O ensino superior aberto a novos públicos*. Lisboa: Fundação das Universidades Portuguesas.

Santos, Jorge, e Jorge Sampaio. 1963. «Em Torno da Universidade». *O Tempo e o Modo* 1: 12-24.

Santos, Sérgio Machado dos. 1986. «Autonomia e administração das Universidades». Colóquio O sistema Educativo Português e a Integração na CEE, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho. [Exemplar fotocopiado].

Santos, Sérgio Machado dos. 1999. *Contributos para o estudo do desenvolvimento da autonomia universitária em Portugal desde o 25 de abril*, disponível online em <http://www.fclb.uminho.pt/uploads/Artigo43-Jan99.pdf>

Santos, Sérgio Machado dos. 2000. *As responsabilidades da Universidade no acesso ao Ensino Superior*, disponível online em <http://www.fclb.uminho.pt/uploads/Artigo35-Maio0.pdf>

Santos, Sérgio Machado dos. 2002 a. «As consequências profundas da declaração de Bolonha». In *Contextos e Dinâmicas da Vida Académica*, eds. A. S. Pouzada, L. S. Almeida e R. M. Vasconcelos. Guimarães: Universidade do Minho, 69-78.

Santos, Sérgio Machado dos. 2002b. «Universidade do Minho: missão a re-visitá-la?». *Forum*, 31: 29-62.

Santos, Sérgio Machado dos. 2006. *Review of the quality assurance and accreditation policies and practices in the portuguese higher education*. Lisboa: CNAVES.

Santos, Sérgio Machado dos. 2009. *Percurso da formação contínua de professores. Um olhar analítico e prospetivo*. S.l.: Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

Santos, Sérgio Machado dos. 2011a. *Comparative analysis of european processes for assessment and certification of internal quality assurance systems*. Lisboa: A3ES.

Santos, Sérgio Machado dos. 2011b. *Sistemas internos de garantia da qualidade nas agências de avaliação e acreditação*. Lisboa: A3ES.

Sarkis, Hashim, ed. 2001. *Le Corbusier's Venice Hospital*. Germany: Prestel, Harvard Design School.

Scott, Peter. 2012. «Going beyond Bologna: issues and themes». In *European higher education at the crossroads. Between the Bologna process and national reforms*. Part 1, ed. Adrian Curaj, Peter Scott, Lazar Vlasceanu, Lesley Wilson. Dordrecht: Springer, 1-14.

Seixas, Ana Maria. 2003. *Políticas educativas e ensino superior em Portugal*. Coimbra: Quarteto.

Serra, J. Antunes, et al. 1982. *Repensando o ensino superior e a investigação científica em Portugal*. Lisboa: Multinova.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1984. *Marcello Caetano. Confidências no exílio*. Lisboa-São Paulo: Verbo.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1986. *História das universidades*. Porto: Lello & Irmão.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1995. *Correspondência com Marcello Caetano. 1974-1980*. Lisboa: Bertrand.

Silva, Filipa Ribeiro da. 2004. “Cunha, António Maria dos Santos da

(1911-1972)”, Manuel Braga da Cruz, António Costa Pinto (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, 1 volume, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 517-519.

Silva, Lúcio Craveiro da. 1987. «Palavras preliminares». *Forum*, 1: 3-4

Silva, Lúcio Craveiro da. 1994. «O meu testemunho». In *20 anos de história da Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho, 55-62.

Silva, Lúcio Craveiro da. 1995. «O Conselho Cultural nos 20 anos da Universidade do Minho». *Forum*, 17: 3-4.

Silva, Lúcio Craveiro da. 2002. «Nota de apresentação». *Forum*, 31: 3-4.

Silva, Lúcio Craveiro da. 2004. *Biobibliografia. sobre a universidade*. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos.

Silva, Lúcio Craveiro da. 2006. «Editorial». *Forum*, 40: 3-4

Silva, Maria Manuela. 1964. «Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal». *Análise Social*, II, n.º 7-8: 498-510.

Silva, Paulo Fernando Lopes Resende da. 1996. «Análise do sistema organizacional das universidades novas: semelhanças, diferenças e graus de desenvolvimento». Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE.

Silva, Vítor Aguiar e. 1980. «A edição de 1598 das *Rimas* de Camões...». In *Rimas de Luis de Camões*, Ed. Fac-similada. Braga: Universidade do Minho, VII-XL.

Silva, Vítor Aguiar e. 1988. «Nota preambular». In *Fernando Pessoa 35 sonetos ingleses*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas.

Silva, Vítor Aguiar e. 2007. *Caminhos da memória e do saber*. Braga: Universidade do Minho – Casa de Sarmento.

Simão, José Veiga, *Batalha da educação*, Ministério da Educação Nacional, Discursos proferidos em 1970 pelo ministro da Educação Nacional, Tip. Ramos, Afonso & Moita Ltd.ª, Lisboa, 1970.

Simão, José Veiga. 1962. *A reforma do ensino superior*. Coimbra: S.n.

Simão, José Veiga. 1966. *Incentivo à investigação científica: celebrar o passado construir o futuro*. Lisboa: Edições Panorama.

Simão, José Veiga. 1970a. *Batalha da educação: discurso proferido em 1970 pelo ministro da Educação Nacional / Prof. Doutor Veiga Simão*. – Lisboa : MEN.

Simão, José Veiga. 1970b. *Da universidade*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques.

Simão, José Veiga. 1970c. *To further scientific research*.Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1971a. *Batalha da educação*. Lisboa : s.n.

Simão, José Veiga. 1971b. *The decisive battle of education*. Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1971c. *The general reform of education in Portugal*. Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1972a. *O direito à educação*. Lisboa: Centro de Informação e Relações Públicas do MEN

Simão, José Veiga. 1972b. *Para um Portugal mais culto e mais humano*. Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1972c. *Uma revolução pacífica*. Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1973a. *Educação... caminhos de liberdade*. Lisboa: s.n.

Simão, José Veiga. 1973b. *Educação é diálogo*. Lisboa: CIREP.

Simão, José Veiga. 1973c. *Uma decisão histórica*. Lisboa: CIREP.

Simão, José Veiga. 1974a. *Democratização do ensino: sonho de ontem, lei de hoje, força de amanhã*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

Simão, José Veiga. 1974b. *Meu povo, meu pensamento. Discursos e declarações mais importantes do ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Veiga Simão no ano de 1974*. Lisboa: MEN-CIREP.

Simão, José Veiga. 1981. *Universidade e desenvolvimento: a crise institucional na década de 80*. Lisboa: Tip. Rádio Renascença.

Simão, José Veiga. 1990. *Reflexões*. Lisboa: LNETI.

Simão, José Veiga. 1991. *A Universidade de Coimbra e o futuro*. Coimbra:

Imprensa de Coimbra.

Simão, José Veiga. 1992. *Reflexões para um projecto nacional*. Lisboa: LNETI.

Simão, José Veiga. 1997. *Diálogo universidade empresa: que futuro?* Aveiro: Universidade.

Simão, José Veiga. 2003a. *Modernização do ensino superior: da ruptura à excelência*. Coimbra: Fundação das Universidades Portuguesas.

Simão, José Veiga. 2003b. «Conflitos fora do tempo – as Universidades do Ultramar». *Revista de Estudos do século XX. Colonialismo, Anticolonialismo e identidades nacionais*, nº3: 245-252.

Simão, José Veiga, e António de Almeida Costa. 2000. *O Ensino Politécnico em Portugal*. S.l.: Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Simão, José Veiga, e Jaime da Costa Oliveira. 2002. *Potencialidades de cooperação para a competitividade / regiões e países de interesse estratégico para Portugal*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa/Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Simão, José Veiga, Sérgio Machado dos Santos, e António de Almeida Costa. 2002. *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*. Lisboa: Gradiva.

Simão, José Veiga, Sérgio Machado dos Santos, e António Almeida Costa. 2005. *Ambição para a Excelência. A Oportunidade de Bolonha*. Lisboa: Gradiva.

Simão, José Veiga *et.al.* 1989. *Rede de formação profissional para a modernização da indústria: as escolas tecnológicas*. Lisboa: Editorial do LNETI.

Simão, José Veiga *et al.* 1991. *Infraestruturas tecnológicas: elementos essenciais do processo de inovação*. Lisboa: LNETI.

Simão, José Veiga *et. al.* 2005. *Ensino superior: opções estratégicas: reorganização do ensino superior: modelo orgânico da Universidade de Viseu*. Lisboa: s.n.

Simões, J. Santos. 1971. *Ensino. Projeto de reforma ou reforma do Projeto?* Porto: Razão Actual.

Simões J. Santos. 1974. *A Igualdade de Oportunidades para as Crianças exige a igualdade social dos Adultos*. Guimarães: Livraria Editora Pax. [Tese apresentada no III Congresso de Oposição Democrática, 5ª secção “Educação, cultura e juventude”.Aveiro, abril 1973]

Simões, J. Santos. 1994. «Desafio irrecusável» in *20 anos de história da Universidade do Minho*. Braga: Univ. do Minho, 75-98.

Simões, J. Santos. 1999. «Tenho muito que fazer!», *Forum* 26: 61-69.

Slaughter, Sheila, e Gary Rhoades. 2004. *Academic Capitalism and the New Economy. Markets, State, and Higher Education*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Smithson Alison. 1974. «How to Recognise and Read Mat Building. Mainstream Architecture as It Has Developed towards the Mat-Building». *Architectural Design*, nº9: 573.

Souto, Amélia Malta de Matos Pacheco Neves de.2003. «A administração colonial portuguesa em Moçambique no período de Marcello Caetano (1968-1974): mecanismos e relações de poder». Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Spieker Sven. 2008. *The Big Archive. Art from bureaucracy*. Massachussets: MIT Press.

Stoer, Stephen R. 1982. *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte,1982.

Tchen, Adelaide Ginga. 2004. “Amaral, Duarte Pinto de Carvalho Freitas do (1909-1979)”,), Manuel Braga da Cruz, António Costa Pinto (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, 1 volume, Imprensa de

Ciências Sociais/Assembleia da República, 158-160.

Teodoro, António. 2000. «O fim do isolacionismo da participação de Portugal no Plano Marshall ao Projecto Regional do Mediterrâneo». *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º3: 48-54.

Teodoro, A. 2001. *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Afrontamento.

Tibúrcio, Luís. 1984. *O desenvolvimento do ensino superior português no contexto da integração europeia: uma abordagem estrutural*. Lisboa: Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento.

Torgal, Luís Reis. 1999. *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra (1926-1961)*. Coimbra: Minerva.

Torgal, Luís Reis. 2005. «Marcelismo, “Estado Social” e Marcello Caetano». In I. *Estados Novos, Estado Novo*, org. Luís Reis Torga. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Torgal, Luís Reis. 2013. *Marcello Caetano, marcelismo e “Estado Social”: Uma interpretação*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Universidade do Minho. 2011. *Revista comemorativa do 37º aniversário da Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho.

Universidade do Minho. 2012. *Revista comemorativa do 38º aniversário da Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho.

Universidade do Minho-Casa de Sarmento. 2002. «Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património». *Forum*, n.º32: 387-411.

Universidade do Minho-Casa Museu de Monção. 2002. «Casa Museu de Monção: história, exemplaridade e significado de um legado». *Forum*, n.º32: 367-378.

Universidade do Minho-Escola de Engenharia. 2001. *História da Escola de Engenharia*. Guimarães: Universidade do Minho-Escola de Engenharia.

Universidade do Minho-Unidade Científico Pedagógica de Letras e Artes. 1989. *450 anos da Universidade em Guimarães*. Braga: Universidade do Minho.

Valença, César. 1995, «História breve do Museu Nogueira da Silva». *Forum*, n.º17: 25-30.

Vasconcelos, Maria de Assunção Jácome de. 2008. *O Arquivo e a cidade*. Braga: Arquivo Distrital de Braga.

Veiga, Amélia, e Alberto Amaral. 2012. «The Impact of Bologna and of the Lisbon Agenda». In *Higher education in Portugal 1974-2009*, ed. Guy Neave, Alberto Amaral. Dordrecht: Springer/CIPES-Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 265-284.

Verdejo, Felisa, e Gordon Davies. 1998. *The virtual campus. Trends for higher education and training*. London: Chapman & Hall.

Vilela, António da Costa Lobo [estudo introd. Luís Reis Torgal; pref. Eduardo Marçal Grilo]. 2009. *Lobo Vilela e a polémica sobre a universidade e o ensino nos inícios do Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vroeijenstijn, A.L. 1995. *Improvement and accountability: navigating between Scylla and Charybdis. Guide for External Quality Assessment in Higher Education*. Wiltshire: Cromwell Press.

Wissemma, J. G. 2009. *Towards the third generation university. Managing the university in transition*. Cheltenham: Edward Elgar.

- 1 Foi realizada a normalização gráfica das maiúsculas e minúsculas das referências documentais e bibliográficas que constam da presente enumeração.
- 2 As entrevistas realizaram-se entre finais de 2012 e 2014 e envolveram não só figuras da instituição, mas igualmente outras com intervenção na sua trajetória. Foram efetuadas a partir de guiões construídos e adaptados, de acordo com os contextos institucionais em presença. No caso particular das entrevistas às Escolas/Institutos da Universidade, estas recaíram sobre as presidências, ou professores por estas indicados, em razão do conhecimento mais alargado sobre o percurso da unidade orgânica. O futuro arquivo digital, associado ao projeto de investigação “História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas socio-históricas e expansão da rede universitária portuguesa”, irá incorporar uma parte significativa do *corpus* das entrevistas registadas em áudio e/ou vídeo.
- 3 A documentação histórica da Universidade do Minho encontra-se dispersa por vários serviços ou, simplesmente, depositada em zonas destinadas à arrumação de material antigo. A classificação e a organização aqui propostas visam, por um lado, tornar visíveis os núcleos de informação estruturantes da investigação, fornecendo um mapa de orientação. Pretendem, por outro lado, recensear alguns fundos orgânicos e respetivas séries contribuindo para estimular/ potenciar futuras incorporações, colmatando vazios. Algumas das séries registadas encontram-se parcialmente duplicadas em vários serviços. O material aqui referenciado corresponde, apenas, ao que foi citado nos capítulos do livro.
- 4 Estes documentos, produzidos pela CIUM, encontram-se dispersos por vários serviços da Universidade do Minho. A sua relevância para a memória histórica da UMinho justifica, aqui, a sua reunião num único conjunto.
- 5 As atas da CIUM foram analisadas e organizadas numa base de dados com vista à sua consulta digital futura, a ser disponibilizada no quadro do Arquivo Digital a ser criado.
- 6 Esta documentação encontra-se parcialmente depositada no edifício da rua da Senhora do Leite, em Braga. A restante está sediada no arquivo dos Serviços de Apoio da Reitoria, no edifício do Largo do Paço, em Braga.
- 7 Organizado por Sérgio Machado dos Santos, Reitor da Universidade do Minho entre 1985 e 1998, este arquivo está conservado no edifício da rua da Senhora do Leite. O material abrange uma cronologia mais vasta, desde 1976 até 2011, integrando muitos documentos que também se encontram no arquivo da Reitoria.
- 8 A partir de 2003, os Serviços Técnicos passam a incorporar as atribuições de planeamento da Universidade do Minho, até então sob responsabilidade do GID. O arquivo UMinho-ST tem na sua posse alguma documentação dos organismos iniciais de planeamento da Universidade (GEID e GID). Parte desses documentos foram, no âmbito deste projeto, tratados em base de dados.
- 9 Os *Estatutos* de 2008 encontram-se disponibilizados *online*, na página da Universidade do Minho.
- 10 Entre 1980 e 1985 a série de relatórios não é contínua. A partir de 2005 encontram-se disponibilizados *online*, na página da instituição.
- 11 O *corpus* de imprensa é constituído pela “Coleção de Recortes de imprensa”, 1974-1976 e 1978-1980 que se encontra no arquivo do Gabinete de Comunicação Informação e Imagem da Universidade do Minho. O seu tratamento e organização em base de dados permitiu

concluir pela representatividade do universo em presença. O levantamento de imprensa foi ampliado pela pesquisa dos anos em falta, 1973 e 1977, realizada a partir da consulta de um jornal nacional – *Diário de Notícias* e de dois jornais regionais, um de Braga e outro de Guimarães – *Correio do Minho* e *Notícias de Guimarães*, respetivamente.

- 12 A bibliografia sobre a Universidade do Minho aqui referenciada corresponde, essencialmente, aos títulos citados ou consultados em vários capítulos do livro. Uma bibliografia sistematizada sobre o tema poderá ser consultada no Arquivo Digital, a criar no âmbito do Projeto.

Nota sobre os autores

Fátima Moura Ferreira

Professora auxiliar da Universidade do Minho e investigadora do Centro Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória, polo da Universidade do Minho. A sua investigação desenvolve-se no âmbito da problemática das relações entre saberes e poderes no processo de configuração e metamorfose do Estado contemporâneo. Prepara atualmente um livro sobre os juristas.

Henrique Barreto Nunes

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1972) e diplomado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista da mesma Faculdade (1974). Ingressou na Universidade do Minho, nos Serviços de Documentação, em dezembro de 1974. Em 1977/78 integrou o Campo Arqueológico de Braga (UMinho), participando no Salvamento da *Bracara Augusta*, de que foi um dos pioneiros. A partir de 1978, passou a ser bibliotecário da Biblioteca Pública de Braga (UMinho), sendo seu responsável entre 1982 e 2000. Foi diretor da referida Instituição, de 2000 a jul. 2009, e também do Arquivo Distrital de Braga (UMinho) de set. 2006 a jul. 2009, data em que se aposentou. Na Universidade do Minho foi membro do Conselho Cultural (por inerência de funções) e da Comissão Instaladora da Casa-Museu de Monção (por nomeação, 2002 a 2008). Pertenceu à Assembleia da Universidade (por eleição) e fez parte do Senado Universitário (por eleição). Passou a integrar o Conselho Cultural da Universidade do Minho a partir de março de 2010, sendo seu vice-presidente.

Márcia Carolina Ferreira de Oliveira

Foi bolseira de doutoramento da Fundação para Ciência e Tecnologia, com um projeto sobre História do livro, da leitura e bibliotecas no início da Época Contemporânea. É doutorada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade de Évora. Integra, atualmente, como bolseira de investigação, a equipa de investigação do projeto “História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas socio-históricas e expansão da rede universitária portuguesa”, da Fundação Carlos Lloyd Braga.

Maria Manuel Oliveira

Arquiteta pela Escola de Belas-Artes do Porto, é docente na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, onde tem desenvolvido prática arquitetónica no âmbito do Centro de Estudos. Os seus interesses de investigação centram-se, atualmente, na área da Arquitetura Moderna produzida em territórios lusófonos.

Rita Ribeiro

Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde iniciou a carreira em 1995. Doutorou-se em Sociologia, em 2008, pela Universidade do Minho, onde fez também mestrado em Antropologia. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde desenvolve investigação na área da sociologia da cultura. Neste âmbito, tem dado particular atenção aos temas da identidade nacional e europeia, identidades culturais, memória e cidadania.

Agradecimentos

Constituindo um dos objetivos de um projeto de investigação sobre a trajetória histórica da Universidade do Minho, este livro movimentou muitas vontades e apoios.

As entrevistas abriram horizontes inesperados à investigação, proporcionando o cruzamento de várias perspetivas, sem as quais não teria sido possível construir uma abordagem interdisciplinar da história da Universidade. Os testemunhos dos diversos protagonistas multiplicaram as pistas de trabalho e apontaram potenciais sentidos de interpretação dos vários ciclos de desenvolvimento da Universidade. As linhas de continuidade, os momentos de viragem, as encruzilhadas em que a Universidade foi tantas vezes obrigada a pensar-se e a agir, puderam, assim, ser melhor problematizadas.

O conjunto de entrevistas feito a José Veiga Simão, neste plano, representou uma verdadeira experiência de perceção da Universidade do Minho no tempo longo, entrelaçado nos contextos decisivos da transformação internacional do ensino superior. A ele devemos a lição fundamental de olhar para a Universidade não apenas na sua dimensão política de planificação da educação, mas como um centro culturalmente denso, parte integrante de uma visão humanista e não elitista do futuro a conquistar. A essência do seu espírito reformista talvez resida precisamente aqui - a educação não se desliga de um projeto de sociedade, criando-lhe novas possibilidades e horizontes consequentes de sustentação.

Agradecemos a todos os entrevistados o contributo que deram para esta obra. Esperamos, no futuro, potenciar ainda mais os seus testemunhos.

Muito importante foi a disponibilidade do Magnífico Reitor, António M. Cunha, e da sua equipa reitoral, em particular do vice-reitor Rui Vieira de Castro.

De relevar a colaboração dos serviços e unidades orgânicas da Universidade do Minho. Só com o seu apoio foi possível ir mais longe. Decisivo foi o papel desempenhado pelos Serviços de Apoio ao Reitor, Administração, Direção de Recursos Humanos, Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação, Direção Financeira e Patrimonial, Divisão Académica, Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem, Serviços Académicos, Serviços de Ação Social, Serviços de Documentação, Serviços Técnicos. O Conselho Cultural e as várias Unidades Culturais responderam sempre às solicitações do projeto, cumprindo destacar o Arquivo Distrital, a Biblioteca Pública e a Unidade de Arqueologia, neste último caso pelas facilidades na digitalização de grande parte da documentação utilizada. O Centro de Computação Gráfica prestou um apoio na definição das características técnicas necessárias, quer para o livro expandido e arquivo digital, quer para o livro impresso. Permitimo-nos agradecer de forma individualizada às seguintes pessoas: António Sousa, Catarina Dias, Elísio Araújo, Eloy Rodrigues, Heliana Pereira, Isabel Silva, Júlia Costa, Luís Almeida, Maria Francisca Xavier, Maria Helena Trindade, Pedro Costa, Sara Pereira, Susana Faria, Sandra Meneses e Victor Soares.

Às Escolas e Institutos da UMinho, nas pessoas dos seus presidentes e representantes, agradecemos a colaboração institucional e a disponibilidade em partilharem informação sobre as respetivas histórias. Igualmente de relevar o apoio interinstitucional do CITCEM, polo UMinho, na pessoa do seu diretor, Arnaldo Melo.

Entidades externas à Universidade, como o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, a Sociedade Martins Sarmiento, as Câmaras Municipais de Braga e Guimarães, manifestaram também enorme disponibilidade, a qual cumpre reconhecer.

Uma palavra de agradecimento é também devida a outras pessoas que, a título diverso, colaboram no projeto: Carla Xavier e Eurico Loureiro (CITCEM); Sofia Parente e André Delgado (bolseiros de investigação do CE.EAUM); Miguel Ângelo Silva (estudante de Licenciatura de Estatística Aplicada da UMinho); Natália Pereira, Susana Vieira, Bruno Fonseca, Martinho Martins e Filipe Magalhães (estudantes de pós-graduação do Departamento de História)

Uma palavra especial para Maria Celeste Machado dos Santos, da Fundação Carlos Lloyd Braga, pela constante atenção e profissionalismo, o que permitiu à equipa de investigação usufruir de excelentes condições de trabalho.

Finalmente cumpre ainda fazer um reconhecimento a pessoas que apoiaram de forma particular membros da equipa: António Coutinhas, Carlos Silva, Eduardo Jorge Fernandes, Eduardo Pires de Oliveira, Filipe Fontes, Isabel M. Barreto Nunes, Pedro Mendo, Sérgio Fernandez e Telma Costa.

A finalizar: ao Luís Gonçalves pela partilha cúmplice da ideia de universidade nova, ao Carlos Couto pela presença discreta, empenhada e confiante; ao Henrique, Márcia, Mané, Rita e João Faria pela experiência e desafio de pensar em voz alta, ao Francisco pela generosidade e lição única, a de projetar o que há de melhor em cada um, e ao Mário pela luminosidade.

